

CIÊNCIA

ISSN Online: 2675-5122
ISSN-L: 1413-7461

Geográfica

ANO XXV - VOL. XXV, Nº 4 - ENSINO - PESQUISA - MÉTODO - JANEIRO/DEZEMBRO - 2021



Território e Sociedade do Maranhão



CIÊNCIA Geográfica

Expediente

Revista **Ciência Geográfica**

Ensino - Pesquisa - Método

Ano XXV - Vol. XXV - N.º 4 - Janeiro/Dezembro de 2021

ISSN Online: 2675-5122 • ISSN-L: 1413-7461

Publicação anual voltada ao ensino, à pesquisa e método em Geografia e áreas afins.

Órgão oficial de divulgação da

ASSOCIAÇÃO DOS GEÓGRAFOS BRASILEIROS SEÇÃO LOCAL BAURU - SP

ASSOCIAÇÃO DOS GEÓGRAFOS BRASILEIROS:

Presidente Nacional: Prof.ª. Dr.ª. **Lorena Izá Pereira**

Diretor Seção Local Bauru: Prof. Ms. **Elian Alabi Lucci**

Editores:

Álvaro José de Souza (In Memoriam), Elian Alabi Lucci, José Misael Ferreira do Vale, Lourenço Magnoni Júnior, Nilton de Araújo Júnior, Rosicler Sasso Silva, Ruy Moreira e Wellington dos Santos Figueiredo.

Comitê Editorial:

Álvaro José de Souza (In Memoriam), Adnilson de Almeida Silva, André Luiz Nascentes Coelho, Andréa Aparecida Zacharias, Antônio Francisco Magnoni, Cláudio Eduardo de Castro, Cristiano Nunes Alves, Edson Belo Clemente de Souza, Elian Alabi Lucci, Elvis Christian Madureira Ramos, Flavio Gatti, José Mauro Palhares, José Misael Ferreira do Vale, Lourenço Magnoni Júnior, Lucivânio Jatobá, Maria da Graça Mello Magnoni, Patrícia Helena Mirandola Garcia, Rosicler Sasso Silva, Ruy Moreira e Wellington dos Santos Figueiredo.

Revisores:

José Mauro Palhares, José Misael Ferreira do Vale, Lourenço Magnoni Júnior, Maria da Graça Mello Magnoni, Rosicler Sasso Silva e Wellington dos Santos Figueiredo.

Jornalista Responsável:

Antônio Francisco Magnoni - MTB - 19280

Conselho Editorial/Editorial Board:

Prof. Dr. Ruy Moreira (UFF/Niterói - RJ) - Editor-chefe

Membros/Members:

Prof.ª Dr.ª Adriana Dorfman (UFRGS/Porto Alegres - RS - Brasil)
Dr.ª Alineurea Florentino Silva (Embrapa Semiárido - Petrolina - PE - Brasil)
Prof. Dr. André Luiz Nascentes Coelho (UFES/Vitória - ES - Brasil)
Prof.ª Dr.ª Andréa Aparecida Zacharias (UNESP/Ourinhos - SP - Brasil)
Prof. Dr. Antônio Francisco Magnoni (UNESP/Bauru - SP - Brasil)
Prof. Dr. Cláudio Eduardo de Castro (UEMA/São Luís - MA - Brasil)
Prof. Dr. Cláudio Artur Mungói (Universidade Eduardo Mondlane - Maputo - Moçambique)
Prof. Dr. Cristiano Nunes Alves (UEMA/São Luís - MA - Brasil)
Prof. Dr. Edson Belo Clemente de Souza (UEPG/Ponta Grossa - PR - Brasil)
Prof. Dr. Elvis Christian Madureira Ramos (UFMS/Corumbá - MS - Brasil)
Prof. Dr. Francisco Sierra Caballero (Universidade de Sevilla - Espanha)
Prof. Dr. Genylton Odilon Rego da Rocha (UFPA/Belém - PA - Brasil)
Prof. Dr. Gil Sodero de Toledo (USP/São Paulo - SP - Brasil)
Prof.ª Dr.ª Helena Copetti Callai (UNUJ/Itjuí - RS - Brasil)
Prof. Dr. José Mauro Palhares (UNIFAP/Oiapoque - AP - Brasil)
Prof. Dr. José Misael Ferreira do Vale (UNESP/Bauru - SP - Brasil)
Prof.ª Dr.ª Lana de Souza Cavalcanti (UFGO/Goiânia - GO - Brasil)
Prof. Dr. Lourenço Magnoni Júnior (Centro Paula Souza - Lins - SP - Brasil)
Prof. Dr. Luciano Fernandes Lourenço (Universidade de Coimbra - Portugal)
Prof. Dr. Lucivânio Jatobá (UFPE/Recife - PE - Brasil)
Prof.ª Dr.ª Maria da Graça Mello Magnoni (UNESP/Bauru - SP - Brasil)
Prof. Dr. Nelson Rego (UFRGS/Porto Alegre - RS - Brasil)
Prof.ª Dr.ª Patrícia Helena Mirandola Garcia (UFMS/Três Lagoas - MS - Brasil)
Prof.ª Dr.ª Sílvia Aparecida de Sousa Fernandes (UNESP/Marília - SP - Brasil)
Prof. Dr. Túlio Barbosa (UFU/Uberlândia - MG - Brasil)
Prof. Dr. Zeno Soares Crocetti (UNILA/Foz do Iguaçu - PR - Brasil)

POLÍTICA E OBJETIVOS DA REVISTA CIÊNCIA GEOGRÁFICA

A Revista CIÊNCIA GEOGRÁFICA - Ensino, Pesquisa e Método é uma publicação eletrônica editada pela Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB), Seção Bauru - SP com a finalidade de divulgar a atuação profissional e intelectual de geógrafos, professores de Geografia da Educação Básica e Superior, estudantes de Pós-Graduação em Geografia e de Ciências afins. Dentre seus objetivos estão:

- 1 - Estimular a produção técnico-científica e didático-pedagógica dos sócios da Associação dos Geógrafos Brasileiros, Seção Bauru - SP e de pesquisadores da Geografia Brasileira ou de ciências afins;
- 2 - Divulgar as ciências brasileiras no plano internacional e evidenciar as ciências mundiais ao conhecimento nacional;
- 3 - Promover a difusão e a popularização da Ciência e Tecnologia no âmbito da Geografia ou de Ciências afins;
- 4 - Estabelecer, em caráter permanente, articulações orgânicas entre a pesquisa universitária de Geografia e Ciências afins com as salas de aula dos Sistemas de Ensino Fundamental, Médio, Técnico e Superior.

As edições online da Revista CIÊNCIA GEOGRÁFICA estão abertas para publicar todas as tendências acadêmicas e científicas críticas que estão em pauta na Geografia e nas diversas Áreas de Conhecimento da Educação Escolar Brasileira contemporânea. O objetivo central da Revista Eletrônica da AGB/Seção Bauru - SP é ampliar o alcance das Pesquisas e do Ensino de Geografia e suas Ciências conexas. As páginas online estão disponíveis para divulgar todas as ações que aproximem a Ciência Geográfica brasileira dos cidadãos que desejam a construção de um mundo mais justo, solidário, democrático e participativo.

Indexada em/Indexed in/Abstract in:

IBCI (ISSN Online: 2675-5122 • ISSN-L: 1413-7461), Latindex, Diadorim, Glogle Acadêmico e LivRe.

ASSOCIAÇÃO DOS GEÓGRAFOS BRASILEIROS SEÇÃO LOCAL BAURU - SP

CNPJ N.º 00.407.524/0001-00

Rua Pedro Oliveira Tavares, 2-148 - Jardim Colonial - Bauru - SP - CEP 17047-595

Fone: (14) 99711-1450

E-mail: agb@agbbauru.org.br

Site: <https://www.agbbauru.org.br>

Normatização bibliográfica:

Bibliotecária Rosicler Sasso Silva (CRB8/5631) - Faculdade de Tecnologia de Lins (Fatec)



Diagramação e Capa: Nilton de Araújo Júnior

Fotos da capa: 1 - José Arilson Xavier de Souza / 2 - Cristiano Nunes Alves 3 - Livia Cangiano Antipon / 4 - José Arilson Xavier de Souza

Editora Saraiva

Av. Antártica, 92 - Barra Funda

São Paulo - SP - 01141-061

Fone: (11) 4003-3061

E-mail: centralderelacionamento@somoseducacao.com.br

www.edocente.com.br

*** As opiniões expressadas pelos autores são de sua inteira responsabilidade.**



Este trabalho está licenciado sob uma Licença Creative Commons

Atribuição 4.0 Internacional. Para ver uma cópia desta licença, visite:

https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt_BR. Direitos para esta edição foram cedidos pelos autores e organizador. Qualquer parte ou a totalidade do conteúdo desta publicação pode ser reproduzida ou compartilhada, desde que se lhe atribua o devido crédito pela criação original. Obra sem fins lucrativos e com distribuição gratuita. O conteúdo dos artigos publicados é de inteira responsabilidade de seus autores, não representando a posição oficial da Revista Ciência Geográfica.

Ficha catalográfica elaborada por:

DIVISÃO DE BIBLIOTECA E DOCUMENTAÇÃO - UNESP - Botucatu

Ciência Geográfica - Ensino - Pesquisa - Método

(Seção Bauru / Associação dos Geógrafos Brasileiros / Editora Saraiva) - Bauru / São Paulo - SP

Ano I - n.º 1 (1995)

Ano XXV. Vol. XXV - N.º 4 - Janeiro-Dezembro/2021

Anual

ISSN Online: 2675-5122 - ISSN-L: 1413-7461

1. Geografia - Periódicos - Associação dos Geógrafos Brasileiros - Seção Bauru / Editora Saraiva

CIÊNCIA

ISSN Online: 2675-5122
ISSN-L: 1413-7461

Geográfica

ANO XXV - VOL. XXV, Nº 4 - ENSINO - PESQUISA - MÉTODO - JANEIRO/DEZEMBRO - 2021

Sumário

Carta ao Leitor	1166
Artigos	
Da literatura montelliana, território e sociedade maranhense em “os tambores de São Luís”: tantantã entre geografia e literatura	1168
Mozart de Sá Tavares Júnior • José Arilson Xavier de Souza	
O tempo da cultura urbana: uma história territorial do hip hop em São Luís (1983-2012)	1181
Cristiano Nunes Alves • Milena Boaes dos Santos	
Documentos cartográficos como subsídio ao planejamento territorial e ambiental da bacia hidrográfica do Rio dos Cachorros, São Luís – MA	1200
Delony de Queiroz Ribeiro • Melina Fushimi	
Fome e modernização no Maranhão: os projetos de desenvolvimento em Itaqui–Bacanga e o comprometimento das práticas alimentares na comunidade de Camboa dos Frades (São Luís) (1970-2021)	1218
José Raimundo Sousa Ribeiro Junior • Antonio José Araújo Cruz • Livia Cangiano Antipon	
As políticas públicas de segurança alimentar: o PNAE como garantia de fortalecimento da agricultura familiar no município de São Luís – MA	1236
Igor Breno Barbosa de Sousa • Jéssica Neves Mendes • Ronaldo Barros Sodré • José Sampaio de Mattos Junior	
Conflitos territoriais e racismo ambiental na Ilha do Maranhão: o caso da comunidade Cajueiro	1254
Marivania Leonor Souza Furtado • Rayssa Cristina Silva Alves	
A religiosidade, traço cultural do lugar Pindaí, Ilha do Maranhão-MA/Brasil	1266
Katiuse Mendes Lopes • Ana Rosa Marques • Edelson Leitão Maciel	
Patrimônio ambiental enquanto sentido de lugar: potencialidades na gestão participativa da Área de Proteção Ambiental de Maracanã, São Luís - MA, Brasil	1281
Fabiana Pereira Correia	
Dinâmica habitacional do Centro Histórico de São Luís/MA: análise da efetividade do Programa Cheque Minha Casa	1290
Daniel Borges Sombra • Yata Anderson Gonzaga Masullo • José Antonio Viana Lopes	
Geografia do trabalho escravo no Maranhão	1309
Sávio José Dias Rodrigues • Carlos Rerisson Rocha da Costa	
Usos do território e expansão do sistema prisional maranhense (1960-2021)	1327
Fernando Gustavo Meireles Baima • Carlos Eduardo Nobre	
Evolução demográfica do Maranhão	1353
Rosalva de Jesus dos Reis	
Organizações sociais rurais: interesses em pauta e estado da mobilização no Maranhão no século XXI	1371
Aldrey Malheiros Neves de Oliveira • Jacilmara Santos Melo • Frederico Lago Burnett	

Existe desigualdade socioespacial no estado do Maranhão? Um estudo a partir das variáveis educacionais e econômicas	1390
Júlia Kátia Borgneth Petrus • Richard Oliveira Jardim	
Direitos territoriais em disputa: desafios e perspectivas em torno da implementação do Centro de Lançamentos de Foguetes em Alcântara (CLA)	1411
Elisandra Cantanhede Ribeiro	
A judicialização e a luta pela terra no Maranhão: o acampamento Marielle Franco - Itinga do Maranhão	1423
Zaira Sabry Azar • José Jonas Borges da Silva • Aldenir Gomes da Silva	
Gestão pública e o direito à cidade na perspectiva das relações étnico-raciais no Brasil	1442
Rosenverck Estrela Santos • Claudimar Alves Durans	
O mundo do trabalho em regiões periféricas: requalificação, flexibilização e precarização na cadeia produtiva da celulose em Imperatriz, Maranhão, Brasil	1460
Allison Bezerra Oliveira • Daniely Lima Silva • Maria da Conceição Mesquita Leal	
De oportunidade a elefante branco: a refinaria Premium I da Petrobrás e seus impactos à população local no estado do Maranhão	1475
Jamille Oliveira Sousa • Marcelino Silva Farias Filho	
Educação ambiental e geografia escolar: uma proposta metodológica em Anajatuba - MA	1486
Júlio Cesar de França Dias • Márcio José Celeri	
Dinâmica do uso e cobertura da terra do Parque Estadual do Bacanga, Ilha do Maranhão	1500
Marly Silva de Moraes • Jefersson Domingos Viana • José Fernando Rodrigues Bezerra • Regina Célia de Oliveira	
Caracterização do uso e cobertura da terra da zona ripária do rio Tocantins no trecho de Estreito a Imperatriz-Maranhão, Brasil	1516
Elza Ribeiro dos Santos Neta • Idevan Gusmão Soares • Luiz Carlos Araujo dos Santos • Claudio Fabian Szlafsztein	
Padrão de drenagem, um resgate conceitual como subsídio à classificação da bacia do rio Preguiças – MA	1533
Veruska Costa de Jesus • Helen Nébias Barreto	
Geossímbolos da vida em Raposa, Maranhão: entre redes, rendas e barcos	1553
Alex Nunes Silva	
Propriedades físicas dos solos: uma abordagem teórico-metodológica	1571
Danyella Vale Barros França • Cristiane Mouzinho Costa • Quésia Duarte da Silva	
Comunidades tradicionais do Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses: diferenciações na (re)produção do lugar	1588
Claudio Eduardo de Castro	
Território e territorialidades no triângulo oeste maranhense	1610
Antonio Cordeiro Feitosa • Joelson Caco Pereira da Graça • Suelen Cipriano Milhomem Dantas	
Territórios epistêmicos: o saber e o fazer do negro no livro didático	1627
Erick Ângelo Reis Rosa • Rakell Rays dos Anjos Alves	

Geographic Science Magazine

YEAR XXV - VOL. XXV, # 4 - TEACHING - RESEARCH - METHOD - JANUARY/DECEMBER - 2021

Index - Índice

Letter to the reader	1167
Articles - Artículos	
Of the montellian literature, territory and maranhense society in “os tambores de São Luís”: tantantã between geography and literature / De la literatura monteliana, territorio y sociedad de maranhense en “os tambores de São Luís”: tantantã entre geografía y literatura	1168
Mozart de Sá Tavares Júnior • José Arilson Xavier de Souza	
The time of urban culture: a territorial history of hip hop in São Luís (1983-2012) / El tiempo de la cultura urbana: una historia territorial del hip hop en São Luís (1983-2012)	1181
Cristiano Nunes Alves • Milena Boaes dos Santos	
Cartographic documents as subsidy for territorial and environmental planning of hydrographic basin of Cachorros River, São Luís – MA / Documentos cartográficos como subsidio para la planificación territorial y ambiental de la cuenca del Río Cachorros, São Luís - MA	1200
Delony de Queiroz Ribeiro • Melina Fushimi	
Hunger and modernization in Maranhão: development projects in Itaqui-Bacanga and the commitment of food practices in the community of Camboa dos Frades (São Luís) (1970-2021) / Hambre y modernización en Maranhão: proyectos de desarrollo en Itaqui-Bacanga y el compromiso de prácticas alimentarias en la comunidad de Camboa dos Frades (São Luís) (1970-2021)	1218
José Raimundo Sousa Ribeiro Junior • Antonio José Araújo Cruz • Livia Cangiano Antipon	
Food security public policies: PNAE as a guarantee for the strengthening of family agriculture in the municipality of São Luís – MA / Políticas públicas de seguridad alimentaria: el PNAE como garantía de fortalecimiento de la agricultura familiar en el municipio de São Luís - MA	1236
Igor Breno Barbosa de Sousa • Jéssica Neves Mendes • Ronaldo Barros Sodré • José Sampaio de Mattos Junior	
Territorial conflicts and environmental racism in the Island of Maranhão: the case of the Cajueiro community / Conflictos territoriales y racismo ambiental en la Isla de Maranhão: el caso de la comunidad Cajueiro	1254
Marivania Leonor Souza Furtado • Rayssa Cristina Silva Alves	
Religiosity, cultural trace of the place Pindaí, Ilha do Maranhão–MA/Brazil / Religiosidad, huella cultural del lugar Pindaí, Ilha do Maranhão–MA/Brasil	1266
Katiuse Mendes Lopes • Ana Rosa Marques • Edelson Leitão Maciel	
Environmental heritage as a meaning of place: potentialities in the participatory management of the Environmental Protection Area of Maracanã, São Luís - MA, Brasil / Patrimonio ambiental mientras sentido de lugar: potencialidades en la gestión participativa del Área de Protección Ambiental de Maracanã, São Luís - MA, Brasil	1281
Fabiana Pereira Correia	
Housing dynamics of the São Luís / MA Historical Center: analysis of the effectiveness of the Check My House Program / Dinámica de vivienda del Centro Histórico de São Luís / MA: análisis de la eficacia del Programa Cheque Mi Casa	1290
Daniel Borges Sombra • Yata Anderson Gonzaga Masullo • José Antonio Viana Lopes	
Geography of slave labor in Maranhão / Géographie du travail esclave à Maranhão	1309
Sávio José Dias Rodrigues • Carlos Rerisson Rocha da Costa	

Uses of the territory and expansion of the prison system from Maranhão (1960-2021) / Usos del territorio y expansión del sistema penitenciario de Maranhão (1960-2021)	1327
Fernando Gustavo Meireles Baima • Carlos Eduardo Nobre	
Demographic evolution in Maranhão / Evolución demográfica de Maranhão	1353
Rosalva de Jesus dos Reis	
Rural social organizations: interests in agenda and state of mobilization in Maranhão in the 21st century / Organizaciones sociales rurales: intereses en la agenda y estado de la movilización en Maranhão en el siglo XXI	1371
Aldrey Malheiros Neves de Oliveira • Jacilmara Santos Melo • Frederico Lago Burnett	
Is there socio-space inequality in the state of Maranhão? A study based on educational and economic variables / ¿existe desigualdad socioespacial en el estado de Maranhão? Un estudio basado en variables educativas y económicas	1390
Júlia Kátia Borgneth Petrus • Richard Oliveira Jardim	
Territorial rights in dispute: challenges and perspectives around the implementation of the Rocket Launch Center in Alcântara (CLA) / Derechos territoriales en disputa: desafíos y perspectivas en torno a la implementación del Centro de Lanzamiento de Cohetes en Alcântara (CLA)	1411
Elisandra Cantanhede Ribeiro	
The judicialization and the fight for land in Maranhão: the Marielle Franco campsite - Itinga do Maranhão / La judicialización en la lucha por la tierra: el caso del acampamiento Marielle Franco – Itinga do Maranhão	1423
Zaira Sabry Azar • José Jonas Borges da Silva • Aldenir Gomes da Silva	
Public management and the right to the city in the perspective of ethnic-racial relations in Brazil / Gestion publique et droit a la ville du point de vue des relations ethniques-raciales au Brésil	1442
Rosenverck Estrela Santos • Claudimar Alves Durans	
The world of work in peripheral regions: retraining, flexibility and precariousness in the cellulose production chain in Imperatriz, Maranhão, Brasil / El mundo del trabajo en regiones periféricas: recalcificación, flexibilización y precarización en la cadena productiva de la celulosa en Imperatriz, Maranhão, Brasil	1460
Allison Bezerra Oliveira • Daniely Lima Silva • Maria da Conceição Mesquita Leal	
From opportunity to white elephant: Petrobrás Premium I refinery and its impacts on the local population in the state of Maranhão / De oportunidad para el elefante blanco: refinería Petrobrás Premium I y sus impactos en la población local del estado de Maranhão	1475
Jamille Oliveira Sousa • Marcelino Silva Farias Filho	
Environmental education and school geography: a methodological proposal in Anajatuba – MA / Educación ambiental y geografía escolar: una propuesta metodológica en Anajatuba – MA	1486
Júlio Cesar de França Dias • Márcio José Celeri	
Dynamics of use and cover of the land of the Bacanga State Park, Island of Maranhão / Dinámica del uso y cobertura del terreno del Parque Estatal de Bacanga, Isla de Maranhão	1500
Marly Silva de Moraes • Jefersson Domingos Viana • José Fernando Rodrigues Bezerra • Regina Célia de Oliveira	
Characterization of land use and land cover in the riparian zone of the Tocantins River in the stretch from Estreito to Imperatriz-Maranhão, Brazil / Caractérisation de l'occupation des sols et de l'occupation des sols dans la zone riveraine du fleuve Tocantins dans le tronçon Estreito à Imperatriz-Maranhão, Brésil	1516
Elza Ribeiro dos Santos Neta • Idevan Gusmão Soares • Luiz Carlos Araujo dos Santos • Claudio Fabian Szlafsztein	
Drainage pattern, a conceptual rescue as a subsidy for Preguiça River basin classification - MA / Patrón de drenaje, un rescate conceptual como subsidio a la clasificación de la cuenca del río Preguiças - MA	1533
Veruska Costa de Jesus • Helen Nébias Barreto	
Geosymbols of life in Raposa, Maranhão: among bilro lace, fishing nets and boats / Geosímbolos de la vida en Raposa, Maranhão: entre el tejido de encaje de bolillos, la redes de pesca y los botes	1553
Alex Nunes Silva	
Physical properties of soils: a theoretical-methodological approach / Propiedades físicas de los suelos: un abordaje teórico-metodológico	1571
Danyella Vale Barros França • Cristiane Mouzinho Costa • Quésia Duarte da Silva	
Traditional communities of Lençóis Maranhenses National park: differentiations in the (re)production of place place / Les communautés traditionnelles du Parc National des Lençóis Maranhenses: différenciations dans la (re)production de l'endroit (la place)	1588
Claudio Eduardo de Castro	
Territory and territorialities the maranhão state´s western triangle / Territorio y territorialidades en el triángulo maranhense oeste	1610
Antonio Cordeiro Feitosa • Joelson Caco Pereira da Graça • Suelen Cipriano Milhomem Dantas	
Epistemic territories: the knowledge and doing of black people in the textbook / Territorios epistemicos: el conocimiento y el hacer de los negros en el libro de texto	1627
Erick Ângelo Reis Rosa • Rakell Rays dos Anjos Alves	

CARTA AO LEITOR

O poeta Manoel de Barros nos brindou com uma singular obra a respeito do olhar humano sobre o mundo. Na presente edição da Revista Ciência Geográfica, fruto de ação conjunta com o Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGEO) da Universidade Estadual do Maranhão (UEMA) e com o Núcleo de Estudos em Território, Cultura e Planejamento (MARIELLE-Geografia UEMA), ao tratarmos do Maranhão, inspiramo-nos nas reflexões do referido poeta, tomando como base duas das suas contribuições literárias: “O livro das ignorâncias” e “Gramática expositiva do chão”.

Assim, a partir do Maranhão, a fim de tornarmos-nos menos ignorantes, compreendemos a edição em tela como um livro facilitador do que temos para ler do mundo. Ou não seria este o exercício movimentador tanto da Geografia, quanto das ciências em seu conjunto?

Incorrendo pela afirmação do retórico questionamento, esta edição intenta nos deixar mais letrados à medida que foca no Território e Sociedade do Maranhão, um chão exposto ao olhar e à gramática dos pesquisadores e pesquisadoras que aqui oferecem aos leitores as suas miradas sobre o mundo.

Conosco, sessenta e sete pesquisadores se inscreveram no chão Maranhão e escreveram vinte e oito artigos, conteúdo este disposto a pensar o território e a sociedade, desvelando questões ligadas ao espaço urbano, ao espaço rural e ao ambiente.

Ainda seguindo os aprendimentos de Manoel, ao passo que intentamos instigar a leitura do conteúdo que se segue, assim encerramos esta carta direcionada a você, leitor: é preciso transver o mundo, agramaticá-lo, o que, para nós, agentes preocupados com o Maranhão, significa vê-lo por lentes múltiplas, isto é, dizê-lo e apreendê-lo de modo transdisciplinar e para além do conhecimento científico.

A edição Território e Sociedade do Maranhão foi organizada pelos seguintes profissionais:
Prof. Dr. Cristiano Nunes Alves;
Profa. Dra. Melina Fushimi;
Prof. Dr. José Arilson Xavier de Souza.

Os editores

LETTER TO THE READER

The poet Manoel de Barros offers us a singular work about the human gaze on the world. In the present edition of the Geographic Science Journal [Revista Ciência Geográfica] - result of a joint action between The Postgraduate Program in Geography (PPGEO) of the State University of Maranhão (UEMA) and the nucleus of studies in territory, culture and planning (MARIELLE-Geography UEMA) - when discussing Maranhão, we are inspired by the reflections of the aforementioned poet and take two of his literary contributions as a basis: 'The book of ignorances' [O livro das ignorâncias] and 'Expositive Grammar of the Ground' [Gramática Expositiva do Chão].

Thus, so as to become less ignorant, we understand this edition of the journal as a book that facilitates the reading from Maranhão of what we have to read from the world. Rather, would this not be the engendering exercise of both Geography and the sciences as a whole? As an outcome of this rhetorical question, this edition intends to make us more literate as it focuses on the Territory and Society of Maranhão, a ground exposed to the gaze and to the grammar of researchers who hereby offer their sights on the world to the readers.

With us, sixty-seven researchers signed up in Maranhão ground and wrote twenty-eight articles, a content that is willing to ponder territory and society and reveal issues related to urban space, rural space and the environment. Therefore, culture, work, demography, racism, inequality, nourishment, soil, hydrography, cartography, school geography and other issues emerge as major directions of analysis.

Proposing to decode the territorial and social grammar from Maranhão, we seek to contribute, albeit in a modest way, to a widening geographical reading of our ignorance of the world. Such reading is problematized towards another type of ground and of new exhibitions that are either scientific or not. Still following the teachings of Manoel, as much as we intend to instigate the reading of the present content, so we end this letter addressed to you, the reader: we must see beyond the world, transgress its grammar. This means, for us who are agents concerned with Maranhão, seeing the world through multiple lenses, that is, saying it and grasping it transdisciplinarily and beyond scientific knowledge.

The edition Territory and Society of Maranhão was organized by the following professionals:
Prof. Dr. Cristiano Nunes Alves;
Profa. Dra. Melina Fushimi;
Prof. Dr. José Arilson Xavier de Souza.

The editors

DA LITERATURA MONTELLIANA, TERRITÓRIO E SOCIEDADE MARANHENSE EM “OS TAMBORES DE SÃO LUÍS”: TANTANTÃ ENTRE GEOGRAFIA E LITERATURA

OF THE MONTELLIAN LITERATURE, TERRITORY AND MARANHENSE SOCIETY IN “OS
TAMBORES DE SÃO LUÍS”: TANTANTÃ BETWEEN GEOGRAPHY AND LITERATURE

DE LA LITERATURA MONTELLIANA, TERRITORIO Y SOCIEDAD DE MARANHENSE EN “OS
TAMBORES DE SÃO LUÍS”: TANTANTÃ ENTRE GEOGRAFÍA Y LITERATURA

Mozart de Sá Tavares Júnior¹

José Arilson Xavier de Souza²

RESUMO: A Literatura é comunicada no âmbito da interpretação, cabendo, portanto, o exercício da crítica frente às visões de mundo elaboradas. Deste campo do saber, em diálogo – aqui ecoando como o *tantantã* dos tambores –, à Geografia interessa a trama espaço-temporal representativa dos lugares, desvelada, em meio aos diversos direcionamentos do viver humano, pela paisagem e através do território. O presente artigo³, por seu turno, com base na literatura do ludovicense Josué Montello, problematiza questões territoriais da sociedade maranhense de outrora a partir do livro “Os Tambores de São Luís”. Desse romance, voltamo-nos, em especial, para o tema escravidão, da mata à cidade. Por fim, na confluência das reflexões ensejadas, indicamos a Literatura como arte e cultura capaz de fazer desenvolver sentidos humanitários, um *texto* ampliador das nossas noções geográficas.

Palavras-chave: Geografia e Literatura. Território e Sociedade. Josué Montello e Maranhão.

ABSTRACT: Literature is communicated in the scope of interpretation, and therefore, the exercise of criticism against the elaborated worldviews is appropriate. From this field of knowledge, in dialogue - here echoing as the *tantantã* of the drums, in reference to the work examined -, Geography is interested in the spatial-temporal plot representative of places, unveiled, in the midst of the various directions of human living, by landscape and through territory. The present article, in turn, based on the literature of Josué Montello, from Ludovicense, discusses territorial issues of the Maranhão society of yesteryear from the book “Tambores de São Luís”. From this romance, we turn, in particular, to the theme of slavery in the city. Finally, in the confluence of these reflections, we point to Literature as art and culture capable of developing a humanitarian sense, a *text* that expands our geographic notions.

¹ Doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Goiás (PPGEO-UFG). Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual do Maranhão (PPGEO-UEMA). Integrante do Núcleo de Estudos em Território, Cultura e Planejamento (Marielle) e o Grupo de Estudos sobre Espaço e Cultura (GEEC). E-mail: mtavares23@gmail.com.
² Professor do Curso de Geografia e do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual do Maranhão (PPGEO-UEMA), onde coordena o Núcleo de Estudos em Território, Cultura e Planejamento (Marielle) e o Grupo de Estudos sobre Espaço e Cultura (GEEC). E-mail: arilsonxavier@yahoo.com.br.

Artigo recebido em fevereiro de 2021 e aceito para publicação em agosto de 2021.

Keywords: Geography and Literature. Territory and Society. Josué Montello and Maranhão.

RESUMEN: La literatura se comunica en el ámbito de la interpretación, por lo que es oportuno el ejercicio de la crítica frente a las cosmovisiones elaboradas. Desde este campo de conocimiento, en diálogo - aquí resonando como la tantantã de tambores - la Geografía se interesa por la trama espacio-temporal que representa lugares, develados, en las diversas direcciones del vivir humano, a través del paisaje y a través del territorio. El presente artículo, a su vez, basado en la literatura de Josué Montello, de Ludovico, analiza cuestiones territoriales de la sociedad de Maranhão en el pasado, a partir del libro “Os Tambores de São Luís”. De esta novela, pasamos, en particular, al tema de la esclavitud, del bosque a la ciudad. Finalmente, en la confluencia de las reflexiones necesarias, señalamos la Literatura como arte y cultura capaz de desarrollar sentidos humanitarios, un texto que expande nuestras nociones geográficas.

Palabras clave: Geografía y Literatura. Territorio y Sociedad. Josué Montello y Maranhão.

INTRODUÇÃO

A relação entre Geografia e Literatura não está dada, não é fácil de ser empreendida e não se resume à interpretação das obras literárias por parte dos geógrafos. Entretanto, sim, interpretar é uma estratégia necessária e interessante na medida em que proporciona visões de mundo diversas. É o que aqui chamaremos de exercício da crítica literária (BENJAMIN, 2016). De certo, exercer a crítica por esse viés exigirá a compreensão da Literatura como arte e cultura capaz de fazer desenvolver sentidos humanitários.

Tratamos, assim, a Literatura como texto que possibilita o transporte a outras realidades, *terras* possíveis de serem acessadas para além das proposições dos escritores, fazendo-nos reconhecer o foro íntimo de como a palavra escrita rebate em cada ser e, conseqüentemente, na forma como este passa a ver e se relacionar com o mundo (BROSSEAU, 2007a). Eis o que muito nos encanta no texto de cunho literário, *geográfico* na proporção em que o sentimento tocar a dimensão espacial da condição humana escrita.

Neste diálogo – aqui ecoando como o *tantantã* dos tambores, em referência à obra examinada – à Geografia interessa a trama espaço-temporal representativa dos lugares, desvelada, em meio aos diversos direcionamentos do viver humano, pela paisagem e através do território. Escrito por dois geógrafos, o presente artigo, com base na literatura do ludovicense Josué Montello, problematiza questões territoriais da sociedade maranhense de outrora a partir da obra “Os Tambores de São Luís”. Desse romance, voltamo-nos, em especial, para o tema escravidão, da mata à cidade.

GEOGRAFIA E LITERATURA E TERRITÓRIO E CIDADE

Lugar, paisagem e região são as categorias com as quais a Geografia mais trabalhou na sua relação com a Literatura. A especificidade dessa relação se deu, sobretudo, sob a noção de experiência de mundo. Referindo-nos à experimentação do *texto* Literatura, dizemos, pois, das experiências de constituição do lugar, das experiências imputadas pelas paisagens escritas e das experiências alcançadas por meio de marcas e matrizes identitárias da região, todas situadas pela ordem do sentir.

Território é, por sua vez, uma categoria pouco privilegiada, mas que nos últimos anos tem ganhado maior atenção. Nesse sentido, a cidade responde como um *locus* tenaz nas discussões sobre território no âmbito da Literatura. Celebrada em grande parte pelas qualificações da sua paisagem e enquanto lugar, a cidade também desponta nesse cenário como representação espacial das condições de vida dos sujeitos em termos territoriais, relacionada com, e indutora de, suas identidades.

Ah, as identidades. Aqui as associaremos com a noção de território (LE BOSSÉ, 2013), mas isso não significa que ignoramos a presença de identidade nos lugares, nas paisagens, nas regiões, nos espaços. Ah, os espaços. Nunca estáveis, os espaços são ou podem ser continuamente dotados de conteúdo identitário, pois são também instáveis no tempo. Por falar em instabilidade, tentando *fazer Geografia*, é este o anseio que nos nutre no transcorrer da aventura com a Literatura. Ah, territórios incertos os da Literatura. Benção!

Sensível ao cariz geográfico do romance, apresentando-o como “outro sujeito para a Geografia”, Marc Brosseau (2007b) aponta de maneira sublime a polivalência das identidades espaciais traduzidas pelo texto literário. Por mais que descubramos formas diversas de interpretar sentidos e significados, a visão de mundo do autor, dos leitores e dos críticos, tende, a todo momento, escapar-nos. Com isso queremos dizer que a decodificação dos territórios da cidade não se esgota em Literatura. De tal modo,

Como a escolha de um símbolo não pode privar-se de toda a referência ao “real”, podemos associar essas reflexões ao nosso campo, a Geografia, e lembrar que muitos espaços expressam muito mais do que a manifestação concreta de seus prédios, estradas e montanhas. Nele há “espaços” ou, se preferirem, territórios (enquanto espaços concretos e/ou simbolicamente dominados/apropriados) de um caráter particular, especial, cuja significação extrapola em muito seus limites físicos e sua utilização material, [...] que pode ser sagrada, poética ou simplesmente folclórica, mas que de qualquer forma emana uma apropriação estética específica, capaz de fortalecer uma identidade coletiva que, neste caso, é também uma identidade territorial (HAESBAERT, 1997, p. 24).

Repitamos, então: é plural e instável a identidade territorial da cidade, o que, segundo Haesbaert (1997), requer que compreendamos as suas expressões para além da concretude da vida, logo, empreendendo perspectivas metodológicas culturais, diríamos, até existenciais. Isso equivaleria considerar que, pretensiosamente ou não, *abrir o livro daquele autor* poderá nos levar para *outros mundos*, que não aquele visto no presente, imediatamente à frente; mundos conhecidos ou não, concretos e/ou imaginados, topofílicos ou topofóbicos, de onde a Geografia possa ser vista e tramada em pontos de contato.

Nessa tarefa, à luz de pensar a cidade, saibamos que esta é um tecido inacabado, e certamente estendido pelas letras dos escritores de mundo, universo em construção, interpretável. Pensa a cidade, e seus territórios, o geógrafo, o romancista, os não geógrafos e não romancistas (CLAVAL, 2010), e, sobretudo, os sujeitos do seu cotidiano. Não é, ou é também, no cotidiano que a vida acontece? A *Geografia do geógrafo* teria sentido se uma vez se afastasse totalmente do cotidiano? Conseguiria o literato escrever de modo a se eximir do cotidiano das pessoas? Pobres seriam a Geografia e a Literatura sem a dimensão cotidiana da vida, se é que se pode admitir algo assim.

Enfim, seria possível abordar a cidade por meio da Literatura? Este artigo não se apressa em simplesmente inscrever a afirmativa para tal questionamento ao passo que crê que é mais interessante pensar e abrir caminhos. Contudo, é preciso dizer que, não raro, mensageiros do

projeto modernista do fazer científico, mais ou menos conscientes, vão cobrar provas materiais da análise, tentando, também mais ou menos conscientes, desqualificar abordagens que não lhes convém, sugerindo, mais ou menos abertamente, que: *isso não é Geografia!*

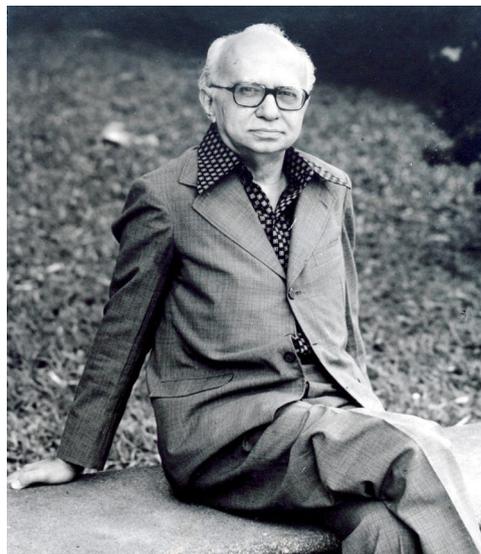
Não nos alongaremos sobre essa discussão – profunda e sem resolução aos nossos olhos –, e, de pronto, clareamos que nos interessa o modo e a plasticidade pelos quais o romancista capta e propõe o lugar, a paisagem, a região, e, particularmente, o território. Como evidenciado por Brosseau (2007b), o desafio estará em enxergar na Literatura mais do que um objeto de diálogo, um sujeito, ideia esta traduzida no seguinte raciocínio:

[...] mesmo um romance regional realista “enraizado” talvez não busque tanto nos “informar” sobre os destinos comuns de uma população e de um território precisos, e sim sugerir o caráter exemplar desse destino [...]. É preciso então reconhecer que aquilo que é implicitamente invocado é a autonomia parcial do mundo fictício em relação ao mundo cotidiano, graças à forma estética na qual ele está encaixado e com o qual tem vínculos (BROSSEAU, 2007b, p. 114).

Ora, entende-se daí que a essência da Literatura é ser Literatura. Saber e praticar isso dirá muito sobre os diálogos ensaiados por nós geógrafos. Romancista, maranhense, Josué Montello escreveu uma eloquente literatura acerca do território e da sociedade maranhense. Teimosamente, coube-nos ensaiar um *tantantã*.

LITERATURA MONTELLIANA E SOCIEDADE MARANHENSE

Romancista prolífico, jornalista com artigos e ensaios publicados em vários jornais do Brasil, professor visitante com passagens em diversas universidades do mundo, são algumas das alcunhas⁴ que podem resumir a carreira profissional do escritor maranhense Josué Montello (Figura 1), que nasceu em São Luís, no dia 21 de agosto de 1917, e faleceu no Rio de Janeiro, no dia 15 de março de 2006.



Fonte: Acervo Casa de Cultura Josué Montello.

Figura 1. O escritor Josué Montello.

Sempre ligado ao mundo das letras, Josué Montello foi herdeiro direto de um movimento de décadas de efervescência cultural do século XIX, no qual a ciência e a literatura eram as bases de uma sociedade que ainda vivia seu auge econômico, e que, portanto, as elites aristocráticas maranhenses – comerciantes, fazendeiros, políticos, entre outros – enviavam seus filhos para estudar em universidades da Europa, de onde retornavam influenciados pelas diretrizes intelectuais que dominavam aquelas sociedades, fazendo gerar significativas marcas na cidade de São Luís.

Em razão desse movimento, São Luís passou a ser conhecida como “Atenas Brasileira”, sendo, portanto, associada à capital da Grécia, berço da civilização ocidental. A respeito de tal momento histórico, Santos (2003, p. 57) declara: “foram décadas de efervescência cultural em que emergiam poetas, escritores, jornalistas e políticos cujo comprometimento intelectual vingaria o epíteto Atenas Brasileira”.

Arthur Azevedo (teatrologista que foi um dos pais da arte teatral no país); Gonçalves Dias (um dos maiores poetas do Romantismo brasileiro); Aluísio Azevedo (fundador do Naturalismo no Brasil, com obras extraordinárias, como *O Mulato* e *O Cortiço*); Raimundo Correia (um dos três da grande tríade de poetas parnasianos, ao lado de Bilac e Alberto de Oliveira); Graça Aranha (espírito avançado e contestador, que teve a coragem e a grandeza de emprestar seu nome, então consagrado, à defesa dos primeiros autores modernistas, indo frontalmente contra a Academia Brasileira de Letras, da qual fazia parte); Maria Firmina dos Reis (provavelmente autora do primeiro romance abolicionista feminino brasileiro, de título *Úrsula*) (CARNEIRO, 2011, p. 59).

Como se percebe, daquele contexto surgiram nomes que moldaram o campo das letras maranhense e brasileira. De fato, essa geração ficou marcada por ter representado uma gama de intelectuais que proporcionou novos ares culturais, fazendo vingar uma forte densidade de conhecimentos para as humanidades, de modo a influenciar gerações posteriores.

Josué Montello não viveu o auge dessa época, mas, ao ser influenciado por esta, representou uma renovação do mito da “Atenas Brasileira”. Com o declínio da geração que ia para a Europa, surgiu uma nova geração de escritores, jornalistas e poetas, com a diferença que esta última fez parte da sua vida intelectual, inicialmente em São Luís, migrando posteriormente para o Rio de Janeiro, onde a elite da intelectualidade brasileira se reunia.

Morando no Rio de Janeiro, a fim de concretizar seu desejo de se tornar um escritor consolidado, Montello passou a ter como companheira a inquietação por não estar em casa, como atesta no seu Diário em um registro do dia 10 de junho de 1952: “acostumado à minha varanda, ao meu quintal e às minhas árvores, dou comigo a andar da sala para a cozinha, como se os pés estivessem a sentir falta do rangido da terra solta” (MONTELLO, 1998, p. 29).

Em *terra firme*, no transcurso da vida no Rio de Janeiro, o autor se estabeleceu como escritor e tem a sua vocação realçada, alcançando reconhecimento por parte da crítica especializada e de leitores comuns. Chega a fazer parte do círculo de escritores que se reunia na livraria José Olympio⁵, situada na Rua do Ouvidor, nº 110. Dentre outros, seguem alguns dos nomes daquele círculo: Jorge Amado, José Lins do Rego, Rachel de Queiroz e Graciliano Ramos, de quem se tornou amigo.

Leitor compulsivo, a qualidade das leituras de Josué Montello ficava cada vez mais evidente em sua produção literária, esta que revela uma visceral relação com as terras

maranhenses e suas questões, como lido em Rabecchi, para quem: “a obra montelliana, quase toda, vincula-se ao contexto maranhense político e econômico – vivenciando seus ciclos, da sociedade aristocrática à burguesa” (RABECCHI, 2009, p. 19-20).

É verdade que Josué Montello se considerava um homem de sua província, com fortes marcas da terra e dos hábitos do Maranhão, mais especificamente de São Luís. Nunca se esquecendo do seu chão, que para ele representava tudo o que de mais importante a memória poderia conceber, corpo-referência de quem decidiu se exilar – refere-se aqui ao autoexílio –, é a cidade que vai remontar nos recônditos da sua consciência as mais qualificadas situações de vida que aparecem em suas obras.

A tais termos, cumpre salientar que, apesar de vasta produção bibliográfica, o que fez Montello ser reconhecido no cenário nacional foi a sua verve de romancista, que por ordem cronológica de publicação consiste nos seguintes títulos: *Janelas fechadas* (1941), *A luz da estrela morta* (1948), *Labirinto de espelhos* (1952), *A décima noite* (1959), *Os degraus do Paraíso* (1965), *Cais da Sagração* (1971), *Os Tambores de São Luís* (1975), *Noite sobre Alcântara* (1978), *A coroa de areia* (1979), *O silêncio da confissão* (1980), *Largo do desterro* (1981), *Aleluia* (1982), *Pedra viva* (1983), *Uma varanda sobre o silêncio* (1984), *Perto da meia-noite* (1985), *Antes que os pássaros acordem* (1987), *A última convidada* (1989), *Um beiral para os bem-te-vis* (1989), *O camarote vazio* (1990), *O baile da despedida* (1992), *A viagem sem regresso* (1993), *Uma sombra na parede* (1995), *A mulher proibida* (1996), *Enquanto o tempo não passa* (1996), *Sempre serás lembrada* (2000), *A mais bela noiva de Vila Rica* (2001).

Grande parte de sua obra é inspirada em São Luís, como se o autor precisasse escrever sobre sua terra natal para reviver suas memórias, ou como se prestasse homenagem à terra que o trouxe ao mundo e o formou, buscando, assim, em *sujeitos reais*, arquétipos para seus *personagens*, iluminados pelos casos da cidade. Atentemos, pois, para as palavras que se seguem:

São Luís pulsa e se derrama na essência de meus romances. De onde concluo que não fui eu apenas, com a minha língua materna, que escrevi [...] foi também minha terra que os escreveu comigo, com seus tipos, com seus sobrados, com suas ruas estreitas, com suas ladeiras, com a luz inconfundível que se desfaz ao fim da tarde sobre seus mirantes, seus telhados, seus campanários, na Praia Grande, no Desterro, no Largo do Carmo, no Cais da Sagração (MONTELLO, 1998, p. 1041).

São Luís, nos romances montellianos, é desvelada como uma cidade encantadora, ainda vivendo seu apogeu comercial, artístico e intelectual, e com uma riqueza natural ímpar, mas também como uma cidade repleta de contradições, desigualdades sociais e buscas pela sobrevivência. Por isso mesmo, provavelmente, fez com que Itapary (2006, p. 5) afirmasse: “Josué, para nós, é o nosso representante maior, no Brasil e no exterior. Foi a grande figura que projetou, durante o século XX, o modo de viver do povo maranhense”.

Por sua vez, ainda sobre o romancista em tela, Carvalho nos diz o seguinte:

É um nato representante da cultura maranhense, principalmente, no tocante ao espaço da velha cidade já, na época, praticamente em ruínas. A sua ilha, capital que se transfigura como ambiente socioeconômico e cultural na maioria da sua obra ficcional, e guarda segredos, mistérios contados por personagens

nos seus romances. Esses aspectos fortalecem a imaginação que transforma a realidade do autor, com a vida do seu povo, e da cidade miscigenada por natureza (CARVALHO, 2014, p. 17).

Montello acreditava ser um escritor que precisava pôr os pés na sua cidade para que assim pudesse rememorar caminhos, espaços, paisagens e cenas do cotidiano. Ele, nas visitas que fazia com frequência para rever a cidade que tanto o inspirou, aproveitava para reviver imagens como essas assim escritas: “Os pregões de São Luís... Ouço-os ainda, como ao tempo de minha infância. O do jornaleiro. O do peixeiro. O do Sorveteiro. O do vendedor de pamonhas. O do mascate, que parava na rua do Alecrim” (MONTELLO, 1998, p. 377).

Em “Os Tambores de São Luís” (1975), tida pela crítica como a obra-prima do escritor, a cidade de São Luís é apresentada por um cunho essencialmente humanitário, elegendo questões do tipo: busca da liberdade do negro em face à escravidão, disputas entre poderes — em especial o poder econômico e religioso —, preconceitos da sociedade aristocrática para com o povo e a plural carga simbólica da cidade. Com efeito, *Os Tambores* é resultado das pesquisas de mais de vinte anos que Montello fez sobre a escravidão no Brasil e no Estado do Maranhão, imergindo em livros de outros autores, fotografias, textos jornalísticos e em registros específicos. Não por acaso, em 1987, a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) reconheceu tamanho compromisso imaginativo, tendo a obra como representativa à humanidade.

Antes de fazermos a passagem para a próxima seção do texto, a respeito do conteúdo que o autor criou, lançamos mão de suas próprias palavras, que dizem: “com o meu romance, poderei suprir uma lacuna no romance brasileiro, [...] a epopeia da raça negra, lutando por sua liberdade” (MONTELLO, 1998, p. 1212).

“OS TAMBORES DE SÃO LUÍS”: DA MATA À CIDADE: A ESCRAVIDÃO

Ao trazê-la em seu título, “Os Tambores de São Luís” trata-se de uma homenagem à cidade de São Luís, ao seu povo, e representa, assim, um exercício crítico acerca das atrocidades sociais sofridas em outrora pela população negra. A trama gira em torno de Damião, personagem principal, negro e escravo, que no decorrer da narrativa torna-se um homem livre, culto e combatente. Com efeito, Josué Montello nos oferece uma riqueza de personagens, o que se contabiliza para mais de quatrocentos. Sincronicamente, por um lado encontramos muitos elementos da história de São Luís e da beleza de sua paisagem e, de outra parte, alcançamos descrições a respeito de uma sociedade intolerante — cultural e religiosamente —, sendo realçada a sua capacidade escravagista.

Pelas letras montellianas, o leitor conhece ruas, largos, igrejas, casas e o cotidiano da ludovicense no passar do século XIX para o século XX. Notadamente, no que pese à *ficção*, a *realidade* não está fora de suas páginas (MOLDER; HISSA, 2011), e nesse jogo interacional entre texto e vida, a escravidão permeia todo o romance, sendo possível perceber territórios usados por funções bem definidas (SANTOS, 1994). A narrativa assumida envolve a leitura de modo a ilustrar os territórios e os cotidianos do senhorio e dos escravos, da igreja católica e de religiões de matriz africana. Destas últimas, a Casa das Minas desponta como um “espaço numinoso” (BERGER, 1985), de resistência pela vida, cultura, festa, um território religioso assegurador do encontro com os irmãos de cor.

O romance descreve tempos sombrios em que a escravidão era algo comum aos negros, sendo pouco ou quase nada questionada pela sociedade à época. Assim, “Os

Tambores de São Luís” retrata um período de aversão na história do Brasil. No mundo criado pelo texto literário, é, pois, “a memória do protagonista, Damião, que trará de volta tais acontecimentos” (ZANELA, 2009, p. 136), a fim de não os esquecer, e não esquecer soa como uma cultural ritualização (TURNER, 1974) que diz mais ou menos assim: *nós não queremos mais este tipo de ‘geografia’ em nossa cidade, para o nosso povo!*

Do romance, enxergamos, e problematizaremos a partir de então, a condição humana escrita em três especificações de territórios sociais: o território do quilombo; o território da fazenda Bela Vista; o território da cidade de São Luís.

Fundado pelo pai de Damião, Julião, o território do quilombo é emblemático aos apelos romanescos. Por ora, lembramos que, a princípio, os únicos moradores do quilombo eram Julião, sua mulher e os dois filhos, a saber, Damião, com oito anos, e Leocádia, sua irmã, com seis anos, todos sonhando com a liberdade, fugidos da opressão escravagista.

Julião, que chegou ao Brasil num navio negreiro com outras centenas de escravos, “ergueu a sua palhoça e fez o seu roçado [...] Ao fim de um ano, já a casa era outra, mais sólida, as paredes de pindoba, o chão de terra batida, os esteios de aroeira” (MONTELLO, 2005, p. 26). Estratégico do ponto de vista locacional e simbólico, a importância do quilombo era tanta que se demorou um mês para chegar até àquela abertura de mato, à beira de um pequeno lago, onde a vida parecia livre do atormento social.

Ao aprofundarmo-nos na leitura, e em reinterpretação, vejamos:

O surgimento do quilombo se deu com a chegada de Julião e sua família, naquela terra distante, após muitos dias de caminhada mata adentro; logo, seguidamente, outros negros escravos fugidos da fazenda do Dr. Lustosa, seu antigo dono e de tantas outras fazendas circunvizinhas. Assentaram-se naquela terra e deram início a uma sociedade com característica de comunidade, onde o trabalho era coletivo e mais justo. Os negros uniram-se no intuito de sobreviverem à perseguição da lei do mais forte. E aproveitavam a experiência obtida nas terras dos brancos; economicamente, produziam em conjunto, as plantações de milho, de cana-de-açúcar, frutas, criações de animais, como galinhas, marrecos, caçavam e pescavam, até forjavam algumas ferramentas de ferro no intuito de se prepararem melhor para enfrentar os adversários quando lá aparecessem (CARVALHO, 2014, p. 35).

Desta feita, o quilombo revela a intenção e a construção de um espaço acolhedor, humanizado: um lugar com ares de território (HAESBAERT, 1997). Ainda no sentido quilombola, Silva (2012, p. 3) menciona que “territorializar-se significa ter poder e autonomia para estabelecer determinado modo de vida em um espaço, dando continuidade à reprodução material e simbólica deste modo de vida”. Dissemos, então, de um território que com o passar do tempo vai tomando dimensões simbólicas de comunhão, aninhando negros fugidos de outras fazendas, que, ao chegarem ali, abriam risos triunfantes, sabendo que estariam nos braços de uma terra raiz (DARDEL, 2011). A estes termos, fruto da imaginação de Montello, sensível e orgulhoso, é Julião quem afirma: “foi eu que fez o quilombo, tudo aqui tá dentro do meu corpo” (MONTELLO, 2005, p. 36). Dessa forma é que, com história corporificada, o quilombo já tinha “a casa de farinha, a engenhoca, o seu pequeno cemitério” (MONTELLO, 2005, p. 35).

Permitindo-nos saltos na interpretação que fazemos neste ensaio, aportamos noutra território, já citado acima, a Fazenda Bela Vista, que, ao contrariar o seu próprio nome, pelo menos na perspectiva dos escravos, não tinha nada de bela, vista como um território

cruel. Comandada *à mão de ferro* pelo Doutor Lustosa, homem de muitas posses e de determinada respeitabilidade social, a Fazenda faz sangrar e humilha os corpos negros, ao mesmo tempo em que faz perpetuar o *status quo* daqueles que se achavam donos dos corpos citados, corpos tidos como sem alma, embora preches de esperança.

No que concorre ao que é dito acima, perceberemos que, no retorno à Fazenda, de modo penoso — físico e mentalmente —, depois de recapturado, Damião se lembra dos momentos vividos ali com a sua família, e as lembranças alimentavam-no daquilo que não mais queria experimentar, apesar de que “recordava-se de tudo, até mesmo da floração dos ipês” (MONTELLO, 2005, p. 48). Nem mesmo o *amarelado* das plantas imaginadas o fazia esquecer o *vermelho* que escorria das costas após as chibatadas sofridas no tronco. A dor revestia o território da Fazenda de modo a tornar rasteiras as possibilidades de dignidade humana. A senzala era o local dos escravos, espaço de pertença parcial.

Toda a construção humana do quilombo, a vida em conjunto, os afazeres coletivos, de empreendimentos simbólicos como espaços festivos, foi destruída com o retorno à Fazenda. Desfazia-se, assim, o devaneio da autonomia (BACHELARD, 1988), da alma no lugar do corpo (MERLEAU-PONTY, 2006), corpo resgatado como valor de mercado, usado como moeda de troca, objeto facilmente descartado.

Ao que parece revelar um posicionamento crítico e humanitário, em “Os Tambores de São Luís”, Josué Montello cita uma eloquente passagem de um sermão do padre Antônio Vieira – notório defensor da abolição da escravidão e crítico severo de senhores de escravos, a quem via como cristãos que escravizavam outros seres humanos –, em que fica clara a desoladora situação das fazendas maranhenses: “Ah fazendas do Maranhão, que se esses mantos e essas capas se torceram, haviam de lançar sangue!”⁶. Em absoluto, as condições nas quais os escravos eram submetidos, seja na literatura, seja na vida que se tornara literatura, eram, por demais, desumanas. As fazendas escravagistas eram territórios sociais pensados com função de usar a força da mão de obra escrava e acumular finanças.

A cafua era o local no qual as torturas eram mais violentas. A bem da verdade, a cafua “parecia anterior à senzala e à primitiva casa-grande, no seu todo abrutalhado, na argamassa de suas paredes sem reboco, no seu chão de terra solta” (MONTELLO, 2005, p. 132). Era um espaço extremamente topofóbico, de dimensões assustadoras, produzidas com o intuito de proporcionar medo no homem, horror; ou seja, gerar os piores sentimentos e sensações possíveis.

É sabido que o homem, naturalmente, tende a preservar em si a liberdade, o espaço livre, sem barreiras ou impedimentos. Quando o homem é reduzido a um pequeno espaço, por imposição, ele perde a possibilidade de seguir, caminhar e viver. Damião foi colocado, por castigo do seu senhor, nessa situação, nesse espaço claustrofóbico: “Era uma peça retangular, de altas paredes sem janelas, cobertura de zinco, servida apenas por uma porta lateral, que se fechava pelo lado de fora com um ferrolho” (MONTELLO, 2005, p. 132).

Fechada a nossa breve interpretação sobre o território da Fazenda, abrimos as reflexões já na cidade, em São Luís, onde e aonde os tambores pareceram rufar um tipo de território marcado pela luta e afetividade entre os negros. Damião, por esta ocasião, mais uma vez, é símbolo encarnado da perspectiva de uma raça. Foi na cidade que se concebeu a luta pela libertação do povo negro do Maranhão.

A cidade de São Luís do século XIX – o tempo-espaço histórico trabalhado no romance é a segunda metade do século XIX – tinha características que não a diferenciava muito das outras grandes cidades do Brasil Imperial. Risério (2013, p. 123-124), ao

escrever sobre São Luís, diz que ela teria sido “depois da fundação francesa, uma cidade castelhana que portugueses e brasileiros iriam lusitanizando e abasileirando até que ela, mais tarde, recebesse cores e tambores africanos, celebrando seus voduns”, mas uma cidade constituída com territórios distintos para brancos e negros.

Não por acaso, Josué Montello escreve uma São Luís construída a custo de muito suor, sangue, humilhação, dor e morte, dos negros escravos. Por esta lógica, mais ou menos na metade do romance é possível ler que:

Já fazia mais de três séculos que os primeiros negros tinham chegado ao Maranhão, ainda com a cidade circunscrita ao seu forte, a algumas ruas tortas, ao casario de palha, a uns poucos sobradinhos de pedra. Ano após ano, vieram vindo outras levas de escravos, embarcados em Angola, na Guiné, em Moçambique, no Congo e na Costa da Mina [...] E tinham sido eles, os pobres pretos esqueléticos, de grandes olhos febris, as pernas bambas e chagadas, que em verdade ergueram a cidade, com seus palácios, seus sobradões de pedra e cal, suas igrejas, e sua muralha junto ao mar, sem que nem por isso lhes fosse restituída a liberdade (MONTELLO, 2005, p. 283-284).

Em suma, aquela cidade que encantou Damião em seus aspectos físicos e arquitetônicos foi inteiramente construída por esses homens que não tinham liberdade. Negros que, em sua maioria, vieram de outro continente, sem qualquer ligação com aquele novo chão. Novamente, deixando-nos envolver pela mistura entre ficção e realidade, não nos esqueçamos de que o Maranhão era, proporcionalmente, o terceiro estado com o maior número de escravos, ficando atrás apenas do Rio de Janeiro e de Minas Gerais, regiões economicamente mais prósperas e importadoras de escravos no século XIX (JESUS, 2015).

Recém-libertado da escravidão, Damião demarca o seu território em São Luís em proximidade com os outros negros. Nesse contexto, as ruas são lugares de convivência e conhecimento. São nelas que são criados os vínculos que Damião costura para a vida pretendida. Nas ruas ele encontrou seus companheiros de luta pela abolição da escravatura, e também amigos, família e amores. Nas calçadas, aprende a triste realidade dos seus irmãos africanos. Ainda assim, pelo encontro, a cidade é portadora de identidade para ele, pois “a identidade é construída por subjetividades individuais e coletivas e pode estar relacionada a grupos sociais ou ao pertencimento territorial” (CHELOTTI, 2010, p. 171).

E foi indo pelas ruas de São Luís, depois de algumas resistências pessoais, que Damião descobriu que o território sagrado da Casa das Minas o possibilitava lutar como que numa prática espiritual, juntamente com outros negros, escravizados ou não. Nesse *mundo sagrado*, a ancestralidade representava a própria divindade como enlace de vida. Conheçamos isso, pois, quando Josué Montello diz que os negros escravizados se sentiam no Querebentã de Zomadônu:

Esqueciam-se do cativo, não tinham mais senhores nem feitores, e sim voduns, que os habitavam e protegiam. Pouco importava que trouxessem no corpo as marcas das cangas, dos libambos, dos vira – mundos, das gonilhas e das gargalheiras. Ou que ali entrassem com as mordanças e as máscaras de flandres. Os tambores retumbavam, e eles, os cativos, eram novamente os donos de suas horas, senhores de suas vontades (MONTELLO, 2005, p. 281).

Tirar o microterritório da Casa das Minas daqueles sujeitos significava enfraquecê-los, deixá-los sem chão, *sem céu*, e a sociedade ludovicense o fazia sob a alegação de que ali os negros se comunicavam com seres diabólicos. As crenças cristãs, certamente, reproduziam essa mensagem. Damião soube incessantemente do preconceito, e porque o viveu *na pele*. Os territórios da *sua cidade* respiravam a incompreensão da forma de viver do outro, e ele sabia que era preciso fundar outra natureza identitária naquelas terras, só assim se sentiriam – os negros escravizados – pertencentes ao território.

Caminhar com Damião pelas ruas de São Luís, através das palavras de Montello, talvez seja necessário para diminuir os hiatos que, conscientemente, deixamos...

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por fim, na confluência das reflexões ensejadas até aqui, ao indicarmos a Literatura como arte e cultura capaz de fazer desenvolver sentidos humanitários, um texto ampliador das nossas noções geográficas, reproduzimos abaixo os três parágrafos iniciais do romance “Os Tambores de São Luís”, que se configuram como palavras-convide à leitura: rica em potencial simbólico e sensível, revelador de *um espaço* substancial, relacional, mítico, demonstrativo do quanto a Literatura contém saber territorial e social, o que, no caso da realidade maranhense e da cidade de São Luís, condensa o lugar e o habitar de culturas diversas, religiosas, espirituais, inclusive, resistentes à escravidão:

“Até ali os Tambores da Casa-Grande das Minas tinham seguido seus passos, e ele via ainda os três tamboreiros, no canto esquerdo da varanda, rufando forte os seus instrumentos rituais, com o acompanhamento dos ogãs e das cabaças, enquanto a nochê Andreza Maria deixava cair o xale para os antebraços, recebendo Toi-Zamadone, o dono do lugar. Por vezes, no seu passo firme pela calçada deserta, deixava de ouvir o tantantã dos tambores, calados de repente no silêncio da noite, com o vento que amainava ou mudava de direção. Daí a pouco Damião tornava a ouvi-los, trazidos por uma rajada mais fresca, e outra vez a imagem da nochê, cercada pelas noviches vestidas de branco, lhe refluiu à consciência, magra, direita, porte de rainha, a cabeça começando a branquear. Fora ela que viera buscá-lo, à entrada do querebetã. A intenção dele era apenas ouvir um pouco os tambores e olhar as danças, sentado no comprido banco da varanda, de rosto voltado para o terreiro pontilhado de velas. Já o banco estava repleto. Muitas pessoas tinham sentado no chão de terra batida, com as mãos entrelaçadas em redor dos joelhos; outras permaneciam de pé, recostadas contra a parede. Mas a nochê, que o trouxera pela mão, fez sair do banco um dos assistentes, e ele ali se acomodou, em posição realmente privilegiada, podendo ver de perto os tambores tocando e as noviches dançando, por entre o tinir de ferro dos ogãs e o chocalhar das cabaças” (MONTELLO, 2005, p. 15).

NOTAS

3 Esta contribuição científica foi pensada a partir da dissertação de mestrado “O lugar do habitar em ‘Os Tambores de São Luís’, de Josué Montello”, defendida em 2020 por meio do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual do Maranhão

(PPGEO-UEMA) pelo primeiro autor do presente artigo, sob orientação do segundo autor.
4 Em toda sua vida produziu mais de cento e sessenta títulos, incluindo vários gêneros literários, como romances, contos, novelas, crônicas, ensaios, crítica literária, discursos, peças teatrais, literatura infantil e juvenil, memórias, prefácios, além de ter sido colaborador de diversos jornais e revistas brasileiras.

5 Fundada por José Olympio, a tradicional livraria e editora carioca foi, durante décadas, ponto de encontro da nata da intelectualidade brasileira.

6 Padre Antônio Vieira realizou o Sermão da Primeira Dominga da Quaresma em São Luís no ano de 1653. A quem possa interessar, o sermão pode ser lido em sua totalidade aqui: <https://www.literaturabrasileira.ufsc.br/_documents/0043-01941.html>.

REFERÊNCIAS

- BACHELARD, G. **A poética do devaneio**. São Paulo: Martins Fontes, 1988.
- BENJAMIN, W. **História da literatura e da ciência da literatura**. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2016.
- BERGER, P. L. **O dossel sagrado**: elementos para uma teoria sociológica da religião. São Paulo: Paulus, 1985.
- BROSSEAU, M. Geografia e Literatura. In: CORRÊA, R. L.; ROSENDAHL, Z. (org.). **Literatura, música e espaço**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2007a.
- BROSSEAU, M. O romance: outro sujeito para a geografia. In: CORRÊA, R. L.; ROSENDAHL, Z. (org.). **Literatura, música e espaço**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2007b.
- CARNEIRO, H. M. S. **As formas de tratamento tu/você no português falado ludovicense**. 2011. 204 f. Tese (Doutorado) – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Faculdade de Ciências e Letras, Araraquara, 2011.
- CARVALHO, M. S. **Os Tambores de São Luís**: ecos da memória e espaços reconstruídos na ficção de Josué Montello. 2014. 113 f. Tese (Doutorado em Letras) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.
- CHELOTTI, M. C. Reterritorialização e identidade territorial. **Sociedade & Natureza**, v. 22, n. 1, p. 165-180, abr. 2010.
- CLAVAL, P. **Terra dos homens**: a geografia. São Paulo: Contexto, 2010.
- DARDEL, E. **O homem e a terra**: natureza da realidade geográfica. São Paulo: Perspectiva, 2011.
- HAESBAERT, R. Território, poesia e identidade. **Espaço e Cultura**, Rio de Janeiro: UERJ, NEPEC, n. 3, p. 20-32, jan. 1997.
- ITAPARY, J. **Jornal O Estado do Maranhão**. São Luís, 17 mar. 2006.
- JESUS, M. G. **Racismo e decadência**: sociedade, cultura e intelectuais em São Luís do Maranhão. 2015. Tese (Doutorado) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.
- LE BOSSÉ, M. As questões de identidade em geografia cultural: algumas concepções contemporâneas. In: CORRÊA, R. L.; ROSENDAHL, Z. (org.) **Geografia cultural**: uma antologia. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2013. v. 2.
- MERLEAU-PONTY, M. **Fenomenologia da percepção**. São Paulo: Martins Fontes, 2006.
- MOLDER, M. F.; HISSA, C. E. V. Ciência e arte. In: HISSA, C. E. V. (org.). **Conversações de artes e de ciências**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011.
- MONTELLO, J. **Diário Completo**. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1998. 2 v.
- MONTELLO, J. **Os Tambores de São Luís**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2005.

- RABECCHI, A. L. G. S. **O fio das travessias**: a perspectiva histórica em Os tambores de São Luís, de Josué Montello e A gloriosa família - o tempo dos flamengos, de Pepetela. 2009. 262 p. Tese (Doutorado em Letras) – FFLCH, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.
- RISÉRIO, A. **A cidade no Brasil**. São Paulo: Editora 34, 2013.
- SANTOS, M. O retorno do território. *In*: SANTOS, M.; SOUZA, M. A.; SILVEIRA, M. L. (org.). **Território**: globalização e fragmentação. São Paulo: HUCITEC, 1994.
- SANTOS, S. **Da Atenas à Jamaica Brasileira**: imaginários sobre São Luís na mídia maranhense. 2003. Dissertação (Mestrado em Linguística e Língua Portuguesa) - Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – UNESP, Araraquara, 2003.
- SILVA, S. R. Quilombos no Brasil: a memória como forma de reinvenção da identidade e territorialidade negra. *In*: COLOQUIO INTERNACIONAL DE GEOCRÍTICA, 12., 2012, Bogotá. **Anais [...]**. Bogotá, 2012. Tema: Las independências y construcción de estados nacionales: poder, territorialización y socialización, siglos XIX e XX
- TURNER, V. **O processo ritual**: estrutura e antiestrutura. Petrópolis: Vozes, 1974.
- ZANELA, A. A. **A epopeia maranhense de Josué Montello**: desvendando a poética montelliana em quatro romances. 2009. 214 p. Tese (Doutorado em Estudos Literários) - Faculdade de Ciências e Letras, UNESP, Araraquara, 2009.

O TEMPO DA CULTURA URBANA: UMA HISTÓRIA TERRITORIAL DO HIP HOP EM SÃO LUÍS (1983-2012)

THE TIME OF URBAN CULTURE: A TERRITORIAL HISTORY
OF HIP HOP IN SÃO LUÍS (1983-2012)

EL TIEMPO DE LA CULTURA URBANA: UNA HISTORIA TERRITORIAL
DEL HIP HOP EN SÃO LUÍS (1983-2012)

Cristiano Nunes Alves¹

Milena Boaes dos Santos²

RESUMO: De que modo o exame da produção cultural urbana ao longo do tempo pode nos ajudar a entender como se dão as dinâmicas socioterritoriais na metrópole contemporânea? Buscando contribuir para tal discussão por meio da ideia de território usado, problematizamos as relações entre o fato urbano e metropolitano em São Luís, e a cultura *hip hop*, a chamada cultura das ruas. Baseando a nossa metodologia em levantamento bibliográfico e documental e em trabalhos de campo (visitas técnicas e entrevistas), operacionalizamos a noção de circuito cultural. Apresentamos uma proposta de periodização para o *hip hop* ludovicense compreendendo o intervalo entre os anos de 1983 e 2012, íterim composto por dois subperíodos cindidos pelo ano de 1989: um primeiro de delineamento do circuito e um segundo de consolidação e aprofundamento. Trata-se de um estudo buscando revelar o modo como o *hip hop*, uma *cultura diaspórica*, consolidou-se em São Luís, urbe de predominância negra, extremamente desigual e de singular riqueza cultural.

Palavras-chave: Cultura urbana. Diáspora negra. Hip hop. São Luís

ABSTRACT: How can examining urban cultural production over time help us to understand how socio-territorial dynamics take place in the contemporary metropolis? Seeking to contribute to such a discussion through the idea of used territory, we problematize the relationship between the urban and metropolitan fact in São Luís, and the hip hop culture, the so-called street culture. Basing our methodology on bibliographic and documentary surveys and on field work (technical visits and interviews), we operationalize the notion of cultural circuit. We present a proposal for periodization for Ludovicense hip hop comprising the interval between the years 1983 and 2012 in the interim composed of two subperiods spun off by the year 1989: a first of the circuit design and a second of consolidation and deepening. This is a study seeking to reveal the way in which hip hop, a diasporic culture, consolidated itself in São Luís, an urban area predominantly black, extremely unequal and of singular cultural richness.

¹ Professor Doutor Adjunto dos Cursos de Geografia (Bacharelado e Licenciatura) e do PPGE da Universidade Estadual do Maranhão (UEMA). Coordenador do Núcleo de Estudos em Território, Cultura e Planejamento-MARIELLE. E-mail: cris7cris7@yahoo.com.br.

² Graduanda do Curso de Licenciatura em Geografia da Universidade Estadual do Maranhão (UEMA). E-mail: milenaboaesd.s@gmail.com.

Keywords: Urban culture. Black diaspora. Hip hop. São Luís.

RESUMEN: ¿Cómo puede el examen de la producción cultural urbana a lo largo del tiempo ayudarnos a comprender cómo se desarrollan las dinámicas socioterritoriales en la metrópoli contemporánea? Buscando contribuir a esta discusión a través de la idea de territorio usado, problematizamos la relación entre el hecho urbano y metropolitano en São Luís, y la cultura hip hop, la llamada cultura callejera. Basando nuestra metodología en la investigación bibliográfica y documental y el trabajo de campo (visitas técnicas y entrevistas), operacionalizamos la noción de circuito cultural. Presentamos una propuesta de periodización del hip hop en São Luís que comprende el intervalo entre 1983 y 2012, intermedio compuesto por dos subperíodos divididos por el año 1989: un primero para delinear el circuito y un segundo para la consolidación y profundización. Este estudio busca revelar cómo el hip hop, una cultura resultante de la diáspora, se consolidó en São Luís, una ciudad predominantemente negra, extremadamente desigual y de singular riqueza cultural.

Palabras clave: Cultura urbana. Diáspora negra. Hip hop. San Luís.

INTRODUÇÃO

De que modo o exame da produção cultural urbana ao longo do tempo pode nos ajudar a entender como se dão as dinâmicas socioterritoriais na metrópole contemporânea? Poderia tal produção indicar resistências - ainda que difusas - frente às desigualdades características de nossas metrópoles? Buscando contribuir para tais discussões, problematizamos as relações entre o fato urbano (GEIGER, 1963) e metropolitano em São Luís, e a cultura *hip hop*, a chamada cultura das ruas³.

Movimentação estético-política de matriz negra, criada nas periferias da cidade de Nova Iorque em fins dos anos 1960, o *hip hop* — significando um impulso de resistência à segregação racial, constituído pela junção de três elementos artísticos: o *rap* (expressão musical, baseada em narrativas do cotidiano urbano)⁴, o *break* (expressão corpórea)⁵ e o grafite (expressão visual)⁶ — passaria a se manifestar em São Luís no início dos anos 1980, tendo a capital do Estado do Maranhão se afirmado, ao longo dos anos 1990 e 2000, como uma das mais significativas movimentações da cultura das ruas no país.

No trabalho em tela, investigamos o *hip hop* em São Luís⁷ baseados na noção de território usado (SANTOS, 1997), fundamento reflexivo e prático a nos colocar frente aos sujeitos, materialidades, cooperações e conflitos abrigados no lugar, entendido enquanto dimensão de um cotidiano compartilhado.

Substanciando igualmente a nossa proposta, operacionalizamos a noção de circuito cultural, ferramenta teórico-metodológica da qual lançamos mão para investigar a dinâmica de materialidades e relações sociais em torno de uma determinada manifestação cultural (ALVES, 2014, 2015).

Assim, indagando sobre as sucessivas camadas do projeto social acumuladas no território a partir da cultura urbana, apresentamos uma proposta de periodização (SANTOS; SILVEIRA, 2001) para o circuito *hip hop* ludovicense. Buscando esmiuçar a história territorial dessa manifestação de matriz negra e periférica na capital maranhense, analisamos o período de 1983 a 2012: trata-se do íterim desde a chegada do fenômeno *hip hop* na cidade até o momento no qual, grosso modo, aprofundariam-se os processos socioterritoriais associados às problemáticas anteriores ao período contemporâneo.

Fundamentando nossa metodologia de pesquisa, realizamos levantamento bibliográfico e documental sobre a temática em arquivos escritos e digitais: analisamos livros, teses, dissertações, artigos, mapas, materiais audiovisuais, matérias de jornais, além de conteúdos de redes sociais da *internet*. Além disso, realizamos uma série de trabalhos de campo (entre os anos de 2019 e 2020)⁸, consistindo em: (i) visitas técnicas, realizadas junto a locais, lugares e eventos implicados na temática, tais quais apresentações de *rap*, estúdios fonográficos, entre outros; (ii) entrevistas via roteiros semiestruturados — diálogos — junto a agentes do circuito, tais quais DJs, MCs, agitadores e produtores culturais, pesquisadores da temática, comerciantes fonográficos, aficionados, entre outros.

Estruturamos o argumento do seguinte modo: após essa introdução, expomos em linhas gerais a nossa problematização, apresentando as bases teóricas instrumentais à abordagem da cultura *hip hop* no território ludovicense ao longo do tempo. Em seguida, constituindo a nossa periodização, apresentamos dois itens, correspondendo, cada um deles, a um subperíodo, abordando, assim, os intervalos entre os anos de: (i) 1983 e 1989, momento de delineamento do *hip hop* a partir do *break*, culminando com articulações políticas tecidas em meio ao uso dos espaços públicos ludovicenses; (ii) 1990 e 2012, momento no qual o circuito se consolida e se aprofunda em um contexto metropolitano, demonstrando, por um lado, a predominância do *rap*, e, por outro lado, as redes de cooperação intrametropolitanas e interurbanas engendradas a partir da cultura das ruas na capital do Maranhão.

Propondo um olhar para a luta por organização dos sujeitos a partir dos lugares, o que se mostra aqui é um estudo buscando revelar o modo como o *hip hop*, uma *cultura diaspórica* — ou seja, historicamente derivada dos amplos processos de resistência de povos negros do continente africano, tornados escravos alhures — consolidou-se em São Luís, uma urbe de predominância negra, extremamente desigual e de singular riqueza cultural.

FUNDAMENTOS REFLEXIVOS PARA UMA ANÁLISE DA CULTURA URBANA, NO TEMPO E NO ESPAÇO, A PARTIR DA IDEIA DE CIRCUITO

Em nossa análise sobre o *hip hop* ludovicense partimos da noção de território usado, entendido enquanto a concretização do encontro entre sociedade e espaço geográfico, manifesto em condições históricas e políticas determinadas (SANTOS, 1999). Assim sendo, buscamos em nossa análise, refletir sobre os conflitos e cooperações inerentes à dinâmica de sujeitos, normas, fixos e fluxos implicados na história territorial do circuito *hip hop* ludovicense.

Outrossim, sublinhamos que, em sua dinâmica, o circuito *hip hop* conforma e apropria-se de um sistema material, constituído por estúdios fonográficos, casas de *shows*, emissoras de rádio, lojas de discos e de artigos *hip hop* em geral, entre outros, além de mobilizar inúmeros objetos técnicos, desde equipamentos de produção fonográfica, material de grafiteagem, até cartazes de divulgação. Indissociado desse sistema material configura-se um sistema de ações, que compreende situações de encontro, constitutivas das associações e dos conflitos inerentes aos eventos artísticos, sessões de ensaio e gravação, oficinas e demais articulações, bem como todo o fluxo de informações do circuito, acionado por seus sujeitos, em grafites, em danças, em músicas, palavras, atitudes, rimas e reivindicações.

A esse termo, reflexão cara à nossa investigação sobre as práticas espaciais ligadas ao circuito *hip hop* ao longo do tempo, Ribeiro (2005) propõe uma entrada de método pelo exame do saber constituído pelas experiências dos sujeitos nos lugares. Tratar-se-ia, pondera a autora supracitada, de uma forma de repensar as noções de desenvolvimento,

aclarando o modo de vida e o aparato técnico lugarizado, praticado pelos agentes subalternizados em meio ao processo de modernização seletiva (SOUZA, 2000) demasiado proeminente em nossa formação socioespacial (SANTOS, 1977)⁹.

Interessa-nos, desse modo, por meio do exame de uma cultura diaspórica - movimentada basicamente por sujeitos negros e periféricos -, indagar sobre os modos pelos quais a movimentação de saberes teria implicado, ao longo do tempo, na criação de espessuras comunicacionais¹⁰, tessituras socioterritoriais entendidas enquanto manifestações de espaços-tempo plurais, apontando para a proximidade e a troca entre os sujeitos buscando formas de organização a partir dos lugares.

Nesse viés, a nossa abordagem da cultura *hip hop* a partir da noção de circuito conjuga-se a um olhar para o espaço urbano visto como “lugar da expressão de conflitos”, e, igualmente “como lugar do desejo” (LEFEBVRE, 2002 [1970], p. 160), terreno fértil para a comunicação entre os sujeitos, *locus* capaz de criar “situações e atos tanto ou mais que objetos” (Ibid., p. 159). Ora, de acordo com Lefebvre (1969, p. 46-47), seria a cidade uma obra, “mediação entre as mediações”, base e implicação de atos, ações, decisões, condutas, mensagens, códigos, materialidades, e, sobretudo, da história dos sujeitos em condições históricas específicas:

(...) a cidade é obra, a ser associada mais com a obra de arte do que com o simples produto material. Se há uma produção da cidade, e das relações sociais na cidade, é uma produção de objetos. A cidade tem uma história; ela é a obra de uma história, isto, é, de pessoas e de grupos bem determinados que realizam essa obra nas condições históricas (Ibidem).

Propomos que tais visões de cidade e de urbano, uma vez vertidas ao exame da realidade ludovicense, um espaço em metropolização, sobretudo a partir dos anos 1990, instrumentalizem-se por meio do diálogo com as ideias de Santos (1990) e Silveira (2011) para quem a metrópole — uma grande cidade, marcada pelo aprofundamento da vida de relações — deve ser compreendida como o mais bem acabado *território em uso* rumo à efetivação das possibilidades de comunicação entre lugares e sujeitos no período atual.

Destarte, na busca por desvelar a história territorial da metrópole de São Luís por meio do *hip hop*, recordamos Dollfus (1973, p. 116), para quem a análise geográfica requer a integração de “tempos cuja duração e, conseqüentemente, cujo significado são diferentes”.

Também nesse viés, destacamos Hartshorne (1978) ao avaliar que em muitos casos os processos correntes não têm capacidade explicativa, o que obriga o geógrafo a voltar mais um pouco no tempo, a fim de captar o encadeamento da geografia dos lugares e territórios em diferentes momentos históricos.

Isto posto, a seguir apresentamos os pormenores de uma periodização para o circuito *hip hop* ludovicense, reveladora do modo como a cultura das ruas paulatinamente se tornou um elemento de considerável importância para o entendimento das dinâmicas socioterritoriais da metrópole maranhense.

O PERÍODO DE DELINEAMENTO DO HIP HOP EM SÃO LUÍS: DO CIRCUITO EM TORNO DOS BAILES COM *BREAK* AO MOVIMENTO QUILOMBO URBANO (1983-1989)

Durante os anos 1980, em um contexto de crise urbana nacional (CANO, 2011), na cidade de São Luís, ao mesmo tempo em que se consolida a atividade industrial, intensifica-se o espraiamento das periferias, especialmente nas direções da região do Bacanga (oeste

ludovicense) e no sudeste da cidade (BURNETT, 2012; FERREIRA, 2014). Resistindo a esse processo constituído por modernizações desiguais e expulsórias da população pobre, pululam, entre outros, sejam os movimentos de luta pela terra urbana, manifestos por meio de ocupações, associações de bairro e demais movimentos organizados (PEREIRA, 2011), sejam os movimentos de luta por meio da arte em sua forma política, caso dos circuitos culturais diaspóricos, dentre os quais se destaca o *hip hop*.

O início dessa década de 1980 é o momento no qual a cultura das ruas chega à São Luís, difundida a partir de videoclipes, filmes, discos e revistas, e manifestando-se primeiramente por meio do *break* (SANTOS, 2008). Assim, a partir do ano de 1983, os pioneiros jovens dançarinos do então chamado *beat street*¹¹, passam a se encontrar no Centro Histórico, no antigo Cine Monte Castelo (SANTOS, 2008). Relacionado às articulações firmadas nesses encontros no centro, tem-se o paulatino surgimento dos primeiros grupos de *break* pelas periferias da cidade (Figura 1), tais quais: o *Dente de Sabre* (bairro da Cohab), o *Spectro Break* (bairro da Liberdade), o *Electro Dance* (Monte Castelo) e o *Break Funk Street* (Maiobão).

Parte de tal organização de coletivos de dançarinos e dançarinas, observa-se uma espessura compreendendo a organização de bailes baseada no acionamento de onze clubes privados ou associações de moradores para a prática do *break* em São Luís¹² (Figura 1): a topologia em tela revela o abrigo de três locais no Centro Histórico e oito locais no eixo periférico ludovicense que se estende desde o Bairro do São Francisco (ao norte do centro), passando pelas periferias de formação mais antiga, tais quais o Bairro do João Paulo, até periferias de formação mais recente, tais quais os Bairros da Cohab ou do Cohatrac.

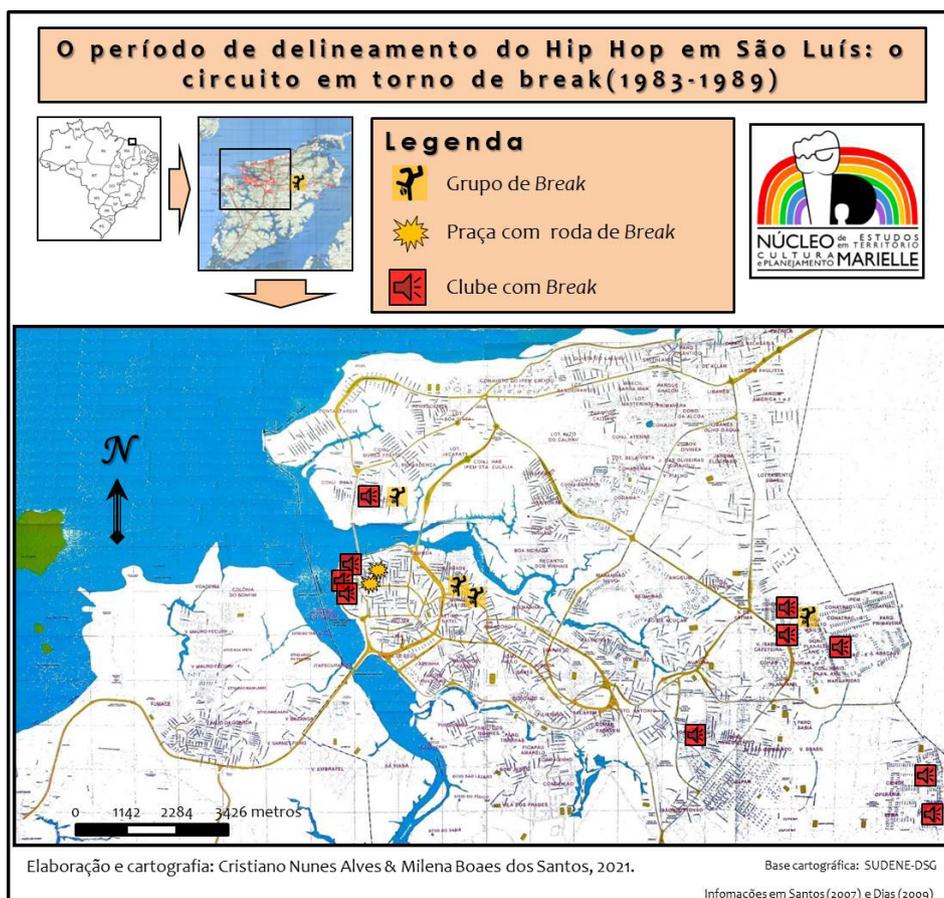


Figura 1

Em seu momento inicial na capital maranhense, o *hip hop* guarda paralelismo e relação com outras práticas periféricas articulando jovens de diversos bairros da cidade, em especial as chamadas “galeras”, grupos de jovens reunidos, sobretudo, em busca de lazer, parte deles adeptos do *break* (SANTOS, 2007, 2008, 2015; DIAS, 2002, 2009; COSTA, 2015)¹³.

Tal processo, delineando a aurora do *hip hop* ludovicense em torno do circuito de bailes com *break*, não ocorreu sem contradições: se por um lado a dança da cultura *hip hop* logrou visibilidade, tanto dialogando com a capoeira ou com o *reggae*, quanto movimentando concursos e propagandas veiculados nas emissoras de rádio e televisão locais¹⁴, por outro lado, foi alvo de um amplo processo de criminalização, resultando, no ano de 1986, na proibição da prática das rodas de *break* na cidade¹⁵.

Emoliente desse processo, observa-se a criação de uma psicosfera (SANTOS, 1997) de reiterada negação da capacidade criativa de uma prática periférica essencialmente diaspórica, tratada como questão de segurança pública, preconceituosamente associando as galeras e o *break* às gangues, então igualmente em ação na cidade (SANTOS, 2007; DIAS, 2009).

Nesse sentido, vale destacar que os lugares nos quais os grupos de *break* se encontravam eram também frequentados pelas “galeras” e pelas gangues ludovicenses. Tal fato implicou que todos esses grupos — que em comum tinham a sua verve periférica e predominantemente negra —, indistintamente, fossem taxados de criminosos: “É claro que a vinculação entre gangues e grupos de dança feita por jornalistas é no sentido de associar a dança *break* à violência e, conseqüentemente, criminalizar àqueles jovens em seu conjunto” (DIAS, 2009, p. 114).

Na medida em que menos ligadas pela unidade de suas ações do que pela constituição nos mesmos lugares negros e periféricos, tais práticas, engendrando espessuras comunicacionais, sinalizavam para o fato da cidade, que se espraiava historicamente assentada na desigualdade, não se mostrar como uma configuração territorial capaz de dar conta das necessidades políticas e culturais de sua população menos favorecida economicamente.

Assim sendo, e frente às redes de cooperação já delineadas em torno da cultura das ruas, a criminalização em curso, implicando no desmonte do circuito dos bailes onde se praticava o *break*, ao invés de resultar no esvaziamento da prática, em verdade resultou na busca diaspórica por alternativas: ou seja, saberes encarnando uma demanda política e cultural afirmaram-se mesmo frente à perseguição por parte dos poderes instituídos. O que se verificaria, outrossim, seria o deslocamento da natureza do uso do território embutido na prática da expressão corporal da cultura *hip hop*. O *break*, desse modo, passaria a ocupar principalmente os espaços públicos da capital maranhense, tais quais os parques e as praças (DIAS, 2002, 2009), locais tornados, a esse termo, lugares de encontro e reunião por excelência, tais quais as praças Gonçalves Dias e a Praça Deodoro, ambas localizadas no Centro Histórico:

Foram nas praças que os precursores do Hip Hop maranhense, Hertz Dias, Lamartine Silva, Júnior Bahia, Mizinho, Vilsinho, Paulo Break e outros, conseguiram manter vivo o Hip Hop, em meio ao esfriamento do modismo e à repressão policial (SANTOS, 2008, p. 9).

Nessa direção, como bem assinala Dias (2002), não tardaria para que os encontros cotidianos dos *breakers* com sujeitos ligados a outros setores progressistas da classe trabalhadora ludovicense, sobretudo na Praça Deodoro, em eventos artísticos como o “Sexta com Hip Hop”, fizessem melhor aflorar o viés político inerente à cultura *hip hop*:

... se a Praça Deodoro, na época, era o principal foco das manifestações dos movimentos sociais e das esquerdas maranhenses e sendo justamente naquele mesmo espaço que os *breaker's* reuniam-se para dançar e “trocar ideias” é possível afirmar que muitos destes que ali se encontravam não para o ato em si, mas para demonstrar suas habilidades na dança, acabaram, pois envolvidos por aquele clima político da época e adquirindo certo interesse, ainda que espontâneo, pelas causas sociais (DIAS, 2002, p. 26).

Decorrencia de toda essa efervescência *hip hop* abrigada na capital maranhense, surgiria, no ano de 1989, aquela que viria a se tornar uma das mais importantes organizações da cultura das ruas no Brasil, o Movimento Quilombo urbano, gestado, entre outros, por Hertz Dias e Lamartine Silva.

Amparada na defesa de uma “Revolução Socialista Afrobrasileira”, a organização criada com o objetivo de “Mobilizar, conscientizar e organizar o povo preto e pobre da periferia para lutar pela eliminação do racismo e demais formas de opressão”¹⁶, acabaria por influenciar o *hip hop* ludovicense como um todo, todavia reunindo militantes principalmente dos bairros da Liberdade, do Anjo da Guarda, da Cidade Operária, do Coroadinho, da Vila Janáina, da Cidade Olímpica e do João Paulo (SANTOS, 2007; DIAS, 2009)¹⁷.

Em síntese, verifica-se, no subperíodo, o delineamento do *hip hop* em São Luís, inicialmente em torno do *break* praticado em um circuito de bailes organizados principalmente em locais privados. Proximamente no ano de 1986, em um movimento de resistência às ações de criminalização da dança da cultura *hip hop* — ações estas culminando no esvaziamento do circuito de bailes —, o circuito deslocaria a sua dinâmica rumo a apresentações artísticas e discussões abrigadas essencialmente em espaços públicos. Não tardaria para que essa nova orientação, condição e resultado de diálogos estéticos e políticos progressistas, implicasse numa melhor forma de organização do *hip hop*, mais autônoma e orgânica do que aquela observada em um momento anterior, marcado pela dinâmica em torno dos bailes.

Tema a ser tratado a seguir, tal processo conduziria o circuito *hip hop* a um novo subperíodo, iniciado com os anos 1990 e caracterizado tanto pela predominância do *rap*, quanto pelo aprofundamento de redes de cooperação, articulando lugares e sujeitos na metrópole e fora dela.

O HIP HOP NA METRÓPOLE DE SÃO LUÍS: A CONSOLIDAÇÃO E O ADENSAMENTO DO CIRCUITO (1990-2012)

No Brasil das décadas de 1990 e 2000, dá-se a afirmação da imposição neoliberal, implicando em que a questão urbana passasse cada vez mais a atrelar-se à lógica de mercado (MARICATO, 2014; LIMA-JÚNIOR, 2010). Triunfaria, dessa maneira, o discurso competente (CHAUI, 1989) da impossibilidade de alternativas, segundo o qual os investimentos sociais haveriam de ser, cada vez mais, contabilizados como gastos (MARICATO, 2014).

Em São Luís, o rebatimento de tais variáveis resultaria na afirmação de um caótico processo de metropolização acompanhado da institucionalização de uma região metropolitana¹⁸ (BURNETT, 2012; FERREIRA, 2014). Em um movimento de crescimento marcado, entre outros, pela especulação imobiliária¹⁹, redundando na criação de uma série de novas desigualdades, — isto é, periferizante em essência — a capital maranhense, que no ano de 1990 tinha uma população de 695.199 habitantes, passaria a ter, no ano de 2010, uma população de 1.014.837 habitantes²⁰.

São nos fragmentos desse espaço urbano a crescer periférico e sob o qual se assenta a jovem metrópole maranhense, que se dá a consolidação e o adensamento do circuito *hip hop*.

Fato conjugado à articulação da militância local junto a militâncias de fora de São Luís, ocorre, a esse termo, a dinamização do circuito *hip hop* a partir de variáveis concentradas nas periferias da metrópole, por meio de sujeitos, organizações, eventos artísticos, discussões e seminários temáticos vertidos consideravelmente à questão negra.

Não por acaso, verifica-se no período o surgimento de uma série de nomes - abrigados essencialmente nas periferias, boa parte deles afirmando a identidade negra da militância *hip hop* -, caso de: (i) grupos de *break*, tais quais o Botsuana, o Revolução das Ruas, o Hottronic ou o Marabreak; (ii) grupos de grafite, tais quais o Artigo Negro, o Código Visual ou o Grupo Ganna; (iii) e cerca de 40 grupos de *rap* e *rapistas* atuantes entre 1990 e 2012*, tais quais o Discípulos de X, o Navalhas Negras²¹, o Milícia Leal Palmarina, Preta Lu, Dialeto Preto, Mano Magrão ou Preto Roberto Comunista²².

Atreladas a tais sujeitos²³, dinamizam-se, então, uma série de apresentações ao vivo, abrigadas predominantemente em doze lugares²⁴, nenhum deles especializado em *hip hop**. Trata-se de seis bares e seis locais públicos, avultando, sobretudo, o uso de duas praças localizadas no Centro Histórico: a Praça Deodoro e a Praça Lagoa Amarela (hoje conhecida como Praça do *Reggae*). Nesse viés, chama a atenção a apropriação deste último local, segundo a militância *hip hop* ludovicense, um processo de “reintegração de posse”, por meio do qual, objetivando “levar a periferia a ocupar um lugar construído pelos nossos antepassados e de aglutinar a juventude negra e pobre, os movimentos populares e a esquerda maranhense em torno deste espaço” a Praça foi denominada “Quilombo Cultural Lagoa Amarela (...) referência ao quilombo organizado por Negro Cosme durante a Guerra da Balaiada no Maranhão”²⁵.

De outra parte, a produção fonográfica ligada ao *rap* indica que, enquanto nos anos 1990 ocorrem as primeiras gravações da música do *hip hop* em caráter demonstrativo (RIBEIRO, 2011)²⁶, nos anos 2000 ocorreria a gravação dos álbuns pioneiros do *rap* ludovicense: “A Peste Negra” do Clã Nordestino (2003), “A Guerra é pra Valer” do PRC + Um Comuna (2006), Gíria Vermelha (2008) e a coletânea “20 anos de Correria, 20 anos de Periferia”²⁷ (2010).

Nesse contexto, dando suporte aos elementos artísticos do *hip hop*, passam a constituir igualmente o circuito *hip hop*, uma série de variáveis fundamentadas em preceitos “comunitários e autogestionários” (DIAS, 2009, p. 184), tais quais a produtora e selo (pequena gravadora) Periafricana²⁸, as produtoras Naza e Samis, o estúdio de gravação Stripulia e grifes como a Revide.

A fusão entre cultura e política característica do *hip hop* nos obriga a analisar essa evolução dos elementos artísticos da cultura das ruas em compasso com seus órgãos de cooperação e espessuras comunicacionais correlatas: as posses e os movimentos organizados. Embora muitas vezes se confundam na natureza de suas ações, articulando-se entre si, pode-se dizer que enquanto os movimentos organizados engendram materialidades e ações em escalas mais abrangentes, não raro englobando as posses, estas têm um viés predominantemente operacional e uma ligação mais forte com bairros e comunidades específicas. O fato é que, em ambos os casos, tem-se uma militância empenhada cotidianamente em oferecer ao seu entorno uma série de ações e projetos de cunho artístico, social e pedagógico, que vão desde a organização de *shows*, ou o oferecimento de cursos profissionalizantes até a promoção de debates políticos.

Assim, formando densas e difusas redes de cooperação, observa-se, no período entre meados dos anos 1990 e início dos anos 2010, a atuação de doze posses na Região de São Luís, seis delas ligados ao Movimento Quilombo Urbano (Quadro 1). A topologia associada (Figura 2) indica o abrigo das posses, sobretudo: (i) nas periferias do entorno do núcleo original da cidade de São Luís, em Bairros como Liberdade e João Paulo; (ii) nas periferias de formação mais recente no sudeste ludovicense, caso da Cidade Operária.

Quadro 1. Redes de Cooperação do Circuito Hip Hop Ludovicense: as Posses

Posse		Abrangência	Tempo (atuação)
Posses ligadas ao Quilombo Urbano	Posse Liberdade Sem Fronteiras	Liberdade e Fé em Deus	2000...
	Denúncia de Rua	Vila Sarney	1994 - 1997
	Comuna de Palmares	Coroado <i>(reunindo militantes do Sacavém, Coroadinho e João Paulo)</i>	1996 – 2002
	Parlamento do Gueto	Redenção	2002-2006
	Família Armada da Periferia	João Paulo	...2002
	Cidade Olímpica em Legítima Defesa	Cidade Operária, Vila Janaína, Jardim América e Cidade Olímpica	...2007...
Bancada Hip Hop		Barreto	...2005
Bancada Hip Hop		Coroadinho	...2005
Magno Cruz		Angelim	...2014...
Gerô		Vila Luizão	...2014...
Luiza Maín		Bairro da Matina	...2011...
Conexão Hip Hop		Coroadinho	...2011...

Fonte: Elaboração própria. Informações em Santos (2007), Dias (2009) e Blog do Quilombo Urbano.

Resistindo à falta de recursos infraestruturais e financeiros — implicando que, não raro tais “círculos de cultura periféricos” (SANTOS, 2007) tenham tido curtos períodos de atuação —, as posses difundem mensagens instituintes, fundadas na afirmação da condição negra — caso da Comuna de Palmares, referência ao quilombo homônimo organizado no interior do atual estado de Alagoas no período colonial — e periférica, caso, entre outros, do Parlamento do Gueto ou da Família Armada da Periferia. Nesse sentido, por meio das posses faz-se referência ainda a figuras históricas da resistência negra e periférica ludovicense, caso das posses: (i) Gerô, homenagem ao repentista negro Jeremias Pereira da Silva, brutalmente assassinado pela polícia local no ano de 2007; (ii) Magno Cruz, homenagem ao intelectual e ativista do movimento negro e dos direitos humanos no Maranhão, falecido no ano de 2010.

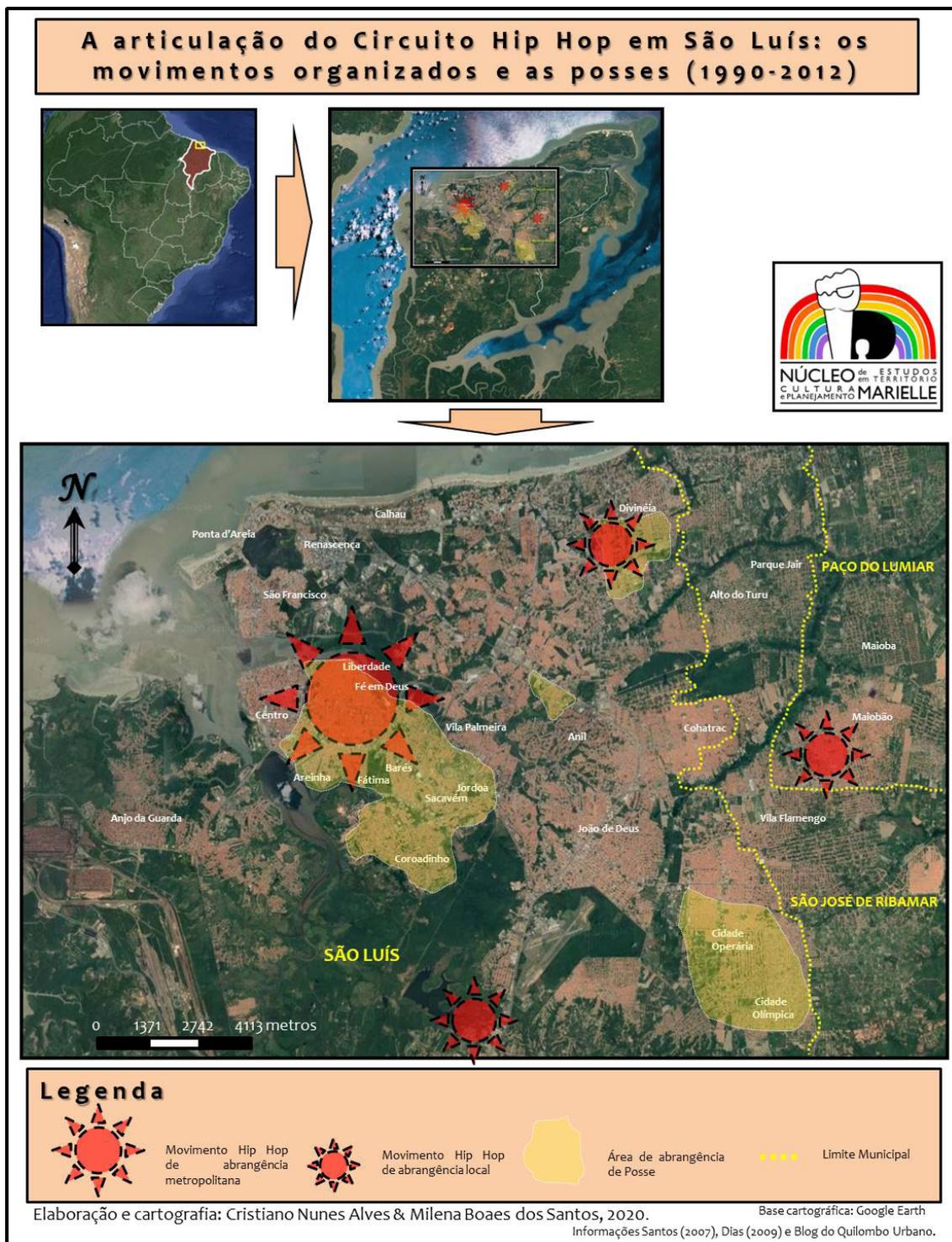


Figura 2

De outro lado, agindo em compasso com as posses, situam-se os quatro movimentos *hip hop* ludovicenses, ramificados desde o ano de 2002, a partir do Quilombo urbano²⁹ (Quadro 2/Figura 2), este contando, entre outros, com o Núcleo de Mulheres Preta Anastácia (DURANS, 2014)³⁰.

Nesse sentido, em diálogo com o movimento *hip hop* mais antigo de São Luís, surge o Movimento Realidade do Gueto, abrigado na região do Maracanã, bem como, dissidentes do Quilombo Urbano, surgem: (i) o Movimento Favelafro, coordenado, entre outros, por Lamartine Silva, e ligado ao Movimento *Hip Hop* organizado do Brasil – MHHOB; (ii) o Movimento Força Gueto³¹, baseado na Cidade de Paço do Lumiar e ligado à Central Única das Favelas (CUFA)³². Destarte, Santos (2007, p. 121) explica que, reunindo Quilombo Urbano, Força Gueto e Realidade do Gueto, desde 2006, organiza-se anualmente o “Fórum Metropolitano de *Hip Hop*”, “uma entidade que visa congregar os movimentos de *Hip Hop* de São Luís e grupos independentes a fim de realizarem trabalhos em conjunto”.

Quadro 2. As Redes de Cooperação do Circuito Hip Hop Ludovicense: os Movimentos na Ilha do Maranhão.

Movimento	Fundação	Sede	Constituição
Quilombo Urbano	1989	Bairro da Liberdade (abrangência metropolitana)	- Grupo Preta Anastácia - Núcleo de Estudos 13 de Maio - Seis “posses” desde meados dos anos 1990
Favelafro	2002	Bairro Divinéia	-Grupo de Break Revolução das Ruas
Força Gueto	2003	Cidade de Paço do Lumiar	-Grupo de Break Força Gueto
Realidade do Gueto	2003	Bairro do Maracanã	-Posse Rurafrancia

Fonte: Elaboração própria. Informações em Santos (2007), Dias (2009) e Blog do Quilombo Urbano.

Ligados às posses e aos movimentos *hip hop*, avultariam, entre outras tantas iniciativas, o projeto “Ruas Alternativas” iniciado em 1995, uma parceria do Quilombo Urbano e da Galera Detonadores de Rua (Bairro Liberdade). Consistindo em atividades quinzenais mesclando apresentações artísticas (reunindo manifestações de teatro, música ou capoeira) e formações políticas (por meio de seminários, palestras e oficinas), o projeto percorreu vários bairros dos municípios da Ilha do Maranhão como a Liberdade, o Bairro de Fátima, a Macaúba, o Maiobão (Paço do Lumiar), o Bequimão, o Alemanha, o Monte Castelo, o Sacavém e a Cidade Operária³³.

Igualmente sobre essa amarração do circuito, pontua-se o papel do “Festival Hip Hop”, evento anual, iniciado em 1991, congregando em São Luís agentes de origem local ou alhures, tais quais organizações negras e de *hip hop*, rádios comunitárias, sindicatos, partidos políticos, entre outros (Quadro 3). A esse termo, abordando temas como demanda educacional, reforma agrária ou violência policial, e compreendendo eventos como a “Marcha da Periferia”, destaca-se, ao longo dos anos, a presença no festival de militantes de movimentos *hip hop* de catorze estados da federação, predominando a articulação norte-nordeste, com presença ainda de militantes de São Paulo, Rio de Janeiro, Distrito Federal e Rio Grande do Sul³⁴.

Quadro 3. O Festival de Hip Hop – São Luís-MA: redes de cooperação

Locais utilizados		- Praça Deodoro, Praça Maria Aragão, Espaço GDAM (Parque do Bom Menino) e Circo da Cidade.
Articulações Locais	Organizações negras e de hip hop	- Quilombo Urbano, Força Gueto, Realidade do Gueto, Grupo de Mulheres Negras Mãe Andreza, Grupo de Mulheres Preta Anastácia, Centro de Cultura Negra, Bancada Hip Hop do Barreto e Movimento de Universitários Negros.
	Rádios Comunitárias	- Conquista FM, Atividade FM, Liberdade FM.
	Sindicatos	- Sindicato dos Agentes Comunitários de Saúde do Município de São Luís, Sindicato dos Urbanitários, Central Sindical e Popular Conlutas, Associação dos Professores da Universidade Federal do Maranhão, Sindicato dos Bancários, Sindicato dos trabalhadores do Correio e Central Única dos Trabalhadores.
	Partidos Políticos	- Partido dos Trabalhadores, Partido Socialismo e Liberdade e Partido Socialista dos Trabalhadores Unificados.
	Outros Agentes	- Núcleo de Estudos Socialistas -NES – UFMA, Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas, Sociedade Maranhense de Direitos Humanos, Secretaria de Cultura do Estado do Maranhão, Movimento Mulheres em Luta, Movimento de Resistência dos Professores, Centro Acadêmico de Filosofia-UFMA, Cáritas Brasileira, Comissão Pastoral da Terra, Loja Holocausto Rock e Movimento dos Trabalhadores Sem Terra no Maranhão.
Articulações Nacionais	Organizações de Hip Hop (estados da federação)	- Piauí, Ceará, Pernambuco, Rio Grande do Norte, Paraíba, Rondônia, Pará, Bahia, Distrito Federal, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, São Paulo, Alagoas e Sergipe.

Fonte: Elaboração própria. Informações em Santos (2007), Dias (2009) e Blog do Quilombo Urbano.

Ainda acerca das articulações regionais do *hip hop* nas quais a militância maranhense se insere, avultam, desde o final dos anos 1990, as iniciativas de criação de organizações interestaduais, tais quais a Aliança Rima de Cima³⁵ e o Movimento Hip Hop Militante Quilombo Brasil, ambas congregando militantes de estados do norte e nordeste do Brasil³⁶ (Quadro 4).

Quadro 4. Articulações Norte-Nordestinas de Hip Hop

Aliança Rima de Cima (Final dos anos 1990)	
Lugar	Organização
São Luís-MA	Quilombo Urbano
Belém-PA	Nação Revolucionária Periférica (NRP)
Piauí	Questão Ideológica
Ceará	MH20
Rondônia	
Pernambuco	
Movimento Hip Hop Militante Quilombo Brasil (2010)	
Lugar	Organização
São Luís-MA	Quilombo Urbano
Chapadinha-MA	Quilombo Urbano
Ceará	Cangaço Urbano
Caxias-MA	Ministério das Favelas
Teresina-PI	Atividade Interna
Alagoas	Tropa de Zumbi

Fonte: Elaboração própria. Informações em Santos (2007) e Blog do Quilombo Urbano.

Por fim, destaca-se que a articulação do circuito *hip hop* ludovicense no período em tela compreende igualmente a dinamização de espessuras ligadas tanto à grande mídia, quanto à criação de meios de mídia alternativa. Nesse viés, no que se refere ao circuito *hip hop* ludovicense, entraria no ar, no ano de 1990, pela Rádio Difusora FM, um dos primeiros programas de *rap* do país, o “Força Rap”, apresentado por Renné Dumont (SANTOS, 2007). A essa inserção inicial da cultura das ruas nos grandes meios de informação ludovicenses, segue-se ao longo dos anos 1990 o surgimento de programas como o “Som das Praias” apresentado por Magno Soares pela Rádio Mirante, dedicando parte de sua programação ao *rap*, bem como a transmissão no ano de 1998, pela Rádio Cultura FM do Bairro do Maiobão (Paço do Lumiar), do Programa “Território *Hip Hop*”. Nesse sentido, cabe ressaltar a afirmação de Santos (2007, p. 101), para quem tais programas acabaram sendo extintos em virtude das críticas políticas que faziam “aos governos e políticos” locais.

Por outro lado, no que se refere às espessuras de mídia alternativa dinamizadas em torno do circuito, avultam: (i) rádios livres e comunitárias, em diálogo com a associação de Difusão Comunitária e Popular – ADCP; (ii) revistas, zines e demais informativos; (iii) documentários (Quadro 5).

Quadro 5. O circuito hip hop ludovicense: espessuras de mídia alternativa

Meio	Nome	Período
Rádios livres e comunitárias	- Conquista FM (Coroado) - Atividade FM - Liberdade FM	Anos 1990 e 2000
Revistas, zines e demais informativos	- Informativo Clã Nordeste - Informativo Voz e Vez da Periferia - Zumbido (Centro de Cultura Negra – CCN) - Zine Liberdade Sem Fronteiras - Revista GENS (Grupo de Estudos Negritude e Socialismo)	Anos 1990
	- Informativo Quilombo Urbano	Anos 2000
Documentários	- Periferia sem Mordaça (Gravado no Liberdade/Coroadinho) - Sonhos de Rua (Sobre o Projeto Periferia Urgente)	Anos 2000

Fonte: Elaboração própria. Informações em Santos (2007), Dias (2009) e Blog do Quilombo Urbano.

Observa-se, assim, que, dinamizado em meio ao processo de metropolização de São Luís, o subperíodo de consolidação e adensamento do circuito *hip hop* se caracteriza pelo surgimento de uma série de agentes diaspóricos, caracterizados por uma inclinação socialista e pelo amparo em práticas de autogestão. Assim sendo, surgem, basicamente nas periferias da metrópole, uma série de grupos de *break* e grafite, além de cerca de 40 grupos de *rap* e *rapistas*, estes movimentando, entre outros, estúdios fonográficos e um selo.

Conferindo amarração às espessuras comunicacionais implicadas no processo, agem quatro movimentos organizados e doze posses, bem como avulta a participação da militância ludovicense em duas articulações norte-nordestinas de *hip hop*. Igualmente ressaltando tais redes de cooperação lugarizadas, observa-se a capacidade aglutinadora do Festival *hip hop*, bem como o diálogo do circuito com uma série de agentes da sociedade civil tais quais sindicatos ou organizações do movimento negro, abrigadas não apenas no

Maranhão, mas também em outras 14 unidades da federação. Ainda nesse viés, ressalta-se, por fim, tanto a ligação do circuito com uma série de espessuras de mídia convencional, quanto a criação, por parte do circuito, de uma série de espessuras de mídia alternativa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A investigação acerca da história territorial do circuito *hip hop* em São Luís revela o modo como, a partir de uma cultura diaspórica, questiona-se o fato da cidade ter sido menos pensada e garantida para quem efetivamente a construiu: o povo negro. Por meio da cultura das ruas fluem tessituras retratando a vida dos lugares periféricos, contraponto à fragmentação da metrópole neoliberal – desigual e desigualizante, em essência um depositário de modernizações reiteradamente repressoras e expulsoras dos pobres urbanos.

Ressalta, assim, o fato do *hip hop* parecer expressar a força do conhecimento dos sujeitos que habitam a urbe: seus saberes, suas experiências, sua cultura e sua arte, no nosso entender, ricos subsídios à meditação e à prática rumo a usos menos desiguais do território.

Nessa perspectiva, lembramos Furtado (2000, p. 9) defendendo a ideia de que o freio ao avanço da padronização imposta pela racionalidade econômica “virá de fatores culturais, pois não será surpresa se grupos de populações lutarem para preservar suas raízes culturais e valores específicos”.

Não por acaso, nossas pesquisas (ALVES, 2008, 2014, 2016), em que pesem os distintos contextos de estudo, têm apontado tanto os circuitos culturais populares, quanto a produção informacional alternativa às grandes corporações, enquanto elementos para debater um planejamento territorial pautado nos sujeitos e em seus saberes, podendo, desse modo, dizer mais a respeito do funcionamento dos lugares.

Por fim, afiançamos que a presente proposta de estudo, na medida em que fundada na análise das formas de resistência e insurgência diaspóricas, compromete-se com as discussões atinentes a um momento marcado no Brasil pelo autoritarismo de uma extrema direita agente de um amplo recuo de direitos sociais, fenômeno compreendendo, entre outros, a criminalização de movimentos e ideias das mais diversas matrizes progressistas.

NOTAS

3 Trabalho integrante do Projeto de Cooperação Acadêmica na Amazônia (PROCAD/ Amazônia - Período 2019-2024 – CAPES - Processo 88887.200484/2018-00), composto pelos Programas de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual do Maranhão, da Universidade Federal do Pará e da Universidade Estadual de Campinas.

4 Considerada a música da persuasão e da tomada de consciência, o *rap* compõe-se de narrativas fundadas sobre rimas faladas, em geral, evocando à luta as populações negras e periféricas cidadinas. Os *rappers* se organizam para desenvolver a sua arte a partir: (i) dos grupos, constituídos pelo *MC* (mestre de cerimônias), responsável pelo canto, e pelo *DJ* (Disc Jôquei) – agente também presente no *reggae* -, responsável pela parte instrumental. Para mais informações, consultar Calogirou (1996), Alves (2016), Moysés (2018) e Gomes (2019).

5 Praticado pelos *breakers* (*b.boys e b. girls*), o *break* é uma dança surgida como alternativa para as lutas entres gangues, substituídas por combates de dança (as batalhas), apresentadas individualmente ou em grupos (*crews*). Para mais informações, consultar Andrade (1996) e Alves (2012).

6 O **grafite**, dinamizado pelos grafiteiros, consiste em pinturas realizadas nas mais diversas superfícies urbanas (muros, viadutos, vagões de trens, entre outros), sobretudo por meio das técnicas de *spray*. Para mais informações, consultar Silveira (1991), Costa (2015) e Shishito (2018).

7 Trata-se, São Luís, do Núcleo da “Região Metropolitana da Grande São Luís” (RMGSL), regionalização criada pela Lei Complementar nº 174, de 25 de maio de 2015, abrangendo 1.621.102 pessoas (IBGE, 2018). Segundo a norma, a Região é composta pelos municípios: (i) de Alcântara, Axixá, Bacabeira, Cachoeira Grande, Icatu, Morros, Presidente Juscelino, Rosário e Santa Rita, situados no continente; (ii) de São Luís, Paço do Lumiar, Raposa e São José de Ribamar, situados na Ilha do Maranhão.

8 Importante destacar que as entrevistas realizadas a partir de março de 2020, em virtude do evento pandêmico COVID-19, deixaram de ser presenciais para serem realizadas de modo remoto.

9 Segundo Ribeiro (2005, p. 116): “A técnica contém saberes práticos. Até mesmo a técnica considerada precária orienta a ação e o senso comum que moldam a vida dos lugares. Desprezá-la significa a subalternização daqueles que a dominam e que, com ela, conseguiram sobreviver até o momento da intervenção modernizadora (...) Existem ameaças de desenraizamento quando a valorização dos lugares trazida pelos projetos de desenvolvimento local desconsidera as técnicas, materiais e imateriais de ‘resolver’ a vida. Nos lugares, não existe apenas atraso (...) Existe a memória de antigos saberes que podem sustentar a incorporação de sujeitos sociais plenos na definição dos rumos do desenvolvimento”.

10 Aqui trabalhamos com a definição de Sodré (1999, p. 21), segundo quem: “... diz-se comunicação quando se quer fazer referência à ação de pôr em comum tudo aquilo que, social, política ou existencialmente, não deve permanecer isolado”.

11 Nome dado ao *break* em sua chegada ao país, baseado no filme homônimo de Stan Lathan, lançado em 1984.

12 Nessa via, Santos (2007, p. 66) afirma que o *break* era então praticado em “casas de discoteca espalhadas pela cidade, tais quais a Raio Laser, Cash Box e Casino Maranhense (Centro), Safari (João Paulo), Rolly Day (Cohab), Clube da Cohab, Foot Loose (Avenida Kennedy), Mustage Som (Cidade Operária), Terraço (Maiobão), Associação dos Moradores do Cohatrac e Clube do Bento (São Francisco), Danceteria Tropical (João de Deus) e Clube do Bial (São Cristóvão)”.

13 Nesse sentido, Dias (2009, p. 113) destaca como principais galeras ludovicenses: “os Bárbaros, os Víboras, Dente de Sabre (Cohab), Irmandade do Aço, Os Cobras, Os Gladiadores, Os Kid’s, entre outros”.

14 A esse termo, Santos (2007) relembra os concursos de *break* organizados à época pelo apresentador José Raimundo Rodrigues em seu programa “Maranhão TV”.

15 Enquanto Santos (2007) ressalta que a perseguição culminou com autocensura por parte dos jovens *breakers* que, correndo risco de sofrerem violência policial, abriram mão até mesmo de se vestirem com as suas roupas largas características, Dias (2009, p. 67), explica que nesse período “as rodas de *break* em várias festas da cidade e inúmeras apresentações públicas em praças de São Luís foram interrompidas pela ação da polícia”.

16 Estatuto do Quilombo Urbano In Santos (2007, p. 81).

17 Cumpre destacar que, segundo Santos (2007), em meados dos anos 2000, o Quilombo contaria com cerca de vinte de seus militantes em universidades, em sua maioria estudando em cursos de humanidades, fato favorecendo as discussões teóricas travadas no âmbito da organização.

18 No ano de 1994, São Luís seria decretada uma metrópole, regionalização efetivada

apenas em 1998, compreendendo então os municípios de Paço do Lumiar, Raposa, São José de Ribamar e São Luís, componentes da Ilha do Maranhão (BURNETT, 2012).

19 Deve-se ressaltar que os investimentos públicos no período privilegiam os investimentos em áreas mais nobres de predominância de construções verticalizadas, como a faixa da Avenida Litorânea, estendendo-se ao longo do Calhau, o Jardim Renascença, e a Ponta d'Areia (BURNETT, 2012).

20 Dados dos Censos do IBGE (1991 e 2010).

21 Ligado ao Quilombo Urbano, o Grupo Navalhas Negras foi formado por Negro Lamar (Lamartine Silva), Mc Hertz, Preto Nando e Dj Juarez (RIBEIRO, 2011). Posteriormente o Navalhas Negras viria a fundir-se com o grupo Milícia Leal Palmarina, dando origem ao Grupo Clã Nordeste (DIAS, 2009; RIBEIRO, 2011).

22 Expondo a segmentação do *rap* ludovicense no período, Santos (2007) destaca a existência de cinco grupos de *rap* gospel, ligados às Igrejas Batista e Assembleia de Deus, atuantes, sobretudo, no Bairro Cidade Operária. Igualmente acerca do inventário do *rap* de então, Santos (2007) ressalta, para além de São Luís, a existência de grupos em diversas cidades do interior do Maranhão, tais quais Timon, Caxias, Imperatriz, Balsas, Açailândia, Pinheiro, entre outras.

23 Dando ideia da miríade de práticas periféricas do período em São Luís, a efervescência *hip hop* dos anos 1990 ocorre, mais uma vez, guardando paralelismo com as “galeras”, que, em sua “segunda leva”, aproximavam-se de estilos musicais tais quais o *funk* e o *house*, encontrando-se nas “festas de galeras” promovidas por emissoras de rádio locais, a exemplo da Difusora FM ou Cidade FM (DIAS, 2009). Em boa parte ligadas à prática da pichação (COSTA, 2015), tais galeras, ao contrário do verificado em sua primeira “leva”, nos anos 1980, quando então se organizavam cada qual congregando jovens de distintos bairros, passam a se organizar congregando, em geral, jovens do mesmo bairro. Ao longo do tempo essa organização intrabairros resultaria na escalada de animosidades entre jovens de distintas galeras. Dentre as principais galeras da época, podemos destacar: os Detonadores de Rua – DR (Liberdade), os Mensageiros de Cristo – MC (Bequimão), os Pichadores Rebeldes – PR (Macaúba), os Ratos do Barulho – RB (Vila Flamengo e Vila Palmeira), os Herdeiros do Diabo – HD (Diamante), a Bota Preta (Alemanha), Garotos Rebeldes (Anil), os Garotos Geração 2000 - GC 2000 (Areinha) e a NJ (João Paulo) (SANTOS, 2007; DIAS, 2009; COSTA, 2015).

24 O caráter de improvisado e efemeridade característico de boa parte das apresentações de *hip hop*, sobretudo daquelas abrigadas nas periferias de São Luís, implica destacarmos que, muito provavelmente, o número real de locais acionados para eventos ao vivo pelo circuito deva ter sido consideravelmente maior.

25 *Blog* do Quilombo Urbano, matéria de 18 de setembro de 2008 (<http://quilombourbano.blogspot.com/>).

26 As chamadas “fitas demo”.

27 Álbum composto pelos grupos Motim, Gíria Vermelha, Dialeto Preto, Q. I. Engatilhado, Contravenção Penal, Renegados do Sistema e Raio X Nordeste.

28 Nesse sentido, afirma Santos (2007, p. 102): “para organizar os bailes e *shows* o *Quilombo Urbano* criou o *Periafricana produções*, uma espécie de produtora de eventos do movimento que realiza as festas e reverte os lucros para as atividades políticas da organização. O *Periafricana* é controlado por militantes do movimento e não tem fins lucrativos particulares, tendo como propósito viabilizar as atividades artísticas, produções de CD's, DVD's, camisetas, e outros artigos, visando angariar recursos para as outras atividades do movimento *Hip Hop* organizado”.

29 Acerca desse processo, cumpre mencionar Santos (2007, p. 124) para quem: “Mais do que enfraquecer, a multiplicação de organizações de *Hip Hop*, muitas vezes trabalhando em conjunto, com concepções e práticas diferentes, têm enriquecido o *Hip Hop* maranhense e proporcionado frutíferos debates sobre o futuro e as ações do mesmo”.

30 Ligado a grupos de *rap* como o Facção Feminina e tendo como militantes, entre outras mulheres, Preta Lu e Preta Nicinha, o Núcleo Preta Anastácia foi criado em 1997, tendo sido responsável, entre outros, por atividades tais quais: debates, formações, além da manutenção de um *blog* na *internet* (DURANS, 2014).

31 De acordo com o Manifesto Hip Hop Gueto (apud SANTOS, 2007, p. 120), o Força Gueto consiste num movimento “... filantrópico, plurireligioso, multiracial, sem vínculos partidários, sem distinção de gênero, idade e/ou aspectos físicos, com uma ideologia antidrogas e sócio-racial, com metodologias pedagógicas voltadas para a realidade dos jovens carentes envolvidos com criminalidade e prostituição, atuando na prevenção do contato desses jovens com essas mazelas sociais e no resgate da cidadania dos mesmos”.

32 Organização criada no Rio de Janeiro no ano de 1999 pelo produtor de eventos e ativista social Celso Athayde e pelo *rapista* MV Bill.

33 Ainda nesse viés, merece destaque o projeto “Periferia Urgente”, surgido em 2002 a partir de uma parceria do Quilombo Urbano com a Associação de Difusão Comunitária e Popular – ADCP e a rádio Comunitária Conquista FM (bairro do Coroado), tendo percorrido bairros como o Liberdade, a Vila Palmeira, o Santa Cruz e a Vila Operária (SANTOS, 2007, p. 93).

34 Além do Festival de Hip Hop, cumpre destacar eventos de menor porte ligados à cultura das ruas ocorridos no período, tais quais os Festivais Hip Hop-Zumbi ou o Hip Hop Quilombo Brasil, ou ainda eventos em favor da Palestina ou contra a presença do exército brasileiro no Haiti, entre outros.

35 Cada um ao seu modo, autores como Silva (2006), Santos (2007) e Ribeiro (2011) aprofundam que a cisão decorrente do contraponto entre a ênfase na luta contra o racismo defendida pelo Quilombo Urbano e a ênfase dada à luta de classes defendida pelo MH2O-CE, teria sido o fator de desmantelamento da Aliança Rima de Cima, ainda no início dos anos 2000. Com o tempo, o que temos percebido, é que, na verdade, o Quilombo Urbano tem bem alinhavado sua crítica partindo de ambas as perspectivas: classe e raça.

36 Sobre a questão, Santos (2007, p. 62) esclarece: “Esses movimentos, durante a década de 1990, reuniam-se anualmente em festivais de *Hip Hop*, organizados em Estados diferentes, sempre num mesmo formato: um dia para apresentações artísticas; outro para discussões políticas. Estas discussões visavam criar uma Federação Nacional de *Hip Hop* que pudesse intervir nacionalmente em questões político sociais”.

REFERÊNCIAS

ALVES, C. N. O circuito rap “indé” em Paris: dinâmicas socioterritoriais e mensagem ultramar. *Geosp*, v. 20, p. 34-51, 2016.

ALVES, C. N. **O circuito sonoro: radiodifusão FM e produção fonográfica em Campinas-SP.** 2008. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2008.

ALVES, C. N. **Os circuitos e as cenas da música na Cidade do Recife-PE: o lugar e a errância sonora.** 2014. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Estadual de

Campinas, Campinas, 2014.

ALVES, C. N. Quando as ruas abrigam a arte: a cena hip hop no Recife (1980-2014).

Confins - Revue Franco-Brésilienne de Géographie, v. 25, p. 1, 2015.

ALVES, C. N.; SANTOS, M. B. Dinâmicas socioterritoriais e circuitos culturais em São Luís - MA: as batalhas do rap ludovicense. **Revista Equador**, v. 8, p. 315-331, 2019.

ANDRADE, E. N. **O movimento negro juvenil: um estudo de caso sobre os rappers de São Bernardo do Campo**. 1996. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 1996.

BURNETT, F. L. São Luís por um triz: escritos urbanos e regionais. São Luís: Eduema, 2012.

BUTTNER, A. Apreendendo o Dinamismo do Mundo Vivido. In: CHRISTOFOLETTI, A. **Perspectivas da Geografia**. São Paulo: DIFEL, 1982. p. 165-194.

CALOGIROU, C. Le Florida, lieu musical entre banlieue et centre-ville: l'exemple des rappers agenais. **Les Annales de La Recherche Urbaine**, n. 70, p. 48-57, 1996.

CANO, W. **Ensaio sobre a crise urbana do Brasil**. Campinas: Editora Unicamp, 2011.

CHAUI, M. **Cultura e democracia**. São Paulo: Cortez, 1989.

COSTA, A. M. M. **Pichação e gangue na década de 1990: experiências de intervenção urbana na cidade de São Luís**. 2015. Dissertação (Mestrado em História Social) - Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2015.

DIAS, H. C. **História e práxis social do movimento hip hop organizado do Maranhão – Quilombo Urbano**. 2002. Monografia (Graduação em História) - Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2002.

DIAS, H. C. **A posse da liberdade: a integração neoliberal e a ruptura político-pedagógica do hip hop em São Luís, a partir dos anos 1990**. 2009. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2009.

DOLFUSS, O. **A análise geográfica**. São Paulo: Difel, 1973.

DURANS, C. A. **As Anastácias do quilombo: uma análise da participação e representação da mulher no hip-hop maranhense**. 2014. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2014.

FERREIRA, A. J. A. **A produção do espaço urbano em São Luís do Maranhão**. São Luís: Edufma, 2014.

FURTADO, C. O fator político na formação nacional. **Estudos Avançados**, v.14, n. 40, p. 7-12, 2000.

GEIGER, P. P. **Evolução da rede urbana brasileira**. Rio de Janeiro: INEP, 1963.

GOMES, R. L. **Os saraus na periferia e a sua rapoesia: lugar de conhecimento emancipação**. 2019. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 2019.

HARTSHORNE, R. **Propósitos e natureza da geografia**. São Paulo, Hucitec, 1978.

LEFEBVRE, H. **O direito à cidade**. São Paulo, SP: Documentos, 1969.

LEFEBVRE, H. **A revolução urbana**. São Paulo, SP: Humanitas, 2002 [1970].

LIMA-JÚNIOR, P. N. **Uma estratégia chamada “planejamento estratégico”**. Rio de Janeiro: 7Letras, 2010.

MARICATO, E. **O impasse da política urbana no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 2014.

MOYSÉS, M. **Circuito RAP do Distrito Federal: território usado e lugar**. 2018. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2018.

PEREIRA, J. M. Comunidades Eclesiais de Base e a Luta por Moradia: Educação e participação política em contexto de precarização. **Revista Tomo**, n. 18, p. 102-120, jan./jun., 2011.

- RIBEIRO, A. C. T. O desenvolvimento local e a arte de ‘resolver’ a vida. *In*: LIANZA, S.; ADDOR, F. **Tecnologia e desenvolvimento social e solidário**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2005. p. 109-120.
- RIBEIRO, A. A. P. Rimas e batida: identidade, classe e periferia no rap maranhense do início do século XXI. *In*: CONGRESSO INTERNACIONAL DA UFES, 3., 2011, Vitória. **Anais [...]**. Vitória, 2011.
- SANTOS, E. R. **Hip hop e educação popular em São Luís: uma análise da organização “Quilombo Urbano”**. 2007. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2007.
- SANTOS, E. R. A história do hip hop em São Luís do Maranhão: periferação da cidade e resistência político-cultural da juventude negra nos anos 1990. **Outros Tempos: Dossiê Religião e Religiosidade**, v. 5, n. 6, p. 1-14, dez. 2008.
- SANTOS, E. R. Periferia ao vivo: democratização da mídia e socialização da informação por meio do hip-hop maranhense. **Revista Novos Olhares**, v. 4, n. 1, p. 52-66, 2015.
- SANTOS, M. A formação socioespacial como teoria e como método. **Boletim Paulista de Geografia**, n. 54, p. 81-100, 1977.
- SANTOS, M. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: Hucitec, 1997.
- SANTOS, M. **Metrópole corporativa e fragmentada: o caso de São Paulo**. São Paulo: Secretaria de Estado da Cultura, 1990.
- SANTOS, M. O território e o saber local: algumas categorias de análise. **Cadernos IPPUR**, ano 13, n. 2, p. 15-26, 1999.
- SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. Rio de Janeiro: Record, 2001.
- SHISHITO, A. **A valorização do espaço e a construção de solidariedades orgânicas na capital paulista: uma proposta de estudo dos diferentes usos do território a partir do grafite em São Paulo (SP)**. 2018. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 2018.
- SILVA, A. L. **Música rap: narrativa dos jovens da periferia de Teresina**. 2006. Dissertação (Mestrado em Antropologia) - Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2006.
- SILVEIRA, M. L. Economia Política e ordem espacial: circuitos da economia urbana. *In*: SILVA, C. A. **Território e ação social: sentidos da apropriação urbana**. Rio de Janeiro: Faperj/Lamparina, 2011. p. 35-51.
- SILVEIRA, N. E. **Superfícies alteradas: uma cartografia dos grafites na cidade de São Paulo**. 1991. Dissertação (Mestrado em Antropologia) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1991.
- SODRÉ, M. **Reinventando a cultura: a comunicação e seus produtos**. Rio de Janeiro: Vozes, 1999.
- SOUZA, J. **A Modernização seletiva**. Brasília: EdUNB, 2000.

DOCUMENTOS CARTOGRÁFICOS COMO SUBSÍDIO AO PLANEJAMENTO TERRITORIAL E AMBIENTAL DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO DOS CACHORROS, SÃO LUÍS – MA

CARTOGRAPHIC DOCUMENTS AS SUBSIDY FOR TERRITORIAL AND ENVIRONMENTAL
PLANNING OF HYDROGRAPHIC BASIN OF CACHORROS RIVER, SÃO LUÍS – MA

DOCUMENTOS CARTOGRÁFICOS COMO SUBSIDIO PARA LA PLANIFICACIÓN
TERRITORIAL Y AMBIENTAL DE LA CUENCA DEL RÍO CACHORROS, SÃO LUÍS - MA

Delony de Queiroz Ribeiro¹

Melina Fushimi²

RESUMO: A bacia hidrográfica do rio dos Cachorros é uma importante bacia e uma região com contínua tensão territorial-ambiental. Nesse sentido, o objetivo deste artigo foi elaborar documentos cartográficos, especificamente mapas de zoneamento, macrozoneamento ambiental e de limites da zona rural e urbana dos anos de 2006, 2010, 2014, 2015 e 2019 do Instituto da Cidade, Pesquisa e Planejamento Urbano e Rural de São Luís (INCID), como subsídio ao planejamento ambiental e territorial dessa bacia. Para tanto, fez-se uso de material bibliográfico e cartográfico, comprovando-se, desse modo, que a área de estudo possui diversos agentes sociais e cada um desses grupos utiliza o solo de maneiras diferenciadas. Também foi constada a diminuição da zona rural, aumento da zona urbana e industrial. Em síntese, a bacia hidrográfica é uma importante unidade de planejamento e deve ser levada em conta pelos órgãos responsáveis pelo zoneamento de uma cidade.

Palavras-chave: Bacia Hidrográfica. Mapeamento. Rio dos Cachorros. São Luís. Zoneamento.

ABSTRACT: The hydrographic basin from river of the *Cachorros* is an important basin and a region with continuous territorial-environmental tension. In this sense, the objective of this paper was to elaborate cartographic documents, specifically maps of zoning, environmental macrozoning and limits of the rural and urban areas of the years 2006, 2010, 2014, 2015 and 2019 of the *Instituto da Cidade, Pesquisa e Planejamento Urbano e Rural* (INCID) from São Luís, as a subsidy to the environmental and territorial planning of this basin. For this, bibliographic and cartographic material was used, thus proving that the study area has different social agents and each of these groups uses the soil in different ways. There was also a decrease in the rural area, an increase in the urban and industrial

1 Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Geografia, Natureza e Dinâmica do Espaço da Universidade Estadual do Maranhão, Campus de São Luís - Bolsista CAPES/BRASIL. E-mail: idelony@hotmail.com.

2 Professora do Programa de Pós-Graduação em Geografia, Natureza e Dinâmica do Espaço da Universidade Estadual do Maranhão, Campus de São Luís e dos cursos de Geografia da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, Unidade de Campo Grande. E-mail: fushimi.melina@gmail.com.

Artigo recebido em fevereiro de 2021 e aceito para publicação em agosto de 2021.

area. In summary, the hydrographic basin is an important planning unit and must be taken into account by organizations competent bodies for zoning a city.

Keywords: Hydrographic Basin. Mapping. Rio dos Cachorros. São Luís. Zoning.

RESUMEN: La cuenca hidrográfica del río Cachorros es una cuenca importante y una región en continua tensión territorial-ambiental. En este sentido, el objetivo de este artículo fue elaborar documentos cartográficos, específicamente mapas de zonificación, macrozonificación ambiental y límites de las áreas rurales y urbanas de los años 2006, 2010, 2014, 2015 y 2019 del Instituto de la Ciudad, Investigación y Planificación Urbana y Rural de São Luís (INCID), como subvención a la planificación ambiental y territorial de esta cuenca. Para ello se utilizó material bibliográfico y cartográfico, comprobando así que el área de estudio cuenta con diferentes agentes sociales y que cada uno de estos grupos utiliza el suelo de diferentes formas. También hubo una disminución en el área rural, un aumento en el área urbana e industrial. En resumen, la cuenca hidrográfica es una unidad de planificación importante y debe ser tomada en cuenta por las corporaciones competentes para la zonificación de una ciudad.

Palabras clave: Cuenca Hidrográfica. Cartografía. Río dos Cachorros. São Luís. Zonificación.

1 INTRODUÇÃO

A Ilha do Maranhão, com 969,83 km² (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, 2020), é parte da zona costeira do estado do Maranhão, sendo constituída por São Luís (capital do estado), São José de Ribamar, Paço do Lumiar e Raposa.

Com relação à capital do estado, a cidade de São Luís, desenvolveu um forte processo de urbanização caracterizado, principalmente, pela inserção de grandes projetos industriais, como a Vale S.A (até 2007 Companhia Vale do Rio Doce - CVRD), Usina Termoelétrica MPX Itaqui e a ALUMAR (Consórcio de Alumínio do Maranhão S.A), o que propiciou um acentuado crescimento no número de habitantes da cidade. No atual momento histórico, São Luís é a 15ª cidade mais populosa do Brasil, com uma população estimada de 1.108.975 pessoas (IBGE, 2020).

A história de início da construção dessa cidade, se encontra na bacia hidrográfica do rio Anil – na exploração de suas águas e, posteriormente, na bacia do rio Bacanga. Todavia, somente em meados de 1990 – 2007 que a cidade se expande em direção ao leste, ocupando a bacia hidrográfica do rio Paciência (ATAÍDE *et al.*, 2002). É importante salientar que, os projetos industriais supracitados, foram instalados principalmente entre 1988 – 1990 nas bacias hidrográficas do rio Itaqui, Bacanga e Cachorros (SÃO LUÍS, 2006).

Mas, inicialmente, o planejamento de São Luís privilegiava a zona central da cidade como pode ser visto no Código de Posturas, Decreto nº 205 de novembro de 1936, idealizado e promulgado pelo prefeito Saboya Ribeiro, que já estabelecia as bases para o primeiro zoneamento da cidade que seria aprovado pelo Decreto nº 217/1936. No Código de Posturas, apareceram pela primeira vez os termos Zoneamento e Zonas (SANTOS; COSTA, 2020).

Segundo Santos e Costa (2020), no primeiro zoneamento do município (Decreto nº 217/1936), há as Zonas Central e Urbana, a Zona Suburbana, composta pelos povoados do Anil, São José, Pedrinhas, Paço do Lumiar, Olho D'água e Turu e o restante de São Luís sendo classificado como Zona Rural.

É notório que “Saboya Ribeiro anteviu o direcionamento futuro da cidade, para onde ela caminharia (SANTOS; COSTA, 2020, p. 647).”, e o planejamento realizado por meio do zoneamento subsidiou as gestões municipais seguintes. Posteriormente, em torno de 1940, São Luís começou seu crescimento para além do Centro histórico, graças aos bondes elétricos e a abertura de novas vias, como as avenidas Getúlio Vargas e João Pessoa. E a partir daí a cidade permanece em contínua expansão.

Todavia, mesmo com a criação de novos zoneamentos e novas políticas de planejamento urbano, os mesmos tem dificuldade em acompanhar o efetivo crescimento espacial da cidade, pois, de acordo com Ross (1994, p. 64), “o zoneamento não pode ser formulado a partir de uma leitura estática do ambiente, mas inserida no entendimento do processo de ocupação que norteia o desenvolvimento e a apropriação do território e de seus recursos”.

Nesse sentido, sendo a bacia hidrográfica o ambiente onde a sociedade desenvolve todas as suas atividades e no qual se encontram os recursos naturais importantes para sua sobrevivência, ela necessita de ordenamento adequado, projetando a sustentabilidade dos diversos ecossistemas presentes. Sob esse contexto, destaca-se que o zoneamento de uma cidade deve observar as bacias hidrográficas como unidades de planejamento territorial e ambiental.

Dentre as bacias hidrográficas de São Luís, a bacia hidrográfica do rio dos Cachorros foi uma das áreas da cidade a receber grandes projetos urbanos e industriais. Atualmente essa bacia sofre com disputas de interesses diversos por conta da busca de espaços ocupáveis e da exploração de recursos naturais, de um lado estão as comunidades, e a população no geral, e do outro lado estão os grandes empreendimentos.

Fundamentado nessas premissas, e no fato da bacia hidrográfica do rio dos Cachorros deter poucos materiais bibliográficos acerca do tema em questão, o objetivo do artigo é a elaboração de documentos cartográficos, especificamente mapas de zoneamento, macrozoneamento ambiental e de limites da zona rural e urbana dos anos de 2006, 2010, 2014, 2015 e 2019 do Instituto da Cidade, Pesquisa e Planejamento Urbano e Rural de São Luís (INCID), como subsídio ao planejamento ambiental e territorial da bacia hidrográfica do rio dos Cachorros em São Luís (MA).

2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

2.1 Levantamento e Análise de Material Bibliográfico

Em trabalho de gabinete, foi analisado o Plano Diretor de São Luís, Lei nº 4.669/2006 (SÃO LUÍS, 2006), referente a delimitação do Limite Urbano e Rural da cidade e do Macrozoneamento Ambiental, bem como o Zoneamento, Lei nº 3.253/1992 (SÃO LUÍS, 1992), sendo estas as leis vigentes do município.

Foram também estudadas as propostas de Zoneamento e Macrozoneamento Ambiental de São Luís do ano de 2015 (SÃO LUÍS, 2015a), assim como as propostas de Limite Urbano e Rural, Macrozoneamento Urbano e Macrozoneamento Ambiental de 2019 (SÃO LUÍS, 2019c). Esse material foi de suma importância para o desenvolvimento das fases do presente trabalho e para comparação entre os resultados apresentados.

2.2 Elaboração do Material Cartográfico

Inicialmente, a base cartográfica foi elaborada no SIG (Sistema de Informação Geográfica), no *software ArcGIS®* (ESRI), versão 10.2.2, licença EFL999703439, pertencente ao Grupo de

Pesquisas em Geomorfologia e Mapeamento da Universidade Estadual do Maranhão (GEOMAP/UEMA), e consistiu na delimitação da bacia hidrográfica do rio dos Cachorros, definição da rede de drenagem, das nascentes, assim como a extração das curvas de níveis através das Cartas Planimétricas da Diretoria de Serviço Geográfico do Exército (DSG), folhas 37, 38, 39, 44, 45, 46, 52, executadas em 1980, as quais foram editadas e reunidas em forma de mosaico, facilitando assim, a leitura das cotas altimétricas dos cursos d'água e dos limites da bacia.

Além disso, foram utilizadas as *shapefiles* do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 2014, 2015 e 2019, relativos à organização do território brasileiro e aspectos relevantes dos municípios da Ilha do Maranhão. Também foram utilizadas bases da Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA), no que se refere os cursos d'água e da linha de costa da Ilha.

No quesito vias de acesso, empregou-se a base de dados do Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos (IMESC) de 2017, trazendo destaque no mapa de localização para a Estrada de Ferros Carajás e a BR-135, sendo esta rodovia o meio principal de entrada para a bacia do rio dos Cachorros. E como plano de fundo usou-se a imagem de satélite *World Light Gray Canvas Base* (ESRI, 2020), que é nativa do *ArcGIS®* (ESRI).

Em um segundo momento ocorreu o georreferenciamento dos mapas do INCID. Sendo levados em consideração o mapa de Macrozoneamento Ambiental de 2006 (Plano Diretor de São Luís, Lei nº 4.669/2006, SÃO LUÍS, 2006), o mapa de Limite Urbano e Rural de 2010 (Plano Diretor de São Luís, Lei nº 4.669/2006, SÃO LUÍS, 2006) e o mapa de Zoneamento de 2014 (Lei nº 3.253/1992). Além disso, temos os mapas das propostas de Zoneamento e Macrozoneamento Ambiental, ambos de 2015 e Macrozoneamento Urbano, Macrozoneamento Ambiental e Limite Urbano e Rural de São Luís, estes três do ano de 2019.

O Mapa de Macrozoneamento Ambiental de 2015 é o mesmo de 2019, por isso não houve sua vetorização, por conter dados idênticos. Cabe mencionar que os referidos mapas foram georreferenciados e apresentaram um residual menor que um (1). O residual é responsável pela precisão das coordenadas, representando a confiabilidade do resultado final.

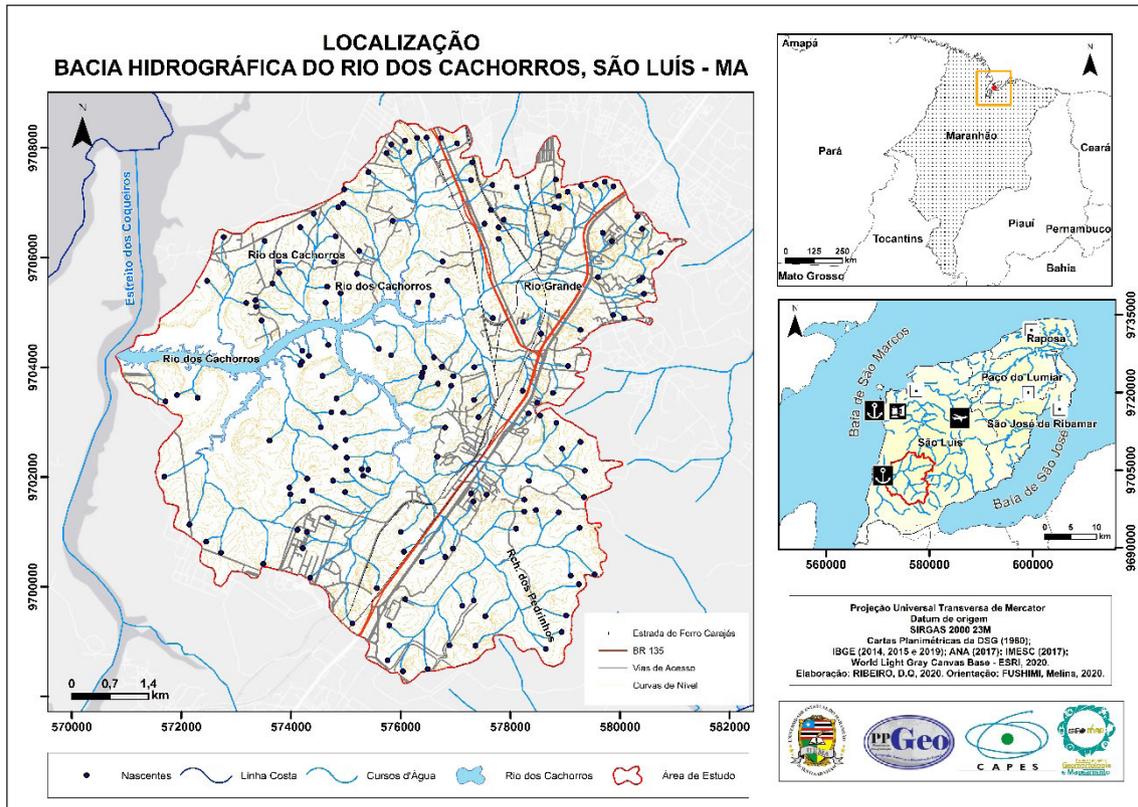
Posteriormente ao georreferenciamento, realizou-se a vetorização das zonas e dos pontos (comunidades) presentes nos mapas citados anteriormente e, a partir disso, sucedeu-se o cálculo de área dos polígonos com o objetivo de realizar a porcentagem e a elaboração de gráficos no programa *Microsoft Excel®*, pertencente ao pacote *Office®* (*Microsoft*), do ano de 2016. Some-se a isso a parte de cálculo, que foi fundamental para a verificação de subtração ou aumento das zonas mapeadas ao longo dos anos de 2006, 2010, 2014, 2015 e 2019 (INCID). Ademais, priorizou-se a utilização das cores e legendas originais desses mapas. Dito isso, passemos agora para os resultados e discussões pertinentes ao estudo.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A bacia hidrográfica do rio dos Cachorros é estuarina, de padrão dendrítico, de 5ª ordem, hierarquia de Strahler (ARAÚJO; TELES; LAGO, 2009), possui área de 64,37 km² e está situada na porção sudoeste da Ilha do Maranhão e ao sul de São Luís, entre as coordenadas métricas, Projeção Universal Transversa de Mercator (UTM), fuso 23M; 9700000/9708000 de latitude sul e 570000/582000 de longitude oeste (Figura 1).

A bacia localiza-se cerca de 10km do Porto do Itaqui, um marco do sistema portuário brasileiro e um ponto estratégico do estado do Maranhão. Por ser uma área próxima ao Porto é marcada por disputas territoriais, em razão da posição geográfica privilegiada.

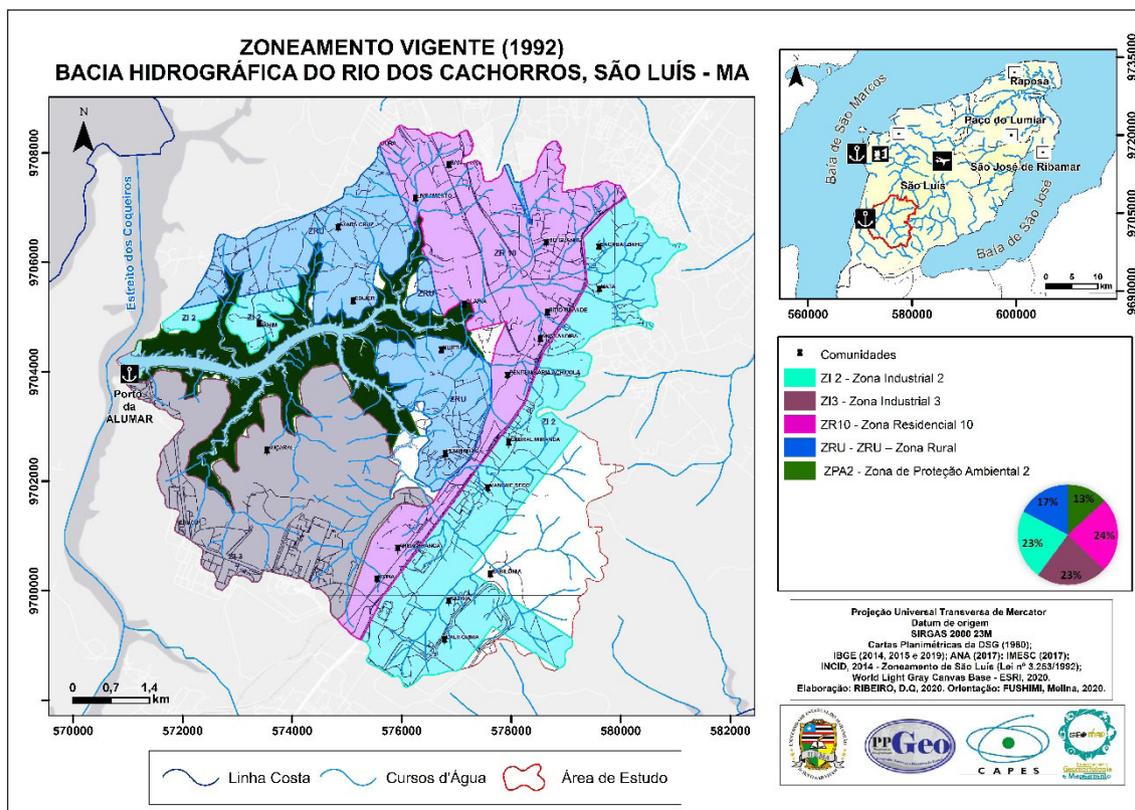
Trata-se de uma importante bacia e uma região com constante tensão territorial-ambiental sendo ocupada por comunidades tradicionais, polos industriais, atividades de mineração, sobretudo de extração de areias e lateritas, e pelas instalações da Consórcio de Alumínio do Maranhão (ALUMAR), bem como pelo o seu porto, que utilizam dos cursos d'água dessa bacia como meio de escoamento de material industrial.



Fonte: Elaborado pela autora (2020).

Figura 1. Localização da bacia hidrográfica do rio dos Cachorros, São Luís – MA.

Com relação os documentos cartográficos gerados, o primeiro trata-se do Zoneamento de São Luís (Lei nº 3.253/1992) (SÃO LUÍS, 2015b), o qual configura-se o zoneamento vigente do município (Figura 2).

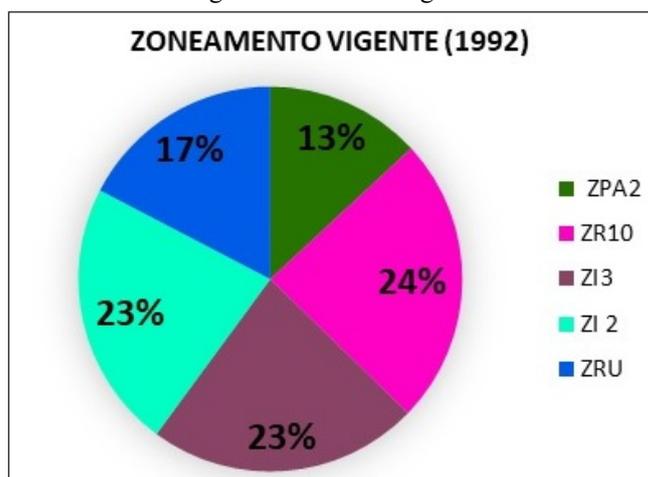


Fonte: INCID (2014). Elaborado pela autora (2020).

Figura 2. Zoneamento vigente da área de estudo.

O zoneamento define os padrões de ocupação do solo de uma área, assim como as atividades adequadas e proibidas para as zonas, e no caso da bacia hidrográfica do rio dos Cachorros, as classes apresentadas são: ZPA2 – Zona de Proteção Ambiental 2 (13%), ZR10 – Zona Residencial 10 (24%), ZI2 – Zona Industrial 2 (23%), ZI3 – Zona Industrial 3 (23%) e ZRU – Zona Rural (17%), conforme representa o gráfico a seguir (Gráfico 1).

Gráfico 1. Distribuição do zoneamento vigente da bacia hidrográfica do rio dos Cachorros, São Luís – MA.



Fonte: INCID (2014). Elaborado pela autora (2020).

Segundo a Prefeitura de São Luís (SÃO LUÍS, 1992), os limites da Zona de Proteção Ambiental dois (2), estão compreendidos pela área do entorno das bacias hidrográficas e de recursos hídricos que estão contidas no município. Na área de estudo está em torno do rio principal da bacia do rio dos Cachorros. Ainda segundo essa Lei, nessa Zona, é permitido o uso somente de C2.2, isto é, comércio de consumo no local/diversões, como casas de café, choperias, casas de músicas e restaurantes. Para mais, na Zona Residencial 10, no art. 223 considera que nesse setor:

O parcelamento, uso e ocupação do solo e a exploração de recursos naturais deverão respeitar as características do solo da região, a integridade biológica das espécies e a qualidade das águas, considerando a Área de Proteção Ambiental do Maracanã e legislação estadual sobre o assunto (SÃO LUÍS, 1992, p. 47).

Com base nisso, é possível compreender que as zonas residenciais devem respeitar as características naturais das áreas que se encontram.

De acordo com a Prefeitura de São Luís (SÃO LUÍS, 1992), são permitidos os usos na ZR10, de A1 (produtos hortifrutigranjeiros), A2 (a lei não descreve as finalidades), todos R (uso residencial em geral, residencial unifamiliar, residencial multifamiliar, vilas com até 50 unidades habitacionais e vilas com mais de 50 unidades habitacionais, todos C1 (comércio varejista, comércio de gêneros alimentícios e comércio eventual), C2 (comércio diversificado), C3 (comércio atacadista), S1.3 (serviços socioculturais) S2.2 (serviços pessoais e de saúde), S2.3 (serviços de educação), S2.4 (serviços socioculturais), S2.8 (oficinas de conservação, manutenção, limpeza, reparos, dentre outros), E1 (uso institucional local), I1 (indústrias não incômodas de até 500 m²) e I2 (industriais não incômodas com mais de 50 operários e/ou 500 m de área construída). No que se refere a Zona Industrial 2:

Inicia-se este limite na interseção da estrada de acesso ao Porto Grande com o limite da Zona Rural – Rio dos Cachorros, seguindo pela última e prolongando-se pela linha de preamar do Estreito dos Coqueiros, seguindo pela mesma até atingir novamente a estrada de acesso ao Porto Grande, donde segue com um rumo à direita até encontra o ponto inicial deste perímetro (SÃO LUÍS, 1992, p. 15).

Nessa Zona, os usos que são permitidos são E1 (uso institucional local), I1 (indústrias não incômodas até 500 m²), I2 (indústrias não incômodas com mais de 50 operárias e/ou 500 m de área construída) e I3 (indústrias incômodas). Sobre a Zona Industrial 3:

Inicia-se no ponto de interseção da linha da preamar do Rio das Pedrinhas com a antiga Estrada de Ferro São Luís – Teresina, prosseguindo pela última até encontrar o limite da preamar do Igarapé do Cajueiro, acompanhando o mesmo, passando também pelos limites da preamar do Igarapé do Cajueiro, Estreito dos Coqueiros, Rio dos Cachorros, novamente pelo limite da preamar do Rio das Pedrinhas, até alcançar o ponto inicial deste perímetro (SÃO LUÍS, 1992, p. 15).

Na ZI3, são permissíveis os mesmos usos da ZI2, com a única diferença de permitir o I4 (indústrias perigosas). Outrossim, a Lei nº 3.253/1992 (SÃO LUÍS, 1992) explicita a necessidade de apresentação do Relatório de Impacto Ambiental (RIMA), para as indústrias a serem instaladas nas Zonas Industriais 1, 2 e 3 e que seja considerada a preservação das bacias fluviais que se encontram e seus recursos naturais.

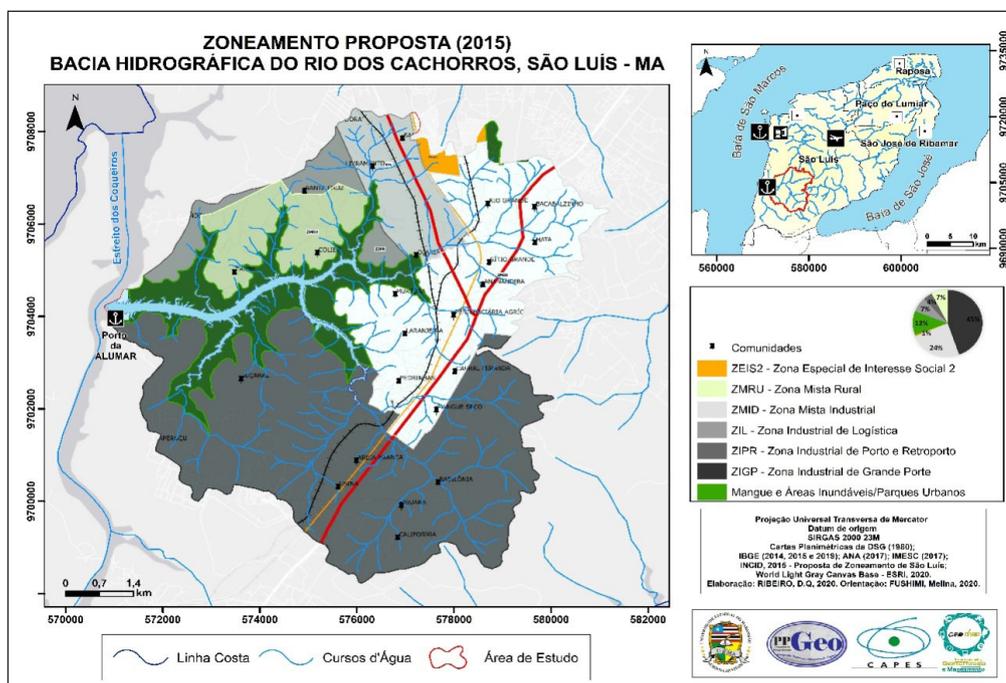
A Lei, para mais, também declara que os projeto referentes a quaisquer obras, nestas zonas industriais, devem ser submetidos a Prefeitura de São Luís e aos órgãos estaduais e federais. Simultaneamente, a Zona Rural:

Inicia-se este perímetro no ponto de interseção da estrada de acesso ao Porto Grande com o limite da ZR 10, prosseguindo pelo último até encontrar a Estrada de Ferro Carajás, seguindo por esta à direita até atingir a linha de preamar do Rio das Pedrinhas, seguindo por esta, passando pela preamar do Rio dos Cachorros até encontrar novamente a estrada de acesso ao Porto Grande, prosseguindo pela mesma rumo à esquerda até encontrar a linha limite da Zona de Proteção Ambiental (preamar do Estreito dos Coqueiros), prolongando-se pela mesma e passando pela preamar do Igarapé Pindoba, Baía de São Marcos até atingir novamente o limite da ZR10, donde segue rumo à direita até encontrar o marco inicial deste limite (SÃO LUÍS, 1992, p. 11 - 12).

Na presente Lei analisada, não está definido os usos para a Zona Rural, mas vale ressaltar que a lei que delimita os limites urbanos e rurais do município com base no Plano Diretor de São Luís, Lei nº 4.669/2006 (SÃO LUÍS, 2006).

As comunidades que estão presentes na bacia hidrográfica do rio dos Cachorros, segundo o Mapa de Zoneamento Vigente – INCID (2014) são: California, Iguara, Babilônia, Mangue Seco, Cabral Miranda, Penitenciária Agrícola, Usina, Areia Branca, Pedrinhas, Ananandiba, Sítio Grande, Murtura, Mata, Bacabalzinho, Rio Grande, Santo Antônio, Livramento, Santa Cruz, Tahim, Colier, Juçaral e Olaria. E estão dispostas em todas as zonas supracitadas.

O segundo documento cartográfico gerado trata-se da Proposta de Zoneamento de São Luís de 2015 (Figura 3).

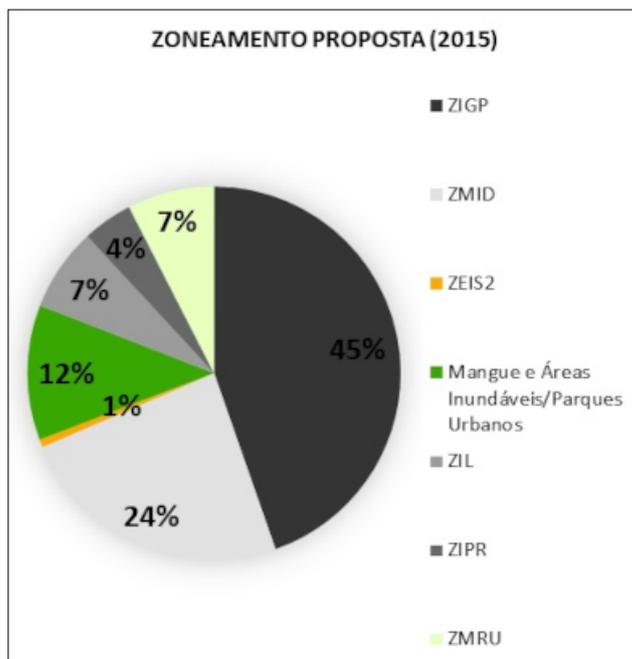


Fonte: INCID (2015). Elaborado pela autora (2020).

Figura 3. Zoneamento proposta (2015) da área de estudo.

Quanto à distribuição das zonas na área de estudo, a maior parte é constituída pelo ZIGP – Zona Industrial de Grande Porte (45%), seguido pela ZMID – Zona Mista Industrial (24%), pelos Mangue e Áreas Inundáveis/Parques Urbanos (12%), pela ZIL – Zona Industrial de Logística (7%), pela ZMRU – Zona Mista Rural (7%), pela ZIPR – Zona Industrial de Porto e Retroporto e por fim, pela ZEIS2 – Zona Especial de Interesse Social 2 (1%), conforme representa o gráfico a seguir (Gráfico 2):

Gráfico 2. Distribuição da proposta de zoneamento (2015) da bacia hidrográfica do rio dos Cachorros, São Luís – MA.



Fonte: INCID (2015). Elaborado pela autora (2020).

Por ser uma proposta recente é observável um maior detalhamento nas classes, assim como os usos das mesmas, abordadas no projeto de lei.

Na Zona Industrial de Logística, Zona Industrial de Grande Porte, Zona Industrial de Porto e Retroporto, Zona Mista Industrial, são proibidos os usos de cultivo de cereais, plantas de lavouras, horticultura, produção de sementes, proibido também, a criação de bovinos e de animais de grande porte, suínos, ovinos, dentre outros animais. Paralelamente, são proibidas atividades de apoio à agricultura e à pecuária, caça, produção florestal e pesca, sendo permitido principalmente o uso para atividades industriais extrativas de minerais, atividades de apoio a extração de minerais, fabricação de produtos alimentares, de bebidas, de produtos têxteis, confecções e fabricação no geral. Em contra partida liberar comércio, clínicas, escolas para aturem nas áreas, bem como serviços oferecidos para a população.

Conforme o art. 16, da Proposta de Zoneamento (2015), devido as características de ocupação, juntamente com os índices socioeconômicos e espaciais, e principalmente em razão das atividades industriais que são realizadas nas áreas de ZIL, ZIPR e ZIGP, estas estão localizadas na zona urbana de São Luís.

A Zona Mista Rural é composta pelos usos residencial, unifamiliar, multifamiliar horizontal e vertical, tal como pelas atividades rurais, não sendo permitido atividades industriais extrativas, no entanto, autoriza a presença de fábricas.

A Zona Especial de Interesse Social dois (2) é descrita como uma área formada por

assentamentos de baixa renda, sendo o objetivo de demarcação das Zonas Especiais de Interesse Social promover a recuperação urbanística dessas partes da cidade, bem como a produção e recuperações de habitações.

As comunidades que estão presentes na bacia hidrográfica do rio dos Cachorros, de acordo com o Mapa de Proposta de Zoneamento – INCID (SÃO LUÍS, 2015b), são as mesmas supracitadas no de Zoneamento Vigente – INCID (2014), com o aditivo da comunidade Laranjeira.

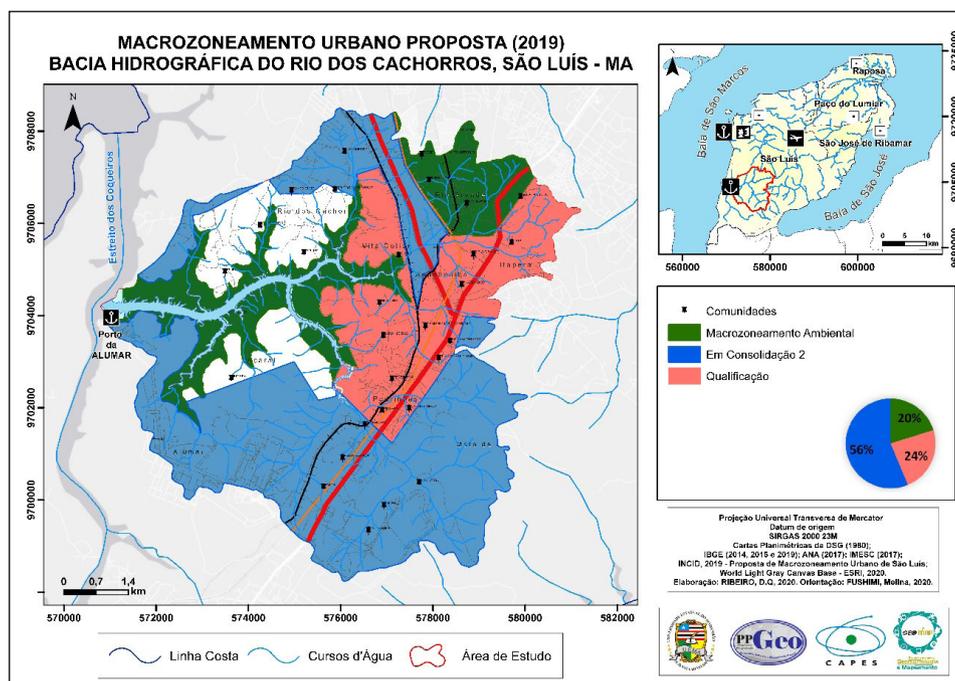
A classe composta por Mangue e Áreas Inundáveis/Parques Urbanos são referentes a proposta de Macrozoneamento Ambiental de 2014. Nessa Proposta, art. 26:

§1º. (Inclusão de §) São consideradas Áreas de Preservação Permanente, além das descritas nos incisos I a VII do Art. 30, todo o interior e uma faixa externa de 30,00m (trinta metros) a partir das margens das bacias hidrográficas, lagos, lagoas, rios, igarapés, mangues e outras áreas inundáveis por marés (SÃO LUÍS, 2014).

Os Parques Urbanos, tal como as Unidades de Conservação da Categoria de Uso Sustentável e as Praias, no art. 26-F. (Antigo § 2º do Art. 29, com ajustes) constituem a Macrozona de Uso Sustentável (SÃO LUÍS, 2014).

Essas áreas têm a função ambiental de proteção dos corpos hídricos, evitando enchentes, inundações, poluição das águas e assoreamento dos canais, além da manutenção da permeabilidade do solo e a recarga de aquíferos, evitando o comprometimento do abastecimento público de água em qualidade e em quantidade, dentre outros fatores (RIBEIRO *et al.*, 2019, p. 2).

O terceiro documento cartográfico reporta-se a Proposta de Macrozoneamento Urbano de São Luís de 2019 (Figura 4).

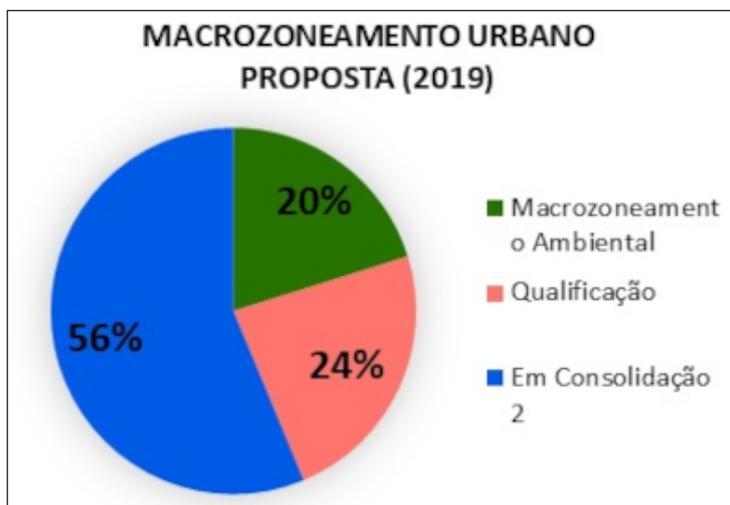


Fonte: INCID (2019). Elaborado pela autora (2020).

Figura 4. Macrozoneamento urbano proposta (SÃO LUÍS, 2019a) da área de estudo.

No tocante das zonas na bacia hidrográfica do rio dos Cachorros, a maior parte é constituída pelas classes: Em Consolidação 2 (56%), Qualificação (24%) e pelo Macrozoneamento Ambiental (20%), segundo representa o gráfico a seguir (Gráfico 3):

Gráfico 3. Distribuição da proposta de macrozoneamento urbano (SÃO LUÍS, 2019a) da bacia hidrográfica do rio dos Cachorros, São Luís – MA.



Fonte: INCID (2019). Elaborado pela autora (2020).

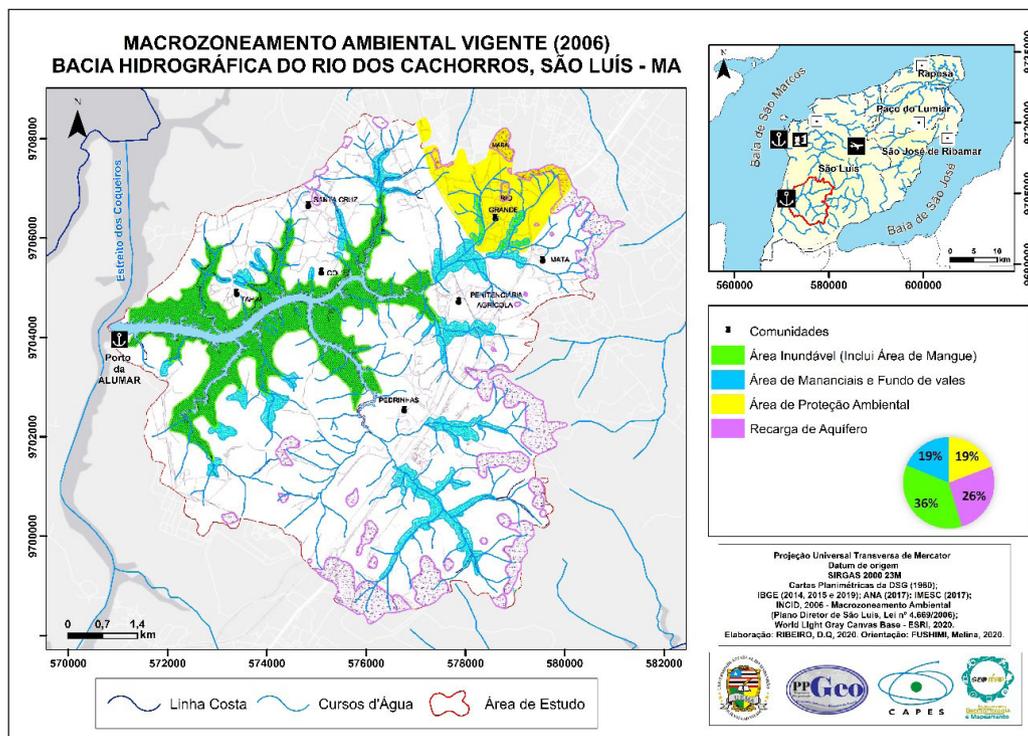
Em conformidade da Proposta, art. 46, a Macrozona Em Consolidação dois (2), são as áreas que possuem vazios urbanos, mas que detém potencialidade de expansão urbana, desde que tenham uma qualificação urbanística.

Com relação a Macrozona de Qualificação, art. 47, da Proposta de Macrozoneamento Urbano (SÃO LUÍS, 2019a), é composta por áreas ocupadas por assentamentos espontâneos, caracterizados por uma população de baixa renda, baixo nível de escolaridade, dentre outros fatores. E a delimitação dessas áreas tem a finalidade de ser alvo de investimentos públicos, programas de melhorias para a população. Em síntese, essas duas Macrozonas, necessitam de qualificação urbana e social.

Relativo ao Macrozoneamento Ambiental, no art. 26 dessa Proposta, é deixado claro que essas áreas são referentes ao patrimônio natural e tem encargo de proteção ambiental, desta forma, o uso e ocupação dessa zona deverá ser forma equilibrada, visando sua proteção. Além das comunidades já citadas anteriormente, nessa Proposta também são identificados: Vila Limoeiro, Vila Progresso, Piçarra, Vila Muraí, Residencial Santo Antônio e Rio dos Cachorros.

Dessa forma, a importância dos mapas de zoneamentos analisados decorre da função de orientar a expansão urbana, a fim de sustentar o desenvolvimento social, econômico e ambiental de um local. Do ponto de vista ambiental, tem-se o Macrozoneamento Ambiental vigente, sendo parte do Plano Diretor do Município de São Luís, Lei nº 4.669/2006 (SÃO LUÍS, 2006).

O Plano Diretor é o instrumento básico da política de desenvolvimento urbano, sendo obrigatório para as cidades com mais de vinte mil habitantes, nos termos do art.182, §1º da Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988). Para além, o Macrozoneamento Ambiental identifica as áreas prioritárias para proteção do ambiente (Figura 5).

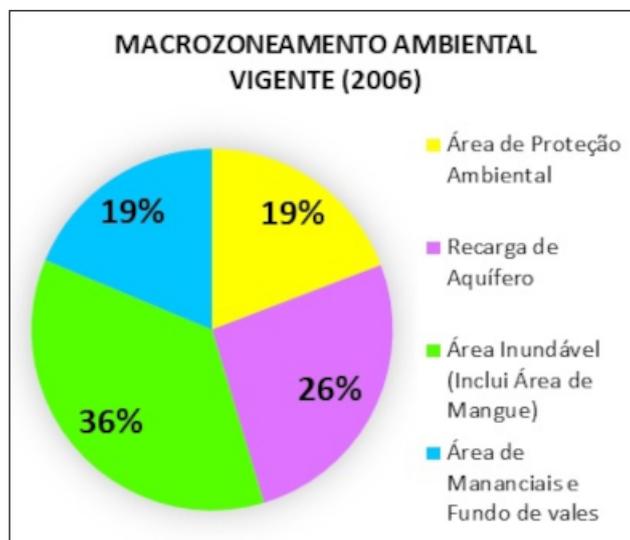


Fonte: INCID (2006). Elaborado pela autora (2020).

Figura 5. Macrozoneamento ambiental vigente da área de estudo.

Na bacia hidrográfica do rio dos Cachorros, as classes apontadas são: Área Inundável (Inclui Área de Mangue) (36%), Recarga de Aquífero (26%), Área de Proteção Ambiental (19%) e Área de Mananciais e Fundo de Vales (19%), segundo representa o Gráfico 4.

Gráfico 4. Distribuição do macrozoneamento ambiental vigente da bacia hidrográfica do rio dos Cachorros, São Luís – MA.



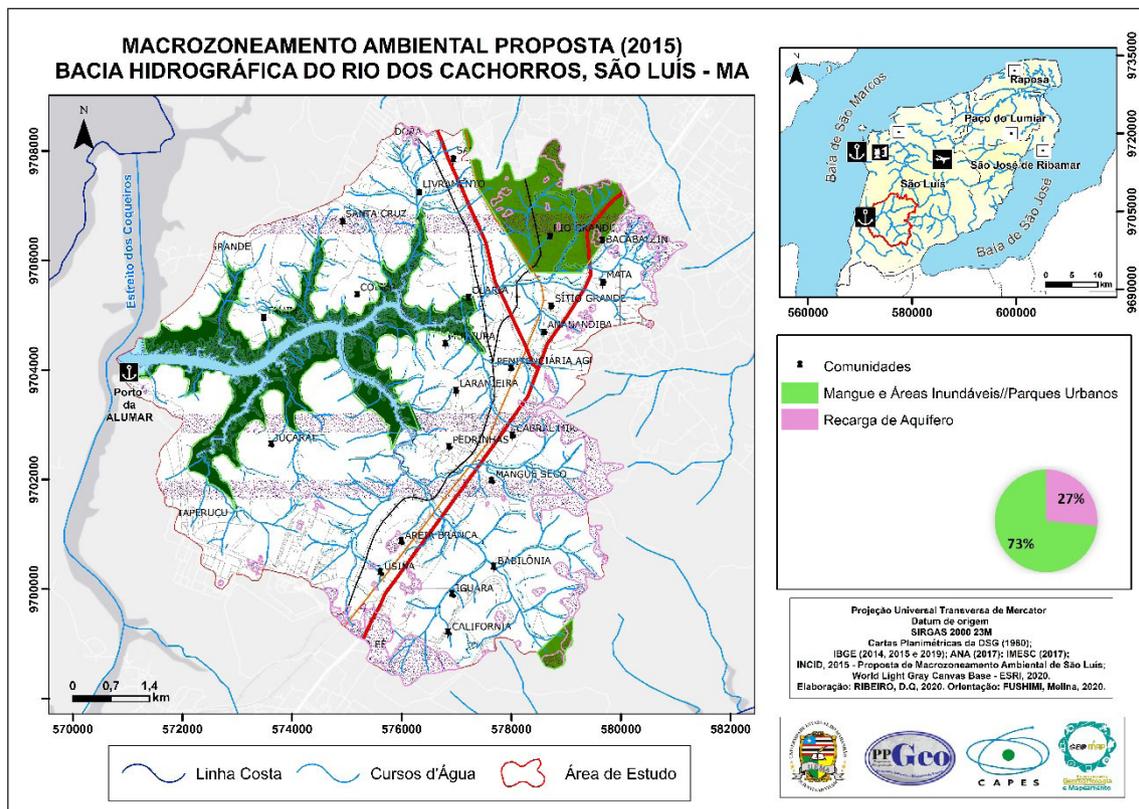
Fonte: INCID (2006). Elaborado pela autora (2020).

A Área Inundável (Inclui Área de Mangue), Área de Mananciais e Fundo de Vales, “são áreas definidas por Legislação Federal como áreas de preservação permanente ou como unidades de proteção integral” (SÃO LUÍS, 2006), são locais de preservação ambiental. A Legislação Federal referente a essas áreas é Código Florestal, Lei nº 12.651/12 (BRASIL, 2012).

Nessas categorias são permitidos apenas os usos voltados para a pesquisa, educação ambiental e ações voltadas para preservar a natureza. Enquanto que, as Áreas de Recarga de Aquífero e a Área de Proteção Ambiental, são áreas de conservação da natureza, de uso sustentável e que são permitidos os usos econômicos.

Todas essas categorias possuem em comum como estratégias a Zona de Proteção Ambiental (ZPA) e a Educação Ambiental como instrumentos para a preservação e da conservação da natureza. As comunidades que estão presentes na bacia hidrográfica do rio dos Cachorros, conforme o Mapa de Macrozoneamento Ambiental Vigente – INCID (2006) são somente: Pedrinhas, Penitenciária Agrícola, Mata, Rio Grande, Santa Cruz, Colier e Tahim.

Já a Proposta de Macrozoneamento Ambiental de 2015 (SÃO LUÍS, 2015a), apresenta duas divisões para a bacia do rio dos Cachorros: Mangue e Áreas Inundáveis/Parques Urbanos (73%) e Recarga de Aquífero (27%) (Figura 6 e Gráfico 5).

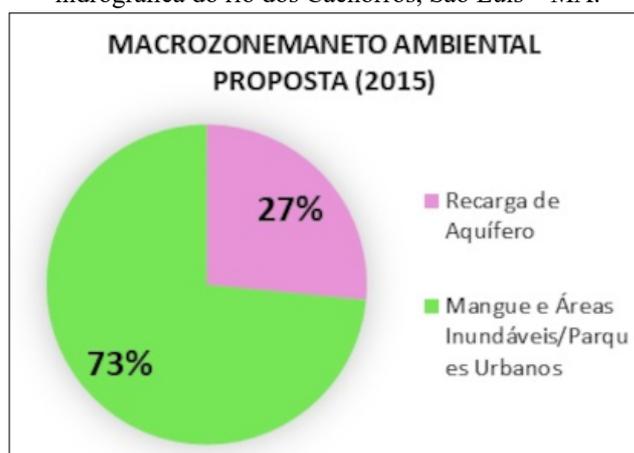


Fonte: INCID (2015). Elaborado pela autora (2020).

Figura 6. Macrozoneamento ambiental proposta (SÃO LUÍS, 2015a) da área de estudo.

No mapa original, as classes Mangue/Áreas Inundáveis e Parques Urbanos são categorias separadas, mas por uma questão metodológica, nesse artigo optou-se pela junção de ambas, devido as dúvidas que surgiram a partir da legenda nativa do documento original.

Gráfico 5. Distribuição da proposta de macrozoneamento ambiental (SÃO LUÍS, 2015) da bacia hidrográfica do rio dos Cachorros, São Luís – MA.



Fonte: INCID (2015). Elaborado pela autora (2020).

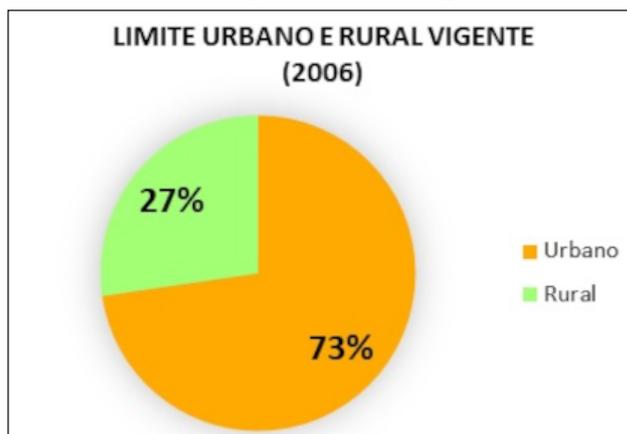
Segundo a Proposta, Mangue e Áreas Inundáveis são unidades de proteção integral, os Parques Urbanos são de uso sustentável e as Áreas e Recarga de Aquífero são para a manutenção da drenagem dos rios. Na bacia hidrográfica do rio dos Cachorros são áreas necessárias para a manutenção dos recursos hídricos.

Merece destaque que as Áreas de Recarga de Aquíferos deverão obter “tratamento especial na Lei de Zoneamento, Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo, com objetivo de se garantir a melhor permeabilidade do solo por mecanismos naturais ou artificiais, nas áreas indicadas no mapa”, § 2º. (Inclusão de Parágrafo) art. 30 (SÃO LUÍS, 2015).

As comunidades apresentadas no Mapa de Proposta Macrozoneamento Ambiental de 2015 (SÃO LUÍS, 2015), são as mesmas referenciadas anteriormente. Em suma, o Macrozoneamento Ambiental é essencial para dar aporte para as atividades humanas, com o objetivo de respeitar os recursos naturais.

No tocante aos limites urbanos e rurais, segundo o Plano Diretor de São Luís, Lei nº 4.669/2006 (SÃO LUÍS, 2006) e o respectivo mapa, a bacia hidrográfica do rio dos Cachorros é predominantemente urbana, com 73%, e uma área rural de 27%, como pode ser observado no Gráfico 6.

Gráfico 6. Distribuição do limite urbano e rural vigente da bacia hidrográfica do rio dos Cachorros, São Luís – MA.



Fonte: INCID (2010). Elaborado pela autora (2020).

De acordo com o Plano Diretor de São Luís (Lei nº 4.669/2006), art. 2, essas áreas são caracterizadas por:

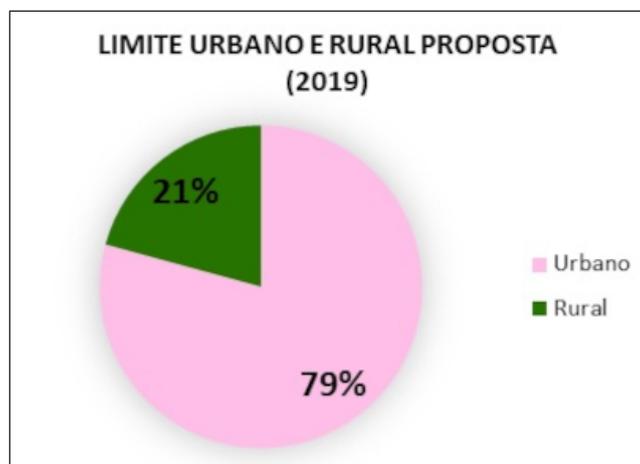
V - ÁREA URBANA corresponde à parte do território municipal em que predominam as atividades econômico-industriais e de serviços, existindo uma legislação urbanística que disciplina o uso, o parcelamento e a ocupação do solo; área caracterizada, ainda, pela maior densidade populacional e viária, pela maior fragmentação das propriedades imobiliárias, e onde os serviços e equipamentos estão consolidados e contínuos;

VI - ÁREA RURAL é a parte do território municipal em que predominam as atividades econômicas primárias, com potencial agrícola, pecuário, aquícola, pesqueiro, extrativista e agroindustrial; caracteriza-se, também, pela presença de enclaves urbanos e pela descontinuidade espacial da extensão dos serviços e equipamentos públicos;

(SÃO LUÍS, 2006, p. 1).

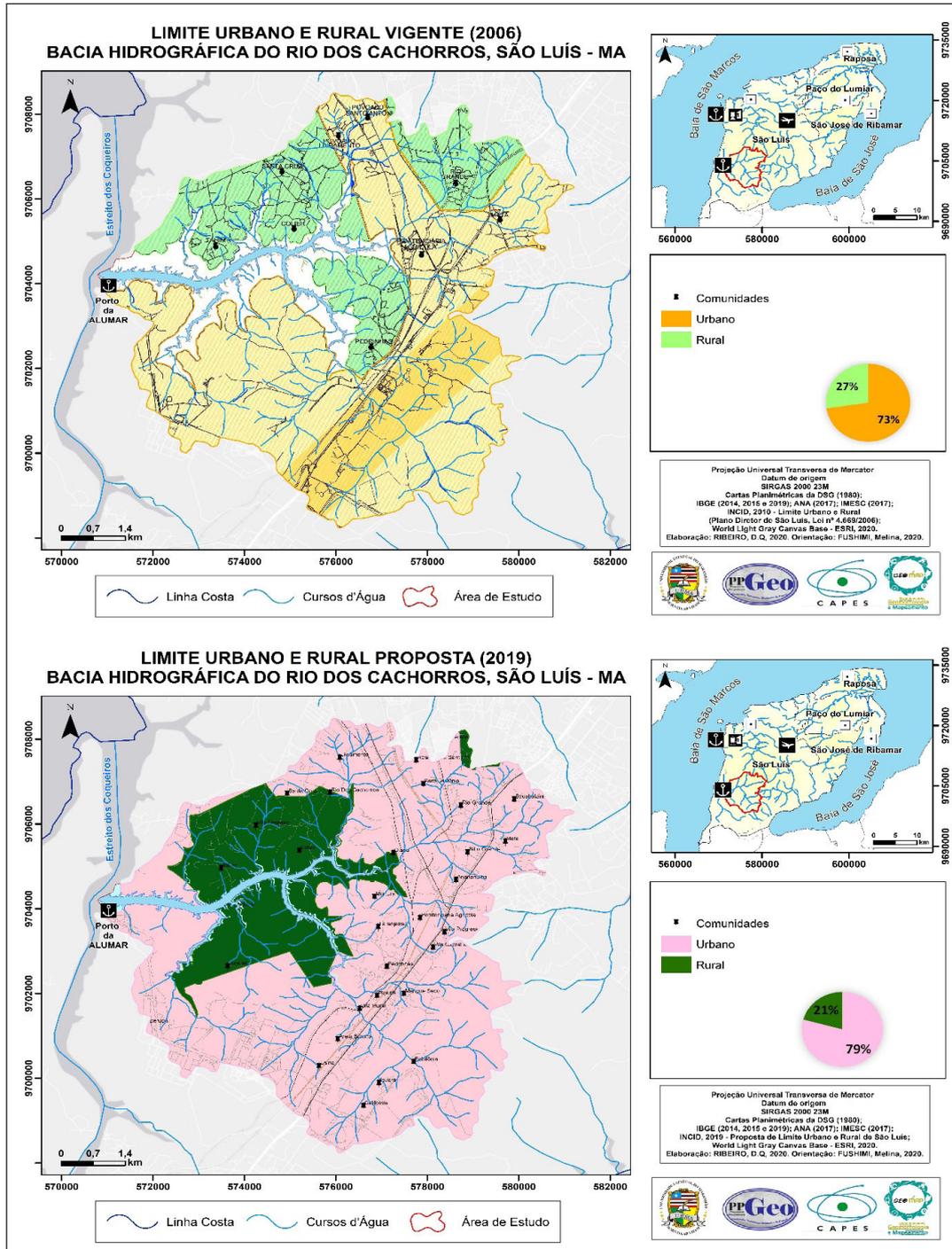
Para além disso, o Plano Diretor é a política responsável por manter em equilíbrio o urbano e rural, assim como as políticas de desenvolvimento para ambos. Em contrapartida, na Proposta de Limite Urbano e Rural (SÃO LUÍS, 2019b), a bacia hidrográfica do rio dos Cachorros apresenta apenas 21% da sua área como rural, havendo uma diminuição no percentual dessa categoria em comparação ao ano de 2016 (Gráfico 7).

Gráfico 7. Distribuição da proposta de limite urbano e rural (SÃO LUÍS, 2019b) da bacia hidrográfica do rio dos Cachorros, São Luís – MA.



Fonte: INCID (2019). Elaborado pela autora (2020).

Estima-se que devido à pressão da urbanização sobre a bacia de estudo ocorreu a diminuição do uso rural (Figura 7), conseqüentemente, a transformação da paisagem rural, tal como conflito entre o urbano e o rural por espaços ocupáveis e quem mais sofre é a população local.



Fonte: INCID (2010, 2019). Elaborado pela autora (2020).
Figura 7. Comparação do Limite urbano e rural da área de estudo.

Não foi utilizado as mesmas cores em ambos os mapas, limite urbano e rural, e respectivos gráficos em consideração aos aspectos originais dos mapas de 2006, 2010, 2014, 2015 e 2019 do INCID. Por fim, compreende-se que trabalhos que abordam temáticas correlacionadas ao planejamento e gestão em bacias hidrográficas são de extrema importância, sobretudo, no entendimento da conjuntura entre a relação entre a sociedade e a natureza.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante das considerações realizadas, ressalta-se que a bacia hidrográfica é uma importante unidade de planejamento territorial e ambiental que, dentre seus instrumentos tem-se o zoneamento, o qual deve ser levado em consideração pelos órgãos competentes.

A bacia hidrográfica do rio dos Cachorros situada no município de São Luís, estado do Maranhão possui diversos agentes sociais, sobretudo o rural (comunidades), o urbano (uso residencial e serviços) e o industrial, além das áreas de proteção ambiental, e cada um desses grupos utiliza o solo de maneiras diferenciadas. Também foi constada a diminuição da área rural, aumento da área urbana e multiplicação de classes industriais, principalmente relacionadas ao sistema portuário e com a mineração.

Os documentos cartográficos gerados nesse trabalho possuem o objetivo de subsidiar projetos, políticas públicas de planejamento, gestão ambiental e territorial para essa bacia, como também contribuir com os órgãos governamentais, comunidades locais, tal como sua luta pela defesa de suas terras frente a urbanização acelerada, e na universidade, principalmente, com a produção de mais referências teóricas sobre a bacia hidrográfica do rio dos Cachorros, que é uma importante bacia da Ilha do Maranhão.

Além disso, os resultados aqui gerados possuem a intenção de contribuir para outros pesquisadores elaborarem o mapa de uso e cobertura do solo da bacia, a partir da verificação dos usos listados nas leis vigentes, da mesma forma que as propostas, e com base na verificação desses padrões em trabalhos de campo, afim de dar alicerce para documentos cartográficos que reflitam a realidade da bacia.

Registra-se aqui a dificuldade de compreensão das leis analisadas neste artigo, em razão de brechas, informações incongruentes e ausência de dados, até mesmo devido as leis vigentes serem antigas, e não refletirem mais a veracidade das características da bacia, além de erros gráficos apresentados em alguns mapas.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, E. P.; TELES, M. G. L.; LAGO, W. J. S. Delimitação das bacias hidrográficas da Ilha do Maranhão a partir de dados SRTM. *In*: SIMPÓSIO BRASILEIRO DE SENSORIAMENTO REMOTO, 14., 2009, Natal. **Anais [...]**. Natal: INPE, 2009.

ATAÍDE, R.; FREIRE, A.; JONAS, L.; ALVES, M. H.; PITTA, M. **Evolução do uso na Bacia do Rio Anil - São Luís - MA**, 2012. Disponível em: <https://pt.scribd.com/document/105863890/Evolucao-do-uso-na-Bacia-do-Rio-Anil-Sao-Luis-MA>. Acesso em: 01 abr. 2021.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado, 1988.

BRASIL. **Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012**. Dispõe sobre a proteção da vegetação nativa; altera as Leis nos 6.938, de 31 de agosto de 1981, 9.393, de 19 de dezembro de 1996, e 11.428, de 22 de dezembro de 2006; revoga as Leis nos 4.771, de 15 de setembro de 1965, e 7.754, de 14 de abril de 1989, e a Medida Provisória no 2.166-67, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências. Brasília, 2012.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Cidades@: Maranhão - São Luís**. 2020. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ma/sao-luis/panorama>. Acesso em: 01 abr. 2021.

INCID. Instituto da Cidade, Pesquisa e Planejamento Urbano e Rural. **Revisão da Legislação Urbanística de São Luís**. Disponível em: <https://www.saoluis.ma.gov.br/incid/conteudo/1442>. Acesso em: 01 abr. 2021.

RIBEIRO, D. Q.; CASTRO, R. M. S.; SANTOS, G. I. F. A.; CRUZ, W. L.; PEREIRA, E. D. Análise do Uso e Ocupação em Áreas de Preservação Permanente Através da Matriz de Impacto Ambiental. *In*: SIMPÓSIO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA FÍSICA APLICADA - GEOGRAFIA FÍSICA E AS MUDANÇAS GLOBAIS, 18., 2019, Fortaleza/CE. **Anais [...]**. Fortaleza/CE: Edições UFC, 2019, p. 1-12.

ROSS, J. L. S. Análise empírica da fragilidade dos ambientes naturais e antropizados. **Revista do Departamento de Geografia**, São Paulo, n. 8, p. 63-74, 1994.

SANTOS, L. E. N.; COSTA, M. C. L. Em busca da cidade moderna: a remodelação urbana de São Luís durante a Era Vargas (1936-1945). **Geosul**, v. 35, n. 76, p. 637-661, 2020.

SÃO LUÍS (Município). **Lei 3.253 de 29 de dezembro de 1992**. Dispõe sobre o zoneamento, parcelamento, uso e ocupação do solo urbano e dá outras providências. São Luís, 1992.

SÃO LUÍS (Município). Secretaria Municipal de Governo. **Plano Diretor do Município de São Luís**: Lei 4669 de 11 de outubro de 2006. São Luís: Secretaria Municipal de Governo, 2006.

SÃO LUÍS (Município). Secretaria Municipal de Governo. **Plano Diretor do Município de São Luís**: Lei 4669 de 11 de outubro de 2006: proposta limite urbano e rural, 2019: texto proposto. São Luís: Secretaria Municipal de Governo, 2019b.

SÃO LUÍS (Município). **Plano Diretor do Município de São Luís**: Lei 4669 de 11 de outubro de 2006: proposta macrozoneamento ambiental, 2014. texto proposto. São Luís: Secretaria Municipal de Governo, 2014.

SÃO LUÍS (Município). **Plano Diretor do Município de São Luís**: Lei 4669 de 11 de outubro de 2006: proposta macrozoneamento ambiental, 2015: texto proposto. São Luís: Secretaria Municipal de Governo, 2015a.

SÃO LUÍS (Município). **Plano Diretor do Município de São Luís**: Lei 4669 de 11 de outubro de 2006: proposta macrozoneamento ambiental, 2019: texto proposto. São Luís: Secretaria Municipal de Governo, 2019c.

SÃO LUÍS (Município). **Plano Diretor do Município de São Luís**: Lei 4669 de 11 de outubro de 2006: proposta macrozoneamento urbano, 2019: texto proposto. São Luís: Secretaria Municipal de Governo, 2019a.

SÃO LUÍS (Município). **Plano Diretor do Município de São Luís**: Lei 4669 de 11 de outubro de 2006: proposta zoneamento, 2015: texto proposto: zoneamento parcelamento, uso e ocupação do solo urbano de São Luís. São Luís: Secretaria Municipal de Governo, 2015b.

FOME E MODERNIZAÇÃO NO MARANHÃO: OS PROJETOS DE DESENVOLVIMENTO EM ITAQUI-BACANGA E O COMPROMETIMENTO DAS PRÁTICAS ALIMENTARES NA COMUNIDADE DE CAMBOA DOS FRADES (SÃO LUÍS) (1970-2021)

HUNGER AND MODERNIZATION IN MARANHÃO: DEVELOPMENT PROJECTS IN ITAQUI-BACANGA AND THE COMMITMENT OF FOOD PRACTICES IN THE COMMUNITY OF CAMBOA DOS FRADES (SÃO LUÍS) (1970-2021)

HAMBRE Y MODERNIZACIÓN EN MARANHÃO: PROYECTOS DE DESARROLLO EN ITAQUI-BACANGA Y EL COMPROMISO DE PRÁCTICAS ALIMENTARIAS EN LA COMUNIDAD DE CAMBOA DOS FRADES (SÃO LUÍS) (1970-2021)

José Raimundo Sousa Ribeiro Junior¹

Antonio José Araújo Cruz²

Livia Cangiano Antipon³

RESUMO: Os últimos dados do IBGE (2020a) indicam um aumento considerável da fome e do risco de fome no território brasileiro, e o Maranhão destaca-se como o primeiro estado do país com mais da metade dos domicílios nestas situações. São Luís, capital do estado, apresenta um processo de urbanização caracterizado pelo empobrecimento de uma boa parcela de sua população e, conseqüentemente, pelo adensamento de suas periferias – situação resultante de modernizações que aportam no estado. Partindo da análise desses processos, analisamos a região do Itaqui-Bacanga, em São Luís, e apontamos como os territórios rurais, a exemplo de Camboa dos Frades, ao sofrerem sucessivos processos de expropriação de seus meios de subsistência, vivenciam a deterioração e/ou interrupção de suas práticas alimentares fortemente arraigadas ao lugar.

Palavras-chave: São Luís. Camboa dos Frades. Fome. Práticas Alimentares. Expulsões.

ABSTRACT: The latest data from IBGE (2020a) indicate a considerable increase in the risk of hunger and hunger in Brazilian territory, and Maranhão stands out as the first state in the country with more than half of the households in these situations. São Luís, capital of the state, presents an urbanization process characterized by the impoverishment of a good portion of its population and, consequently, by the thickening of its peripheries – a situation resulting from the modernization processes that contribute in the state. Based

1 Professor visitante do Instituto de Saúde e Sociedade da Unifesp e representante da Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB/Seção São Paulo) no Conselho Municipal de Segurança Alimentar. E-mail: sousaribeirojunior@gmail.com.

2 Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Geografia, Natureza e Dinâmica do Espaço da Universidade Estadual do Maranhão. E-mail: antonioaraujo1096@hotmail.com.

3 Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Geografia do Instituto de Geociências da Unicamp. E-mail: liviacangiano@gmail.com.

Artigo recebido em fevereiro de 2021 e aceito para publicação em agosto de 2021.

on the analysis of these processes, we analyze the Itaqui-Bacanga region, in São Luís, and point out how rural territories, like Camboa dos Frades, undergoing successive processes of expropriation of their means of subsistence, experience deterioration and / or interruption of their eating practices strongly rooted in the place.

Keywords: São Luís. Camboa dos Frades. Hunger. Eating Practices. Expulsions.

RESUMEN: Los últimos datos del IBGE (2020a) indican un aumento considerable del riesgo de hambre y hambre en territorio brasileño, y Maranhão se destaca como el primer estado del país con más de la mitad de los hogares en estas situaciones. São Luís, capital del estado, presenta un proceso de urbanización caracterizado por el empobrecimiento de buena parte de su población y, en consecuencia, por el engrosamiento de sus periferias, situación resultante de los procesos de modernización que contribuyen en el estado. A partir del análisis de estos procesos, analizamos la región de Itaqui-Bacanga, en São Luís, y señalamos cómo territorios rurales, como Camboa dos Frades, que atraviesan sucesivos procesos de expropiación de sus medios de subsistencia, experimentan deterioro y / o interrupción de sus prácticas alimentarias están fuertemente arraigadas en el lugar.

Palabras clave: São Luís. Camboa dos Frades. Hambre. Prácticas alimentarias. Expulsiones.

INTRODUÇÃO

Desde 2004, quando o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) começou a mensurar a quantidade de domicílios em situação de fome e risco de fome (insegurança alimentar) no país, o Maranhão figurou como o estado com maior porcentagem de domicílios nessa situação. Entre 2004 e 2017-2018, a proporção de domicílios nessa situação nunca ficou abaixo de 60%, enquanto a média nacional oscilou de 34,9% em 2004, para 22,6% em 2013 e atingiu a marca de 36,7% em 2017-2018 (IBGE, 2020a).

Neste período, o processo de urbanização de São Luís foi marcado, como pretendemos demonstrar a seguir, pelo aprofundamento da precarização da vida dos sujeitos rurais e urbanos periféricos como consequência dos diversos processos de expropriação aos quais eles foram submetidos, contribuindo assim para a produção da fome e do risco de fome no Maranhão.

Essa realidade pode ser observada em Camboa dos Frades, cuja situação geográfica nos permite ampliar a discussão. Assim como outros territórios rurais da região de Itaqui-Bacanga (como o Cajueiro e a antiga Vila Madureira), essa comunidade sofre diretamente as implicações de diversas modernizações⁴: desde a construção do Porto de Itaqui, em 1970, passando pela instalação da Usina Termelétrica do Itaqui, em 2007, até o presente momento com a ampliação do complexo portuário de Itaqui em razão de outra modernização – a do campo maranhense, com a expansão da fronteira agrícola, reconhecida pelo acrônimo MATOPIBA.

Este artigo é produto da reflexão de seus autores em duas frentes de trabalho. A primeira é composta pelas atividades do Programa de Cooperação Acadêmica (PROCAD-Amazônia)⁵, desenvolvidas desde 2019 entre a Universidade Estadual do Maranhão e a Universidade Estadual de Campinas, cujo objetivo principal tem sido refletir sobre o Maranhão a partir de uma perspectiva crítica às modernizações que nele aportam e culminam em determinados usos do território, os quais agudizam suas desigualdades. Já a segunda decorre das reflexões realizadas entre os autores, por meio do Grupo de Trabalho

sobre Questões Alimentares da Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB/Seção São Paulo)⁶, a respeito da fome e de sua produção no período contemporâneo.

Para a elaboração do artigo foram realizadas análise e sistematização de dados do IBGE, além de uma revisão bibliográfica em livros, artigos, teses, dissertações, monografias, materiais jornalísticos (textuais e audiovisuais), incluindo pesquisa nos acervos históricos públicos de São Luís (a exemplo da Biblioteca Pública Benedito Leite). Destaca-se ainda a realização de trabalhos de campo, cujas narrativas de vida escutadas compõem parte central de nossas análises.

Algumas etapas da pesquisa foram realizadas individualmente, considerando as trajetórias de pesquisa e o momento de cada um dos autores. Assim, coube a José Raimundo Sousa Ribeiro Junior analisar e interpretar os dados do IBGE a partir de uma leitura crítica das escalas de insegurança alimentar, assim como propor a leitura da realidade estudada a partir do conceito de práticas alimentares, como forma de avançarmos no debate a respeito da produção da fome como característica inerente ao processo recente de urbanização de São Luís.

Os importantes trabalhos de campo foram realizados pelo mestrando Antonio José Araújo Cruz, entre os meses de novembro de 2020 e fevereiro de 2021⁷, em conjunto com outros pesquisadores que compõem o projeto Nova Cartografia Social da Amazônia (Universidade Estadual do Maranhão) e como parte central de sua trajetória de pesquisa de mestrado intitulada *Modernizações, desigualdades e resistências na metrópole de São Luís: os territórios rurais do Cajueiro e da Camboa dos Frades*⁸, cujo objetivo principal tem sido pensar os processos de expulsão que as comunidades aqui trabalhadas vivenciam em razão do avanço da racionalidade nos territórios rurais da Região Metropolitana da Grande São Luís.

As discussões acerca das modernizações no território maranhense e suas relações com as origens da precarização dos sujeitos urbanos contaram com a colaboração da doutoranda Livia Cangiano Antipon, por meio de sua pesquisa de doutorado em curso, intitulada *Os circuitos da economia urbana e a situação alimentar de São Luís (MA): a dimensão do mercado de alimentação*⁹.

Se algumas etapas de pesquisa foram realizadas individualmente, a redação do artigo foi marcada pelo constante diálogo entre os autores, o que resultou, a nosso ver, em um texto coerente com nossas posições.

O artigo divide-se em duas partes: a primeira trata das situações alimentares do Brasil e do Maranhão a partir dos últimos dados publicados pelo IBGE (2020a; 2020b), por meio dos quais analisamos a disponibilidade domiciliar de alimentos e os índices de fome e risco de fome nestes dois recortes e sua relação com dados relativos a renda, raça e gênero. Neste momento, também nos preocupamos em tensionar o uso do termo “(in) segurança alimentar”, propondo o necessário resgate do termo “fome” para avançarmos nas pesquisas cujo objeto seja entender esse fenômeno na contemporaneidade.

Na segunda parte, que antecede nossas considerações finais, analisamos o comprometimento das práticas alimentares em Camboa dos Frades, resultantes das constantes modernizações do estado do Maranhão, cuja consequência tem sido a expropriação dos modos de vida dos sujeitos rurais e urbanos periféricos. Aqui destacamos os trabalhos de campo como importante caminho metodológico desta pesquisa, uma vez que sem eles seria impossível adentrarmos no tecido social para compreender o cotidiano compartilhado deste território rural.

Como pretendemos demonstrar a seguir, o alargamento da pobreza urbana em São Luís é evidente, e relacioná-lo às modernizações que aportam no estado tem sido um caminho analítico coerente para entendermos a gênese e a consolidação da pauperização da vida de boa parte da população ludovicense.

SITUAÇÕES ALIMENTARES NO BRASIL E NO MARANHÃO A PARTIR DOS DADOS DO IBGE

A intensa desigualdade socioeconômica que caracteriza nossa sociedade manifesta-se de diversas formas. Uma delas pode ser observada no campo da alimentação, uma vez que as assimetrias em relação a “quanto se come” e “o que se come” impedem-nos de falar de uma alimentação dos brasileiros. Pelo contrário, o que se observa no Brasil é uma complexa gradação entre situações alimentares desiguais, que vão desde situações caracterizadas pela fartura e variedade dos alimentos consumidos até aquelas em que as pessoas estão submetidas à fome e ao risco de fome.

Durante os anos 1980, duas pesquisadoras estadunidenses – Kathy Radimer e Cheryl Wehler – coordenaram pesquisas que tinham como objetivo definir e mensurar a fome em um contexto em que as manifestações mais extremas desse fenômeno (inanição) já haviam sido praticamente eliminadas (RADIMER *et al.*, 1992; WEHLER *et al.*, 1992). Desenvolveram, assim, as primeiras escalas de fome, construídas a partir das experiências das pessoas que já haviam experienciado esse fenômeno.

A partir dessas escalas, a fome pode ser compreendida como um processo composto por pelo menos dois estágios. O primeiro deles é o “risco de fome”, momento de preocupação, ansiedade e medo causado pela perspectiva de que os alimentos (ou os meios para adquiri-los) não serão suficientes. Nesse estágio a qualidade e a variedade da alimentação já são fortemente impactadas. O segundo refere-se à fome, momento em que as pessoas passam a experimentar, contínua ou intermitentemente, as sensações físicas e psíquicas causadas pela privação de alimentos. Como essa privação pode ser mais ou menos severa, a intensidade da fome é variável, podendo chegar, nos casos mais graves, ao estágio de inanição.

Nos anos 1990, essas escalas foram utilizadas como referência para a elaboração da Escala de Segurança Alimentar dos Estados Unidos (U.S. Household Food Security Survey Module), que posteriormente foi traduzida para o português e adaptada para a realidade brasileira, dando origem à Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA) que é utilizada nas pesquisas do IBGE (SEGALL-CORREA; MARIN-LEON, 2009). Como os nomes das escalas indicam, em meio às disputas em torno de qual termo deveria ser utilizado, o termo “fome” perdeu destaque para “(in)segurança alimentar”, o que de muitas formas contribuiu para ocultação e/ou subdimensionamento da fome (RIBEIRO JUNIOR, 2021). Por essa razão,

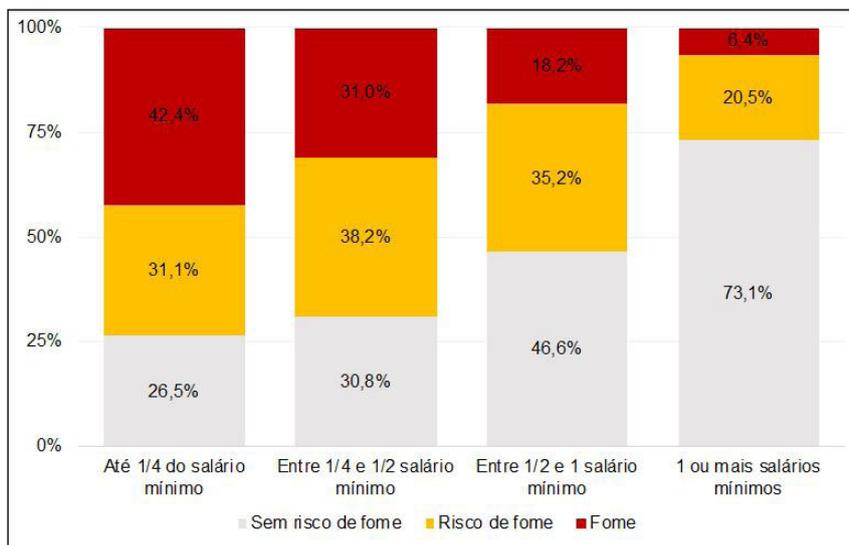
Tomando as pesquisas de Radimer *et al.* (1992) e Wehler *et al.* (1992) como fundamento, defendo a substituição dos termos de “insegurança alimentar leve” por “risco de fome” e “insegurança alimentar moderada e grave” por “fome moderada e grave”. Em outras palavras, defendo o resgate de uma terminologia que tem como fundamento uma definição socialmente reconhecida do fenômeno e comunique claramente a quantidade de pessoas que experienciam o risco de fome e a fome em suas diferentes intensidades (RIBEIRO JUNIOR, 2021).

Como bem sabemos, em sociedades caracterizadas pelas relações sociais capitalistas os alimentos, assim como os demais bens necessários para a manutenção da vida, foram transformados em mercadorias. Assim, para a maior parte daqueles que vivem no Brasil, a única forma de obter os alimentos que precisam é a troca monetária, o que explica a íntima relação entre a situação alimentar de um domicílio e os rendimentos de seus moradores.

A comparação entre a aquisição alimentar domiciliar *per capita* de domicílios brasileiros com rendimento mensal de “até 2 salários mínimos” e “acima de 15 salários mínimos”¹⁰ explicita essa desigualdade, pois nos primeiros consomem-se: 4,1 vezes menos frutas; 3,9 vezes menos hortaliças folhosas ou florais; 2,8 vezes menos hortaliças frutosas ou tuberosas; 2,8 vezes menos laticínios; 2 vezes menos carnes bovinas e 3,1 vezes menos refrigerantes. Por outro lado, os domicílios mais pobres adquirem em média 1,5 vez mais arroz e 1,4 vez mais feijão, o que evidencia a importância desses dois alimentos para a dieta de seus moradores (IBGE, 2021a).

Além de ser muito menor e menos variada, muitas vezes a disponibilidade de alimentos nos domicílios mais pobres também é insuficiente. Mesmo antes da pandemia de Covid-19 o Brasil já era um país caracterizado pelos altos índices de fome (insegurança alimentar moderada e grave) e risco de fome (insegurança alimentar leve). Em 2018, aproximadamente 56 milhões de pessoas (27%) estavam em situação de risco de fome e 28,9 milhões (14%) em situação de fome, e estas duas situações eram muito mais comuns em domicílios nos quais a renda *per capita* mensal era menor do que 1 salário mínimo (Gráfico 1) (IBGE, 2020a).

Gráfico 1. Proporção de domicílios em situação de fome e risco de fome, por rendimento domiciliar per capita – Brasil (2017-2018).



Fonte: elaborado por José Raimundo Sousa Ribeiro Junior a partir de dados do IBGE (2021b).

Uma vez que os rendimentos são de muitas formas atravessados e determinados pelas questões raciais, 45,5% dos domicílios que tinham uma pessoa preta ou parda como referência estavam em situação de fome ou risco de fome, enquanto essa taxa era de 26,1% naqueles que tinham como referência uma pessoa branca. A mesma lógica se aplica à questão de gênero, uma vez que 41,6% dos domicílios que tinham uma mulher como pessoa de referência estavam em situação de fome ou risco de fome, contra 33,2% dos domicílios que tinham como pessoa de referência um homem (IBGE, 2020a).

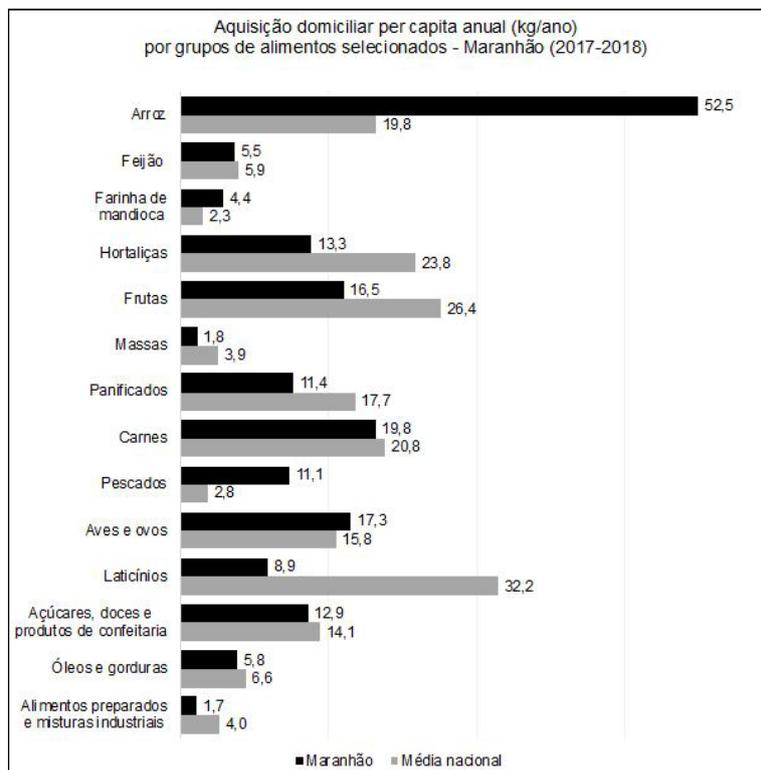
A fome e o risco de fome também assumem uma territorialização complexa. Se é verdade que os dois fenômenos ocorrem com mais frequência em domicílios em áreas rurais (46,4%) do que em áreas urbanas (35,1%), em termos absolutos a fome e o risco

de fome estão muito mais presentes em domicílios urbanos (20,9 milhões) do que em domicílios rurais (4,4 milhões). O mesmo vale para a distribuição destes fenômenos entre as unidades da federação, pois se é verdade que a proporção de domicílios nessas duas situações é maior nas regiões Norte (exceto Rondônia) e Nordeste, em termos absolutos São Paulo é o estado com maior número de domicílios em situação de fome (1,2 milhão) e risco de fome (3,6 milhões) (IBGE, 2020a).

Neste contexto, o Maranhão se destaca por ser a unidade da federação com a maior prevalência de fome e risco de fome. Em 2018, 66,2% dos domicílios estavam nessa situação, e dos 1,97 milhão de domicílios do estado, 695 mil (35,2%) encontravam-se sob risco de fome, e 609 mil (30,9%) em situação de fome. A média nacional de domicílios nessas situações era significativamente mais baixa: 24% em risco de fome e 12,7% em situação de fome. Em conformidade com o raciocínio apresentado, o estado com maior prevalência de fome e risco de fome no país em 2018 foi também aquele que apresentou o maior percentual (53%) de pessoas com rendimento abaixo da linha de pobreza, de 5,50 dólares por dia¹¹, o menor rendimento médio (R\$ 1.249) e o maior percentual de trabalhadores informais (64,9%) (IBGE, 2019).

Essa realidade socioeconômica impacta diretamente a aquisição alimentar domiciliar *per capita*, fazendo com que no Maranhão predomine uma disponibilidade domiciliar de alimentos muito semelhante àquela dos domicílios mais pobres do país. O estado apresenta a maior aquisição *per capita* de arroz do país, enquanto as aquisições *per capita* de outros grupos de alimentos estão entre as mais baixas das 27 unidades da federação: hortaliças (23°), frutas (20°), panificados (23°) e laticínios (27°).

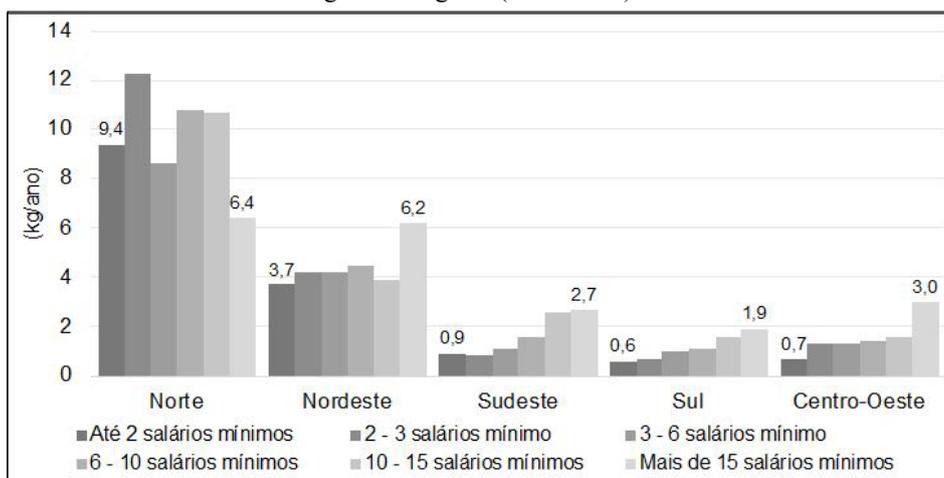
Gráfico 2. Aquisição domiciliar per capita anual (kg/ano) por grupos de alimentos selecionados – Maranhão (2017-2018).



Fonte: elaborado por José Raimundo Sousa Ribeiro Junior a partir de dados do IBGE (2021a).

Um dado, no entanto, merece destaque. Como é possível identificar no Gráfico 2, de maneira semelhante à aquisição arroz, no Maranhão a aquisição domiciliar de pescados (11,1 kg/ano) é significativamente maior do que a média nacional (2,8 kg/ano). Para compreender esse fato é importante considerar outros três dados relativos à aquisição de pescados. Em primeiro lugar, vale destacar que esta é uma realidade muito semelhante àquela observada no Acre, Amazonas, Amapá e Pará, onde a aquisição de pescados varia entre 9,6 e 14 kg/ano, estados que, assim como o Maranhão, fazem parte da Amazônia Legal. Além disso, nas regiões Norte e Nordeste não há grande desigualdade na aquisição de pescados entre os domicílios pertencentes às diferentes classes de rendimento, indicando um consumo substancialmente acima da média nacional mesmo nos domicílios mais pobres (Gráfico 3).

Gráfico 3. Aquisição domiciliar per capita anual de pescados (kg/ano) por classes de rendimento nas grandes regiões (2017-2018).



Fonte: elaborado por José Raimundo Sousa Ribeiro Junior a partir de dados do IBGE (2021a).

Por fim, um dado muito importante refere-se ao fato de que parte significativa dos pescados (16,9%) é adquirida de forma não monetária, algo que também ocorre com o arroz (24,8%)¹². Isso significa que uma parcela considerável da aquisição destes dois importantes alimentos advém de produção própria (cultivos e pesca), doação ou trocas não monetárias (IBGE, 2014).

É significativo que justamente nos dois grupos de alimentos em que o Maranhão apresenta aquisições significativamente maiores que a média nacional a participação da aquisição não monetária seja tão expressiva. Isso aponta para a importância da economia de subsistência na unidade da federação que apresenta o maior índice de fome e risco de fome do país.

Se os dados do IBGE, obtidos por meio de pesquisas amostrais como a *Pesquisa de Orçamentos Familiares*, permitem uma aproximação das características mais gerais das situações alimentares daqueles que vivem no Maranhão, por si só eles não explicam como essas situações foram e continuam sendo produzidas. Para isso, é preciso avançar na análise no sentido de considerar os processos e relações socioespaciais responsáveis pela produção da desigualdade material.

Neste sentido, analisamos a seguir como os projetos de desenvolvimento realizados desde 1970 em Itaqui-Bacanga têm comprometido as práticas alimentares na comunidade de Camboa dos Frades (São Luís), como forma de aprofundar nossa análise acerca da produção da fome e do risco de fome em território maranhense.

O COMPROMETIMENTO DAS PRÁTICAS ALIMENTARES EM CAMBOA DOS FRADES

O estado do Maranhão caracteriza-se historicamente por sucessivas modernizações (SANTOS, 1979) sobre os seus espaços agrários e urbanos. Ou seja, sofre diversas implicações resultantes dos distintos períodos da história econômica que atravessam o país – situação deflagradora, entre outras, da expropriação dos sujeitos que usam o território, especialmente como meio de subsistência. A consequência é sentida cotidianamente por parte de seus habitantes, sobretudo os periféricos e os das zonas rurais de São Luís, a capital do estado com o maior índice de fome e risco de fome do país (IBGE, 2020b).

Camboa dos Frades, a noroeste do núcleo central da cidade¹³, é composta por aproximadamente quarenta famílias, em sua maioria negras, autoidentificadas como pescadoras, extrativistas, agricultoras e marisqueiras, e faz parte das cerca vinte comunidades que compõem a zona rural da metrópole ludovicense. Segundo consta em documento do Arquivo Público do Estado, exposto no livro de registros da Freguesia de São Joaquim do Bacanga, Camboa dos Frades foi um território doado, em 1698, pelo então rei de Portugal Dom Pedro II, aos Frades Capuchinhos de São Luís (CARVALHO, 2011; CARVALHO; RIBEIRO, 2011) e, em 1920, repassado às famílias de pescadores que ali chegavam do campo maranhense e se instalavam em razão da própria condição do sítio, propícia às atividades pesqueiras e extrativistas (AMORIM *et al.*, 2009). Por sua vez, Carvalho (2011) assinala que a opção dos pescadores por usarem esse lugar como abrigo relaciona-se também à possibilidade de as famílias localizarem-se próximo ao núcleo central da cidade de São Luís – lugar por excelência da troca dos alimentos ali pescados e plantados –, porém podendo continuar a desenvolver suas atividades produtivas, seus modos de vida e suas práticas culturais advindas do campo.

A década de 1970, com os projetos desenvolvimentistas da ditadura militar, caracteriza um período de mudanças para essa comunidade, a exemplo das pressões sofridas após a instalação das indústrias minero-metalúrgicas, como a então Companhia Vale do Rio Doce e o Consórcio de Alumínio do Maranhão S.A. (ALUMAR), e do Porto de Itaqui, na região de Itaqui-Bacanga, sudoeste da cidade. Tais projetos deram início às expulsões dos grupos que ali viviam, os quais passaram a compor também o alargamento das periferias de São Luís em um período de forte empobrecimento (SANT’ANA JÚNIOR, 2016). Foi nesse momento que, às margens do Rio Bacanga e nas proximidades do Porto de Itaqui, densificaram-se as periferias nos bairros Anjo da Guarda, Sá Viana, Embratel, Fumacê, Vila Nova e Vila Maranhão (FERREIRA, 2014; ALMEIDA; MOURÃO, 2017; LACROIX, 2020).

O centralismo autoritário dos governos militares e as políticas nacionais desenvolvimentistas também inseriram, mais uma vez a partir do setor primário, o Maranhão na Divisão Territorial Internacional do Trabalho. Os projetos de modernização do campo foram sentidos, sobretudo, por meio da expansão das áreas destinadas à agropecuária (ALMEIDA; MOURÃO, 2017) e também a partir de programas nacionais como o *Proálcool*, o qual fez “ressurgir as usinas de cana de açúcar”, incentivando a expansão do latifúndio e, assim, forçando “os seculares movimentos migratórios campocidade” (BURNETT *et al.*, 2016, p. 28) do Maranhão. Chama atenção o quanto o Porto de Itaqui e a ferrovia Carajás-Itaqui participaram da transformação na distribuição da população do estado – até então majoritariamente rural, segundo o Censo Demográfico de 1970 (cerca de 80%) –, culminando em um “aumento vertiginoso da população

metropolitana” de São Luís, com a ampliação do “mercado de trabalho e a emergência de um proletariado industrial” (Idem) advindos dos processos igualmente modernizantes e excludentes do campo maranhense.

Vale pontuar, portanto, que a implementação desses projetos, somada à situação agrária maranhense no período, alterou “profundamente a função econômica e social de São Luís” (ALMEIDA; MOURÃO, 2017, p. 128). Neste contexto, a dinâmica territorial de Camboa dos Frades, bem como das outras comunidades rurais com as quais ela mantém relações de contiguidade – a exemplo da Comunidade do Cajueiro¹⁴ – conjugou-se ao processo de urbanização de São Luís, claramente marcado pelo processo de espoliação (KOWARICK, 1993) que se materializa na precariedade da vida dos sujeitos urbanos e periféricos.

Tais movimentos de expulsões e cerceamento do exercício das práticas econômicas, políticas, sociais e culturais de Camboa dos Frades perduram e se agravam a partir de 2007, com a implantação da Usina Termelétrica do Itaqui (UTE Itaqui)¹⁵, empreendimento da empresa Diferencial Energia Empreendimentos e Participações, a qual prestou serviços para a companhia paulista MPX Energia S.A., do grupo EBX, de propriedade do empresário Eike Batista¹⁶ (SANT’ANA JÚNIOR; ALVES, 2010; CORRÊA, 2017).

Entre outros impactos negativos, a instalação da UTE Itaqui comprometeu fortemente as práticas alimentares dos moradores de Camboa dos Frades, ou seja, o conjunto de práticas socioespaciais relacionadas a produção, aquisição, preparo e consumo dos alimentos (RIBEIRO JUNIOR, 2016). A consideração das práticas alimentares nos parece essencial para refutarmos uma compreensão que reduz a alimentação à ingestão de calorias e nutrientes, como se nos alimentássemos apenas para sobreviver. A alimentação, assim como outras necessidades que são socialmente satisfeitas, é uma forma de apropriação da realidade objetiva, e o que define a apropriação não é a posse do objeto, mas a possibilidade de usufruí-lo “de forma humana e total” (LEFEBVRE, 2008, p. 156). Além disso, não se trata apenas da apropriação dos alimentos em si, mas também da forma como estes são produzidos, adquiridos, preparados e consumidos.

Apesar de distintas, é imprescindível considerar que existe uma íntima relação entre as práticas alimentares. A forma como os alimentos são produzidos, por exemplo, impacta diretamente o modo como eles são adquiridos, preparados e consumidos. Assim, se é possível separar tais práticas no momento da análise, é muito importante reconhecer a estreita relação de interdeterminação entre elas.

Uma das primeiras mudanças provocadas pela implantação da UTE Itaqui que impactou as práticas alimentares dos moradores de Camboa dos Frades foi a remoção, para o município de Paço do Lumiar (a 40 km, no extremo oposto do município de São Luís), da comunidade Vila Madureira (CORRÊA, 2017), com a qual Camboa dos Frades mantinha fortes relações e laços de solidariedade – por exemplo, o fato de ambas compartilharem uma associação de moradores, além de tradicionalmente realizarem “trocas comerciais e de serviços (mutirões, trocas de dias de trabalho na roça)”, indicando “fortes vínculos sociais de reciprocidades por meio do parentesco, compadrio e amizade” (SANT’ANA JÚNIOR; ALVES, 2010, p. 12). Tais comunidades partilhavam, ainda, a produção agrícola voltada ao abastecimento familiar de farinha de mandioca (puba), feijão, milho, hortaliças (tomate, cebolinha, cheiro-verde, maxixe, quiabo, coentro, pimentinha etc.), além de rotas de pescas nas praias e igarapés (Irinema e Itaquizinho), contíguos à comunidade (Trabalho de Campo, novembro de 2020).

Cabe destacar que mesmo dentro da comunidade de Camboa dos Frades, a atividade pesqueira baseia-se na cooperação cotidiana e na ajuda mútua entre os moradores. Além disso,

atividades agroextrativistas como a plantação de mandioca e banana e o aproveitamento da palmeira do babaçu para fazer carvão, azeite e a cobertura de casas – já que a maioria dos moradores reside em habitações de taipa e chão de terra batida (Figura 1) – asseguram a produção material e imaterial dos homens e mulheres abrigados no lugar.



Fonte: Cruz (2021, Trabalho de Campo).

Figura 1. Comunidade Camboa dos Frades.

A desapropriação dos moradores de Vila Madureira foi acompanhada de um segundo processo que impacta diretamente as práticas alimentares dos moradores de Camboa dos Frades. Trata-se da perda do acesso da comunidade à principal via do entorno, a BR-135, que antes ocorria a partir do antigo território rural de Vila Madureira, agora substituído pela UTE Itaqui. Os moradores, além de se exporem ao perigo de transitar pela BR-135 – via tomada por “caminhões, maquinários pesados e materiais” (SANT’ANA JÚNIOR; ALVES, 2010, p. 12) e que articula as zonas rurais e periféricas do oeste de São Luís ao núcleo central e a outras localidades –, também encontravam dificuldades de locomoção, sobretudo em períodos chuvosos, quando o acesso à rodovia era tomado pela “lama, devido às obras de terraplanagem que se iniciavam” (Idem, p. 13). Nesse sentido, a comunidade passa a ficar enclausurada, com severas dificuldades de locomoção e submetida ao controle privado por meio de sucessivos constrangimentos causados pela empresa responsável pela instalação da UTE Itaqui e pelos seus seguranças (AMORIM *et al.*, 2009; SANT’ANA JÚNIOR; ALVES, 2010; CARVALHO, 2011).

O isolamento de Camboa dos Frades dificultou, e muitas vezes inviabilizou, as atividades comerciais dos alimentos ali pescados ou plantados e revendidos em outras localidades da cidade. Além disso, conforme noticiado em 2009, crianças e adolescentes passaram a caminhar diariamente 3 km para chegar à BR-135, por onde passa o transporte escolar (CRIANÇAS..., 2009). Isso prejudicou seu acesso à alimentação escolar, uma vez que quando não chegam a tempo perdem o dia de aula e a refeição que lhes seria oferecida, dificultando, portanto, sua participação no Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).

Por fim, além de desorganizar essas relações já estabelecidas entre as comunidades vizinhas, a instalação da UTE Itaqui promoveu o desmatamento e o assoreamento de manguezais e o despejo de dejetos nos lugares de pesca, justamente de onde a comunidade adquiria seus alimentos tanto para o consumo próprio quanto para a comercialização – sobretudo nos bairros Anjo da Guarda, Vila Maranhão e no núcleo central de São Luís – como forma de obter renda (Trabalho de Campo, novembro de 2020).

Assim, a impossibilidade de continuar estabelecendo vínculos com a comunidade vizinha de Vila Madureira, a mobilidade prejudicada pela UTE Itaqui devido à restrição de acesso às outras localidades, bem como os sucessivos desmatamentos e assoreamentos do entorno foram, claramente, três formas de comprometimento das práticas alimentares de Camboa dos Frades e também fortes condicionantes da expropriação desses moradores de seus territórios de produção e reprodução da vida.

Desde então, o aprofundamento dessas relações entre processos modernizadores e a luta diária para garantir a existência em seus lugares de pertencimento e organização da vida tornou-se uma constante no cotidiano dos habitantes, não somente de Camboa dos Frades, mas de todas as comunidades adjacentes ao Porto do Itaqui, sobretudo quando este se sobressai dentre os sistemas de engenharia portuária da formação socioespacial brasileira, conjugado, em 2015, à oficialização da nova fronteira agrícola do país, o MATOPIBA¹⁷.

Ao longo dos anos, a demanda pela expansão do fluxo de cargas do Porto do Itaqui exigiu o investimento em infraestrutura portuária, de modo que essa ação se tornou quase uma condição *sine qua non* para a viabilização da competitividade do porto, o qual hoje se encontra como o primeiro no Arco Norte e o terceiro do Brasil na exportação do grão de soja, ficando atrás somente do Porto de Santos (SP) e do Paranaguá (PR) (PORTO..., 2019).

Para suprir tal demanda, a Empresa Maranhense de Administração Portuária (EMAP), por meio do *Plano Mestre do Complexo Portuário do Itaqui*, de 2017, e do *Plano de Desenvolvimento e Zoneamento do Porto Organizado do Itaqui* (PDZ), de 2019, apresentou as projeções e as necessidades para a ampliação das atividades portuárias a partir de sua expansão em curto, médio e longo prazo, tanto sobre o Distrito Industrial de São Luís (DISAL) quanto sobre os territórios rurais em questão (EMAP, 2019).

A empresa incumbida de viabilizar parte desse plano de expansão é a Suzano Papel e Celulose S.A.¹⁸, a qual possui o direito de uso temporário da infraestrutura do Porto de Itaqui para a movimentação e armazenagem de celulose¹⁹. Em 2019 ela se tornou responsável por implantar instalações voltadas tanto para movimentar e armazenar a carga geral (papel e celulose) quanto para desenvolver e facilitar os acessos aos modais ferroviários e rodoviários às suas instalações (EMAP, 2019).

As comunidades de Camboa dos Frades e Cajueiro eram, dentre todas estudadas pelos referidos planos²⁰, as únicas que sofreriam impacto direto em suas áreas com as ações da Suzano Papel e Celulose S.A. para a expansão do porto. O relatório da EMAP (2019, p. 643) chegou a apontar à época, para ambas as comunidades, que haveria

restrições nas áreas de pesca [devido à] supressão vegetal do manguê localizado próximo aos Igarapés Irinema e Buenos Aires, bem como possível alteração da qualidade da água devido a supressão e as atividades construtivas do empreendimento [...].

Portanto, a posição da EMAP – claramente condicionando o “desenvolvimento” do lugar ao processo de modernização – ressaltava a centralidade da consecução da expansão do porto no que a empresa considerava como “desenvolvimento social e econômico, local, estadual e nacional”, ainda que as obras afluíssem conflitos que afetariam, “principalmente, a população que tem a pesca como atividade econômica ou para consumo das famílias” (Idem).

Destacamos que, diferentemente do Cajueiro, Camboa dos Frades não seria uma comunidade que sofreria diretamente um processo de desapropriação, já que o projeto de expansão atingiria uma área já pertencente ao Porto do Itaqui (EMAP, 2019). No entanto, como apresentado, a impossibilidade de realizar suas atividades econômicas e de subsistência, majoritariamente em torno da pesca, culminou em um processo renovado de comprometimento e/ou interrupção das práticas alimentares, o que por sua vez prejudica ainda mais a situação alimentar desses moradores.

Em 2019, quando a Suzano Papel e Celulose S.A. começou a executar o trabalho de ampliação do porto, instituíram-se de forma latente os conflitos socioterritoriais em Camboa dos Frades e, segundo os moradores entrevistados²¹, não houve e continua não havendo diálogo algum entre a comunidade e a empresa, uma vez que esta afirma que não há projeto de expropriação territorial dos moradores.

No entanto, desde o início das obras de expansão, como já previa o *Plano de Desenvolvimento e Zoneamento do Porto Organizado do Itaqui* e a partir dos dados obtidos em campo, constatou-se o tráfego de veículos pesados no entorno, bem como o aumento da poluição sonora, dos solos, dos manguezais e dos locais de pesca, somados à restrição do exercício da pesca artesanal e da navegação nos rios e nas praias das proximidades, outrora usadas com frequência pelos moradores de Camboa dos Frades, como a praia de Cajueiro ou Parnaçu, o Boqueirão e a ilha de Tauá-Mirim. Os moradores da comunidade alegam, ainda, a violência institucional, cujo sentido tem sido a negação de suas existências:

[...] a empresa diz que ficou monitorando por cerca de um mês a área em 2019 e não viu pescador nessa região. No entanto, eles que deveriam estar monitorando de forma ilegal as comunidades durante o dia, mas na maioria das vezes os pescadores vão pescar é no período da noite. A empresa, com essa afirmação dela, de que não tem pescador, quer dizer que o meu marido e os outros pescadores que saem todo dia não estão pescando? Mas eles voltam todos os dias com peixe e, apesar de ter diminuído muito por conta das ações destruidora da empresa, de poluição dos rios, desmatamento e do grande barulho que fazem e espantam os peixes, é dessa forma que ainda temos garantido o sustento das nossas famílias (P. Trabalho de Campo. Entrevista concedida em novembro de 2020).

Esse relato revela que os moradores de Camboa dos Frades reconhecem não apenas os impactos causados pelos projetos de desenvolvimento que se instalaram na região de Itaqui-Bacanga, mas também a forma como eles afetam diretamente suas práticas alimentares. A degradação ambiental é vivida como mais uma restrição à pesca, prática essencial à reprodução familiar e manutenção da vida.

Destacamos que as outras atividades agrícolas – já afetadas pela UTE Itaqui – e a criação de animais de pequeno porte e de aves (galináceos), bem como a extração de mariscos (caranguejos e camarão), banana e coco da palmeira de babaçu, configuram-se

como atividades secundárias à pesca – cuja importância é indiscutível à essa população, uma vez que, como observado, volta-se tanto para o consumo familiar como para a geração de renda, com as trocas realizadas próximo à comunidade e no próprio Mercado de Peixes do núcleo central histórico de São Luís.

A caracterização da situação alimentar no Maranhão apresentada no início deste artigo dialoga diretamente com a realidade verificada em Camboa dos Frades e indica a importância de os moradores poderem realizar, de fato, suas atividades econômicas em seus territórios, bem como manterem laços entre as comunidades ao redor como garantia de aquisição e consumo de alimentos. Explicita-se, portanto, a dependência desta população dos modos de vida que remetem a um uso do território (SANTOS, 1996) como abrigo (GOTTMANN, 2012 [1975]) das práticas instituídas para a sobrevivência.

Também ressaltamos que a ampliação do porto, além de afetar a principal atividade econômica da comunidade, não gerou, nem durante a fase de instalação do empreendimento, sequer um emprego²² – malgrado o *Plano de Desenvolvimento e Zoneamento do Porto Organizado do Itaqui* expor que haveria ofertas com a ampliação desse sistema de engenharia. Trata-se de trabalhadores com mais de 40 anos, habituados às atividades tradicionais atreladas ao entorno, com baixa ou nenhuma escolaridade; não conseguem, portanto, encontrar trabalho, ou se encontram, certamente inserem-se na pauperização da vida urbana.

Os próprios moradores têm consciência do processo de expropriação ao qual estão sendo submetidos. De acordo com P.

[...] a empresa chega com o discurso do emprego, mas o que ela faz é desempregar, porque nos expulsa das atividades que sabemos fazer. Mas o nosso direito não pode ser tirado, o nosso direito não pode ser tomado, nosso direito não pode ser roubado. Nós temos que ser respeitado, queremos viver bem e comer bem em nosso território como era antes, porque ele sempre foi riquíssimo em relação à pesca. Não podemos esperar nada dessa empresa, porque a gente já viu que mesmo diante da pandemia²³ que estamos vivendo, mesmo ela sabendo das dificuldades que passamos, ela não teve coragem de trazer nenhuma cesta básica para as famílias daqui. Então, se a gente for depender dela para viver, vamos morrer de fome (P. Trabalho de Campo. Entrevista concedida em fevereiro de 2021).

A fala do morador explicita o embate entre a vida e a sobrevivência, pois a pesca aparece como elemento central para que se possa “viver e comer bem”, em contraposição à situação de dependência, criada pelos projetos de desenvolvimento que comprometeram suas práticas alimentares, em relação à entrega de cestas básicas.

Assim, tal depoimento, além de ser outro indício de que as práticas alimentares da comunidade passam por certos comprometimentos, acaba por sinalizar um aumento da pobreza e vulnerabilidade desses sujeitos que, tudo indica, vivem na linha tênue entre conseguir algum rendimento – após seus meios de sobrevivência terem sido expropriados – e depender de doações de alimentos para realizar suas refeições diárias.

Diante dessa trama de conflitos envolvendo o uso do território em Camboa dos Frades, sobressai-se a articulação de seus moradores a outros territórios rurais, como Cajueiro e Taim. Tais grupos vêm buscando o apoio de movimentos sociais, dos grupos de estudos do Instituto

Federal do Maranhão, bem como das Universidades Federal e Estadual do Maranhão e do Ministério Público do Maranhão para construir suas resistências aos processos modernizantes.

Destacamos as lutas e reivindicações (i) para que a proposta de atualização do Plano Diretor de São Luís seja revista, em razão da proposta atual de diminuir 40% dos territórios rurais de São Luís, afetando diretamente essas comunidades; e (ii) para que a viabilização da proposta, advinda dos moradores das comunidades citadas, de criar a reserva “Resex de Tauá-Mirim” seja considerada pelo estado como forma de preservar os modos de vida desses territórios.

Os processos de expropriação dos meios de subsistência da comunidade impossibilitam a realização da pesca e somam-se à falta de perspectiva de inserção dos moradores em outras atividades econômicas. A ampliação do Porto de Itaqui é responsável, portanto, pela deterioração da situação alimentar de Camboa dos Frades, cuja consequência é, novamente, a expulsão dos sujeitos rurais e o adensamento das periferias urbanas de São Luís. Movimento não livre de resistências e insurgências daqueles que, na vida cotidiana, têm dimensão do processo de precarização ao qual estão sendo submetidos e que revela a miséria planejada: “*porque você não tem alimento de qualidade para comer, você não tem água de qualidade para beber, você não tem nada*” (M. Trabalho de Campo. Entrevista concedida em fevereiro de 2021).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A enorme desigualdade socioeconômica que caracteriza o Brasil manifesta-se de diversas formas, entre elas, na alimentação de seus habitantes. Dados do IBGE (2020a, 2020b) permitem identificar que uma parcela expressiva de nossa sociedade possui uma alimentação pouco variada e insuficiente, o que se verifica, sobretudo, nos domicílios empobrecidos que têm como referência pessoas negras e/ou mulheres. Mais do que isso, estes dados permitem afirmar que o Brasil segue sendo um país marcado pela fome e pelo risco de fome.

Dentro da complexa territorialização desses fenômenos em território nacional, o Maranhão se destaca como o estado com a maior proporção de pessoas em situação de fome ou risco de fome. Nesse contexto, muitas comunidades rurais, entre elas Camboa dos Frades, se apoiam profundamente na produção de alimentos e nas trocas destes (monetárias e não monetárias) para se reproduzirem socialmente.

Ao mesmo tempo, observa-se que o Maranhão cumpre um papel cada vez mais importante para a produção e exportação de *commodities*. Em 2020, mesmo no contexto pandêmico da Covid-19, as atividades do Porto do Itaqui fecharam o ano com uma marca histórica de movimentação de cargas que superam aquela atingida em 2019: foram 25,3 milhões de toneladas movimentadas. Entre outras cargas, os grãos de soja, milho e farelo de soja alcançaram 12,1 milhões de toneladas; os fertilizantes, 2,6 milhões de toneladas; e a celulose, 1,4 milhão de toneladas (PORTO..., 2021).

Os projetos de desenvolvimento realizados desde 1970 na região de Itaqui-Bacanga para viabilizar esses e outros negócios têm sido responsáveis pela expulsão direta ou indireta de comunidades rurais dos territórios que ocupam. Se algumas comunidades, como a de Vila Madureira, são simplesmente desapropriadas e realocadas em lugares distantes, outras, como é o caso de Camboa dos Frades, sofrem com diversas formas de pressão para abandonarem seu território. Em ambos os casos, trata-se de expropriação dos moradores em relação aos seus meios de subsistência.

A análise dos impactos provocados pela instalação da UTE Itaqui (a partir de 2007) e pelo projeto de expansão do porto (desde 2017) permite-nos identificar a fome e o risco de fome simultaneamente como meio e produto dos processos de expropriação. Produto, porque a interrupção ou o comprometimento de suas práticas alimentares são responsáveis pela deterioração de sua situação alimentar e pelo consequente aumento da fome e do risco de fome na comunidade. Mas também meio, pois uma vez nessas situações os moradores dessas comunidades se veem ainda mais vulneráveis à expulsão dos territórios que ocupam.

NOTAS

4 Conforme Santos (1979, p. 29), o uso do termo “modernizações” no plural seria “o único modo de levar em conta as (múltiplas) implicações temporais” sobre “a organização ou a reorganização do espaço, da sociedade e da economia” resultantes do movimento do capitalismo nos países da periferia

5 Projeto intitulado “Uso do território, modernizações, desigualdades sociais e questão ambiental no Maranhão”, financiado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) e composto pelos Programas de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual do Maranhão, da Universidade Federal do Pará e da Universidade Estadual de Campinas. Coordenado pela Profa. Dra. Adriana Maria Bernardes da Silva (Unicamp) e pelos Profs. Drs. Claudio Eduardo de Castro e Cristiano Nunes Alves (Uema).

6 Espaço que reúne estudantes de graduação e pós-graduação, pesquisadoras e pesquisadores, professoras e professores e profissionais de diferentes estados brasileiros e que tem como objetivo acompanhar e debater questões relativas à alimentação e à fome a partir de uma perspectiva crítica da realidade.

7 Essas atividades seguiram os protocolos de segurança do estado do Maranhão, em razão da pandemia de Covid-19.

8 Pesquisa financiada pela Capes e orientada pelo Prof. Dr. Cristiano Nunes Alves (UEMA).

9 Pesquisa financiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp) (Processo: 2019/13511-0) e orientada pelo Prof. Dr. Marcio Cataia (Unicamp).

10 Estas são as classes extremas de rendimento total e variação patrimonial mensal familiar utilizadas pelo IBGE nessa publicação. Em 2018, ano em que os dados foram obtidos, 22% da população residiam em domicílios com renda mensal de até 2 salários mínimos, e 6% em domicílios com renda mensal acima de 15 salários mínimos (IBGE, 2020b, p. 23).

11 Linha de pobreza adotada pelo Banco Mundial para países, entre eles o Brasil, com rendimento médio-alto. (IBGE, 2019, p. 58).

12 Trata-se de proporção significativamente superior à aquisição não monetária de hortaliças (5%), frutas (5,2%), panificados (1,5%), carnes (3,6%) e aves e ovos (7,2%). Todos os dados referentes à aquisição não monetária remetem à edição de 2008-2009 da Pesquisa de Orçamentos Familiares, uma vez que estes dados não constam da publicação e das tabelas da edição de 2017-2018 desta pesquisa (IBGE, 2011).

13 Optamos por não incluir uma representação cartográfica para Camboa dos Frades, uma vez que a comunidade, por não reconhecer os limites hoje impostos, passa por um momento de autocartografia e redefinição dos espaços, inclusive em disputa com áreas do próprio Porto de Itaqui.

14 Como parte da agenda de pesquisas, estudamos os movimentos de resistência na

comunidade do Cajueiro, recentemente atingida pelos processos de modernização do estado. Para maiores informações, consultar Cruz e Antipon (2020).

15 A Usina Termelétrica do Itaqui fez parte da política energética do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), lançado em 2007 na gestão do presidente Luís Inácio Lula da Silva.

16 Segundo Corrêa (2017, p. 50), “desde maio de 2013, a empresa alemã E.ON assumiu o controle da MPX Energia, mudando o nome para ENEVA”.

17 Conforme Lopes Xavier (2019, s/p), “na última década, os estados do Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia (aqui aludidos por meio do acrônimo Matopiba) têm passado por transformações em suas economias, ocupando participação cada vez maior na produção agrícola nacional, especialmente de alguns produtos como soja, milho, celulose e algodão. Com vastas extensões cobertas pelo Cerrado, esses estados conformam o território da chamada nova fronteira agrícola brasileira”.

18 Empresa brasileira de capital aberto, controlada pela Suzana Holding e pertencente ao Grupo Suzano. Informações disponíveis em: <https://ri.suzano.com.br/Portuguese/a-companhia/perfil-corporativo/default.aspx>. Acesso em: 27 maio 2021.

19 Conforme a EMAP (2019, p. 102-103): “A arrendatária Suzano Papel e Celulose S.A., por meio do Contrato de Uso Temporário (nº 001/2014), apresentou interesse em fazer uso da infraestrutura portuária do Porto Organizado do Itaqui para a movimentação e armazenagem de celulose. Esse contrato visa à exploração não exclusiva de áreas e instalações portuárias dentro da poligonal. [...] A nova arrendatária deverá implantar instalações de armazenagem voltadas para movimentação e armazenagem de carga geral, especialmente papel e celulose, desenvolver os acessos ferroviário e rodoviário às suas instalações, a partir da malha existente que chega ao Porto. Além disso, há o projeto de construção do berço de atracação 99, ao sul do atual Berço 100. Estima-se que a capacidade máxima de movimentação pelo terminal alcance 1,5 milhão de toneladas de celulose por ano”.

20 Os planos apresentaram estudos de impacto ambiental (EIA) e relatórios de impacto ambiental (RIMA) para Cajueiro, Mãe Chica, Camboa dos Frades e Nova Camboa (em referência aos moradores que ocuparam o território de Vila Madureira após a remoção das famílias para Paço do Lumiar), Vila Conceição, Sítio São Benedito, Porto Grande, Buenos Aires e as comunidades da Ilha Tauá-Mirim (EMAP, 2019).

21 Para preservar a identidade dos moradores e das lideranças entrevistadas, optamos por identificá-los ao longo do texto com letras iniciais, sem qualquer referência aos seus nomes pessoais.

22 Os moradores destacam que a empresa, para não contratar pessoas da comunidade, alega falta de qualificação profissional dos moradores. No entanto, não existiu até o presente momento nenhum programa ou política pública cujo objetivo fosse reunir esforços para a qualificação desses sujeitos.

23 Referência à pandemia de Covid-19.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, A. W. B.; MOURÃO, L. **Questões agrárias no Maranhão contemporâneo**. Manaus: UEA, 2017.

AMORIM, J. O. *et al.* Caracterização socioambiental do povoado Camboa dos Frades. *In: SIMPÓSIO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA FÍSICA APLICADA*, 13., 2009. Viçosa. **Anais [...]**. Viçosa: Universidade Federal de Viçosa, 2009, p. 1-12. Disponível em: http://www.geomorfologia.ufv.br/simposio/simposio/trabalhos/trabalhos_completos/eixo11/051.pdf. Acesso em: 26 maio 2021.

- BURNETT, F. *et al.* **Planejamento e gestão de cidades no Maranhão: o Executivo municipal e o controle do solo urbano.** São Luís: Editora UEMA, 2016.
- CARVALHO, F. C. **Gestão do território, lugar e conflitos socioambientais: o caso da usina termelétrica Porto de Itaqui em São Luís.** 2011. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Departamento de Geografia, Universidade de Brasília, Brasília, 2011.
- CARVALHO, F. C.; RIBEIRO, A. L. Gestão do território e conflitos socioambientais: a luta da comunidade Camboa dos Frades. *In: COLÓQUIO INTERNACIONAL SOBRE DESENVOLVIMENTO LOCAL E SUSTENTABILIDADE: NOVAS ABORDAGENS VELHOS DILEMAS*, 2., 2011. São Luís. **Anais [...]**. São Luís: UEMA, 2011.
- CORRÊA, M. C. C. **O processo de implantação da Termelétrica do Itaqui, São Luís/MA e a sua influência na dinâmica territorial da comunidade Vila Nova Canaã, Paço do Lumiar/MA.** 2017. Dissertação (Mestrado em Geografia) – UEMA, São Luís, 2017.
- CRIANÇAS de Camboa dos Frades enfrentam 3 km para ir à escola. **TV Mirante**, São Luís, 23 junho 2009. Disponível em: <https://imirante.com/sao-luis/noticias/2009/06/23/criancas-de-camboa-dos-frades-enfrentam-3-km-para-ir-a-escola.shtml>. Acesso em: 5 maio 2021.
- CRUZ, A. J. A.; ANTIPON, L. C. Uso do território, informação e comunicação na metrópole de São Luís: expulsão e permanência na comunidade do Cajueiro. **Ciência Geográfica**, Bauru, v. 24, n. 3, p. 1-17, 2020. Disponível em: https://www.agbbauru.org.br/publicacoes/revista/anoXXIV_3/agb_xxiv_3_web/agb_xxiv_3-04.pdf. Acesso em: 27 maio 2021.
- EMAP. **Plano de Desenvolvimento e Zoneamento do Porto Organizado do Itaqui (PDZ-ITAQUI).** São Luís: EMAP, 2019. Disponível em: <https://www.portodoitaqui.ma.gov.br/pdf/pdz-itaqui.pdf>. Acesso em: 27 maio 2021.
- FERREIRA, A. J. A. **A produção do espaço urbano em São Luís do Maranhão: passado e presente; há futuro?** São Luís: EDUFMA, 2014.
- GOTTMANN, J. A evolução do conceito de território. **Boletim Campineiro de Geografia**, Campinas, v. 2, n. 3, p. 523-545, 2012 [1975].
- IBGE. **Pesquisa de Orçamentos Familiares 2008-2009: análise do consumo alimentar pessoal no Brasil.** Rio de Janeiro: IBGE, 2011. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv50063.pdf>. Acesso em: 27 maio 2021.
- IBGE. **Pesquisa de Orçamentos Familiares 2017-2018: análise da segurança alimentar no Brasil.** Rio de Janeiro: IBGE, 2020a.
- IBGE. **Pesquisa de Orçamentos Familiares 2017-2018: avaliação nutricional da disponibilidade domiciliar de alimentos no Brasil.** Rio de Janeiro: IBGE, 2020b.
- IBGE. **Pesquisa de Orçamentos Familiares 2017-2018: avaliação nutricional da disponibilidade domiciliar de alimentos no Brasil.** IBGE, 2021a. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/24786-pesquisa-de-orcamentos-familiares-2.html?edicao=27139&t=resultados>. Acesso em: 20 abr. 2021.
- IBGE. **Pesquisa de orçamentos familiares-POF: microdados, 2017-2018.** IBGE, 2021b. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/24786-pesquisa-de-orcamentos-familiares-2.html?edicao=25578&t=microdados>. Acesso em: 20 abr. 2021.
- IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios: segurança alimentar: 2013.** Rio de Janeiro: IBGE, 2014.
- IBGE. **Síntese de indicadores sociais.** Rio de Janeiro: IBGE, 2019.
- KOWARICK, L. **A espoliação urbana.** 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.
- LACROIX, M. L. L. **São Luís do Maranhão: corpo e alma.** 2. ed. ampl. São Luís: Editora da Autora, 2020. v. 2.

- LEFEBVRE, H. **Critique of everyday life**. New York: Verso, 2008. v. 1.
- LOPES XAVIER, G. Matopiba: a ocupação da nova fronteira agrícola nos quadros do padrão exportador de especialização produtiva. **Revista Franco-Brasileira de Geografia**, São Paulo, n. 39, 2019. Disponível: <https://journals.openedition.org/confins/17590>. Acesso em: 27 maio 2021.
- PORTO do Itaqui encerra 2019 com mais de 25 milhões de toneladas de cargas. **Porto do Itaqui**, São Luís, 25 dez. 2019. Disponível em: <https://www.portodoitaqui.ma.gov.br/imprensa/noticia/porto-do-itaqui-encerra-2019-com-mais-de-25-milhoes-de-toneladas-de-cargas>. Acesso em: 20 maio 2021.
- PORTO do Itaqui fecha 2020 acima da marca histórica. **Porto do Itaqui**, São Luís, 3 jan. 2021. Disponível em: <https://www.portodoitaqui.ma.gov.br/imprensa/noticia/porto-do-itaqui-fecha-2020-acima-da-marca-historica>
- RADIMER, K. *et al.* Understanding hunger and developing indicators to assess it in women and children. **Journal of Nutrition Education**, Amsterdam, v. 24, n. 1, p. 36S-44S, 1992.
- RIBEIRO JUNIOR, J. R. S. **Alienação das práticas alimentares e urbanização: uma análise da alimentação da classe trabalhadora em São Paulo**. 2016. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.
- RIBEIRO JUNIOR, J. R. S. A fome como processo e a reprodução social capitalista. **Boletim Paulista de Geografia, São Paulo**, n. 105, 2021.
- SANT’ANA JÚNIOR, H. A. Complexo Portuário, Reserva Extrativista e desenvolvimento no Maranhão. **Cadernos CRH**, Salvador, v. 29, p. 281-294, 2016.
- SANT’ANA JÚNIOR, H. A.; ALVES, E. J. P. Conflitos socioambientais no Maranhão: os povoados de Camboa dos Frades (São Luís – MA) e Salvaterra (Rosário – MA). *In: ENCONTRO NACIONAL DA ANPPAS*, 5., 2010, Florianópolis. **Anais [...]**. Florianópolis: ANPPAS, 2010. v. 1. p. 1-19.
- SANTOS, M. **O espaço dividido: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos**. São Paulo: Unesp, 1979.
- SANTOS, M. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: Hucitec, 1996.
- SEGALL-CORRÊA, A. M.; MARIN-LEON, L. A segurança alimentar no Brasil: proposição e usos da Escala Brasileira de Medida da Insegurança Alimentar (EBIA) de 2003 a 2009. **Segurança Alimentar e Nutricional**, Campinas, v. 2, n. 16, 2009.
- WEHLER, C. *et al.* The community childhood hunger identification project: A model of domestic hunger – Demonstration project in Seattle, Washington. **Journal of Nutrition Education**, Amsterdam, v. 24, n. 1, p. 29S-35S, 1992.

AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE SEGURANÇA ALIMENTAR: O PNAE COMO GARANTIA DE FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR NO MUNICÍPIO DE SÃO LUÍS – MA

**FOOD SECURITY PUBLIC POLICIES: PNAE AS A GUARANTEE FOR THE STRENGTHENING
OF FAMILY AGRICULTURE IN THE MUNICIPALITY OF SÃO LUÍS – MA**

**POLÍTICAS PÚBLICAS DE SEGURIDAD ALIMENTARIA: EL PNAE COMO GARANTÍA DE
FORTALECIMIENTO DE LA AGRICULTURA FAMILIAR EN EL MUNICIPIO DE SÃO LUÍS - MA**

Igor Breno Barbosa de Sousa¹

Jéssica Neves Mendes²

Ronaldo Barros Sodré³

José Sampaio de Mattos Junior⁴

RESUMO: Ao longo de sua história o Brasil sempre conviveu com a questão da fome, a criação de políticas públicas com vistas a dirimir tal situação alcançou resultados positivos nos últimos anos, mas as instabilidades a que elas estão submetidas requerem sempre análises, com fito a apontar seus acertos e caminhos para aprimoramento. Neste trabalho, analisamos o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) no município de São Luís – MA entre os anos de 2014 e 2018 e como ele alcança os agricultores familiares da capital maranhense. A alimentação de crianças e jovens também é colocada em tela por meio de uma discussão sobre a alimentação saudável. As limitações no atendimento do programa, em conjunto com seus pontos positivos, figuram entre os principais resultados da pesquisa.

Palavras-chave: PNAE. Agricultura Familiar. Alimentação Escolar. São Luís.

ABSTRACT: Throughout its history, Brazil has always lived with the issue of hunger, the creation of public policies aimed at reducing this situation has achieved positive results in recent

1 Professor do curso de Geografia no Núcleo de Tecnologias para Educação (UEMAnet) da Universidade Estadual do Maranhão e do Centro de Referência em Formação e Educação a Distância no curso de Especialização em Geoprocessamento Aplicado no Instituto Federal do Norte de Minas Gerais (IFNMG – Diamantina). Mestre em Desenvolvimento Socioespacial e Regional e Graduado em Geografia, ambos pela Universidade Estadual do Maranhão, e integrante do Grupo de Estudos de Dinâmicas Territoriais (GEDITE). E-mail: iggor_breno@hotmail.com.

2 Discente do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Socioespacial e Regional da Universidade Estadual do Maranhão e integrante do Grupo de Estudos de Dinâmicas Territoriais (GEDITE). Pesquisadora no Zoneamento Ecológico-Econômico dos Biomas Cerrado e Costeiro no Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos (IMESC). E-mail: jessicanevesmendes@outlook.com.

3 Professor Substituto do Departamento de Geociências da Universidade Federal do Maranhão (UFMA). Doutorando em Geografia pela Universidade Federal do Pará (UFPA). E-mail: ronaldo.sodre@ufma.br.

4 Professor dos Programas de Pós-Graduação em Geografia (PPGEO) e em Desenvolvimento Socioespacial e Regional (PPDSR), ambos da Universidade Estadual do Maranhão, e coordenador do Grupo de Estudos de Dinâmicas Territoriais (GEDITE). E-mail: sampaio.uema@gmail.com.

years, but the instabilities to which they are subjected always require analysis, in order to point out their successes and paths for improvement. In this paper, we analyze the Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) in the municipality of São Luís - MA between the years 2014 and 2018 and how it reaches family farmers in the capital of Maranhão. The feeding of children and youth is also put on screen through a discussion on healthy eating. The limitations in the program's attendance, along with its positive points, are among the main results of the research.

Keywords: PNAE. Family Agriculture. School Feeding. São Luís.

RESÚMEN: A lo largo de su historia, Brasil siempre estuvo envuelto en la temática del hambre y la creación de políticas públicas con vistas a resolver esta situación, ha logrado resultados positivos en los últimos años, pero las inestabilidades a las que están sometidos siempre requieren análisis, con el objetivo de señalar sus éxitos y caminos de mejora. En este trabajo, analizamos el Programa Nacional de Alimentación Escolar (PNAE) en la ciudad de São Luís - MA entre los años 2014 y 2018 y cómo llega a los agricultores familiares en la capital de Maranhão. También se analizó la alimentación de niños y jóvenes. a través de un debate sobre alimentación saludable. Las limitaciones en la asistencia al Programa, junto con sus puntos positivos, se encuentran entre los principales resultados de la encuesta.

Palabras clave: PNAE. Agricultura Familiar. Alimentación Escolar. São Luís.

INTRODUÇÃO

O estudo da Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (Rede PENSSAN) mostrou que mais de 116 milhões de brasileiros conviveram com algum grau de insegurança alimentar durante o primeiro ano da Pandemia da Covid-19. Em termos percentuais, essa situação atingiu 55,2% das famílias do país. O aumento da fome, que já vinha acelerado, alcançou cerca de 19 milhões de pessoas. O desmonte às instituições de combate à fome em detrimento a um modelo de desenvolvimento que não prioriza a produção de alimentos e que destrói o meio ambiente, soma-se com uma das razões do problema na mais grave crise sanitária do século (REDE PENSSAN, 2020).

A perda do emprego e da renda e a insuficiência de políticas públicas eficientes para manutenção das famílias mais pobres fez o Brasil se tornar uma párea mundial não só no combate à pandemia, mas também em relação ao crescimento da fome. A falta de uma ampla rede de proteção para a população mais vulnerável, por exemplo a continuidade de um auxílio emergencial com valores suficientes para a recomposição da renda, levou o país a retornar ao “Mapa da Fome” e refletir sobre a importância da promoção da segurança alimentar em determinados espaços, como é o caso das escolas.

Com os colégios fechados, muitos estudantes deixaram de realizar refeições mais nutritivas, quando não, a única que tinham acesso. O papel da escola no combate à fome foi mais uma vez trazido a discussão e a importância políticas públicas de alimentação escolar e de educação alimentar e nutricional ganharam maior relevo. O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) é uma dessas políticas, criado em 1979 e se caracteriza como o programa social mais antigo do país. O PNAE tem como objetivo garantir o acesso a alimentos aos brasileiros e utiliza, primordialmente, a educação na mudança de hábitos alimentares na luta contra à fome (VELOSO, 2017; SOUSA, 2020).

Assim, a partir de 2009, a Lei 11.947 garante a aquisição de gêneros alimentícios provenientes da agricultura familiar em 30% para cada município participante do PNAE. Para tanto, é importante abordar que o PNAE, assim como qualquer política pública, está suscetível às oscilações da política econômica; da própria instabilidade da população da população da Zona Rural de um município no que tange à manutenção de suas atividades agrícolas e, por fim, das escolas e dos alunos atendidos, estes que são o destino final dos alimentos para o preparo da merenda escolar. Assim, esta pesquisa visa analisar a dinâmica e o acesso do PNAE em São Luís de 2014 a 2018; tendo como objetivos específicos analisar a aplicabilidade do programa e mapear as escolas atendidas, bem como as comunidades partícipes do PNAE.

Com isto, para o desenvolvimento da pesquisa e consecução dos objetivos propostos, utilizamos o Materialismo Histórico e Dialético, enquanto método norteador. Em relação ao fundamento teórico, baseamo-nos nas seguintes leituras: Veloso (2017), Peixinho (2011; 2013) e Peliano (2001). Acerca da aquisição de dados a nível nacional e estadual, utilizamos a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD) e a Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar (PeNSE), ambas aplicadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

No que se refere aos dados do município de São Luís, utilizamos as informações do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), da Secretaria Municipal de Educação (SEMED) e da Secretaria Municipal de Agricultura, Pesca e Abastecimento (SEMAPA). A partir dessas informações, foi possível a confecção de Cartogramas e Mapas para a representação e distribuição do espaço geográfico conjuntamente aos métodos estatísticos e geoestatísticos. Além disso, utilizamos esses métodos combinados aos métodos de localização exata e localização aproximada para interpolarmos os dados, tal qual para estabelecer o raio de atendimento de uma escola utilizando a Interpolação pela Ponderação do Inverso da Distância.

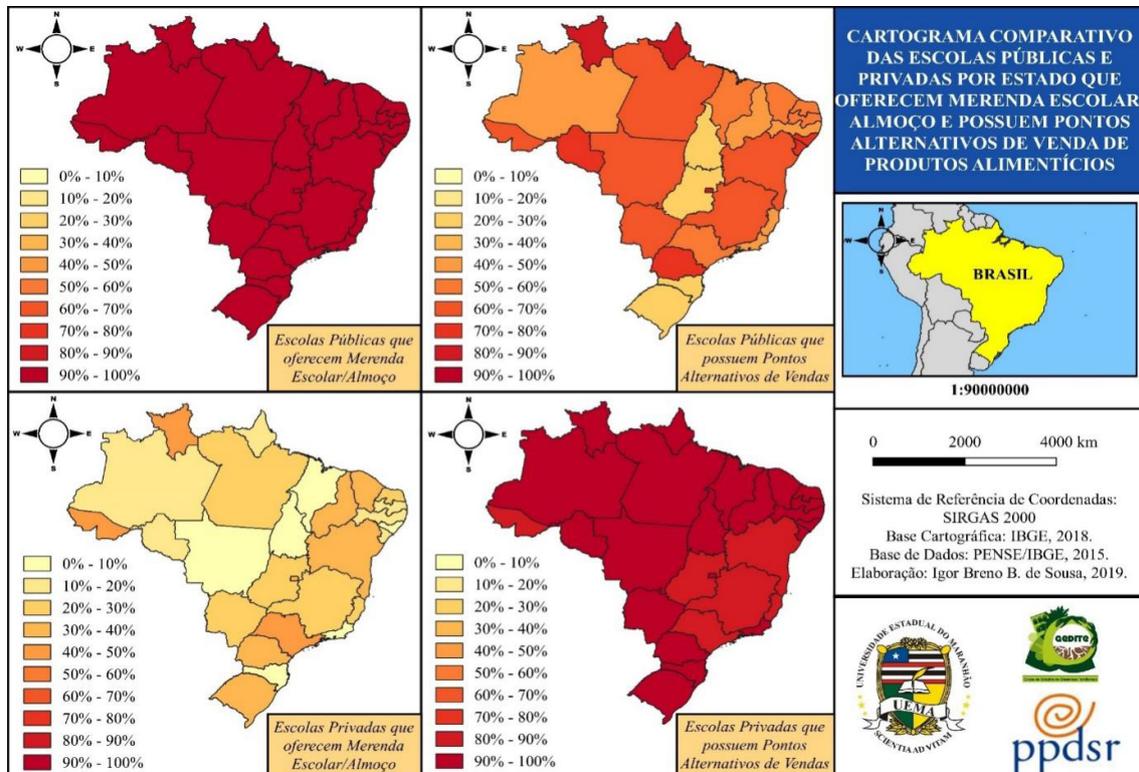
Nessa perspectiva, as informações coletadas e as reflexões das leituras fundamentaram as nossas análises para a construção da redação desta investigação.

O QUE SE COME NAS ESCOLAS?

A merenda escolar pode representar para muitas crianças e jovens brasileiros a única refeição do dia. Seja no concernente à alimentação adequada no sentido de cumprir os valores nutricionais de acordo com a faixa etária ou o mais comum, a baixa renda familiar que não permite a existência de uma refeição todos os dias à mesa. Afinal, segundo Veloso (2017), a garantia constitucional da alimentação escolar proporciona o envolvimento da dimensão pedagógica na promoção da segurança alimentar e nutricional.

Ao trazer a questão da fome, o PNAE consegue atingir diretamente os alunos em situação de vulnerabilidade social, principalmente, quando trata de alimentação gratuita nas escolas. É nesse ponto que precisamos tocar, pois a merenda escolar é gratuita quando é propiciada pelo PNAE, mas essa realidade está longe de ser unânime no Brasil, uma vez que o sistema educacional brasileiro permite a constituição de escolas no âmbito público e privado, ou seja, a escola do tipo pública e automaticamente inserida no PNAE (desde que cumpra as regras do Censo Escolar) permite a distribuição gratuita da refeição. Em contrapartida, as escolas da rede privada precisam atender os regimes burocráticos de enquadramento ao PNAE e antecipadamente devem sinalizar o interesse em participar desse programa.

Para tal afirmativa, ilustramos na Figura 1, a dinamicidade entre as escolas públicas e privadas no sentido de oferecer comida ao alunado e a existência de ponto alternativo de vendas de produtos alimentícios por dependência administrativa da escola. Vejamos:



Fonte: IBGE, 2018. Elaboração: O próprio autor.

Figura 1

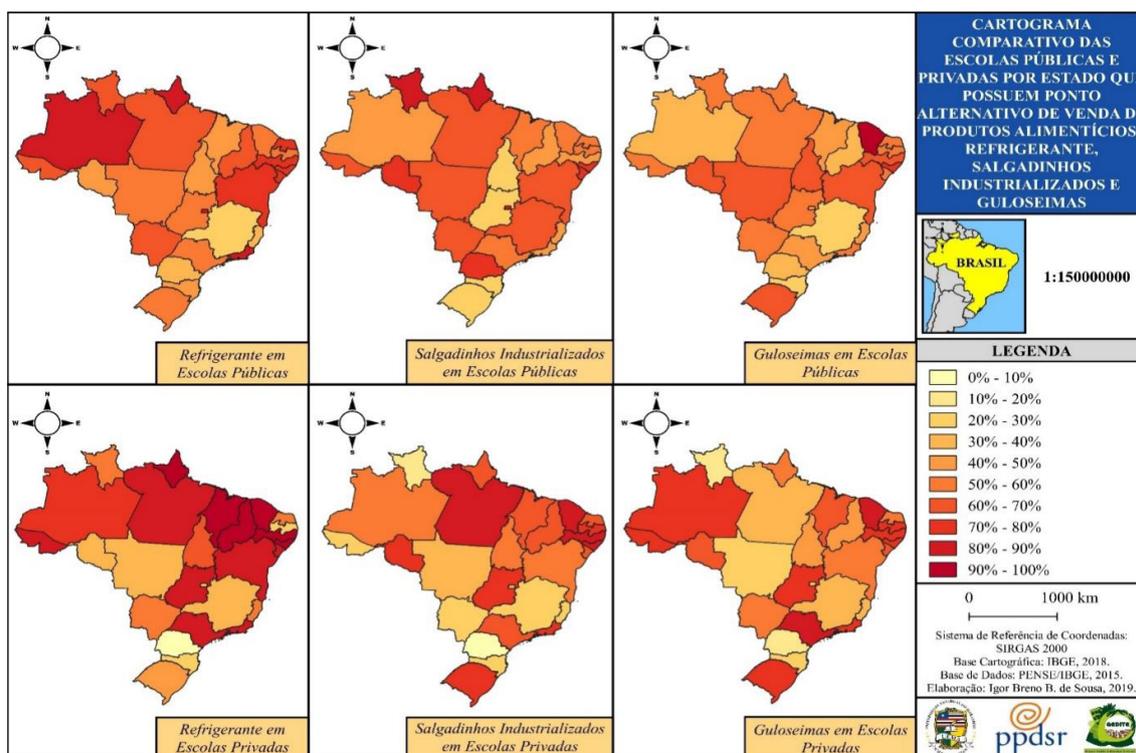
Diante disso, a Figura 1 nos mostra uma continuidade referente à forma administrativa das escolas, embora não falemos de lógica, pois isso poderia nos levar a uma análise incompleta da situação. Então, o quadro das escolas públicas mostra que oferecimento gratuito da merenda escolar se faz presente em pelo menos 90% das escolas das unidades federativas e o Maranhão acompanha o ritmo nacional com a margem próxima dos 100%. Em outras palavras, quase todas as escolas públicas do país oferecem comida gratuita por meio de programas, como o PNAE, e São Luís faz parte das 12 capitais em que 100% das escolas públicas distribuem a merenda escolar de forma gratuita.

Dessa forma, isso faz com que a demanda pela compra de alimentos (seja refeições ou lanches) nos pontos alternativos propiciados pelas escolas chegue pelo menos a metade no Maranhão e a 1/3 em São Luís (37,6%). Portanto, podemos dizer que esses números, pelo menos em nível de Maranhão, mostram como a merenda escolar satisfaz grande parte dos alunos da rede pública. Por outro lado, no âmbito da rede privada de ensino, a média nacional de escolas particulares que distribuem merenda escolar por meio do PNAE no país não chega a 50%. O Maranhão está entre as unidades federativas que menos oferece comida na rede particular (7,7%) e São Luís acompanha o ritmo estadual, sendo a segunda que menos oferece refeições (6,5%), perdendo apenas para Cuiabá que possui 3,3%.

Nesse sentido, é um combinado de ações, pois, se não há um médio ou alto grau de distribuição de refeições, haverá um alto grau na cobrança por refeições para que o alunado se alimente. No entanto, não pretendemos discutir como a educação passou a ser um segmento importante para o capital, mas destacamos o quão a educação, enquanto negócio, pode articular novas mercadorias, nesse caso, aqui, a alimentação.

Dentro da lógica capitalista, a educação na rede particular é parte integrante de uma qualificação para o mercado de trabalho, assim, o ato de negociar engloba também, a merenda escolar, pois trata-se de outro segmento que pode retornar lucros, uma vez que, sem a gratuidade da merenda, o total de alunos em escolas torna-se também o total da demanda pela compra de alimentos para satisfazer a fome aguda. Diante disso, o Maranhão e São Luís acompanham o ritmo nacional das escolas particulares do restante do país com, respectivamente, 98,8% e 97,6% de escolas que possuem pontos alternativos de vendas de produtos alimentícios.

A partir disso, é pertinente nos perguntarmos o que necessariamente se come nas escolas e se essa alimentação atende aos requisitos nutricionais estipulados pelo PNAE, pois segundo Peliano (2001), políticas sociais, como o PNAE, podem, a baixo custo, promover a saúde, reduzir o absentismo escolar, melhorar a produtividade do trabalho e aumentar a renda no ambiente rural. De fato, existe o controle e tabela nutricional de cada alimento a ser ingerido pelo aluno no âmbito, mas há questões que estão paralelas a essa execução, nesse caso, a existência de alimentos industrializados e com valores calóricos que fogem à regra dos alimentos orgânicos, nos referimos aos refrigerantes, salgadinhos industrializados e às guloseimas, vejamos a Figura 2:



Fonte: IBGE, 2018. Elaboração: O próprio autor.

Figura 2

A Figura 2 evidencia o quão pode representar a comercialização desses alimentos não orgânicos, embora ponderamos que não é permitido o abastecimento desses alimentos para o PNAE, logo, a disponibilidade desse alimentos se dá de forma comercial para a aquisição por meio dos pontos de vendas alternativos admitidos pela escola, mas no ponto em questão está, mesmo havendo a distribuição gratuita dos alimentos nas escolas públicas, a demanda por esses três alimentos citados, são mais de 50% nas unidades federativas.

Ora, não é o fato de tratarmos, talvez utopicamente, de uma alimentação escolar provida 100% da agricultura familiar, mas existe uma concorrência englobando os grandes produtores e os pequenos produtores em meio à mediação “imparcial” do Estado. Assim, as disparidades entre a agricultura familiar e a agricultura patronal em termos de produção e de área, aqui, estabeleceu-se não somente a abertura para os grandes produtores do agronegócio em poder vender parte de seus lucros nas escolas, mas também é permitida a inserção de grandes empresas (multinacionais e transnacionais) para a venda de refrigerantes, salgadinhos e guloseimas.

Diante disso, o Maranhão, no viés das escolas públicas, está entre os estados que menos comercializam e consomem esses produtos, no entanto, São Luís vai em contramão à configuração estadual e se estabelece no âmbito das escolas como a capital que mais propicia a venda de refrigerantes (66,5%), salgados (96,6%) e guloseimas (84,9%); a estes dois últimos, São Luís ocupa a primeira e segunda posições, respectivamente, em relação a guloseimas, perde apenas para Goiânia. E isso é alavancado ainda mais quando nos referimos às escolas particulares, pois o Maranhão é o segundo estado que mais comercializa refrigerante (97,8%) e São Luís ocupa o terceiro lugar em relação aos refrigerantes (95,3%), perdendo para Macapá e Recife; o segundo lugar em relação aos salgadinhos (88,9%), ficando atrás de Recife; e também o segundo lugar no que diz respeito às guloseimas (83,4%), atrás apenas de Rio Branco.

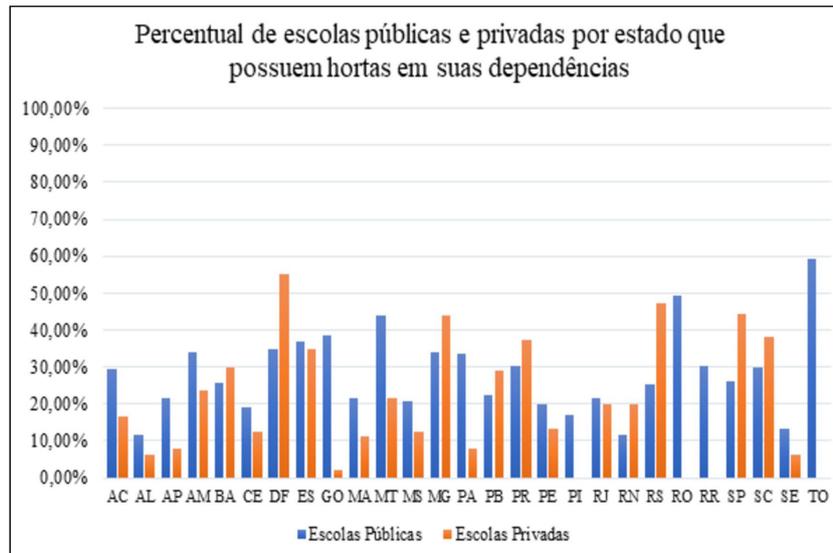
Ademais, a abertura para esses alimentos no ambiente escolar, independentemente de ser público ou privado que representam mercadorias e formas de lucro dos grandes empreendimentos, admite a concorrência entre alimentos não orgânicos e orgânicos, podendo estender à conotação de não saudáveis e saudáveis. Logo, essa abertura é também propiciada indiretamente pela meta a ser atingida dos 30% que mencionamos continuamente, pois o espaço que seria reservado a produtos da agricultura familiar de forma legal é diminuído ainda mais por conta do não cumprimento da entidade executora.

AS OSCILAÇÕES NO PÚBLICO-ALVO DO PNAE EM SÃO LUÍS

As escolas atendidas pelo PNAE têm um papel importante no que se refere à distribuição da alimentação para os alunos e, também, quando os alimentos da agricultura familiar são comercializados, segundo Peixinho (2011), contribuirá para o desenvolvimento da economia local, a geração de emprego e renda. Mas as escolas possuem uma representação ainda maior, quando alinham e propiciam o seu espaço escolar para outras atividades que não sejam enquadradas como matérias com o simples objetivo de aprovação, isto é, as escolas podem comportar espaços de vivências e de trocas de experiências com atividades profissionais, além do mais, é um ambiente cultural e deve disseminar as boas práticas, em relação à nutrição dos escolares (SOUSA, 2020; VELOSO, 2017).

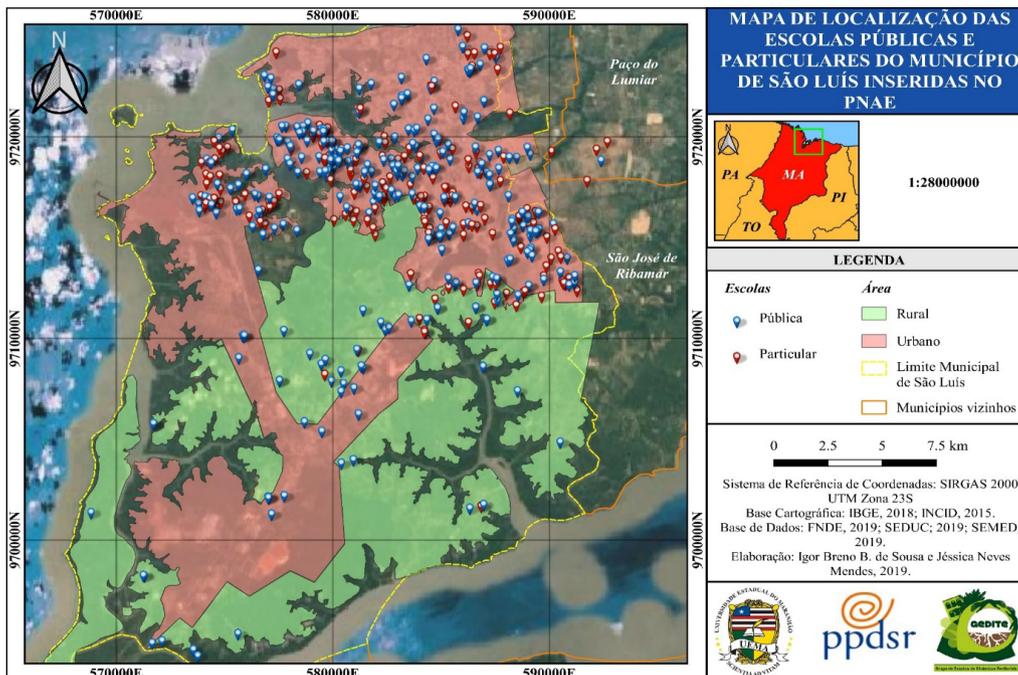
Com isto, em relação à produção e comercialização de alimentos, a forma de compreender a importância da agricultura familiar seria propiciar um trabalho pedagógico demonstrando a relevância de se consumir alimentos orgânicos, nos espaços das escolas que comportem a produção de hortas orgânicas. Entretanto, apesar de alguns esforços nesse sentido, essa é uma realidade ainda bem distante das escolas maranhenses, como demonstra o Gráfico 1 a seguir:

Gráfico 1



Fonte: PeNSE/IBGE, 2015. Elaboração: Os autores.

O Maranhão em posição nacional está perto da última parte do ranking ocupando a 20ª e a 18ª posições no que se refere, respectivamente, a escolas públicas e particulares que possuem hortas. Também, São Luís tem um rendimento maior, sendo a 11ª entre as capitais com hortas em escolas públicas, mas é a 17ª quando se trata da rede particular. Todavia, as escolas da rede municipal, estadual e federal de São Luís têm um pouco mais do que o dobro de hortas das escolas particulares, isto se dá, em grande parte, pelas escolas públicas, estas que possuem hortas e estão localizadas na Zona Rural de São Luís, respeitando a divisão estabelecida pelo Plano Diretor de 2006 (SÃO LUÍS, 2006). Vejamos a Figura 3⁵ abaixo:



Fonte: IGBE, 2018; INCID, 2015. Elaboração: Os autores.

Figura 3

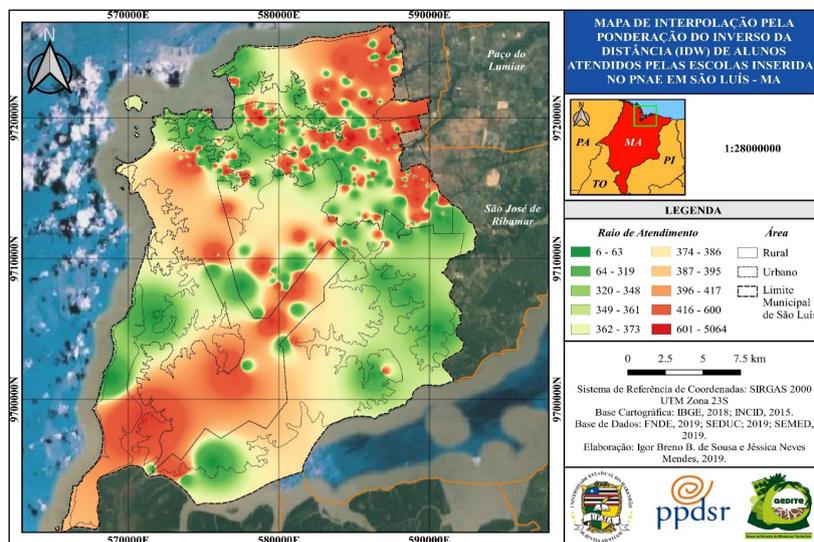
Assim, temos na Zona Rural de São Luís o número de 49 escolas públicas e 16 de escolas da rede privada de ensino, esses números particularmente refletem a maior inserção de alunos provenientes de famílias que desempenham atividades referentes à agricultura familiar ou similar à produção de subsistência e/ou de venda para os mercados institucionais nas escolas públicas, principalmente devido à gratuidade do ensino ou mesmo à proximidade que a escola se situa perante a comunidade ou povoado. Fato este que pode ser comprovado com a maior representação escolar na Zona Rural ludovicense no tocante à alunos matriculados, tendo como exemplo, o IFMA campus Maracanã, onde os cursos oferecidos⁶ pela instituição estão ligados diretamente ou indiretamente às atividades desenvolvidas no meio rural.

Há de se considerar também que para o PNAE, as escolas filantrópicas e comunitárias podem integrar a relação de escolas estaduais, municipais ou distritais, mas que permanecem categorizadas como escolas pertencentes à esfera particular, segundo o Parágrafo 1º do Capítulo II dos usuários do programa:

§1º Para os fins deste artigo, serão considerados como integrantes das redes estadual, municipal e distrital os alunos cadastrados no Censo Escolar do ano anterior ao do atendimento e matriculados na: I – educação básica das entidades filantrópicas ou por elas mantidas, inclusive as de educação especial e confessionais; II – educação básica das entidades comunitárias, conveniadas com o poder público (BRASIL, 2013, p. 3-4).

No caso de São Luís, particularmente, 210 escolas da esfera particular integram a lista da prefeitura municipal, número que sofreu uma pequena diminuição em relação a 2016 e 2017, quando existia o quantitativo de 215 escolas no PNAE. Dentro do universo quantitativo total de São Luís, as escolas privadas representam 40,77% das escolas inseridas no PNAE em 2018, dentro de um total de 515 escolas partícipes do PNAE entre estaduais, municipais e federais; ou seja, São Luís por ser a capital do Maranhão e ter o maior quantitativo populacional do estado, comporta desde 2014 uma margem de 4,15% a 4,50% das escolas de todo o Maranhão, este que apresenta uma margem, por vezes oscilatória, entre 11.800 e 12.700 escolas de 2014 a 2018.

Em relação à distribuição espacial e o raio de atendimento de alunos em São Luís, vejamos a Figura 4 a seguir:



Fonte: IBGE, 2018; INCID, 2015. Elaboração: O próprio autor.

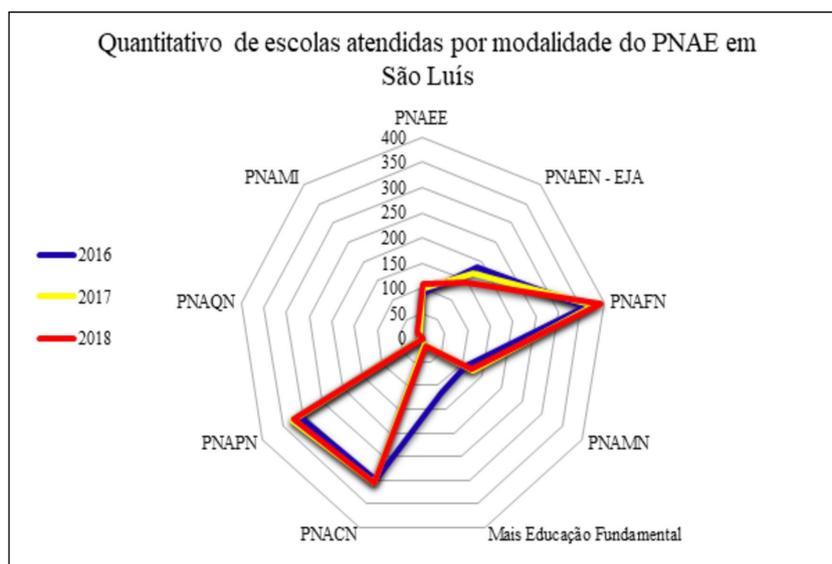
Figura 4

Primeiramente, destacamos a grande parte das escolas da rede privada estando localizadas na delimitação urbana do município no PNAE, totalizando 179, diferentemente das escolas públicas da rede municipal, estadual e federal que se apresentam distribuídas tanto no urbano como no rural. Nessa perspectiva, ainda que comparemos as escolas do urbano e do rural – independentemente da sua esfera e respeitando a delimitação vigente –, temos um campo produtor de alimentos orgânicos, representado pela agricultura familiar, e o destino de grande parte dos alimentos são as escolas do meio urbano.

Para tanto, o raio de atendimento estipulado cartograficamente provém da quantidade de modalidades do PNAE aplicadas nas escolas, com isso, das 12 modalidades executadas no Maranhão, 9 são aplicadas em São Luís. De forma a identificá-las, temos: Atendimento Educacional Especializado (PNAEE), Educação de Jovens e Adultos (PNAEN – EJA), Ensino Fundamental (PNAFN), Ensino Médio (PNAMN), Ensino Médio Integral (PNAMI), Creche (PNACN), Pré-escola (PNAPN), Quilombola (PNAQN) e o Mais Educação Fundamental.

Para mostrarmos o alcance de atendimento dessas modalidades, produzimos o Gráfico 2⁷ com base no levantamento das modalidades aplicadas em cada escola e os alunos atendidos nas quatro esferas, vejamos:

Gráfico 2



Fonte: FNDE, 2019. Elaboração: Os autores.

Em números, as três modalidades mais atendidas nas escolas de São Luís de 2016 a 2018 são, em ordem decrescente de atendimento: PNAFN, PNAPN e PNACN; isso nos mostra o aumento da demanda em nível municipal pelo ensino fundamental, a grande quantidade de escolas no município e também a capacidade do ensino fundamental em comportar grande quantidade de alunos em salas de aulas. Contudo, é importante sinalizarmos a demanda pelas creches e pré-escolas que acompanham o ritmo populacional do município. Em outras palavras, o crescente aumento da população ludovicense demanda criações e readequações de creches para poder atender as pequenas crianças, isso é incrementado da mesma forma pela mudança na gerência das creches e da pré-escola que, a partir de 2016, passam a ter gerência do município e a possibilidade de novas creches surgirem em escolas já existentes, permitida pelo Plano de Ações Articuladas (PAR).

Atentamos também para as pequenas oscilações e tendência negativa do PNAEN – EJA e do Mais Educação Fundamental, o primeiro está relacionado à diminuição do quantitativo de alunos, assim houve diminuição na aplicação da modalidade e, referente à segunda, a maior queda entre 2016 e 2018 está na parcela complementar do Mais Educação Fundamental, servindo de estímulo a alunos que possuem carga horária de sete horas diárias e cinco dias por semana. Essas dificuldades estabelecidas pelo quantitativo de modalidades aplicadas influenciam diretamente na vida do aluno, quando existe a possibilidade de desempenhar outras atividades alinhadas ao processo de aprendizagem, mas que acabam não sendo aplicadas legalmente por conta de a escola não estar inserida no PNAE ou por haver diminuição na demanda por alunos.

Além disso, existem disparidades ou interrogativas em meio ao levantamento de alunos atendidos e de recursos financeiros para cada modalidade. Primeiramente, baseamos nas informações representadas pelo Gráfico 2 e excluimos os alunos pertencentes às escolas federais por se tratar de recursos à parte que não competem ao Estado e ao Município a gerência financeira, assim, observemos a Tabela 1 abaixo:

Tabela 1. Recursos Financeiros repassados por modalidade do PNAE para São Luís.

Modalidade - PNAE	2016	2017	2018
PNAEE	125.700,00	145.432,00	206.276,00
PNAEN – EJA	1.951.316,00	2.026.975,00	1.977.389,20
PNAFN	7.240.891,00	8.484.206,00	9.258.100,00
PNAMN	17.320.860,00	20.993.910,00	21.362.352,00
Mais Educação Fundamental	2.364.960,00	385.331,00	458.262,40
PNACN	2.003.250,00	2.803.614,00	2.745.406,00
PNAPN	500.640,00	2.659.528,00	2.521.558,00
PNAQN	362.600,00	413.644,00	369.160,00
PNAMI	—	1.513.216,00	2.405.554,00

Fonte: FNDE, 2019. Elaboração: Os autores.

Inicialmente, para efeitos de cálculo, resgatamos a fórmula no Capítulo 2 de aplicação do montante de recursos financeiros relacionado à Transferência, Operacionalização e Movimentação que engloba o número de alunos, de dias e o valor *per capita*, para entendermos os valores destacados na Tabela 1. E por outro lado, também resgatamos a correlação de Pearson, pois a transferência de recursos, quantidade de alunos e de escolas vivem uma relação simbiótica, ou seja, exemplificando, se a transferência de recursos para uma determinada modalidade do PNAE aumenta é porque, antes disso, a quantidade de alunos atendidos já aumentou, pois os dados do alunado no Censo Escolar são anteriores à disponibilização dos recursos.

Assim, destacamos três pontos de análise: o primeiro se refere à modalidade do PNAEN – EJA, que apresentou de 2016 a 2017 uma diminuição dos alunos e o aumento nos repasses financeiros. No intervalo posterior, de 2017 a 2018, as duas variáveis diminuem, isto é explicado pela perda do quantitativo de 1.000 alunos anual que não integram o EJA nas escolas e o PNAFN segue a mesma linha de diminuição, mas com a

perda de pelo menos 2.000 alunos ao ano, principalmente possibilitada pela evasão escolar, que anualmente apresenta um total de 1,7% de alunos evadidos no Ensino Fundamental. Além disso, para o Ensino Médio, registra-se a diminuição de alunos e o aumento de recursos financeiros entre 2017 e 2018, o que pode ser justificado pela evasão escolar a qual representa 4,6% na capital maranhense, mas também pela mudança na gerência desse nível de ensino passar da rede municipal para escolas da rede estadual.

O segundo ponto está na queda brusca de atendimento de escolas quilombolas no município ludovicense, o qual apresenta redução constante desde 2016, onde 65 alunos eram atendidos, 42 em 2017 e nenhum em 2018. É uma possível contradição na aplicação do PNAE até mesmo em vista das especificidades garantidas no que tange à produção de alimentação, atendimento e o respeito cultural resguardado legalmente. Em meio a isto, enquanto a quantidade de alunos é reduzida, existe a movimentação de recursos financeiros destinados ao PNAQN e de 2016 a 2017, os recursos aumentam da ordem de R\$ 362.600 para R\$ 413.644. E em 2018, reduzido para R\$ 369.160, mas ainda assim existe disponibilidade financeira de aplicação de uma modalidade de competência da entidade executora municipal.

O terceiro e último ponto está no movimento de recursos financeiros do PNAE para modalidades que não são aplicadas em São Luís, de modo a identificá-las, são: Mais Educação Indígena, Mais Educação Quilombola, Indígena (PNAIN) e o PNAQN. A este último já não estamos mais nos referindo à responsabilidade municipal, mas sim à rede estadual, a qual desde 2016 não apresenta escolas e alunos da rede inseridos no PNAE. No que concerne às primeiras modalidades, os recursos financeiros diminuem nos três últimos anos, mas não há registros de escolas e alunos inseridos no programa, diante disso, são recursos complementares (Mais Educação) para extensão de cargas horárias e de cargas horárias normais que poderiam estar sendo utilizados ou mesmo estornados e redirecionados para outras localidades e abranger o atendimento dessas modalidades específicas.

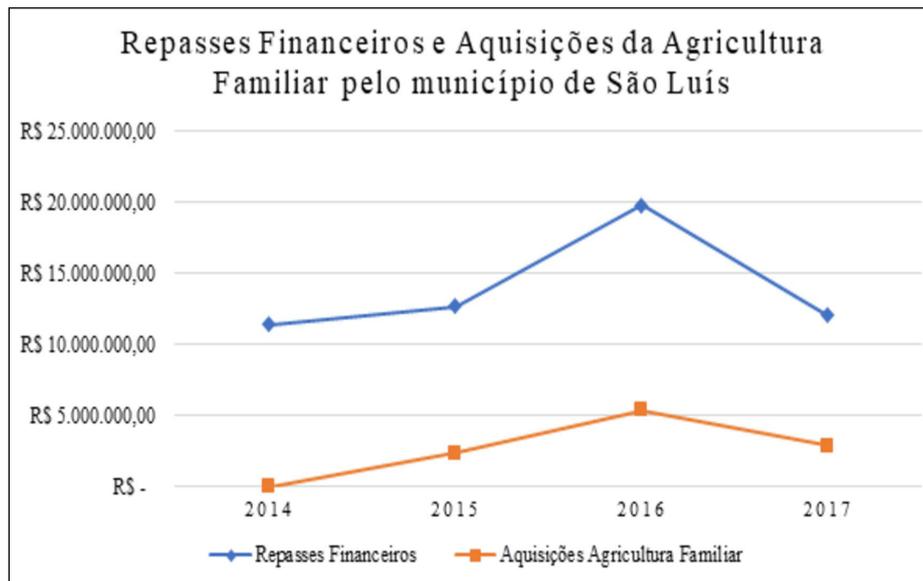
O PNAE EM SÃO LUÍS

A Zona Rural de São Luís varia em uma área de 20% a 30% do município, atualmente, o índice populacional rural baixo (5,53%) pode estar fadado a diminuir ainda mais, uma vez que, observando a distribuição espacial, grande parte dos setores censitários do tipo rural com maior população está localizado bem próximo à Zona Industrial, de empreendimentos imobiliários e da BR-135 ao longo de seu comprimento.

Dessa forma, direcionaríamos a discussão de como o Estado poderia assegurar a manutenção dessa população distribuída em comunidade e povoados da zona rural? Segundo Burnett (2014), o direcionamento de políticas públicas seria essencial para assegurar a sobrevivência coletiva, mas, primordialmente, deve-se controlar a tendência de expansão dos grandes empreendimentos. Entre outras palavras, o PNAE pode cumprir esse papel já que dentro das suas diretrizes é obrigatório que 30% de produtos devem ser advindos da Agricultura Familiar, segundo a Lei 11.947.

Entretanto, o município de São Luís, ao longo dos anos de 2014 a 2017, não conseguiu atingir quando verificamos o Gráfico 3 que trata da comparação entre recursos transferidos e recursos destinados à aquisição de produtos da Agricultura Familiar.

Gráfico 3

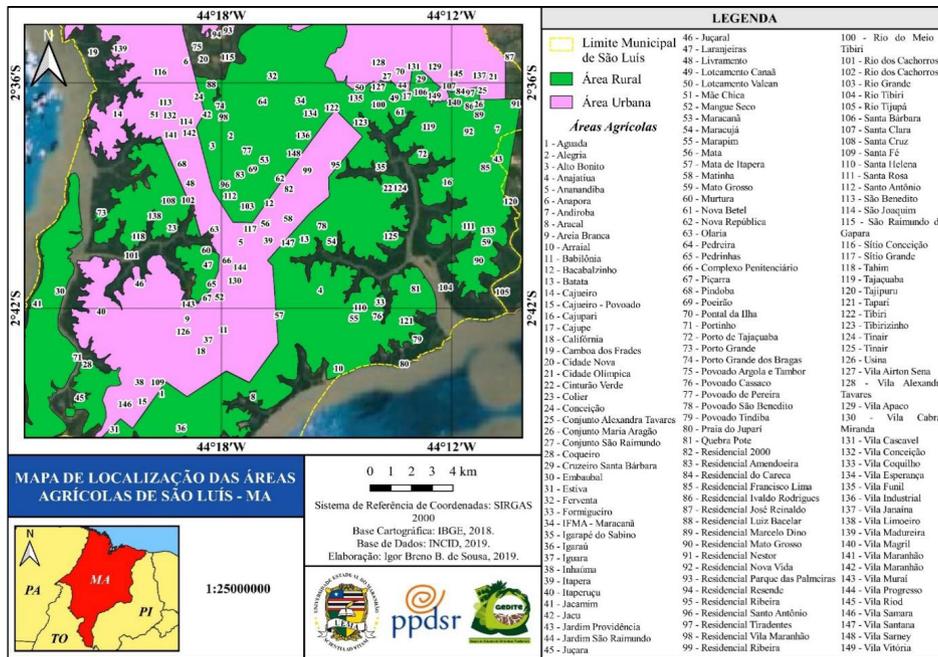


Fonte: FNDE, 2018. Elaboração: O próprio autor.

Conforme a divulgação dos dados pelo FNDE em 2018, São Luís não alcança esses 30% e, diante do Gráfico 3, em 2014 o município não efetuou qualquer compra de produtos da Agricultura Familiar, diferentemente do ano anterior em 2013, quando estabeleceu 31%. Embora, a influência do período de instabilidade política tenha afetado economicamente os repasses financeiros para a execução de políticas públicas, São Luís tem a premissa de receber o maior quantitativo do estado do Maranhão por concentrar grande quantidade de escolas e alunos comparado aos outros municípios.

Mas a opção exercida pela Entidade Executora Municipal, no caso a SEMED, mostra-nos uma oscilação com tendência negativa de compra dos produtos da agricultura familiar, tendo em vista que em 2015 dedicou-se 18%; em 2016, 27,22%; e em 2017 caiu para 23,62%. Assim, esse quadro abre espaço para questões já elucidadas anteriormente como a adequação dos produtos solicitados nos editais de chamada pública para a compra dos produtos, e como consequência, grande parte das 56.197 pessoas da Zona Rural precisam redirecionar seus alimentos produzidos para outros programas de compras institucionais, o PAA é um exemplo, caso não, a alternativa está nas feiras livres ou em atravessadores.

Como parte integrante e resultante do terceiro ponto, o quarto ponto de análise está na inserção de agricultores de comunidades, povoados e residenciais da Zona Rural no PNAE, assim, representamos cartograficamente as localidades na Figura 5 a seguir:



Fonte: IBGE, 2018. Elaboração: O próprio autor.

Figura 5

Primeiramente, é importante ponderarmos que o município de São Luís comporta o total de pelo menos 149 áreas dispostas de produção agrícola compreendidas entre comunidades, povoados e residenciais dentro da Zona Rural e da Zona Urbana também. A estratégia das áreas de produção, segundo a Agência Estadual de Pesquisa Agropecuária e de Extensão Rural do Maranhão (AGERP), pode variar desde áreas agrícolas comunitárias a áreas individuais podendo ser representadas pela configuração de ecoquintais em um tamanho de modelo produtivo com até 1,8ha de terra (MARANHÃO, 2019).

Além disso, atentamos também para mais três áreas de produção de alimentos que não fazem parte dessas categorias citadas, ou seja, são as áreas do Complexo Penitenciário de Pedrinhas⁸, do Instituto Educacional Beneficente Alto da Vitória e do IFMA campus Maracanã. Dessa forma, a partir das análises das chamadas públicas e das atas de julgamento para compra de gêneros alimentícios do PNAE, notamos que dentro desse universo de 149 possíveis pontos de produção de alimentos, apenas sete localidades distribuídas entre comunidades e povoados estão inseridas no cadastro para o abastecimento do PNAE em São Luís, são elas: Anjo da Guarda, Arraial, Cinturão Verde, Matinha, Terra do Rumo, Vila Coquilho e Vila Sarney.

Essas localidades possuem representações jurídicas por meio de suas associações, podendo ser destacadas no bairro do Anjo da Guarda, que tem o Instituto Educacional Beneficente Alto da Vitória; no povoado Arraial, a Cooperativa de Trabalho em Agricultura Familiar e Agronegócios dos Produtores de Arraial e a União de Moradores Força do Povo do Povoado de Arraial; Cooperativa de Agricultores Familiares (no Cinturão Verde); a Associação Beneficente Educativa Produtiva Cultural dos Moradores do Bairro Coquilho na Vila Coquilho; Associação Cinturão Verde da Vila Sarney; a Associação dos Agricultores do Baixão Matinha na Matinha, por fim, a Associação de Agricultores e o Grupo Informal, ambos da Terra do Rumo.

A efeito de cálculo, temos apenas sete localidades inseridas no PNAE, isso representa apenas 4,69% do total apresentado, sem considerar o Complexo Penitenciário de Pedrinhas

e o IFMA, pois buscamos centrar apenas nos agricultores familiares consolidados. Assim, a lacuna deixada pelo PNAE, ao não contemplar grande parte dos agricultores da Zona Rural, é uma combinação de fatores propiciada primeiramente, pelo não cumprimento dos 30% da aquisição de gêneros alimentícios da Entidade Executora Municipal, como mostramos anteriormente, mas também, indo além dessa análise, perpassa pela prestação de serviços da SEMAPA no que tange à assistência técnica.

Segundo o secretário da superintendência da SEMAPA, Paulo Rafael, o órgão municipal não é responsável pela aplicação do PNAE nem do cadastro de agricultores familiares, mas compete à secretaria o fornecimento da assistência técnica rural a partir de insumos, sementes e visitas nas áreas de produção. De acordo com essas informações, a rota de atendimento da SEMAPA consiste em 23 comunidades a partir de seu organograma de atividades distribuídas em polos de produção agropecuária, com isto, se levarmos em consideração as 149 áreas agrícolas, a SEMAPA presta assistência técnica a somente 15,43% das áreas de produção.

A combinação de fatores que mencionamos anteriormente incide na aplicabilidade do PNAE em São Luís, em outras palavras, é basicamente uma relação da disponibilização dos recursos financeiros vindos do FNDE. Combinado a isso, temos a não utilização ou nem a metade dos recursos disponíveis, e anterior a isso, não temos nem metade das áreas de produção agrícola no município assistidas tecnicamente para que possam atender a demanda de alguns produtos nas chamadas públicas. De fato, à primeira vista, tem-se uma complexidade até mesmo em entendermos essa dinâmica administrativa, mas enquanto isso ocorre, os editais são lançados e os alimentos avaliados, e as sete localidades cadastradas no PNAE não chegam nem a atender metade dos produtos pedidos nas chamadas públicas. Observe o Quadro 1 e a Tabela 2, a seguir:

Quadro 1. Lista de produtos solicitados para o PNAE.

PRODUTOS DAS CHAMADAS PÚBLICAS			
Abóbora	Maxixe	Cheiro-Verde	Milho-Verde
Banana	Melancia	Cebolinha	Polpa de Acerola
Couve	Melão	Feijão Verde	Polpa de Cajá
Laranja	Quiabo	Jongome	Polpa de Manga
Mamão	Vinagreira	Macaxeira	Polpa de Goiaba

Fonte: SEMED, 2019. Elaboração: O próprio autor.

Tabela 2. Produtos solicitados nas chamadas públicas e a sua área plantada e a quantidade produzida.

Produtos	Ano e os valores de Área Plantada (Quantidade produzida)					
	2006	2014	2015	2016	2017	2018
Abóbora ^a	>1ha (7t)	s/d	s/d	s/d	s/d	s/d
Banana	—	10ha(85t)	6ha(45t)	5ha(40t)	5ha(38t)	6ha(46t)
Couve ^b	—	s/d	s/d	s/d	s/d(18t)	s/d
Laranja	—	0	0	0	0	0
Mamão	—	7ha(112t)	6ha(120t)	5ha(90t)	0	0
Maxixe ^b	—	—	—	—	s/d(241t)	—
Melancia	—	0	0	0	0	0
Melão	—	0	0	0	0	0
Quiabo ^b	—	s/d	s/d	s/d	s/d(199t)	s/d
Cebolinha ^b	—	s/d	s/d	s/d	s/d(15t)	s/d
Feijão Verde ^a	260ha(190t)	s/d	s/d	s/d	s/d	s/d
Macaxeira	—	55ha(468t)	45ha(360t)	40ha(320t)	37ha(296t)	0
Milho-Verde ^b	—	s/d	s/d	s/d	s/d(170t)	s/d
Polpa de Acerola ^{ac}	6ha(29t)	s/d	s/d	s/d	s/d	s/d
Polpa de Manga ^c	—	6ha(44t)	5ha(40t)	5ha(38t)	0	0
Polpa de Goiaba ^c	—	0	0	0	0	0

Fonte: IBGE, 2019; Censo Agropecuário (IBGE, 2017). Elaboração: Os autores.

a Produtos que não obtiveram dados atualizados pelo IBGE, o último registro foi no Censo Agropecuário de 2006.

b Produtos que somente apareceram no último Censo Agropecuário, em 2017.

c Apesar da polpa de fruta ser obtida através de processos tecnológicos, identificamos a área plantada e a quantidade produzida da fruta evidenciada.

No primeiro momento, elencamos todos os produtos presentes nos editais analisados e, para manter a similaridade no tocante à correlação, buscamos destacar para o período de 2014 a 2018 a área plantada (em hectare) e a quantidade produzida (em tonelada) na área rural de São Luís (Tabela 2) como forma de investigar se existe a adequação dos produtos solicitados para com a produção no município, tendo em vista que o PNAE, nas suas diretrizes, apoia o desenvolvimento sustentável para a aquisição de gêneros alimentícios produzidos e comercializados em âmbito local

Assim, as sete localidades têm rigorosamente em comum a produção de abóbora, banana, couve, laranja, mamão, maxixe, melancia, melão, quiabo e vinagreira. E como afirmarmos no subtópico anterior, o restante dos produtos que não foram recebidos ou mesmo que não passaram na avaliação⁹ estão sujeitos a serem adquiridos juntamente às redes de supermercado ou de áreas de produção vizinhas ao município para que atenda a essa demanda,

mas isso, na verdade, representa uma possibilidade de se estreitar os laços capitalistas entre os poderes municipais ou até mesmo estaduais e que deixam de lado a possibilidade de beneficiar as outras 142 localidades que poderiam produzir para o PNAE e que, ao menos, faria a capital São Luís atingir a meta mínima de 30% de produtos da agricultura familiar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Todas as discussões em torno da agricultura familiar evidenciam a importância de políticas públicas para o seu fortalecimento e apesar de termos assegurado na legislação do PNAE, as diretrizes básicas para garantir o percentual relevante para o fortalecimento desse público, identificamos um percentual muito baixo no número de comunidades atingidas; verificamos um consumo alto de alimentos multiprocessados tanto nas escolas privadas como públicas e que a entidade executora não garante a compra de 30% da agricultura familiar que é um dos requisitos básicos dentro das diretrizes do programa. E isso revela-se um paradoxo, pois grande parte dos alimentos que estão à nossa mesa são provenientes da agricultura familiar.

Assim, é relevante discutirmos o que os jovens e crianças comem nas escolas e de onde vem os alimentos que estão comendo, pois a gratuidade da merenda escolar perpassa pelas garantias constitucionais, mediante a existência do PNAE. Em relação a São Luís, é possível afirmarmos que os entraves políticos e culturais para a aplicabilidade do PNAE abrem precedentes para que a merenda escolar receba alimentos originários de grandes empreendimentos, como as redes de supermercado, e estando suscetíveis à maciça utilização de agrotóxicos.

Com isto, podemos enfatizar que essa configuração em torno da alimentação escolar decorre de uma superestrutura, principalmente com o Estado em comunhão com o grande Capital, tendo em vista que, no cerne capitalista, o alimento deixa de ser alimento para virar mercadoria. E como consequências, essas variáveis podem contribuir para fragilidades das comunidades rurais no tocante à diminuição das áreas reservadas para as atividades agrícolas; diminuição na oferta de produtos oriundos da agricultura familiar para as escolas públicas e, conseqüentemente, gerar uma insegurança alimentar.

NOTAS

5 Para a localização das escolas, utilizamos como método de precisão o endereço e/ou o Código de Endereço Postal (CEP) para chegarmos à localização exata, por outro lado, para as escolas que não conseguimos exatidão de sua localidade, utilizamos o método de aproximação para chegarmos o mais próximo possível da real localização física da escola, assim, baseamo-nos na identificação de bairros e pontos de referência próximos. É importante ressaltar também que existem escolas localizadas no município de São José de Ribamar e Paço do Lumiar, que recebem atendimento das entidades executoras municipais de São Luís.

6 Os cursos técnicos oferecidos pelo IFMA campus Maracanã são: Agroindústria, Agropecuária, Aquicultura, Cozinha e Meio Ambiente; e os cursos de graduação são: Agronomia, Zootecnia, Tecnologia de Alimentos, Ciências Agrárias, Educação do Campo.

7 Para efeito de cálculo, contabilizamos como valor unitário cada modalidade aplicada no valor de uma escola, pois uma escola pode abordar várias modalidades do PNAE de acordo com os níveis de ensino ofertados pela própria escola.

8 O trabalho de cultivo da cultura de hortaliças na unidade prisional faz parte das atividades de ressocialização dos detentos, onde todos os alimentos produzidos são doados a entidades carentes (MARANHÃO, 2019).

9 Segundo a Portaria nº 233/2017 GAB/SEMED, a avaliação dos gêneros alimentícios é de competência da Equipe de Avaliação Sensorial indicada pela SEMED e, para a aprovação dos produtos, deve-se obter o padrão estabelecido de pelo 85% na avaliação técnica.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. **Resolução/CD/FNDE nº 26, de 17 de junho de 2013**. 2013. Disponível em: <https://www.fnde.gov.br/index.php/ acesso-a-informacao/institucional/legislacao/item/4620-resolu%C3%A7%C3%A3o-cd-fnde-n%C2%BA-26,-de-17-de-junho-de-2013>. Acesso em: 4 abr. 2021.
- BURNETT, C. F. L. Transformações produtivas, permanências socioeconômicas, embaraços políticos: desafios do planejamento territorial no Maranhão atual. **Revista Política e Planejamento Regional**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, p. 177-188, 2014.
- FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO. **Plano de Dados Abertos**. 2019. Disponível em: <http://www.fnde.gov.br/dadosabertos/>. Acesso em: 4 abr. 2021.
- IBGE. **Censo Agropecuário 2017**. 2017. Disponível em: <https://censos.ibge.gov.br/agro/2017/>. Acesso em: 10 fev. 2021.
- IBGE. **Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar-PeNSE: o que é**. 2015. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/educacao/9134-pesquisa-nacional-de-saude-do-escolar.html?=&t=o-que-e>. Acesso em: 7 maio 2021.
- IBGE. **Produção Agrícola Municipal**. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/pam/tabelas>. Acesso em: 1 mar. 2021.
- INCID. Instituto da Cidade, Pesquisa e Planejamento Urbano e Rural. **São Luís em dados**. 2015. Disponível em: <https://www.agenciasaoluis.com.br/site/arquivodacidade/2227>. Acesso em: 2 mar. 2021.
- MARANHÃO (Estado). **Agência Estadual de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural-AGERP**. 2019. Disponível em: <https://www.agerp.ma.gov.br/2013/05/>. Acesso em: 2 mar. 2021.
- MARANHÃO (Estado). Secretaria de Estado de Administração Penitenciária-SEAP. **Cultivo de hortaliças no sistema penitenciário do Maranhão beneficia pessoas presas e entidades carentes**. 2019. Disponível em: <http://seap.ma.gov.br/2019/01/02/cultivo-de-hortalicas-no-sistema-penitenciario-do-maranhao-beneficia-pessoas-presas-e-entidades-carentes/>. Acesso em: 2 mar. 2021.
- PEIXINHO, A. M. L. **Um resgate histórico do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE**. 2011. 133 f. Tese (Doutorado) - Curso de Ciências da Saúde, Universidade Federal de São Paulo, São Paulo, 2011.
- PELIANO, A. M. M. A assistência alimentar nas políticas governamentais. **Revista de Política Agrícola**, Brasília, n. 1, p. 20-26, 2001.
- REDE PENSSAN. **Inquérito Nacional Sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil**. 2020. Disponível em: http://olheparaafome.com.br/VIGISAN_Inseguranca_alimentar.pdf. Acesso em: 01 maio 2021.
- SÃO LUÍS (Município). **Lei nº 3252, de 29 de dezembro de 1992**: Plano Diretor. São Luís, MA, 15 abr. 1993. Disponível em: https://www.saoluis.ma.gov.br/midias/anexos/1188_3-

lei_n._3.253_de_29.12.1992_d.o.m._n.88._pags._06-27.pdf. Acesso em: 25 mar. 2021. SÃO LUÍS (Município). **Lei nº 4669, de 11 de outubro de 2006**: Plano Diretor. São Luís, MA, 11 out. 2006. Disponível em: https://www.saoluis.ma.gov.br/midias/anexos/1188_8-lei_n.4.669_de_11.10.2006_d.o.m._n.195_-_completo.pdf. Acesso em: 26 mar. 2021. SEMED. Secretaria Municipal de Educação. **Edital de chamamento público para aquisição de gêneros alimentícios para o PNAE**. Disponível em: <http://www.saoluis.ma.gov.br/licitacoes/pdf.asp?cod=3055>. Acesso em: 12 mar. 2021. SOUSA, I. B. B. de. **Programa nacional de alimentação escolar**: uma análise de dados sobre a estrutura, dinâmica e acesso no município de São Luís – MA de 2014 a 2018. 2020. 174 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Desenvolvimento Socioespacial e Regional, Universidade Estadual do Maranhão, São Luís, 2020. VELOSO, F. **Redes locais e mercados institucionais de compra da agricultura familiar nos municípios de Adamantina, Paulicéia e Tupi Paulista (SP)**. 2017. 430 f. Tese (Doutorado) - Curso de Programa de Pós-graduação em Geografia, Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2017.

CONFLITOS TERRITORIAIS E RACISMO AMBIENTAL NA ILHA DO MARANHÃO: O CASO DA COMUNIDADE CAJUEIRO

TERRITORIAL CONFLICTS AND ENVIRONMENTAL RACISM IN THE
ISLAND OF MARANHÃO: THE CASE OF THE CAJUEIRO COMMUNITY

CONFLICTOS TERRITORIALES Y RACISMO AMBIENTAL EN LA
ISLA DE MARANHÃO: EL CASO DE LA COMUNIDAD CAJUEIRO

Marivania Leonor Souza Furtado¹

Rayssa Cristina Silva Alves²

RESUMO: Este estudo aborda os impactos socioambientais sofridos pela comunidade Cajueiro, pertencente à Reserva Extrativista de Tauá – Mirim (RESEX/TAUÁ – MIRIM), na ilha do Maranhão, ocorridos pela implementação de um megaprojeto, a saber, a construção de um porto privado denominado “Porto São Luís” da empresa WPR São Luís Gestão de Portos Ltda. financiado pela CCCC (China Communications Construction Company) que também fará parte do Distrito Industrial de São Luís (DISAL). A pesquisa toma como base teórico-metodológica os estudos decoloniais e as categorias analíticas de território, racismo ambiental e necropolítica. O conflito territorial que se desenvolve em Cajueiro revela um longo embate travado entre povos e comunidades tradicionais em confronto com projetos do grande capital resultantes, expressivamente, da aliança entre o estado e o capital.

Palavras-chave: Conflitos territoriais. Racismo ambiental. Comunidade Cajueiro.

ABSTRACT: This study addresses the socio-environmental impacts suffered by the Cajueiro community, belonging to the Extractive Reserve of Tauá - Mirim (RESEX/TAUÁ - MIRIM), on the island of Maranhão, occurred by the implementation of a megaproject, namely, the construction of a private port called “ Porto São Luís ”by the company WPR São Luís Gestão de Portos Ltda. financed by the CCCC (China Communications Construction Company) which will also be part of the Industrial District of São Luís (DISAL). The research takes as a theoretical-methodological basis the decolonial studies and the analytical categories of territory, environmental racism and necropolitics. The

¹ Professora do Departamento de Ciências Sociais, do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Socioespacial e Regional e Coordenadora do LIDA/UEMA. E-mail: marivaniafurtado@yahoo.com.br.

² Bolsista BATI/UEMA e pesquisadora do LIDA/UEMA. E-mail: rayssaalves0750@gmail.com.

Artigo recebido em fevereiro de 2021 e aceito para publicação em agosto de 2021.

territorial conflict that develops in Cajueiro reveals a long struggle between traditional peoples and communities in confrontation with big capital projects, expressively resulting from the alliance between the state and capital.

Keywords: Territorial conflicts. Environmental racism. Cajueiro Community.

RESUMEN: Este estudio aborda los impactos socioambientales sufridos por la comunidad Cajueiro, perteneciente a la Reserva Extractiva Tauá - Mirim (RESEX / TAUÁ - MIRIM), en la isla de Maranhão, ocurridos por la implementación de un megaproyecto, a saber, la un puerto privado denominado “Porto São Luís” por la empresa WPR São Luís Gestão de Portos Ltda. financiado por ACPC (China Communications Construction Company) que también formará parte del Distrito Industrial de São Luís (DISAL). La investigación toma como base teórica y metodológica los estudios descoloniales y las categorías analíticas de territorio, racismo ambiental y necropolítica. El conflicto territorial que se desarrolla en Cajueiro revela una larga lucha entre pueblos y comunidades tradicionales en confrontación con grandes proyectos de capital resultantes, expresivamente, de la alianza entre el Estado y el capital.

Palabras clave: Conflictos territoriales. Racismo ambiental. Comunidad Cajueiro.

INTRODUÇÃO

As lutas e os desafios das comunidades tradicionais no Brasil e, em especial no Maranhão, têm ganhado relevo nas pesquisas inseridas nos mais distintos campos acadêmicos. Mobilizando esforços teóricos nos campos geográfico, sócio antropológico, jurídico dentre outros, essas pesquisas se debruçam sobre os efeitos sociais que grandes empreendimentos, sejam eles privados ou públicos, causam nos territórios desses povos e comunidades. Nessa senda, este estudo reflete sobre a dinâmica territorial da comunidade Cajueiro que tem sido impedida de ser e estar no mundo, enquanto territorialidade específica, devido à sobreposição em seu território de um megaempreendimento portuário privado, amparado pelo aparato estatal.

De acordo com o relatório Conflitos no Campo Brasil da Comissão Pastoral da Terra (CPT, 2020) houve, em 2019, um aumento nos conflitos por terra no Brasil. Aquele ano encerrou com um registro de 1.254 conflitos, enquanto que em 2018 foram registrados 1.124 casos. Os dados no Maranhão apontam para uma ligeira queda nos registros dos conflitos entre os anos 2018 (199) e 2019 (174). Ainda é muito significativo, entretanto, o total de famílias vítimas de conflitos no campo, em média mais de 15 mil famílias, segundo o referido Relatório.

As violências nestes espaços se desenvolvem de diferentes formas sendo a mais comum o assassinato de pessoas: lideranças das comunidades que resistem em serem expulsas de suas terras; apoiadores da luta pela manutenção dos territórios e militantes de movimentos sociais. Estabelecendo um olhar racial sobre esses conflitos, é possível identificar que as comunidades tradicionais, indígenas e quilombolas, são os alvos preferenciais de empreendimentos capitalistas, que têm no seu processo de implementação estratégias de “limpezas étnicas” de “seus terrenos” e para isso ancoram-se em aparatos legais e/ou discursivos que se configuram em racismo, em suas múltiplas dimensões, inclusive ambiental.

A comunidade Cajueiro está inserida nos Relatórios de Conflitos no Campo (2018 e 2019) como área de conflito por terra no Maranhão. O território dessa comunidade está

situado no sudeste da Ilha de São Luís, e está dividido em seis localidades: Sol Nascente, Terreiro do Egito, Guarimanduba, Andirobal, Parnauaçu e Cajueiro. (Cf. PEDRO, 2017).

Esse território é compostopor florestas, manguezais e praias em que vivem cerca de 500 famílias desde a década de 40³ do século XX. Estas famílias utilizam os recursos naturais extraídos destas florestas, manguezais e praias para consumo próprio e venda, além das práticas agrícolas e pecuárias utilizadas por alguns moradores.

Por sua localização, a comunidade é rodeada por grandes empreendimentos que compõem o Distrito Industrial de São Luís (DISAL), trilhos da ferrovia da empresa Vale e sua rua de acesso que é próxima a BR – 135, principal via de acesso a ilha. Apesar de estar próxima “do desenvolvimento”, a comunidade lida diariamente com retrocessos como por exemplo a falta de pavimentação em suas vias e ruas de acesso à comunidade, a falta de postos de saúde nas proximidades, a ausência de escolas bem estruturadas e com ensino médio – havendo apenas uma pequena Unidade de Ensino Básico (UEB - Manuela Varela), e, por fim, uma pequena e precária frota de ônibus, a linha T019 Cajueiro/Terminal Praia Grande (Beira – Mar).

Sobre o território dessa comunidade tem-se implantado desde 2013 um porto de uso privado, com a anuência do Estado revelando, assim, a política genocida que o Estado impõe sobre povos e comunidades tradicionais exercitando seu poder de morte.

O estudo dos processos de lutas e resistência da comunidade de Cajueiro em São Luís frente a esse grande empreendimento (público / privado) sobre seus territórios, aqui apresentado, é resultante dos dados construídos a partir de pesquisas bibliográficas (teses, dissertações e monografias sobre o tema), consulta a *sites* e *blogs*, bem como da observação direta realizada em momentos distintos quando as pesquisadoras se somavam aos moradores e a outros(as) apoiadores(as) da causa em mobilizações contra as ações referentes à implantação do referido empreendimento.

RACISMO AMBIENTAL EM CONTEXTO DE CONFLITO TERRITORIAL: TECITURAS CONCEITUAIS PARA REFLETIR SOBRE O CAJUEIRO

Os conflitos e as lutas empreendidas pela comunidade Cajueiro serão refletidos à luz do conceito de racismo ambiental (PACHECO, 2007), presente na discussão realizada por Viviane Pedro (2017) em sua tese “‘QUEM NÃO PODE COM A FORMIGA NÃO ASSANHA O CAJUEIRO’: necropoder, margens e interstícios da judicialização do conflito socioambiental na comunidade do Cajueiro, em São Luís – MA”.

A ideia de trazer estes conceitos reflete sobre um posicionamento que desejamos explicitar neste trabalho, que consiste em dispor os indivíduos do Cajueiro como corpos racializados que estão em atrito com o desenvolvimento empregado pelo estado nacional e que, a partir de um biopoder, mecaniza a política de morte, tornando os moradores do Cajueiro vítimas de um racismo ambiental que surge em decorrência do racismo estrutural (ALMEIDA, 2018).

O processo de enfrentamento das comunidades tradicionais localizadas em São Luís contra os avanços do “desenvolvimento” do grande capital é anterior a década de 1970, quando se tem o registro da chegada das empresas industriais, logística e de infraestrutura de transporte marítimo e terrestre neste espaço. As comunidades situadas ao sudoeste da Ilha são as mais afetadas por estarem localizadas em “áreas de interesse” ou “ter vocação para receber tais empreendimentos”, o que as tornam impactadas pelos avanços da industrialização, urbanização e especulação imobiliária.

Com base nisto, por estar localizada no sudoeste da ilha do Maranhão e por ser um território de uso comum conduzido por seus moradores de forma tradicional, própria e específica, a comunidade Cajueiro é uma das muitas no estado do Maranhão que são alvo de racismo ambiental. A intensa especulação imobiliária e disputa fundiária que são impostas à comunidade desencadeiam danos ambientais irreversíveis que, conseqüentemente, influenciam no modo de vida dos habitantes da comunidade.

Como comenta Herculano (2014), o termo racismo ambiental foi cunhado, em 1981, por Benjamin Franklin Chavis Jr, importante liderança negra nos Estados Unidos na luta pelos direitos civis. O termo nasceu na pesquisa que o ativista realizava sobre a relação dos resíduos tóxicos e a população negra norte-americana.

Conforme explicita o autor, o termo teve que sofrer alterações para obter acesso às políticas públicas federais e realizar pesquisas no âmbito acadêmico, sendo conseqüentemente cunhado como injustiça ambiental. Não muito diferente do termo anterior, segundo a Rede Brasileira de Justiça Ambiental, este termo diz respeito ao *“mecanismo pelo qual sociedades desiguais, do ponto de vista econômico e social, destinam a maior carga dos danos ambientais do desenvolvimento às populações de baixa renda, aos grupos sociais discriminados, aos povos étnicos tradicionais, aos bairros operários, às populações marginalizadas e vulneráveis”* (HERCULANO, 2014, p. 01).

Os debates sobre justiça e injustiça ambiental surgem na década de 1980 nos Estados Unidos, embalados pelos movimentos de direitos civis, que, após investigação, constataram que as comunidades negras eram as mais afetadas pela poluição industrial a que eram desproporcionalmente expostas. É importante mencionar que a investigação surge como fruto das reivindicações dessas comunidades, uma vez que possuíam representação política precária e não eram atendidas pelos órgãos e entidades ambientalistas da época.

Segundo Almeida (2015), *“Na gênese, percebe-se que as lutas por justiça ambiental levam em conta principalmente pautas de equidade e igualdade ambientais, e são marcadas pelos movimentos contrários ao racismo ambiental”* (ALMEIDA, 2015, p. 03). Nesse sentido, a busca pela justiça ambiental é demarcada pelas lutas sociais que almejam a equidade e a justiça social, tornando povos e comunidades, historicamente vulneráveis, alvos de ações que as tirem deste contexto. Assim, o movimento por justiça ambiental surge da aliança entre o movimento por direitos civis e o movimento ambientalista. Deste modo como comenta Acselrad (2004 *apud* RANGEL, 2016, p. 13):

Visava-se edificar uma situação de justiça ambiental, tratando-se, portanto, do tratamento do justo e do envolvimento significativo de todas as pessoas, independentemente de sua raça (etnia), cor, origem ou renda, no que atina à elaboração do desenvolvimento, implementação e reforço de políticas, leis e regulações ambientais.

Com base nos dados da pesquisa bibliográfica⁴, em 1982, nos Estados Unidos, aconteceu o primeiro protesto do movimento negro contra o ônus ambiental tendo por estopim o caso de contaminação ocorrido em Warren County. Além deste, outro importante episódio de contaminação foi o de Love Canal. Juntos estes eventos integram as bases que fortaleceram o movimento por justiça ambiental nos Estados Unidos.

É indispensável comentar que a vulnerabilidade destas comunidades geralmente negras impactadas pelas injustiças ambientais é fruto dos processos de colonização que

atingiram as Américas e desencadeou a escravização de povos oriundos do continente africano, deixando como legado nas realidades sociais experienciadas tanto no Brasil quanto nos Estados Unidos concepções racistas que reforçam os estereótipos criados pelos grupos supremacistas. A colonialidade, portanto, é a tecnologia que estabelece noções coloniais orientando as relações sociais dentro destas sociedades capitalistas.

O caráter racial se torna elemento preponderante nos casos de injustiças ambientais nos Estados Unidos. As investigações realizadas comprovam não somente a existência de um fator racial, mas também étnico que orienta a escolha das localidades que sofrerão com danos ambientais. Como comenta Almeida (2015, p. 8):

a análise conduzida por Robert Bullard nos EUA concluiu haver preferência em submeter comunidades negras a piores condições ambientais, mesmo quando essas comunidades eram de classe média, o que demonstrou o reduzido impacto do fator socioeconômico na tomada de decisão em relação ao fator racial, ainda que não se exclua completamente influência daquele.

Assim cumpre destacar o racismo ambiental ao se falar sobre injustiças ambientais. Com base em Tania Pacheco (2007, p. 5) “*chamamos de Racismo Ambiental as injustiças sociais e ambientais que recaem de forma implacável sobre grupos étnicos vulnerabilizados e sobre outras comunidades, discriminadas por sua ‘raça’, origem ou cor*”.

A elaboração deste conceito surge no I Seminário Brasileiro contra o Racismo Ambiental, em 2005, no Brasil. Como comenta Herculano (2014), a ocasião contou com a participação de pesquisadores da academia, gestores federais e ativistas representantes de movimentos sociais negros e indígenas com a intenção de discutir sobre as injustiças ambientais que recaem estrategicamente sob grupos étnicos e racializados.

Deste modo, mesmo nomeado como “racismo ambiental”, o termo transcende as questões de cor e raça por não se configurar apenas por ações que possuem uma intenção racista, mas, por se apresentar em situações que irão adquirir um impacto racial sendo nele incorporado um caráter étnico que vai além das populações negras, abarcando povos indígenas, extrativistas, entre outros. A comunidade Cajueiro é mais um exemplo de territorialidade que é alvo do racismo ambiental.

A comunidade Cajueiro foi registrada como um assentamento estadual em 2001. Suas terras, que antes pertenciam à União, passam a ser de uso comum sendo elemento fundamental da reprodução dos que fazem parte da comunidade. À comunidade foi concedido 6.100.172 ha englobando 103 famílias (MARINHO; MENDONÇA, 2016). Entretanto, mesmo sendo reconhecido, há vinte anos, como assentamento rural, o Cajueiro existe desde 1930, segundo levantamento realizado pela empresa Diagonal Urbana Consultoria Ltda. contratada pela empresa Vale (antiga Companhia Vale do Rio Doce), que pretendia realizar investimentos privados no território dessa comunidade.

Como já mencionado, a disputa fundiária nas áreas próximas e em Cajueiro acontecem desde os anos 70. Tal evento não é exclusivo das comunidades rurais situadas em São Luís e muito menos no Estado do Maranhão, isto é percebido em todo território nacional principalmente nas áreas que integram a Amazônia Oriental, composta pelos estados do Pará, Maranhão, Amapá, Tocantins e Mato Grosso.

As políticas desenvolvimentistas que assolam estas localidades são promovidas pelos governos federal e estaduais, que visam edificar nestas localidades megaprojetos,

sendo o capital privado e internacional um grande aliado destas empreitadas capitalistas a partir do financiamento e exploração dos recursos naturais existentes nos biomas encontrados nestes estados.

Geralmente as localidades escolhidas para receber estes megaprojetos são tradicionalmente ocupadas por grupos étnicos, sendo estes resistentes às políticas desenvolvimentistas empregadas pelo Estado e/ou empresas privadas, uma vez que a partir destas empreitadas capitalistas se acentuam as políticas de morte.

Como exemplo das políticas de morte, podemos citar os casos de racismo ambiental que se manifestam tanto nos impactos ambientais que irão interferir na vida destas comunidades, quanto no deslocamento compulsório a que são submetidas, gerando sua expropriação territorial. É neste cenário de injustiças ambientais que se iniciam as disputas e conflitos territoriais. De um lado, se encontram as comunidades que ocupam tradicionalmente suas terras e, do outro, empresas privadas que possuem o aval exploratório cedido pelo Estado.

No nosso caso específico, a comunidade Cajueiro assim como outras que se localizam em seu entorno foram drasticamente atingidas pela construção de diversos complexos portuários responsáveis pelo escoamento de minério de ferro da Serra dos Carajás, no Pará. Com a intenção de viabilizar as táticas de transporte de minério “[...] foram traçados os primeiros limites do Distrito Industrial de São Luís (DISAL), a partir do Decreto Estadual nº 3.589, de 28 de novembro de 1974, que delimitava a área industrial do Itaqui-Bacanga” (CARVALHO, 2001 *apud* Pedro, 2017, p. 86).

Posteriormente, o Decreto Estadual nº 3.840, de 22 de abril de 1977, determinava como industrial a área do Tibiri-Pedrinhas, acrescentando outro território ao perímetro. Foi assim que, “em 1980, as áreas Tibiri-Pedrinhas e Itaqui-Bacanga (esta última, onde se situa a Comunidade do Cajueiro) foram unificadas como o Distrito Industrial de São Luís (DISAL) pelo Decreto Estadual nº 7.632, de 23 de maio de 1980” (PEDRO, 2017, p. 86).

A criação do Distrito Industrial de São Luís (DISAL) se enquadra perfeitamente como mais um grande projeto industrial com intuito meramente desenvolvimentista e que se assenta no racismo ambiental.

Os danos ambientais causados pela construção do porto de uso privado sobre a comunidade de Cajueiro são imensuráveis. A população dessa comunidade é composta de extrativistas, agricultores(as) e pescadores(as) artesanais, tendo nos recursos naturais como o mar, os rios e as matas elementos fundamentais para continuar vivendo e se reproduzindo materialmente.

Mesmo antes de sua oficialização por vias legais, a construção do porto já traz diversos impactos à comunidade como desmatamento de uma grande área verde, além da proibição de acesso dos moradores a alguns pontos da comunidade. Como se pode ver os problemas relacionados ao racismo ambiental transcendem não só a uma questão de cor mais também a questões ambientais de forma que promove graves alterações no modo de vida e nas relações constituídas entre território e seus habitantes.

PORTO SÃO LUÍS: MUNDIALIZAÇÃO DO CAPITAL, DESENVOLVIMENTO E ETNOCÍDIO

O estado do Maranhão é um dos principais exportadores de *commodities* do país, sendo a soja um dos principais produtos exportados. Em 2015, o Porto do Itaqui junto do Porto de Barcarena, localizado no estado do Pará, bateu o recorde ao contabilizar o

embarque de quatro milhões de toneladas de grãos, ocasionando o crescimento de 8,1% no primeiro semestre do ano em comparação ao anterior.⁵

Com base nestes dados, é possível relacionar o crescimento nas exportações com a expansão da fronteira agrícola no país, que na última década tem dado saltos significativos com o surgimento das fazendas de monoculturas que fazem parte do Plano de Desenvolvimento Agropecuário MATOPIBA (PDA – MATOPIBA) e visa uma alta produtividade nas regiões dos estados Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia, considerados a última fronteira agrícola do país, além de suprir a necessidade e aumentar a infraestrutura logística de atividades agrícolas e de pecuária. Segundo as projeções do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) o Brasil plantará cerca de 70 milhões de hectares de lavouras até 2022, só a região dos estados referentes ao MATOPIBA terá 10 milhões de hectares neste mesmo período⁶.

Com essa expectativa de crescimento, o governo do Maranhão anunciou obras de expansão do Porto do Itaqui devido ao crescimento contínuo e progressivo na movimentação de cargas que está ocorrendo e deverá ocorrer. As apostas do governo, entretanto, não estão voltadas apenas para o desenvolvimento do terminal portuário público. Como já mencionado, o estado aposta em um Terminal de Uso Privado (TUP), o Porto São Luís da empresa WPR, parte do grupo WTorre que será financiado pela China Communications Construction Company (CCCC).

Mesmo havendo conhecimento de que o TUP irá se apropriar de 55% da área da Comunidade Cajueiro, que, além de ser um território tradicional, faz parte de uma Reserva Extrativista, o que torna a comunidade fundamental para a manutenção do bem-estar social e ambiental, o governo do estado realiza diversas ações que desconsideram estes valores. A primeira e mais preponderante é a concessão do Licenciamento Ambiental nº 14060015100/2014 emitida pela Secretária Estadual de Meio Ambiente (SEMA) à empresa WPR para construção do Terminal de Uso Privado - TUP São Luís. Após análises de diversos especialistas pôde-se perceber que a permissão além de não ser legítima não percorreu os devidos trâmites legais.

Desta forma, a aliança entre estado e capital privado revela uma outra face do racismo sobre a comunidade do Cajueiro, agora manifesto em racismo institucional.

De acordo com SILVA (2019), o marco inicial do porto foi em 18 de junho de 2013 com a assinatura de um Protocolo de intenções assinado pelo poder executivo do estado, na época administrado por Roseana Sarney e a empresa paulista W/Torre Engenharia e Construções S/A, representada por Walter Torre presidente da empresa e seu sócio na empresa WPR São Luís Gestão de Portos e Terminais LTDA, Paulo Remy Gillet Neto.

Em 2017, durante a gestão do governador Flávio Dino, foi assinado um novo acordo de investimentos entre a WPR e a construtora China Communications Construction Company (CCCC). É importante mencionar que a empresa WPR São Luís Gestão de Portos e Terminais foi criada exclusivamente para viabilizar a construção do Porto São Luís.

O grupo CCCC foi anunciado publicamente como principal investidor do projeto, sendo responsável por 51% de participação societária. Além do grupo chinês, a empresa Lyon Capital está com 20% e o grupo W/Torre com 24% do capital para investimentos. Apesar de contar com a presença de outros grupos para investimentos, chama a atenção para a participação do grupo CCCC no empreendimento.

Com base nas referências consultadas, o investimento de capital chinês em obras fora da China é reflexo de uma política nacional que estimula as empresas chinesas a expandirem seus negócios para outros países, como estratégia de demarcar domínio global de desenvolvimento econômico, disputando com os Estados Unidos a liderança política e econômica global.

Além disso, outra motivação para o conglomerado chinês investir em projetos de infraestrutura no Brasil e, mais especificamente, no Maranhão é devido ao barateamento e a possibilidade de tornar mais eficiente a exportação brasileira de minérios, soja e outras *commodities* (BOURSCHEIT *apud* SILVA 2019). Desta forma, o Maranhão com seu potencial ecológico que comporta a produção de matérias-primas como a soja, além das siderúrgicas que se encontram no estado é colocado na rota de investimentos da China.

Assim, o TUP São Luís se insere como um dos grandes empreendimentos relacionado ao Plano de Desenvolvimento Agropecuário MATOPIBA, que a partir do aprimoramento da logística de exportação de minérios e matérias-primas facilita a importação destes produtos para o mercado externo, sendo a China um de seus principais compradores. Segundo Carneiro (2008 *apud* SILVA, 2019), a Ásia, incluindo a China foi a maior importadora de soja produzida em Balsas, com 61,74% das importações em 2007.

A aliança entre o capital privado externo com o estado é característica “*de uma nova etapa de desenvolvimento do capitalismo mundial*” (ALVES, 1999, p. 10), categorizada como mundialização do capital. Surgida nos anos 80, esta nova fase do sistema capitalista é decorrente de determinações econômicas e principalmente políticas em que as decisões estarão em sintonia com quem possui o controle sobre o capital. Diante deste cenário de busca por domínio, a China tem promovido ações de expansão de seus domínios em escala mundial.

Enquanto consequência da internacionalização do capital, a globalização “*é, de certa forma, o ápice do processo de internacionalização do mundo capitalista*” (SANTOS, 2003, p. 12) e responsável pela emergência de um mercado global que possibilita a eficiência dos processos políticos atuais. Com a eficiência destes processos políticos, advém uma dominação mundial de uma nova oligarquia industrial financeira composta pelos países ditos desenvolvidos que colocam em marginalização os países considerados subdesenvolvidos.

Com base em Santos e Alves (2008), desta marginalização resulta o enfraquecimento das organizações locais, de forma que este mercado avassalador apaga as diferenças locais e passa a estimular o consumo. Com esta nova reestruturação do capital, a interação econômica é ponto de partida para o estabelecimento das ações hegemônicas.

É interessante mencionar que nesta etapa do capitalismo, a intercomunicação mundial estabelece acima de tudo uma universalização da lei do valor que vende as barreiras nacionais, em que a centralização do capital e da produção se estabelecem sem nenhum obstáculo, ressignificando as tradicionais fronteiras impostas pelos estabelecimentos dos estados nacionais e seus ordenamentos jurídicos próprios.

As compreensões de estado estarão assentadas nas contribuições de Pierre Bourdieu (2014) que promove uma teoria geral sobre o espaço social. De acordo com o autor, o estado é representado como um fetiche político, fundado por um princípio de universalização, unificação e instrumentalização da vida social. O estado é reconhecido como instância oficial que possui reconhecimento legítimo, isto é, detém o monopólio da violência simbólica e legítima em sociedades diferenciadas.

Ao analisar a transição do estado dinástico, que é baseado no direito de sangue, para um sistema de competência cultural e escolar, estas competências definem quem é ou não oficial, sendo os agentes oficiais aqueles que estão aptos em utilizar o recurso simbólico universal, que consiste em mobilizar e promover ações sobre aquilo que todo o grupo supostamente está de acordo. Sob o efeito de universalização, os agentes legitimados pelo estado transformam seus pontos de vista particulares em regras que se impõem sobre toda sociedade.

Deste modo, as ações da Secretaria de Estado do Meio Ambiente (SEMA) e de uma parte do judiciário do Maranhão, que são as entidades formadas por agentes oficiais do estado, desvelam a intencionalidade da aliança entre o capital e o Estado.

A zona “escolhida” para a instalação do empreendimento do TUP - São Luís atinge uma parte do manguezal do Cajueiro, uma área de 514.465 m² que deveria ser protegida com base na Lei 12.651/2012 do Código Florestal. Para a realização de um processo de desflorestamento nesse território, seria necessária a comprovação de utilidade pública de interesse social ou de baixo impacto ambiental, o que não é o caso, antes o contrário.

Por se caracterizar como um empreendimento de origem privada que utiliza investimentos de mesma natureza, o TUP - São Luís não se enquadra nas determinações exigidas pela Lei mencionada, porém um parecer jurídico emitido pela Assessoria Jurídica da SEMA, em 2018, descartou a necessidade do decreto de utilidade pública, permitindo assim a sobreposição do empreendimento às áreas de proteção ambiental afetadas. (Cf. SILVA, 2019)

O descarte do decreto revela uma possível autonomia concedida pelo estado a grandes empresas, que podem se sobrepor às determinações jurídicas impostas pela instituição. Nesta situação, o estado é considerado como agente espoliador (CHAVES, 2018), por agir em prol dos avanços do modo capitalista de produção em novos territórios, suprimindo os direitos políticos de homens e mulheres que integram estes territórios.

A fim de cumprir com a aparência da legalidade, a SEMA caracterizou o TUP como serviço público de transporte. Assim sendo, a WPR possui autorização para suprimir a área de proteção ambiental em Cajueiro. Além disto, para legitimar sua ação, o órgão estatal usou de um decreto de utilidade pública que pertence ao Distrito Industrial de São Luís (DISAL) correspondente as glebas Itaqui – Bacanga e Tibiri – Pedrinhas.

É de notório saber que mesmo estando situada nesta área, a comunidade Cajueiro possui o título condominial, o que a torna Zona Rural, além da Praia de Parnauaçu que é considerada uma APP e o Decreto apresentado pela SEMA diz respeito a uma zona industrial e não portuária. Este ocorrido deflagra mais uma das muitas bases inconsistentes nas quais ocorreu a concessão do Licenciamento Ambiental para a construção do TUP. Contraditoriamente, o órgão que deveria primar pela manutenção e preservação do meio ambiente, alinha-se aos interesses das grandes empresas e transformam-se em dispositivo de poder do grande capital.

Para o início das obras como as do Porto São Luís, além de uma Licença Ambiental exigida por causa da área em que o empreendimento irá se instalar, é necessário também a emissão de uma Licença de Instalação (LI). Tal LI só é expedida após o decreto de utilidade pública. No caso do empreendimento sobre a comunidade de Cajueiro a LI foi concedida antes da publicação do referido decreto. (Cf. SILVA, 2019).

A autora menciona que saiu um segundo decreto de utilidade pública de nº 002 de 30 de abril de 2019 referente às terras de Cajueiro, expedido bem depois da LI, o que lhe atribui um caráter de ilegalidade. Mesmo não sendo embargado foi assinado pelo secretário de Indústria Comércio e Energia quando, na verdade, deveria ser assinado pelo governador do estado. Até o presente momento, ainda não há notícias sobre a derrubada deste decreto, sendo assim ele pode ser acionado a qualquer momento para remoção das famílias, mesmo sendo nulo já que não é um ato jurídico perfeito.

É importante mencionar que o reconhecimento da utilidade pública do empreendimento não está ligada apenas à caracterização como transporte público, mas também por sua possibilidade de gerar empregos. Com base no Estudo de Impacto Ambiental e o Relatório de Impacto Ambiental (EIA – RIMA) e no Protocolo de Intenções

assinado entre Governo do Estado e WPR Gestão de Portos e Terminais Ltda é estimada a previsão de 820 empregos para a população do estado, sobretudo para os ludovicenses.

Ainda que fosse verídica esta afirmação, ela não justifica a devastação de uma importante área ambiental nem o deslocamento compulsório de uma comunidade histórica, que, além dos atributos étnicos, possui fragmentos arqueológicos registrados pelo Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) que contam um pouco da nossa trajetória.

As obras para edificação do porto estão avançando mesmo havendo uma série de ilegalidades no processo para sua instalação. Os avanços destas intervenções têm causado problemas ambientais irreversíveis em que as consequências poderão ser sentidas em curto e longo prazo. Danos irreparáveis são vistos na vida dos moradores da Comunidade Cajueiro.

O Estado, em suas múltiplas formas de agir (BOURDIEU, 2014), tem se aliado ao capital e, no caso em estudo, revelado sua “ação etnocida”. Como pontua Viveiros de Castro (2015), o etnocídio se caracteriza em

toda decisão política tomada à revelia das instâncias de formação de consenso próprias das coletividades afetadas por tal decisão, a qual acarrete mediata ou imediatamente a destruição do modo de vida das coletividades, ou constitua grave ameaça (ação com potencial etnocida) à continuidade desse modo de vida (VIVEIROS DE CASTRO, 2015, p. 01).

Desta forma, o conflito territorial que se desenrola em Cajueiro e em tantos outros locais no Brasil pode ser considerado como um caso explícito de etnocídio, uma vez que a não valorização dos processos de produção, saberes e culturas tradicionais ocorre de forma sistêmica, evidenciando assim o racismo institucional.

É imprescindível mencionar que este fenômeno está baseado em uma colonialidade de poder (QUIJANO, 2005), que está impregnado nas estruturas que formam os estados nacionais. A colonialidade do poder é um importante mecanismo estruturante nas sociedades formadas pela modernidade/colonialidade e opera a partir de noções eurocêntricas para definir padrões e classificações que auxiliam na manutenção dos privilegiados na hierarquia social e a exclusão/extinção dos inferiorizados

Dito isto, a situação em que a comunidade Cajueiro se encontra é reflexo de um processo histórico que classifica estes grupos étnicos como “condição minoritária” (VIVEIROS DE CASTRO, 2015) consequência direta da colonialidade. Esta condição minoritária condiciona-os à cidadania de segunda classe e, portanto, corpos alvos da necropolítica.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O conflito territorial que se desenvolve em Cajueiro revela um longo embate travado entre povos e comunidades tradicionais em confronto com projetos do grande capital e/ou por empreendimento do Estado, acentuando, na maioria das vezes, a aliança entre o estado e o capital.

O Estado aliado ao capital privado promove uma visão sobre o território distinta daquela produzida/vivenciada pelos sujeitos a ele pertencente. Esse confronto de lógicas aciona, nos dois lados, estratégias de domínios e resistências.

A Comunidade do Cajueiro tem resistido através da aliança com setores progressistas da Igreja Católica, das Universidades e dos movimentos populares da Ilha do Maranhão e realizado atos de mobilização e pressão junto aos órgãos públicos e a empresa detentora da “autorização” para explorar o seu território.

Organizados a partir de um ideal de solidariedade, os/as moradores/as de Cajueiro têm traçado planos que viabilizam a manutenção de seu território e, conseqüentemente, a continuidade de suas histórias. A busca pelo reconhecimento de um Zona Religiosa através do Terreiro do Egito, a criação da RESEX – TAUÁ MIRIM e a Proposta de Lei dos Pesqueiros são alguns das estratégias de lutas dessa comunidade para garantir o seu território e com ele a sua condição específica de ser e estar no mundo, como comunidade tradicional.

Essas lutas reforçam não só as identidades assumidas por homens e mulheres que fazem parte do território Cajueiro mas também a busca por uma cidadania e inclusão em uma sociedade que insiste em sua invisibilização. Mesmo diante de um cenário supostamente desfavorável, em que a obras para construção do porto avançam cada vez mais sobre o território, esses homens e mulheres desenvolvem diversos métodos com ajuda de seus apoiadores de luta em que incorporam uma identidade política, que tem o objetivo de resistir e demarcar seu lugar frente às ações do Estado em aliança ao capital global.

NOTAS

3 Disponível em: <https://agroecologia.org.br/2019/08/12/comunidade-do-cajueiro-ma-ameacada-de-despejo/>.

4 ALMEIDA, Daniela. **Racismo Ambiental e a distribuição racialmente desigual dos danos ambientais no Brasil**. Rio de Janeiro, 2015.

5 Disponível em: <https://www.emap.ma.gov.br/imprensa/noticia/governo-destaca-recorde-de-exportacoes-pelo-porto-do-itaqui> Acesso em: 05/12/2020.

6 Disponível em: <https://racismoambiental.net.br/2016/01/31/o-que-e-o-matopiba> Acesso em: 05/12/2020.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, D. **Racismo ambiental e a distribuição racialmente desigual dos danos ambientais no Brasil**. Rio de Janeiro, 2015.

ALMEIDA, S. L. de. **O que é racismo estrutural?** Belo Horizonte: Letramento, 2018.

ALVES, G. **O Que é a mundialização do capital: trabalho e mundialização do capital: a nova degradação do trabalho na era da globalização**. São Paulo: Editora Praxis, 1999.

BOURDIEU, P. **Sobre o Estado**. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

CHAVES, K. A. Colonialidade, exceção, espoliação e etnocídio: o caso dos atingidos à jusante da barragem de Belo Monte. **Revista Terra Livre**, ano 33, v. 2, n. 51, p.120-152, 2018.

CPT. Comissão Pastoral da Terra. **Relatório anual conflitos no campo Brasil 2019**. Goiânia, 2020.

HERCULANO, S. **Racismo ambiental, o que é isso?** Rio de Janeiro: Universidade Federal Fluminense, 2014. Disponível em: https://www.researchgate.net/profile/Selene_Herculano/publication/266344253_RACISMO_AMBIENTAL_O_QUE_E_ISSO/links/543746640cf2643ab9889338/RACISMO-AMBIENTAL-O-QUE-E-ISSO.pdf. Acesso em: 28 jul. 2020.

MARINHO, S.; MENDONÇA, B. Cajueiro revisitado: ou dez anos de relato crítico em construção. **Revista Pós Ciências Sociais**, v. 13, n. 26, jul./dez. 2016.

PACHECO, T. **Desigualdade, injustiça ambiental e racismo: uma luta que transcende a cor**. 2007. Disponível em: <https://racismoambiental.net.br/textos-e-artigos/desigualdade>

- injustica-ambiental-e-racismo-uma-luta-que-transcende-a-cor/. Acesso em: 28 jul. 2020.
- PEDRO, V. V. **Quem não pode com a formiga não assanha o Cajueiro**: necropoder, margens e interstícios da judicialização do conflito socioambiental na Comunidade do Cajueiro, em São Luís – MA. 2017. Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Maranhão (UFMA), São Luís, 2017.
- QUIJANO, A. Colonialidade do poder eurocentrismo e América Latina. *In*: LANDER, E. (org.). **A colonialidade do saber**: eurocentrismo e ciências sociais: perspectivas Latino-Americana. Buenos Aires: CLACSO, 2005.
- RANGEL, T. L. V. Racismo ambiental às comunidades Quilombolas. **Revista Interdisciplinar de Direitos Humanos**, Bauru, SP, v. 4, n. 2, p. 129–141, jul./dez. 2016.
- SANTOS, M. **Por uma outra globalização**: do pensamento único à consciência universal. 10. ed. Rio de Janeiro: Record, 2003
- SILVA, S. dos R. G. de A. e. **Histórias locais, projeto globais**: as tramas jurídicas e o processo ambiental do Porto São Luís em Cajueiro. 2019. Dissertação (Mestrado) - Universidade Estadual do Maranhão (UEMA), São Luís, 2019.
- VIVEIROS DE CASTRO, E. **Sobre a noção de etnocídio, com especial atenção ao caso brasileiro**. Museu Nacional, UFRJ, 2015. Disponível em: https://www.academia.edu/25782893/Sobre_a_no%C3%A7%C3%A3o_de_etnoc%C3%ADdio_com_especial_aten%C3%A7%C3%A3o_ao_caso_brasileiro. Acesso em: 23 set. 2020.

A RELIGIOSIDADE, TRAÇO CULTURAL DO LUGAR PINDAÍ, ILHA DO MARANHÃO - MA / BRASIL

**RELIGIOSITY, CULTURAL TRACE OF THE PLACE PINDAÍ,
ILHA DO MARANHÃO – MA / BRAZIL**

**RELIGIOSIDAD, HUELLA CULTURAL DEL LUGAR PINDAÍ,
ILHA DO MARANHÃO – MA / BRASIL**

Katiuse Mendes Lopes¹

Ana Rosa Marques²

Edelson Leitão Maciel³

RESUMO: Pindaí, geograficamente, insere-se em dois municípios: Paço do Lumiar e São José de Ribamar; ambos localizados na mesorregião norte maranhense e na microrregião da aglomeração urbana de São Luís, na Ilha do Maranhão. Trata-se, portanto, de um povoado limítrofe situado à margem da MA-201, na qual o processo de contiguidade da urbanização da capital maranhense se expandiu aos demais municípios da Ilha do Maranhão. Tem-se como objetivo geral deste trabalho olhar para os aspectos culturais voltados para a religiosidade étnica do povoado Pindaí, e como específicos o levantamento das principais religiões e a confecção do mapa de localização e identificação das manifestações religiosas do povoado. Utilizou-se predominantemente o método fenomenológico, a abordagem qualitativa, pesquisa bibliográfica, pesquisa de campo e laboratório para confecção dos mapas. Na atualidade, os traços culturais mais relevantes estão na presença e diversidade das religiões cristã e de matriz afro-brasileira.

Palavras-chave: Povoado Pindaí. Religião. Geografia Cultural.

ABSTRACT: Pindaí, geographically, is inserted in two municipalities: Paço do Lumiar and São José de Ribamar; both located in the northern mesoregion of Maranhão and in the microregion of the urban agglomeration of São Luís, on Island of Maranhão. It is, therefore, a neighboring town located on the edge of MA-201, in which the process of contiguity of the urbanization of the capital of Maranhão has expanded to the other

1 Pós-Graduada do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual do Maranhão (PPGEO /UEMA). E-mail: katiusemendes@gmail.com.

2 Professora Titular do Curso de Geografia e dos Programas de Pós-Graduação em Geografia Universidade Estadual do Maranhão (PPGEO/ UEMA). Analista ambiental do IBAMA/MA. E-mail: anclaros46@gmail.com.

3 Geógrafo pela Universidade Estadual do Maranhão (UEMA). E-mail: eddemaciel@gmail.com.

municipalities of Ilha do Maranhão. The general objective of this work is to look at cultural aspects, focused on the ethnic religiosity of the Pindaí village, and as specific objectives, to survey the main religions and make a map of the location and identification of the religious manifestations of the Pindaí village. The phenomenological method, the qualitative approach, bibliographic research, field research and laboratory were used predominantly to make the maps. Currently, the most relevant cultural traits are in the presence and diversity of the Christian religion and Afro-Brazilian matrix.

Keywords: Pindaí Village. Religion. Cultural Geography.

RESUMEN: Pindaí, geográficamente, se inserta en dos municipios, Paço do Lumiar y São José de Ribamar; ambos ubicados en la mesorregión norte de Maranhão y en la microrregión de la aglomeración urbana de São Luís, en la isla de Maranhão; se trata, por tanto, de una localidad vecina situada en el límite de la MA-201, en la que el proceso de contigüidad de la urbanización de la capital de Maranhão se ha expandido a los demás municipios de Ilha do Maranhão. El objetivo general de este trabajo es mirar los aspectos culturales, centrados en la religiosidad étnica de la aldea Pindaí, y como específicos: relevar las principales religiones y elaborar el mapa de ubicación e identificación de las manifestaciones religiosas de la aldea Pindaí. Para la elaboración de los mapas fueron utilizados predominantemente el método fenomenológico, el enfoque cualitativo, la investigación bibliográfica, la investigación de campo y el laboratorio. Actualmente, los rasgos culturales más relevantes se encuentran en la presencia y diversidad de la religión cristiana y la matriz afrobrasileña.

Palabras clave: Pueblo de Pindaí. Religión. Geografía cultural.

INTRODUÇÃO

O povoado Pindaí, objeto de estudo deste artigo, está inserido no limite entre dois municípios: Paço do Lumiar e São José de Ribamar; ambos integrantes da mesorregião norte maranhense e da microrregião da aglomeração urbana de São Luís (MARANHÃO, 1998), Ilha do Maranhão. Segundo Ferreira (2014, p. 21), esta terminologia considera a relevância dos aspectos geográficos, e ainda, segundo o (IMESC, 2011, p. 7):

É constituída pelos municípios de São Luís, São José de Ribamar, Paço do Lumiar e Raposa. Esta ilha encontra-se situada na Região Costeira do Estado do Maranhão e limita-se ao norte com o Oceano Atlântico; ao sul, com a baía de São José e o Estreito dos Mosquitos; a leste com a baía de São José e a oeste com a baía de São Marcos, nas coordenadas 02°22'23" e 02°51'00" Lat. Sul; 44°26'41" e 43°59'41" de Long. Oeste na feição geológica geomorfológica do Golfão Maranhense, sendo esta uma articulação regional da costa brasileira caracterizada por ser um grande e complexo sistema estuarino, destacando-se as baías de São Marcos e São José.

Trata-se, portanto, de um povoado limítrofe estabelecido à margem da MA-201. No sentido São Luís - São José de Ribamar, os moradores do lado direito da via são ribamarenses e os do lado esquerdo, luminenses.

Ressalta-se o intenso processo de urbanização em São Luís e como sua contiguidade é estendida aos demais municípios circunvizinhos da Ilha do Maranhão, com a presença do capital imobiliário devido à proximidade destes. Conforme o IMESC (2011), a situação constituiu-se, entre outros aspectos, como um reflexo das pressões dos grandes projetos industriais instalados na Ilha do Maranhão, a exemplo da ALUMAR e CVRD, partes integrantes do Programa Grande Carajás, que motivaram a migração de pessoas que visavam trabalhar nestas indústrias e em suas empreiteiras. Conseqüentemente, houve crescimento populacional em São Luís, e por conseguinte, “esse crescimento populacional estendeu-se aos municípios de Paço do Lumiar em 380%, e de São José de Ribamar em 160%” (IMESC, 2011, p. 32).

O município de Paço do Lumiar possui uma área territorial de 126,803 km² e uma população, segundo o último censo demográfico (IBGE, 2010), de 105.121 habitantes (IBGE, 2020), e delimita-se ao Norte pelo oceano Atlântico; a Oeste pelo município de São José de Ribamar; ao Sul pelo município de São José de Ribamar; e a Leste pelo município de São José de Ribamar (MARANHÃO, 1998).

O município de São José de Ribamar, por sua vez, possui uma área territorial de 180,233km² e uma população de 163.045 habitantes segundo o último censo demográfico (IBGE, 2010). Delimita-se ao Norte pelo oceano Atlântico e município de Paço do Lumiar; a Leste pelo município de Paço do Lumiar e Icatu; ao Sul pelos municípios de Rosário e Arixá; e a Oeste pelo município de São Luís (MARANHÃO, 1998).

Há uma proximidade muito forte dos municípios em relação à capital maranhense (São Luís). “Paço do Lumiar dista 22,42 (km) e São José de Ribamar 27,4 (km), uma distância em linha reta dos respectivos municípios à capital” (IMESC, 2010, p. 20). Assim, em face desta proximidade, os municípios da ilha como continuidade da capital perpassam pelo processo de crescimento demográfico e de urbanização, como verificado nos dados do IMESC. Esta expansão estende-se aos demais municípios da Ilha, constituindo características definidas de urbanização que permeiam o lugar.

Pindaí vivência transformações de urbanização decorrentes da expansão imobiliária pela inserção e presença de empresas em um processo de transformação socioambiental do lugar. É neste contexto de transformações de aumento demográfico, associado ao deslocamento através da rodovia (MA – 201), que a pressão imobiliária configura espacialmente o povoado. Assim, tem-se como objetivo geral deste trabalho um olhar para os aspectos culturais voltado para religiosidade étnica do povoado Pindaí; e como específicos o levantamento das festividades religiosas e a confecção do mapa de identificação das manifestações religiosas do lugar. Utilizar-se-ão predominantemente o método fenomenológico, a abordagem qualitativa, pesquisa bibliográfica, pesquisa de campo e laboratório para confecção dos mapas. Apresenta-se abaixo a tabela (Quadro 1), com o quantitativo das entrevistas realizadas, datas e os sujeitos sociais abordados.

Quadro 1. Entrevistas dos Sujeitos Sociais - Terreiros.

ENTREVISTA (Sujeito Social)	TERREIROS	DATA
Mãe de Santo	Mina	29/02/2020
Mãe de Santo	Mina	25/02/2020
Pai de Santo	Umbanda	25/02/2020
Mãe de Santo	Umbanda	25/02/2020

Fonte: Elaboração Própria dos Autores. (2020).

Na atualidade, os traços culturais mais relevantes estão na presença e diversidade das religiões cristã e de matriz afro-brasileira. Este artigo está inserido na pesquisa de dissertação do Programa de Pós-Graduação em Geografia, Natureza e Dinâmica do Espaço/UEMA, tratando-se assim de atividade de campo, com as observações feitas *in loco*, as coletas de dados geográficos feitas com uso do aplicativo *Locus Map*, para elaboração de mapas temáticos com uso do SIG e do *Google Earth*. Para Pindaí, adota-se a terminologia de povoado conforme o Plano Diretor do município de São José de Ribamar, devido às informações claras apresentadas e também pelas características presentes no lugar, embora com marcas de transformações advindas do processo de urbanização, como crescimento demográfico, presença de residenciais e do quantitativo maior de comércios.

Consoante o supracitado Plano Diretor, Pindaí está inserido em uma Zona Residencial – ZR 08, categorizado como povoado, para tornar visível a informação referente à categoria equivalente a Pindaí. Abaixo, a classificação estabelecida pelo IBGE referente às categorias rural e urbano no censo demográfico (2011, p. 11-12):

5 - Aglomerado rural (povoado) - Setor rural situado em aglomerado rural isolado sem caráter privado ou empresarial, ou seja, não vinculado a um único proprietário do solo (empresa agrícola, indústria, usina etc.), cujos moradores exercem atividades econômicas no próprio aglomerado ou fora dele. Caracteriza-se pela existência de um número mínimo de serviços ou equipamentos para atendimento aos moradores do próprio aglomerado ou de áreas rurais próximas (IBGE, 2011, p. 11-12).

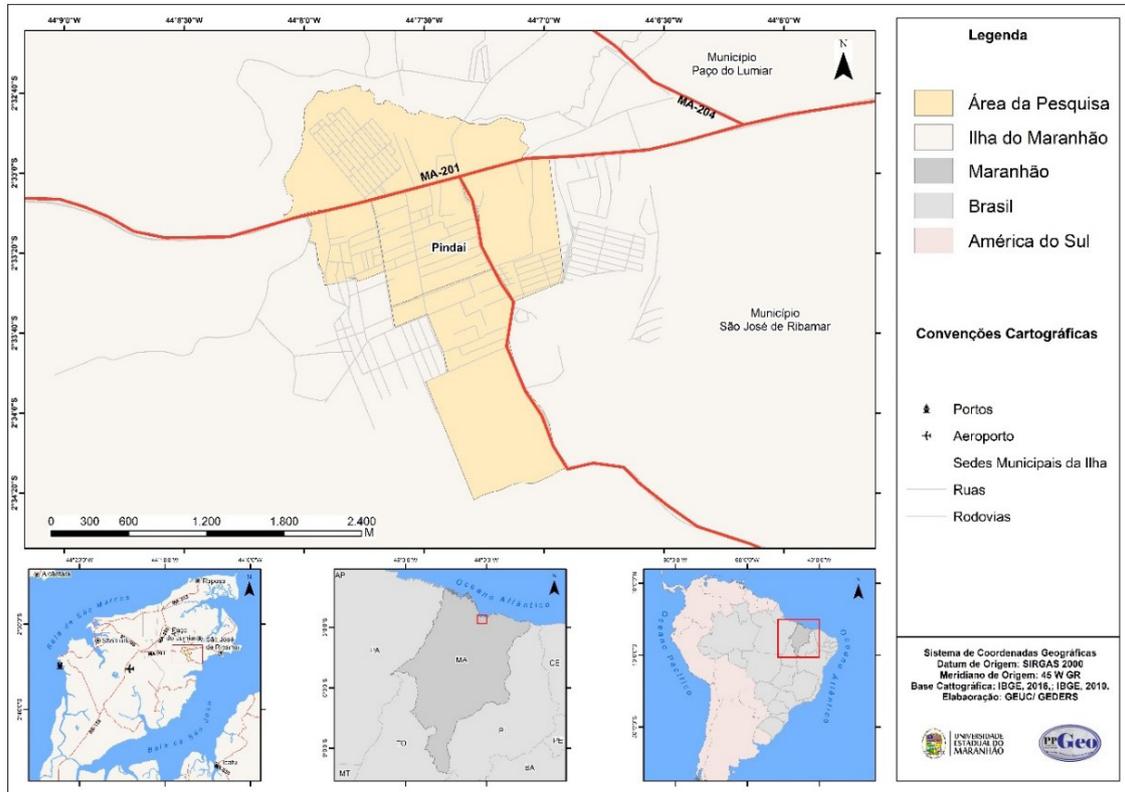
A classificação do IBGE no item 05 (aglomerado rural - povoado) permite, junto ao Plano Diretor de São José de Ribamar, identificar Pindaí como povoado com características acentuadas de urbanização pela presença de empreendimentos privados. Todavia, assertivamente denomina-se povoado, pois não está inserido na área de perímetro urbano e nem da área considerada em expansão urbana, e por apresentar permanência das ruralidades no lugar e no modo de viver dos moradores.

Para confecção do Mapa de localização do povoado Pindaí, utilizou-se do conhecimento/ informação obtida através da entrevista com Louridane Brito da Cruz, ex-presidente da Associação beneficente Califórnia – Pindaí, e agente de saúde do município de Paço do Lumiar; e também da entrevista com Ambrozio Bispo da Costa, morador do povoado no auge dos seus 86 anos, “nascido e criado” em Pindaí, conforme dito popular. Utilizou-se dos dados do Plano Diretor do Município de Paço do Lumiar (2007) e São José de Ribamar (2005), e dos geocódicos do IBGE.

Assim, a partir da experiência dos sujeitos espaciais e dos dados coletados e apresentados no parágrafo anterior, configurou-se o povoado Pindaí como pertencente ao município de Paço do Lumiar. A partir do Portal do Paço II na rodovia MA-201, seguindo até o Wang Park no limite do antigo rio conhecido popularmente como Riozinho, devido a sua espessura - onde os moradores à sua margem em homenagem denominaram de Riozinho também o seu povoado -, segue-se em direção ao Sítio da senhora Iara, onde se encontra a Estrada de Paço do Lumiar, na via de acesso ao povoado de Mercês, fechando o perímetro na construção do Portal do Paço II com a delimitação do povoado Pindaí neste município.

Já na delimitação do lado de São José de Ribamar, seguindo o Mapa do Plano Diretor Participativo do município (2005), Pindaí está identificado como um Povoado, localizado no

P235 de coordenadas UTM 597558.77, 9718093.94 e na ZR8 (Zona Residencial 8). Limita-se a Norte pela MA-201, com o Pindaí do lado de Paço do Lumiar, a Oeste com o Povoado Vila Iraque, a Sul com o Povoado Alto dos Macacos e a Leste com o Povoado Riozinho. Abaixo, a delimitação territorial visualizada no mapa (Figura 1) de localização do Povoado Pindaí.



Fonte: Elaboração Própria dos Autores. (2020).

Figura 1. Mapa de Localização do Povoado Pindaí.

CAMINHAR PELO LUGAR

Para estudiosos da geografia humanista, caminhar por um lugar é uma possibilidade de percorrer os traços conceituais deste a partir da intencionalidade de apreender, pelo viés cultural da relação do ser-estar-no-mundo, através da experiência vivida enquanto sujeito que revela o fortalecimento da existência no caminhar.

Entende-se que o caminhar retrocitado está entrelaçado à experiência, posto que, ao se colocarem os pés no lugar, com aportes que justifiquem e demonstrem a importância intrínseca à ciência geográfica – e também às demais ciências como a filosofia, psicologia, sociologia, entre outras –, percebe-se a confluência entre o experienciado no mundo fenomênico e os conhecimentos que permitem a análise.

A confluência retrocitada entre saberes acadêmicos e vivências experienciadas explicam a dimensão da identidade do sujeito atrelada ao lugar no decorrer da existência temporal, e que traz o desvelamento do lugar da memória. Este entrelaçamento de um confluente de elementos do caminhar humano é vislumbrado ao pisar no lugar, pois cada ser no mundo possui um lugar onde dentro de uma temporalidade transcorrem os périplos do existir.

Para este caminhar traz-se o arcabouço já teorizado, a partir da leitura de Corrêa (2000), que contextualiza a geografia enquanto disciplina institucionalizada adentrando as universidades europeias. Já na década de 50, calcada no positivismo lógico, tem-se a Geografia Tradicional baseada na revolução teórica-quantitativa. Na década de 70 surge a Geografia Crítica, concebida em bases epistemológicas advindas do materialismo histórico-dialético. Pode-se neste diapasão evocar a Geografia Humanista, com raízes epistêmicas nas filosofias do significado, especialmente a fenomenologia e o existencialismo e que, consoante Corrêa:

Está assentada na subjetividade, na intuição, nos sentimentos, na experiência, no simbolismo e na contingência, privilegiando o singular e não o particular ou o universal e, ao invés da explicação tem na compreensão a base de inteligibilidade do mundo real. E o lugar passa a ser o conceito-chave mais relevante (CORRÊA, 2000, p. 30)

O lugar na geografia, desde os primórdios da vertente humanista em apreço, foi sempre a essência propriamente dita da ciência geográfica (OLIVEIRA, 2014, p. 15). Ainda nesse pensar, para Mello (2014, p. 65), os geógrafos humanistas trabalham o conceito lugar a partir do sentimento e do entendimento, apontando a sua multidimensão e as diversas vias para sua compreensão. Neste entendimento da valorização do lugar adentra-se o conceito, a partir do ensaio de Werther Holzer (2014, p. 282):

“Lugar” referenciado ao aporte fenomenológico como apropriado pelos geógrafos humanistas, ou seja, o “lugar” que trata da experiência intersubjetiva de espaço (mundo) em seus fundamentos, quais sejam, distâncias e direções a serem vencidas fisicamente ou na imaginação, sobre um determinado suporte que podemos chamar de “espaço geográfico”, constituindo-se a partir das vivências cotidianas como um centro de significados, onde experimentamos intensamente o que pode ser denominado de geograficidade”.

Empregando o aporte fenomenológico na leitura da essência do ser e constituindo o lugar a partir da vivência do dia-a-dia, da experiência do ser-estar-no-mundo, imanado na colocação de Marandola Júnior (2014, p. 229-230), o lugar se refere à mundanidade de nosso cotidiano, e por isso ele é fundamental quando pensamos o ser-no-mundo e a existência, confirmando o lugar enquanto essência da experiência e da existência.

A geografia, como estuda também o lugar, sedimenta (e ao mesmo tempo transcende) sua abordagem naquelas observações particulares para esclarecer as maneiras como os seres humanos se relacionam com o mundo. Lugar implica continuidade (OLIVEIRA, 2014).

Seguindo este pensar disserta Relph (2014, p. 20) que, uma vez que lugar é o fenômeno da experiência, seria apropriado que ele fosse explicado por meio de uma rigorosa abordagem fenomenológica que havia sido desenvolvida por Husserl e Heidegger. Uma abordagem que fundamente os estudos de Yi-Fu Tuan, David Seamon, Anne Buttimer, Edward Relph, dentre outros.

Acrescente-se ao rol supramencionado os nomes de Ana Rosa Marques, João Baptista Ferreira de Mello, Lívia de Oliveira, Zeny Rosendahl e Werther Holzer; estudiosos que alicerçam a reflexão da geografia a partir do lugar. Nesse processo, com suas obras

e intervenções na orientação da qualificação para melhorar o presente trabalho, evoco o contributo do professor José Eduardo Marandola Júnior, bem como o professor José Arilson Xavier de Souza, que de forma significativa ajudaram a ampliar o horizonte da pesquisa.

Nesta perspectiva, Tuan, (1930, tradução 2013, p. 17), traz a relevância da concepção da experiência como “um termo que abrange as diferentes maneiras por intermédio das quais uma pessoa conhece e constrói a realidade”. A partir da experiência dos anos vividos e sua inteligibilidade que o indivíduo visualiza o mundo exterior, concebe internamente, toma decisão e age. “Essas maneiras variam desde os sentidos mais diretos e passivos como o olfato, paladar e tato, até a percepção visual ativa e a maneira indireta de simbolização” (TUAN, 2013, p. 17)

O mesmo autor aborda a Geografia Humanista como a “interpretação da experiência humana em sua ambiguidade, ambivalência e complexidade”, e assim pretende “esclarecer o significado dos conceitos, dos símbolos e das aspirações, à medida que dizem respeito ao espaço e ao lugar” (TUAN, 1985, p. 162).

[...] o lugar é uma unidade entre outras unidades ligadas pela rede de circulação; [...] o lugar, no entanto, tem mais substância do que nos sugere a palavra localização: ele é uma entidade única, um conjunto ‘especial’, que tem história e significado. O lugar encarna as experiências e aspirações das pessoas. O lugar não é só um fato a ser explicado na ampla estrutura do espaço, ele é a realidade a ser esclarecida e compreendida sob a perspectiva das pessoas que lhe dão significado (TUAN, 1979, p. 387).

Cabe ainda conceber que o lugar, embora não habitado, mas percebido, experienciado pelos sentidos e sentimentos permite-nos significá-lo como lugar. A professora Lívia de Oliveira contribui nesse sentido com a seguinte concepção de lugar:

A concepção atual de lugar é de tempo em espaço; ou seja, lugar é tempo lugarizado, pois entre espaço e tempo se dá o lugar, o movimento, a matéria. A partir da experiência, do habitar, do falar e dos ritmos e transformações. É o lugar experienciado como aconchego que levamos dentro de nós. Ou o lugar consciente do tempo social histórico, recorrente e mutável, no transcorrer das horas do tempo em um espaço sentido dentro de um lugar interior ou exterior (OLIVEIRA, 2014, p. 5-16).

Esse “lugar faz parte de nosso cotidiano e como é a partir dele que nos inserimos no mundo”, é também nele que “nos identificamos, ou nos lembramos, constituindo assim a base de nossa experiência no mundo”, de acordo com Marandola Júnior (2014, p. 228). Em uma relação dialógica com a subjetividade e a coletividade, com o interior e o exterior, com o particular e o universal, é no lugar onde tanto conflui a experiência cotidiana como também onde essa experiência se abre para o mundo, sendo núcleo de significado que se estende em suas ligações, entrelaçado enquanto ser à nossa própria existência. “É onde cada um de nós se relaciona com o mundo e onde o mundo se relaciona conosco” (RELPH, 2014, p. 31).

Nesse sentido, “é igualmente importante compreender que é por meio de lugares que indivíduos e sociedades se relacionam com o mundo, e que essa relação tem potencial para ser ao mesmo tempo profundamente responsável e transformadora” (RELPH, 2014, p. 27). Trata-se de um signo constante de reconciliação sociofísica não apenas de razões, mas também de emoções (OLIVEIRA, 2014).

Conforme salienta Mello (2014, p. 39), “a cama, a casa, a rua e o bairro são lugares eleitos e demarcados a partir de nossas experiências diretas”; e ainda se configuram como “símbolos referenciais, significados e permanência contribuem para forjar o sentido de lugar”.

A relação de apego, de sentir-se bem e criar laços afetivos com o lugar identificada por “Topofilia”, é uma terminologia trazida por Gaston Bachelard (1989) e também empregada por Yi-Fu Tuan (1980): “É o elo afetivo entre a pessoa com o lugar ou ambiente físico, vivido e concreto como experiência pessoal, de pertencimento”. Pode-se denominar amor ao lugar, visto que segundo o mesmo autor, “o lugar pode adquirir profundo significado para o adulto mediante o contínuo acréscimo de sentimento ao longo dos anos”, ou ainda aquilo que começou como um espaço indiferenciado termina como um único objeto-situação ou lugar (TUAN, 1930, tradução 2013, p.47).

O sentimento supramencionado, quando se intensifica, revela outras dimensões da subjetividade, como pertencimento e afetividade, e paradoxalmente pode gestar aspectos opostos, a saber: estranhamento, rejeição, ausência de valor, apego e afetividade.

Esta dimensão antagônica da seara dos sentimentos pode ser compreendida por “Topofobia”, e encerra em sua manifestação uma aversão ao lugar. Neste direcionamento conceituado por Relph (1979, p. 107) como “deslugar”, no convívio, as paisagens artificiais, interpretadas como feias, transformam-se em belas e agradáveis, ou seja, lugares.

Na complexidade e diversidade do ser diante das emoções, situações, vazios de significar e ressignificar a vida, o lugar é um mundo de significados organizados, a um tempo estático e a outro dinâmico; são caminhos que se tornam lugares significativos, outrossim, onde vivemos, nossa residência, nosso bairro inteiro, se tornam um lugar para nós, não importa se é um local natural ou construído, o homem se liga ao lugar quando este adquire um significado mais profundo ou mais íntimo (OLIVEIRA, 2014, p. 11- 12).

Ao tecer esse subtópico Traços Culturais do Pindaí, nota-se claramente a relevância desta temática, na Ciência Geográfica, através do aporte intelectual trazido pela corrente humanista ao compreender e dar importância às relações afetivas e dos sujeitos com o lugar e sua cultura.

TRAÇOS CULTURAIS DO PINDAÍ

Em relação à origem do povoado Pindaí, Miranda (2009, p. 04), ao descrever a história do município de São José de Ribamar, ressalta que “antes da chegada dos europeus, era somente um pedaço de ilha habitado por índios Gamela. Viviam da caça, da pesca e da agricultura”.

As condições geográficas existentes permitiam aos Gamelas viver nestas terras, originando povoados, a exemplo de Pindaí, cujo nome é de origem indígena e significa Água do Anzol, do Tupi Guarani pindá – ouriço e anzol, somado ao ‘i’ í- dizer e ‘i’ água (BARBOSA, 1951, p. 123).

Já sujeitos espaciais relatam outras interpretações para a origem desse nome, como Louridane Brito da Cruz: “águas que correm”; e Suelma Cristina Mariano Farias: “Rio do Anzol de origem indígena, então, entendo que o nome do Pindaí vem do Rio que era muito bonito e servia tanto para banho quanto pra pesca”.

A história contada também por seus moradores, revela que a renda das famílias consistia basicamente da agricultura, da pesca e do coco babaçu. Atualmente estas atividades ainda se mantêm, com exceção do coco babaçu numa perspectiva de complementaridade associada às outras atividades. A água para consumo e lazer provinha do rio Santo Antônio, conhecido no lugar por rio Pindaí.

O rio Santo Antônio nasce no bairro Cidade Operária onde estão as maiores altitudes da sua bacia hidrográfica” Bezerra *et al.* (2001), esse rio possui outras denominações como Santo Antônio e Rio São João, que localiza-se na porção Nordeste da Ilha do Maranhão, compreendendo o município de Paço do Lumiar, parte de São José de Ribamar e de São Luís. O leito do rio está sofrendo um processo de degradação ambiental em virtude do lançamento de efluentes domésticos, assoreamento, contaminação e poluição das águas, comprometendo assim seu potencial de múltiplos usos (MACEDO, 2011, p. 109).

Areligiosidade do Pindaí, que tradicionalmente consistia da Igreja Católica e Terreiros de Mina, nos últimos anos expandiu o leque da fé, acentuado de maneira significativa com o crescente número de Igrejas, em sua maioria neopentecostais (Igreja Adventista; Igreja Assembleia de Deus; Igreja Batista Nacional Visão Eternidade no Pindaí; Igreja Congregacional; Igreja Sarah Nossa Terra; Igreja Católica de Santo Antônio – ligada a Paróquia do Sagrado Coração de Jesus Moropóia/ São José de Ribamar); e os terreiros de religiões de matriz africana, como Tambor de Mina e Umbanda, com representatividade no Povoado Pindaí. Segundo Ferreti (2002), as denominações religiosas comumente encontradas nos terreiros maranhenses são:

As denominações religiosas mais encontradas em terreiros maranhenses são: tambor de mina, a mais antiga e conhecida na capital; o terecô, a mais antiga no interior; a cura (pajelança de negros), bastante antiga na capital e no litoral do estado, especialmente na região de Cururupu; a umbanda, mais difundida no Maranhão após 1960, com a fundação em São Luís da “Federação de Umbanda e Cultos Afro-brasileiros”; e o candomblé, de penetração mais recente. Fora da capital maranhense alguns terreiros se apresentam ainda como de macumba (denominação muito usada no passado, no Rio de Janeiro), apesar desse termo ter se tornado pejorativo e hoje ser mais usado como sinônimo de feitiçaria (FERRETTI, 2002, p. 13).

Por meio das observações de campo, foi constatado o isolamento das manifestações religiosas e o enfraquecimento da fé popular oriunda da festividade e prática da Igreja Católica. Uma outra relação existente é a sacro-profana que, segundo Souza (2009, p. 38), trata-se da compreensão do acontecimento de processos, encontros e misturas culturais no mundo atual, cada vez mais heterogêneo, nos levando ao entendimento de que sagrado e profano podem, por ventura, ser analisados em conjunto num mesmo recorte espacial - como “espaços sacro-profanos” -, não sendo gerada necessariamente esta separação, característica atrelada à festa religiosa do padroeiro Santo Antônio, em que havia a promoção de seresta organizada por donos de bares/quitandas (Patoca, Raimundo, Sidney) e o repasse de um percentual do lucro à Igreja após o término da festa.

O isolamento das Igrejas e dos terreiros é notado por atividades religiosas e assistenciais promovidas por seus membros/participantes e para eles. Na prática dos terreiros, existe a mesma lógica do isolamento apreendido na entrevista, na qual os termos “obrigação” e “segredo” foram fortemente utilizados, observando uma preocupação com o desenvolvimento único da sua atividade, embora perceba-se autêntica e urgentemente, conforme relato dos entrevistados, a necessidade da promoção da coletividade para proteção da natureza, para o bem do povoado e para a própria continuidade dos ritos das oferendas realizados em mata, mar e rio aos seus “Guias”, entidades do terreiro de Mina e Umbanda.

Quando questionados sobre a ação coletiva para ações de proteção, foram unânimes ao dizer que isso não é possível devido às matrizes distintas do culto, em relação às linhas (branca e negra) e aos terreiros (mina e umbanda). Essa relação de individualidade, entendida numa pretensão de manter a identidade individual, parece prejudicar o envolvimento e fortalecimento de forças importantes da coletividade no povoado.

Trata-se de uma provocação dessas manifestações culturais para a identidade e coletividade do lugar, como cenário de manutenção da tradição com um renovo para atuar de forma efetiva nos desafios presentes para o bem comum da vida. Sobre o Terreiro de Umbanda, Venilson Alves Brito (conhecido como Vênis) e sua mãe Onésima Alves Brito (conhecida como Morena), permitiram o registro fotográfico (Figura 2). Este apresenta uma forma peculiar de casa onde a construção foi implementada pela doação de participantes/beneficiários do culto, com alcance da resolução de problemas de saúde e financeiros.

Na fala, as entidades provocam um tipo diferente de construção em forma circular, uma “oca”, assim como no Terreiro de Mina de Dona Dica, em que as entidades orientam material mais rústico (ex. do “chão pisado”, enquanto expressão para identificar a ausência de piso/lajota pelo barro compactado).



Fonte: Elaboração Própria dos Autores. (2020).

Figura 2. Terreiro de Umbanda.

Foi observado, conforme Ferreti (2002), a existência do sincretismo religioso dos Terreiros e da Igreja Católica com a presença de imagens de santos (Figura 3) de devoção popular da religião cristã presentes nas religiões de matriz africana. Em relação ao culto são nítidas as peculiaridades e diversidades com adaptações regionais, mantendo-se, no entanto, a essência.

O Sincretismo ocorrido entre as crenças indígenas e o sistema católico foi fruto notadamente das investidas jesuíticas em seu afã evangelizador. No caso dos africanos, estes exerceram um papel de protagonistas, ao buscarem formas de continuar a cultuar suas divindades. Para tanto, buscaram uma espécie de meio-termo entre seu real panteão e o sistema dos santos católicos introduzidos pelos padres ibéricos (ROMÃO, 2018, p. 362).



Fonte: Elaboração Própria dos Autores. (2020).

Figura 3. Imagens do Catolicismo – Sincretismo.

Em relação a definição de religião concorda-se com Donzellini (2016, p. 11), em que “é a atitude de uma pessoa em relação ao Sagrado - Deus que se comunica com a humanidade. É necessário acreditar na existência de Deus, reconhecer que somos criaturas e temos um Criador que nos ama e quer se comunicar conosco”. E ainda “o homem toma conhecimento do sagrado porque ele se manifesta, se mostra como algo absolutamente diferente do profano”, conforme Eliade (2008, p. 17).

Essa busca pelo Sagrado é inerente à espécie humana enquanto seres religiosos, diante da crença individual que se comunica numa coletividade. No povoado Pindaí, vislumbra-se essa busca nos Terreiros de Mina e Umbanda, e nas Igrejas Cristãs.

Nas Igrejas Cristãs, têm-se uma pluralidade Pentecostal e Neopentecostal, esta última cada vez mais apresentando quantitativo crescente no povoado. No entanto, algumas características tornam-se marcantes e presentes, como a já mencionada anteriormente, que trata da individualização das ações promovidas por seus membros/participantes e para estes especificamente.

Neopentecostal, quanto menos sectária e ascética e quanto mais liberal e tendente a investir em atividades extra-igreja (empresariais, políticas, culturais, assistenciais), sobretudo naquelas tradicionalmente rejeitadas ou reprovadas pelo pentecostalismo clássico, mais próxima tal hipotética igreja

estará do espírito, do ethos e do modo de ser das componentes da vertente neopentecostal (MARIANO, 1995 *apud* MORAES, 2010, p. 37). Algumas características marcantes do neopentecostalismo (dízimo, administração empresarial da fé, teologia da prosperidade, aceitação da autoridade, fanatismo e intolerância, proselitismo, igreja eletrônica, desvalorização do compromisso social e político (*apud* DONZELLINI, 2016, p. 45).

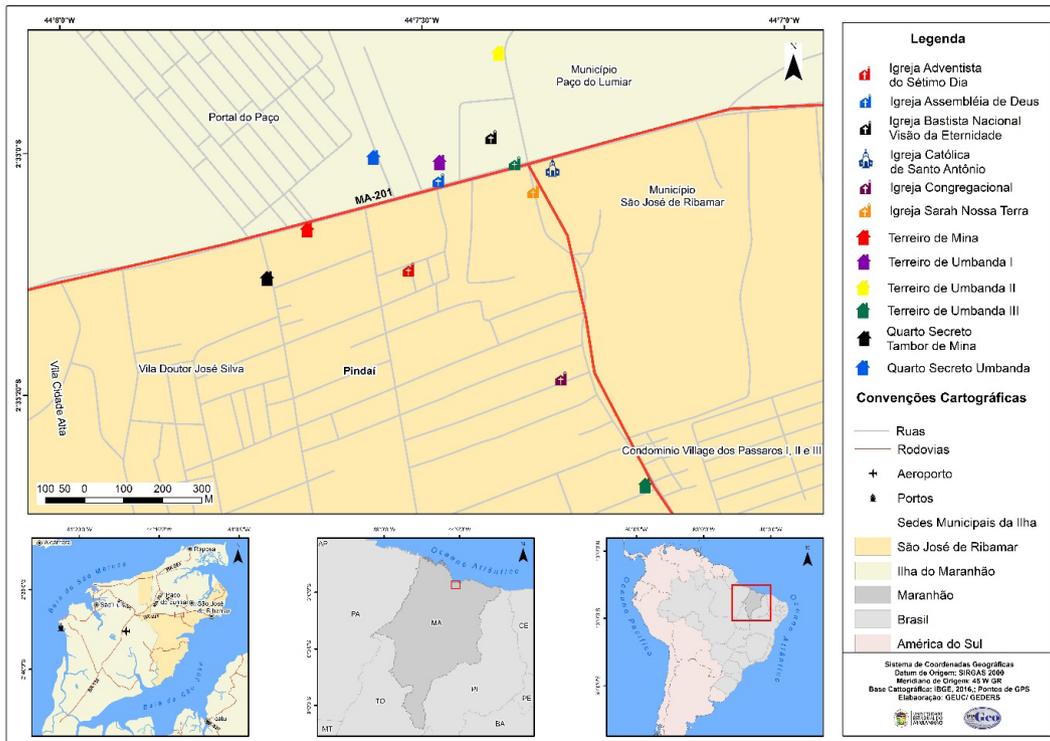
Diante do exposto, um olhar sobre as manifestações culturais existentes no povoado Pindai é composto claramente pela crença oriunda do processo histórico vivenciado pela religiosidade dos Terreiros de Mina e Umbanda, da Igreja Católica (A), seguida da Igreja Assembleia de Deus (B), da Igreja Adventista (C), da Igreja Batista (D), da Igreja Congregacional e da Igreja Sarah Nossa Terra. As igrejas são constituídas por pessoas, que acentuam suas relações sociais ou as desfazem, permeando também o processo da construção das Igrejas/templos (Figura 4) que alteram a paisagem do lugar.



Fonte: Elaboração Própria dos Autores. (2020).

Figura 4. Mosaico das Igrejas/templos

Neste sentido, traz-se a identificação das manifestações culturais do Povoado Pindai, voltada à religiosidade étnica dos sujeitos espaciais, no mapa de Identificação das Manifestações Religiosas (Figura 5). Na espacialização do mapa identificam-se três terreiros de Umbanda e um quarto de secreto, um terreiro de Mina e um quarto de secreto; as igrejas Cristãs totalizam cinco e possuem proximidade entre si quanto à localização apenas, sem a vivência de um diálogo ecumênico, mas cada representatividade consegue manifestar-se de acordo com seu credo. Em seguida, apresentam-se os traços socioambientais nesta composição do lugar.



Fonte: Elaboração Própria dos Autores. (2020).

Figura 5. Mapa de Identificação das Manifestações Religiosas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Povoado Pindaí, em sua constituição enquanto lugar, possui características específicas devido ao seu território e sua gente, numa composição histórica e presente representada pelas transformações no espaço e na relação social do sujeito. Este sujeito, por sua vez, modifica e se deixa metamorfosear sem reflexão sobre as melhorias e prejuízos dessas alterações, associadas à rapidez com que o processo ocorre e a imponência hierárquica dos projetos instalados no lugar, sem a participação efetiva dos moradores para que haja consonância com a história, cultura e ambiente.

Na perspectiva do olhar sobre os aspectos culturais do Povoado Pindaí, alinhado à construção mais representativa da relação pessoal e interpessoal constituída na busca pelo Sagrado, enquanto ser religioso num ritmo temporal desacelerado, entretanto, sem uma atitude prática de busca e vivência da coletividade das Igrejas e Terreiros do povoado, foi uma oportunidade de conhecê-lo em seus diversos aspectos, principalmente o da religiosidade, e perceber que sempre se aprende e há algo a aprender

Primar pela qualidade de vida dos sujeitos sociais em sintonia com a natureza ainda existente não constitui uma tarefa fácil, mas um desafio, destacado na conjuntura atual de resquícios de individualismo/isolamento das Igrejas e Terreiros demarcados por suas cercas e muros. Tão pouco as melhorias necessárias para o Povoado são implementadas por parte da religiosidade presente no lugar.

A continuidade de estudos na área é necessária para aprofundar os conhecimentos em parceria com os sujeitos sociais, capazes de tornar efetivas as ações no povoado. Portanto,

o conhecimento, autorreflexão e gestão participativa com ênfase na atuação consciente dos sujeitos sociais, são particularmente importantes neste ensaio de provocação às forças vivas das Igrejas e Terreiros, para uma promoção coletiva da construção de uma reconfiguração espacial, com qualidade de vida aos seus moradores e preservação do ambiente, visto ser primordial e possível o cuidado e a conservação da natureza com passos firmes, um de cada vez: individual e coletivamente em equilíbrio com o lugar.

REFERÊNCIAS

- BARBOSA, A. L. **Pequeno vocabulário tupi-português**. Rio de Janeiro: Livraria São José, 1951.
- BACHELARD, G. **A poética do espaço**. São Paulo: Martins Fontes, 1989.
- CORRÊA, R. L. Espaço, um conceito-chave da Geografia. In: CASTRO, I. E. de; GOMES, P. C. da C.; CORRÊA, R. L. (org.). **Geografia: conceitos e temas**. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.
- DONZELLINI, M. **O fenômeno religioso: ser católico no meio do pluralismo religioso**. Brasil. São Paulo: Paulus, 2016. Coleção Cadernos Catequéticos.
- ELIADE, M. **O sagrado e o profano**. São Paulo: Martins Fontes, 2008.
- FERREIRA, A. J. A. **A produção do espaço urbano de São Luís do Maranhão: passado e presente, há futuro**, Brasil, Maranhão. São Luís: EDUFMA, 2014.
- FERRETI, S. Andressa e Dudu: os Jeje e os Nagô: apogeu e declínio de duas casas fundadoras do tambor de mina maranhense. In: SILVA, V. G. da. (org.). **Caminhos da Alma**. São Paulo: Summus, 2002.
- HOLZER, W. Mundo e lugar: ensaio de Geografia. In: MARANDOLA JÚNIOR, E.; HOLZER, W.; OLIVEIRA, L. de. **Qual o espaço do lugar?: geografia, epistemologia, fenomenologia**. São Paulo: Perspectiva, 2014. p. 281-304.
- IBGE. **Base de informações do Censo Demográfico 2010: resultados do universo por setor censitário**. Rio de Janeiro: Documentação do Arquivo, 2011.
- IBGE. **Cidades: Paço do Lumiar**. 2010. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ma/paco-do-lumiar/panorama>. Acesso em: 01 set. 2020.
- IBGE. **Cidades: São José do Ribamar**. 2010. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ma/sao-jose-de-ribamar/panorama>. Acesso em: 01 set. 2020.
- IMESC. **Anuário estatístico do Maranhão: 1968**. São Luís: IMESC, 2010. v. 1. Disponível em: http://www.imesc.ma.gov.br/temp/docs/anuario_2010.pdf. Acesso em: 11 set. 2020.
- IMESC. **Situação ambiental da Ilha do Maranhão**. São Luís: IMESC, 2011.
- MACEDO, L. A. A. de. **A urbanização da Ilha de São Luís e seus impactos ambientais nos recursos hídricos**. São Luís: EDUEMA, 2011.
- MARANDOLA JÚNIOR, E. Lugar enquanto circunstancialidade. In: MARANDOLA JÚNIOR, E.; HOLZER, W.; OLIVEIRA, L. de. **Qual o espaço do lugar?: geografia, epistemologia, fenomenologia**. São Paulo: Perspectiva, 2014. p. 227-248.
- MARANHÃO (Estado). Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos. Coordenadoria de Programas Especiais. Programa Estadual de Gerenciamento Costeiro. Macrozoneamento do Golfão Maranhense; Diagnóstico **Ambiental da microrregião da aglomeração urbana de São Luís: estudo socioeconômico e cultural**. São Luís: Sema/MMA/PNMA, 1998.
- MIRANDA, A. J. F. **São José de Ribamar: nossa história, nossa cultura e nossa gente**.

- Ilustrações Jesus Santos. São Paulo: Cortez, 2009. Coleção nosso município.
- MELLO, J.B.F. de. O triunfo do lugar sobre o espaço. *In*: MARANDOLA JÚNIOR, E.; HOLZER, W.; OLIVEIRA, L. de. **Qual o espaço do lugar?:** geografia, epistemologia, fenomenologia. São Paulo: Perspectiva, 2014. p. 33-68.
- OLIVEIRA, L. de. O sentido de Lugar. *In*: MARANDOLA JÚNIOR, E.; HOLZER, W.; OLIVEIRA, L. de. **Qual o espaço do lugar?:** geografia, epistemologia, fenomenologia. São Paulo: Perspectiva, 2014.
- RELPH, E. As bases fenomenológicas da geografia. **Geografia**, v. 4, n. 7, 1979.
- RELPH, E. Reflexões sobre a emergência, aspectos e essência de lugar. *In*: MARANDOLA JÚNIOR, E.; HOLZER, W.; OLIVEIRA, L. de. **Qual o espaço do lugar?:** geografia, epistemologia, fenomenologia. São Paulo: Perspectiva, 2014. p. 17-32.
- ROMÃO, T. L. C. Sincretismo religioso como estratégia de sobrevivência transnacional e translacional: divindades africanas e santos católicos em tradução. **Trab. Ling. Aplic.**, Campinas, n. 57.1, p. 353-381, jan./abr. 2018.
- SOUZA, J.A.X de. A resignificação religiosa do turismo regional: um estudo geográfico-cultural do Santuário de Fátima da Serra Grande. 2009. 164 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal do Ceará, 2009.
- TUAN, Yi-Fun. A cidade: sua distância da natureza. **Geograficidade**, v.3, n.1, Verão 2013.
- TUAN, Yi-Fun. **Espaço e lugar:** a perspectiva da experiência. Tradução: Livia de Oliveira. Londrina: Eduel, 2013.
- TUAN, Yi-Fun. Geografia Humanística. *In*: CHRISTOFOLETTI, A. (org.). **Perspectivas da Geografia**. São Paulo: Difel, 1985. p. 143-164.
- TUAN, Yi-Fun. Space and place: humanistic perspective. *In*: GALE, S.; OLSSON, G. (orgs.). **Philosophy in Geography**. Dordrecht: Reidel, 1979. p. 387-427.
- TUAN, Yi-Fun. **Topofilia:** um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente. São Paulo: Difel, 1980.

PATRIMÔNIO AMBIENTAL ENQUANTO SENTIDO DE LUGAR: POTENCIALIDADES NA GESTÃO PARTICIPATIVA DA ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL DE MARACANÃ, SÃO LUÍS - MA, BRASIL

**ENVIRONMENTAL HERITAGE AS A MEANING OF PLACE: POTENTIALITIES IN THE
PARTICIPATORY MANAGEMENT OF THE ENVIRONMENTAL PROTECTION AREA
OF MARACANÃ, SÃO LUÍS - MA, BRASIL**

**PATRIMONIO AMBIENTAL MIENTRAS SENTIDO DE LUGAR: POTENCIALIDADES EN LA
GESTIÓN PARTICIPATIVA DEL ÁREA DE PROTECCIÓN AMBIENTAL
DE MARACANÃ, SÃO LUÍS - MA, BRASIL**

Fabiana Pereira Correia¹

RESUMO: Este artigo resulta de pesquisa qualitativa vinculada à Geografia Humanista Cultural. O principal objetivo é subsidiar reflexões sobre patrimônio ambiental enquanto sentido de lugar e suas potencialidades na gestão participativa da Área de Proteção Ambiental (APA) de Maracanã. Sob o viés do método fenomenológico, foram realizados os seguintes procedimentos metodológicos: revisão teórica, atividades de campo e interpretação de entrevistas semiestruturadas realizadas por Correia (2020). Os resultados indicam que o sentido de patrimônio ambiental é potencialmente relevante à gestão participativa da APA de Maracanã.

Palavras-chave: Patrimônio ambiental. Território protegido. Gestão participativa. Maracanã. São Luís - MA.

ABSTRACT; This article results of qualitative research linked to Cultural Humanistic Geography. The main goal is to subsidize reflections about environmental heritage as a sense of place and your possibilities on participatory management of Environmental Protection Area (EPA) of Maracanã. Through phenomenology, the following methodological procedures were carried out: theoretical review, field activities and interpretation of semi-structured interviews conducted by Correia (2020). The results indicate that the sense of environmental heritage is potentially relevant to the participatory management of the EPA of Maracanã.

Keywords: Environmental heritage. Protected territory. Participatory management. Maracanã. São Luís - MA.

¹ Doutora em Geografia. Docente da Universidade Federal do Maranhão/Campus de Codó. E-mail: fp.correia@ufma.br.

Artigo recebido em fevereiro de 2021 e aceito para publicação em agosto de 2021.

RESUMEN: Este artículo resulta de una investigación cualitativa vinculada a la Geografía Humanista Cultural. El principal objetivo es fomentar reflexiones sobre patrimonio ambiental mientras sentido de lugar y sus potencialidades en la gestión participativa del Área de Protección Ambiental (APA) de Maracanã. Bajo el método fenomenológico fueron realizados los siguientes procedimientos metodológicos: revisión teórica, trabajo de campo e interpretación de entrevistas semiestructuradas realizadas por Correia (2020). Los resultados indican que el sentido de patrimonio ambiental es potencialmente relevante a la gestión participativa del APA de Maracanã.

Palabras clave: Patrimonio Ambiental. Territorio protegido. Gestión Participativa. Maracanã. São Luís - MA.

INTRODUÇÃO

Patrimônio ambiental enquanto sentido de lugar constitui o cerne do artigo em tela, que visa sobretudo contribuir para reflexões sobre a articulação entre esse fenômeno interdisciplinar e a gestão participativa da APA de Maracanã. Discorrer sobre a problemática reporta a dois aspectos intrinsecamente relacionados: cidadania e participação popular. Este se relaciona ao princípio da democracia, enquanto aquele diz respeito ao pleno exercício de direitos e ao cumprimento de deveres.

O princípio da participação popular integra os fundamentos da gestão ambiental brasileira, embora o governo federal venha agindo sistematicamente no sentido de enfraquecê-lo². Quando se fala na gestão pública de territórios protegidos, caso das Unidades de Conservação (UCs), é extremamente relevante refletir sobre esse elemento essencial da democracia. Considerando o contexto de políticas de conservação da natureza, o fenômeno cidadania deve ser entendido e articulado como eixo central da gestão ambiental.

Convém notar que em diversas circunstâncias patrimônio ambiental é interpretado enquanto sinônimo de patrimônio natural, inclusive em marcos jurídicos. Por entender que o adjetivo “ambiental” não se restringe à esfera do que se considera natural, visto incluir aspectos culturais, opta-se pela utilização da expressão patrimônio ambiental, ainda que em alguns momentos seja inevitável citar o termo patrimônio natural, sobretudo quando são mencionados documentos ou feitas transcrições de partes de textos onde o mesmo aparece.

Na Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988), os seguintes domínios de natureza são reconhecidos como patrimônios nacionais: Floresta Amazônica, Mata Atlântica, Serra do Mar, Pantanal Mato-Grossense e Zona Costeira. Uma das estratégias brasileiras adotadas para proteger a integridade desses patrimônios consiste na criação e administração de UCs, cujo principal ordenamento jurídico corresponde à lei federal nº 9985/ 2000. Na lei são previstos dois tipos de UCs (Proteção Integral e Uso Sustentável), subdivididos em doze categorias, dentre as quais se encontra a categoria APA.

As APAs integram o grupo das UCs de Uso Sustentável, caracterizadas sobretudo pela possibilidade de uso direto de elementos naturais contidos no interior de seus limites, desde que isso seja feito com base em princípios de sustentabilidade socioambiental. Nestes termos se inclui a APA de Maracanã, UC estadual localizada no município de São Luís, capital do estado do Maranhão. Apesar de completar três décadas de existência jurídica no ano 2021, a APA apresenta diversos problemas ambientais, a exemplo da perda de cobertura vegetal e da contaminação de rios e brejos por esgotos *in natura*.

Sentido de lugar, aspecto amplamente difundido no contexto da Geografia Humanista Cultural, pode ser entendido como sinônimo de significado de lugar. Por se tratar de fenômeno geográfico subjetivo, visto que para cada pessoa ou grupo social e em determinadas circunstâncias

os lugares assumem significados diversos, sentido de lugar envolve sentimentos, emoções, valores, comportamentos, atitudes, crenças, enfim, uma série de aspectos inerentes à condição humana. No rol de sentidos de lugar se inclui, por exemplo, o de patrimônio ambiental, o que significa que determinado lugar tem o sentido de patrimônio ambiental para alguém ou para uma comunidade.

Em pesquisa realizada por Correia (2020), onde foram identificados e discutidos sentidos de lugar apreendidos em quatro comunidades da APA (Maracanã, Alegria, Vila Sarney e Rio Grande), se destacou o de patrimônio ambiental. Através da interpretação de entrevistas realizadas pela pesquisadora, bem como lançando mão de revisão teórica e de atividades de campo, foi possível obter resultados que permitem perceber potencialidades desse sentido de lugar em relação à gestão participativa da APA.

No intuito de facilitar a compreensão da problemática, a estrutura deste artigo está organizada em tópicos, quais sejam: “Lugar, essência de geografias vividas”; “Patrimônio ambiental na interface com sentidos de lugar, cidadania e participação popular”; “Potencialidades do sentido de patrimônio ambiental na gestão participativa da APA de Maracanã”.

LUGAR, ESSÊNCIA DE GEOGRAFIAS VIVIDAS

Lugar constitui um dos pilares epistemológicos da Geografia. Ao longo da história do pensamento geográfico, o termo ganhou destaque em estudos vinculados à vertente humanista cultural dessa ciência. Para Relph (1979, p. 18), lugar consiste em atributo do mundo vivido. Sendo assim, cumpre sublinhar a pertinência da compreensão de elos existenciais estabelecidos entre seres humanos e lugares em conjunturas associadas à efetivação de políticas públicas ambientais.

Tuan (2013) define lugar como centro ao qual se atribui valor e onde são satisfeitas necessidades biológicas humanas básicas, como alimentação, repouso e procriação. Na mesma obra o autor indica que para melhor compreensão do que seria lugar, é importante relacioná-lo à noção de espaço: enquanto espaço é indiferenciado, o lugar é significado; se espaço for entendido como movimento, lugar significa pausa no movimento; a familiaridade com dada porção do espaço, por meio da experiência, transforma-a em lugar. O excerto a seguir contempla elementos fundamentais para facilitar o entendimento do que se concebe enquanto lugar:

Lugar [...] é o microcosmo que dá sentido à existência; é mais que o lugar antropológico, mais que o *habitus* social ou casulo protetor psicológico; ele é tudo isso ao mesmo tempo, sendo significado geograficamente na relação corpórea e simbólica do sujeito (MARANDOLA JUNIOR, 2013, p. 07 - 08).

No mesmo sentido, Dardel ([1952] 2015) entende lugar como ponto de partida da experiência geográfica, visto que nele são estabelecidas as bases da existência e da condição humana. Considerações desse autor explicitam que a essência geográfica lugar é fundamentada sobre vivências, portanto sobre existências. No mesmo sentido converge a observação de Bachelard (2008): lugar constitui a primeira qualidade existencial do ser.

Marandola Júnior (2012) associa a noção de lugar à ideia de circunstancialidade, essência geográfica que reporta às relações que os seres humanos estabelecem cotidianamente com a Terra. Destarte, a partir das experiências contínuas, dos elos intrínsecos com determinadas porções do espaço terrestre, configura-se a entidade geográfica lugar.

Aprender lugar requer atenção ao que se concebe enquanto sentido de lugar, que possui vínculo direto com significado de lugar e experiência de lugar, conforme explicitado por Buttimer (2015). Na obra, lugar é interpretado como sinônimo de lar, de espaço da vida, de habitar. Ademais,

a autora lança mão da ideia de horizonte de alcance para explicar a expressão sentido de lugar: dimensão exterior ao lar, vivenciada como possibilidade de projeção humana no mundo.

Assim, convém ressaltar a existência de diversos sentidos de lugar, visto que para cada indivíduo ou grupo social, ao lugar pode ser atribuído um ou mais significados, dependendo de como tal ente geográfico é sentido e vivenciado. Por ora, destaca-se o sentido de lugar enquanto patrimônio ambiental, considerando o contexto da APA de Maracanã.

PATRIMÔNIO AMBIENTAL NA INTERFACE COM SENTIDOS DE LUGAR, CIDADANIA E PARTICIPAÇÃO POPULAR

Derivada do latim *pater* (pai), a palavra patrimônio remete ao sentido de herança. Quando vinculada ao contexto geográfico, ganhando *status* de patrimônio ambiental, seu significado passa a orbitar em torno do que se concebe enquanto sustentabilidade socioambiental, que envolve a necessidade de proteção da vitalidade dos ambientes, os quais serão deixados como herança para gerações futuras.

Discussões sobre sustentabilidade socioambiental possuem raízes articuladas ao conceito de desenvolvimento sustentável (DS), elaborado pela Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, entidade ligada à Organização das Nações Unidas (ONU). No documento popularmente conhecido como Relatório Brundtland, a comissão definiu DS como aquele que atende às necessidades das gerações presentes sem comprometer a possibilidade das gerações futuras atenderem suas próprias necessidades (WCED, 1987).

Por mais controversa que seja a ideia de DS, não se pode negar que possibilitou avanços em relação à problemática socioambiental em nível internacional, inclusive em políticas públicas focadas na proteção de patrimônios ambientais. Questões ligadas a esse tipo de patrimônio começaram a repercutir mundialmente a partir da década de 1970, sendo impulsionadas quando a Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura (UNESCO) criou, no ano de 1972, a *Convenção para a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural*.

A referida convenção estimulou discussões e decisões governamentais voltadas ao tratamento de parte de ecossistemas nacionais enquanto patrimônios naturais. Segundo o art. 2º da convenção, são considerados patrimônios naturais:

Os monumentos naturais constituídos por formações físicas e biológicas ou por conjuntos de formações de valor universal excepcional do ponto de vista estético ou científico; as formações geológicas e fisiográficas e as zonas estritamente delimitadas que constituam habitat de espécies animais e vegetais ameaçadas, de valor universal excepcional do ponto de vista estético ou científico; os sítios naturais ou áreas naturais estritamente delimitadas detentoras de valor universal excepcional do ponto de vista da ciência, da conservação ou da beleza natural (UNESCO, 1972).

Considerando que a convenção prevê a proteção formal de patrimônios culturais e naturais pelos países signatários que se comprometeram a proteger, conservar, valorizar e transmitir às futuras gerações tais bens públicos, o governo brasileiro promulgou-a por meio do decreto federal nº 80.978/ 1977. No que concerne à presença da problemática na CF/1988, constata-se a falta de explicitação em relação ao patrimônio ambiental, mas o inciso V do art. 216 inclui os seguintes elementos no rol de patrimônios culturais: conjuntos urbanos, sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.

Ainda que na CF/ 1988 não esteja explícito o termo patrimônio ambiental, fica evidente que cabe ao poder público e à coletividade a proteção dos bens ambientais, o que pode ser notado tão logo se recorra ao escopo do art. 225:

Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações (BRASIL,1988).

É interessante notar que a proteção do patrimônio natural brasileiro também fora prevista em constituições anteriores à de 1988, tendo como foco o que se denominou monumento natural. Na de 1937 (art. 134) declara-se que os monumentos naturais brasileiros gozam de proteção. O art. 175 da Constituição Federal de 1946 enfatiza que os monumentos naturais e as paisagens do país estão sob proteção do poder público. Já a de 1967, no parágrafo único do art. 172, determina que incumbe ao poder público proteger monumentos e paisagens naturais notáveis, bem como jazidas arqueológicas.

No que tange à implementação de medidas para proteção do patrimônio ambiental nacional, cumpre destacar a relevância de instituições públicas como o Instituto Brasileiro do Meio ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) e demais órgãos integrantes do Sistema Nacional de Meio Ambiente (SISNAMA). Além das instituições, é importante mencionar os instrumentos da Política Nacional de Meio Ambiente (PNMA) enquanto meios para o alcance de objetivos vinculados à proteção de patrimônios ambientais, dentre os quais se encontram as UCs.

Dois aspectos atinentes à democracia são fundamentais para implementação de políticas públicas direcionadas à proteção de patrimônios ambientais: cidadania e participação popular. Ferreira e Fernandes (2015) indicam que o termo cidadania geralmente remete ao indivíduo pertencente à determinada comunidade, possuidor de um conjunto de direitos e deveres. No histórico da noção de cidadania, as autoras lembram que:

É no século democrático de Atenas que se forja o conceito de cidadania: cidadão é o sujeito que participa da *polis*. Segundo Aristóteles, cidadão “é o homem que partilha os privilégios da cidade” (1997, p. 88). A cidadania é ativa: cidadão é o que participa diretamente dos negócios da *polis*, exercendo os poderes deliberativo e judiciário (FERREIRA; FERNANDES, 2015, p. 136).

Jelin (1996, p. 17) informa que “na teoria democrática, a noção de cidadania está marcada na definição legal de direitos e obrigações que a constituem”. No que tange à participação popular, correlacioná-la a sistemas políticos democráticos auxilia na compreensão de seu cerne. Filgueiras (2015) afirma que na interpretação de Jean Jacques Rousseau, teórico cuja obra se destaca em estudos sobre democracia, esta seria apreendida como sinônimo de participação do povo e soberania popular.

Considerar o aspecto participação popular em UCs conduz o pensamento aos conselhos gestores, previstos como instrumentos de participação popular nos processos voltados à gestão dos referidos territórios protegidos. No caso da categoria APA, o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) determina que toda UC desse tipo “disporá de um conselho presidido pelo órgão responsável por sua administração e constituído por representantes dos órgãos públicos, de organizações da sociedade civil e da população residente” (BRASIL, 2000).

Acerca da importância de conselhos gestores em territórios protegidos localizados em países democráticos, convém notar o seguinte: “a existência de canais de participação popular é elemento essencial de um sistema democrático, sendo contraditório existir democracia sem participação” (FILGUEIRAS, 2015, p. 651). Em políticas públicas relacionadas à proteção de patrimônios ambientais em UCs, especialmente em APAs, considera-se imprescindível que o poder público promova e facilite a participação popular na condução dos processos atinentes à efetivação dos territórios protegidos.

POTENCIALIDADES DO SENTIDO DE PATRIMÔNIO AMBIENTAL NA GESTÃO PARTICIPATIVA DA APA DE MARACANÃ

O sentido de patrimônio ambiental apreendido por Correia (2020) nas comunidades Maracanã e Alegria, duas das ocupações mais antigas da APA de Maracanã, pode ser interpretado como algo de grande valor no âmbito de ações e programas ligados à efetivação dos objetivos da UC, cujo principal é “disciplinar o uso e a ocupação do solo, a exploração dos recursos naturais, a integridade biológica das espécies e os padrões de qualidade das águas” (MARANHÃO, 1991).

Na gestão da UC existe uma instância formal de participação popular, o Conselho Consultivo da APA de Maracanã (CONAM). Por se tratar de importante elemento voltado à gestão participativa do território em questão, o sentido de patrimônio ambiental poderia ser explorado no âmbito das discussões e decisões tomadas por conselheiros(as) do CONAM, tendo em vista o potencial significativo desse sentido de lugar em relação ao alcance dos objetivos da APA.

Quando se fala em patrimônio ambiental de Maracanã, ganham destaque, em memórias e sentimentos de quem vive ali, os brejos com seus juçarais, buritizais, rios, córregos, animais e demais elementos componentes de paisagens típicas da APA. É importante chamar atenção para um fato pouco conhecido em São Luís e até na própria APA: o tombamento das juçareiras, por meio da lei estadual nº 3.999/ 1978 (art. 2º, inciso I), enquanto patrimônios ambientais.

A questão do tombamento supracitado precisa ser alvo de iniciativas contínuas do poder público, bem como do acompanhamento da sociedade, visto que a situação dos juçarais de Maracanã é extremamente preocupante, pois os brejos estão sendo diuturnamente assoreados e contaminados por esgotos. De acordo com moradores, os problemas se agravaram a partir do ano 2014, quando da instalação e ocupação de conjuntos residenciais ligados ao programa de habitação popular Minha Casa Minha Vida (MCMV). O trecho abaixo permite entender parte da realidade mencionada:

Cumprir notar que conjuntos do programa MCMV foram construídos no território da APA sem que fossem consideradas as particularidades dos lugares em termos de patrimônio cultural e ambiental, conforme se evidencia no discurso de seus habitantes mais experientes. As pessoas fazem questão de lembrar que durante as obras foram destruídos patrimônios arqueológicos, a exemplo das ruínas que se encontravam na fazenda Bacuri, por onde passava um trecho da trilha Baluarte. A referida propriedade integra o rol das terras compradas para construção dos residenciais (CORREIA, 2020, p. 150).

Na complexa tarefa de implementar políticas públicas voltadas à proteção do patrimônio ambiental da APA, poderiam ser realizadas articulações interinstitucionais. Assim, órgãos integrantes do SISNAMA, como a SEMA (Secretaria de Estado do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais) e a SEMMAM (Secretaria Municipal de Meio Ambiente), em parceria com o IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional), empreenderiam esforços direcionados tanto à identificação de patrimônios na UC quanto à inclusão destes em programas cujos cerne estejam ligados à gestão participativa de patrimônios e territórios protegidos.

Entrevistas realizadas junto a moradores da comunidade Alegria demonstram que patrimônios ambientais da APA são associados à sensação de beleza, frescor, vitalidade, fertilidade. As características desse tipo de patrimônio, muito valorizadas em atividades ecoturísticas, poderiam ser vistas como eixos centrais de programas voltados à conservação ambiental. Quando adequado a princípios de sustentabilidade socioambiental, o ecoturismo em territórios de comunidades tradicionais pode ser favorável à proteção de patrimônios ambientais.

Cabe lembrar que na APA existe um conjunto de trilhas ecológicas estruturadas pelo poder público municipal e mantidas com muita dificuldade pela Associação Comunitária Maracanã Turismo (ACOMTUR). A partir dessas trilhas, poderiam ser realizadas atividades voltadas à proteção do patrimônio ambiental local.

Algo interessante e que poderia ser visto como relevante para o contexto da APA, diz respeito a políticas efetivas de tombamento de patrimônios naturais. Ressalta-se o elemento efetividade por entender que não basta o tombamento ser previsto em leis, decretos e similares. É necessário ir além da formalização dos tombamentos quando se pretende, de fato, proteger determinado patrimônio ambiental.

Refletindo sobre o mecanismo tombamento, é possível vislumbrar o fortalecimento da gestão participativa de elementos extremamente significativos da realidade geográfica de Maracanã, a exemplo dos brejos com seus exuberantes juçarais e buritizais, bem como manifestações da cultura popular local, como as festas, festejos e ritos tradicionais (Festa da Juçara, Festejo de Santos Reis, Presépios, Queimação de Palhinhas, entre outros).

Quando se fala em patrimônio ambiental naquele contexto, é importante destacar a Festa da Juçara, uma das mais expressivas manifestações da cultura popular no território da APA. Tendo como elementos centrais os frutos da palmeira popularmente conhecida como juçareira (*Euterpe oleracea Mart.*), o evento cujas origens remontam ao ano de 1969 possui significados vinculados ao sentido de patrimônio ambiental, pois reporta a elementos integrantes da identidade da região de Maracanã e do povo maracanaense: brejos e juçarais.

Cumprir destacar a vulnerabilidade dos brejos da APA de Maracanã em relação aos impactos decorrentes de atividades antrópicas realizadas sem considerar princípios de sustentabilidade socioambiental, portanto desconsiderando o fato daquele território constituir uma UC. Desmatamentos ilegais, disposição inadequada de resíduos sólidos, lançamento de esgotos *in natura* em rios e brejos, queimadas, caça de animais silvestres, mineração de materiais destinados à construção civil, bem como a exploração descontrolada de juçarais estão, segundo moradores, entre as maiores ameaças ao patrimônio ambiental da APA.

Nas comunidades onde foram realizadas as entrevistas, alguns relatos indicaram que o lançamento de esgotos nos rios que drenam aquelas terras está contribuindo para o “extermínio” dos brejos. O excerto a seguir possibilita perceber parte dos problemas que têm afligido muitas pessoas que vivem naquela realidade geográfica:

Ali, “matéria ruim despejada nos rios” significa morte. Lamenta-se que os rios, considerados patrimônios naturais, estejam praticamente mortos, devastados e poluídos. Rios que fizeram parte da infância e da juventude como símbolos de vida, beleza, felicidade e lazer, atualmente significam decadência, tristeza, dissabor, pois estão “sujos”, impróprios para banho e outros usos que envolvem contato direto com a água (CORREIA, 2020, p. 180).

Conversas com moradores e moradoras revelaram que o sentido de patrimônio ambiental na APA de Maracanã geralmente vem acompanhado por sentimentos como tristeza e indignação, assim como por expressões de preocupação. Tal situação é extremamente séria e requer providências urgentes do poder público, principalmente da esfera estadual, à qual o órgão gestor da UC está vinculado.

Articular o sentido de patrimônio ambiental à gestão participativa da APA se apresenta como caminho repleto de potencialidades. Estas devem começar a ser aproveitadas imediatamente, pois à medida que o tempo passa, as consequências do descaso com que vem sendo tratada a APA tendem a se multiplicar e gerar problemas ambientais mais sérios e até irreversíveis.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Refletir sobre patrimônio ambiental enquanto sentido de lugar e articulá-lo à gestão participativa da APA de Maracanã foi extremamente positivo para ampliar os horizontes do olhar sobre a necessidade de proteção efetiva de remanescentes da natureza brasileira, onde se destacam partes dos domínios Amazônia, Cerrado e Zona Costeira.

Na APA de Maracanã, onde sobressaem ambientes tipicamente amazônicos, existe muito potencial para o desenvolvimento de políticas públicas direcionadas à proteção do patrimônio ambiental, destacando-se áreas dominadas pela dinâmica de rios e brejos. Sentir e vivenciar lugares que integram o território como patrimônios ambientais representam excelentes oportunidades para a SEMA (órgão gestor da UC) realizar ações e projetos permanentes de conservação ambiental local, partindo dos princípios de cidadania e participação popular.

Ficou claro que para proteger patrimônios naturais, não basta haver previsão em instrumentos jurídicos. É fundamental que a proteção patrimonial deixe de ser algo abstrato, existente apenas em textos legislativos. Urge a necessidade de efetivar políticas públicas cujos objetivos se relacionem à proteção desses bens vitais. Jamais deve ser desconsiderado o fato de que cabe a nós, seres humanos, o dever de cuidar da Terra, *locus* existencial da vida.

Enfim, o sentido de patrimônio ambiental apreendido na APA de Maracanã deve ser visto e aproveitado como aspecto potencialmente capaz de fortalecer a gestão participativa do território protegido. A atuação do CONAM, por exemplo, pode ser mobilizada em prol da realização de programas e projetos direcionados à proteção efetiva de patrimônios ambientais como brejos, rios e juçarais integrantes das geografias vividas de Maracanã.

NOTA

2 A revogação do decreto nº 8243, de 23 de maio de 2014, que institui a Política Nacional de Participação Social (PNPS) e o Sistema Nacional de Participação Social (SNPS) constitui fato relevante no contexto do enfraquecimento da participação popular em políticas públicas no Brasil. O referido instrumento jurídico fora revogado por meio do decreto nº 9759, de 11 de abril de 2019, que “extingue e estabelece diretrizes, regras e limitações para colegiados da administração pública federal”.

REFERÊNCIAS

- BACHELARD, G. **A poética do espaço**. Tradução Antonio de Pádua Danesi. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2008. (Tópicos).
- BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado, 1988.
- BRASIL. Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000. Regulamenta o Art. 225, § 1º, inciso I, II, III, VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 19 jul. 2000. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9985.htm. Acesso em: 20 out. 2015.
- BUTTIMER, A. Lar, horizontes de alcance e o sentido de lugar. Tradução Letícia Pádua. **Geograficidades**. v. 5, n. 1, verão, 2015.
- CORREIA, F. P. **Sentidos de lugar e geograficidades em políticas públicas de conservação da natureza**: reverberações a partir das vivências de moradores da Área de Proteção Ambiental de Maracanã, São Luís - MA, Brasil. 2020. 311 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Estadual Paulista (Unesp), Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Rio Claro, 2020.
- DARDEL, E. **O homem e a terra**: natureza da realidade geográfica. Tradução Werther Holzer. São Paulo: Perspectiva, 2015. (Estudos; 292).
- FERREIRA, G. N.; FERNANDES, M. F. L. Cidadão/Cidadania. In: GIOVANNI, G. di; NOGUEIRA, M. A. (orgs). **Dicionário de políticas públicas**. 2. ed. São Paulo: Editora da UNESP; FUNDAP, 2015, p. 136-140.
- FILGUEIRAS, C. A. C. Participação popular. In: GIOVANNI, G. di; NOGUEIRA, M. A. (orgs). **Dicionário de políticas públicas**. 2. ed. São Paulo: Editora da UNESP; FUNDAP, 2015, p. 649-654.
- JELIN, E. Cidadania e alteridade: o reconhecimento da pluralidade. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, Rio de Janeiro: IPHAN, n. 24, p. 15-25, 1996.
- MARANDOLA JÚNIOR, E. J. Lugar enquanto circunstancialidade. In: MARANDOLA JÚNIOR, E.; HOLZER, W.; OLIVEIRA, L. de (orgs.). **Qual o espaço do lugar?: geografia, epistemologia, fenomenologia**. São Paulo: Perspectiva, 2012. (Estudos, 302).
- MARANDOLA JÚNIOR, E. J. Prefácio. In: TUAN, Yi-Fu. **Espaço e Lugar**: a perspectiva da experiência. Tradução de Livia de Oliveira. Londrina: EDUEL, 2013.
- MARANHÃO. Decreto 12.103 de 1º de outubro de 1991. Cria, no Estado do Maranhão, a Área de Proteção Ambiental da Região do Maracanã, com limites que especifica e dá outras providências. **Diário Oficial [do] Estado do Maranhão**, Poder Executivo, São Luís, ano 85, n. 189, 01 out. 1991.
- RELPH, E. C. As bases fenomenológicas da Geografia. **Geografia**, Rio Claro, v. 4, n. 7, p. 1-25, abr. 1979.
- TUAN, Yi-Fu. **Espaço e lugar**: a perspectiva da experiência. Tradução Livia de Oliveira. Londrina: Eduel, 2013.
- UNESCO. Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura. **Convenção para a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural**. 1972. Disponível em: <http://www.direitoshumanos.usp.br>. Acesso em: 22 dez. 2020.
- WECD. World Commission on Environment and Development. **Our common future**. Oxford; New York: Oxford University Press, 1987.

DINÂMICA HABITACIONAL DO CENTRO HISTÓRICO DE SÃO LUÍS/MA: ANÁLISE DA EFETIVIDADE DO PROGRAMA CHEQUE MINHA CASA

HOUSING DYNAMICS OF THE SÃO LUÍS / MA HISTORICAL CENTER:
ANALYSIS OF THE EFFECTIVENESS OF THE CHECK MY HOUSE PROGRAM

DINÁMICA DE VIVIENDA DEL CENTRO HISTÓRICO DE SÃO LUÍS / MA:
ANÁLISIS DE LA EFICACIA DEL PROGRAMA CHEQUE MI CASA

Daniel Borges Sombra¹
Yata Anderson Gonzaga Masullo²
José Antonio Viana Lopes³

RESUMO: O presente artigo analisa o nível de efetividade do Programa Cheque Minha Casa, avaliando o modo como as ações governamentais influenciam a dinâmica habitacional no Centro Histórico de São Luís. Dessa forma, analisa-se as condições de moradia dos 300 beneficiários do programa, a fim de compreender as principais inadequações habitacionais, demandas e capacidade de resolução por parte da gestão pública. Apresenta-se, em proposta comparativa, uma alternativa de desenho do programa a fim de ampliar o debate sobre sua eficiência técnica e atendimento dos problemas de inadequação habitacional. Entre os resultados, verifica-se que a execução do programa se apresentou como uma importante forma de efetivar a função social da propriedade, embora seja necessário a implementação de uma política fundiária e habitacional capaz de combater a especulação de imóveis ociosos e garantir a permanência e a melhoria das condições de vida da população socialmente vulnerável.

Palavras-chave: Inadequação habitacional. Programa social. Gestão pública.

ABSTRACT: This article analyzes the level of effectiveness of the Check My House Program, evaluating the way in which government actions influence housing dynamics in the Historic Center of São Luís. In this way, the housing conditions of the 300 beneficiaries of the program are analyzed, in order to understand the main housing inadequacies, demands and capacity for resolution by the public management. In a comparative proposal, an alternative for the design of the program is presented in order to broaden the debate about its technical efficiency and addressing problems of inadequate housing. Among the

1 Secretaria de Estado das Cidades e Desenvolvimento Urbano – SECID. E-mail: danielsombra7@gmail.com.

2 Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos – IMESC. E-mail: yanderson3@hotmail.com.

3 Secretaria de Estado de Articulação Política – SECAP. E-mail: joseantonioarq@gmail.com.

Artigo recebido em fevereiro de 2021 e aceito para publicação em agosto de 2021.

results, it appears that the execution of the program was presented as an important way of realizing the social function of property, although it is necessary to implement a land and housing policy capable of combating the speculation of idle properties and guaranteeing the permanence and improving the living conditions of the socially vulnerable population.

Keywords: Housing inadequacy. Social program. Public management.

RESUMEM: Este artículo analiza el nivel de efectividad del Programa Cheque Mi Casa, evaluando la forma en que las acciones gubernamentales inciden en la dinámica habitacional en el Centro Histórico de São Luís. De esta manera, se analizan las condiciones habitacionales de los 300 beneficiarios del programa, en con el fin de comprender las principales deficiencias habitacionales, demandas y capacidad de resolución por parte de la gestión pública. En una propuesta comparativa, se presenta una alternativa para el diseño del programa con el fin de ampliar el debate sobre su eficiencia técnica y abordar los problemas de inadecuación habitacional. Entre los resultados, aparece que la ejecución del programa se presentó como una vía importante para concretar la función social de la propiedad, aunque es necesario implementar una política de suelo y vivienda capaz de combatir la especulación de inmuebles ociosos y garantizar la permanencia. y mejora de las condiciones de vida de la población socialmente vulnerable.

Palabras clave: Vivienda inadecuada. Programa social. Gestión pública.

INTRODUÇÃO

O processo constante de produção e reprodução do espaço, se traduz em contradições, paradoxos e conflitos que interferem nos processos e fenômenos sociais, bem como na liquidez das estratégias territoriais (BAUMAN, 2001) que modelam a construção das grandes cidades. Um dos objetos desse modelo fluído de se “fazer cidade” tem sido os “centros históricos” (BOGUS; SOUSA, 2016).

De modo geral, os centros históricos originários das grandes cidades e capitais metropolitanas compartilham o fato de haverem sido território-abrigo das estruturas que deram suporte à industrialização, em seus tempos áureos (BARBOSA *et al.*, 2021). Nas últimas décadas, essas regiões passaram por um processo de substancial migração e precariedade no acesso a serviços públicos. Nessas localidades, o Estado está pouco presente, seja regulando o uso da terra, seja através da oferta de serviços públicos. Consequentemente, cria-se uma barreira dentro da cidade que impossibilita o acesso à informação e ao aumento da qualidade de vida.

Para Barbosa *et al.* (2021), as estratégias territoriais do Estado para a revitalização de centros históricos reproduzem intervenções urbanas espacialmente excludentes, concentradores de renda, privadores de condições básicas de urbanidade, de inserção na cidade e de oportunidades de ascensão aos grupos mais vulneráveis, além de ampliar a segregação espacial entre os setores sociais.

Esse processo de segregação social se articula sob aspectos políticos (por meio de legislações urbanísticas estruturadas pelo Estado, atingindo principalmente o sistema de transporte), econômicos (utilizando o mercado da terra, formando preços pela atividade imobiliária) e ideológicos (onde as classes dominantes produzem e difundem ideias que

visam esconder os reais processos de produção do espaço urbano desigual) (VILLAÇA, 2012). Desse modo é preciso construir novas políticas públicas que possibilitem a revitalização dos centros históricos, mas que também sejam voltadas para reduzir as desigualdades sociais e não reproduzam a gentrificação desses espaços.

Como retrato desse contexto, está a cidade de São Luís do Maranhão, fundada em 1612, manteve o crescimento em ritmo lento até meados do século XIX, quando a localização favorável às atividades portuárias impulsionou grandes projetos e investimentos externos. A capital maranhense, tornou-se um importante centro turístico, seja pelo patrimônio cultural construído no centro antigo da cidade seja por outros atrativos como suas praias e belezas naturais. Atualmente, a região passa por uma série de transformações advindas de estratégias de planejamento urbano, com elementos indutores dos programas de revitalização, como o Programa Nosso Centro do Governo do Maranhão, que envolve ações ligadas a cultura, lazer, comércio, segurança e habitação.

A partir da contextualização, o presente artigo analisa o nível de efetividade do Programa Cheque Minha Casa aplicado às demandas e condições habitacionais da área central, bem como avalia-se como as ações governamentais influenciam a dinâmica habitacional no Centro Histórico de São Luís. Entende-se a habitação, como política pública que constitui um componente determinante para os processos de reabilitação dos centros históricos.

O presente artigo, inicia-se analisando a dinâmica habitacional e sua importância como política pública de revitalização do patrimônio cultural, a partir de um resgate histórico do processo de ocupação do centro histórico de São Luís, posteriormente avalia-se a eficiência do programa Cheque Minha Casa Centro e apresenta-se subsídios para o aperfeiçoamento da política e do investimento público.

PROCESSO DE OCUPAÇÃO DO CENTRO HISTÓRICO DE SÃO LUÍS: IMPORTÂNCIA DA HABITAÇÃO COMO POLÍTICA PÚBLICA DE REVITALIZAÇÃO

A formação de novas centralidades em São Luís, até a metade do século XX se deu pela ocupação contínua do antigo caminho grande, passando pelo João Paulo (que se consolida como um subcentro nos anos 1940) até a Vila do Anil. E também através da construção de aterros, ganhando terrenos ao mar. Foi desta forma com a área para consolidação da Casa das Tulhas, no século XVII, a Avenida Beira-mar, no século XVIII e início do XIX, o Anel Viário (anos 70) e o aterro do Bacanga (anos 80). Contudo, só na década de 1970, com a construção das pontes sobre o Rio Anil e da barragem do Bacanga, a cidade passa a ocupar os territórios ao norte, em direção às praias, e ao sul, com a implantação do Porto do Itaqui (LOPES, 2016).

Com a aceleração do processo de ocupação na capital maranhense, a habitação passa a ser discutida e trabalhada no âmbito das políticas públicas como uma função importante para atingir os objetivos de revitalização do Centro Histórico de São Luís. Um marco importante nesse processo foi o relatório do consultor da UNESCO que visitou a cidade em 1967, o arquiteto francês Michel Parent.

Ciente dos projetos públicos que induziriam à expansão horizontal da área urbanizada no território, Parent chama a atenção para a necessidade de definição de uma função para o Centro Histórico, sob o risco do esvaziamento e consequente degradação da área. O autor sugeria a instalação da Cidade Universitária no Centro, incluindo os equipamentos e edificações dedicados à habitação estudantil e para professores e funcionários.

Essa preocupação estava presente também nos trabalhos desenvolvidos pelo português Alfredo Viana de Lima, que esteve em São Luís a convite da UNESCO em 1972 e elaborou estudos que fundamentaram a definição da área que viria a ser tombada pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) em 1974, unificando os diferentes perímetros de conjuntos urbanos tombados. Esta área e seu entorno foram posteriormente tombados pelo Governo do Estado, nos anos 1980, como forma de ampliar a proteção (Figura 1).

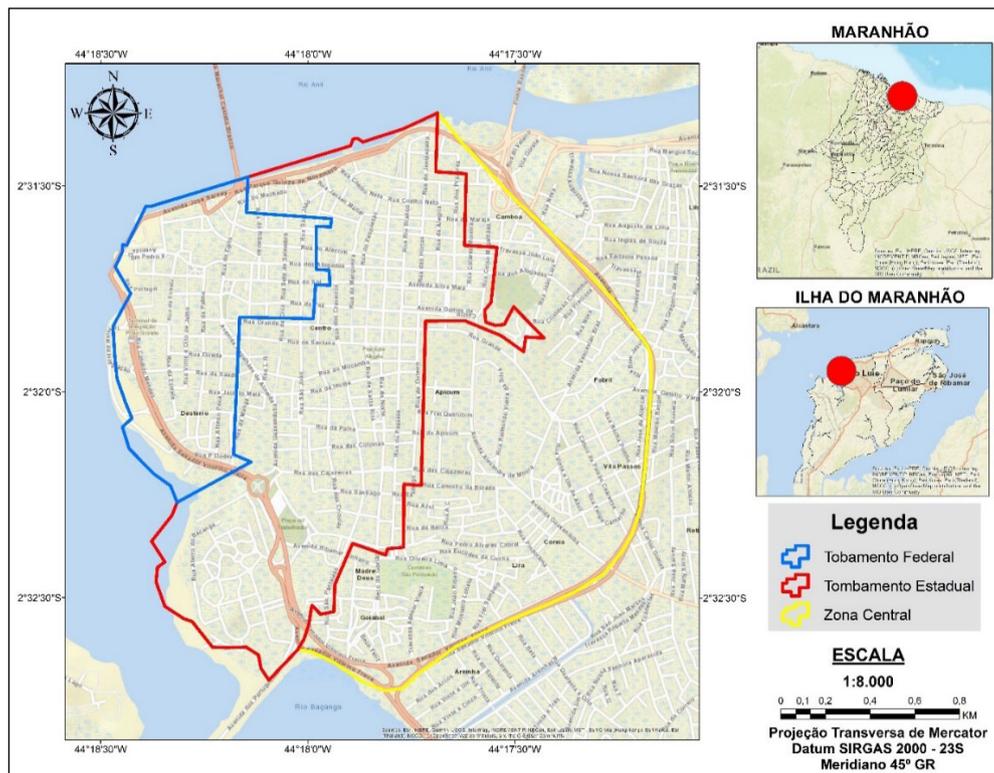


Figura 1. Perímetros de tombamentos do Centro Histórico em São Luís/MA.

O Centro Histórico está localizado ao noroeste do município de São Luís entre o Rio Bacanga e o Rio Anil, com uma abrangência de 220 hectares. Circundado por uma via arterial primária com cerca de 8 km de extensão denominada de Anel Viário de São Luís: As duas zonas afetadas pelos tombamentos federal e estadual, abrangem uma área contínua que vai do Cais da Sagração, Palácio dos Leões, Praça Deodoro, Canto da Fabril no sentido Leste-Oeste e a Praça Gonçalves Dias ao bairro da Madre Deus pela São Pantaleão no sentido Norte- Sul. São as áreas de traçado urbano remanescente dos séculos XVII, XVIII e XIX (GONÇALVES, 2006).

A área protegida no Centro Histórico tombada pelo Governo Federal em 1974 e ampliada para coincidir com a área reconhecida como Patrimônio Mundial em 1997 pela UNESCO, possui hoje cerca de 1.300 imóveis; enquanto a área tombada pelo governo estadual em 1986 possui mais de 4.600 imóveis (LOPES, 2013). Portanto, existe cerca de 5.900 edificações nas áreas de estudo, dentre as quais encontramos casas térreas, casarões de dois a quatro pavimentos, prédios comerciais modernos, edifícios administrativos e institucionais e igrejas de várias religiões. O comércio nessa área, ganha destaque pela proximidade com o centro comercial de São Luís (Rua Grande) e o Mercado Central, além da relação direta com o turismo.

Destaca-se que essa região está entre os monumentos históricos ou bens patrimoniais, que desempenham um papel importante como um marco referencial simbólico da identidade de São Luís e passando a ser objeto de interesse das políticas de conservação e práticas de restauração do acervo imobiliário. Por outro lado, por tratar-se de um conjunto urbano de dimensões consideráveis, concentrando recursos e muitas oportunidades de emprego e renda e estar equipado com a infraestrutura e equipamentos urbanos de uma área central, permanecem presentes os usos habitacional, comercial e institucional na região.

Contudo, considerando as relações do Centro com a dinâmica urbana e seu processo de expansão, o relatório de Viana de Lima contribuiu na definição de normas (tombamento federal) e diretrizes (Plano Diretor de São Luís) para a conservação do patrimônio histórico da cidade enquanto conjunto urbano, além de oferecer instrumentos técnicos para a leitura da paisagem e a intervenção no acervo urbano e edificado. O autor, também demonstrou estar ciente dos problemas da falta de habitação na cidade e da má qualidade das moradias:

Mesmo crescendo apenas 4,3% ao ano por efeito da migração proveniente de áreas rurais também decadentes, São Luís é incapaz de incorporar à vida econômica esse acréscimo populacional, resultando daí uma enorme expansão da área de palafitas que em 1969 atingiram o número de 7.000 abrigando uma população de aproximadamente, cerca de 1/6 do total de habitantes da Capital (VIANA DE LIMA, 1973, p. 20).

As propostas de Viana de Lima visavam conciliar a proteção do patrimônio cultural com um modelo de desenvolvimento urbano mais adequado, baseado no adensamento da área central, e influenciou, em maior ou menor medida, os planos e projetos posteriores, na década de 1980, como o *Programa de Revitalização do Centro Histórico de São Luís* (PRCHSL) executado pelo Governo do Estado.

Além do relatório de Viana de Lima, o PRCHSL, baseava-se na proposta de *Renovação da Praia Grande* apresentada pelo arquiteto americano John Gisiger (1978) e teve como momento inaugural do Programa, o Seminário organizado por Aloísio Magalhães em 1979. Todas estas referências colocavam a habitação como função importante para a revitalização do Centro (MARANHÃO, 1996). Neste sentido, o PRCHSL executou, entre seus primeiros projetos, a conversão de um casarão histórico em apartamentos para habitação social, em uma experiência ainda limitada. E, já nos anos 2000, desenhou e executou projetos de habitação para servidores públicos estaduais, chegando a recuperar seis imóveis com esta finalidade. Estudos que analisaram a situação pós-ocupação destes imóveis concluíram que os problemas observados nesses edifícios foram, em maior parte, fruto da má gestão e da distante relação entre o Estado e os beneficiários (GONÇALVES, 2006; CARDOSO, 2012).

A Prefeitura de São Luís, ao assumir um papel mais ativo nas políticas de preservação e valorização do Centro, em meados dos anos 2000, atuou em um projeto denominado *Estudos de Viabilidade da Habitação no Centro Histórico de São Luís*, utilizando cinco imóveis como projetos-piloto, em parceria com a Embaixada e o Ministério da Cultura da França. No entanto, o grande número de empreendimentos habitacionais públicos e privados e os investimentos em infraestrutura nas áreas de expansão de São Luís em direção aos municípios vizinhos de São José de Ribamar e Paço do Lumiar, continuaram contribuindo para o esvaziamento populacional da área central da cidade.

Em uma análise comparativa dos dados dos últimos censos populacionais do IBGE, incluindo a região de entorno das áreas tombadas (dentro do Anel Viário), podemos identificar os deslocamentos populacionais na área central. De modo geral, a região outrora reconhecida como o centro produtivo de São Luís, no período de 2000 a 2010, registrou uma diminuição de aproximadamente 10% de sua população. Atualmente a população da área de estudo (de tombamento federal e estadual) possui 12 mil habitantes, ocupando uma área correspondente a 1,7% da capital maranhense.

Analisando os efeitos do processo de urbanização sobre o Centro, Masullo e Lopes (2016) indicam que a maior concentração da população residente está situada na região norte e sul do mapa nos bairros do Diamante e São Pantaleão. Estas áreas localizam-se nas franjas das áreas protegidas pelos governos federal e estadual. Ademais, na área central visualiza-se baixa concentração populacional, onde está localizada a Rua Oswaldo Cruz (Rua Grande) e a Praça Deodoro, em trecho que concentra grande parte do comércio do Centro Histórico, registrando baixo índice de unidades habitacionais.

Outro fator que tem contribuído para o esvaziamento do Centro é a substituição de usos, com a gradativa transformação de áreas preponderantemente residenciais em zonas comerciais e de serviços. Segundo dados levantados pelo Instituto da Cidade (INCID), entre os imóveis da área de tombamento federal do Centro, 23% eram dedicados à habitação e 31,49% ao comércio e serviços, enquanto na área de tombamento estadual o uso habitacional representava 53,56% dos imóveis (SÃO LUÍS, 1998).

É justamente na área de proteção federal que os usos comerciais e de serviços tem afetado cada vez mais os usos habitacionais. Segundo Marques, em 2002, o percentual de imóveis de uso habitacional nesta região reduziu para 20,34%, enquanto os imóveis comerciais ou de serviços chegaram a 35,26% (MARQUES, 2002). Importante ressaltar, o percentual de imóveis sem uso na área de proteção federal que saltou de 19,94% (São Luís, 1998) em 1998 para 28,25% (MARQUES, 2002) em quatro anos, como um efeito colateral deste processo de substituição de usos.

Verifica-se, que os tradicionais polos de habitação foram as únicas que apresentaram perda populacional. É o caso do polo Remédios, ao norte, e do polo São Pantaleão, ao sul. A orientação dos investimentos públicos em expansão e manutenção de infraestruturas e serviços urbanos nas áreas de expansão da cidade e a consequente perda de qualidade e eficiência destas infraestruturas e serviços no Centro acarretam a desvalorização imobiliária e reforçam a tendência ao esvaziamento da região. Um aspecto negativo deste processo, que precisa ser considerado por qualquer política pública de reabilitação do Centro Histórico de São Luís, é que ele afeta sensivelmente os espaços públicos. Sem esses espaços, não há como incentivar o uso habitacional e investimentos privados em comércio e serviços na área.

Assim como Barbosa *et al.* (2021), identificou no Centro Histórico de Recife, verifica-se em São Luís que o fluxo e concentração de investimentos das estratégias de revitalização executadas até os anos 2000, ocorreram à margem da população local, com reflexos positivos para o comércio da região, mas com um denso reflexo socioeconômico negativo sobre os mais vulneráveis. Para os autores, a questão central desse modelo é o forte direcionamento de investimentos em infraestrutura que materializam os complexos arranjos público-privados e relegam a questão habitacional. Enquanto os investimentos ocorrem, crescem os imóveis vagos que aguardam especulativamente a sua valorização.

Mais recentemente, em 2019, o Centro Histórico de São Luís passou por grandes investimentos através de programas federais (PAC Cidade Históricas), estadual (Nosso

Centro) e municipal (financiado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID), que redirecionaram o fluxo habitacional, cultural e de lazer para a região. Portanto, a habitação faz parte das diretrizes e práticas dos diferentes programas de revitalização do Centro Histórico de São Luís, no entanto, o foco tem sido sempre na produção de novas habitações e na conversão de usos. A seguir destacaremos uma das ações do Programa Nosso Centro, o Cheque Minha Casa, que introduziu uma nova prática, baseada na melhoria das condições das habitações existentes na área central.

PROGRAMA NOSSO CENTRO (CHEQUE MINHA CASA)

O Programa *Nosso Centro*, criado pelo Governo do Maranhão em 2019, coordenado pela Secretaria das Cidades e Desenvolvimento Urbano - SECID, conforme o Decreto nº 34.959, de 26 de junho, tem por objetivo tornar “o Centro Histórico de São Luís referência em renovação e desenvolvimento sustentável, preservando seu valor histórico e cultural ao mesmo tempo em que promove o centro da cidade de São Luís como espaço democrático” (MARANHÃO, 2019).

Em agosto daquele ano, o Governo do Estado instituiu o Grupo Gestor do Programa *Nosso Centro*, composto pela Secretaria de Estado das Cidades e Desenvolvimento Urbano (SECID); com representantes da Secretaria de Governo (SEGOV); Secretaria de Cultura do Estado do Maranhão (SECMA); Secretaria de Estado de Turismo (SETUR); Agência Executiva Metropolitana da Grande São Luís (AGEM-GSL), responsáveis pela elaboração do Plano de Ação do Programa. Pela primeira vez, o órgão gestor da política habitacional estava responsável por um programa de revitalização do Centro.

O *Nosso Centro*, está focado em intervenções nas áreas de tombamento federal, estadual e na Zona Central da cidade, com obras do Governo do Maranhão, e ações em parcerias com a Prefeitura, IPHAN, a iniciativa privada e a sociedade como um todo, em grandes polos de atuação: habitacional; comercial e gastronômico; cultural, artístico e de lazer; institucional; e tecnológico; além de atividades transversais de infraestrutura e segurança.

Entre os projetos englobados no Programa *Nosso Centro* se inclui o “Habitar no Centro”, instituído por meio da Lei Estadual nº 10.997, de 29 de março de 2019, com objetivo de incentivar a instalação de novas moradias na região central da cidade de São Luís, bem como a permanência das já existentes e a melhoria das condições de habitabilidade do Centro, através de quatro linhas de atuação:

- I - recuperar, adaptar e destinar imóveis para habitação de interesse social e de mercado popular;
- II - revitalizar imóveis para habitação de servidores públicos, estudantes e trabalhadores da região central;
- III - promover melhorias habitacionais por meio do Programa Cheque Minha Casa;
- IV - envidar esforços para a regularização dos imóveis habitacionais disponibilizados pelo Estado do Maranhão aos servidores públicos.

Outro diferencial do *Nosso Centro* em relação às políticas anteriores é quanto à sua área de abrangência, que alcança os perímetros de tombamentos federal e estadual, mas também a Zona Central, a Zona de Preservação Histórica e as Zonas de Interesse Social 1 - Madre Deus e Coreia, instituídas pela Lei municipal nº 3.253, de 29 de dezembro de 1992, abrangendo toda a região que está incluída no Anel Viário.

Entre as diversas ações ligadas ao Programa *Nosso Centro* no que tange a questão habitacional, está o “Cheque Minha Casa”. O benefício consiste na disponibilização de R\$5.000,00

em materiais de construção a famílias de renda familiar até 3 salários mínimos para realização de obras com priorização para famílias com idosos, pessoas com deficiência e crianças.

Destaca-se, que os beneficiários do Cheque Minha Casa, são selecionados a partir de edital considerando os seguintes critérios: I) não possuir outro imóvel; (II) ter família constituída com no mínimo 02 (dois) integrantes; (III) não ter sido beneficiado com moradia em outro programa municipal, estadual ou federal; (IV) ser maior de 18 anos ou emancipado; (V) comprovar que detêm a propriedade ou posse do imóvel a ser reformado, no mínimo há 03 (três) anos; (VI) possuir renda familiar que não ultrapasse 03 (três) salários mínimos mensais; (VII) não ter sido beneficiado no Programa Cheque Minha Casa nos anos de 2017 e 2018.

Em 2019, a SECID realizou o Cheque Minha Casa Centro, beneficiando 300 moradores da região central de São Luís com recursos e assistência técnica para melhoria de suas habitações. Vale ressaltar, portanto, que uma diferença significativa entre o Cheque Minha Casa Centro e os programas de revitalização anteriores, é que sob a coordenação SECID, a execução do programa foi realizada nas áreas mais densamente habitadas da região central, onde se encontra a população mais vulnerável do ponto de vista socioeconômico, que historicamente ficou fora das ações e projetos de revitalização da área central. Na Figura 2, apresenta-se a localização dos beneficiários do Cheque Minha Casa Centro.

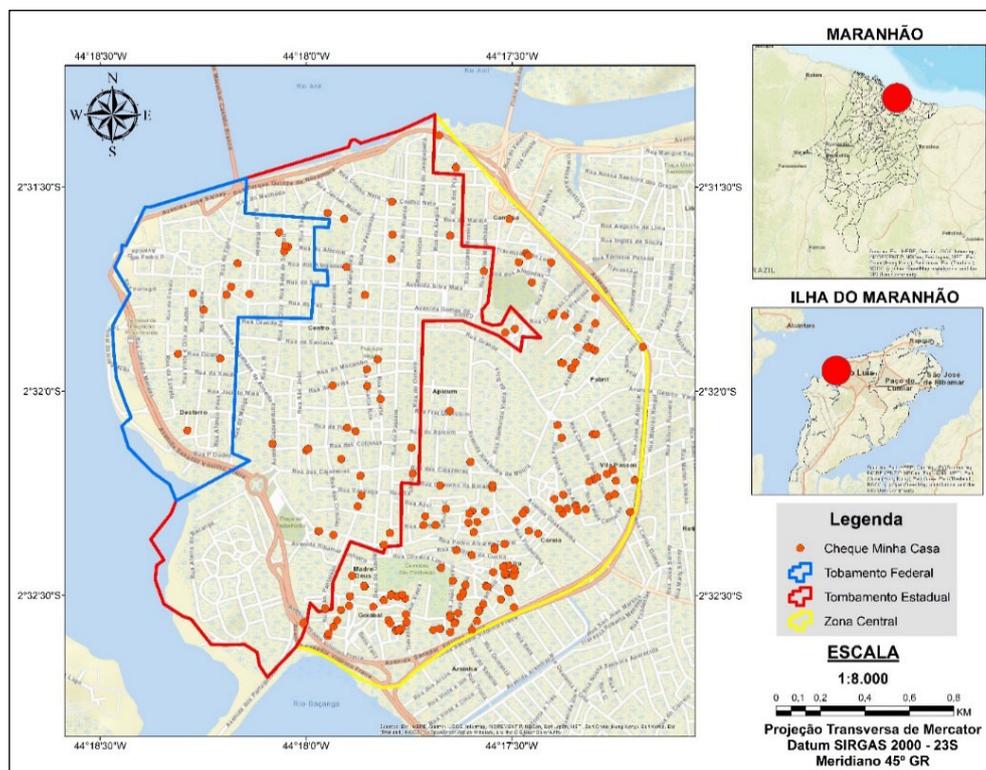


Figura 2. Distribuição dos beneficiários do Programa Cheque Minha Casa no Centro Histórico de São Luís.

Verifica-se que os beneficiários do programa, estão localizados em áreas que hoje dispõem de infraestrutura urbana e imóveis com várias camadas de autoconstrução, nos quais persistem problemas estruturais como a falta de banheiro integrado ao imóvel, e condições insatisfatórias de iluminação, ventilação e acessibilidade, por exemplo.

O programa permite a aquisição de materiais de construção necessários à realização de reformas, ampliações e construções, com a finalidade de tornar as moradias dos beneficiários adequadas às condições dignas de habitabilidade. Essa ação permite a construção de instalações hidrossanitárias e fornece o auxílio de assistência técnica especializada, orientando no melhor uso dos materiais adquiridos com os recursos, bem como realizando o levantamento das melhorias necessárias em cada residência.

O financiamento do programa se dá por meio de concessão de incentivo fiscal para contribuintes do ICMS que fornecerem materiais de construção aos beneficiários do programa. Essa modalidade reduz os riscos de fraudes e aumenta a flexibilidade das compras realizadas pelos beneficiários, pois não demanda a intervenção do poder público no processo. Ao mesmo tempo, pela necessidade de prestação de contas das obras realizadas tanto para liberação da segunda parcela quanto para encerramento dos processos, aliada à fiscalização por parte de uma equipe especializada, há reduzidas chances de ocorrência de fraudes.

Como a promoção de investimentos no setor da construção civil em áreas de grande vulnerabilidade social com economia pouco dinâmica, o Cheque Minha Casa também leva aumento da demanda por mão de obra em um momento de aguda crise econômica, sendo, portanto, uma ferramenta que consorcia a promoção do direito fundamental à moradia digna e uma política de dinamização econômica e promoção do trabalho e renda nas comunidades carentes durante um momento de grave crise econômica.

Integrado ao programa Nosso Centro, essa ação social se notabiliza como uma forma de garantir a permanência dos moradores, considerando que o recurso fornecido possibilita ao beneficiário recursos necessários para reformas substanciais no imóvel, melhora a qualidade de vida e conseqüentemente protege a população local da crescente especulação imobiliária.

Com foco nas condições de habitação desta população beneficiada e nas políticas de revitalização do patrimônio histórico e cultural da região, busca-se analisar os efeitos e impactos da ação estatal, como uma forma de subsidiar a reorientação da política pública. A seguir, apresenta-se os procedimentos metodológicos utilizados para avaliação do impacto do Cheque Minha Casa Centro.

MATERIAIS E MÉTODOS

Para o presente trabalho, idealizou-se um modelo para a elaboração do estudo, com uma abordagem sistêmica e multidisciplinar (MORIN *et al.*, 2003), para o monitoramento e avaliação política pública implementada a através do Cheque Minha Casa Centro. Na estruturação do trabalho foi necessário realizar um levantamento bibliográfico com pesquisas acerca das publicações por meio do portal de periódicos da CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior), SCIELO e Google Acadêmico. Em seguida foram coletados dados primários na área em estudo, com a intenção de obter esclarecimentos sobre a problemática, bem como servir de subsídios para analisar a efetividade do programa social.

Com o intuito de apresentar a aplicação dos procedimentos metodológicos, para obtenção de resultados mensuráveis relativos ao estudo, o trabalho foi dividido em 3 etapas descritas a seguir:

Etapa 1: Delimitação da Área de Estudo

O primeiro passo para o desenvolvimento do estudo, foi a delimitação da área do Centro Histórico com informações do Governo Federal através da Lei nº 25 do dia 30 de novembro 1974 área do Centro Histórico tombada pelo – e atualizada para coincidir com a área reconhecida pela UNESCO como Patrimônio Mundial - e suas relações com seu entorno, protegido pelo tombamento estadual através da Lei nº 10.089 de 06 de março de 1986, e as áreas de borda, fora das zonas de tombamento, mas dentro do Anel Viário de São Luís (nos bairros Lira, Vila Passos, Madre Deus e Coréia).

Após a delimitação da área de estudo, utilizou-se a base de dados fornecida pela Secretaria de Cidades e Desenvolvimento Urbano – SECID, correspondente as informações do endereço (rua, quadra, número e CEP) dos beneficiários do Cheque Minha Casa Centro. Para tratamento das informações, foi necessário organizar os dados em formato XLS, posteriormente convertido em DBF. Em seguida, utilizou-se a ferramenta GEOCODE do software Arc Gis 10.8 para espacialização dos dados e direcionamento dos trabalhos de campo, em seguida elaborou-se os layouts dos mapas.

Etapa 2: Análise Socioeconômica

A pesquisa de campo foi estruturada com a finalidade de compreender as principais características socioeconômicas dos beneficiários e de inadequação habitacional presentes nas casas selecionadas pelo programa. Para isso, buscou-se compreender o estado de inadequação das habitações, a disponibilidade financeira do beneficiário, bem como avaliar a situação social e do tipo de déficit habitacional.

No reconhecimento do local, foi realizado entrevistas sendo estas consideradas do tipo guiada e semidiretivas⁴, com o objetivo de testar, aprofundar e validar as hipóteses do estudo (COHEN *et al.*, 2007) e vistoria das obras realizadas. O registro fotográfico também foi sistematizado para auxiliar na identificação dos problemas e exposição da real situação do local.

A partir dos dados coletados simulou-se a dimensão financeira do estado de inadequação casa a casa, utilizando como referências projetos arquitetônicos do programa de construção de unidade habitacional Minha Casa Meu Maranhão.

A presente pesquisa de campo foi realizada entre os dias 14/08/2019 a 05/09/2019. Ao total foram visitadas 300 casas que abrigam 1.034 pessoas. Foi utilizado formulário eletrônico acessado via internet, executado por uma equipe formada de 3 estagiários de Arquitetura e Engenharia Civil, 2 técnicas em edificações e 2 arquitetos.

A primeira parte do questionário consistiu na caracterização social da família, com dados autodeclarados: número total de residentes, número de idosos, número de crianças, presença de pessoas com deficiência, tipo de deficiência, renda, escolaridade do chefe de família, ocupação do responsável, tempo de moradia na unidade visitada.

Etapa 3: Inadequações Habitacionais

Na terceira etapa, o entrevistador fazia a avaliação da unidade residencial: número de cômodos existentes, tipo de cômodos, material usado para vedação da casa, tipo de cobertura, tipo de piso, acabamento de parede, condição do banheiro, problemas de acessibilidade, características de insalubridade e se a construção abrigava outra função além de moradia.

Em seguida, foi questionado as pretensões prioritárias de melhorias a serem realizadas pelos moradores. Para isso, o entrevistador preenchia uma matriz, cujo eixo vertical continha as intervenções civis desejadas e o eixo horizontal continha os cômodos a serem atendidos. Além disso, era relatado o tipo de mão de obra que seria utilizada e se eram ou não remunerados: moradores, profissionais, família, amigos ou mutirão. Por fim, o morador respondia a disponibilidade financeira para despende na obra.

O dimensionamento dos valores demandados por obra, foi construído a partir da planilha orçamentária utilizada no programa Minha Casa Meu Maranhão, que contratou a construção de casas de 46,76m² para municípios maranhenses: o valor total para a construção nova foi de R\$37,641.11.

Para aplicar o orçamento com as variações de demanda de cada beneficiário, os itens foram agrupados por tipo de intervenção conforme realizado durante a pesquisa: estrutura, instalação sanitária e hidráulica, instalação elétrica, revestimento de piso, revestimento de parede, forro, cobertura, porta, janela, pintura interna, pintura externa e kit de acessibilidade.

Posteriormente, foram calculados os valores das intervenções por cômodos, exemplo: custo da instalação elétrica de um quarto, instalação hidráulica da cozinha, pintura da sala, etc. A partir dessa matriz chegou-se a um valor padrão de intervenção por tipo, por cômodo, e foi possível dimensionar o valor de cada demanda levantada pelos técnicos no questionário. Isso possibilitou a avaliação do nível de efetividade do programa e a proposição de ações para subsidiar o redirecionamento da política pública.

CARACTERÍSTICAS SOCIOECONÔMICAS E INADEQUAÇÃO HABITACIONAIS DOS BENEFICIÁRIOS DO CHEQUE MINHA CASA CENTRO

O Cheque Minha Casa, que tem por objetivo subsidiar construções, reformas, ampliações e conclusões de edificações previamente construídas, a fim de promover a redução do déficit habitacional qualitativo no Estado do Maranhão. O aproveitamento e otimização do uso dos domicílios para atribuir à propriedade urbana a sua função ou caráter social, destaca-se por sua possível capacidade de garantir, ainda que parcialmente, o direito fundamental à moradia para uma vida digna à população de mais baixa renda e promover o desenvolvimento local sustentável (BARBOSA *et al.*, 2021).

Nesse contexto, para se compreender o nível de efetividade e o impacto da ação no Centro Histórico de São Luís, a seguir analisa-se as características socioeconômicas dos beneficiários e identifica-se as principais inadequações habitacionais das 300 unidades habitacionais em estudo (Figura 3).

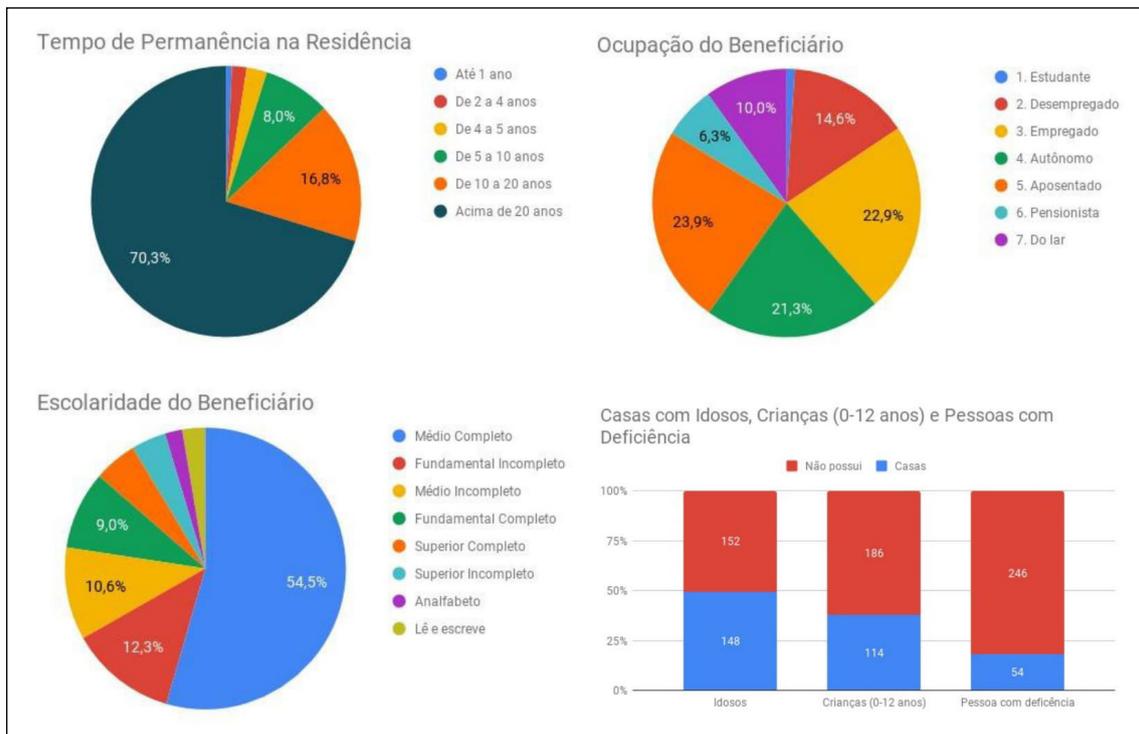


Figura 3. Características socioeconômicas dos beneficiários.

Fonte: Elaborado pelos autores.

Verifica-se que 49,17% possuíam idosos, 37,54% crianças e 17,94% pessoas com deficiências; destas, 44,4% são deficientes físicos, o que representa 9,5% do total das casas. Ao mesmo tempo, 14,6% dos chefes de famílias estavam desempregados e sem nenhum sustento mensal garantido; 21,6% se declararam autônomos; 10% se dedicavam apenas ao lar; 23,92% eram aposentados; 6,31% pensionistas e somente 22,9% trabalhador formal.

No que diz respeito ao grau de escolaridade dos beneficiários responsáveis pela subsistência familiar, cerca de 54,5% possuem Ensino Médio completo, e 10,7% possui Ensino Médio incompleto. Já quanto ao tempo em que residem na mesma casa, 70,3% dos beneficiários declararam que moram há mais de 20 anos. Referente a situação de inadequação habitacional, 80% das residências apresentam revestimento em cerâmica no piso e pintura nas paredes, e 33% apresentam revestimento em azulejos nas paredes. Apenas 11% das residências não possuem qualquer tipo de acabamento de parede, exibindo somente tijolos aparentes.

Os dados sobre os banheiros mostram que pelo menos 56% dos casos apresentam algum grau de inadequação (ausência de revestimentos, de vaso sanitário, de pia, de chuveiro, subdimensionamento, infiltrações, entre outros), e em 11% foi considerado a ausência total de banheiros. Para ser considerado banheiro foi estabelecido que deveria haver ao menos divisão física com alvenaria ou semelhante. Durante as visitas foram constatados muitos casos onde apenas havia sanitário no quintal da casa (Figura 4).

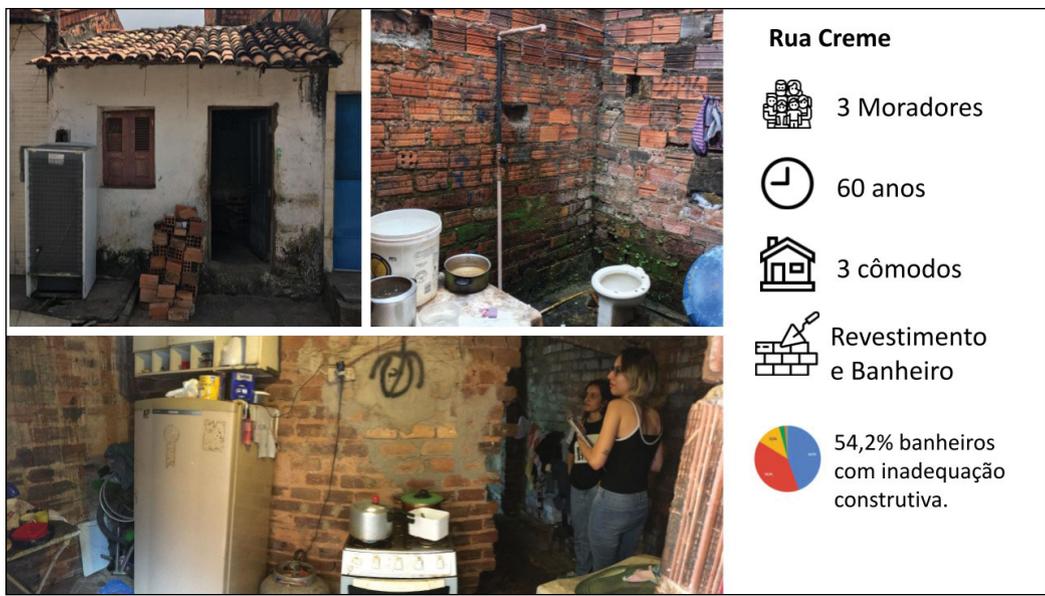
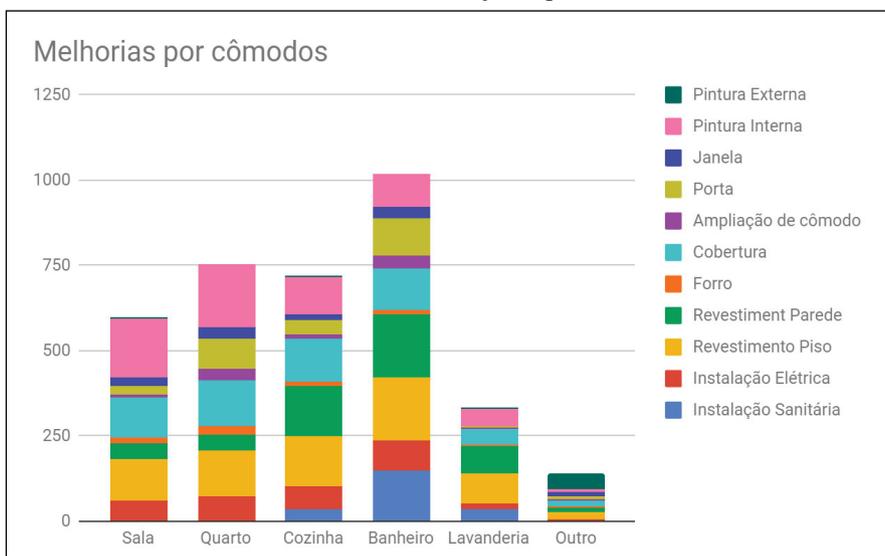


Figura 4. Coleta de informações dos beneficiários.

Quanto à acessibilidade, os dados mostram que 61,5% das unidades habitacionais possuem problema de acessibilidade e/ou segurança, onde 39,6% são problemas com escadas. Aqui destaca-se, em avaliação empírica, que devido a exiguidade dos lotes e o adensamento construtivo, a solução encontrada é a construção em mais de um pavimento e, portanto, a construção de escadas de acesso.

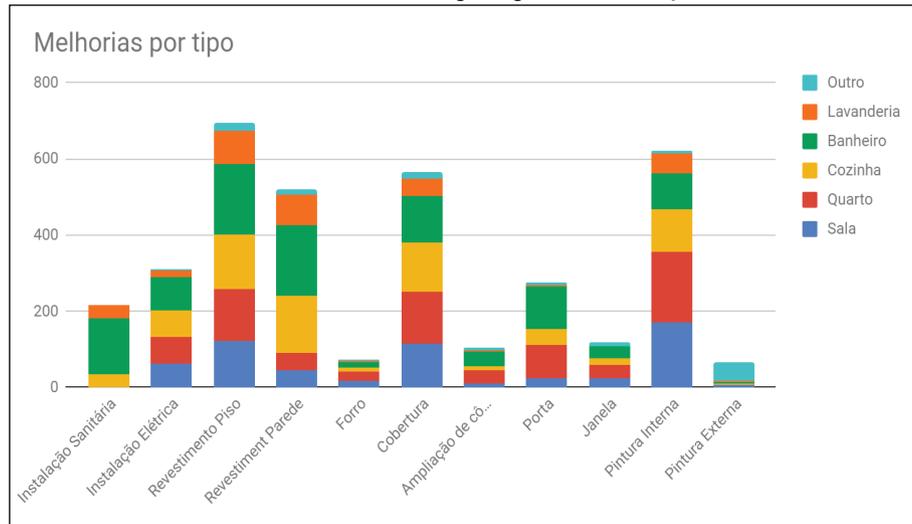
Quando se observa a avaliação de salubridade, 81,7% das casas apresentam algum problema, sendo os principais: infiltração na cobertura, falta de ventilação e iluminação natural e excesso de umidade. A equipe também avaliou que 29% possuem pelo menos um tipo de problema estrutural, onde as principais patologias apresentadas são as rachaduras ou fissuras nas paredes, piso, e teto, e madeiramento do telhado comprometido.

Gráfico 1. Melhorias desejadas por cômodos.



Fonte: Elaborado pelos autores.

Gráfico 2. Melhorias por tipo de intervenção.



Fonte: Elaborado pelos autores.

Quando os moradores são perguntados quais cômodos têm prioridade de receber melhorias, o mais citado são os banheiros, com 19,42% das menções, seguido dos quartos com 14,37%. Já os tipos de intervenção mais citados são a reforma do piso, com 14,24% e pintura com 13,59% das citações.

Entre os beneficiários, 81,5% declararam a necessidade de recorrer a algum tipo de mão de obra remunerada; apenas 18,5% terão auxílio integral ou parcial de mão de obra não remunerada (Figura 05). Verifica-se que grande parcela dos beneficiários são incapazes de arcar com os custos de reforma de suas moradias sem comprometer a sua subsistência e de sua família. Segundo Barbosa *et al.* (2021), isso ocasiona a subutilização dos imóveis, fazendo com que o mesmo deixe de cumprir com a sua função social.



Figura 5. Acompanhamento das obras.

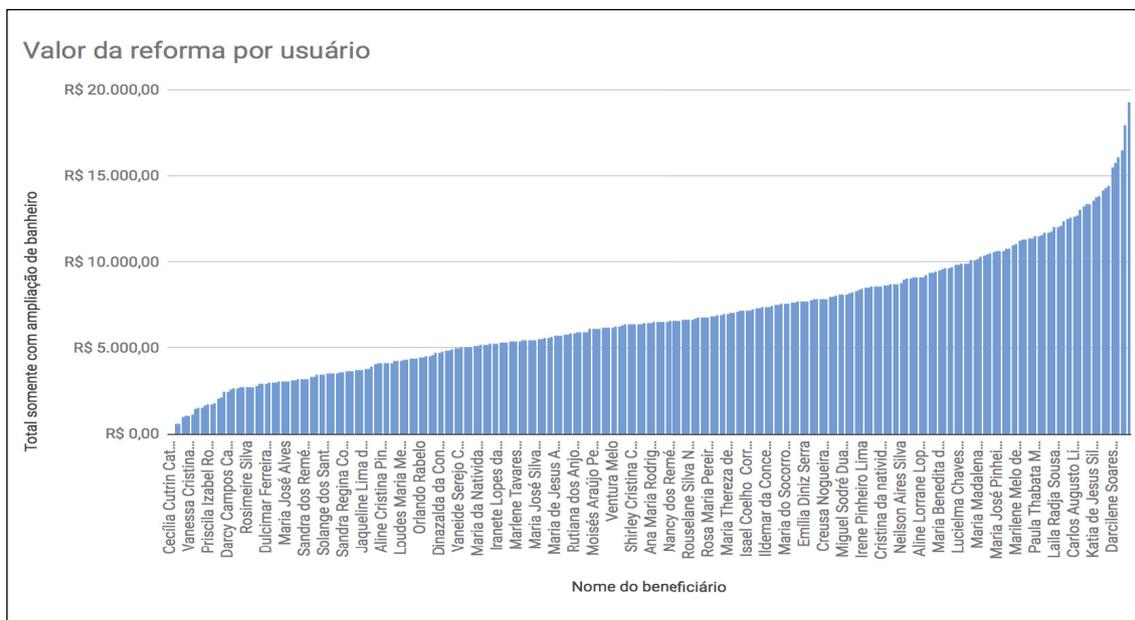
Os dados analisados, demonstram a importância de programas sociais que possibilitem a permanência dos moradores reduzindo as desigualdades sociais e a não gentrificação desses espaços. Dessa forma, protege-se os moradores da especulação imobiliária e garante a revitalização do Centro Histórico, bem como beneficia empresários e comerciantes que trabalham na área.

AVALIAÇÃO DA EFETIVIDADE DO CHEQUE MINHA CASA CENTRO

O Cheque Minha Casa no âmbito do programa Nosso Centro, forneceu subsídios para melhorias habitacionais da ordem de R\$ 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil) com impacto direto em 1.034 (mil e trinta e quatro) pessoas moradoras das residências contempladas, no cálculo de 3,44 pessoas por unidade, o que significa um investimento de, aproximadamente, R\$1.450,68 (mil e quatrocentos e cinquenta reais e sessenta e oito centavos) por pessoa.

Para dimensionar a capacidade de resolução do problema habitacional com o benefício, foi realizada uma análise das reformas pretendidas pelos beneficiários relacionadas com a planilha orçamentária do programa Minha Casa Meu Maranhão. Sendo assim, se as melhorias fossem contratadas em regime de licitação de uma única obra, estaria orçada em R\$ 2.047.473,21, com reformas variando entre R\$ 570,36 e R\$ 19.308,86.

Gráfico 3. Valor de Reforma Estimado Por Beneficiário.



Fonte: Elaborado pelos autores.

Quando observado apenas a dimensão financeira do programa, com o benefício de R\$ 5.000,00, apenas 30,2% dos beneficiários teriam seus problemas de inadequação habitacional totalmente sanados pelo programa. Outros 32,5% teriam custos entre R\$ 5.001,00 e R\$ 7.500; 20,3% de R\$ 7.501 a R\$ 10.000,00 e 16,9% acima de R\$ 10.000,00. Cabe observar que os 30,2% cuja reforma custa até R\$ 5.000,00 não necessitam de todo o valor do benefício já que boa parte das obras custam abaixo deste valor.

Considerando que o valor total investido no programa, R\$ 1.500.000,00, fosse distribuído de acordo somente com as necessidades relatadas de cada beneficiário, seriam atendidas integralmente 262 famílias, 87% dos beneficiários inscritos, com valores variados entre R\$ 570,00 e R\$ 10.789,43.

Porém, cabe lembrar, que devido ao desenho da lei que institui o programa, o benefício só pode ser utilizado exclusivamente para compra de materiais em lojas que estejam previamente cadastradas pelo Estado, portanto o benefício não financia a contratação da mão-de-obra. Retomando o orçamento utilizado de parâmetro, chegou-se a definição que em média 31,9% do custo envolvido na construção da unidade habitacional é referente aos valores gastos com mão-de-obra, 60,9% com compra e aquisição de material, ou seja, para cada obra de R\$ 5.000,00 em material de construção seriam necessários R\$ 2.471,26 de investimento em mão-de-obra. Para fins de análise comparativa usaremos essa proporção para as demandas levantadas na pesquisa.

Considerando que o investimento de mão de obra seria garantido pela família, observando apenas a necessidade e material de construção, chegamos à conclusão que 93% das casas seriam totalmente contempladas, com orçamentos a partir de R\$ 228,00. Se o material fosse distribuído apenas de acordo com a necessidade o programa custaria cerca de R\$ 276.000,00 mais barato.

Porém, observando que cerca de 55% dos beneficiários entrevistados apontam que não possuem recurso disponível para contratação de mão-de-obra, e somente 7% dos entrevistados assumem possuir valores acima de R\$ 2500,00, esta variável passa a ser um fator limitante aos resultados pretendidos pelo programa.

Por fim, considerando os resultados da pesquisa, inferimos que a reabilitação do Centro Histórico de São Luís não pode estar baseada na atuação isolada de nenhum agente local, público ou privado, mas deve passar necessariamente por ações articuladas entre todos os agentes da dinâmica urbana local: os moradores, comerciantes e empresários e os órgãos do Poder Público (em suas três esferas).

CONCLUSÕES

A análise histórica realizada, demonstrou que os programas e projetos pensados no Centro Histórico de São Luís, por diversas vezes promoveram uma modernização espacial que é socioeconomicamente excludente e desigual. Essa realidade foi consolidada por diversos motivos, como pela dificuldade financeira dos Governos Federais, Estaduais e Municipal em adequar as construções históricas em novas habitações, seja por escassez de terrenos disponíveis, especulação imobiliária e moradores com renda insuficiente, o que as mantém dependentes de políticas e programas subsidiários de Governo.

Em paralelo, observa-se que as questões técnicas referentes às demandas e custos por unidade habitacional levantadas no programa Cheque Minha Casa no edital Nosso Centro, demonstraram alto nível de resolutividade das carências apresentadas pelos beneficiários, respondendo a 93% dessa demanda, podendo ter sua eficiência ampliada se adotasse valores distributivos de acordo com a demanda.

Do ponto de vista dos valores globais investidos pelo Estado, ele corresponde a 87% da demanda real, representando o dimensionamento orçamentário adequado para resolução do problema.

Quando analisada a contrapartida do usuário, como por exemplo o fornecimento de mão de obra, o programa demonstrou-se pouco eficiente, já que 93% das famílias

responderam que não tem reserva financeira suficiente para o cumprimento da contrapartida e que 81,5% precisavam, de alguma forma, recorrer a mão de obra remunerada para atingir a finalidade da obra.

Portanto, para o aperfeiçoamento da política e eficiência do programa, recomenda-se observar alguns pontos:

- Incorporar a mão-de-obra relacionadas às reformas como um dos objetos de benefício do programa;
- Observar a variabilidade das demandas de inadequação habitacional, atribuindo valores de benefícios variados;
- Ampliar o assessoramento técnico às famílias atendidas a fim de aumentar a racionalidade das obras e ampliar o efeito do benefício;
- Criar um banco de dados sistemáticos para acompanhamento e aperfeiçoamento da política pública.

O Programa Nosso Centro, através do Cheque Minha Casa, representou avanços com relação aos programas anteriores ao integrar as ações através da gestão compartilhada, mantendo o foco na habitação. Ademais, investiu em melhorias habitacionais, adotando uma área de abrangência ampliada para as ações, o que possibilitou a inclusão de uma população geralmente excluída das políticas de revitalização do Centro. Este contexto representa também novos desafios, para os quais este estudo se propôs a contribuir.

Em suma, verifica-se que a ação implementada apresentou-se como uma importante forma de efetivar a função social da propriedade, embora isso isoladamente não solucione o déficit habitacional, o que requer a implementação de uma política fundiária e habitacional capaz de combater a especulação de imóveis ociosos e garantir a permanência e a melhoria das condições de vida da população socialmente vulnerável, bem como o investimento em programas de produção de moradias adequados à realidade local em diálogo com as suas singularidades territoriais.

NOTA

4 Os tópicos e questões tratados foram definidos antecipadamente. O entrevistador decide a sequência das perguntas durante a entrevista, pois é quem conhece os temas sobre os quais tem de obter reações por parte do inquirido, mas a ordem e a forma como serão introduzidos, são escolhidos durante a entrevista (THIOLLENT, 1982).

REFERÊNCIAS

BARBOSA, T. G. *et al.* Intervenções urbanas no centro antigo do Recife/PE: uma análise dos seus impactos sobre as condições de moradia e socioeconômicas locais. **Ciência Geográfica**, Bauru, ano 25, v. 25, n. 1, p. 163-178, 2021.

BAUMAN, Z. **Modernidade líquida**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

BÓGUS, L. M. M.; SOUSA, A. M. L. de. Habitação em centros históricos: um desafio à integração das políticas públicas. **Cad. Metrop.**, São Paulo, v. 18, n. 37, p. 845-861, 2016.

CARDOSO, P. P. **A reabilitação de edifícios para uso residencial multifamiliar no centro histórico de São Luís/MA**. 2012. Dissertação (Mestrado) - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Rio de Janeiro, 2012.

COHEN, L. *et al.* **Research methods in education**. 6. ed. Londres: Routledge, 2007. 656 p.

GISIGER, J. U. **Projeto de Renovação Urbana da Praia Grande**. São Luís: SIOGE, 1978.

- GONÇALVES, D. S. **Moro em edifício histórico, e agora? Avaliação pós-ocupação de habitações multifamiliares no Centro Histórico de São Luís -MA.** 2006. 171 f. Dissertação (Mestrado em Conforto no Ambiente Construído, Forma Urbana e Habitação) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2006.
- LOPES, J. A. V. **São Luís, cidade radiante: o plano de expansão da cidade de São Luís do Eng. Ruy Ribeiro de Mesquita (1958).** São Luís: FAPEMA, Gráfica Sete Cores, 2016.
- LOPES, J. A. V. **São Luís, capital moderna e cidade colonial: Antonio Lopes da Cunha e a preservação do patrimônio cultural ludovicense.** São Luís, MA: Fundação Municipal de Cultura, 2013. 328 p.
- MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 34.959, de 26 de junho de 2019.** Institui o Programa Nosso Centro.
- MARANHÃO (Estado). **Lei Estadual nº 10.997, de 29 de março de 2019.** Institui o Programa “Habitar no Centro”.
- MARANHÃO (Estado). **Projeto (Proposta) de Inclusão do Centro Histórico de São Luís na Lista do Patrimônio Mundial da UNESCO (Junho 1996).** São Luís: SECMA. Junho, 1996.
- MARQUES, M.T. C. **Condições de habitabilidade no centro histórico de São Luís - MA: estudo das atividades comerciais e de serviços necessárias e das atividades incompatíveis.** 2002. 91 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Urbano) - Universidade Federal de Pernambuco, Pernambuco, 2002.
- MASULLO, Y.A. G.; LOPES, J.A. V. Efeitos da urbanização na dinâmica socioeconômica do centro histórico de São Luís – MA. *In: CONGRESSO BRASILEIRO DE GESTÃO AMBIENTAL, 7.,* 2016, Campina Grande, PB. **Anais [...].** Campina Grande, PB: IBEAS 2016. Disponível em: <http://www.ibeas.org.br/congresso/Trabalhos2016/XI-014.pdf>. Acesso em: 01 dez. 2016.
- MORIN, E. *et al.* **Educar na era planetária: o pensamento complexo como método de aprendizagem pelo erro e incerteza humana.** Tradução Sandra Trabucco Mayra Valenzuela. São Paulo: Cortez; Brasília; UNESCO, 2003. 111 p.
- SÃO LUÍS (Município). **Regulamentação das diretrizes do plano diretor para o centro histórico de São Luís.** São Luís: Instituto das Cidades-INCID, 1998.
- SECID. **Planilha Orçamentária do Programa Minha Casa Meu Maranhão,** 2019.
- THIOLLENT, M. **Crítica metodológica, investigação social e enquete operária.** São Paulo: Polis, 1982. 270 p.
- VIANA DE LIMA, A. E. **Estado do Maranhão – São Luís: relatório e propostas para a conservação, recuperação e expansão.** Porto: UNESCO, 1973.
- VILLAÇA, F. **Reflexões sobre as cidades brasileiras.** São Paulo: Studio Nobel, 2012.

REFERÊNCIAS CONSULTADAS

- BRASIL. Ministério das Cidades. **Matriz de indicadores para avaliação pós ocupação dos projetos pilotos de investimento intervenção em favelas.** 2004. Disponível em: https://www.mdr.gov.br/images/stories/ArquivosSNH/ArquivosPDF/Avaliacao/AVALIACaO_DE_POS_OCUPACaO.pdf. Acesso em: 01 set. 2020.
- FIGUEIREDO, M. F.; FIGUEIREDO, A. M. C. Avaliação política e avaliação de políticas: um quadro de referência teórica. **Análise & Conjuntura,** Belo Horizonte, v. 1, n. 3, 1986.
- FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Centro de estatística e informações: déficit habitacional no Brasil 2015.** Belo Horizonte, 2018.

MARANHÃO (Estado). **Lei Ordinária 10.506/2016**. 2016. Disponível em <http://stc.ma.gov.br/legisla-documento/?id=4450#:~:text=LEI%20N%C2%BA%2010.506%2C%20DE%206,obras%20vinculadas%20ao%20referido%20programa>. Acesso em: 01 abr. 2021.

SANTO AMORE, C. Assessoria e assistência técnica: arquitetura e comunidade na política pública de habitação de interesse social. *In*: SEMINÁRIO NACIONAL SOBRE URBANIZAÇÃO DE FAVELAS, 2., 2014, Rio de Janeiro. **Anais [...]**. Rio de Janeiro, 2014. Disponível em: <http://www.peabirutca.org.br/wp-content/uploads/GT1-46-108-20140630235545.pdf>. Acesso em: 01 abr. 2021.

SANTO AMORE, C. Entre a necessidade e a gestão: o lugar das melhorias habitacionais nas políticas de urbanização de favelas. *In*: SEMINÁRIO NACIONAL SOBRE URBANIZAÇÃO DE FAVELAS, 2014, São Bernardo do Campo, SP. **Anais [...]**. São Bernardo do Campo, SP, 2014. Disponível em: <http://www.peabirutca.org.br/wp-content/uploads/GT1-46-108-20140630235545.pdf>. Acesso em: 01 abr. 2021.

SÃO LUÍS (Município). **Lei nº 4.669 de 11 de outubro de 2006**: plano diretor de São Luís. São Luís: SEPLAN, 2006.

SOMBRA, D. B. **De casa em casa, a cidade: autoconstrução e melhorias habitacionais no loteamento Santa Cecília**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - FAU, Universidade de São Paulo, 2017. Disponível em: https://issuu.com/danielsombra2/docs/tfg_-_de_casa_em_casa_a_cidade__pag. Acesso em: 20 ago. 2020.

GEOGRAFIA DO TRABALHO ESCRAVO NO MARANHÃO

GEOGRAPHY OF SLAVE LABOR IN MARANHÃO

GÉOGRAPHIE DU TRAVAIL ESCLAVE À MARANHÃO

Sávio José Dias Rodrigues¹
Carlos Rerisson Rocha da Costa²

RESUMO: Este trabalho tem a intenção de trazer os principais aspectos da geografia do trabalho escravo no Maranhão. Sendo assim, partimos da espacialização do fenômeno no estado a partir de dados de ocorrência, naturalidade e referência de trabalhadores resgatados entre 2003 e 2017. A partir dos dados da Comissão Pastoral da Terra, fazemos uma análise das principais regiões de ocorrência, relacionando as atividades com a expansão de grandes projetos desenvolvimentistas no estado. Também buscamos as principais regiões maranhenses de naturalidade e referência de trabalhadores resgatados de trabalho escravo no Brasil. O discurso disseminado de desenvolvimento atrelado a atividades econômicas no Maranhão tem coincidido com a permanência do trabalho escravo no estado. Regiões de expansão de grandes projetos de desenvolvimento tem sido o lócus desse fenômeno, não só as ocorrências, mas, também, são dessas regiões que se originam a grande quantidade de trabalhadores aliciados para o trabalho escravo, podendo denotar que há uma relação entre expansão de grandes projetos de desenvolvimento e produção de situações de vulnerabilidade. As regiões de expansão da soja, ano sul do estado, e da Estrada de Ferro Carajás, ao Oeste do estado, são as principais regiões, em conjunto com o Centro do Maranhão, que avança com a pecuária extensiva.

Palavras-chave: Geografia. Trabalho Escravo. Grandes projetos de desenvolvimento. Maranhão.

ABSTRACT: This work intends to present the main aspects of the geography of slave labor in Maranhão. Therefore, we start from the spatialization of the phenomenon in the state based on data on occurrence, place of birth and reference of workers rescued between

1 Doutor em Geografia (UFC); Professor da Licenciatura em Estudos Africanos e Afro-brasileiros e do Programa em Pós-graduação em Geografia (UFMA). E-mail: saviodiasbr@gmail.com.

2 Doutor em Geografia Humana (USP); Professor da Licenciatura em Geografia (UESPI) e do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas (UFPI). E-mail: rerissoncosta@ccm.uespi.br.

2003 and 2017. Based on data from the Pastoral Land Commission, we analyze the main regions of occurrence, listing the activities with the expansion of large development projects in the state. We also look for the main regions of Maranhão that are natives and references for workers rescued from slave labor in Brazil. The widespread development discourse linked to economic activities in Maranhão has coincided with the permanence of slave labor in the state. Regions of expansion of large development projects have been the locus of this phenomenon, not only the occurrences, but also these regions that originate the large number of workers recruited into slave labor, which may denote that there is a relationship between the expansion of major projects for the development and production of situations of vulnerability. The soy expansion regions, in the south of the state, and the Carajás Railroad, in the west of the state, are the main regions, together with the Center of Maranhão, which advances with extensive cattle raising.

Keywords: Geography. Slavery. Major development projects. Maranhão.

RÉSUMÉ: Ce travail entend présenter les principaux aspects de la géographie du travail esclave dans le Maranhão. Ainsi, nous partons de la spatialisation du phénomène dans l'état à partir des données d'occurrence, du lieu de naissance et de référence des travailleurs secourus entre 2003 et 2017. À partir des données de la Commission Foncière Pastorale, nous analysons les principales régions d'occurrence, en répertoriant les activités avec l'expansion de grands projets de développement dans l'état. Nous recherchons également les principales régions du Maranhão qui sont des indigènes et des références pour les travailleurs sauvés de l'esclavage au Brésil. Le discours généralisé sur le développement lié aux activités économiques dans le Maranhão a coïncidé avec la permanence du travail esclave dans l'État. Les régions d'expansion des grands projets de développement ont été le siège de ce phénomène, non seulement les occurrences, mais aussi ces régions qui sont à l'origine du grand nombre de travailleurs recrutés comme esclaves, ce qui peut indiquer qu'il existe une relation entre l'expansion des grands projets pour le développement et la production de situations de vulnérabilité. Les régions d'expansion du soja, au sud de l'État, et le chemin de fer de Carajás, à l'ouest de l'État, sont les principales régions, avec le Centre du Maranhão, qui progresse avec l'élevage extensif de bétail.

Mots-clés: Géographie. Esclavage. Grands projets de développement. Maranhão.

INTRODUÇÃO

Temos como objetivo fazer elaborar uma geografia do trabalho escravo, que consiste na espacialização do fenômeno no território do Estado do Maranhão, localizando as principais regiões de ocorrência, bem como, de envio de mão de obra que é aliciada para o trabalho escravo no país. Porém, apenas a localização do fenômeno torna essa geografia empobrecida, assim, partimos do método de Milton Santos (2017), em que a descrição necessita imediatamente da análise, que fazemos a partir da relação com o que a priori, nos aparece como uma contradição, o discurso de modernização do território, sobretudo, vinculado à expansão de grandes projetos de desenvolvimento ou megaprojetos.

Sendo assim, de maneira prática, a localização do fenômeno, demanda uma análise, buscando o porquê da própria localização e suas relações materiais no espaço. Nesse sentido, buscamos as relações da localização do fenômeno com dados econômicos, trazendo, por

exemplo, elementos que indicam vulnerabilidade socioeconômica dos trabalhadores para o aliciamento. Em outros trabalhos já trouxemos essa análise da vulnerabilidade para o trabalho escravo de trabalhadores migrantes (RODRIGUES, 2017), nesse aqui fazemos a relação espacial, buscando esse cruzamento no território. Também buscamos a relação regional das atividades relacionadas aos grandes projetos de desenvolvimento no estado com o trabalho escravo, em que, a contradição entre o que é propagado como a chegada da modernização do território, atribuída a esses grandes projetos e a permanência de uma forma de exploração do trabalho supostamente arcaica.

O Estado do Maranhão tem passado por um ciclo de modernização recente, usando os termos de Milton Santos (2008), em que a característica atual é o discurso desenvolvimentista ligado aos grandes projetos de desenvolvimento. Esses grandes projetos têm efetivado próteses espaciais, em que, a necessidade de superação do espaço pelo tempo é uma demanda do capital para que a acumulação se potencialize. Superar espaço, contraditoriamente, é produzir espaço. Assim, a necessidade de aumento da velocidade de produção, de circulação, é seguida pela produção de ferrovias, estradas, portos, etc.

O discurso ligado aos grandes projetos de desenvolvimento é crivado de promessas de renda e assalariamento para a população, assim como, de empregos formais. Esse discurso modernizante, do progresso, de uma modernização do território em que a agricultura familiar não se adéqua. O assalariamento da população passa a ser o objetivo, apesar de que não se dá de maneira universalizante, mas se torna o eixo de ação, sobretudo, no imaginário das populações camponesas.

Para essa análise, partimos dos dados da Comissão Pastoral da Terra (CPT) que tem um banco de dados acerca do trabalho escravo contemporâneo no Brasil. Pegamos os dados de trabalhadores resgatados de trabalho escravo (Brasil e Maranhão), naturalidade e referência dos resgatados (nível estadual e municipal no Maranhão). A partir desses dados, fizemos o cruzamento com dados de produção e área de produção de soja no Maranhão. Para isso os dados da produção agrícola municipal do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Desse mesmo órgão, analisamos os dados de produção da silvicultura, para os dados acerca da produção de eucalipto.

O artigo é dividido em duas partes. Na primeira parte, trazemos uma análise dos grandes projetos de desenvolvimento no Maranhão, sua localização e análises dos impactos econômicos para o trabalho nos municípios. O discurso dado aos grandes projetos de desenvolvimento no estado tem se impregnado em uma ideia de modernização do território e que, supostamente, faria com que o Maranhão superasse alguns “atrasos”, como, por exemplo, o trabalho escravo contemporâneo.

A segunda parte do artigo avança com os dados do trabalho escravo contemporâneo, se ligando a primeira pela análise da localização das regiões de intensa exploração do trabalho. Assim, analisamos o porquê da produção de regiões com maior número de ocorrência, bem como de regiões que se consolidam como bolsões de mão de obra passível de serem exploradas como escravizadas no país.

GRANDES PROJETOS DE DESENVOLVIMENTO OU MEGAPROJETOS NO MARANHÃO

A expansão e desenvolvimento do modo de produção capitalista, sobretudo, nas últimas décadas do século XX e nas duas primeiras décadas do século XXI tem evidenciado o caráter

espacial desse sistema, que David Harvey (2009) vai analisar a partir dos estratégias para as crises estruturais do capitalismo. Nesse sentido, ele encontra a globalização como parte desses estratégias, no que ele chama de Desenvolvimento Geográfico Desigual.

Espaços periféricos, nesse período citado acima, têm sido incorporados às estruturas atuais do capitalismo, a partir do que se convencionou chamar de globalização e que tem se atrelado a uma série de medidas, discursos, práticas. Em princípio, a ideia de internacionalização da economia pode ser associada a um discurso de progresso e modernização do território. Essa modernização tem relação com um discurso de desenvolvimento e progresso, vinculado, sobretudo, a implantação de grandes projetos de desenvolvimento.

Para entender esse projeto modernizador, uma importante referência é o que a Federação das Indústrias do Maranhão trás acerca dos eixos de desenvolvimento do estado:

A economia do Maranhão está estruturada em dois grandes eixos de desenvolvimento e integração, que englobam macro-cadeias produtivas de elevado dinamismo e modernização: o agronegócio de alimentos e energia, com destaque para a moderna produção da região sul, onde se expande a soja, o milho, a cana-de-açúcar e a pecuária; e o complexo minero-metalúrgico, concentrado na parte oeste e norte (São Luís) do estado. Esses dois eixos expressam e consolidam uma relativa diversidade econômico-social interna, concentrando o dinamismo nas microrregiões sul e sudoeste, e no eixo da ferrovia, além da capital, ponto de convergência e de suporte logístico da economia maranhense (FIEMA, 2009, p. 26).

Segundo esse mesmo documento, fica explícito que é na transformação de uma economia voltada para o mercado interno para uma economia de commodities que o estado passa por um processo de modernização. Dessa maneira, as ideias de desenvolvimento e modernização do território passam, inevitavelmente, a serem permeadas pelos eixos de desenvolvimento propostos pela FIEMA. O Estado adere ideologicamente a essa concepção de desenvolvimento, somando, também, um terceiro eixo, que é o de exploração pelo turismo. Nisso, reside o que vamos conceber aqui como modernização do território.

A modernização do território aparece para Carlos Rerisson Rocha da Costa (2016) a partir da apropriação dos espaços para uso capitalista. E é justamente nesse uso capitalista, que a instalação desses grandes empreendimentos ou grandes projetos de desenvolvimento tem acarretado a constituição de contradições, que perpassam o discurso de renda e trabalho e a permanência da pobreza.

Estamos tratando aqui a expressão “grandes projetos de desenvolvimento” como sinônimo de “megaprojetos” e considerando que, assim como, María Verónica Ibarra García, estes são um tipo de espaço, se relacionando com o poder e

[...] se realizan con base en el desarrollo científico-técnico, se invierten grandes cantidades de recursos económicos en su ejecución, se movilizan grandes contingentes humanos — por la demanda de mano de obra para la construcción o bien por los desplazamientos poblacionales — y cumplen una función simbólica de poder, desarrollo y fortaleza (GARCÍA, 2012, p. 149).

Esse conceito de megaprojeto nos abre para a instalação de empreendimentos articulados, que não necessariamente são institucionalizados como um projeto único, por exemplo, o

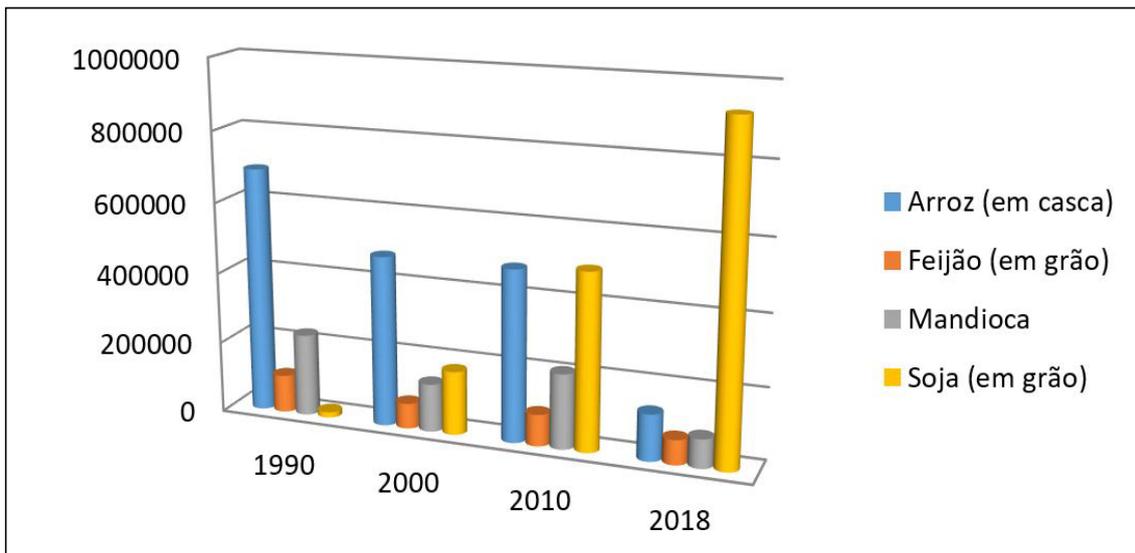
complexo da soja. Nesse sentido, afiguramos como megaprojetos no Maranhão: o turismo de escala, sobretudo na região do Parque dos Lençóis Maranhenses; o agronegócio, no sul do estado do Maranhão (avançando para o Oeste), assim como na região do Município de Chapadinha, no leste do estado; o complexo logístico e produtivo ligado à Estrada de Ferro Carajás (EFC).

Dois elementos são importantes se ressaltar da instalação desses megaprojetos no Maranhão: 1) as transformações da dinâmica de produção dos territórios, em que a economia local passa a ter uma transformação a partir de uma mudança no padrão produtivo e de consumo. A escala da internacionalização da economia, a migração de uma mão de obra especializada e com padrão de consumo diferenciado; 2) a precarização do trabalho decorrente de uma necessidade por aumentar a taxa de acumulação, a partir da diminuição de custo de mão de obra.

Em relação ao primeiro elemento, o trabalho feito por José Ricardo Ramalho e Marcelo Sampaio Carneiro (2015) traz muitas questões a se refletir em economias destinadas a *commodities*, sobretudo, a siderurgia. Segundo esses autores, a Amazônia Brasileira tem sido alvo de várias intervenções de ordem econômica, tendo a instalação de siderúrgicas em municípios como, Açailândia (MA) e Marabá (PA) as mais importantes. Para eles, a crise de 2008 teve várias repercussões nas novas economias criadas com a siderurgia, o que pra nós, mostra o caráter de economias e territórios com uma lição de comando fora do lugar, um alerta já dado por Milton Santos quando fala das verticalidades nos territórios (SANTOS, 1992).

A evolução da produção do agronegócio da soja e de alguns produtos que são os principais produtos da agricultura familiar (arroz, mandioca, feijão) mostra bem essas transformações e a dinâmica local da economia (Ver Gráfico 1)

Gráfico 1. Evolução da área plantada, Maranhão, 2018.

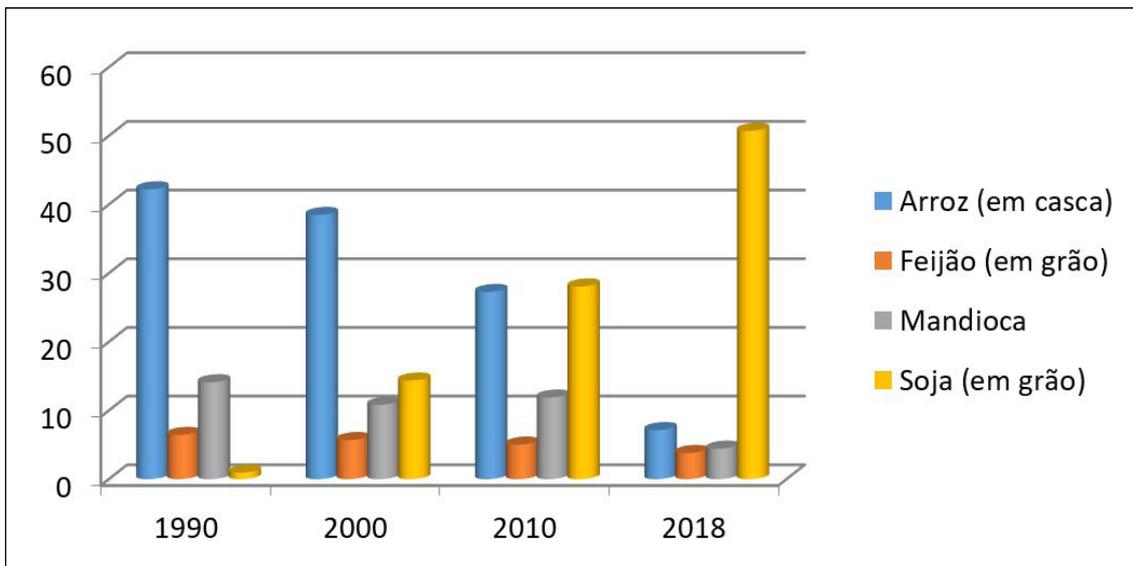


Fonte: IBGE, Produção agrícola municipal.

É possível se perceber o grande crescimento da área plantada por soja, indo de 15.305ha em 1990 para 926.656ha em 2018, ao mesmo tempo em que a área de mandioca decresce de 230.909ha em 1990 para 81.116ha em 2018. O arroz é o produto da agricultura familiar que mais diminui sua área plantada, de 690.495 há em 1990 para 130.386ha em 2018. O feijão tem também queda, apesar de menor em relação aos outros produtos, indo de 105.307 para 69.641 entre os anos de 1990 e 2018.

A participação dos produtos na área plantada do estado também é uma variável para pensarmos a imposição de um novo modelo produtivo para o estado, conforme se pode ver no Gráfico 2.

Gráfico 2. Evolução da participação da área plantada, Maranhão, 2018.

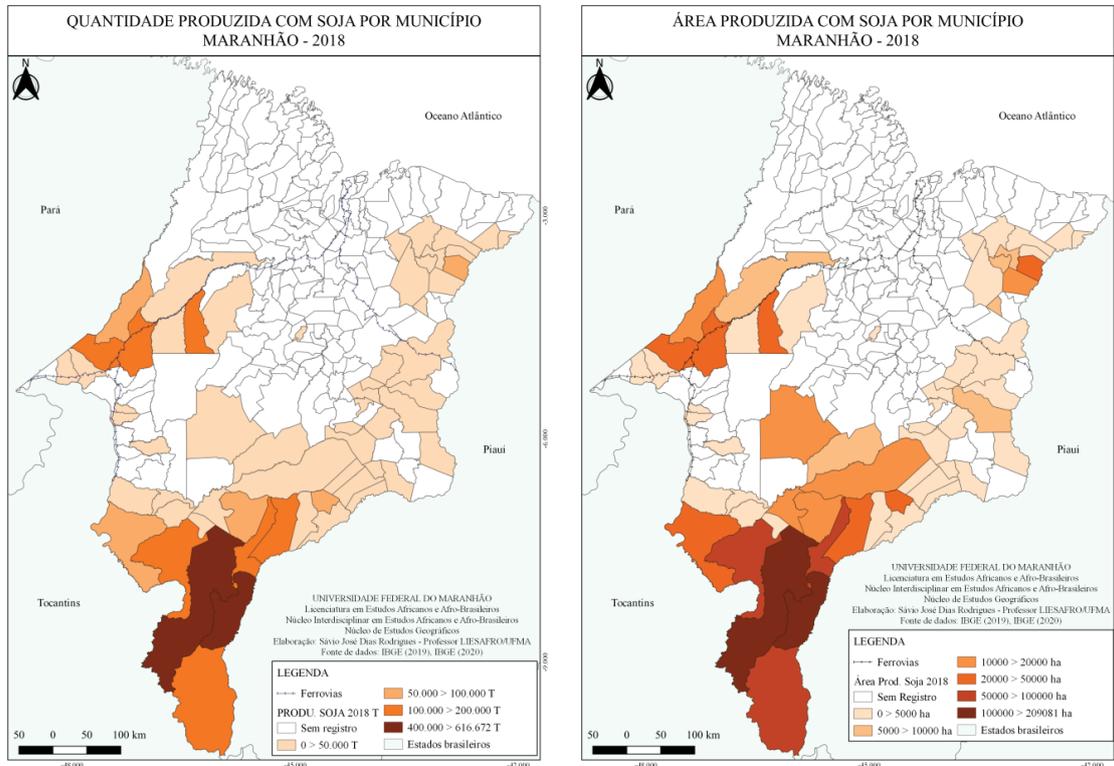


Fonte: IBGE, Produção agrícola municipal.

Aqui, fica mais evidente a nova participação que a soja tem no estado em relação aos produtos considerados os principais da agricultura familiar e camponesa. O arroz que tomava mais de 40% da área plantada em 1990 passou para um pouco mais de 7% em 2018, enquanto a soja, que tinha menos de 1% em 1990, passou para mais de 50% em 2018.

A produção da soja se tornou o carro-chefe da economia do agronegócio no Estado do Maranhão, recebendo apoio governamental, de financiamentos e de construção de estruturas logísticas para o seu ciclo produtivo. Sua expansão para o nordeste brasileiro compôs o que se convencionou chamar de MAPITOBA, região de grande expansão do agronegócio e que tem essa designação com a inicial dos estados que a compõe. No Estado do Maranhão ela abrange, principalmente, o sul do estado, inclusive, sendo perceptível na grande participação dessa região na economia do agronegócio do estado.

É importante perceber que há uma especialização de determinadas regiões do estado em relação aos produtos do agronegócio e de uma economia de escala. Essas regiões ficam cada vez mais com suas economias vinculadas à globalização e com os territórios pressionados por uma internacionalização da produção. As Figuras 1 e 2 mostram a espacialização da economia da soja nas regiões do estado no ano de 2018:



Fonte: Elaborado pelos autores.

Figuras 1 e 2. Quantidade e área produzida com soja por município, Maranhão, 2018.

As Figuras 1 e 2 mostram a territorialização da produção do agronegócio da soja no Estado do Maranhão, sobretudo, em três regiões do estado. O Leste do Maranhão tem sido uma região com a inserção da cultura sojícola por meados dos anos 2000. A migração dos chamados gaúchos, pessoas oriundas do sudeste e sul do país, mas que, muitas vezes, já com passagem pelos estados do centro oeste brasileiro ou mesmo, pela região sul do Maranhão. Municípios como Santa Quitéria do Maranhão, Brejo, Chapadinha ou Urbano Santos passam por processos de transformações sócio territoriais que implicam em conflitos com comunidades camponesas (BOTELHO, 2017; COSTA, 2016).

O sul do Estado do Maranhão é a região que se consolidou há mais tempo como especializada na produção de soja. Polarizada pelo município de Balsas, a economia da soja se fixou desde a década de 1980, tendo o pico de crescimento na década de 1990 e início dos 2000. Apesar de desacelerar, continua em crescimento a área plantada e quantidade produzida na região.

A produção de soja no Maranhão tem se expandido para o Oeste do estado, avançando por Açailândia, Buriticupu, dentre outros municípios, conforme se pode observar nos mapas 3 e 4. Esse avanço encontra nas possibilidades que as infraestruturas logísticas da Estrada de Ferro Carajás (EFC) podem facilitar ao escoamento da produção, já que a produção da soja segue para exportação pelo complexo portuário do Itaqui, localizado em São Luís-MA.

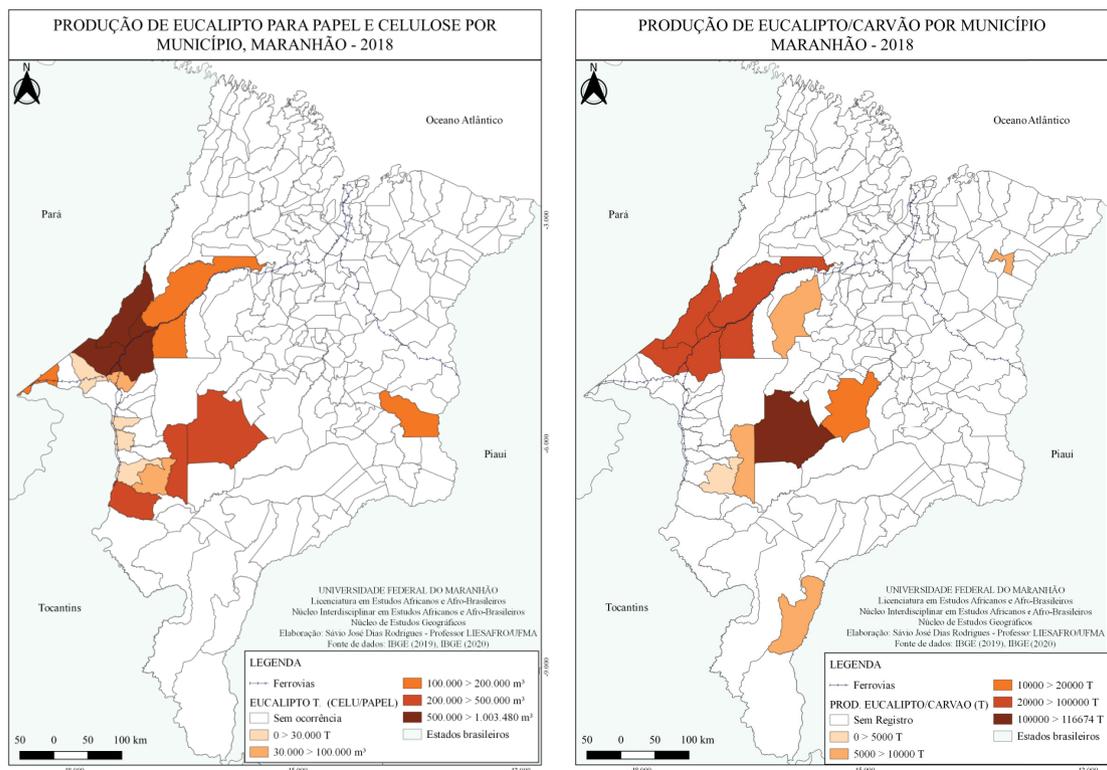
Outro grande projeto ou megaprojeto que nos referimos aqui é a Estrada de Ferro Carajás (EFC), concebida dentro do que se chamou de Projeto Grande Carajás (CARNEIRO, 1997; MONTEIRO, 1997). A EFC foi inaugurada em 1985, tendo 892 km, ligando a maior mina a céu aberto do mundo, Carajás, no Pará, ao Porto da Madeira, em

São Luís-MA, sendo operada pela empresa provada Vale, e servindo, principalmente, ao escoamento da produção de minério extraído da serra de Carajás.

Atrelado à infraestrutura criada pela Estrada de Ferro Carajás, uma série de atividades se constitui paralelamente, direta e indiretamente à ferrovia. Desde atividades de apoio, como alimentação, serviços e oficinas mecânicas, como, também, atividades produtivas que se aproveitam da EFC, como, por exemplo, a siderurgia e a metalurgia.

É nesse contexto que Horácio Antunes de Sant’Ana Júnior (2009) diz que “No Maranhão, os desdobramentos deste projeto e de outras grandes iniciativas desenvolvimentistas levaram à implantação da infraestrutura necessária para a exploração mineral, florestal, agrícola, pecuária e industrial”.

O plantio do eucalipto no Maranhão segue duas lógicas: a primeira é a produção de papel e celulose e a segunda é o eucalipto para a produção de carvão. A economia da silvicultura do eucalipto tem se aproveitado da EFC para escoar a produção de celulose, além de dar suporte à siderurgia, com a produção de carvão. O Oeste e Sudoeste do estado têm sido o lócus dessa produção, conforme se pode observar nas Figuras 3 e 4:



Fonte: Elaborado pelos autores.

Figuras 3 e 4. Produção de eucalipto para papel e celulose e eucalipto para carvão, Maranhão, 2018.

Apesar de ter alguns municípios fora do eixo da EFC, é na região próxima a ferrovia que está concentrada o grosso do plantio de eucalipto, seja pra uso das siderurgias, no caso do eucalipto para produção de carvão, seja o eucalipto para papel e celulose. Na verdade, a plantação de eucalipto é um dos desdobramentos locais do Programa Grande Carajás, que segundo Horácio Antunes de Sant’Ana Júnior e Sislene Costa da Silva (2010) objetivou transformar as áreas em torno da EFC num grande complexo agroindustrial.

Tanto a soja como o eucalipto, pode ser alocada como parte dos megaprojetos no Maranhão, o primeiro vinculado a produção agropecuária, que tem como base a cadeia do agronegócio. O segundo está atrelado à produção minerosiderúrgica e tem a Estrada de Ferro Carajás e o Programa Grande Carajás como seu maior representante. Esses dois grandes projetos repercutem na dinâmica produtiva camponesa e de reprodução desses grupos. Dentre as consequências, tem-se o acesso desses grupos à terra e ao território. Um importante exemplo é o caso da comunidade de Pequiá de Baixo, no município de Açailândia-MA, que sofre diretamente com a instalação de siderúrgicas em seu entorno e teve seus territórios de produção tomados ou cercados, impossibilitando mesmo a reprodução social desses grupos camponeses.

Outro exemplo é a comunidade de Cajueiro, na zona rural de São Luís-MA, que tem sofrido com a instalação de um porto, o chamado Porto de Cajueiro ou Suzano Papel e Celulose na comunidade Cajueiro³. A construção desse porto tem forçado a comunidade a sair de seu território, num processo violento que já teve atuação até de jagunços armados circulando na comunidade. A expropriação dos camponeses de seu território gera um ar de incertezas em relação ao destino de sua economia que não poderá mais ser atrelada ao território.

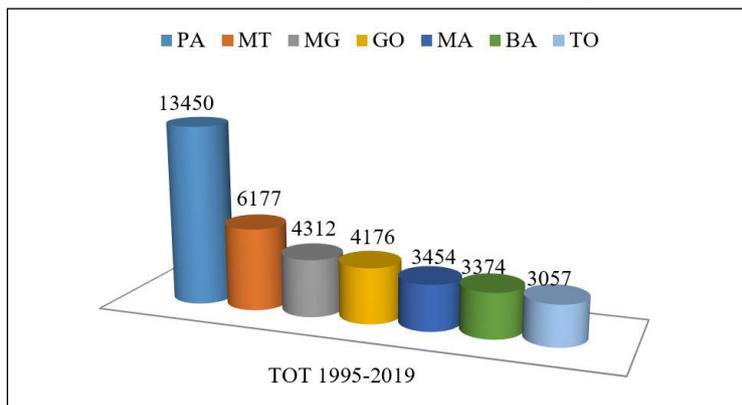
É no sentido da fragmentação do território camponês que os processos migratórios de mobilidade de trabalhadores do Estado do Maranhão têm ocorrido. Camponeses empobrecidos, que no processo de fragmentação se transformam em trabalhadores migrantes, ao mesmo tempo em que se tornam vulneráveis ao aliciamento para o trabalho escravo.

TRABALHO ESCRAVO NO MARANHÃO

Os processos de empobrecimento da população, sobretudo, rural no Maranhão, tem gerado um contexto de vulnerabilidade para o trabalho escravo no estado. Contraditoriamente ao discurso de instalação de grandes projetos de desenvolvimento no estado, a pobreza se reproduz com intensidade em municípios com impacto direto desses empreendimentos.

O trabalho escravo contemporâneo tem se reproduzido no Maranhão como parte da própria dinâmica de produção do capital. Ele não é antagônico à modernização, tal como os discursos tem deixado crer. Os dados mostram que as iniciativas de modernizar o território maranhense têm se dado paralelamente à permanência do trabalho escravo. O Gráfico 3 mostra a posição do estado em relação a outros estados quanto ao total de libertados em casos de trabalho escravo:

Gráfico 3. Libertados de trabalho escravo nos estados, Principais UF, 1995 a 2019.

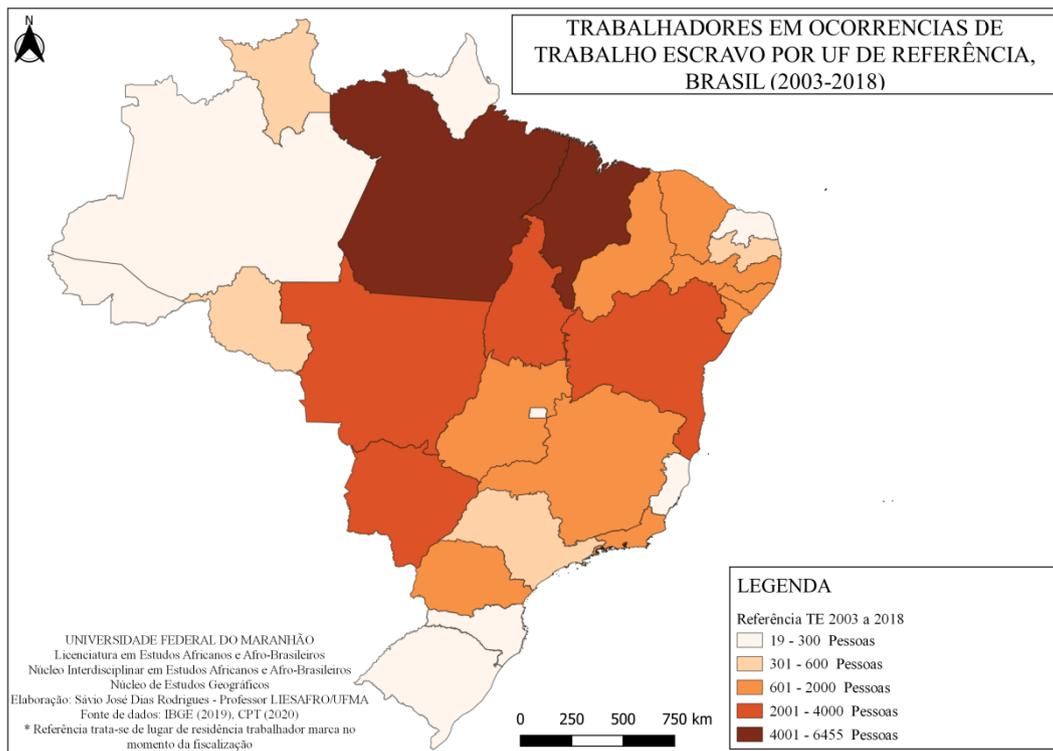


Fonte: CPT, Panorama atualizado do trabalho escravo no Brasil - CPT.TE - 1995-2020.

O Pará é o Estado que lidera o ranking de libertados por estado, seguido por Mato Grosso, Minas Gerais, Goiás e Maranhão. Esses são os 5 estados que mais tem libertados de trabalho escravo, neles, atividades como o agronegócio da soja, o eucalipto, a cana-de-açúcar, a pecuária, a mineração, são apresentadas como parte do processo de modernização, globalização e internacionalização da economia, inclusive, do país, ao mesmo tempo que essas mesmas atividades exploram mão de obra escrava.

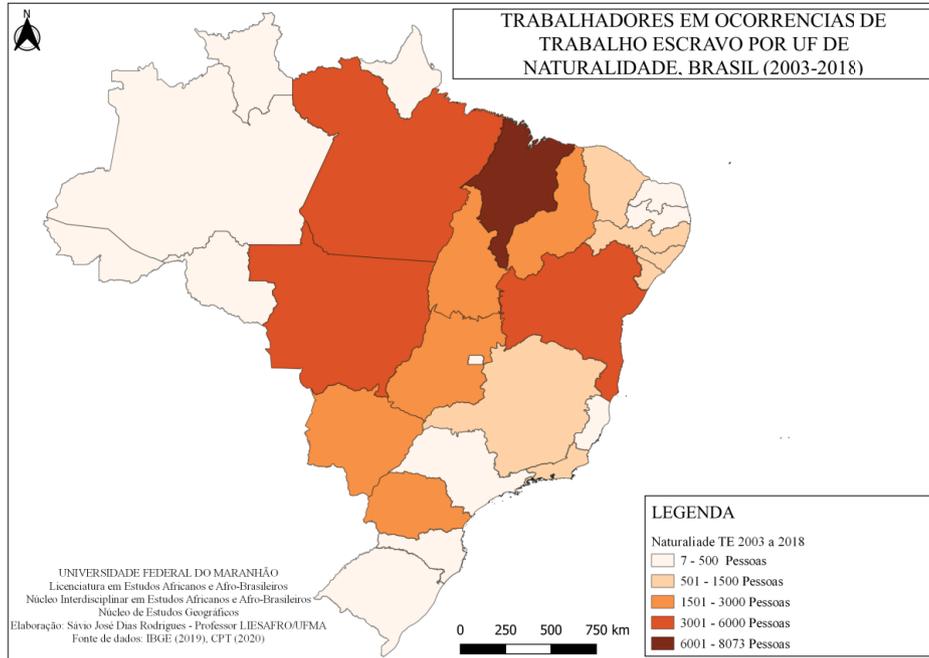
O empobrecimento da população tem acarretado ondas de migração de trabalhadores e, aqui, nos referimos, especialmente, ao Maranhão. É no contexto de empobrecimento de uma população essencialmente rural que vários trabalhadores se movimentam do estado todo ano para procurar colocação em postos de trabalho em outros estados, muitas vezes esse movimento é temporário, fazendo o trabalhador todo ano se locomover do Estado. Esses trabalhadores enviam parte dos salários para manterem suas famílias nos municípios de origem, fazendo parte da economia de suas coudades (RODRIGUES, 2016).

A vulnerabilidade para o aliciamento para o trabalho escravo reside em grande parte no movimento de trabalhadores pobres e com pouca instrução do Maranhão. Os dados mostram que o estado é um dos maiores exportadores de mão de obra que é aliciada para o trabalho escravo no país. As Figuras 5 e 6 espacializam os dados de trabalhadores resgatados de trabalho escravo por Unidade da Federação de Referência ou Naturalidade:



Fonte: Elaborado pelos autores.

Figura 5. Trabalhadores em ocorrências de trabalho escravo por UF de Referência, Brasil, 2003 a 2018.

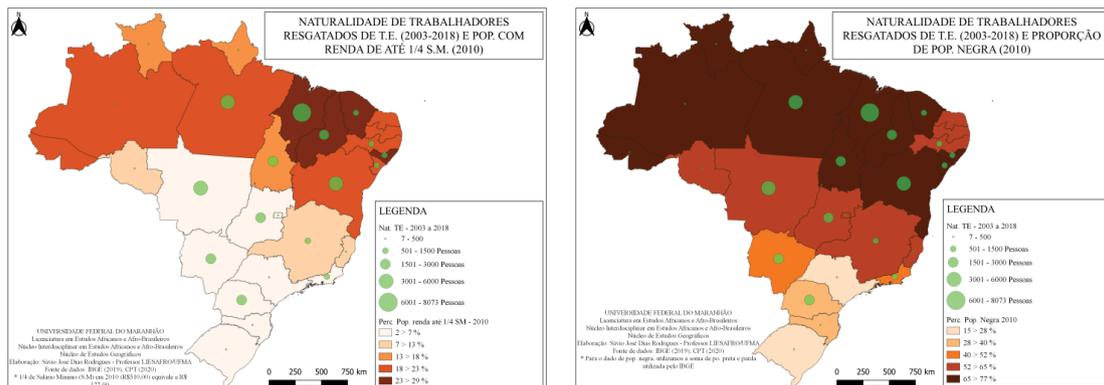


Fonte: Elaborado pelos autores.

Figura 6. Trabalhadores em ocorrências de trabalho escravo por UF de Naturalidade, Brasil, 2003 a 2018.

As figuras mostram que os Estados do Maranhão e do Pará, estão no topo da lista de estados exportadores de mão de obra aliciada para o trabalho escravo, seja trabalhadores residentes ou naturais. Ao que parece, há territórios no Brasil que passaram a ser naturalizados como exportadores de mão de obra precarizada e barata. Verdadeiros depósitos de gente que pode, à demanda dos empregadores, serem colocados enquanto objetos, em qualquer situação de trabalho. Essa naturalização passa, mais que situações de empobrecimento, mas por uma consideração em torno da colonialidade dos sujeitos que residem e são originários desses territórios.

Fazendo uma comparação entre trabalhadores resgatados por naturalidade com renda abaixo de ¼ de salário mínimo e população negra, nós temos o mosaico de mapas a seguir (Figuras 7 e 8)



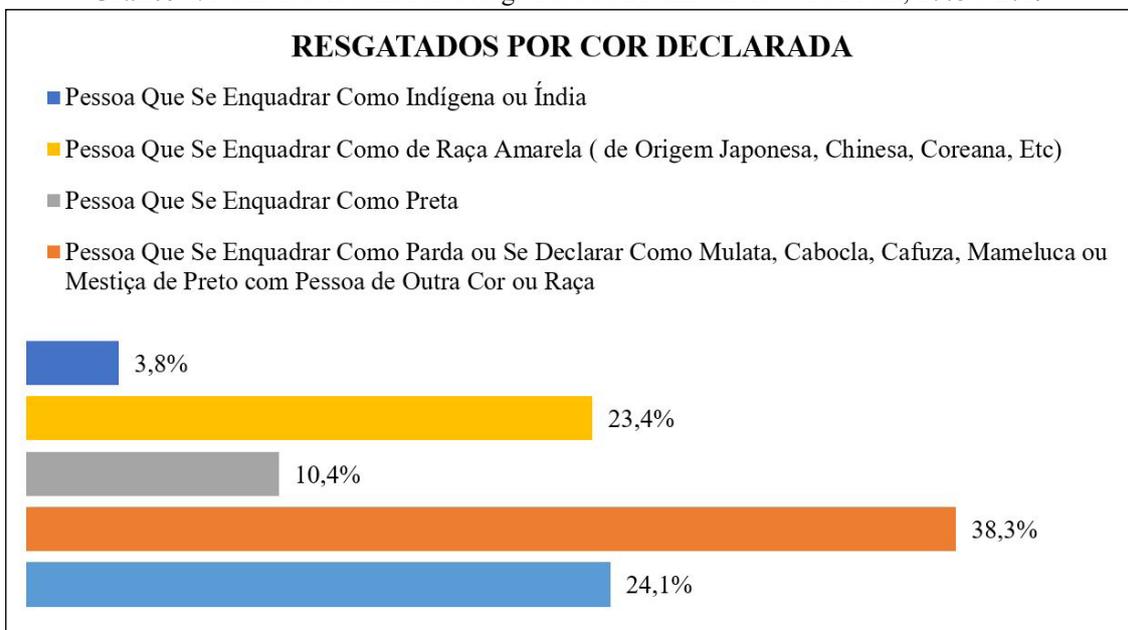
Fonte: Elaborado pelos autores

Figuras 7 e 8. Comparativo de renda, raça e trabalhadores por naturalidade, Brasil, 2003 a 2018.

A população de trabalhadores, que passa por situação de escravidão, tem sua humanidade negada. O colonialismo e o racismo que se utilizaram do trabalho escravo do período colonial e imperial tinha a mesma estratégia. Para entender essa geografia, que transforma não qualquer pessoa em objeto, mas sim, pessoas em específico, o trabalho de Bartolomeu Mendonça (2017) nos ajuda, quando ele fala de um *continuum colonial*, não pela forma, mas pela estrutura de exploração e representação. Assim, a exploração do trabalho precário e escravo segue a lógica do colonialismo, em que alguns sujeitos, pela sua sub-humanidade, poderiam ser apropriados, poderiam ser alvejados com violência e até mortos. No mesmo sentido, o trabalho escravo contemporâneo se reproduz. Nesse sentido, essa relação entre espaços negros e a permanência do trabalho escravo nos ajuda a entender esse fenômeno, também, como racial.

Os dados de perfil de trabalhadores mostram que os trabalhadores resgatados são em sua maior parte, pessoas que se identificam como pretas ou pardas, conforme o Gráfico 4.

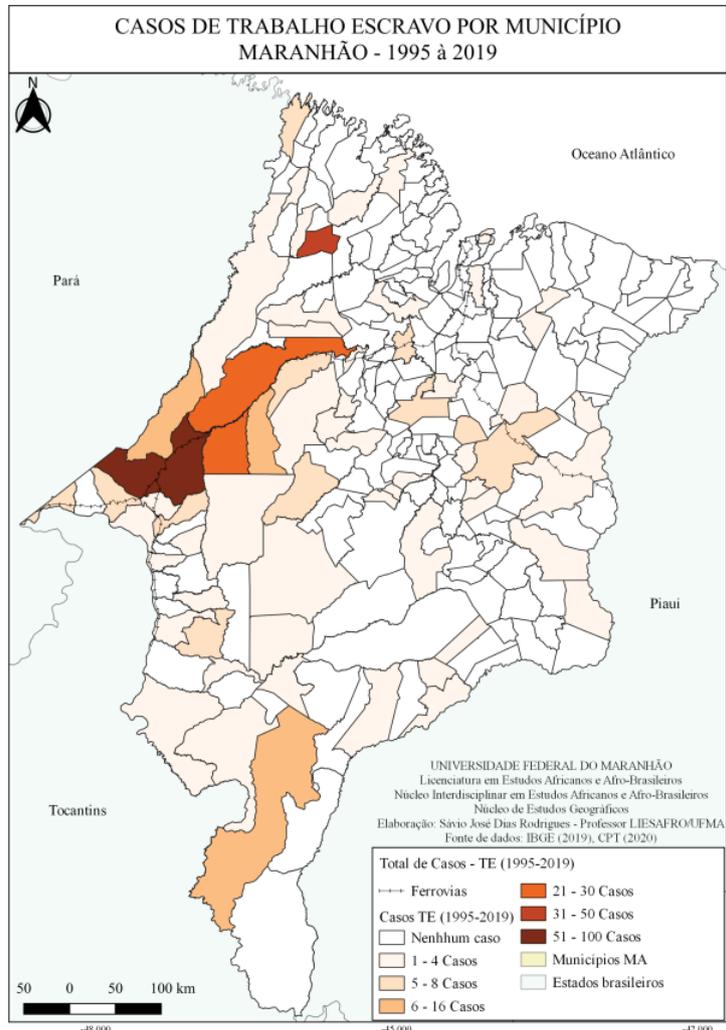
Gráfico 4. Perfil dos trabalhadores resgatados de trabalho escravo no Brasil, 2003 a 2019.



Fonte: CPT, Panorama atualizado do trabalho escravo no Brasil - CPT.TE - 1995-2020.

Quase 50% dos trabalhadores resgatados de trabalho escravo se identificam como negros (soma dos dados de pretos e os pardos). Isso reforça nosso argumento de que alguns sujeitos são passíveis da colonialidade da exploração do corpo ou subalternização dos espaços. Espaços, na concepção de Milton Santos (2017), de conjunto de fixos e fluxos, em que espaço e sociedade são um *uno*, e, assim, são passíveis de serem apropriados pelas atividades capitalistas, que são a própria colonialidade, por serem considerados espaços produzidos por sub-humanos, da mesma forma que Frantz Fanon (1968) escreve no seu livro *Condenados da terra*.

No Estado do Maranhão, avaliando os dados por município, podemos perceber que os casos de trabalho escravo estão localizados em regiões específicas. O Oeste do Estado e o Sul são as regiões proeminentes em relação aos casos de trabalho escravo entre os anos de 1995 à 2019, conforme podemos ver na Figura 9.



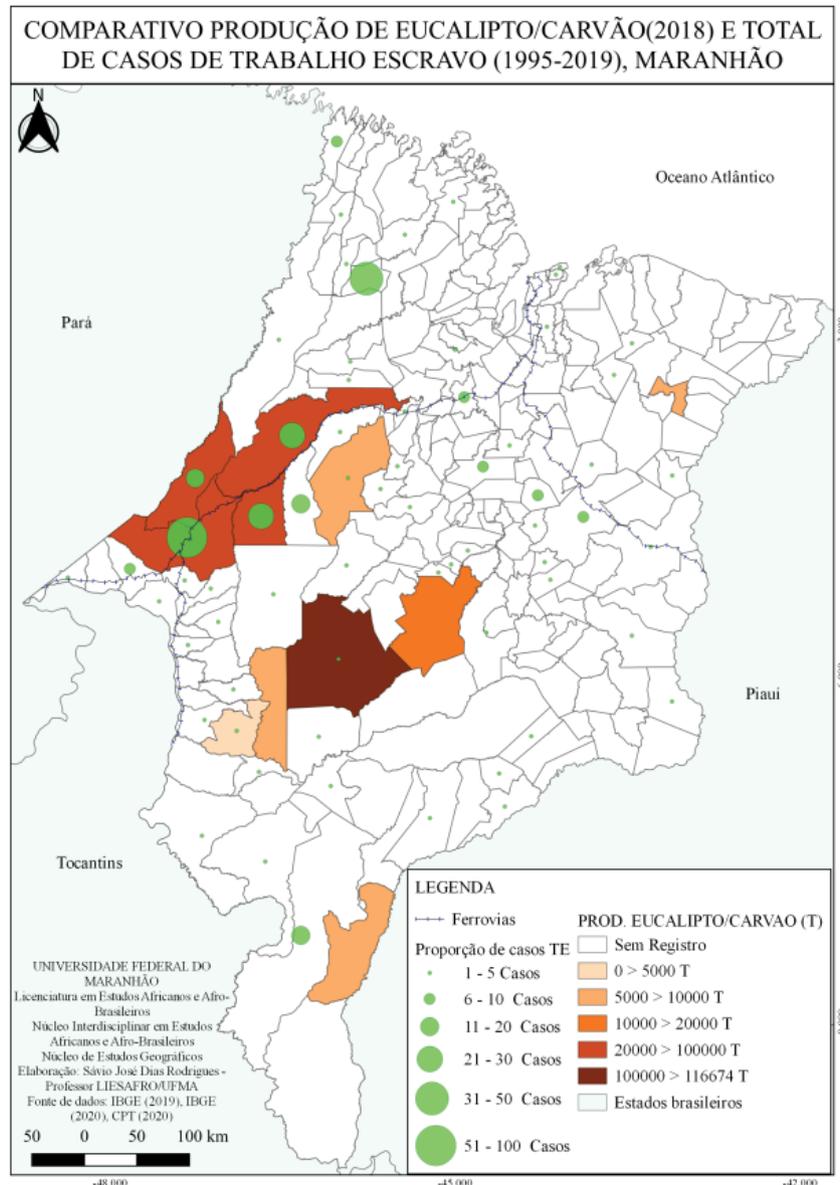
Fonte: Elaborado pelos autores.

Figura 9. Casos de trabalho escravo por município, Maranhão, 1995 a 2018.

Essa regionalização do trabalho escravo no sul e oeste têm íntima relação com as atividades ligadas aos grandes projetos nessas regiões. São nessas regiões que os megaprojetos vinculados aos eixos de desenvolvimento do estado do Maranhão têm se expandido. Assim, as plantações de soja e de eucalipto aparecem como importantes variáveis.

A silvicultura do Eucalipto no Maranhão tem realizada: 1) para abastecer os fornos siderúrgicos e de metalurgia que se localizam, sobretudo, em Açailândia-MA; 2) produção de papel e celulose. Os eucaliptos formam extensas florestas, que nas regiões onde são plantados passaram a ser denominados de desertos verdes, pelos muitos impactos sociais e ambientais que causam. Apesar de serem denominados de florestas de eucalipto, não tem nada de floresta em comparado a diversidade biológica de uma floresta natural. O seu plantio necessita de uma grande quantidade de água e repele outras espécies vegetais, isso acaba por diminuir a diversidade de espécies necessárias para a manutenção das cadeias ecológicas, promovendo, inclusive, extinção de espécies animais e vegetais.

A Figura 10 mostra o comparativo de casos de trabalho escravo entre 1995 e 2019 e a produção de eucalipto em 2018 no estado do Maranhão:

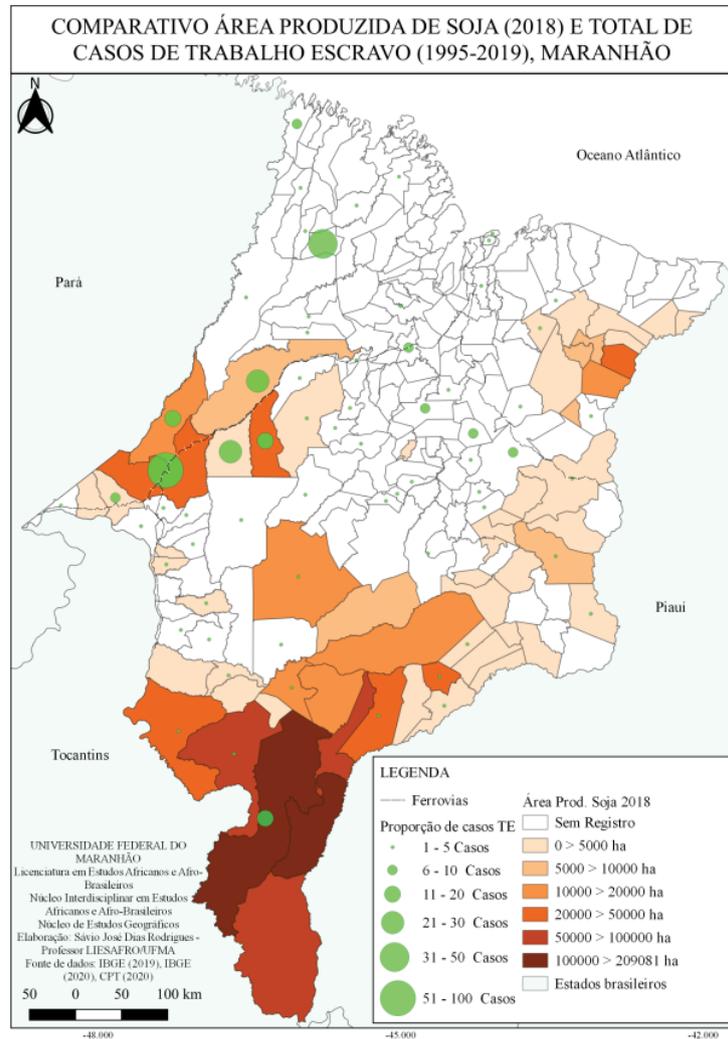


Fonte: Elaborado pelos autores.

Figura 10. Casos de trabalho escravo por município e produção de eucalipto, Maranhão, 1995 a 2018.

Podemos perceber que na parte Oeste do estado do Maranhão os casos de trabalho escravo, em sua maioria, estão localizados nos municípios produtores de Eucalipto. A questão que se coloca de um lado: como, uma das atividades ditas como parte da modernização do território maranhense reproduz uma forma de exploração de trabalho que nos remete, a priori, ao passado? A resposta: atividades ligadas aos plantios de eucalipto tem se aproveitado dessa forma de exploração para expandirem suas taxas de acumulação de capital.

Em relação ao agronegócio da soja, temos algo parecido, também a oeste, sobretudo, pois os casos de trabalho escravo nessa região podem ser associados às aberturas e preparações de fazendas para essas atividades. A Figura 11 faz um comparativo dos casos de trabalho escravo entre 1995 e 2018 no estado do Maranhão e o total de área produzida com soja em 2018:



Fonte: Elaborado pelos autores.

Figura 11. Casos de trabalho escravo por município e área produzida com soja, Maranhão, 1995 a 2018.

A região Oeste do Maranhão tem conhecido o avanço da soja, mas já há um tempo era o lócus de atividades relacionadas a produção de carvão para as siderurgias que se aproveitavam da Estrada de Ferro Carajás. Mais recentemente, os plantios de soja têm avançado pra região, também se aproveitando da infraestrutura logística da ferrovia, ligando ao terminal de grãos localizado no complexo portuário do Itaqui, em São Luís - MA e facilitando o escoamento dessa produção.

No sul do estado, sobretudo, a produção de soja é a que mais tem acarretado impactos locais para as economias dos municípios. Desde impactos sociais para comunidades em que estas perdem seus territórios, até uma transformação ampla nas economias municipais.

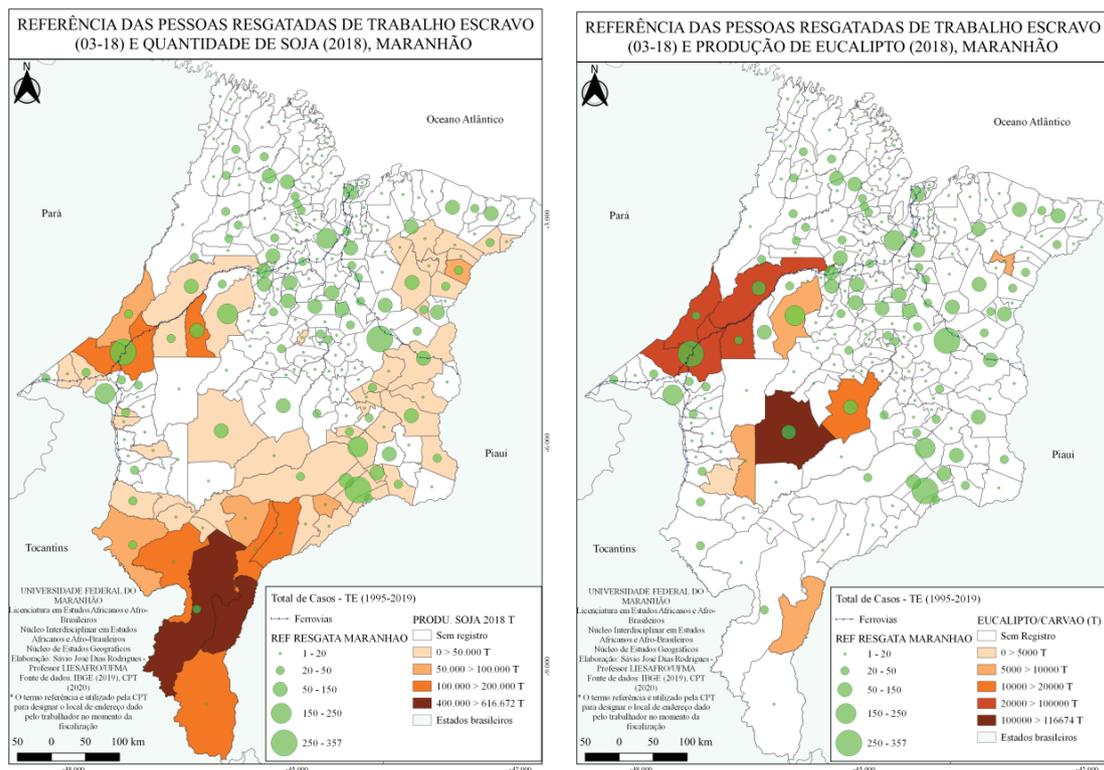
Tanto a produção de soja como a produção de eucalipto necessitam de vastas extensões de terras para serem economicamente viáveis para os produtores do agronegócio. Sendo assim, a pressão por terras nas regiões sobe e com isso, a expulsão de camponeses de seus territórios tem acontecido em larga escala, gerando uma situação de empobrecimento para esses grupos. Outro elemento, é que, apesar da mecanização, alguns setores da produção acontecem necessitando de mão de obra braçal. Nesses ramos da produção, cada vez mais se

tem a precarização do trabalhador e, também, formas de trabalho escravo contemporâneo, o que explica, por exemplo, a incidência de casos de trabalho escravo na soja no sul do estado. O processo de abertura de fazendas, o “catar raízes”, o colocar cercas, além de outras atividades no ciclo produtivo da própria soja, tem demandado mão de obra barata e precária, que, muitas vezes, é mantida sob jornadas exaustivas ou trabalho degradante.

Em relação ao processo de expulsão de camponeses, isso tem gerado um empobrecimento desses sujeitos, aumentando as possibilidades de aliciamento para o trabalho escravo. Esse não é um processo exclusivo dos plantios de soja e eucalipto, mas, também, é localizado na pecuária.

Na verdade, verdade, no Estado do Maranhão a privatização das terras por grandes latifúndios, muitas vezes, ligados à pecuária bovina, que pode ser localizada em quase todo território estadual, tem diminuído o acesso de camponeses às terras, criando um contexto propício para o aliciamento desses grupos. O Estado, a partir do grande contingente de trabalhadores migrantes, é um dos grandes exportadores de mão de obra que é aliciada para o escravismo contemporâneo. Um processo parecido com o fenômeno dos cercamentos ingleses no início do capitalismo industrial e com consequências semelhantes, em que gera a possibilidade de exploração de uma mão de obra que foi empobrecida ao mesmo tempo em que foi separada do seu meio de produção (ou reprodução da sua própria vida)

As Figuras 13 e 14 mostram os municípios de referência no Maranhão desses trabalhadores que são resgatados em todo o Brasil de trabalho escravo e comparados com a produção de soja e eucalipto.



Fonte: Elaborado pelos autores.

Figuras 12 e 13. Referência de trabalhadores resgatados de TE (03-18), produção de eucalipto e soja (2018), Maranhão.

Os mapas mostram que o trabalho escravo se espalhou no estado, como parte da rotina dos trabalhadores migrantes. A busca por melhores condições acaba sendo o elemento chave encontrado pelos denominados gatos para o aliciamento desses trabalhadores. Ainda assim, alguns municípios podem ser mencionados como grandes exportadores dessa mão de obra. Os casos de Codó, Açailândia, Pastos Bons e Imperatriz são importantes. Esses municípios, cada um, tiveram mais de 230 trabalhadores resgatados de trabalho escravo no país que indicaram sua referência de endereço no momento do resgate, entre os anos de 2003 a 2018. O município de Codó, no centro leste do estado do Maranhão é o campeão com 356 pessoas que indicaram referência nesse município nesse período.

Uma característica em comum entre esses municípios é que todos são incluídos no MAPITOBA, região agrícola instituída em 2015, mas que vem se consolidando como uma região especializada dentro da lógica capitalista entre os estados do Maranhão, Piauí, Bahia e Tocantins, com alta circulação de capital vinculada a economia do agronegócio já há algumas décadas. Esse fato nos mostra mais uma vez que o trabalho escravo não é antagônico aos megaprojetos, mas sim, ele acontece no seio desses grandes projetos, necessário para a ampliação da acumulação de capital e expansão destes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho escravo tem sido parte do contexto dos grandes projetos de desenvolvimento ou megaprojetos no Estado do Maranhão. Os dados e sua espacialização demonstram que há uma relação estreita entre a expansão dos megaprojetos e o trabalho escravo, a partir de processos que vão desde a expulsão de camponeses de suas terras, até mesmo o uso por parte desses empreendimentos de mão de obra precária e escravizada.

A modernização do território, que se apresenta ao estado do Maranhão como resposta e solução para a pobreza e baixos índices sociais, trazem consigo o uso da exploração do trabalho escravo como parte dessa modernização. Dessa maneira, os denominados eixos de desenvolvimento do estado, como mediadores dessa modernização, têm contribuído para a reprodução do trabalho escravo no estado.

NOTA

3 O trabalho de Bartolomeu Rodrigues Mendonça e Samarone Carvalho Marinho (2016) faz uma importante análise historicizando os grandes projetos no Maranhão e trazendo o contexto da comunidade de Cajueiro.

REFERÊNCIAS

- BOTELHO, A. C. **Resistência camponesa entre chapadas, carrascos e mato no Baixo Parnaíba**, Maranhão. 2017. 155 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2017.
- CARNEIRO, M. D. S. Do latifúndio agropecuário à empresa latifundiária carvoeira. *In*: COELHO, M. C. N. e COTA, R. G. (orgs.). **10 anos da Estrada de Ferro Carajás**. Belém: UFPA/NAEA, 1997. p. 223-250
- COSTA, C. R. R da. **O litoral do Maranhão, entre segredos e descobertas: a fronteira de expansão do turismo litorâneo na periferia do Brasil**. 2016. Tese (Doutorado em

Geografia Humana) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.

COSTA, S. B. da. **Chapadas e lutas**: resistência camponesa no Baixo Parnaíba Maranhense na rota do agronegócio silvicultor: conflitos territoriais e “usos” da natureza. 2016. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2016.

FANON, F. **Os condenados da terra**. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1968.

FIEMA. Federação das Indústrias do Estado do Maranhão. **PDI 2020**: plano estratégico de desenvolvimento industrial do Maranhão. São Luís: FIEMA, 2009.

GARCÍA, M. V. I. Espacio: elemento central en los movimientos sociales por megaproyectos. **Desacatos**, n. 39, p. 141-158, mayo-ago. 2012.

MENDONÇA, B. R. **Continuum colonial (=modernidade), empreendimentos capitalistas, deslocamentos compulsórios, e escravos da república no Estado do Maranhão, Brasil**. 2017. Tese (Doutorado) - UFMA, São Luís, 2017.

MENDONÇA, B. R.; MARINHO, S. C. Cajueiro revisitado: ou dez anos de relato crítico em construção. **Repocs**, v. 13, n.26, jul/dez. 2016.

MONTEIRO, M. A siderurgia e a produção de carvão vegetal no corredor da Estrada de Ferro Carajás. *In*: COELHO, M. C. N.; COTA, R. G. (orgs.). **Dez (10) anos da Estrada de Ferro Carajás**. Belém: UFPA/NAEA, 1997. p. 183-222

RAMALHO, J. R.; CARNEIRO, M. S. Trabalho e siderurgia na Amazônia brasileira. *In*: RAMALHO, J. R.; CARNEIRO, M. S. **Ações coletivas em complexos minero-metalúrgicos**: experiências na Amazônia e no Sudeste brasileiro. São Luís: EDUFMA, 2015.

RODRIGUES, S. J. D. Espaços subalternos e trabalho escravo contemporâneo: migração e vulnerabilidade socioeconômica no Maranhão moderno. **Campo -Território**. v. 12, p. 119-140, 2017.

RODRIGUES, S. J. D. **Quem não tem é escravo de quem tem**: migração camponesa e a reprodução do trabalho escravo contemporâneo. 2016. Tese (Doutorado em Geografia) - Programa de Pós-graduação em Geografia, UFC, Fortaleza, 2016.

SANT'ANA JÚNIOR, H. A. de. Conflitos sócio-ambientais no Maranhão e sua relação com grandes projetos de desenvolvimento. *In*: JORNADA INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS, 4., 2009, São Luís< MA. **Anais [...]**. São Luís, MA: UFMA, 2009.

SANT'ANA JÚNIOR, H. A. de; SILVA, S. C. da. Taim: conflitos socioambientais e estratégias de defesa do território. **Revista Pós Ciências Sociais**. v. 7, n. 13, 2010.

SANTOS, M. **A Natureza do Espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. 4. ed. São Paulo: EdUSP, 2017.

SANTOS, M. **O espaço dividido**: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos. 2. ed. São Paulo: EdUSP, 2008.

SANTOS, M. O retorno do território. **OSAL**: Observatório Social de América Latina. Buenos Aires: CLACSO, v. 6, n. 16, jun. 2005.

USOS DO TERRITÓRIO E EXPANSÃO DO SISTEMA PRISIONAL MARANHENSE (1960-2021)

USES OF THE TERRITORY AND EXPANSION OF THE PRISON SYSTEM FROM MARANHÃO (1960-2021)

USOS DEL TERRITORIO Y EXPANSIÓN DEL SISTEMA PENITENCIARIO DE MARANHÃO (1960-2021)

Fernando Gustavo Meireles Baima¹

Carlos Eduardo Nobre²

RESUMO: Neste artigo, objetivamos discutir a expansão territorial do sistema prisional maranhense. De uma expansão intraurbana do sistema concentrada na capital chegaremos à expansão territorial propriamente dita, quando se iniciou o processo de desconcentração e interiorização das unidades prisionais. A partir de uma proposta de periodização, discutimos como em distintos períodos a difusão dos estabelecimentos penais pode revelar os resultados de projetos político-governamentais no trato da questão do encarceramento, culminando com a crise do sistema no início da década de 2010. Por fim, buscamos refletir se tal expansão corresponde a um projeto político e jurídico punitivista ou garantista no sentido de serem as unidades prisionais instaladas no interior do estado um projeto de garantia dos direitos dos detentos quanto ao cumprimento justo e adequado das penas ou se seriam tais unidades a expressão de uma cultura punitivista do Estado e da sociedade em torno de determinadas classes e segmentos sociais.

Palavras-chave: Sistema Prisional. Expansão Territorial. Urbanização. Maranhão.

ABSTRACT: In this paper, we aim to discuss the territorial expansion of the prison system from Maranhão State, Brazil. From an intra-urban expansion of the system concentrated in the capital, we will arrive at the territorial expansion itself when the process of decentralization of prison units begins. Based on a periodization proposal, we discussed how in different periods the dissemination of specific penalties can reveal the results of political-government projects of incarceration, culminating in a system crisis in the early 2010's. Finally, we reflect on whether such expansion corresponds to a

¹ Mestre em Geografia pela UEMA. E-mail: frbaima@gmail.com.

² Professor Doutor do Departamento de História e Geografia da UEMA e no Programa de Pós-Graduação em Geografia da mesma Universidade. E-mail: cdnobre19@gmail.com.

Artigo recebido em março de 2021 e aceito para publicação em maio de 2021.

punitive or guarantor political and legal project in the sense that prison units installed in the interior of the state are a project to guarantee the rights of detainees as to the fair and adequate execution of sentences or if these units are the expression of a punitivist culture of the State and society around certain classes and social segments.

Keywords: Prison System. Territorial Expansion. Urbanization. Maranhão.

RESUMEN: Nuestro objetivo es discutir la expansión territorial del sistema penitenciario de Maranhão, Brasil. De una expansión intraurbana del sistema concentrado en la capital, llegaremos a la expansión territorial cuando se inició el proceso de desconcentración de las unidades penitenciarias. Con base en una propuesta de periodización, discutimos cómo, en diferentes períodos, la expansión de las instituciones penales puede revelar los resultados de los proyectos político-gubernamentales en el abordaje del tema del encarcelamiento, culminando con la crisis del sistema a principios de la década de 2010. Finalmente, buscamos reflexionar sobre si dicha ampliación corresponde a un proyecto político y legal punitivo o garante en el sentido de que las unidades penitenciarias instaladas en el interior del estado son un proyecto para garantizar los derechos de los detenidos en cuanto a la justa y adecuada ejecución de las penas o si las unidades serían la expresión de una cultura punitiva del Estado y de la sociedad en torno a determinadas clases y segmentos sociales.

Palabras clave: Sistema penitenciario. Expansión territorial. Urbanización. Maranhão.

INTRODUÇÃO

Neste artigo, discutiremos a expansão territorial do sistema prisional maranhense por meio da difusão de unidades prisionais. Tal expansão decorre de uma sucessão de eventos que corroboraram para ações de reformas e construções de estabelecimentos penais no sentido de abrigar o crescente contingente populacional encarcerado.

A investigação de como se expandiu e de como foram distribuídas as unidades prisionais no Estado do Maranhão deve-se à necessária compreensão dos acontecimentos sucessivos e coexistentes que conformaram um conjunto de situações geográficas (SILVEIRA, 1999; CATAIA; RIBEIRO, 2015).

Como nos ensina Santos (2008 [1996], p. 159), referindo-se à sucessão dos eventos históricos: “em cada lugar, os sistemas sucessivos do acontecer social distinguem períodos diferentes, permitindo falar de hoje e de ontem”. Ao mesmo tempo, conforme o autor, em cada lugar “o tempo das diversas ações e dos diversos atores e a maneira como utilizam o tempo social não são os mesmos”, de modo que “no viver comum de cada instante, os eventos não são [só] sucessivos, mas concomitantes”, permitindo-nos falar de um eixo das coexistências (Ibid.).

Os acontecimentos sociais se dão tanto sucessivamente no tempo como concomitantemente e simultaneamente no espaço. Nesse sentido, tempo e espaço são interdependentes e os acontecimentos se dão de forma não somente fixa (absoluta), mas também relativa e relacional (HARVEY, 1973). É do ponto de vista relacional e por meio dos eixos sucessivos (históricos) e coexistentes (espaciais) que enveredaremos na compreensão da expansão territorial do sistema prisional maranhense.

Nesse sentido, a importância dessa análise se dá por concordarmos que:

Geografia não é tratada como uma geometria, apenas descrevendo a posição e localização de objetos físicos, sem problematizar seus processos de construção, suas funções, seus usos e significações em relação à totalidade social (SOUZA; ZOMIGHANI JUNIOR., 2014).

A expansão e distribuição geográfica das unidades prisionais do estado refletem uma lógica adotada pelo Sistema Prisional. Esse território usado pelo sistema prisional é, em verdade, produção de projetos político-governamentais e, portanto, expressões sociais, máxime o fato dele ser usado pelo Estado com escopo de penalizar e condenar os sentenciados.

Nesse diapasão, muito mais que um estudo sobre a única vertente jurídica, faz-se necessário trabalhar esse “território de fronteiras confusas, transdisciplinar por excelência” (BATISTA, 2012, p. 15), movendo-se do direito para a história, a sociologia, a economia política e, sobretudo, para a geografia.

Conceitos tão caros cunhados pelos geógrafos são por vezes desconsiderados quando da elaboração e execução de diversas políticas públicas da seara jurídica, como a que trata do sistema de execução penal, sugerindo quase sempre uma pobreza informacional que desemboca nas graves e incomensuráveis crises no funcionamento do sistema.

Lembra Fábio de Sá e Silva (2013, p. 173) que:

[...] apesar da proliferação de dados e interpretações acerca dos problemas e alternativas para a organização e a prestação dos serviços da justiça, em raríssimas ocasiões esses trabalhos foram orientados para o propósito de territorialização das informações.

Para empreendimento da análise, partimos do objeto normativo regulador do Sistema Penitenciário Maranhense que corresponde à Lei Estadual nº.10.462, de 31 de maio de 2016, regulamentado pelo Decreto Estadual nº. 33.214, de 10 de agosto de 2017, que enuncia a organização administrativa da Secretaria de Estado de Administração Penitenciária (SEAP), além de tratar de outras providências. Nela verificamos que o sistema penitenciário do estado do Maranhão alberga territorialmente as seguintes unidades prisionais: 1) as Unidades Prisionais de Ressocialização (UPR) da capital e do interior; 2) os Centros de Observação Criminológica e Triagem (COCT); 3) as Casas de Assistência ao Albergado e Egresso (CAAE) e; 4) as Penitenciárias Regionais (PR).

Até o presente momento, foram instaladas quarenta e oito unidades prisionais distribuídas em diversos municípios maranhenses, cada uma delas com atribuição específica e responsável por concretizar a execução penal de presos provisórios, condenados e egressos.

Para compreensão geográfica da expansão do sistema, realizamos uma periodização que consistiu em recortes ou pedaços de tempos e espaços, principiando pelo período entre 1960 e 1989, quando da instalação e funcionamento da primeira unidade prisional que viria a se tornar o maior Complexo Penitenciário do Maranhão. Em seguida, vislumbramos, no período entre 1990 e 1999, a expansão intraurbana do sistema prisional que ocorre de forma concentrada na cidade de São Luís, correspondendo ao que denominamos de urbanização concentrada.

No terceiro período, entre 2000 e 2009, discutiremos o início do processo de expansão do sistema prisional propriamente dito, quando ocorre a interiorização das unidades prisionais.

No quarto e último período, entre 2010 e 2020 trataremos da intensificação do processo de expansão em razão da crise do sistema. Por fim, no último tópico do artigo, refletimos se tal expansão corresponde a um projeto político e jurídico punitivista ou garantista, no sentido de serem as unidades prisionais instaladas no interior do estado um projeto de garantia dos direitos dos detentos quanto ao cumprimento justo e adequado das penas, ou se seriam tais unidades a expressão de uma cultura punitivista do Estado e da sociedade em torno de determinadas classes e segmentos sociais.

INSTALAÇÃO DA PRIMEIRA UNIDADE PRISIONAL DO MARANHÃO (1960-1989)

As temporalidades da política do Maranhão são umbilicalmente correlacionadas ao grupo Sarney e seu afã de dominação política do estado, atrelada a um discurso de modernização econômica desde 1965. Nesse contexto, surge a figura de José Sarney (Partido ARENA), já um iminente político à época.

Personalizando o projeto de um ‘Maranhão Novo’, José Sarney iniciou sua trajetória no comando da política maranhense. Cabe ressaltar que sua ascensão se deu na mesma medida em que os militares também assumiram o controle do aparelho de Estado brasileiro (...) tratava-se, para José Sarney, de superar (na verdade recompor), no campo político, o que denominara ‘atraso’ e decadência. Nesse sentido, foi ágil na criação de uma infraestrutura jurídico-política que possibilitasse o estreitamento dos laços com o capital monopolista. Apresentou as mudanças efetuadas no aparelho estatal como superação do atraso por meio da criação de novos dispositivos político-institucionais que, sob a égide da racionalidade burocrática, propiciassem a imediata ruptura com o passado (BARBOSA, 2003, p. 2).

Durante o projeto do “Maranhão Novo”, no qual José Sarney foi seu principal expoente, vislumbrava-se o fomento de uma política articulada com a expansão do capitalismo no Brasil e, em particular, no Maranhão, sobretudo com o projeto de modernização da capital São Luís, sob os auspícios dos militares, materializada na aliança Estado-capital privado e na subordinação do governo aos interesses do capital.

É nesse contexto que – em plena ditadura brasileira e sob o projeto político do “Maranhão Novo” – em 12 de dezembro de 1965, pouco antes do Governo de José Sarney (1966-1970), que o primeiro e, ainda hoje, maior presídio do Estado foi instalado na cidade de São Luís, onde se encontra a atual Penitenciária Estadual de Pedrinhas, localizada a 28 quilômetros do centro da cidade, às margens da BR-135, em uma área total de 122 hectares.

Em uma área periférica, a Penitenciária começou a funcionar de forma improvisada, no prédio constituído de três pavimentos onde apenas a parte térrea era direcionada aos detentos. Havia apenas 147 internos em uma estrutura com capacidade máxima para 150, outras 56 celas com capacidade para dois detentos em cada; um pavilhão semiaberto habitando 47 presos classificados como ótimo comportamento; e 4 celas de segurança individuais onde permaneciam detentos que infringiam o regulamento disciplinar (CASTRO, 1993).

Em sua estrutura, havia basicamente celas e pavilhões que abrigavam presos condenados em todos os tipos de delitos, não havendo segregação quanto ao grau da pena aplicada ou à gravidade do fato.

O terreno escolhido compreendeu uma extensa área acidentada, de natureza predominantemente árida sem muita propriedade para agricultura, apesar de que, em seus primeiros anos de funcionamento, sua denominação correspondesse à Penitenciária Agrícola de Pedrinhas.

Entre os anos de 1966 e 1970, período no qual José Sarney foi Governador do Estado, iniciou-se projetos de modernização das instalações do Presídio de Pedrinhas, deixando sua condição de unidade improvisada, para passar a ser um conjunto arquitetônico voltado a atender à demanda de pessoas presas que crescia substancialmente. Não deixemos de rememorar que na ditadura, ao argumento da lei e da ordem, muitas pessoas tiveram suas liberdades individuais e políticas cerceadas, corroborando em prisões sem quaisquer razoabilidades.

Já na década de 1960, a taxa de criminalidade começou a aumentar dentro da Penitenciária de Pedrinhas, resultado das dificuldades de relações sociais que eram vivenciadas entre funcionários e presos. Naquela década, dois grandes problemas foram apontados: a existência de uma única unidade em todo o Estado do Maranhão responsável por receber os condenados a penas privativas de liberdade e a desproporção do número de agentes penitenciários frente à expressiva quantidade de apenados que só se elevava.

Pouco tempo se passou com a estrutura suportando a quantidade de presos, inferior ao previsto. O que já era de se esperar, sobretudo diante da concepção – um tanto quanto equivocada – de que a prisão era a melhor saída para resolução da criminalidade, a cada dia aumentava a população carcerária, trazendo as primeiras dificuldades em termos administrativos e organizacionais do presídio.

Na década de 1970, foi anexada à unidade penitenciária a Casa de Detenção (CADET) ampliando a capacidade para abrigar detentos. O que podemos notar é que, basicamente, no período entre 1960 e 1989, apenas duas unidades prisionais compunham todo o sistema prisional do estado do Maranhão, um tanto quanto incipiente, se levarmos em conta que praticamente toda a unidade federativa era desguarnecida de fixos geográficos que desempenhassem a função de alojar os presos provisórios e condenados.

Portanto, eram basicamente duas as unidades prisionais existentes, ao passo que, no interior do estado, as delegacias de polícia serviam ao abrigo de pessoas condenadas e segregadas da sociedade. São essas duas unidades que futuramente conformarão o Complexo Penitenciário de Pedrinhas, mas que inicialmente era conhecido simplesmente como Penitenciária de Pedrinhas.

EXPANSÃO CONCENTRADA DO SISTEMA PRISIONAL MARANHENSE (1990-1999)

Com a crescente demanda de vagas para fazer frente ao crescimento de pessoas condenadas à prisão, o estado do Maranhão começa a expandir seu sistema prisional durante a década de 1990. Entretanto, tal expansão se deu exclusivamente na capital do estado, notadamente local onde se ansiava pelas indigitadas vagas. Por esse motivo, podemos falar de uma expansão concentrada.

Durante a década de 1990, foram anexados à Penitenciária de Pedrinhas mais cinco estabelecimentos que compunham o sistema prisional: a Central de Custódia de Presos de Justiça de Pedrinhas (CCPJ); as Penitenciárias São Luís I e II; o Centro de Detenção Provisória (CDP); e o Centro de Observação Criminológica e Triagem de São Luís (COCT); todos reunidos em um complexo.

Cada unidade compreendia funcionalidades na política de execução penal, desde o recebimento do preso à triagem para verificar se estaria cumprindo pena provisória

ou definitiva, o tipo de crime cometido, a obediência à segregação de facções e, principalmente, o regime penal aplicado.



Fonte: <https://www.ma.gov.br/agenciadenoticias/?p=155378>.

Figura 1. Uma das fachadas do Complexo Penitenciário de Pedrinhas (2019).



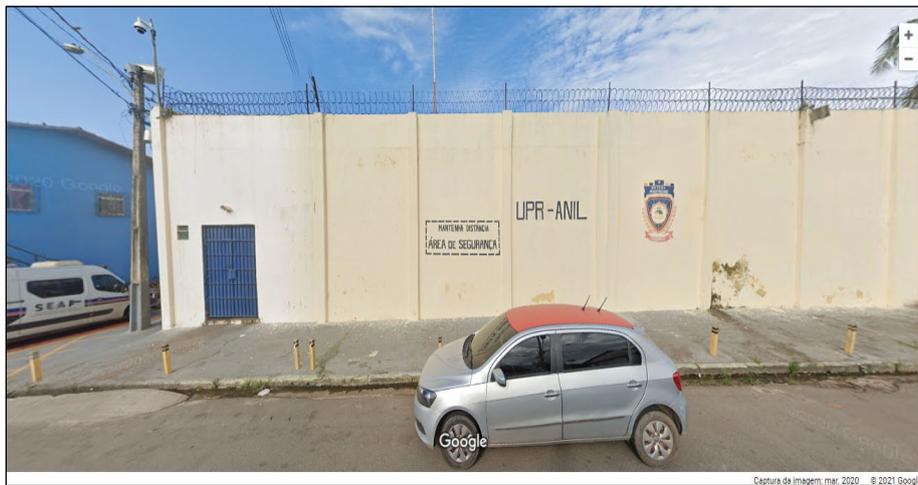
Fonte: Folha de São Paulo, (FRAISSAT, 2019).

Figura 2. Complexo Penitenciário de Pedrinhas visto de cima (2019).

É a partir desse momento que, tecnicamente, todos esses estabelecimentos compuseram o que hoje conhecemos como Complexo Penitenciário de Pedrinhas, a primeira Penitenciária Regional do Estado do Maranhão³ (Figuras 1 e 2).

Nesse complexo, congregavam-se em um mesmo conjunto arquitetônico equipamentos em que os presos poderiam cumprir penas de regimes diversos, quais sejam, fechados, semiabertos e abertos, além de celas individuais para aqueles considerados transgressores das regras impostas pela administração penal.

Refletindo, ademais, a expansão intraurbana que o sistema prisional maranhense vivenciava, duas novas unidades foram criadas na década de 1990, porém, desvinculadas do Complexo Penitenciário de Pedrinhas, são elas: a Unidade Prisional de Ressocialização (UPR) do bairro do Anil e a UPR situada no bairro Olho D'água⁴. Cada uma delas responsável pela reclusão de presos que teriam cometido crimes nos bairros e no entorno dos bairros onde estavam instaladas as UPR (Figuras 3 e 4).



Fonte: Captura Google Maps. Acesso em 11 maio 2021.

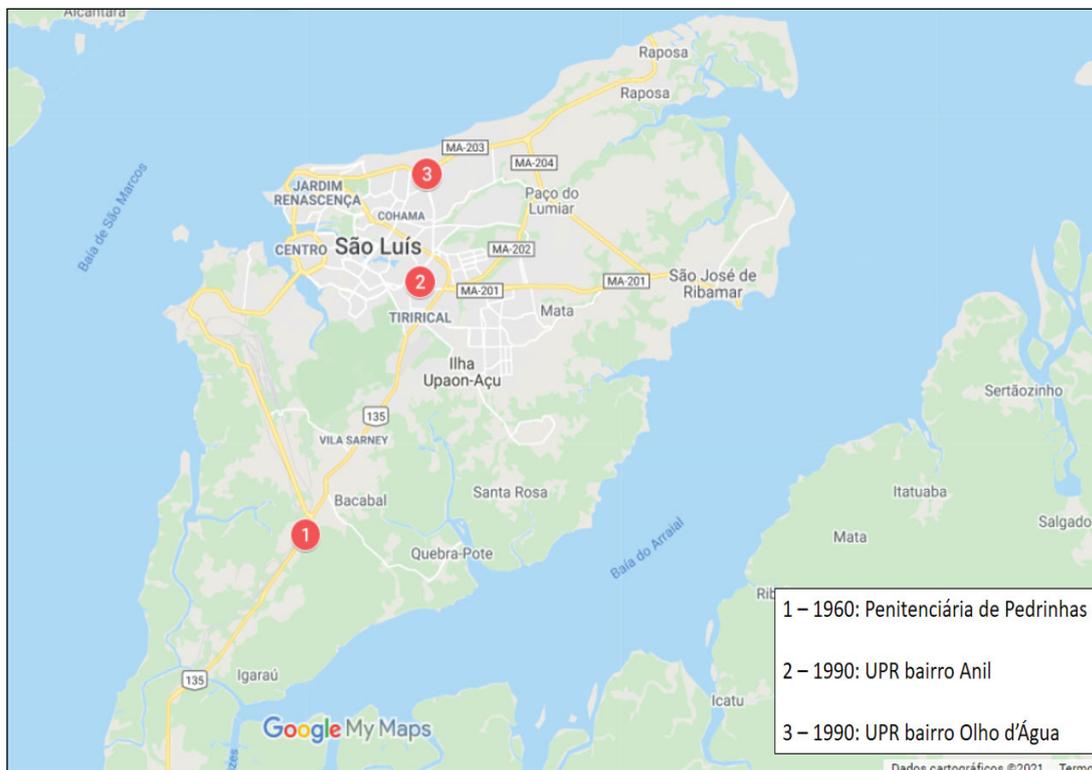
Figura 3. UPR no bairro Anil, São Luís, MA, (2020).



Fonte: Captura Google Maps. Acesso 11 maio 2021.

Figura 4. UPR do bairro Olho d'água, São Luís, MA (2020).

Nesse sentido, durante a década de 1990, o Maranhão conta com uma Penitenciária Regional e duas UPR, todas situadas na capital São Luís (Figura 5).



Elaboração: Carlos Nobre e Fernando Baima.

Figura 5. Ilha do Maranhão: Unidades prisionais em São Luís na década de 1990.

Durante a década de 1990, muitos presos que antes eram domiciliados no interior do estado, foram conduzidos ao complexo penitenciário da capital para que lá pudessem iniciar o cumprimento de suas penas aplicadas.

Importante não olvidarmos que, malgrado a inexistência de unidades em que não podiam ser identificadas como de cunho prisional, havia delegacias de polícia civil distribuídas em vários municípios maranhenses que, na falta de equipamentos prisionais apropriados, muitas vezes cumpriam uma função – desvirtuada – de centro de reclusão de presos quando, na verdade, tal prática é ilegal conforme Lei de Execução Penal, Lei nº. 7.210/84 (BRASIL, 1984).

Na falta de unidades prisionais nos municípios e regiões do interior do estado, os presos provenientes do interior eram abrigados no Complexo Penitenciário de Pedrinhas, em uma mesma cela, o que propiciou o surgimento de facções, das quais três delas passaram a “operar” nos interiores do complexo: os “anjos da morte”, provenientes do interior do estado, o “primeiro comando do Maranhão” e os “bonde dos 40”, ambos da capital, sendo este último considerado o mais violento⁵.

Como adrede mencionado, a expansão ocorreu unicamente na capital do Estado do Maranhão, portanto, de forma intraurbana. Muitos condenados do interior tiveram que ser conduzidos à capital para, assim, cumprirem penas privativas de liberdade que perduravam por anos.

INÍCIO DO PROCESSO DE EXPANSÃO DAS UNIDADES PRISIONAIS PARA O INTERIOR (2000-2009)

A partir de 2000, inicia-se o processo de interiorização do sistema penitenciário maranhense. Convém circunstanciar a conjuntura política e os motivos que levaram os governos do estado voltarem a atenção ao interior do Maranhão.

Em seu segundo mandato (1999-2002), Roseana Sarney (Partido da Frente Liberal-PFL) executava um projeto político alheio às condições desumanas vivenciadas pelos presos maranhenses, buscando tão somente encaminhá-los às unidades prisionais concentradas em São Luís, em certa medida fazendo frente aos anseios da sociedade que clamava pelo aumento da repressão estatal frente à criminalidade.

De um modo geral, apesar da estrutura da Penitenciária de Pedrinhas ter crescido em termos de número de celas nas décadas anteriores, as condições de manutenção dos presos eram deploráveis, e pouco o governo fez para essa realidade ser modificada. Essa desatenção causou desastres humanos sem precedentes na história do sistema carcerário maranhense.

As unidades do Complexo Penitenciário de Pedrinhas abrigavam um contingente específico de presos que, a depender se eram condenados mediante sentença proferida por uma autoridade judicial ou se provisoriamente presos, ou ainda se recém-ingressados no presídio, seriam alocados no mesmo Complexo Penitenciário.

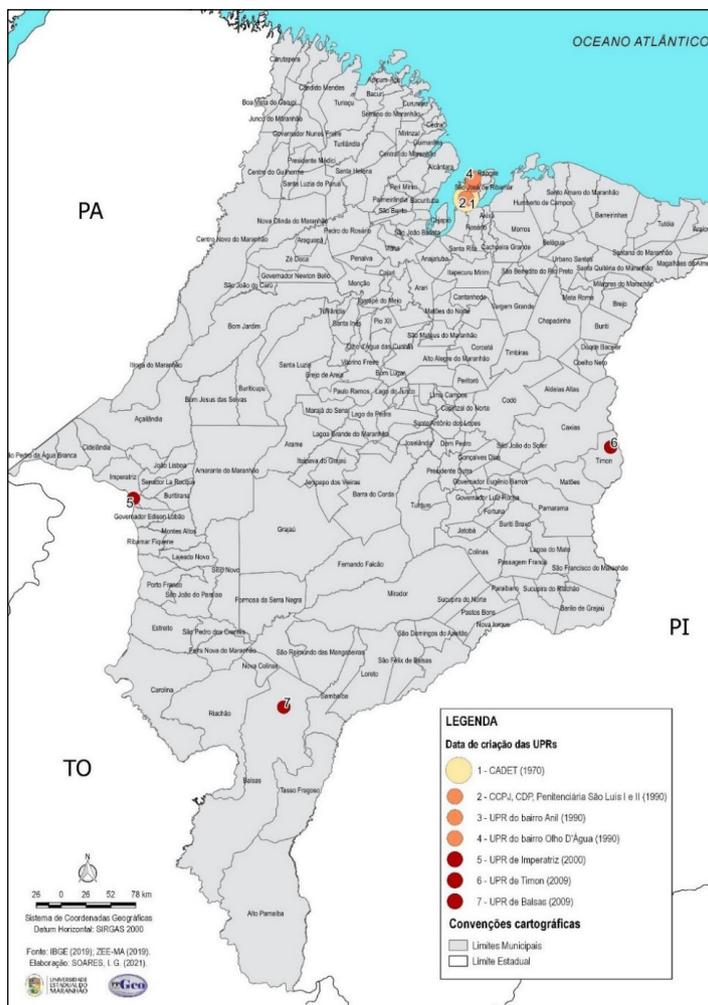
Em que pese a complexidade criada na estrutura da Penitenciária de Pedrinhas, a crise do sistema dava seus primeiros sinais. Dados obtidos pela Organização dos Estados Americanos (OEA) revelam que no intervalo entre 2007 e 2014 foram registradas 173 mortes só na Unidade Prisional da capital do Maranhão.

O argumento que mais justificava esse descontrole ocorrido — sobretudo durante os dois governos de Roseana Sarney (1994-2002) — deve-se às condições de infraestrutura que foram relegadas. Somado a isso, o baixíssimo contingente de funcionários atuando no sistema penitenciário estadual atrelado à falta de organização logística na distribuição dos condenados ou presos provisórios nos pavilhões trouxeram a lume toda a crise vivida pelo sistema prisional.

Em se tratando desse último fator, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) já havia alertado para o perigo em concentrar, numa única unidade, presos da capital e do interior, motivo este que desencadeou a formação e embate de facções dentro do sistema prisional maranhense.

Essa agregação de presos provenientes de diversas regiões do estado em conjunto com detentos da capital fez surgir desentendimentos e rivalidades entre as facções que desembocaram em violência, rebeliões, mortes e todo o caos desencadeado no sistema prisional maranhense. É nesse contexto que se inicia o processo de interiorização das unidades prisionais, como uma política de Estado.

Durante a década de 2000, em meio às crises já vivenciadas pelo sistema prisional Maranhense, iniciou-se o processo de expansão de novas unidades prisionais para o interior do estado, sendo instaladas Unidades Prisionais de Ressocialização, de acordo com as determinações da Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 (intitulada Lei de Execução Penal), nos municípios de Imperatriz, Timon e Balsas (Figura 6).



Fonte: Unidade de Fiscalização de Monitoramento Carcerário (2018).

Figura 6. Maranhão: expansão das UPR (2000-2009).

As três UPR foram criadas nas cidades do interior do estado de maior importância econômica e contingente populacional. Apesar desse não ter sido o único fator relevante, contribuiu, naturalmente, para que o Governo do Maranhão adotasse a instalação dos indigitados estabelecimentos nas cidades apontadas.

Com efeito, percebemos que, ao norte do Estado, a capital São Luís já detinha relativa infraestrutura – ainda que não ideal – para agregar presos e cumprir com a execução penal dos condenados. A oeste do estado, por seu turno, caberia à unidade de Imperatriz a indigitada tarefa. Na mesma ocasião, a leste, à unidade prisional situada em Timon e ao Sul à unidade localizada em Balsas.

É provável que a instalação das unidades prisionais nos municípios supracitados do interior decorra do fato destes apresentarem relevância na rede urbana e regional do estado, mas também pela relevância econômica, demográfica e, naturalmente, pelo número de ocorrências criminais.

Ora, o que o governo do Estado do Maranhão traçou foi uma forma de situar as unidades prisionais (fixos geográficos) em lugares capazes de fazerem frente à crescente demanda por vagas nesses municípios e nas regiões por eles conformadas.

Além da expansão das UPR para o interior, o município de Pedreiras recebeu, em 2005, a

primeira Penitenciária Regional fora da capital. A expansão das unidades prisionais não se deu apenas no interior do estado. A capital São Luís também continuou seu processo de expansão intraurbana do sistema. Em 2008 foi anexada ao Complexo Penitenciário de Pedrinhas uma Casa de Assistência ao Albergado e Egresso (CAAE), que futuramente seria alocada na Rua dos Afogados, bairro Centro, tendo como função ressocializar e preparar os presos que cumpriram integralmente suas penas ajudando-os a superarem os desafios da ressocialização⁶.

CRISE DO SISTEMA E INTENSIFICAÇÃO DO PROCESSO DE EXPANSÃO (2010-2021)

Roseana Sarney (PMDB) reassume o governo entre 2009 e 2014. É durante o retorno do sarneysmo ao poder maranhense, que a crise do sistema penitenciário atinge seu grau mais expressivo. Em que pese os investimentos realizados durante a década anterior (de 2000) na expansão de unidades prisionais para o interior, mortes, fugas e rebeliões mantiveram a crise que já perdurava há alguns anos. Em novembro de 2010, novas rebeliões emanaram da penitenciária de Pedrinhas em São Luís corroborando na morte de 18 presos, dos quais 3 deles foram decapitados. Por sua vez, na cidade de Pinheiro, interior do Maranhão, em fevereiro de 2011, também eclodiu grande rebelião que chamou atenção internacional. Ao todo, 6 presos foram mortos durante o motim, sendo 3 deles decapitados. No mesmo ano, presenciemos a barbárie humana com cenas chocantes sendo produzidas pelos próprios detentos da Penitenciária de Pedrinhas com pessoas sendo degoladas em desafio às ações do Governo.

Dados fornecidos pelo INFOPEN (Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias) revelam que no Estado do Maranhão, em 2013, além de inúmeras fugas, registrou-se, nesse único ano, a morte de 60 detentos. Ademais, em 2014, continuou-se com fugas e mortes (24 e 12, respectivamente), além de escândalos envolvendo a prisão do diretor penitenciário do Complexo de Pedrinhas e mortes de presos, em várias unidades prisionais do estado, que sequer foram explicadas.

Ainda em outubro de 2013, a Ordem dos Advogados do Brasil no Maranhão (OAB-MA) e a Sociedade de Direitos Humanos denunciaram os casos adrede mencionados à Organização dos Estados Americanos (OEA) que, em dezembro do mesmo ano, emitiu medida cautelar exigindo respostas contundentes do governo federal sobretudo para reduzir o quadro de superlotação e conter a violência generalizada (Figura 7).



Fonte: *Blog* de Maycon Alves, 2014.

Figura 7. Presos amotinados em uma das celas do Complexo Penitenciário de Pedrinhas.

O maior problema observado era a continuidade da inclusão de presos de diversas partes do estado e da capital em uma única unidade, atrelado também ao fato de condenados a diversos delitos também serem agregados em celas únicas, não havendo um cotejo necessário para separar, por exemplo, presos por crimes patrimoniais de menor ofensividade daqueles que cometeram crime contra vida. E, assim, os de maior periculosidade passavam a coagir os demais para que ingressassem nas complexas facções que controlavam o dia a dia das unidades prisionais.

A penitenciária apresenta-se como um microsistema social – organismo social menor do que a sociedade como um todo – enquanto ambiente de distanciamento da sociedade, é também uma união dos distanciados. Assim, favorável para o surgimento de novos conceitos e valores diversos dos existentes na sociedade (macrosistema social), os quais vão ser elaborados, apreendidos pelos novos detentos, e empregados. Ao sair da penitenciária, são os valores apreendidos dentro deste microsistema social que imperarão na compreensão do regresso. Então, a intenção de reinserção restará ainda mais distante (MOREIRA; DIAS, 2013, p. 103).

Nesse sentido, toda a desatenção ao sistema prisional maranhense, portanto, acaba evidenciando que a finalidade da prisão tem seu objetivo transmudado. Com efeito, não só não consegue reeducar e inserir o condenado na sociedade, como contribui para a continuidade ao processo de marginalização e de exclusão no qual o indivíduo já se encontra situado (MATTOS, 2015).

Era perceptível o descontrole que estava se evidenciando no interior do Complexo Penitenciário de Pedrinhas: o Governo do Estado do Maranhão deveria tomar uma iniciativa que ao menos reduzisse a quantidade de presos provenientes do interior do estado e, assim, não alimentasse a rivalidade existente dentro daquela unidade prisional.

Malgrado os problemas enfrentados em praticamente todas as unidades prisionais adrede mencionadas, foi na capital que se mostrou mais ululante. Naturalmente, esse seria o resultado de ajuntamento humano em um ambiente que – a cada ano só aglomerava apenados – não seria adequado.

A partir do ano de 2015, Flávio Dino (Partido Comunista do Brasil – PCdoB) assume o Governo do Estado do Maranhão e passa a atuar no sistema penitenciário maranhense com um plano político voltado ao uso eficiente do Fundo Penitenciário Nacional, elevando a participação da esfera federal na gestão dos presídios.

Ademais, somado à canalização dos recursos do fundo, Flávio Dino intensificou a fiscalização desse dinheiro utilizado, modernizando a gestão do sistema prisional. Concomitantemente, para fazer frente à superlotação e suas graves consequências, adotou como pedra angular da política penitenciária o que chamou de sistemas de alternativas penais, consistindo em um conjunto de medidas alternativas ao cerceamento da liberdade, bem como investiu na educação e no trabalho do apenado, possibilidades que a Lei de Execução Penal já previa em seu texto legal.

Seguindo a política adotada no sistema prisional pelo governador Flávio Dino, destacamos o aumento expressivo dos recursos investidos no sistema prisional, passando de R\$ 268,2 milhões em 2014 para R\$ 343,5 milhões em 2018 (aumento de 56,7%). Assim, modernizou-se o aparato eletrônico de monitoramento, reformou-se 29 unidades prisionais de ressocialização (UPR) já existentes, além da criação de outras 7 UPR, intensificando a interiorização das unidades prisionais no estado do Maranhão.

Nesse diapasão, conforme a Secretaria de Estado e da Administração Penitenciária (SEAP, 2017)⁷, no intervalo entre 2014 e 2018, mais de quatro mil vagas foram criadas para novos detentos, além de ter elevado a participação do preso no meio social: em 2014 eram 600 presos trabalhando, elevando-se esse número para 2.119 em 2018 (crescimento de 253%). Quanto às atividades educacionais, enquanto em 2014 havia 463 internos participando dos programas dessa natureza, em 2018 esse número foi elevado para 4.864 (crescimento de 951%).

Com as denúncias ofertadas à OEA e a comunidade internacional atenta à situação em que eram postos os presos maranhenses, o governo de Flávio Dino, como já mencionado, buscou reestruturar o sistema prisional, tanto que intensificou, sobremaneira, o processo de interiorização dos estabelecimentos prisionais que já vinha ocorrendo no final do governo que sucedeu.

Como tarefa inicial, revitalizou várias delegacias do interior do estado adaptando-as para funcionarem como unidades aptas a receberem presos e fazer cumprir o comando legal disposto pela Lei de Execução Penal, notadamente obedecendo o que se refere aos direitos e deveres dos reclusos.

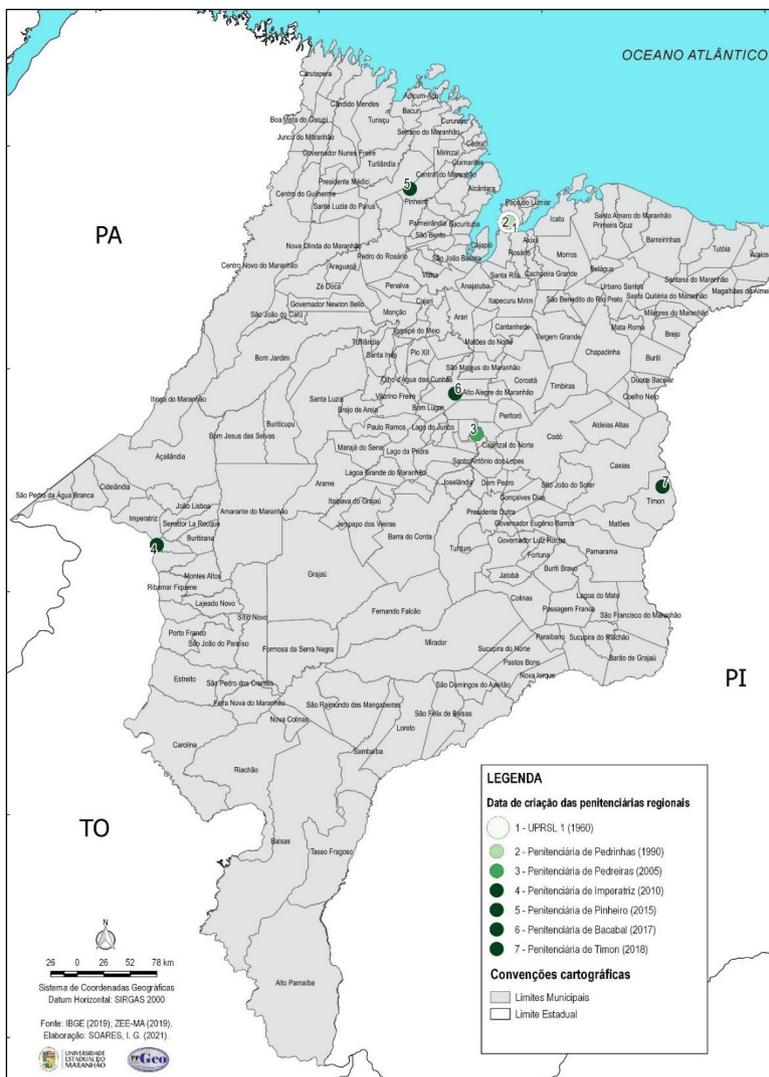
Conforme adrede mencionado, sobretudo até o ano de 2009, a execução da pena de pessoas condenadas em definitivo ou provisoriamente era quase toda realizada nos interiores de cadeias públicas, ao arrepio do que dispunha a Lei de Execução Penal, na qual se estabeleciam diversos requisitos necessários para que um conjunto arquitetônico pudesse ser funcionalmente adaptado para manter reclusa uma pessoa condenada por uma sentença penal.

As condições subumanas, atreladas à fragilidade estrutural e à própria incompetência das Delegacias de Polícia Civil de albergar presos condenados definitivamente ou cumprindo penas provisórias foram observadas não só pelas instituições nacionais responsáveis pela fiscalização da Execução Penal, como o Ministério Público e a Defensoria Pública, mas também por organismos internacionais como a OEA.

Expansão das Penitenciárias Regionais

É nesse contexto de crise do sistema – marcadamente na década de 2010 – que se intensifica o processo de expansão das unidades prisionais tanto no interior como na capital do estado. Entre 2010 e 2019, quatro novas Penitenciárias Regionais passaram a fazer parte do arranjo de penitenciárias maranhenses, as quais refletiam o projeto político prisional que se iniciou no mandato do Governo de Roseana Sarney (2009-2014), quando da eclosão das grandes rebeliões, tendo sido continuado no Governo de Flávio Dino, iniciado em 2015.

As novas Penitenciárias Regionais foram instaladas nos municípios de Imperatriz (2010), Pinheiro (2015), Bacabal (2017) e Timon (2018), cada qual respondendo por uma regionalização do território a partir da abrangência exercida por esses municípios, que passaram a contar com essas unidades prisionais (Figura 8).



Fonte: Unidade de Fiscalização de Monitoramento Carcerário (2018).
Figura 8. Maranhão: expansão das Penitenciárias Regionais (1960-2018).

Ou seja, somente após 40 anos da instalação da primeira Penitenciária Regional do Maranhão – a Penitenciária de Pedrinhas, situada em São Luís – é que ocorre de fato a difusão de novas Penitenciárias Regionais no interior do estado do Maranhão. Essa lacuna temporal parece ter contribuído com o colapso do sistema na capital ao final da década de 2000 e início de 2010.

O aumento considerável na inauguração de Penitenciárias Regionais entre os anos de 2010 e 2019, notadamente responde, em certa medida, às exigências nacionais e internacionais de resolver a crise do sistema prisional maranhense, que há muito demandava preocupação.

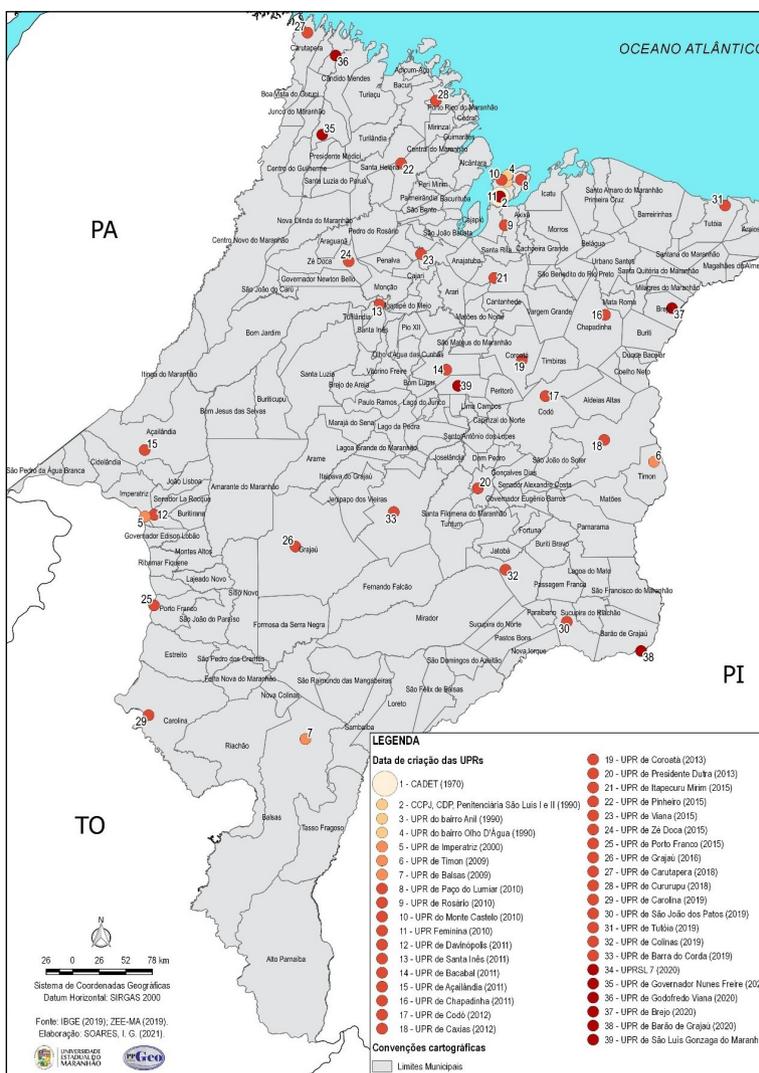
Expansão das Unidades Prisionais de Ressocialização (UPR)

Em termos de expansão das UPR não podemos desconsiderar que o Governo de Roseana Sarney (2009-2014) logrou relativo êxito no aumento de vagas para fazer frente ao déficit no sistema prisional estadual. Novos presídios foram entregues nas cidades de Paço do Lumiar, Rosário, Açailândia, Bacabal, Chapadinha, Davinópolis, Santa Inês, Carutapera, Caxias, Codó, Coroatá e Presidente Dutra, além do presídio de Regime

Disciplinar Diferenciado (RDD) e a unidade de regime semiaberto no bairro de Monte Castelo, ambos em São Luís.

Nesse sentido, Flávio Dino continua o processo de expansão, inclusive redefinindo o conceito de Unidade Prisional (UP), ao adicionar o termo Ressocialização (UPR), buscando, por meio da palavra, reforçar o sentido humano dos estabelecimentos penais que historicamente têm dificuldades em cumprir com suas funções públicas e sociais que são, de fato, a ressocialização e humanização dos apenados⁸.

Além das UPR inauguradas pelo Governo de Roseana Sarney nos municípios anteriormente mencionados, novas UPR foram inauguradas em 2015, já no Governo de Flávio Dino, nos municípios de Itapecuru Mirim, Pinheiro, Porto Franco, Viana, Zé Doca, Grajaú, Cururupu, Barra do Corda, Carolina, Colinas, São José dos Patos, Tutóia, Barão de Grajaú, Brejo, Godofredo Viana, Governador Nunes Freire e São Luís Gonzaga do Maranhão. A Figura 9 apresenta o resultado do processo de expansão das UPR para os municípios do interior do Maranhão, desde a década de 2000.



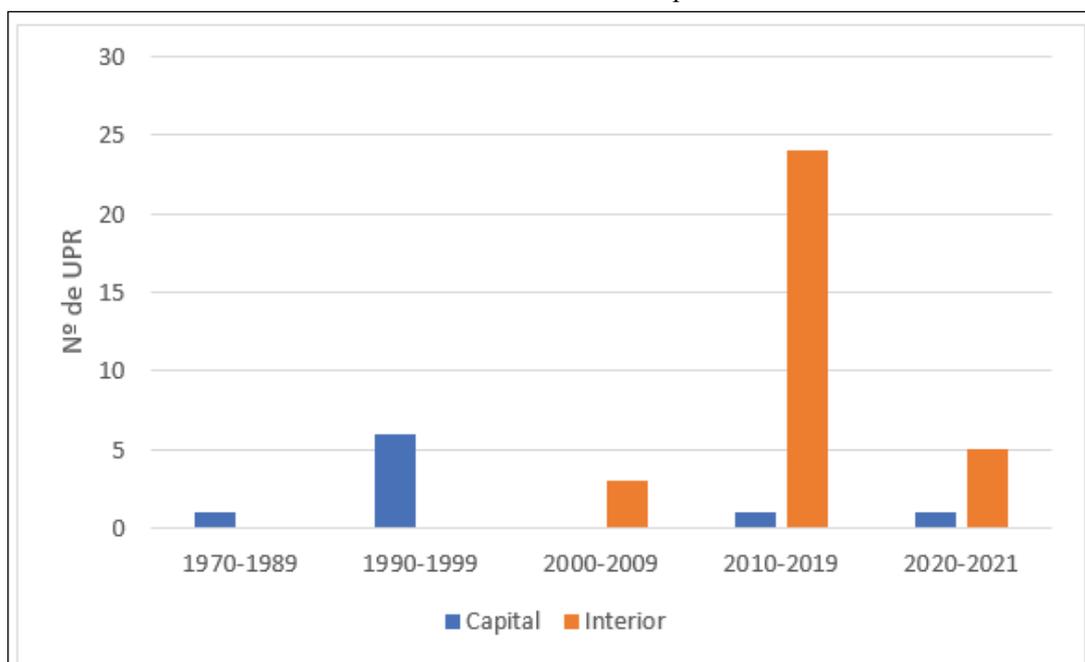
Fonte: Unidade de Fiscalização de Monitoramento Carcerário (2018).

Figura 9. Maranhão: expansão das UPR (1990 a 2020).

Lembramos que muitas dessas novas instalações consistiram em reformas da estrutura física de antigas Delegacias de Polícia Civil distribuídas pelo Estado do Maranhão, adequando-as não só com relação às exigências mínimas previstas na Lei de Execução Penal, como também diante das pressões que o governo do estado estava sofrendo na tentativa de findar com a crise outrora citada.

A rigor, vislumbrando a expansão do sistema prisional maranhense, podemos perceber que a partir da concentração dos estabelecimentos penais na capital foi se intensificando um verdadeiro processo de desconcentração e avanço ao interior do estado, precisamente durante a década de 2010, assim como ocorreu com as Penitenciárias Regionais (Gráfico 1).

Gráfico 1. Maranhão: nº de UPR por década.



Fonte: Unidade de Fiscalização de Monitoramento Carcerário (2018). Elaboração: Carlos Nobre e Fernando Baima.

Ademais, levando em conta o recorte temporal mais amplo, notadamente entre os anos entre 1970 e 2020, podemos verificar que até a década de 1990 a preocupação do governo do estado se concentrava na capital maranhense, dando pouco caso à estrutura existente no interior do estado capaz de executar as penas impostas aos condenados.

Destacamos, ainda, outros aspectos relacionados à expansão das UPR: 1) o significativo número de unidades difundidas e de municípios atendidos, quantidades superiores às Penitenciárias Regionais; 2) a desconcentração, de fato, dos serviços penitenciários na capital; 3) a expansão acelerada do sistema, tendo em vista que em praticamente todos os anos seguidos, a partir de 2009, inaugurou-se uma UPR em algum município do Maranhão; 4) a significativa desaceleração na expansão intraurbana do sistema na capital, entre 2000 e 2020⁹.

Tratando-se da capital São Luís, somente em 2010 duas novas Unidades Prisionais também foram implantadas: a Unidade Prisional do Monte Castelo, que inicialmente

serviu para cumprimento de penas em regime aberto – daí sua denominação de Casa do Albergado –, e a reforma da Unidade Prisional Feminina, conhecida também por Centro de Reeducação e Integração Social das Mulheres Apenadas (CRISMA). Somente em 2020, 10 anos após a instalação dessas duas unidades, foi instalada mais uma UPR no Complexo Penitenciário de Pedrinhas: a UPRLS 7.

Mais recentemente, em 15 de janeiro de 2021, o Governo do Estado do Maranhão inaugurou aquela que seria a primeira penitenciária de segurança máxima do estado (a qual foi atribuída eufemisticamente o nome de Unidade Prisional de Ressocialização de Segurança Máxima - UPMAX), responsável, portanto, por enclausurar presos de alta periculosidade. A unidade conta com 120 vagas, e sua localização também é às margens da BR-135, KM 16, nas imediações do veterano Complexo Penitenciário de Pedrinhas.

A intenção de agregar a UPMAX ao conjunto das Penitenciárias Regionais é que, naturalmente, todas elas fazem parte de estabelecimentos prisionais que detêm maior relevância regional, isto é, abrangem um conjunto de municípios a partir do município sede onde estão instaladas, também em função de sua maior complexidade referente aos serviços prestados.

A expansão geográfica das unidades prisionais no estado do Maranhão, até o presente momento, revela uma acumulação desigual de tempos (SANTOS, 2002 [1996]), mas também corresponde a um dado projeto político, deliberado ou não: por um lado, garantir o direito ao cumprimento da pena em municípios mais próximos à residência e otimizar as instruções dos processos criminais, sem que seja necessário deslocar os presos até a capital, reduzindo custos com transporte e diárias, além de diminuir chances de fugas; mas também “desarticular”, na medida do possível, as facções, já que, conforme adrede mencionado, os fluxos de presos entre a capital e o interior do estado propiciam o surgimento, a capilarização e o fortalecimento das facções em vastas parcelas dos territórios nacional e maranhense.

Expansão das Casas de Atenção ao Albergado e ao Egresso (CAAE)

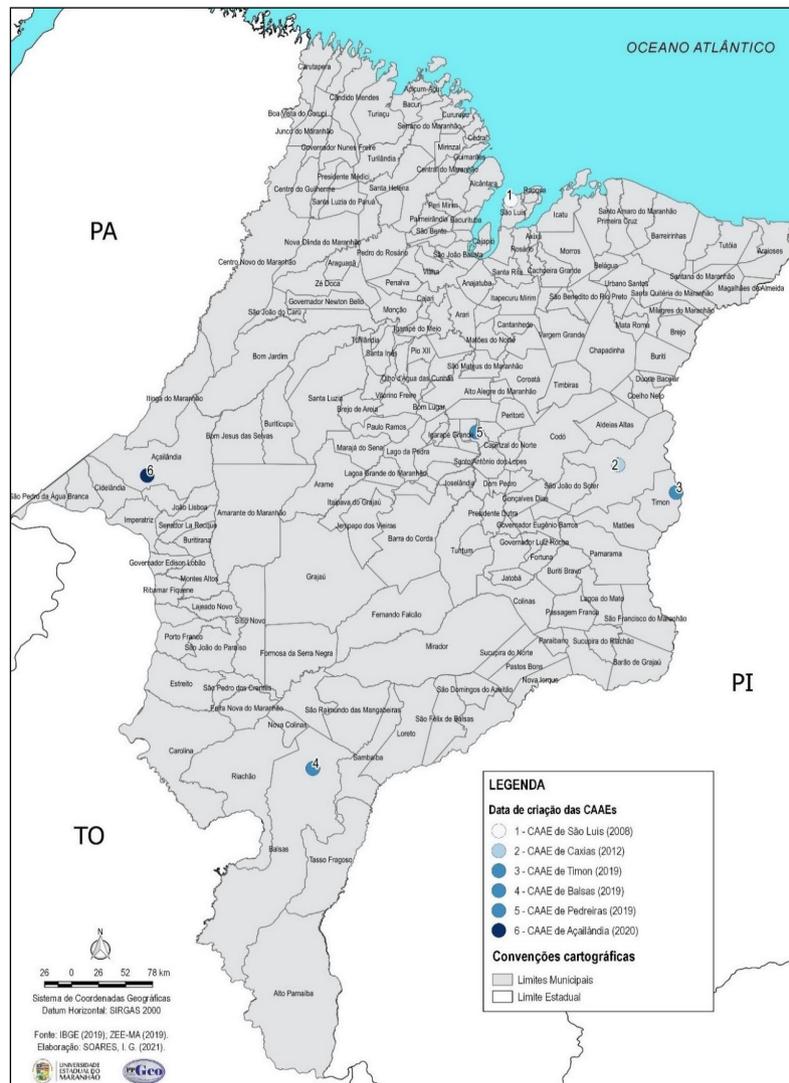
Além das Penitenciárias Regionais e das UPR, o sistema penitenciário maranhense passou a contar com as Casas de Atenção ao Albergado e ao Egresso (CAAE). Com os resultados alcançados na capital, com a instalação de uma CAAE em 2008, ainda no governo de Roseana Sarney (2009 – 2014), uma nova CAAE foi também inaugurada no interior do Estado, mais precisamente na cidade de Caxias (2012). Vários projetos foram desenvolvidos nesse estabelecimento prisional, em parceria com instituições de ensino, estimulando o trabalho dos apenados, bem como sua reinserção na sociedade.

No entanto, foi no governo de Flávio Dino que ocorreu a expressiva expansão das CAAE, refletindo sua política prisional de busca pelo cumprimento integral da função da pena, qual seja, pela punição, e, sobretudo, pela ressocialização. Nessa esteira, mais três CAAE foram inauguradas no interior do estado, a saber: Timon, Balsas e Pedreiras (2019) e, recentemente, a CAAE de Açailândia (2020) (Figura 10).

Na CAAE do Município de Timon, por exemplo, a atenção do governo do estado volta-se à aplicação de cursos profissionalizantes aos presos que estavam na iminência de concluir suas penas. Com uma capacidade para abrigar 30 detentos, fez cumprir as determinações da Lei de Execução Penal, notadamente com preocupação ao destino daquelas pessoas que seriam reinseridas na sociedade.

Tais estabelecimentos prisionais fizeram frente à necessidade já há muito tempo alertada pelo Conselho Nacional de Justiça que o Estado do Maranhão possuía em alojar

presos em regime semiaberto e com trabalho externo, isto é, aqueles que trabalhavam durante o dia e retornavam ao estabelecimento para o pernoite. O comum, por exemplo, era o preso pernoitar em local que deveria estar destinado ao detento em regime aberto.



Fonte: Unidade de Fiscalização de Monitoramento Carcerário (2018).

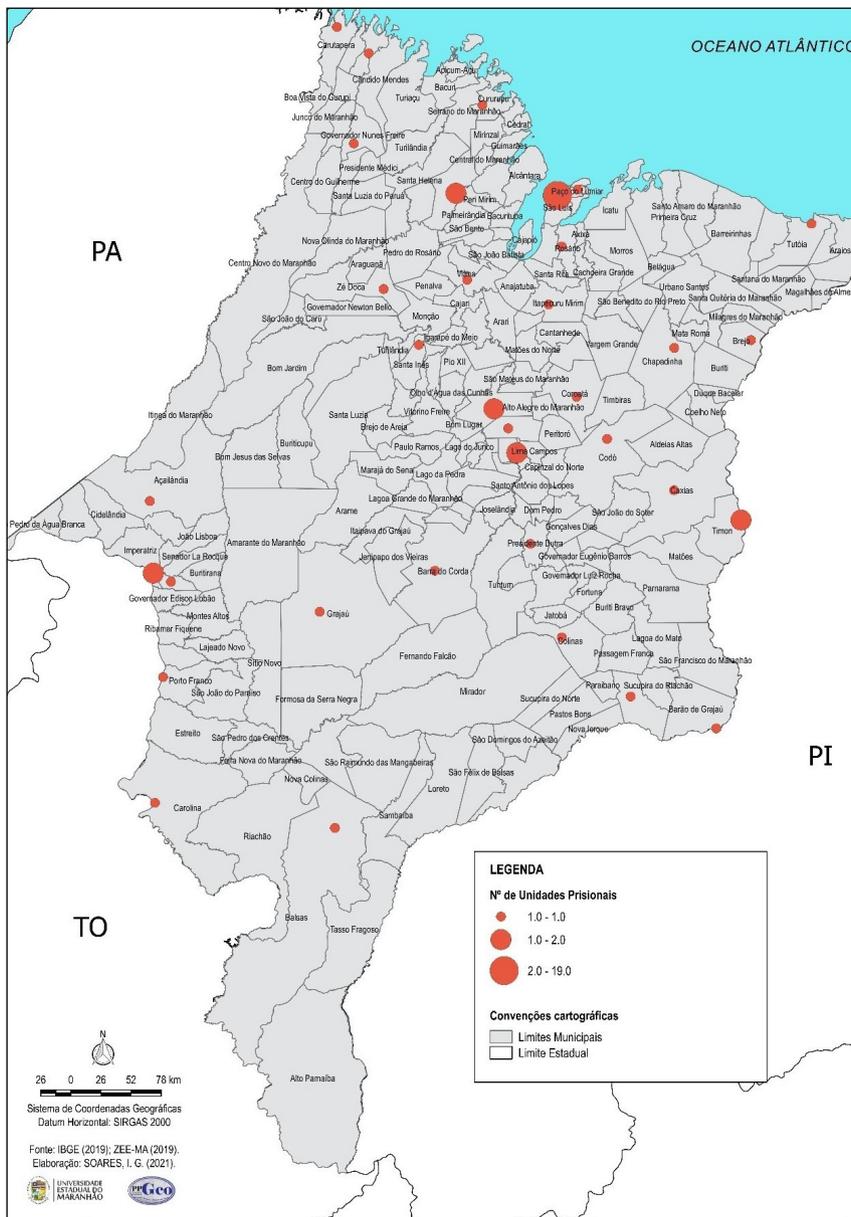
Figura 10. Maranhão: expansão das CAAE (2008 a 2020).

Portanto, o avanço das CAAE refletiu um compromisso do governo com a humanização das penas. E essa assunção de responsabilidade também recebeu grande atenção após as rebeliões e barbáries perpetradas nos interiores das Unidades Prisionais e das Penitenciárias Regionais.

Entre 2012 e 2020, todas as CAAE foram inauguradas no interior do estado, com expressivo aumento no ano de 2019, quando, então, o governo de Flávio Dino buscou progredir no investimento dado ao sistema prisional que, enquanto no primeiro momento voltou sua atenção às primeiras fases da pena (reclusão e punição dos detentos) por meio da instalação de PR e UPR, agora passa a dar importância maior à reinserção do preso na sociedade com a instalação de CAAE.

Nesse sentido, a Figura 11 apresenta uma síntese do número de unidades prisionais (PR, UPR e CAAE) por município do estado do Maranhão, tendo como referência o ano de 2020.

Em termos quantitativos, o saldo da expansão das unidades prisionais é o seguinte: em 2020, o estado do Maranhão totaliza 48 unidades prisionais. Dos 217 municípios maranhenses, 34 municípios (17%) contam com ao menos uma unidade prisional. Desses 34 municípios, a maioria – 28 mais precisamente – conta com uma única unidade prisional, geralmente uma UPR. Somente cinco municípios contam com duas unidades prisionais – uma PR e uma UPR ou CAAE. E somente São Luís, capital do estado, conta com 10 unidades prisionais, dentre PR, UPR e CAAE, como resultado do processo de urbanização concentrada.



Fonte: Unidade de Fiscalização de Monitoramento Carcerário (2018).
Figura 11. Maranhão: Nº de Unidades Prisionais por município (2020).

CRISE E EXPANSÃO DO SISTEMA COMO RESULTADOS DO PUNITIVISMO?

Com relação à crise no sistema penitenciário brasileiro e, em particular, maranhense, faz-se importante fazermos algumas digressões jusfilosóficas. No passado, a doutrina criminalista dominante era o punitivismo, isto é, a resolução da questão criminal – violências, reincidência, cometimento de atos ilícitos, enfim – era dada por meio da punição, cada vez mais exponencial. Disso surgiu a ânsia desenfreada por aumento de penas, ações armadas, etc.

Entretanto, durante toda história humana, inclusive no presente, esse pensamento punitivista ainda é bastante disseminado na sociedade. Para a sociedade e agentes do Estado que adotam esse pensamento, de modo sumário, a solução da criminalidade é dada por meio de maior repressão e encarceramento.

Ao passo que, o garantismo, que ganhou força com Luigi Ferrajoli já no final do século XX, em que pese não descuidar da necessidade de punição, traz o entendimento mais humanizado. Para Fischer (2008, p.10):

... a tese central do garantismo está em que sejam observados rigidamente não só os direitos fundamentais (individuais e coletivos), mas também os deveres fundamentais (do Estado e dos cidadãos), previstos na Constituição. Normas de hierarquia inferior ou interpretações judiciais não podem solapar ou restringir o que já está bem delineado constitucionalmente na seara dos direitos e deveres fundamentais, ressaltando que o art. 5º [da Constituição Federal de 1988] está inserido no capítulo que trata “dos direitos e deveres individuais e coletivos.

Dito de outro modo, o cerne do pensamento garantista reside em que não se deve descuidar do respeito enquanto sujeito de direito de qualquer pessoa, independentemente de ser ela autora de um ilícito penal ou não. Os direitos dos cidadãos compreendem os deveres do Estado em respeitá-los. Esse é, em resumo, seu maior fundamento.

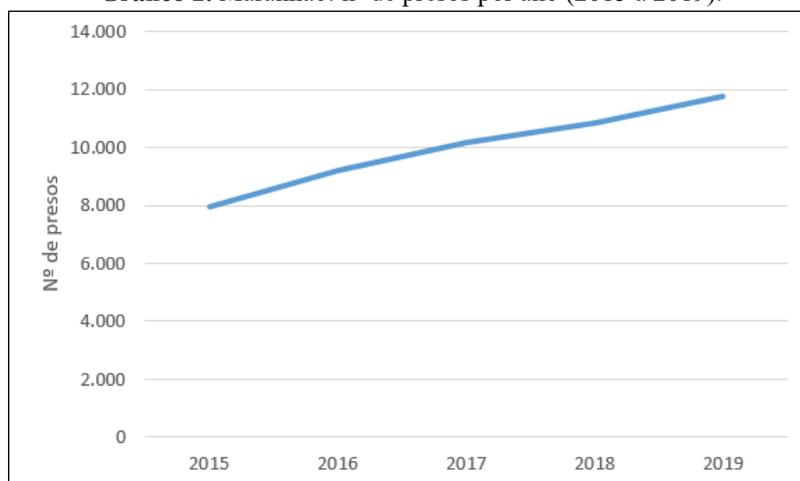
Digressões à parte, há necessidade de entendermos esses pensamentos para que possamos compreender que tipo de concepção criminológica o Maranhão vem adotando durante toda a história da execução penal no estado. Se passarmos um paralelo pelos períodos até agora apontados, observaremos que o punitivismo, durante muito tempo – principalmente durante e após o governo do “Maranhão Novo” (marcado pelo sarneyismo na década de 1960 e nas décadas seguintes) –, reverberou com toda força, causando um aumento vertiginoso do contingente populacional carcerário que desembocou na crise do sistema.

Em total contradição, aquilo que se achava ser a saída para solucionar a criminalidade, corroborou em um aumento expressivo de atos ilícitos e culminou em barbáries que solaparam quaisquer esperanças de controle criminal. Não à toa, essa mesma prática punitiva adotada pelos governos sarneyistas assistiu às rebeliões mais ignóbeis já presenciadas pelo sistema prisional brasileiro.

O governo de Flávio Dino aparenta contornar esse pensamento punitivista trazendo o garantismo em grande parte de suas políticas públicas, conforme já mencionado. Mas não devemos desconsiderar, entretanto, que ainda é possível vislumbrar traços marcantes naquela crença de que o crime se resolve com a violência. Prova disso seria não só a elevação da população carcerária como também de unidades prisionais por todo o estado, no afã de enclausurar o maior número possível de condenados, muitos dos quais sujeitos marginalizados da sociedade que se encontram em situação de presos provisórios, isto é, aguardando julgamento.

Dados obtidos pela Unidade de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão em parceria com as informações obtidas pelo Conselho Nacional de Justiça (Geopresídios) revelam que, apenas durante o governo de Flávio Dino, em 2015, eram 7.973 presos em todo o estado do Maranhão, passando em 2016 para 9.222; em 2017 alcançando o número de 10.192; em 2018 atingindo a marca de 10.860, apresentando, por derradeiro, 11.756 pessoas enclausuradas em abril de 2019 (Secretaria de Estado e Administração Penitenciária - SEAP) (Gráfico 2).

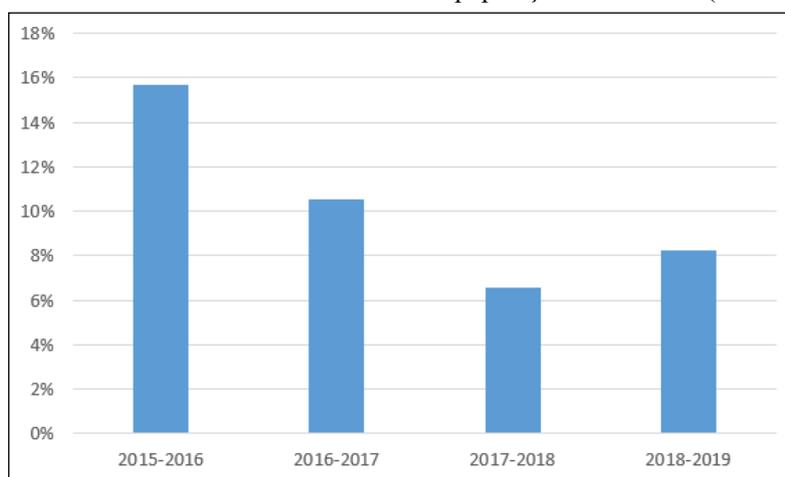
Gráfico 2. Maranhão: nº de presos por ano (2015 a 2019).



Fonte: Tribunal de Justiça do Maranhão, 2019. Elaboração: Carlos Nobre e Fernando Baima.

Em termos absolutos, a população encarcerada aumentou, mas em termos relativos, a taxa de crescimento diminuiu ano a ano durante os Governos de Flávio Dino, com exceção de 2019 em relação a 2018, embora, nesse último período, a taxa de aprisionamento ainda foi menor do que aquela registrada em 2015-2016 (gráfico 3).

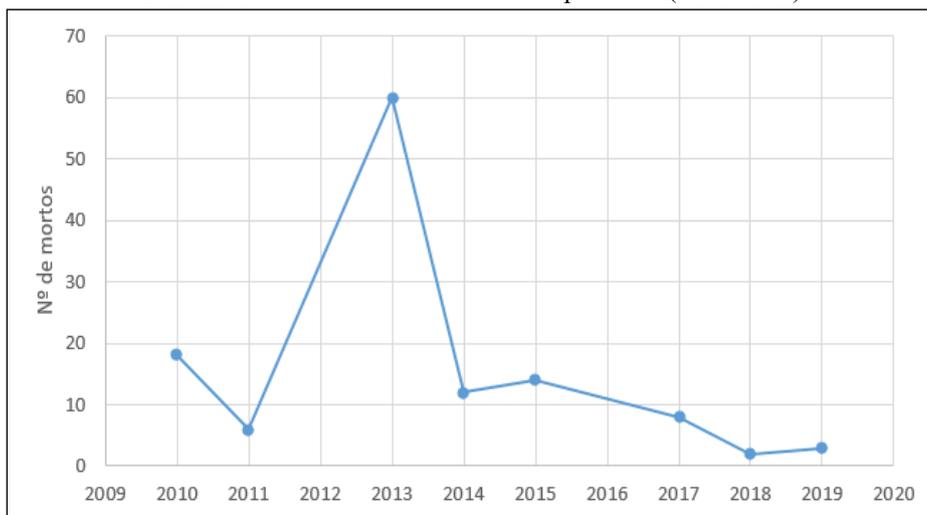
Gráfico 3. Maranhão: taxa de crescimento da população encarcerada (2015-2019).



Fonte: Tribunal de Justiça do Maranhão, 2019. Elaboração: Carlos Nobre e Fernando Baima.

No que tange ao número de mortes em decorrência da crise e do colapso do sistema registrados na primeira metade da década de 2010, também pode ser verificado um relativo controle nos Governos de Flávio Dino, tendo em vista a significativa redução dos números, sobretudo se comparados ao auge das rebeliões ocorridas em 2013 quando foram registradas 60 mortes no sistema carcerário maranhense (Gráfico 4).

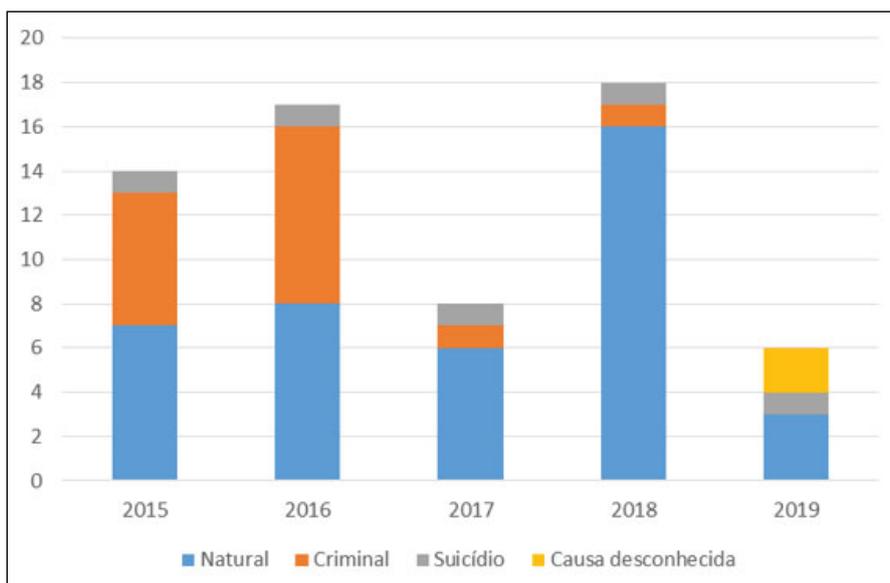
Gráfico 4. Maranhão: nº de mortes nos presídios (2010-2019).



Fonte: Infopen.

Observando-se mais detalhadamente as causas das mortes durante o Governo de Flávio Dino, atesta-se a significativa redução das mortes causadas criminalmente no interior dos presídios (Gráfico 5).

Gráfico 5. Número de mortes no Sistema Penitenciário Maranhense.



Fonte: Infopen.

Apesar de em 2016 e 2018 registrarem-se mais mortes do que em 2015, verifica-se a significativa redução, desde 2017, das mortes causadas por crimes no interior dos presídios, embora em 2018 possamos observar um elevado número de mortes por causas naturais.

A despeito do contingente de presos – em termos absolutos – aumentar, mesmo no Governo de Flávio Dino, em termos relativos verificamos uma redução na taxa de crescimento do encarceramento, podendo-se aventar, como hipótese, a maior garantia dos direitos humanos e a efetivação das finalidades da pena, sobretudo, a ressocialização dos condenados, reflexo, portanto, de uma política criminal mais garantista. Embora tal afirmação deva sempre ser relativizada conforme os casos concretos e cotidianos vividos nos presídios e na própria sociedade.

Importante não esquecer o caráter punitivista que impera – sobretudo sobre a população negra e pobre – e que marca as origens escravocratas da sociedade brasileira em que as elites desprezam direitos humanos e qualquer princípio de cidadania e direitos universais. Trata-se de uma cultura impregnada nas relações sociais mais gerais e cujos preceitos circulam e adentram às instituições de Estado, impregnando e conduzindo a ação de agentes a serviço do Estado, mas também o próprio tecido social.

Não por outro motivo, podemos observar que, malgrado o atual governo do Estado do Maranhão ter priorizado o investimento em práticas que ressocializassem os condenados e humanizassem as penas, é ainda muito evidente o aspecto punitivista adotado quanto ao aumento considerável de estabelecimentos prisionais em todo o território maranhense. Parece estarmos em situações que oscilam entre punitivismos e garantismos até que um dos dois preceitos prevaleçam.

Malgrado a notável diminuição no número de mortes dos detentos quando comparados os Governos de Roseana Sarney e de Flávio Dino, os problemas do presídio não se resumem a mortes e fugas, envolvem desde questões de estrutura física das unidades, até organização de todo o pessoal que se encontra enclausurado e que trabalha nesses estabelecimentos.

Em auditoria operacional realizada no Sistema Prisional do Estado do Maranhão realizado pelo Tribunal de Contas Estadual datado de 2019, constatou-se que:

As estratégias adotadas pelo Estado para prevenir ou conter as rebeliões nos estabelecimentos penais não são suficientes e adequadas, uma vez que o Estado não possui plano de providências para gerenciamento de risco com vistas à prevenção ou contenção das rebeliões nos estabelecimentos penais. As medidas adotadas são apenas de contenção e não são formalmente estabelecidas. Em não estando previstas ou estabelecidas em Plano específico, também não é feita a previsão dos recursos necessários ao gerenciamento de riscos (Tribunal de Contas do Maranhão, 2019).

É possível apontar, atualmente, algumas constatações do sistema penitenciário do Estado do Maranhão, conforme referida auditoria. Citamos as seguintes: problemas quanto a planejamento de ações, produtos e metas; ausência de sincronia entre os órgãos integrantes do indigitado sistema, além da ação conjunta para consecução de seu desiderato; falta de um plano de gerenciamento de risco e de providências por parte do setor de inteligência; e a não concretização, em sua integralidade, da Lei de Execuções Penais, sobretudo quando se trata do respeito à dignidade dos detidos. Entretanto, a principal dificuldade enfrentada, apontada inclusive pela já citada auditoria operacional do Tribunal de Contas vem a ser a fragilidade na gestão da política penitenciária.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Não houve, ainda, a resolução do problema referente à lotação carcerária. Investimentos tão somente na expansão do sistema penitenciário, como os aqui expostos, desvinculados de políticas públicas que atinjam os problemas estruturais que diretamente ou indiretamente são os causadores da violência e dos elevados índices de criminalidade dentro e fora dos estabelecimentos penais, em nada ajudarão a solucionar o problema da superpopulação carcerária e das fugas, mortes e reincidências, embora os resultados de tais políticas sociais se refletem no mais longo prazo.

A expansão do sistema que continua em 2020 demonstra, em termos gerais, três tendências socioespaciais do sistema prisional maranhense, quais sejam: 1) a especialização e diversificação dos serviços carcerários na cidade de São Luís; 2) a difusão de unidades prisionais para o interior do estado, mais precisamente para municípios estratégicos capazes de polarizar e regionalizar a função carcerária; 3) a instalação de unidades prisionais em cidades muito pequenas, sem força e capacidade de regionalizar, em geral, muitos pobres.

Com a expansão de unidades prisionais – tanto em municípios do interior como na capital São Luís –, induziu-se um processo de expansão do sistema prisional com implicação na vida de relações dos encarcerados e de suas famílias que, supostamente, puderam contar com a maior proximidade entre a residência e o estabelecimento penal. Observa-se também o constrangimento às organizações criminosas mediante a desconcentração dos apenados em relação à capital São Luís.

No entanto, permanecem em aberto as questões atinentes ao caráter garantista ou punitivista do sistema. De todo modo, chamamos atenção para o fato de que a simples existência das unidades prisionais enquanto objetos técnicos não significa nada, caso não nos debruçemos sobre os usos e seus significados referentes aos estabelecimentos. Dito de outro modo, são os usos efetivamente atribuídos pelo conjunto de agentes e instituições que compõem o sistema prisional – segundo suas concepções político-ideológicas e técnicas, sempre históricas – que indicará o caráter mais ou menos garantista ou punitivista do sistema.

NOTAS

3 A rigor, as Penitenciárias Regionais compreendem estabelecimentos prisionais mais complexos nos quais mesclam unidades administrativas e de execução da Lei Penal.

4 O termo “Ressocialização” foi adotado em 2015 pelo Governo de Flávio Dino. Nesse sentido, mesmo quando nos referirmos às Unidades Prisionais (UP) instaladas antes do referido Governo, adotaremos o termo UPR para distingui-la, inclusive, dos demais tipos de unidades prisionais. As UPR são as principais unidades prisionais em termos quantitativos existentes no Maranhão.

5 Conforme Masullo, Rocha e Melo (2020), a partir de 2005 houve transformações no perfil socioespacial do sistema prisional maranhense decorrentes da migração de facções criminosas originárias da região Sudeste do Brasil, tendo como resultado a escalada da violência no estado e, em particular, na capital São Luís.

6 As CAAE respondem pela promoção de reinserção familiar, social e comunitária, e valem-se de ações no âmbito médico, educacional e espiritual para consecução de seus objetivos. Especificamente no estado do Maranhão, a CAAE foi criada, também, pensando em receber os presos sentenciados pela Lei Maria da Penha.

7 Disponível em: <http://seap.ma.gov.br/2017/07/25/numero-de-presos-que-agora-tem-acesso-a-oficinas-de-trabalho-cresce-mais-de-260-no-maranhao/>. Acesso em: 10 maio 2021.

8 Dados da SEAP de 2019, apresentados por Masullo, Rocha e Melo (2020), apontam que “aproximadamente 47,5% das pessoas que passam pelos presídios do estado [do Maranhão] retornam, seja pelo mesmo crime anteriormente cometido ou por cometer outro ato criminoso”. Para os autores, “isso revela que a reinserção [social] ou ressocialização do indivíduo não é cumprida”.

9 Entre 2011 e 2019, nenhuma nova UPR foi criada na capital do estado, denotando não só a já citada corrida pela reestruturação do sistema prisional diante das crises que o sistema penitenciário vivenciava, mas também exibindo uma nova tendência socioespacial do sistema prisional maranhense, na qual há um notório avanço das unidades prisionais de São Luís para os municípios do interior do estado.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, Z. M. As temporalidades da Política no Maranhão. **Lutas Sociais**, n. 9/10, 2003.
BATISTA, V. M. **Introdução crítica à criminologia brasileira**. 2. ed. Rio de Janeiro: Revan, 2012.

BRASIL. **Lei nº. 7.210 de 11 de julho de 1984**. Lei de Execução Penal. Brasília, DF, jun 2019. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/17210.htm. Acesso em: 22 jun. 2019.

CASTRO, Z. da S. **Apontamento para a história da Secretaria de Estado da Justiça do Estado do Maranhão 1914 - 1992**. São Luís: Secretaria de Estado da Justiça do Estado do Maranhão, 1993.

CATAIA, M. A.; RIBEIRO, L. H. L. Análise de Situações Geográficas: notas sobre metodologia de pesquisa em Geografia. **Revista da ANPEGE**, v. 11, n. 15, p. 9–30, 2015.

FISCHER, D. Garantismo penal integral (e não o garantismo hiperbólico monocular) e o princípio da proporcionalidade: breves anotações de compreensão e aproximação dos seus ideais. **Revista de Doutrina TRF4**. Disponível em: https://revistadoutrina.trf4.jus.br/index.htm?https://revistadoutrina.trf4.jus.br/artigos/edicao028/douglas_fischer.html. Acesso em: 09 ago. 2020.

HARVEY, D. **Social Justice and the City**. Londres: Edward Arnold e Baltimore: John Hopkins University Press, 1973.

MASULLO, Y. A. G.; ROCHA, J.; MELO, S. N. DE. O cárcere brasileiro e o perfil social do sistema prisional do Maranhão. **Geosul**, v. 35, n. 76, p. 662–683, out. 2020.

MATTOS, M. C. **Presídio Central de Porto Alegre: a atuação das Organizações de Defesa de Direitos Humanos, junto ao Sistema Interamericano de Proteção dos Direitos Humanos, para coibir as violações a Direitos Humanos no cárcere**. 2015. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais, Centro Universitário de Brasília, Brasília, 2015.

MOREIRA, A. M. A.; DIAS, B. S. A transnacionalidade como fundamento da tutela dos Direitos Humanos: a intervenção do Complexo de Pedrinhas. **Revista Onis Ciência**, Braga, ano 2, v. 2, n. 6, p. 56-82, 2014.

SANTOS, M. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. 4. ed. São Paulo: Edusp, 2008.

SANTOS, M. **Pensando o espaço do homem**. São Paulo: Edusp, 2002.

SILVA, F. de Sá e. Justiça e território: estado da arte, abordagens possíveis e questões problemáticas a partir de uma meta-análise de estudos recentes. *In*: IPEA. **Brasil em desenvolvimento 2013**: estado, planejamento e políticas públicas. Brasília: Ipea, 2013.

SILVEIRA, M. L. Uma situação geográfica: do método à metodologia. **Revista Território**, v. 4, n. 6, p. 21–28, 1999.

SOUZA, M. A. de; ZOMIGHANI JÚNIOR, J. H. O uso do território e o judiciário no Brasil: a justiça sem chão. **Revista USP**: São Paulo, número 101, 2014.

EVOLUÇÃO DEMOGRÁFICA DO MARANHÃO

DEMOGRAPHIC EVOLUTION IN MARANHÃO

EVOLUCIÓN DEMOGRÁFICA DE MARANHÃO

Rosalva de Jesus dos Reis¹

RESUMO: Abordam-se as mudanças demográficas recentes no estado do Maranhão, com destaque para o crescimento demográfico, natalidade, fecundidade, mortalidade e esperança de vida. Faz-se um recorte temporal de 1940 a 2010 e projeções até 2060. A partir de análise bibliográfica, do levantamento e análise de dados dos Censos Demográficos de 1940 a 2010, da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD); de bancos de dados como o SIDRA e o Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde (DATASUS) e de projeções populacionais, analisa-se como o estado do Maranhão se situa diante do contexto regional e nacional. Identificam-se alguns fatores que contribuíram para as mudanças verificadas e as especificidades locais.

Palavras-chave: Mudanças demográficas. Fecundidade. Natalidade. Mortalidade. Esperança de Vida.

ABSTRACT: Recent demographic changes in the state of Maranhão are addressed, with emphasis on demographic growth, birth rate, fertility, mortality and life expectancy. A time frame is made from 1940 to 2010 and projections until 2060. From bibliographic analysis, from the survey and data analysis of the Demographic Censuses from 1940 to 2010, from the National Household Sample Survey (PNAD); from databases such as SIDRA and the Informatics Department of the Unified Health System (DATASUS) and population projections, it is analyzed how the state of Maranhão is situated in the face of the regional and national context. Some factors that contributed to the changes observed and local specificities are identified.

¹ Prof.^a do Departamento de História e Geografia da Universidade Estadual do Maranhão. Dra. em Políticas Públicas pela Universidade Federal do Maranhão (UFMA). Mestre em Gestão e Políticas Ambientais pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Membro do Grupo de Estudos em Direitos Humanos e Biodiversidade (GEDH-Bio). E-mail: rosaldosreis@gmail.com.

Artigo recebido em março de 2021 e aceito para publicação em maio de 2021.

Keywords: Demographic changes. Fertility. Birth. Mortality. Hope for life.

RESUMEN: En este artículo se abordan las mudanzas demográficas recientes en el Estado de Maranhão, con énfasis al crecimiento demográfico, natalidad, fecundidad, mortalidad y esperanza de vida. Además, se hace una delimitación temporal desde 1940 hasta 2010 y proyecciones hasta 2060. A partir del análisis bibliográfico, del levantamiento y del análisis de datos de los Censos Demográficos del 1940 al 2010, de la Investigación Nacional por Muestra de Domicilios (PNAD); de banco de datos como el SIDRA y el Departamento de Informe del Sistema Único de Salud (DATASUS) y de proyecciones poblacionales, pues se analiza como el Estado de Maranhão se ubica ante el contexto regional y nacional. Se identifican algunos factores que contribuyeron para las mudanzas verificadas y las especificidades locales.

Palabras clave: Mudanzas demográficas. Fecundidad. Mortalidad. Esperanza de vida.

INTRODUÇÃO

O crescimento demográfico brasileiro encontra-se numa fase de transição. De um país composto, predominantemente, por jovens e com um percentual pequeno de idosos em relação à população total, ele tem apresentado, gradativamente, a redução de jovens e o aumento da população adulta e idosa. Simões (2016, p. 8) destaca que

O Brasil, até as décadas de 1940 e 1950, apresentava um padrão demográfico relativamente estável, de caráter secular. Desde o Século XIX, tanto os níveis de fecundidade como os de mortalidade mantinham-se, com pequenas oscilações, em patamares regularmente elevados, embora já se pudessem observar, desde o início, pequenos declínios dos níveis de fecundidade.

As mudanças de caráter demográfico ocorrem de maneiras diferenciadas no tempo e no espaço, conforme fatores políticos, sociais e econômicos. Os países desenvolvidos, por exemplo, foram os primeiros a vivenciarem a transição demográfica. Internamente, um país caracterizado por contrastes apresentará momentos diferenciados de sua evolução demográfica. É o caso do Brasil.

Ao longo do século passado, as diferentes experiências de evolução da natalidade e da mortalidade evidenciaram que a transição demográfica não ocorre da mesma forma entre as diversas sociedades. As mudanças nas taxas de mortalidade e de natalidade têm múltiplos fatores explicativos; o tempo de transição entre os dois momentos de equilíbrio demográfico pode variar entre mais de um século e apenas algumas décadas e, ademais, diferentes fases da transição podem ser observadas simultaneamente em uma mesma sociedade (VASCONCELOS; GOMES, 2012, p. 540).

As transformações ocorridas no Brasil não se materializam da mesma maneira no seu espaço continental. Isso decorre do arranjo estrutural e conjuntural de causas/fatores já mencionados, ao longo do tempo.

O Estado do Maranhão tem acompanhado a transição demográfica verificada no Brasil, fenômeno que vem se consolidando da metade do Século XX para os dias atuais. Apresenta, porém, algumas diferenças em relação ao Brasil e à região Nordeste, na qual está inserido.

O artigo demonstra como o padrão demográfico do Maranhão tem se caracterizado dentro do contexto das mudanças. Faz-se um recorte temporal de 1940, com dados dos Censos Demográficos e de pesquisas amostrais, como a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) e projeções, situando o estado nos contextos nordestino e brasileiro.

Apresenta-se, inicialmente, o ritmo do crescimento populacional a partir dos dados da população residente. Posteriormente, são abordados aspectos da fecundidade, natalidade, mortalidade e esperança de vida.

A metodologia utilizada foi a análise bibliográfica, levantamento e análise de dados dos Censos demográficos de 1940 a 2010, da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) e de bancos de dados como o SIDRA e o Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde (DATASUS); análise das projeções populacionais revistas em 2018. Foram elaborados gráficos e tabelas para uma maior comunicação visual dos dados levantados.

POPULAÇÃO RESIDENTE

Considerando o período de 1950 a 2010, verifica-se que a população residente do Brasil tem aumentado numa taxa cada vez menor que o período anterior (Tabela 1). No período intercensitário de 1950-1960, a taxa de crescimento populacional no Brasil foi de 3,2%, no Nordeste, de 2,2% e, no Maranhão, de 4,6%. No período de 2000-2010, observa-se um declínio, sendo 1,4% no Brasil e 1,3 no Nordeste. O Maranhão apresentava uma taxa mais elevada que o país e a região, mas com um declínio também progressivo.

Algumas situações internas precisam ser destacadas. De 1950 a 1960, a taxa de crescimento do Maranhão foi de 4,6%. De 1960 a 1970, 2%. No período seguinte (1970-1980), houve um aumento, ficando em 3,0%. Esse fato pode ser explicado pelo fluxo migratório para o estado em decorrência da implantação de grandes empreendimentos econômicos como o Programa Grande Carajás (PGC), da, então, Companhia Vale do Rio Doce (CVRD) e do Consórcio ALUMAR. A maioria dos migrantes que se fixaram no estado, nesse período, ficou em São Luís, cuja microrregião (Aglomerado Urbano de São Luís) apresentou um crescimento populacional de 3,01% no período de 1991-2000. Posteriormente (2000-2010), verifica-se um declínio, com taxa de 2,05% (IBGE, 2000, 2010). A Microrregião dos Lençóis Maranhenses superou a Aglomeração Urbana de São Luís de 2000-2010, com uma taxa de 3,03% (IBGE, 2000, 2010).

Tabela 1. População residente de 1940 a 2060 no Brasil, Nordeste e Maranhão; Taxa média geométrica de crescimento anual (%).

Ano	População residente			Taxa média geométrica de crescimento anual (%)		
	Brasil	Nordeste	Maranhão	Brasil	Nordeste	Maranhão
1940	41.236.315	14.434.080	1.235.169	-	-	-
1950	51.944.397	17.973.413	1.583.248	2,3	2,2	2,5
1960	70.992.343	22.428.873	2.492.139	3,2	2,2	4,6
1970	94.508.583	28.675.110	3.037.135	2,9	2,5	2,0
1980	121.150.573	35.419.156	4.097.231	2,5	2,1	3,0
1991	146.917.459	42.470.225	4.929.029	1,8	1,7	1,7
2000	169.590.693	47.693.253	5.642.960	1,6	1,3	1,5
2010	194.890.682	54.215.569	6.710.964	1,4	1,3	1,7
2020	211.755.692	57.374.243	7.114.598	0,8	0,6	0,6
2030	224.868.462	59.760.861	7.451.435	0,6	0,4	0,5
2040	231.919.922	60.582.367	7.622.718	0,3	0,1	0,2
2050	232.933.276	59.682.299	7.592.288	0,0	-0,1	0,0
2060	228.286.347	57.115.649	7.357.617	-0,2	-0,4	-0,3

Fonte: Censo Demográfico 2010¹ (IBGE, 2010); e Projeção de População ([revisão] IBGE, 2018)².

Elaboração própria.

Nota¹: dados de 1940 a 2000 extraídos do SIDRA (séries temporais).

Nota²: dados de 2010 a 2060 extraídos das Estatísticas Sociais de População.

Ainda considerando os dados da Tabela 1, verifica-se que a maior taxa de crescimento populacional no Maranhão ocorreu no período de 1950-1960, com 4,6%. A partir de 2050-2060, conforme as projeções, a população maranhense passará a decrescer a uma taxa de - 0,3%. O Nordeste teve seu maior crescimento, 2,50%, de 1960-1970, posterior ao maior crescimento maranhense. A população regional deve decrescer a partir de 2050.

FECUNDIDADE

A fecundidade é um elemento do crescimento demográfico que tem tido transformações significativas no Brasil, desde o Século XX até os dias atuais.

De acordo com Borges e Silva (2015, p. 31), “A transição da fecundidade representa a passagem de um regime com elevado número de nascimentos por mulher para outro regime em que esses níveis se situam em patamares relativamente baixos”.

As mudanças na fecundidade se inserem num conjunto mais amplo de mudanças demográficas, assim consideradas por Gonçalves *et al.* (2019, p.2): “A transição demográfica (TD) é definida usualmente na literatura como a mudança de altas taxas vitais, natalidade e mortalidade, para taxas mais baixas. Portanto, a queda da fecundidade é parte desse amplo processo”.

Para Simões (2016, p. 8), no Brasil,

As transformações no padrão demográfico até então vigente iniciaram-se de forma tímida, a partir dos anos 1940, quando se nota um consistente declínio dos níveis gerais de mortalidade, não acompanhados, concomitantemente, por uma redução dos níveis de natalidade.

Não há unanimidade entre os autores quanto ao início do declínio da fecundidade no Brasil. A maioria considera a década de 60 do Século XX. Outros destacam a década de 40 do mesmo século em locais específicos do país, como Rio de Janeiro, São Paulo e parte da Região Sul:

Um conjunto de autores apresenta evidências de a queda da fecundidade ter se iniciado em meados da década de 1930 ou de 1940 nas zonas urbanas das regiões Sul e Sudeste [...] Entretanto, enquanto a fecundidade apresentava queda no Sudeste a partir desse período, no Norte e no Nordeste ela teria aumentado até o início da década de 1970 e caído a partir daí de forma sustentada e rápida (GONÇALVES *et al.*, 2019, p. 3).

Gonçalves *et al.* (2019, p. 12) dividiram o Brasil em 10 regiões, conforme características da fecundidade, a saber:

- Amazonas: Rondônia; Acre; Amazonas; Roraima; Pará e Amapá.
- Nordeste Setentrional: Maranhão e Piauí.
- Nordeste Central: Ceará; Rio Grande do Norte; Paraíba; Pernambuco e Alagoas.
- Nordeste Meridional: Bahia e Sergipe.
- Leste: Minas Gerais e Espírito Santo.
- Rio de Janeiro: Guanabara e Rio de Janeiro;
- São Paulo: São Paulo.
- Paraná: Paraná.
- Extremo Sul: Santa Catarina e Rio Grande do Sul.
- Centro-Oeste: Mato Grosso do Sul; Mato Grosso; Goiás; Distrito Federal e Tocantins.

Segundo o estudo supracitado, o Maranhão (situado no Nordeste Setentrional) foi um dos últimos estados a iniciar a redução da fecundidade, fenômeno que começou a se evidenciar na década de 1970.

Os lugares onde se deu o início do declínio da fecundidade estão nas regiões do país que, historicamente, sempre receberam mais recursos do governo central destinados ao fomento de suas economias. O Nordeste sempre ficou num plano secundário.

Para Simões (2016, p. 17-18),

Até meados da década de 1960, apesar dos processos de urbanização e industrialização que vinham ocorrendo a partir de 1930, os níveis de fecundidade mantiveram-se elevados e estáveis, conquanto os diferenciais regionais e sociais fossem crescentes. Os Estados do Rio de Janeiro e São Paulo assim como parte da Região Sul eram as áreas onde a fecundidade já vinha experimentando algum declínio, com patamares ligeiramente mais baixos desde 1940, antecipando, com isso, o acelerado processo de declínio

observado posteriormente em todo o resto do País. Todavia, entre 1960 e 1970, iniciou-se um processo cada vez mais generalizado e rápido de declínio da fecundidade, que assumiu uma forma mais consistente, durante as décadas de 1970 e 1980, em todas as Grandes Regiões brasileiras.

A Tabela 2 mostra o comportamento da fecundidade de 1940 até 2010 e sua projeção até 2060. Ela permite observar, entre outros aspectos, como essa variável tem se manifestado no Estado do Maranhão ao longo da série temporal em destaque.

Tabela 2. Taxa de Fecundidade Total de 1940 a 2060¹ no Brasil, Nordeste e Maranhão.

Ano	Taxa de Fecundidade Total			Variação relativa (%)		
	Brasil	Nordeste	Maranhão	Brasil	Nordeste	Maranhão
1940	6,2	7,2	6,6	-	-	-
1950	6,2	7,5	6,9	0,8	4,9	3,3
1960	6,3	7,4	7,1	1,1	-1,5	3,6
1970	5,8	7,5	7,3	-7,6	1,5	2,7
1980	4,4	6,1	6,9	-24,1	-18,7	-5,5
1991	2,9	3,9	4,7	-34,1	-36,1	-31,9
2000	2,4	2,7	3,2	-17,2	-30,8	-31,9
2010	1,8	1,8	2,1	-27,1	-32,7	-33,8
2020	1,8	1,7	1,9	0,6	-4,6	-10,2
2030	1,7	1,7	1,8	-2,2	-2,4	-3,8
2040	1,7	1,7	1,8	-1,6	-1,0	-1,2
2050	1,7	1,7	1,8	-1,1	-0,4	-0,3
2060	1,7	1,7	1,8	-1,0	-0,2	-0,1

Fonte: Estatísticas Históricas do Brasil (IBGE, 1987)¹; Simões (2016)²; e Projeção da População (IBGE, 2018)³. Elaboração própria.

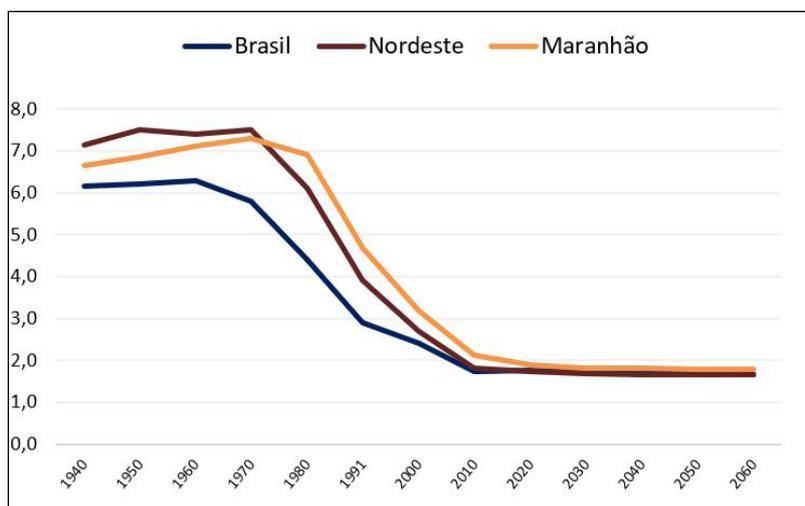
Nota¹: dados de 1940 a 1980 extraídos da publicação Estatísticas Históricas do Brasil (1987).

Nota²: dados de 1991 e 2000 extraídos da publicação Simões (2016).

Nota³: dados de 2010 a 2060 extraídos das Estatísticas Sociais de População.

Com relação à fecundidade total, o Maranhão, até a década de 1970, apresentou taxas mais elevadas que as nacionais e mais baixas que a Região Nordeste (Tabela 2). Em 1940, os dados eram os seguintes: Brasil, 6,2; Nordeste, 7,2 e Maranhão, 6,6 filhos por mulher. Essas taxas ainda eram consideradas elevadas. A partir de 1980, quando a taxa verificada foi 6,9, o Maranhão começa a apresentar um declínio gradual e significativo da fecundidade. Pelas projeções, a fecundidade, no estado, tende a ficar abaixo da reposição a partir de 2020, com uma constante de 1,9 filhos por mulher.

Conforme já abordado, O Maranhão começou a apresentar as mudanças na fecundidade posteriormente ao início das mudanças regional (NE) e nacional. Observa-se (Tabela 2) que a maior redução estadual se deu no período de 2000-2010, 33,8%, enquanto no Nordeste se deu de 1980 a 1991 (36,1%); mesmo período do Brasil (34,1%). Nota-se, também, que os percentuais de redução são maiores que no Maranhão.

Gráfico 1. Taxa de Fecundidade Total de 1940 a 2060¹ no Brasil, Nordeste e Maranhão

Fonte: Estatísticas Históricas do Brasil (IBGE, 1987)¹; Simões (2016)²; e Projeção da População (IBGE, 2018)³. Elaboração própria.

Nota¹: dados de 1940 a 1980 extraídos da publicação Estatísticas Históricas do Brasil (1987).

Nota²: dados de 1991 e 2000 extraídos da publicação Simões (2016).

Nota³: dados de 2010 a 2060 extraídos das Estatísticas Sociais de população.

A partir de 2020, as taxas maranhenses começarão a se aproximar mais das taxas do NE e do Brasil (Tabela 2 e Gráfico 1).

Serão abordadas algumas causas apontadas pelos estudiosos como responsáveis pelo declínio da fecundidade e da natalidade.

NATALIDADE

Antes de abordar o comportamento da natalidade, considera-se importante destacar um aspecto que é o problema do sub-registro, ainda verificado no Brasil, desse componente da dinâmica demográfica. A sub-notificação da natalidade interfere, entre outros aspectos, na projeção da fecundidade. Conforme destacado por Borges e Silva (2015, p. 19),

Qualquer que seja a fonte de dados utilizada na comparação, observam-se diversos estados com cobertura ainda menor que 80% no ano 2000. No Maranhão, por exemplo, mais de 30% dos nascimentos não foram registrados naquele ano. Os indicadores para o ano de 2010 refletem a significativa melhora ao longo do período, chegando a um subregistro de apenas 7,8% ou 4,1%, a depender da fonte utilizada para avaliação. Permanecem, contudo, as desigualdades regionais, fazendo com que diversas Unidades da Federação tenham, ainda, mais de 10% de subenumeração.

De acordo com o censo 2010, pessoas de até 10 anos de idade com registro de nascimento, no Maranhão, representavam 95, 1%. Em comparação com os percentuais regionais, era maior apenas que a Região Norte (94,9%).

Para análise da natalidade, utilizaram-se os dados censitários de 1991, 2000 e 2010 e projeções (Tabela 3).

Tabela 3. Taxa Bruta de Natalidade, de 1991 a 2060, no Brasil, Nordeste e Maranhão.

Ano	Taxa Bruta de Natalidade (‰)			Variação relativa (%)		
	Brasil	Nordeste	Maranhão	Brasil	Nordeste	Maranhão
1991	23,4	26,8	30,5	-	-	-
2000	21,1	24,3	29,5	-10,0	-9,4	-3,5
2010	15,1	16,2	19,4	-28,4	-33,2	-34,2
2020	14,0	14,6	16,8	-7,2	-10,1	-13,4
2030	11,9	12,4	14,4	-14,7	-15,0	-14,3
2040	10,6	10,8	12,5	-11,3	-13,1	-13,4
2050	9,9	9,9	11,2	-6,5	-8,5	-9,9
2060	9,3	9,2	10,4	-6,1	-6,9	-7,8

Fonte: TABNET (DATASUS, 2007a)¹; Projeção da População (IBGE, 2018)². Elaboração própria.

Nota¹: dados de 1991 e 2000 extraídos do TABNET (2007).

Nota²: dados de 2010 a 2060 extraídos das Estatísticas Sociais de População.

Conforme se observa na Tabela 3, os dados de 1991 mostram o Maranhão com uma natalidade de 30,5 por mil, mais elevada que o Brasil (23,4 por mil) e o Nordeste (26,8 por mil). Em 2001 e 2010, há uma queda e a redução da distância em relação às taxas nacional e regional. A menor queda foi verificada em 2000, com 3,5 %. Segundo as projeções, as taxas maranhenses continuarão em declínio, porém maiores que as do Brasil e Nordeste, que se aproximarão a partir de 2040.

No período de 2000-2010, em todos os níveis espaciais, ocorreram as maiores reduções, a saber: Brasil, 28,4%; Nordeste, 33,2% e Maranhão, 34,2%.

Os autores Vasconcelos e Gomes (2012) e Simões (2016) destacam várias causas para a redução da fecundidade e da natalidade:

Entre os determinantes apontados, podem ser destacados: fatores econômicos, sociais e político-institucionais, bem como as chamadas variáveis intermediárias, inibidoras da fecundidade, como determinadas características de natureza demográfica e socioeconômica (entrada mais intensa da mulher no mercado de trabalho), além do acesso a informações sobre a utilização e uso de métodos anticoncepcionais (SIMÕES 2016, p 18);

No que se refere à fecundidade, a escolarização das mulheres e a inserção no mercado de trabalho, especialmente na área urbana, são fatores associados a sua rápida redução (VASCONCELOS; GOMES, 2012, p. 548).

Analisando dados do Brasil, observa-se que quanto maior o grau de escolarização da mulher, menor a quantidade de filhos (SIMÕES, 2016).

A adoção de métodos contraceptivos é uma realidade no país, cujo acesso se dá de diferentes formas, seja pela compra ou doação por instituições públicas e Organizações não governamentais (ONG's).

De acordo com Easterlin (1975), por exemplo, a mudança de padrão, de alta para baixa fecundidade, estaria associada a um processo contínuo de modernização econômica e social, que vai se refletir na limitação do tamanho

familiar dentro do casamento e na mudança do regime de fecundidade natural – um controle por parte dos casais (SIMÕES, 2016, p. 11).

As causas apontadas não correspondem às realidades apresentadas da mesma forma, em todos os lugares. Por exemplo, a modernização econômica não corresponde à realidade do Maranhão da maneira como ocorre em países desenvolvidos.

É necessário, então, identificar o arranjo dos fatores localmente. Um exercício será feito no item Fatores de Mudança, onde serão destacados alguns aspectos socioeconômicos maranhenses.

MORTALIDADE

No contexto das mudanças demográficas que têm ocorrido no país, a mortalidade foi a primeira variável a declinar.

A partir da segunda metade do século XX, a população brasileira sofreu diversas transformações. As primeiras mudanças referem-se ao descenso dos níveis de mortalidade, com a queda das taxas de mortalidade infantil e o aumento da esperança de vida ao nascer... (VASCONCELOS; GOMES, 2012, p. 541).

Simões (2016, p. 47) destaca fatores de várias ordens como responsáveis pela queda da mortalidade no Brasil:

As grandes transformações no padrão demográfico brasileiro começaram a ocorrer, inicialmente de forma tímida, a partir dos anos 1940, quando se nota um consistente declínio dos níveis gerais de mortalidade [...]. Em duas décadas, a taxa bruta de mortalidade (TBM) recuou de um patamar de 21 para 10 óbitos por mil habitantes. Embora não estejam esclarecidas por completo as causas que levaram à redução da mortalidade, cabe mencionar, dentre elas, o impulso dado ao sistema de saúde pública, à previdência social, à infraestrutura urbana, e à regulamentação do trabalho nas principais regiões do País a partir dos anos 1930. Esses fatores institucionais, aliados aos avanços da indústria farmacêutica, concorreram para o controle e a redução de várias doenças, principalmente as infectocontagiosas e pulmonares, que até então tinham forte incidência, com altos níveis de mortalidade. O papel dos antibióticos foi fundamental nesse processo de queda, atuando, em um primeiro momento, principalmente na redução da mortalidade adulta, estendendo-se, depois, aos grupos etários infantis e infanto-juvenis.

Convém destacar que, na diversidade de condições socioeconômicas existentes no Brasil, a abrangência desses fatores não ocorre de forma homogênea pelas unidades da federação. Existem contrastes significativos em nível interestadual e intraestadual.

A Tabela 4 apresenta a taxa de mortalidade no período de 1991 a 2010 e projeções.

As taxas de mortalidade foram as primeiras a entrarem em declínio. Em termos numéricos, o Maranhão apresenta uma realidade bem mais próxima da realidade nordestina e brasileira que a taxa de natalidade. De 1991 até 2020 (Tabela 4), há um declínio das taxas. No entanto, as projeções apontam uma elevação da mortalidade, a partir de 2030 (Gráfico 2). O fato se explica pelo aumento gradual da longevidade, que contribui para uma parcela cada vez maior do número de idosos na população total.

Tabela 4. Taxa Bruta de mortalidade, de 1991 a 2060¹, no Brasil, Nordeste e Maranhão.

Ano	Taxa Bruta de Mortalidade (‰)			Variação relativa (%)		
	Brasil	Nordeste	Maranhão	Brasil	Nordeste	Maranhão
1991	7,7	9,4	8,7	-	-	-
2000	6,5	7,5	7,8	-14,6	-20,9	-10,2
2010	6,4	7,3	7,3	-2,7	-2,0	-6,4
2020	6,6	7,2	7,2	3,1	-1,9	-1,4
2030	7,4	7,8	7,5	13,0	9,0	4,7
2040	8,9	9,1	8,4	19,9	17,0	11,3
2050	10,7	11,0	9,8	20,3	20,7	16,7
2060	12,5	13,2	11,7	17,0	20,1	19,5

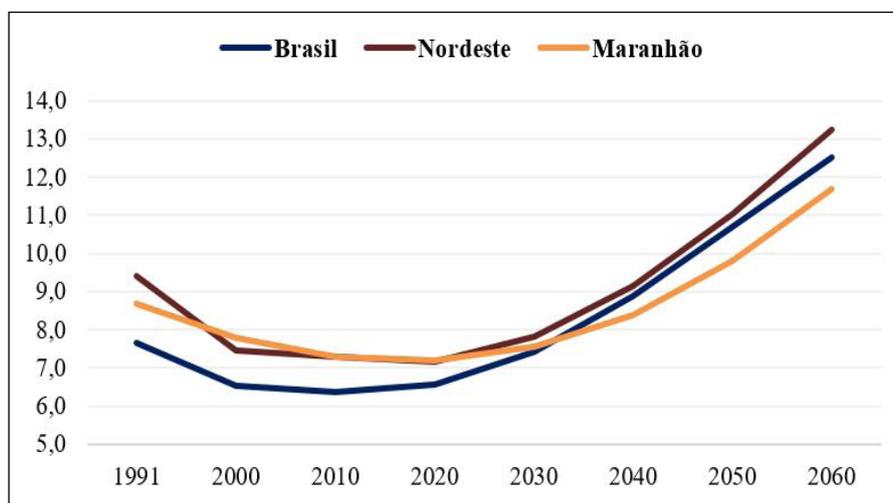
Fonte: TABNET (DATASUS, 2007b)¹; Projeção da População (IBGE, 2018)². Elaboração própria.

Nota¹: dados de 1991 e 2000 extraídos do TABNET (2007).

Nota²: dados de 2010 a 2060 extraídos das Estatísticas Sociais de População.

O Maranhão, assim com o Brasil e o Nordeste, apresenta taxas de mortalidade correlatas e até menores que alguns países desenvolvidos. Confirma-se a premissa a partir de dados da ONU (2020) para países como Estados Unidos (8,5), Alemanha (11,3), França (9,0), Suécia (9,1) e Japão (7,6). Há diferenças, no entanto, nas principais causas de mortes nesse grupo de países e as causas da mortalidade local.

Gráfico 2. Taxa Bruta de mortalidade, de 1991 a 2060¹, no Brasil, Nordeste e Maranhão.



Fonte: TABNET (DATASUS, 2007b)¹; Projeção da População (IBGE, 2018)². Elaboração própria.

Nota¹: dados de 1991 e 2000 extraídos do TABNET (2007).

Nota²: dados de 2010 a 2060 extraídos das Estatísticas Sociais de População.

Assim como no caso da natalidade, há também ainda sub-registro da mortalidade no Brasil. Mesmo já existindo metodologia que, se aplicada, minimiza os impactos, é necessário melhorar o sistema de registro dessa variável e a comunicação desse com os órgãos que produzem as estatísticas.

ESPERANÇA DE VIDA

Até o século passado, a esperança de vida do brasileiro era baixa em todos os recortes espaciais (nacional, regional e estadual) destacados nesse artigo e com diferenças acentuadas em relação a muitos países desenvolvidos.

De 1940 a 2010 (Tabela 5), os valores maranhenses estiveram sempre abaixo dos nacionais e, em alguns momentos, superiores aos nordestinos. Exemplo: o maior ganho ocorreu de 1970-1980 para o Brasil (16,8%) e Nordeste (28,1%) e de 1980-1991 para o Maranhão (12,5%).

No último Censo demográfico realizado (2010), as expectativas de vida eram de 73,9 anos para o Brasil, 71,2 anos para o Nordeste e 68,7 anos para o Maranhão.

Tabela 5. Esperança de vida ao nascer (anos) nos anos de 1940 a 2060 no Brasil, Nordeste e Maranhão.

Ano	Esperança de vida ao nascer (anos)			Variação relativa (%)		
	Brasil	Nordeste	Maranhão	Brasil	Nordeste	Maranhão
1940	41,5	36,7	41,9	-	-	-
1950	45,5	38,9	44,5	9,6	6,0	6,3
1960	51,6	41,0	48,7	13,4	5,4	9,4
1970	53,5	45,5	49,1	3,7	11,0	0,8
1980	62,5	58,3	51,6	16,8	28,1	5,1
1991	66,9	62,8	58,0	7,0	7,7	12,5
2000	70,4	67,2	63,9	5,2	7,0	10,1
2010	73,9	71,2	68,7	4,9	6,0	7,6
2020	76,7	74,1	71,7	3,9	4,1	4,3
2030	78,6	76,1	74,0	2,5	2,7	3,3
2040	79,8	77,5	75,9	1,5	1,7	2,5
2050	80,6	78,3	77,2	0,9	1,2	1,8
2060	81,0	78,9	78,2	0,6	0,8	1,3

Fonte: Estatísticas Históricas do Brasil (IBGE, 1987)¹; Simões (2016)²; e Projeção da População (IBGE, 2018)³. Elaboração própria.

Nota¹: dados de 1940 a 1980 extraídos da publicação Estatísticas Históricas do Brasil (1987).

Nota²: dados de 1991 e 2000 extraídos da publicação Simões (2016).

Nota³: dados de 2010 a 2060 extraídos das Estatísticas Sociais de População.

Embora apresente um aumento progressivo da longevidade, o Maranhão apresentava, em 2018, a pior situação entre os estados brasileiros. De acordo com IBGE (2020):

Para ambos os sexos a maior esperança de vida ao nascer foi observada em Santa Catarina: 79,7 anos. Outros estados com valores elevados, acima dos 78 anos, são o Espírito Santo, São Paulo, Distrito Federal e Rio Grande do Sul. No outro extremo, está o Maranhão, com a expectativa em 71,1 anos, e o Piauí, em 71,4 anos. Ou seja, uma criança nascida no Maranhão, conforme a taxa de mortalidade observada em 2018, esperaria viver em média 8,6 anos a menos que uma criança nascida em Santa Catarina.

PIRÂMIDES ETÁRIAS

A figura a seguir expressa, de forma rápida e sintética, a evolução da natalidade, mortalidade e esperança de vida no Maranhão do século passado (1970) para um momento mais recente (2010) e sua projeção (2060).

A primeira pirâmide etária (1970) tem a forma bem tradicional. A base é a parte mais larga, demonstrando uma parcela maior de jovens na população absoluta. A partir da base, há um crescente afunilamento até o topo, o que reflete uma redução da população à proporção que as idades avançam. O topo é, notadamente, muito estreito. Era um momento em que o Estado possuía uma numerosa natalidade e baixa esperança de vida.

Em 2010, a base é mais estreita, refletindo uma diminuição do número de jovens a partir da queda da natalidade. Há um alargamento maior na parte média e superior da pirâmide, o que indica uma mudança na longevidade.

Pelas projeções, os comportamentos, já verificados, de redução da natalidade, aumento de adultos e aumento considerável de idosos manter-se-á nas décadas posteriores a 2010.

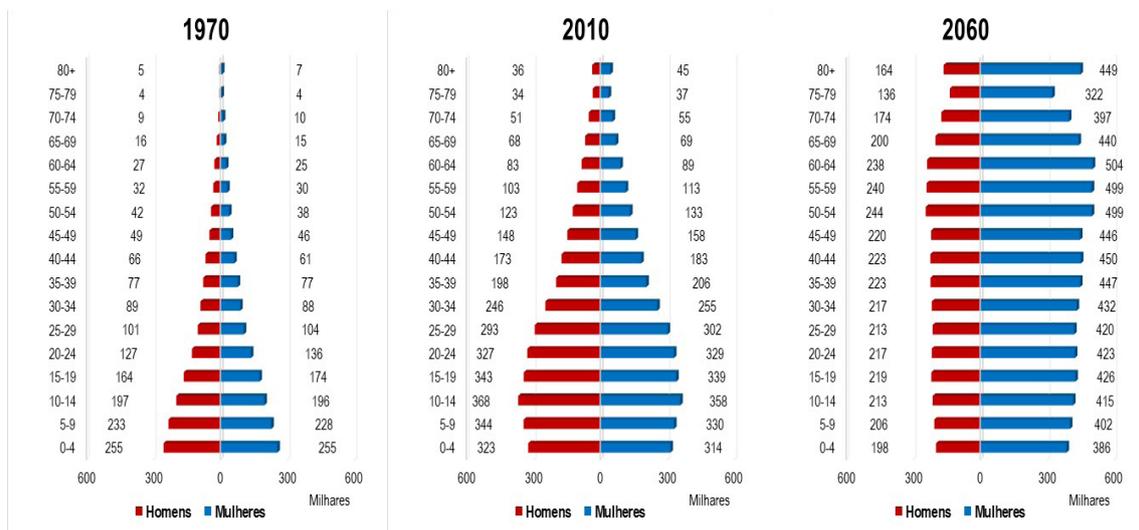
Em 2060, uma questão de gênero chamará a atenção: O Maranhão terá um desequilíbrio entre o número de homens e mulheres. Em todas as faixas de idades, as mulheres serão mais numerosas. A pirâmide projetada para 2060 perde totalmente a forma piramidal a partir do maior equilíbrio no número de pessoas nas diversas faixas de idade, com destaque para o intervalo de 0 a 49 anos. Posteriormente, há um discreto aumento no número de mulheres (de 50 a 64 anos). Em seguida, há um declínio; depois, volta a aumentar a quantidade de mulheres.

As mudanças demográficas pelas quais o Maranhão está passando e ainda passará têm que ser acompanhadas de políticas públicas para atender às necessidades dos diversos segmentos populacionais.

Uma parcela maior de adultos necessitará de qualificação profissional e inserção no mercado de trabalho. Consequentemente, a economia deve acompanhar esse movimento. A população idosa, cada vez mais numerosa, carecerá de ações efetivas relacionadas à saúde, transportes, lazer, aposentadoria, entre outros.

Convém destacar: quando as projeções foram revistas, a Terra não estava sob pandemia.

A taxa de mortalidade verificada no Brasil, na atualidade, em decorrência da COVID-19, demandará novos estudos de projeções.



Fonte: Censo Demográfico (IBGE, 2010)¹; e Projeção da População (IBGE, 2018)². Elaboração própria.

Nota¹: dados de 1970 extraídos do SIDRA (séries temporais).

Nota²: dados de 2010 e 2060 extraídos das Estatísticas Sociais de População.

Figura 1. Pirâmide etária da população do Maranhão, nos anos de 1970, 2010 e 2060.

FATORES DE MUDANÇA

Como o Brasil é um país de significativos contrastes sociais, econômicos e culturais, o caráter diferencial das variáveis fecundidade, natalidade, mortalidade e esperança de vida fica mais acentuado. Portanto, o fator que serve para explicar a situação em um lugar pode não ter o mesmo peso em outro.

Damiani (1991), ao se referir às mudanças demográficas de ordem mais global, elenca uma série de causas citadas por diversos autores:

- Progressos da Medicina, com noções de assepsia e anestésicos; uso de bactericidas, imunologia e quimioterapia;
- Controle de doenças infecto-contagiosas; melhoria das condições de saneamento e nível de vida;
- Redução da jornada de trabalho, férias, seguro social e revolução tecnológica nas formas de produção; depois, os progressos da Medicina;
- Conquistas trabalhistas e aumento dos trabalhadores especializados.

Simões (2016), citando Easterlin (1975), destaca o processo contínuo de modernização econômica e social como responsável pela limitação do tamanho da família e mudança da fecundidade natural.

De acordo com Simões (2016, p. 12),

Diferentes aspectos da modernização afetarão a fecundidade por intermédio dessas três variáveis. Easterlin (1975) ilustra essa relação por meio das seguintes variáveis de modernização:

- Inovação na saúde pública e cuidados médicos;
- Educação;
- Urbanização; e
- Introdução de novos bens.

Muitas análises das causas ou fatores de mudança estão pautadas na realidade de países desenvolvidos; portanto, em realidades diferentes da brasileira e muito mais, da realidade maranhense.

A partir das causas citadas anteriormente, será feito um paralelo com diversos aspectos socioeconômicos do Maranhão, no sentido de se verificar o peso de cada uma no contexto estadual. Considera-se importante destacar os diversos momentos econômicos pelo qual o estado tem passado a partir de 1940. Para tal, tomam-se por base os trabalhos de Paula e Holanda (2011) e Mesquita (2011).

Os anos 30, do Século XX, marcaram a transição do modelo econômico brasileiro, predominantemente agrícola, para um modelo urbano-industrial. A integração do Maranhão nesse modelo foi por meio da oferta de produtos agrícolas destinados à alimentação e matéria-prima.

Conforme destaca Mesquita (2011, p. 3),

A década de trinta também é o marco para o processo de desenvolvimento do capitalismo no Brasil, pois ocorre a partir daquela década uma transformação estrutural importante, o fim de um ciclo – a crise da hegemonia agrário-exportadora – e o início de outro – o da predominância da estrutura produtiva de base urbano-industrial – na economia brasileira.

A inserção do Maranhão no modelo nacional de divisão do trabalho se dá na década de 1940 e vai se efetivando, aos poucos, na década de 1950, com a participação da Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA), Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) e da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) (PAULA; HOLANDA, 2011).

A economia maranhense, no entanto, continuou pautada na agricultura, com destaque para o arroz, cuja produção, destinada a abastecer os centros urbanos, cresceu até 1982 (MESQUITA, 2011).

Mesquita (2011, p. 6) estabeleceu 3 fases da economia maranhense que estão dentro do recorte temporal apreciado nesse artigo, a saber:

- a) Pré-Carajás: prevalece mini e pequenas empresas intensiva de mão-de-obra, de baixa produtividade, voltadas a bens de consumo popular (alimentos e bebidas) e atuando localmente e outras atividades do setor primário.
- b) Década de 1980 – Fase Carajás.
- c) Década de 1990.

Uma nova fase se inicia a partir da segunda metade da década de 1970. Começam a se instalar, no Maranhão, grandes projetos que, sobrepondo-se à base da pecuária extensiva e da economia camponesa tradicional, vão fixando novos contornos à economia do estado (PAULA; HOLANDA, 2011). Esse momento é marcado pela instalação da Companhia Vale do Rio Doce, com a implementação do Projeto Grande Carajás (PGC); instalação da ALUMAR, empresa mineradora; e expansão de projetos agroindustriais.

O PGC é composto de mina de minério de ferro, extraído da Serra de Carajás, no Pará; da ferrovia, ligando a mina ao Porto da Ponta da Madeira, situado em São Luís, próximo ao Porto do Itaqui.

A ALUMAR, situada em São Luís, recebe minério (bauxita) também da Região Norte e transforma em alumínio e alumina. Sua produção é escoada por um porto privativo.

Um dos motivos dessas empresas se instalarem em São Luís é o litoral, especialmente a porção da Baía de São Marcos, que apresenta excelentes condições para instalação de portos com capacidades para atracar navios dos maiores calados.

No final da década de 1970, a economia passou a contar com o avanço do cultivo mecanizado de soja, outros grãos (milho e arroz) e do algodão, no sul do estado (com destaque para o município de Balsas). Esse tipo de agricultura se expandiu, no final da década de 1980, para as regiões de Chapadinha e do Baixo Parnaíba.

Em resumo, a partir década de 1980, a dinâmica econômica do Maranhão passa a ser determinada pela chegada dos chamados grandes projetos minero-metalúrgicos, com destaque para a Alumar e Projeto Grande Carajás[...] Os produtos do complexo minero-metalúrgico e a soja constituem, então, os responsáveis pela reinserção do Maranhão no mercado externo; não obstante, contribuindo pouco para a construção de um modelo de desenvolvimento sustentável (PAULA; HOLANDA, 2011, p. 7).

Esses grandes projetos não conseguiram atrair para o Maranhão outras empresas da cadeia produtiva do alumínio, a ponto de gerar empregos na quantidade e qualidade esperada.

O crescimento econômico contemporâneo, calçado nos grandes projetos, não conseguiu reverter o quadro de atraso em que se encontra o estado há gerações, embora, sem dúvida, mudanças importantes venham ocorrendo com a alteração da matriz produtiva da economia (MESQUITA, 2011, p. 4).

Para Paula e Holanda (2011, p. 2),

Parte-se do pressuposto de que a sociedade maranhense não pode ficar dependente apenas dos exógenos ciclos conjunturais favoráveis, mas também deve orientar-se por um modelo endógeno de geração de riqueza e renda. Sabe-se de antemão que a base material em que se assenta a sociedade maranhense é bastante precária: baixo nível de monetização da economia; baixo nível educacional de sua população; baixo nível técnico de sua agricultura – com a óbvia exceção do setor de agronegócio –; estrutura produtiva altamente concentrada nos complexos soja, alumina e ferro.

O momento econômico atual, pautado nas *commodities* primárias minerais e agrícolas, continua sem contribuir de forma significativa para a elevação do padrão de vida da população menos favorecida economicamente.

Do exposto, confirma-se que a chamada modernização econômica e social, compreendida por muitos autores como responsável por mudanças demográficas, não ocorreu no Maranhão na mesma magnitude que em outros lugares.

Não se pode negar a modernização em alguns segmentos da economia maranhense. Tomando-se como exemplo o setor agrícola, há realmente uma agricultura altamente mecanizada, intensiva, com alta produtividade e produção, mas concentrada nas grandes propriedades rurais e grandes empresas do chamado agronegócio. Os pequenos e médios produtores rurais, via de regra, ficam à margem desse processo.

Outro motivo considerado como muito importante no processo de mudança é a urbanização. Há que se levar em conta as diferenças existentes em cada processo.

A urbanização brasileira foi mais rápida que aquela ocorrida nos países desenvolvidos e pautada muito mais em uma desagregação do campo do que no dinamismo econômico, na oferta de bens e serviços disponíveis nas cidades.

O Maranhão foi um dos últimos estados brasileiros a ter a população urbana superior à rural. Convém lembrar que toda a sede municipal é considerada cidade no Brasil. Os 217 municípios maranhenses apresentam graus bem diferenciados de urbanização:

Inúmeros fatores respondem pelo aumento do crescimento dessa população urbana e pela mudança do perfil demográfico do Maranhão. Os principais fatores são: aumento da migração campo-cidade, devido à concentração da terra e da renda; a desarticulação da pequena produção de alimentos básicos e do extrativismo do babaçu; a ineficácia das políticas agrícolas – notadamente as voltadas para a agricultura familiar; a expectativa de emprego gerada pelo Programa Grande Carajás na década de 1980; a ausência de políticas públicas voltadas ao atendimento de demandas básicas – saúde/educação – para a área rural (MESQUITA, 2011, p. 4).

Muitas cidades se expandiram ao longo das rodovias (mais precisamente nos entroncamentos das vias) e da Ferrovia Carajás - São Luís, como Imperatriz e Santa Inês. No entanto, a maioria é composta por cidades com uma realidade de instalação de equipamentos urbanos, oferta de bens e serviços ainda muito aquém da capital, salvo em aspectos bem pontuais.

O êxodo rural conta com um fator mais contemporâneo que é a expansão das grandes empresas agrícolas produtoras de grãos, especialmente a soja.

Apesar da urbanização maranhense se dar em moldes bem distintos dos lugares (estados e países) considerados desenvolvidos, os imperativos da vida urbana contribuem para a redução da fecundidade e das taxas de natalidade. Nas cidades, o panorama é de ausência ou pouca solidariedade, ainda comum na zona rural; os alimentos são, predominantemente, comprados; há grande disputa por uma vaga de emprego no mercado de trabalho; há dificuldades financeiras para o sustento de uma prole numerosa; o sistema educacional e o serviço de saúde são incapazes de atender a todos com qualidade; há déficit habitacional e a inserção da mulher, cada vez maior, no mercado de trabalho e a pouca ou nenhuma parceria do cônjuge nos cuidados com os domicílios e os filhos contribuem para a formação de núcleos familiares cada vez menores.

Não se pode desconsiderar o caráter diferencial que tem a fecundidade, natalidade e mortalidade, o que é considerado como conquista e responsável pela redução de uma ou outra variável, não é apropriado por todos no contexto brasileiro.

Damiani (1991, p. 33) destaca:

Acrescento que, embora houvesse um processo de socialização das conquistas tecnológicas no nível do saneamento básico, e das conquistas médicas, é possível detectar facilmente nesse processo elementos contraditórios. Podemos vislumbrar, convivendo nas cidades (para não mencionar as empobrecidas condições do campo brasileiro), realidades urbanas bastante diversas quanto à absorção dessas conquistas. Essa seria uma face da crise urbana.

As condições de vida da periferia das grandes cidades revelam que seus moradores vivem seguramente um outro tempo histórico, em relação aos moradores abastados e bem servidos. O tempo histórico vivido por eles é o da falta de saneamento, dos esgotos expostos, da deterioração das condições médicas. Portanto, é preciso relativizar a generalização suposta das conquistas, ou reconhecer que os níveis de sua apropriação são bastante diversos. A mortalidade é diferencial e atinge especialmente os pobres (DAMIANI, 1991, p. 33).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Concorda-se com Simões (2016), quando ele diz que no Brasil não ocorreu uma única transição demográfica dada a heterogeneidade do país. As diferenças econômicas, sociais, políticas, históricas e ambientais fazem com que as populações brasileiras, independentemente de unidade federativa e zona (rural ou urbana), vivam momentos históricos distintos. Considerando a análise proposta, é nesse contexto heterogêneo que se insere o Maranhão. O estado vivencia a transição demográfica com algumas especificidades em relação ao Brasil e à Região Nordeste.

No intervalo de tempo destacado nesse artigo, a população residente no Maranhão cresce em percentuais cada vez menores, porém mais elevados que Brasil e Nordeste.

A fecundidade se apresenta em queda de 1940 a 2010, mas a queda nacional e a regional são as mais acentuadas.

A natalidade maranhense, de 1991 a 2010, se apresentou superior à do Brasil e Nordeste no mesmo período. Já a mortalidade estava em taxas mais próximas as do Brasil e Nordeste.

A esperança de vida, sempre inferior à do Brasil, em alguns momentos (de 1940 a 1970) esteve superior à do Nordeste. Depois, caiu.

As projeções para todas as variáveis indicam uma aproximação do Maranhão às realidades da região e do país. Porém, é nítida a distância, até as últimas pesquisas realizadas, existente entre o estado e os demais recortes espaciais citados no artigo.

Apesar de integrar o movimento das mudanças demográficas contemporâneas, o Maranhão ainda tem muitos desafios para atingir níveis socioeconômicos que reflitam uma significativa melhoria no padrão de vida de sua população.

REFERÊNCIAS

- BORGES, G. M.; SILVA, L. O. da. Fontes de dados de fecundidade no Brasil: características, vantagens e limitações. *In*: ERVATTI, L. R.; BORGES, G. M. (orgs.). **Mudanças demográficas no Brasil no início do século XXI**: subsídios para as projeções da população. Rio de Janeiro: IBGE, 2015.
- DAMIANI, A. L. **População e geografia**. São Paulo: Contexto, 1991.
- DATASUS. Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde do Brasil. Informações em Saúde (TABNET). **Taxa bruta de natalidade**. 2007a. Disponível em: tabnet.datasus.gov.br/cgi/idb2007/a07.htm. Acesso em: 12 ago. 2020.
- DATASUS. Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde do Brasil. Informações em Saúde (TABNET). **Taxa bruta de mortalidade**. 2007b. Disponível em: tabnet.datasus.gov.br/cgi/idb2007/a07.htm. Acesso em: 12 ago. 2020.
- GONÇALVES, G. Q. *et al.* A transição da fecundidade no Brasil ao longo do século XX: uma perspectiva regional. **Revista Brasileira de Estudos da População**, v. 36, n. e0098, p. 1-34, 2019.

- IBGE. Censo demográfico 1991. **Resultados do Universo relativo às características da população e dos domicílios**, Maranhão, n. 9, p.31-32, [1991].
- IBGE. **Censos demográficos 2000 e 2010**. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/1309#resultado>. Acesso em: 28 ago. 2020.
- IBGE. **Estatísticas históricas do Brasil**. Rio de Janeiro: IBGE, 1987. (Séries econômicas, demográficas e sociais de 1550 a 1985; Séries estatísticas retrospectivas, v. 3).
- IBGE. **Expectativa de vida dos brasileiros aumenta para 76,3 anos em 2018**. Disponível em: <https://censo2020.ibge.gov.br/2012-agencia-de-noticias/noticias/26103-expectativa-de-vida-dos-brasileiros-aumenta-para-76-3-anos-em-2018.html>. Acesso em: 10 ago. 2020.
- IBGE. **Projeções da população**. Rio de Janeiro: IBGE, 2018. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9109-projecao-da-populacao.html?=&t=resultados>. Acesso em: 10 ago. 2020.
- IBGE. Sistema IBGE de recuperação automática – SIDRA. **Censo Demográfico 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2010. (Séries temporais). Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-demografico/series-temporais/series-temporais/>. Acesso em: 10 ago. 2020.
- MESQUITA, B. A. de. Notas sobre a dinâmica econômica recente em área periférica: as mudanças na estrutura produtiva do Maranhão. *In: CIRCUITO DE DEBATES*, 1., 2011, Brasília. **Anais [...]**. Brasília: IPEA, 2011. p. 1-15.
- PAULA, R. Z. A. de; HOLANDA, F. M. de. Padrão de acumulação e dinâmica da economia maranhense na década dos 2000. **Revista de História Econômica & Economia Regional Aplicada**, v. 6, n. 10, jan./jun. 2011.
- SIMÕES, C. C. da S. **Relações entre as alterações históricas na dinâmica demográfica brasileira e os impactos decorrentes do processo de envelhecimento da população**. Rio de Janeiro: IBGE, Coordenação de População e Indicadores Sociais, 2016.
- VASCONCELOS, A. M. N.; GOMES, M. M. F. Transição demográfica: a experiência brasileira. **Epidemiologia e Serviços de Saúde**, Brasília, v. 21, n. 4, dez. 2012.

ORGANIZAÇÕES SOCIAIS RURAIS: INTERESSES EM PAUTA E ESTADO DA MOBILIZAÇÃO NO MARANHÃO NO SÉCULO XXI

RURAL SOCIAL ORGANIZATIONS: INTERESTS IN AGENDA AND STATE
OF MOBILIZATION IN MARANHÃO IN THE 21ST CENTURY

ORGANIZACIONES SOCIALES RURALES:
INTERESES EN LA AGENDA Y ESTADO
DE LA MOVILIZACIÓN EN MARANHÃO EN EL SIGLO XXI

Aldrey Malheiros Neves de Oliveira¹
Jacilmara Santos Melo²
Frederico Lago Burnett³

RESUMO: Constituídas na década de 1940 em outros estados do Nordeste, a formação de organizações sociais rurais no Maranhão se intensifica nos anos 1950 e 1960 e, mediante avanços populares em defesa dos direitos de classe, estruturas sindicais e associações foram regulamentadas, colaborando na sustentação de uma rede de interesses por atividades produtivas e de luta pela terra. Este artigo, fruto de pesquisa para elaboração do Diagnóstico Jurídico-Institucional do Zoneamento Ecológico e Econômico do Maranhão, analisa a situação atual de 36 organizações rurais no Estado do Maranhão que possuem estruturas orientadas por regulamentações estadual e federal e praticam disputas territoriais através de mobilizações sociais de forma dispersa. Tendo as mensalidades dos associados como principal fonte financeira e a participação em Conselhos Municipais como uma das estratégias de atuação, as organizações pesquisadas revelam as condições atuais e suas demandas para efetivação de processos de mobilização social mais consistentes.

Palavras-chave: Organizações Sociais Rurais. Mobilizações territoriais. Maranhão.

ABSTRACT: In Maranhão, the formation of rural social organizations intensified in the 1950s and 1960s, when they were already shaping in the 1940s in other states in the Northeast. Through popular advances in defense of the rights of the rural working class, union structures were regulated, as well as associations, which collaborate in sustaining a network of interests in productive activities and in the struggle for land. This article aims to analyze the situation of organizations in the State of Maranhão, in which some have a

1 Mestra em Desenvolvimento Socioespacial e Regional (UEMA), Arquiteta e Urbanista (UEMA). E-mail: aldrey.malheiros@gmail.com.

2 Mestra em Desenvolvimento Socioespacial e Regional (UEMA), Arquiteta e Urbanista (UEMA). E-mail: jacilmaramelo@gmail.com.

3 Doutor em Políticas Públicas (UFMA), Mestre em Desenvolvimento Urbano (UFPE), Arquiteto (UBA - Argentina). E-mail: fredlburnett@gmail.com.

structure guided by regulations at the state and federal levels, given the achievements of social security rights. And even though in the discussions related to territorial disputes, rural social mobilization develops in a dispersed manner, factors such as financial sources from monthly fees, articulation in an average of 2 to 3 municipal councils, among other strategies, reveal the current conditions for motivating a consistent process of social mobilization.

Keywords: Rural Social Organizations. Territorial Mobilizations. Maranhão.

RESUMEN: En Maranhão, la formación de organizaciones sociales rurales se intensificó en los años cincuenta y sesenta, cuando ya se perfilaban en los años cuarenta en otros estados del Nordeste. A través de los avances populares en defensa de los derechos de la clase trabajadora rural, se regularon las estructuras sindicales, así como las asociaciones, que colaboran en el sostenimiento de una red de intereses en las actividades productivas y en la lucha por la tierra. Este artículo tiene como objetivo analizar la situación de las organizaciones en el estado de Maranhão, en el que algunas tienen una estructura guiada por regulaciones a nivel estatal y federal, dados los logros de los derechos de seguridad social. Y aunque en las discusiones sobre disputas territoriales, la movilización social rural se desarrolla de manera dispersa, factores como las fuentes de financiamiento por cuotas mensuales, la articulación en un promedio de 2 a 3 ayuntamientos, entre otras estrategias, revelan las condiciones actuales para motivar proceso consistente de movilización social.

Palabras clave: Organizaciones Sociales Rurales. Movilizaciones Territoriales. Maranhão.

INTRODUÇÃO

A luta pela terra é uma das marcas mais profundas vivenciadas por inúmeros trabalhadores rurais em todo o país. O campo, espaço rural, objeto de disputa, seja dos trabalhadores que lutam por sua manutenção no espaço ou os proprietários e/ou grileiros que buscam a ampliação do seu poder e, conseqüentemente, do sistema produtivo, tem, na expansão das formas de produção capitalista, condições que oprimem e negligenciam os direitos e fortalecem a resistência daqueles que ocupam.

O cenário histórico das diferentes formas de mobilização na busca por direitos constitui a principal ferramenta para a compreensão da formação, organização dos movimentos sociais e as diversas articulações por uma causa comum, o Direito a Terra e a Reforma Agrária. Essas formas de mobilização, seja pela origem das organizações locais, por partidos, sindicatos ou pela própria igreja, foram determinantes para a consolidação dessa forma de resistência.

Ainda que a luta pela terra constitua um fator histórico, é por volta da década de 1940 que se tem registros das primeiras organizações sociais no campo e que foram sendo intensificadas nos anos seguintes, em especial na década de 1950, com a participação de inúmeras categorias de trabalhadores rurais e a formação das Ligas Camponesas. Nos anos subsequentes, os diferentes momentos político, econômico e social, em especial a ditadura militar, não impediram que a organização desses trabalhadores fosse totalmente silenciada, mas sim reestruturadas, em especial a nível municipal, estadual e nacional, por meio dos Sindicatos, das Federações e Confederação dos Trabalhadores Rurais, sendo mantido até os dias atuais, porém desempenhando um papel diferenciado (MEDEIROS, 1989; MALAGODI; BASTOS, 2003).

Neste cenário histórico, e que se constitui até os dias atuais, inúmeras foram e ainda são as formas de organização social dos trabalhadores rurais, dos quais destaca-se o Partido Comunista do Brasil (PCB), as Ligas Camponesas, a Igreja Católica, os Sindicatos, a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), o Movimento de Educação de Base (MEB), além de inúmeros eventos realizados a nível nacional para articulação de estratégias de luta e a busca por seus direitos. Esses são reflexos do que hoje tem-se para a defesa dos mesmos interesses, ainda que com estruturas diferenciadas. Em comparação aos dias de hoje, tem-se a ação mais intensa do capital na apropriação de espaços e a modernização do campo, fator que contribui para expulsão dos trabalhadores ou a sua manutenção, porém com condições “insalubres” para a sua permanência e sobrevivência, devido ao desmatamento das áreas próximas, bem como o uso de agrotóxicos (ALMEIDA; SODRÉ; MATTOS JÚNIOR, 2019).

No cenário maranhense, os conflitos no campo são eminentes (SODRÉ; MATTO, 2016; CPT, 2019; COSTA *et al.*, 2020). A expansão da agricultura e a nova fronteira agrícola do país revelam o lado perverso do capital e sua constante necessidade de expansão, porém, do outro lado, revela a capacidade dos trabalhadores rurais em se articular, seja por meio das organizações locais, seja por sindicatos e a própria igreja.

Sob coordenação da Universidade Estadual do Maranhão (UEMA) e do Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos (IMESC), com administração da Fundação de Apoio ao Ensino, Pesquisa e Extensão (FAPEAD), foram realizados entre 2017 e 2021, os diagnósticos socioambientais para definição do Zoneamento Ecológico-Econômico do Maranhão nos Biomas Amazônico, Cerrado e Costeiro. Através do Eixo Jurídico-Institucional, a análise das Instituições Públicas e Organizações Sociais Cíveis, estudou os órgãos e as entidades civis com atuação nas áreas institucionalmente protegidas no Maranhão e, por meio de entrevistas com representantes de sindicatos e associações locais, foram identificadas as formas de atuação e de mobilização da sociedade na busca por direitos relacionados ao meio ambiente, à educação e cultura, à propriedade fundiária, produção e serviços públicos e privados.

Deste modo, o presente artigo tem como objetivo principal analisar as relações existentes entre as organizações sociais e a territorialidade no âmbito do estado do Maranhão nos anos de 2019 e 2020, com destaque aos interesses da classe trabalhadora rural no desenvolvimento de suas atividades. Para isso, o trabalho em sua estrutura busca compreender como os movimentos e organizações sociais desempenharam e desempenham uma função articuladora no intuito de assegurar os direitos dos trabalhadores rurais.

Na primeira parte busca-se compreender sobre origens e desdobramentos do movimento social no Brasil, com ênfase nas questões voltadas aos trabalhadores rurais, destacando as articulações estabelecidas antes e depois da ditadura militar. Em seguida, será tratado das questões inerentes a reforma agrária e os seus reflexos no território. Para uma contextualização no Maranhão, destaca-se a mobilização social e os seus desdobramentos no território. Na sequência, serão apresentados os resultados obtidos pelos questionamentos direcionados às representações das organizações consultadas referente à sua estruturação e atividades que sustentam seu funcionamento, objetivando refletir sobre sua atuação nas discussões atuais quanto aos seus objetivos e perspectivas pela mobilização social no campo, no estado do Maranhão.

O HISTÓRICO DO MOVIMENTO SOCIAL NO BRASIL

A capacidade da mobilização social para reivindicar direitos, ora omissos, do processo de constituição de vínculos, em especial o empregatício, foi uma das marcas da formação histórica do movimento social, seja no espaço urbano ou rural. Foi a partir da década de 1940 que houveram os primeiros registros das organizações dos trabalhadores, restritos apenas a 4 categorias (lavoura, pecuária, produção extrativista e produtores autônomos), período em que estas mobilizações se generalizaram e romperam sua atuação apenas a nível local e se articularam com outras organizações (MEDEIROS, 1989).

Sob a bandeira do Partido Comunista Brasileiro (PCB), movimento partidário que assumiu importante papel junto aos trabalhadores como o único representante da massa, reivindicações mais imediatas e menos radicais foram levantadas, tais como direitos sobre renovação dos contratos de arrendamento, liberdade de comércio, diminuição de impostos, fretes, entre outros (MEDEIROS, 1989). Com maior expressividade nos anos 1950, as articulações e mobilizações ganharam dimensão nas escalas local, regional e nacional, do qual foram criadas e disseminadas as Ligas Camponesas, caracterizadas por um movimento radical, não vinculado ao Estado, contrário às legislações sindicais vigentes no país, cujo epicentro ocorreu no Nordeste do país (THOMAZ JÚNIOR, 1998; MEDEIROS, 1988).

Originadas no Estado de Pernambuco, as Ligas Camponesas foram criadas como uma organização de caráter civil e de fins assistenciais que visava a defesa de foreiros ameaçados de despejo pelo aumento do valor do foro. Com apoio jurídico e político, o movimento ganhou resistência através de denúncias na assembleia legislativa estadual e na imprensa sobre a situação dos 140 foreiros que ocupavam o engenho Galileia (MEDEIROS, 1989, p. 47).

Marcado como um dos principais símbolos de luta e resistência, as Ligas Camponesas foram direcionadoras para a reforma agrária, por meio da desapropriação de terras, além do fato de camponeses irem às ruas para reforçarem sua organização interna e ampliarem sua base de apoio nas cidades (MEDEIROS, 1989, p. 48).

Nos anos 1960, a intensificação dos conflitos no campo marcou um período favorável para o fortalecimento dos movimentos pela reforma agrária, disperso em todo país, ainda que no cenário político-econômico brasileiro se buscasse a modernização da agricultura e a expansão da fronteira agrícola do país sobre bases oligárquicas. Nesse período, houve, além da disseminação das Ligas Camponesas para outros estados, a formalização de movimentos sindicais por meio do estabelecimento de bases legais, criando e regulamentando as manifestações dos trabalhadores rurais (MEDEIROS, 1989; ALVES, 2014).

Dentre as formas de mobilização social desenvolvidas neste período destaca-se os sindicatos, representando a organização dos trabalhadores rurais — os assalariados, os colonos, os moradores e os camaradas — e as associações que se destinavam àqueles que tinham acesso à terra, no entanto a luta se voltava contra as ordens de despejo, aumento da renda, alterações fundiárias, entre outros (MEDEIROS, 1989).

Nesse mesmo período, estruturas institucionais como a Superintendência de Política Agrária (SUPRA), em 1962, atuaram fortemente para a sindicalização rural, com o objetivo de realizar desapropriações conforme a legislação vigente e promover a justa distribuição de propriedade, bem como ativar as medidas preparatórias para a reforma agrária. Dentre outras regulações, o Estatuto do Trabalhador Rural assegurava direitos sobre o registro da carteira profissional, salário-mínimo, férias e outros (NATIVIDADE, 2013).

Com o incentivo do governo federal a criação de inúmeros sindicatos rurais em todo o país, de 8 sindicatos rurais reconhecidos até 1960, entre 1962 e 1963, passaram a existir 800 entidades (MALAGODI; BASTOS, 2003; TOMAZ JÚNIOR, 1998). Tal política de estruturação das organizações sociais resultou na criação de órgãos responsáveis pela articulação e controle dessa classe de trabalhadores, como as Federações e a Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais, que unificaram a categoria (MALAGODI; BASTOS, 2003), condição que contribuiu para que houvesse a desestruturação e rompimento de bandeiras de lutas dos grupos de trabalhadores (TOMAZ JÚNIOR, 1998).

Outras entidades como as igrejas também desempenharam papel importante na articulação e no fortalecimento das organizações sociais, desde o Sistema de Assistência Rural (SAR), o Movimento de Educação de Base (MEB) e a Confederação Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) para a criação de sindicatos rurais, até o Centro de Defesa dos Direitos dos Pobres e a Comissão Pastoral da Terra (CPT) (MEDEIROS, 1989; TOMAZ JÚNIOR, 1998).

Na década de 1970, marcada pelo regime ditatorial militar, a repressão aos movimentos sociais entrou em uma das fases mais violentas de ocupação do campo, uma vez que a política de modernização iniciava sua expansão através de projetos agropecuários para ocupação da Amazônia sobre áreas já apropriadas há muito tempo por posseiros de outros estados (MEDEIROS, 1989). Nesse ritmo de disseminação de modernização da agricultura em todo o país, as tensões aumentaram, bem como a resistência de organizações, ainda que a desmobilização dos movimentos tenha tido apoio dos militares, contribuindo para um conflito armado, violento e com o apoio dos órgãos judiciários coniventes e que preteriam as expulsões em massa e as irregularidades fundiárias (MEDEIROS, 1989, p. 107).

Contudo, após o fim da ditadura militar, diante de um novo cenário político e econômico, as organizações sociais no campo e na cidade se reestruturam ganhando mais liberdade de ação e expressão de suas bandeiras de luta, passando, então, a questionar o seu papel na sociedade e na política e sua relação com suas bases. Em 1980, são então criados o Partido dos Trabalhadores (PT), a Central Única dos Trabalhadores (CUT), a Confederação Geral dos Trabalhadores (CGT) e o Movimento Sem Terra (MST) (MEDEIROS, 1989; ANTUNES; SILVA, 2015).

Ainda que as questões da reforma agrária não tenham se concretizado diante do novo cenário político, as mobilizações sociais em torno do tema se mantiveram e, com o estabelecimento da Constituição Federal de 1988, regras para formalização dos sindicatos foram instituídas em todo o país. No entanto, sua estrutura de chamada mais confrontacionista foi sendo substituída por uma pragmática sindical de caráter predominantemente negocial, onde abre espaço para parcerias, negociações e incentivos a pactos sindicais (ANTUNES; SILVA, 2015). Diante dessas mudanças estruturais na organização nas formas de organização social, o item seguinte busca compreender como se estruturam essas novas formas de organização social, em especial nos sindicatos, com destaque às diretrizes legais, a mencionar a Constituição Federal de 1988.

O PAPEL DOS SINDICATOS DOS TRABALHADORES RURAIS E A LUTA PELA REFORMA AGRÁRIA

A organização sindical, principal meio de vinculação de inúmeros trabalhadores na busca por direitos, passou ao longo dos anos por mudanças estruturais e políticas, em face do cenário político e econômico do país. Teve sua origem ligada aos trabalhadores da zona urbana,

em virtude da Revolução Industrial e as conseqüentes pressões inerentes a modernização tecnológica da indústria, bem como as questões salariais e as horas de trabalho.

Na década de 1930, durante a Era Vargas, os parâmetros para organização sindical foram pautados pela criação do Ministério da Indústria, Trabalho e Comércio, que pelo Decreto 19.770 regulamentou tais estruturas sociais estabelecendo medidas que asseguram suas criações e controle vinculados ao ministério supracitado, com poderes de extinguir sindicatos, criar delegacias sindicais, estabelecer número mínimo de associados, criar um sindicato por setor profissional e por localidade. Tal relação sob decreto representou “uma verdadeira ameaça a ação direta dos chamados sindicatos livres”, uma vez que a proposta dos trabalhadores para regulação do mercado de trabalho era substituída pela proposta dos burocratas do Ministério do Trabalho, introduzindo um regime tutelar (CAMPINHO, 2006, p. 126).

Nos períodos posteriores, principalmente durante o regime militar, as ações dos sindicatos estavam sob medidas que ora permitiam maior flexibilização e ora maior repressão. Enquanto os sindicatos do cenário urbano se constituíam de forma mais expressiva, no espaço rural a representatividade se disseminou no início dos anos 1970, atrelada a implementação da Previdência Social, desde 1963 e após 4 anos direcionando às questões de assistência médica-social (MEDEIROS, 1989).

Nos anos de 1970 destacam-se: a criação da Lei de Valorização da Ação Sindical; o Programa de Assistência ao Trabalhador Rural; e um dos mais abrangentes, o Funrural, que contribuiu para a implantação da previdência para “aposentadoria (por velhice ou invalidez), pensão, auxílio funeral, serviço de saúde e serviço social” (MEDEIROS, 1989, p.95). Ademais, uma resolução complementar possibilitou a criação de convênios com as entidades de classe para garantir acesso a assistência ambulatorial e representou um papel predominante nas funções de assistência sanitária e previdenciária que, diante da conjuntura reconfigurada, o sindicato como instrumento de mobilização e reivindicação foi reduzido e teve como prática prevalente o assistencialismo (MEDEIROS, 1989, p. 96).

Dada essa vertente assistencialista, inúmeros sindicatos foram criados dissociados das lutas a qual estava historicamente engajados, onde sua criação ocorria por autoridades locais no intuito de colher frutos políticos associados a prestação de serviços. Nesse cenário, a CONTAG promoveu em 1973 o II Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais a fim de articular e conservar suas raízes históricas, voltando a discutir a reforma agrária com base no Estatuto da Terra (MEDEIROS, 1989).

Quanto às diretrizes estabelecidas para regulamentação dos sindicatos, a Constituição de 1988 foi determinante para assegurar maior liberdade de organização, tais como: a dispensa da autorização do Estado para a criação dos Sindicatos; o veto a criação de mais de uma organização sindical da mesma categoria em uma mesma localidade; a não obrigatoriedade da filiação ao sindicato, dentre outras disposições (BRASIL, 1988). Contudo, após o estabelecimento das diretrizes da CF/88, uma nova estrutura sindical no Brasil foi identificada, na qual muitos sindicatos municipais se encontram fragmentados e dispersos, com pouca expressividade política e desvinculada dos locais de trabalho, portanto, com imensas dificuldades de articulação (ALVES, 2000).

As diretrizes na Consolidação das Leis Trabalhistas (CTL), de 1940, e da CF/88 foram determinantes para a estruturação desse novo sindicato (ALVES, 2000; NEVES; LIMA, 2016), porém no que se refere as formas de mobilização social, não se pode desconsiderar a existência de organizações locais, que exercem suas atividades voltadas a questões de interesse social e que tem forte atuação no território nacional. Diante da

trajetória de transformações das organizações e movimentos sociais, destaca-se a seguir as formas de mobilização social no Maranhão, as discussões associadas a essa mobilização e os seus reflexos no território.

A MOBILIZAÇÃO SOCIAL NO MARANHÃO E DESDOBRAMENTOS NO TERRITÓRIO

O Estado do Maranhão, bem como outros localizados na região Nordeste, foram palco de inúmeras disputas travadas no campo em prol da defesa da terra e das condições de vida e produção. De acordo com Medeiros (1989), por volta dos anos 1950 e 1960, no Maranhão, as principais áreas de conflitos, da luta pela terra, se localizavam nos Vales do Itapecuru, Pindaré e Mearim, decorrentes da apropriação de posseiros.

Em todo o país vários líderes e organizadores dos movimentos sociais foram figuras importantes na luta pela terra, que ora perderam a vida ou viveram momentos de muita repressão. No Maranhão, na região de Pindaré-Mirim, a figura de Manoel Conceição Santos se destacou como um líder dos movimentos em defesa pela terra. Desde criança, ao ser expulso de suas terras e assistir a morte de inúmeros conhecidos, seu envolvimento com os movimentos agrários se iniciou pelo Movimento de Educação de Base (MEB), ligado à igreja católica, onde participou de inúmeras discussões, movimentos e o sindicato. Durante a Ditadura Militar, devido a repressão dos movimentos sociais, Manoel, atuante na luta pela terra, foi machucado (fato que acarretou a amputação de uma perna), detido, preso e exilado, onde manteve sua atuação em prol dos trabalhadores rurais participando da criação do Partido dos Trabalhadores (PT) e da Central Única dos Trabalhadores (CUT). Ademais, fundou o Centro de Educação e Cultura do Trabalhador Rural, ONG que atuava na formação de lideranças sindicais, cuja origem ocorreu no Maranhão e se ramificou para outros estados (BRITO, 2014).

Essas formas de mobilização social e resistência decorrem em especial do desigual processo de desenvolvimento do sistema capitalista, que contribui para aumento das tensões, favorecendo aqueles que detém o maior poder e para a concentração fundiária. Atualmente elas se manifestam através das organizações dos trabalhadores rurais, dos movimentos em prol de diversos grupos como as Comunidades Quilombolas, as Quebradeiras de Coco, as Comunidades Indígenas, entre outros, que se reestruturam em virtude das novas condições sociais, políticas e econômicas do país.

Os diversos contextos políticos do país, em especial as políticas neoliberais, acentuaram essa concentração fundiária, que culmina no aumento de conflitos e acentuação das desigualdades. De acordo com Costa *et al.* (2020), entre os anos de 1985 e 2018, no Maranhão, foram registrados 2.771 conflitos por terra, com uma média de 82 conflitos por ano. Ainda conforme os autores, durante esse período, em especial no ano de 2001, no Governo Fernando Henrique Cardoso, houve aumento de 82% em relação ao período anterior e o desenvolvimento de “uma política agrária extremamente repressora, criminalizando a luta pela terra e desenvolvendo uma política de mercantilização dessa” (COSTA *et al.*, 2020, p. 248).

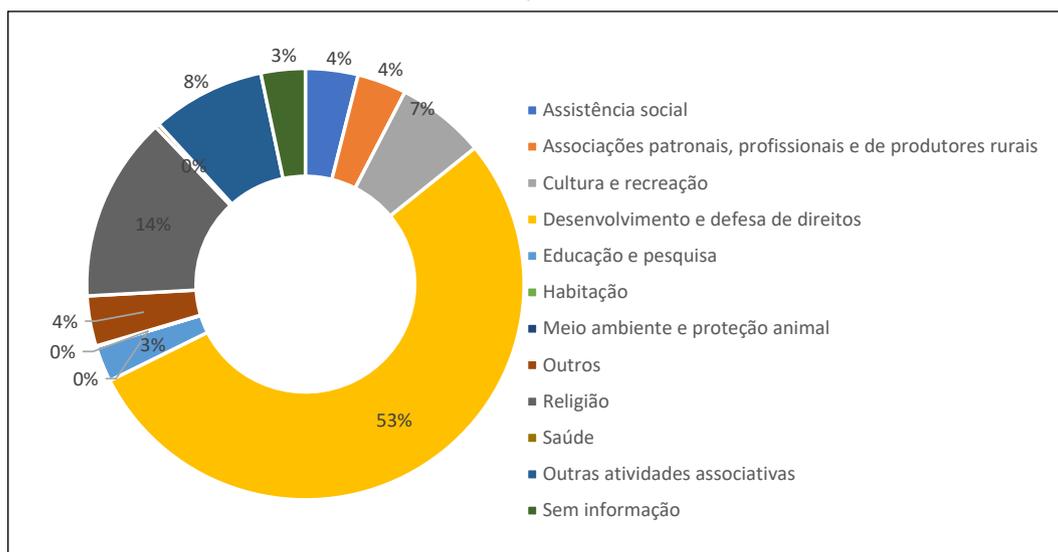
Durante os anos da gestão do PT, com Lula e Dilma, houve redução no número de conflitos, no entanto, haviam indicativos de que não seriam aplicadas mudanças na estrutura agrária do país (COSTA *et al.*, 2020). Apesar disso, durante essa fase, houve inúmeros incentivos ao desenvolvimento da agricultura mecanizada e a produção de *commodities*, contribuindo para o aumento das tensões no campo, em especial decorrente do desenvolvimento da nova fronteira agrícola do país, o MATOPIBA, acrônimo da região que abrange os Estados do Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia.

Assim como o MATOPIBA, nos anos 1990, o Projeto Grande Carajás foi um dos propulsores do desenvolvimento da economia no país através dos investimentos em infraestrutura ferroviária e portuária e a produção voltadas para o carvão vegetal, a siderurgia, o álcool e a soja. Essas novas formas de produção em grande escala acabam por impactar os espaços locais e desestruturar a organização social das comunidades, porém esses resistem e lutam por seu direito de permanecer no espaço e assegurar a propriedade de suas terras, seja por meio de titulação, em especial as comunidades quilombolas e terras indígenas, ou por meio de projetos de assentamentos, sendo esse uma política de estado a fim de atender uma reforma agrária por meio de créditos de fomento que permitem não apenas o direito a terra, mas uma mudança no quadro social e econômico das famílias (SODRÉ; MATTOS, 2016).

A expansão cada vez mais intensa do capital no desenvolvimento da agricultura e a necessidade de espaços para produção em grande escala acentuam as tensões no campo. No entanto, esses contribuem para o desenvolvimento de formas de resistência da população, em virtude da histórica concentração fundiária, que prioriza o capital em detrimento do social.

No panorama dos grupos registrados no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica, de acordo com o Mapa das Organizações da Sociedade Civil do IPEA, no Maranhão existem aproximadamente 24.309 Organizações Sociais Civas (OSC) vinculadas as diversas categorias, a citar: Assistência Social, Religião, Educação e Pesquisa, Cultura e Recreação, Habitação, Meio Ambiente e Proteção Animal, Desenvolvimento e Defesa dos Direitos, entre outros. A área de atuação que apresenta maior quantitativo no Estado é o Desenvolvimento e Defesa de Direitos, com cerca de 53% do total, seguido de Religião com 14%.

Gráfico 1. Área de Atuação das OSC no Maranhão.



Fonte: Mapa das OSC – IPEA (2021).

Para a análise das organizações presentes neste trabalho, destaca-se a área de atuação de Desenvolvimento e Defesa de Direitos, pois essa abrange diversas outras categorias mais direcionadas ao objeto de investigação da pesquisa, a citar as organizações sociais do campo, cuja área de atuação tem como subáreas: a Associação de moradores; os Centros e Associações comunitárias; o Desenvolvimento Rural; Associações patronais e profissionais; e a Defesa de direitos e interesses, com múltiplas áreas.

Frente a essas questões, o próximo item aborda as formas de atuação, mobilização e articulação de algumas Organizações da Sociedade Civil do Maranhão, entre os anos de 2019 e 2020. Essas informações permitem compreender as principais formas de resistência e mudanças as quais essas organizações sociais têm enfrentado ao longo das suas formações.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Para o entendimento das questões relacionadas a atual forma de atuação das Organizações da Sociedade Civil, decorrente destes cenários de mudanças ao qual foi sendo moldada ao longo dos anos e especializadas no território maranhense, como já fora mencionado, será utilizada como base as pesquisas realizadas no âmbito do Zoneamento Ecológico-Econômico dos biomas Amazônico, Cerrado e Costeiro. Apesar do amplo campo desta pesquisa, será utilizado apenas os dados referentes a atuação das organizações, das quais foram obtidos por meio de entrevistas direcionadas às lideranças de associações e presidentes de sindicatos de trabalhadores e trabalhadoras rurais e de colônias de pescadores, comunidades quilombolas, assentados da reforma agrária, grupos de manifestações culturais, dentre outros interesses como preservação ambiental e assistência social. Realizada nos períodos de 2019 a 2020, foram entrevistadas 36 organizações sociais civis localizadas em 23 municípios, dos quais 4 fazem parte do bioma Amazônico, 15 do Cerrado e 4 do Costeiro, segundo o quadro a seguir:

Quadro 1. Municípios e quantidades de Organizações Sociais Civis da pesquisa

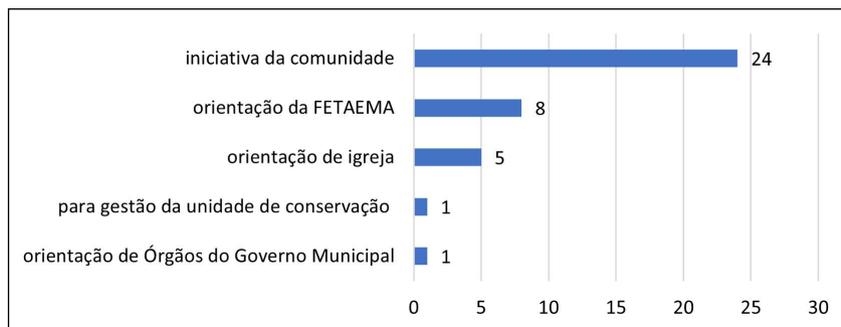
MUNICÍPIO	QTD. OSC	BIOMAS	PERÍODO
Alcântara	2	Amazônia	Maio/2019
Bequimão	3		
Pedro do Rosário	2		
Zé Doca	2		
Balsas	2	Cerrado	Novembro - Dezembro/2020
Tasso Fragoso	1		
Alto Parnaíba	2		
Chapadinha	1		
Duque Bacelar	1		
Buriti	2		
Brejo	1		
Coroatá	1		
Riachão	1		
Estreito	1		
Porto Franco	1		
Presidente Dutra	1		
Barra do Corda	1		
Pedreiras	2		
Trizidela do Vale	1		
Tutóia	3	Costeiro	Dezembro/2020
Araioses	1		
Paulino Neves	2		
Barreirinhas	2		

Fonte: Autores (2019; 2020).

Dentre as questões que formam objeto de investigação na pesquisa, mencionam-se a motivação para criação das organizações, temas em que atuam, estratégias para captação de recursos financeiros e para capacitação de associados, participação em conselhos, resultado de participação em conselhos, projetos em colaboração, avaliação do engajamento popular, conflitos identificados nas áreas de atuação, bem como medidas aplicadas e perspectivas para o fortalecimento das organizações sob discussão.

Uma das primeiras questões dadas considerou qual a motivação para criação das organizações, das quais estão sindicatos, colônias e associações que obtiveram um ou mais incentivos para se estabelecerem. No Gráfico 2, a seguir, estão ordenadas as motivações e a quantidade de organizações criadas a partir de tais motivações.

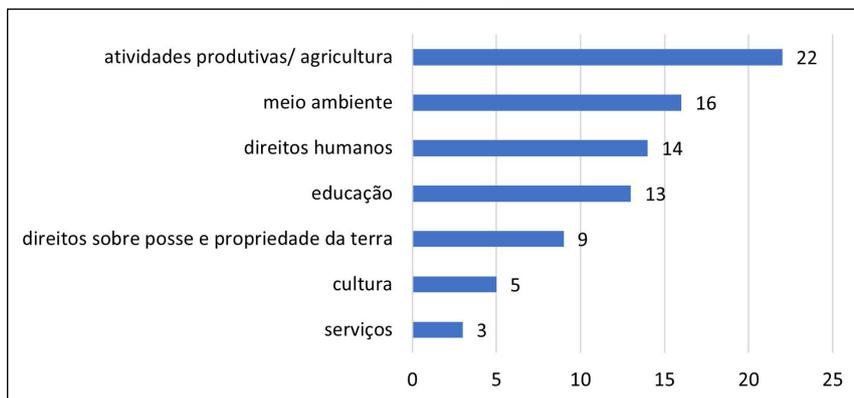
Gráfico 2. Motivação para criação das organizações.



Fonte: Autores (2019; 2020).

Segundo o gráfico apresentado, dentre as 36 organizações, 24 foram criadas a partir da iniciativa da comunidade, como é o caso de 11 sindicatos de trabalhadores e trabalhadoras rurais, que se reuniram para defender direitos sobre posse da terra; seguido de 8 organizações criadas a partir de orientações da Federação de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais do Maranhão; 5 OSC por orientação da igreja; 1 OSC voltada para gestão de uma Unidade de Conservação — no caso, a Associação Bacelarense de Proteção Ambiental sobre a Área de Proteção Ambiental dos Morros Garapenses —; e 1 OSC por orientação de órgãos do governo municipal. Para entendimento dos temas referentes a atuação das organizações, essas foram sistematizadas no Gráfico 3, como se observa a seguir.

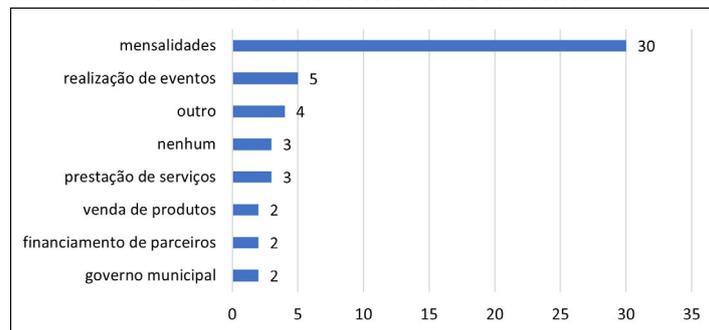
Gráfico 3. Temas em que as organizações atuam.



Fonte: Autores (2019; 2020).

Nota-se que cerca de 61% das organizações atuam nas questões sobre atividades produtivas, isto é, 22 OSC, principalmente no que se refere a agricultura. Temas como meio ambiente eram abordados por 16 OSC; direitos humanos (quanto a direitos básicos e assistência social) trabalhados em 14 OSC; educação em 13 OSC; direitos sobre posse e propriedade da terra, cultura e serviços presentes nas atividades de 9, 5 e 3 organizações, respectivamente. Quanto às fontes de recursos financeiros, o Gráfico 4 adiante aponta as principais estratégias adotadas.

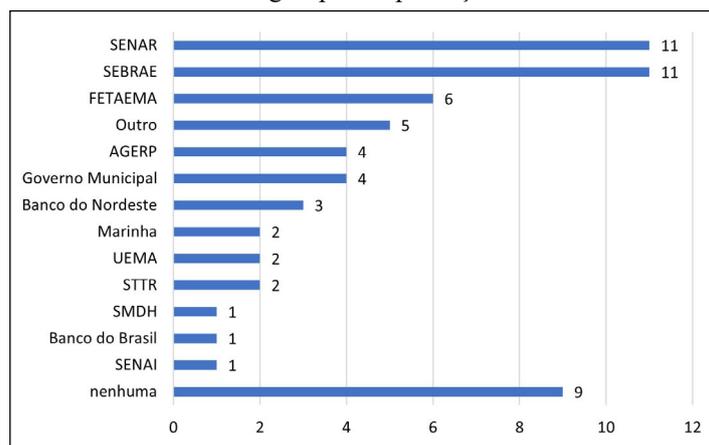
Gráfico 4. Fontes de Recursos Financeiros.



Fonte: Autores (2019; 2020).

As mensalidades são fonte de recursos financeiros para 30 organizações dentre as 36 entrevistadas, modalidade aplicada na massiva maioria das OSC, uma vez que, no caso, em especial dos sindicatos, é um instrumento regulamentado em lei e que é a sua principal fonte de recurso. Outras estratégias utilizadas foram a realização de eventos, em 5 organizações; prestação de serviços em 3 OSC; venda de produtos em 2 OSC; financiamento de parceiros e de governo municipal, cada modalidade em 2 OSC; dentre outras formas de financiamento como aluguel de espaço, contribuição de aposentados, economia solidária e arrendamento de terra em 4 OSC; enquanto em 3 organizações não houve qualquer forma de captação de recursos para funcionamento de suas estruturas. Ainda quanto ao uso de recursos, o Gráfico 5, a seguir, indica quais as estratégias utilizadas pelas organizações para capacitação de associados e comunidade que representam.

Gráfico 5. Estratégias para capacitação de associados.

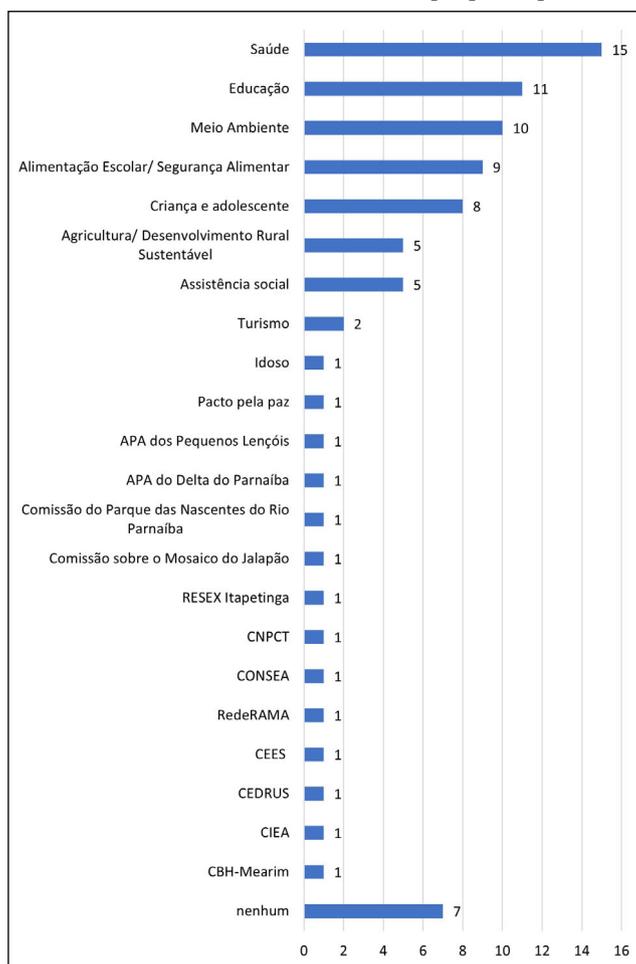


Fonte: Autores (2019; 2020).

Das estratégias aplicadas para capacitação de associados e da comunidade que representam, 11 organizações já estabeleceram parceria com SENAR (Serviço Nacional de Aprendizagem Rural); 11 OSC com o SEBRAE (Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas); 6 OSC com a FETAEMA (Federação dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras do Estado do Maranhão); outras formas em 5 organizações, como cursos de computação e governança com outras entidades como Movimento Sem Terra, UFMA/LIDA (grupo de pesquisa Lutas Sociais, Igualdade e Diversidades), Fórum Carajás, em busca de certificação do MEC e com advogados; com a AGERP e governo municipal, 4 OSC cada; 3 OSC com o Banco do Nordeste, com a Capitania dos Portos, Universidade Estadual do Maranhão e Sindicato de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais, cada; e 1 OSC com a Sociedade Maranhense de Direitos Humanos, Banco do Brasil e SENAI (Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial), cada. Nove organizações não possuem qualquer estratégia para capacitação de associados.

No Gráfico 6, as barras demonstram o quantitativo de organizações que integram conselhos e quais as temáticas discutidas nesses conselhos, que são, na grande maioria, a nível municipal. A participação de Conselhos tem sido uma das principais formas de interlocução dos sindicatos e a classe em que representa, buscando pressionar junto aos órgãos públicos políticas públicas nas diversas áreas, a mencionar: agricultura, saúde, educação.

Gráfico 6. Temas dos Conselhos que participam.

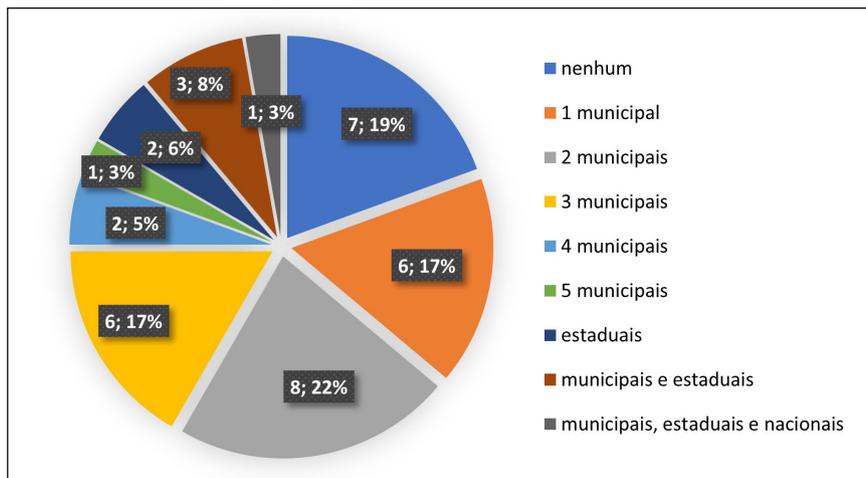


Fonte: Autores (2019; 2020).

Como foi observado no Gráfico 6, os conselhos nas áreas de saúde, educação e meio ambiente foram os meios em que houve maior participação das organizações consultadas, totalizando 20 OSC, dos quais 15 participavam dos conselhos de saúde, 11 estavam nos conselhos de educação e 10 estavam nos conselhos de meio ambiente. Nos conselhos de alimentação escolar/ segurança alimentar 9 OSC participavam das reuniões; 8 OSC faziam parte de conselhos da criança e do adolescente; 5 OSC em conselhos de agricultura e desenvolvimento rural sustentável; 5 OSC em conselhos de assistência social; 2 OSC em conselhos de turismo; 1 OSC no tema de pacto pela paz; e, pelo menos, 1 OSC participantes dos demais conselhos, comissões e comitês sobre: APA dos Pequenos Lençóis, APA do Delta do Parnaíba, Parque das Nascentes do Rio Parnaíba, Mosaico do Jalapão, Reserva Extrativista (RESEX) Itapetinga, Conselhos Nacional de Populações e Comunidades Tradicionais (CNPCT) Conselho Nacional de Segurança Alimentar (CONSEA), RedeRAMA (Rede de Agroecologia do Maranhão), Conselho Estadual de Economia Solidária (CEES), Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário (CEDRUS), Comissão Interinstitucional de Educação Ambiental (CIEA) e Comitê de Bacia Hidrográfica do Rio Mearim (CBH-Mearim). Totalizando, assim, a participação de 29 organizações em 86 canais de participação social a níveis municipal, estadual e nacional, enquanto 7 OSC não mencionaram a participação em qualquer conselho.

Vale ressaltar que as organizações consultadas podiam integrar mais de 1 conselho com representações tanto de um mesmo membro quanto de vários membros das OSC entrevistadas, como se observa no Gráfico 7, a seguir, que apresenta quantitativos e percentuais.

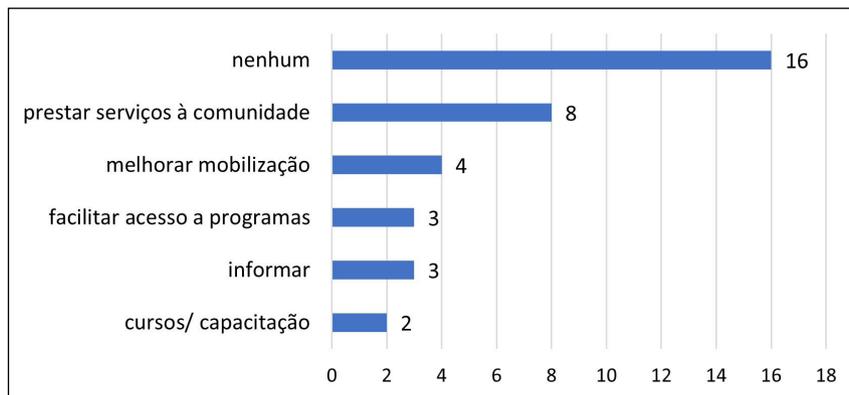
Gráfico 7. Quantidade de conselhos em que participam concomitantemente.



Fonte: Autores (2019; 2020).

Das 36 organizações, 7 não participavam de qualquer conselho e, segundo o Gráfico 7, cerca de 56% das OSC, isto é, 20 OSC, participavam em média de 1 a 3 conselhos. Neste sentido, pode-se inferir que a atuação de 23 OSC se restringiam ao nível municipal, enquanto outras 6 organizações já integravam conselhos e comissões a nível estadual e nacional, apresentando mais abrangência e relevância nas decisões de estâncias mais ampliadas de governança. No Gráfico 8, a seguir, resume-se os resultados obtidos durante participação das organizações consultadas em conselhos.

Gráfico 8. Resultados obtidos durante participação em conselhos.

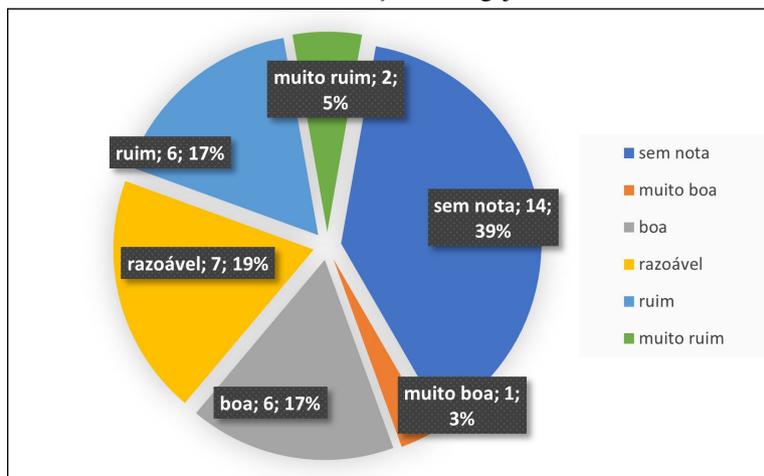


Fonte: Autores (2019; 2020).

Em 16 organizações integrantes de conselhos, não se notou resultados concretos pela participação em tais canais. Enquanto em 8 OSC foi possível prestar serviços melhores à comunidade, em 4 OSC se melhorou a mobilização das organizações, em 3 OSC foi facilitado o acesso a programas, em outras 3 OSC foi importante disseminar as informações das discussões no âmbito dos conselhos e, em outras 2 OSC, os resultados mais interessantes atingidos se deram com a abertura de cursos dentre outros meios de capacitação de associados.

Quanto a avaliação do engajamento, das 36 organizações, 22 qualificaram entre muito ruim, ruim, razoável, boa e muito boa. Apenas 1 OSC classificou o engajamento dos associados ou da comunidade como muito boa, pelos integrantes fazerem cobranças e serem muito atuantes; 6 classificaram como boa por haver um rápido retorno na comunicação das pautas, por desenvolverem soluções, por mobilizações de força política a nível nacional, por ajudarem a manter o sindicato e por haver uma participação significativa em diversos conselhos. No Gráfico 9 se observa a avaliação destas e outras situações.

Gráfico 9. Avaliação do engajamento.



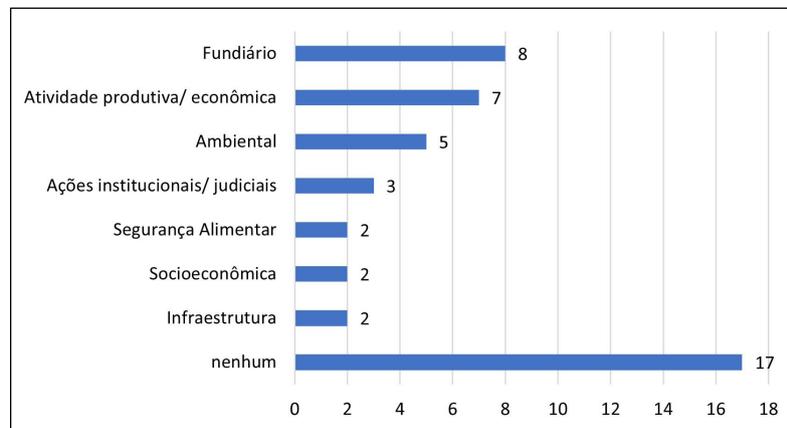
Fonte: Autores (2019; 2020).

Avaliaram como razoável o engajamento da comunidade em 7 organizações, cujas situações apontadas foram: por haver ainda um senso de acomodamento por parte dos integrantes; uma redução gradativa na participação durante reuniões, dando atenção apenas

aos serviços de auxílio previdenciário conquistados após lutas históricas; por haver, ainda, uma descrença no associativismo; por existirem muitas pessoas associadas, mas pouca cooperação; e, em contraposição a outros aspectos negativos, uma descentralização de pontos de encontro a fim de recolher as demandas e melhorar o atendimento aos associados. Na qualidade de engajamento ruim, 6 organizações relataram por razões em que: os associados apenas mantinham interesse em obter os auxílios previdenciários; que mais esperam benefícios do que contribuem, de fato, para o funcionamento da organização; pelos problemas serem muito além do que seria possível resolver; decréscimo da contribuição e associação às organizações devido a recorrência aos serviços de assistência previdenciária de sindicatos ter sido deslocada para profissionais autônomos na obtenção de tais auxílios; discordâncias políticas para fortalecimento de parcerias da organização com instituições públicas; e falta de conscientização dos associados sobre o papel da organização. Com o engajamento considerado muito ruim, 2 organizações realizaram essa avaliação. E, por fim, 14 organizações não fizeram uma avaliação sobre o engajamento dos associados.

No que se refere a questões de maior gravidade, quanto a motivações conflituosas nos espaços de atuação das organizações, o Gráfico 10, a seguir, dispõe sobre os tipos de conflitos gerados e recorrentes nos locais.

Gráfico 10. Tipo de conflitos recorrentes nos espaços de atuação das organizações.



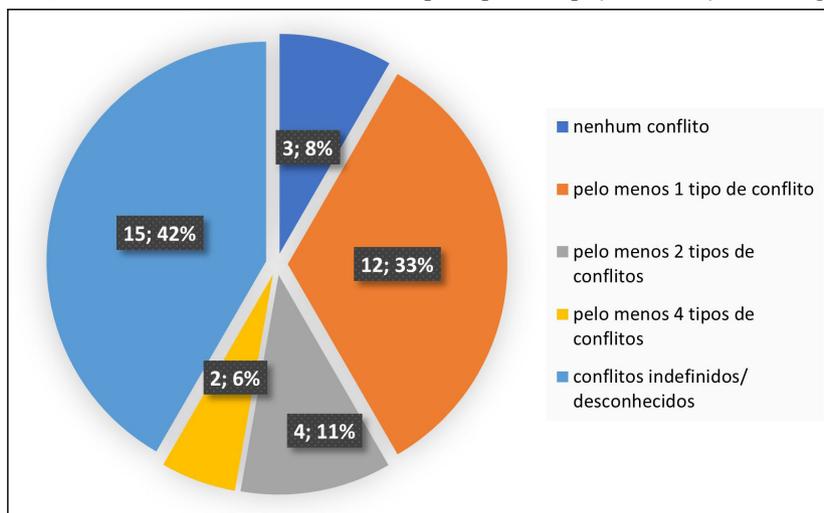
Fonte: Autores (2019; 2020).

Observa-se que a questão fundiária é latente, sendo presente nas áreas de atuação de 8 organizações, não apenas como conflito, mas como tema de acordos no que se refere a: arrendamento de terras; poucas terras regularizadas; acordos de compensação e indenização em andamento; ocupação de fazendeiros e posseiros em projetos de assentamentos estaduais e federais; e processos de regularização e titulação em andamento. Quanto às atividades produtivas/ econômicas, 8 organizações também relataram situações comuns quanto a uma das principais preocupações para a sustentabilidade dos biomas, em especial, o Cerrado, como expansão de monoculturas de soja e eucalipto, enfraquecimento da agricultura familiar e atividades turísticas em conflito com atividades pesqueiras. Para 5 OSC, os problemas de ordem ambiental são mais aparentes, tais como áreas de unidades de conservação com ocupações, extração de recursos naturais que desequilibram o ecossistema, desmatamento e poluição de rios com a exploração de gás e petróleo. Em 3 organizações, ações institucionais e judiciais estavam em andamento e/ou travadas. Em 2 OSC, a segurança alimentar tem apresentado preocupações devido a

liberação de agrotóxicos tanto para produção quanto para demais recursos naturais, ocasionando contaminações. Na questão socioeconômica, como queixa em 2 OSC, as questões se dão sobre o encarecimento de produtos e o êxodo rural. Com relação à infraestrutura, 2 OSC reclamaram de projeto de abastecimento incompleto e locação problemática de lixões que também tem acarretado prejuízos ambientais. Mesmo com tantas situações, 17 organizações não apontaram ou especificaram questões conflituosas ou em disputa nas áreas de atuação.

O Gráfico 11, a seguir, atende pelas informações sobre a incidência de diferentes tipos de conflitos — os quais já foram descritos no Gráfico 10 anteriormente — e disputas nos espaços em que atuam. Esses conflitos são os mais diversos, no entanto, devido os direcionamentos da pesquisa, foi principalmente observado os conflitos fundiários e ambientais, decorrentes, principalmente, da expansão da agricultura mecanizada nas regiões e a presença de comunidades quilombolas e assentamentos nos diferentes espaços.

Gráfico 11. Quantidade de conflitos recorrentes por tipo no espaço de atuação das organizações.



Fonte: Autores (2019; 2020).

O Gráfico 11 demonstra que: em 3 OSC não se indicou a existência de qualquer tipo de conflito; em 12 OSC havia, pelo menos, 1 tipo de conflito no espaço de atuação; em 4 OSC havia, pelo menos, 2 tipos de conflito presentes nos temas ambientais, de atividade produtiva, ações institucionais, fundiário e de infraestrutura; em 2 OSC se presenciavam, pelo menos, 4 tipos de conflitos nos temas ambientais, de atividade produtiva, fundiário, ações judiciais e segurança alimentar; e em 15 OSC não foram especificados os conflitos existentes.

Apesar da presença de organizações com interesses sobre o direito de terras agricultáveis para fortalecimento da agricultura familiar e da classe de trabalhadores e trabalhadoras rurais, o poder da sua atuação se restringe ao apoio técnico e social de associados e comunidades. As questões que pautam os conflitos nos espaços de atuação formam um cenário de expansão de um diferente modo de produção que não absorve as metodologias locais e não busca se adaptar aos modos existentes, provocando o que se observou em alguns casos, que são as migrações do campo e seu conseqüente esvaziamento e que declina para outras situações que carecem de medidas sociais de incentivo ao setor produtivo do pequeno agricultor e produtor, dentre uma série de questões de valorização da classe, de caráter ecológico, econômico e social.

CONSIDERAÇÕES

Os resultados analisados pela pesquisa realizada buscaram relacionar e discutir as ações das organizações do Maranhão Rural representantes de interesses da classe trabalhadora e de comunidades quilombolas, dentre outras temáticas nas áreas de meio ambiente e cultura, questionando seu papel na sociedade e na política e as formas de articulação e conservação de suas raízes históricas.

Os movimentos sociais no território maranhense apresentam uma abordagem no meio rural que abrange pautas socioambientais e de incentivo a uma economia de base agroecológica. Desde mobilizações com motivações partidárias representativas da classe trabalhadora no âmbito da reforma agrária e através de grupos como TEIA dos Povos e Comunidades Tradicionais, ASSEMA, COAPIMA, federações como FETAEMA, FETRAF e FECOPEMA a sobrevivência de grupos que lutam pelo domínio de áreas agricultáveis e de preservação socioambiental e cultural são colocadas sob ameaça por forças do capital movidas pela expansão de monoculturas de soja e eucalipto, produção de carvão, liberação e uso de agrotóxicos e desmatamento.

Com base em pesquisas de campo no âmbito do Zoneamento Ecológico-Econômico dos Biomas Amazônico, do Cerrado e Costeiro no Maranhão, os resultados alcançados referentes a atividades praticadas por organizações sociais civis como associações, sindicatos e colônias de pescadores forneceram uma perspectiva sobre os valores atuais que são exercidos para desenvolvimento de ações em prol de uma causa com ênfase no atendimento às necessidades sociais básicas das classes trabalhadoras que representam.

Observa-se que as organizações consultadas seguem a ordem histórica de formação, com base na iniciativa da comunidade para sua criação, com influências da igreja e de estruturas hierarquizadas a partir da CONTAG e FETAEMA, atualmente. Sob o tema das atividades produtivas locais, principalmente na agricultura, esta é a questão central para nortear o trabalho das organizações, como manutenção das demandas inerentes ao assunto para assistência técnica e social dos trabalhadores e trabalhadoras rurais.

Tendo como principais fontes de recursos físicos-financeiros estão a cobrança de mensalidades dos associados, em poucos casos aliados a estratégias alternativas como venda de produtos, aluguel de espaço, realização de eventos e financiamento a partir de órgãos da prefeitura municipal, cuja parceria frisa um bom relacionamento entre os diferentes segmentos da sociedade a nível local e a necessidade de manutenção dessas articulações. Para capacitação de associados e comunidades, as organizações estabeleceram parcerias com entidades como o SEBRAE, SENAR, SENAI, a própria FETAEMA (de maneira mais colaborativa e seguindo as orientações para estruturação de sindicatos), AGERP, grupos de pesquisa universitários, Capitania dos Portos, SMDH e Banco do Brasil, de forma a oportunizar a oferta de cursos de aprendizagem nas áreas de assistência técnica agrícola e informatização.

Na participação em conselhos, as organizações demonstraram maior integração a nível municipal, nos temas de saúde, educação, meio ambiente e desenvolvimento rural sustentável. As OSC que tinham um papel mais abrangente se faziam presentes, também, em conselhos a nível estadual e nacional nas áreas de proteção ambiental, segurança alimentar e de fortalecimento da mobilização de comunidades tradicionais. Referente aos resultados obtidos durante tais participações, as ações mais concretas foram refletidas na prestação de serviços à comunidade nas áreas de educação e assistência social, para melhorar mobilização, facilitar acesso à programas, bem como para informar discussões no âmbito dos conselhos e oportunizar acesso a cursos de capacitação.

Diante dessas atividades, na avaliação do engajamento dos associados aos interesses das organizações, a consideração que prevaleceu foi na qualidade de razoável, devido ao entendimento que se tem de que a força dos movimentos tem decaído em vista das conquistas já ocorridas em momentos da história que permitiu a regulamentação do acesso aos direitos previdenciários como garantia de bem-estar social e segurança econômica da classe de trabalhadores rurais a que representam.

A perspectiva que se discute, com base nos resultados alcançados durante estas entrevistas, aponta que as estruturas de mobilização social no campo do território maranhense se apresentam de forma estável, cumprindo regulamentos para funcionamento dos seus serviços de assistência aos associados para recebimento de auxílios previdenciários como aposentadoria, salário maternidade, seguro defeso, dentre outros.

Neste sentido, compreender o estado da mobilização no território maranhense, e que, neste trabalho não se pretende traduzir a realidade de 217 municípios, dado o tamanho reduzido da situação de 23 locais a partir da visão de 36 OSC, mas colocar como mais uma ferramenta para reflexão sobre os caminhos que estão sendo percorridos por essas organizações, que buscam se manter resguardados pelo direito de acesso a programas de incentivo à produção, assistência técnica e social, mas que, em contrapartida, se veem pressionados pelos novos modos de produção que não integram mão-de-obra local e não desenvolvem meios de adaptação, além da sua expansão não se deter apenas à novas práticas, mas que procuram dominar espacialmente áreas já pertencentes a comunidades que diferem desse ritmo econômico e que revela e reforça desigualdades profundas refletidas em desequilíbrios ambientais, econômicos, sociais, políticos e que não se contém apenas no espaço rural mas repercute, também, no espaço urbano.

Portanto, a implantação e o fortalecimento de políticas de mobilização e conscientização popular e das organizações se faz de extrema relevância, a fim de inibir as pressões exógenas perversas desarticuladas de um desenvolvimento sustentável democratizado e que tanto se busca no meio rural para valorização local e de classe, nos aspectos políticos, econômicos e socioambientais.

REFERÊNCIAS

- ALVES, J.M.M. **Memorial das Ligas Camponesas**: preservação da memória e promoção dos direitos humanos. 2014. Dissertação (Mestrado em Direitos Humanos, Cidadania e Políticas Públicas/PPGDH) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2014. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/tede/7887>. Acesso em: 15 maio 2021.
- ALVES, G. Do “novo sindicalismo” à “concertação social” ascensão (e crise) do sindicalismo no Brasil (1978-1998). **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, n. 15, p. 111-124, nov. 2000. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010444782000000200008. Acesso em: 15 maio 2021.
- ALMEIDA, J. G.; SODRÉ, R. B.; MATTOS JÚNIOR, J. S. O MATOPIBA nas Chapadas Maranhenses: impactos da expansão do agronegócio na Microrregião de Chapadinha. **Revista Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária**, v. 22, n. 47, p. 241-273. 2019. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/view/6271/4803>. Acesso em: 15 maio 2021.
- ANTUNES, R.; SILVA, J. B. da. PARA onde foram os sindicatos? do sindicalismo de confronto ao sindicalismo negocial. **Dossiê**: Cad. CRH, v. 28, n. 75, p. 511-527,

- set./dez. 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/ccrh/v28n75/0103-4979-ccrh-28-75-0511.pdf>. Acesso em: 15 maio 2021.
- BRASIL [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 15 maio 2021.
- BRITO, R.J.B. A. A luta camponesa e a repressão durante a ditadura empresarial-militar (1964 – 1985). **Revista Habitus**, v. 13, n. 1, p. 72-87, 2014. Disponível em: <https://revistas.ufjf.br/index.php/habitus/article/view/11454/8404>. Acesso em: 15 maio 2021.
- CAMPINHO, F. Sindicalismo de estado: controle e repressão na Era Vargas (1930-1935). **Revista Eletrônica do CEJUR**, v. 1, n. 1, p. 114-135, ago./dez. 2006. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/cejur/article/view/14838>. Acesso em: 15 maio 2021.
- CPT. Comissão Pastoral da Terra. **Conflitos no Campo: Brasil 2019**. Goiânia, 2019. Disponível em: <https://www.cptnacional.org.br/component/jdownloads/?task=download.send&id=14195&catid=0&m=0&Itemid=0>. Acesso em: 20 abr. 2021.
- COSTA, T. R. S; MATTOS JÚNIOR, J. S; SODRÉ, R.; SOUSA, I.B.B. Os conflitos agrários frente as novas dinâmicas territoriais no campo MARANHENSE (1985 – 2018). **Revista Geonorte**, v. 11, n. 38, p.243-257, 2020. Disponível em: <https://www.periodicos.ufam.edu.br/index.php/revistageonorte/article/view/8436>. Acesso em: 15 maio 2021.
- IMESC. Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos. **Relatório técnico de arranjos jurídicos institucionais do zoneamento ecológico econômico do Maranhão (ZEE-MA): etapa bioma amazônico**. Coordenação de Frederico Lago Burnett; Paulo Henrique de Aragão Catunda; Luiz Jorge Bezerra da Silva Dias. São Luís: IMESC, 2020. Disponível em: <http://www.zee.ma.gov.br/src/upload/relatorios/arranjosJuridicosInstitucionais.pdf>. Acesso em: 15 maio 2021.
- MALAGODI, E.; BASTOS, V. de S. Sindicato de trabalhadores rurais e agricultura familiar. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA, 1, 2003, São Paulo. **Anais [...]**. São Paulo: Unicamp, 2003.
- MEDEIROS, L.S. **História dos movimentos sociais no campo**. Rio de Janeiro: FASE, 1989.
- NATIVIDADE, M. de M. **A questão agrária no Brasil (1961-1964): uma arena de luta de classe e intraclasse**. 2013. Dissertação de (Mestrado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2013. Disponível em: <https://app.uff.br/riuff/bitstream/1/187/1/Natividade%2c%20Melissa-Dissert-2013.pdf>. Acesso em: 15 maio 2021.
- NEVES, A. A. P; LIMA, J. S. O trabalhador rural e seus direitos na Constituição Federal. **Revista de Âmbito Jurídico**, 2016. Disponível em: <https://ambitojuridico.com.br/edicoes/revista-148/o-trabalhador-rural-e-seusdireitos-na-constituicaoefederal/#:~:text=Percebe%2Dse%20que%2C%20ao%20trabalhador,com%20direitos%20diretamente%20na%20Constitui%C3%A7%C3%A3o>. Acesso em: 15 maio 2021.
- SODRÉ, R; MATTOS, J. O emaranhado dos conflitos de terra no campo maranhense. **Revista de Geografia e Ordenamento do Território**, n. 10, 2016.
- STEDILE, J. P. A luta pela reforma agrária: os desafios de toda sociedade. **Revista Adusp**, p. 30-35, 1997. Disponível em: <https://www.adusp.org.br/files/revistas/10/r10a05.pdf>. Acesso em: 15 maio 2021.
- TOMAZ JUNIOR, A. O sindicalismo rural no Brasil, no rastro dos antecedentes. **Scripta Nova: Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales**, n. 15, jan. 1998. Disponível em: <http://www.ub.edu/geocrit/sn-15.htm>. Acesso em: 15 maio 2021.

EXISTE DESIGUALDADE SOCIOESPACIAL NO ESTADO DO MARANHÃO? UM ESTUDO A PARTIR DAS VARIÁVEIS EDUCACIONAIS E ECONÔMICAS

IS THERE SOCIO-SPACE INEQUALITY IN THE STATE OF MARANHÃO?
A STUDY BASED ON EDUCATIONAL AND ECONOMIC VARIABLES

¿EXISTE DESIGUALDAD SOCIOESPACIAL EN EL ESTADO DE MARANHÃO?
UN ESTUDIO BASADO EN VARIABLES EDUCATIVAS Y ECONÓMICAS

Júlia Kátia Borgneth Petrus¹

Richard Oliveira Jardim²

RESUMO: O estado do Maranhão possui diversos problemas associados às questões socioeconômicas. Isto porque é o estado com a menor renda *per capita* do Brasil, o que se reflete diretamente nas questões relacionadas à educação. A finalidade deste trabalho é analisar a desigualdade socioespacial no estado do Maranhão, levando em consideração a correlação entre as variáveis educacionais e econômicas. A pesquisa abrange todos os 217 municípios do estado em questão, divididos em nove regiões com características físicas e demográficas similares. Os dados utilizados foram extraídos do Censo Demográfico de 2010, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a partir dos quais foi gerado um considerável banco de dados. No sentido amplo da investigação, foram consideradas cinco dimensões, a saber: a dimensão demográfica, a dimensão da infraestrutura, a dimensão habitacional, a dimensão educacional e a dimensão econômica. No entanto, neste artigo se dará a conhecer as dimensões educacional e econômica, por meio de tabelas, gráficos e mapas em formato de quadros e figuras indicando o cenário das nove regiões definidas para o estado do Maranhão. Os mais favoráveis percentuais foram encontrados na capital maranhense – São Luís, bem como em São José de Ribamar e em Paço do Lumiar, o que qualifica a Região Metropolitana de São Luís na melhor posição dentre as regiões definidas. No lado diametralmente oposto, a região Nordeste, seguida das regiões Lençóis-Delta e Cocais, apresentou os piores percentuais.

Palavras-chave: Dimensão educacional. Dimensão econômica. Desigualdade socioespacial. Estado do Maranhão.

1 Graduada em Administração (UEMA) e Geografia (UNIP), Mestre em Economia Rural (UFC) e Mestre e Doutora em Geografia pela Universidade de Barcelona (UB), Professora Associada do Departamento de Geociências da UFMA. E-mail: julia.petrus@ufma.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7593-7995>.

2 Graduado e Mestrando em Geografia (UFMA), bolsista pela Fundação de Amparo à Pesquisa e ao Desenvolvimento Tecnológico do Maranhão (FAPEMA). E-mail: jardim.richard@discente.ufma.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3993-3329>.

Artigo recebido em março de 2021 e aceito para publicação em agosto de 2021.

ABSTRACT: The state of Maranhão has several problems associated with socioeconomic issues. This is because it is the state with the lowest per capita income in Brazil, which is directly reflected in issues related to education. The purpose of this paper is to analyze socio-spatial inequality in the state of Maranhão, taking into account the correlation between educational and economic variables. The survey covers all 217 municipalities in the state in question, divided into nine regions with similar physical and demographic characteristics. The data used were extracted from the Demographic Census of 2010 of the Institute Brazilian of Geography and Statistics (IBGE), from which was generated considerable database. In the broad sense of the investigation, were considered five dimensions, namely: the demographic dimension, the infrastructure dimension, the housing dimension, the educational dimension and the economic dimension. However, this article is known the educational and economic dimensions, through tables, graphs and maps in format of chart and figures that indicate the scenario of the nine regions defined for the state of Maranhão. The most favorable percentages were found in the capital of Maranhão – São Luís, as well as in São José de Ribamar and in Paço do Lumiar, which qualifies the Metropolitan Region São Luís in the best position among the defined regions. On the diametrically opposite side, the Northeast region, followed by the Lençóis-Delta and Cocais regions, with the worst percentages.

Keywords: Educational dimension. Economic dimension. Socio-spatial inequality. State of Maranhão.

RESUMEN: El estado de Maranhão tiene varios problemas asociados a cuestiones socioeconómicas. Esto se debe a que es el estado con el ingreso per cápita más bajo de Brasil, lo que se refleja directamente en cuestiones relacionadas con la educación. El objetivo de este trabajo es analizar la desigualdad socio-espacial en el estado de Maranhão, teniendo en cuenta la correlación entre las variables educativas y económicas. La investigación abarca los 217 municipios del estado en cuestión, divididos en nueve regiones con características físicas y demográficas similares. Los datos utilizados fueron extraídos del Censo Demográfico 2010 del Instituto Brasileño de Geografía y Estadística (IBGE), a partir del cual se generó una considerable base de datos. En el sentido amplio de la investigación, se consideraron cinco dimensiones: la dimensión demográfica, la dimensión de infraestructura, la dimensión de vivienda, la dimensión educativa y la dimensión económica. Sin embargo, este artículo dará a conocer las dimensiones educativas y económicas, a través de tablas, gráficos y mapas que están definidos en formato de tablas y figuras indicando el escenario de las nueve regiones definidas para el estado de Maranhão. Los porcentajes más favorables fueron encontrados en la capital del estado, São Luís, así como en São José de Ribamar y Paço do Lumiar, lo que califica a la Región Metropolitana de São Luís en la mejor posición entre las regiones definidas. En el lado diametralmente opuesto, están la Región Nordeste, seguida de las regiones Lençóis-Delta y Cocais, los cuales presentó los peores porcentajes.

Palabras clave: Dimensión educativa. Dimensión económica. Desigualdad socio-espacial. Estado de Maranhão.

INTRODUÇÃO

O Brasil é conhecido por ser um país muito desigual, embora a sua economia já tenha sido a 7ª maior do mundo no ano de 2010, à frente de países europeus, como França (8ª), Reino Unido (9ª) e outros. Com efeito, o país chegou a ocupar a 80ª posição no ranking mundial das desigualdades (BANCO MUNDIAL, 2014). Para enfatizar a concentração de renda, o site do senado, em publicação no dia 12.03.2021, com afirmação do sociólogo Luís Henrique Paiva do IPEA “O Brasil está entre os dez países mais desiguais do mundo”, e o único da América Latina, na lista que figura os países da África (AGÊNCIA SENADO, 2021).

A desigualdade e a pobreza estão vinculadas entre si, embora a primeira tenha um conceito mais amplo. A pobreza trata das privações objetivas e subjetivas que prejudicam o bem-estar, enquanto a desigualdade remete à distribuição dos referidos bens, à distribuição da renda, que é um elemento determinante da pobreza. Quando a riqueza se produz de forma muito desigual nas sociedades, são visíveis e pujantes sentimentos como o de desvalorização humana, o de não pertencimento àquela sociedade e de insegurança econômica.

Porém, não podemos isolar as análises da desigualdade somente a partir da pobreza, mas sim procurar entender o que pode levar até esta última. A relação entre o desenvolvimento econômico-social e a educação tem se intensificado em discussões nas últimas décadas, tanto em ambientes acadêmicos quanto em movimentos sociais.

O direito à educação foi uma conquista da sociedade brasileira, consagrado como o primeiro direito social no artigo 6º Constituição Federal de 1988. Nesse sentido, o texto constitucional, em seu artigo 205, estabelece que:

a educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (BRASIL, 2016, p. 123).

No Maranhão, o rompimento com o domínio de um único grupo político, que permaneceu no poder durante mais de cinquenta anos, tem possibilitado transformações no cenário econômico, administrativo e educacional. O poder exercido pelo monopólio do grupo antecessor deixou marcas profundas, direcionando o estado sempre à condição de mais pobre ou dentre os mais pobres do País.

Nos anos que sucederam ao monopólio de cinquenta anos de um grupo político no poder, foi possível notar uma grande preocupação do novo governo estadual em investir no sistema educacional, embora se saiba que os resultados mais profundos deste tipo de investimento só poderão ser notados a longo prazo. Ainda assim, o Maranhão permanece como o estado mais pobre da federação, segundo o IBGE com 52% da sua população em condição de pobreza, ou seja, mais de 50% dos maranhenses vivendo à margem da sociedade, sem o mínimo de dignidade (2010).

Se por um lado os dados do Censo de 2010 (IBGE, 2010) revelam que o Maranhão detém uma das piores condições socioeconômicas do país, por outro lado revela um estado com uma das maiores concentrações de riquezas e propriedades, com destaque para a concentração fundiária.

Ainda segundo os Censo de 2010, um total de 1.553.181 pessoas viviam em extrema pobreza no Maranhão³ (IBGE, 2010). Essa situação determina que significativo contingente de famílias maranhenses seja demandante de políticas sociais públicas.

Desta maneira, o objetivo do presente trabalho é analisar a desigualdade socioespacial, levando em consideração a correlação entre as variáveis educacionais e econômicas do estado do Maranhão.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Desenvolvimento econômico e social

Sachs (2003), ao conceituar desenvolvimento, cita a relação entre a oportunidade de que cada pessoa possa desenvolver seus talentos e potencialidades, em empreendimentos individuais ou coletivos, que tornaria possível a autorrealização e a felicidade. Estas oportunidades seriam maximizadas em um ambiente de convivência e que teria o suprimento das necessidades básicas, como o acesso aos serviços públicos e ao direito à moradia de forma universalizada.

Sen (2010) discorre sobre a questão do desenvolvimento como pressuposto da eliminação das privações da liberdade, aquelas que limitam as opções de vida e as oportunidades das pessoas exercerem sua condição de agente participativo da/na sociedade.

O autor cita indícios de que as liberdades econômicas e políticas se reforçam continuamente, isto porque a liberdade advinda deste tipo de desenvolvimento holístico facilita o raciocínio de ideias de justiça a prevalecer sobre a individualidade, mas também o raciocínio do socialmente responsável, o que seria necessário para o desenvolvimento social e ambientalmente responsável (SEN, 2010).

Sen (2010) aponta a essência de algumas liberdades instrumentais. Entre elas, o autor cita as oportunidades econômicas, as liberdades políticas, as facilidades sociais, as garantias de transparência e segurança protetora que convergem na forma de liberdades substanciais, na capacidade de cada pessoa escolher o modo e os meios de vida.

O mesmo não acontece quando a pobreza implica em privação de capacidades. Daí a necessidade da avaliação das ações públicas destinadas a reduzir as desigualdades e/ou a pobreza (SEN, 2010). Aqui se destacam as oportunidades sociais que influenciam diretamente na possibilidade do indivíduo ter uma qualidade de vida melhor, como o acesso à educação e à saúde, por exemplo.

O que seria, portanto, um país desenvolvido? Ray (1998) afirma que seria aquele onde existem pessoas que são bem alimentadas, que dispõem de opções de lazer e entretenimento, que possuem acesso a bens materiais, que são livres de preconceitos e com níveis de igualdades razoáveis; definição esta que vai além da alta capacidade financeira de um país.

Para Ray (1998), Sen (2010) e Sanches (2003), as desigualdades só podem começar a ser superadas através de políticas públicas que tenham como premissa as transformações institucionais e ações com finalidades de atingir de forma positiva os segmentos política e economicamente menos representativos.

Desigualdade socioespacial

O termo desigualdade social normalmente está associado ao de pobreza, devido à íntima articulação entre ambos. Para Petrus e Vasconcelos Júnior (2015), a desigualdade, se comparada à pobreza, é um conceito mais amplo, pois enquanto esta última remete mais especificamente às privações objetivas e subjetivas que obstaculizam o bem-estar, a desigualdade diz respeito à distribuição dos bens e da renda, elementos que influenciam a pobreza e que se apresentam de forma bastante heterogênea nas sociedades.

Enfocando a desigualdade sob o aspecto socioespacial, Rodrigues (2007) demonstra a existência de classes sociais e as diferentes formas de apropriação da riqueza produzida. A desigualdade socioespacial, portanto, expressa a impossibilidade da maioria dos trabalhadores em apropriarem-se de condições adequadas de sobrevivência. Para a autora, “é visível, até para os olhares desatentos, a ‘oposição’ entre áreas ricas e áreas pobres” (RODRIGUES, 2007, p. 76).

A desigualdade socioespacial no Brasil, no entanto, não pode ser compreendida de uma forma genérica, apenas no campo do visível, tornando-se um desafio para qualquer pesquisador que queira se aprofundar nesta abordagem. É necessário, portanto, que compreendamos o processo de formação do País.

Segundo Carvalho (2007), três pilares são responsáveis pela estratificação da população brasileira e pela desigualdade econômica: a colonização, a apropriação de latifúndios e a escravidão. Com estes processos, amplia-se o acirramento das diferenças entre as classes sociais, a dificuldade no acesso à educação, a concentração de renda e, por conseguinte, aumenta o desemprego e a pobreza. Petrus e Vasconcelos Júnior (2015) aprofunda essa discussão quando afirma que a desigualdade produz pobreza absoluta e relativa, levando o indivíduo a problemas que passam, inclusive, pelo fator emocional.

Rodrigues (2007) salienta que a desigualdade socioespacial se intensifica com a acumulação flexível do capital e o predomínio do neoliberalismo; isso porque o pensamento neoliberal exige privatizações e a desregulamentação de normas de Estado.

De acordo com Petrus e Vasconcelos Júnior (2015), aqueles mais desfavorecidos ocupam áreas mais desprivilegiadas, resultando numa maior precariedade urbana em todos os níveis de pobreza, seja ela a objetiva ou a subjetiva⁴. Para a autora, a estigmatização de determinadas áreas gera discriminação, alargando “o processo de desigualdade social, no qual o sentimento de pertencimento das pessoas se qualifica como um pertencimento a um status inferior da sociedade, com sentimentos negativos em relação a si mesmo e à comunidade a que pertence” (PETRUS; VASCONCELOS JÚNIOR, 2015, p. 172).

Tineu (2021, p. 5) sinaliza que a desigualdade pode ser pensada pela forma de acesso, classificando-a em dois tipos: “a) acesso ao mercado de trabalho que gera oportunidades diferenciadas ou uma estrutura de oportunidades; b) acesso às políticas públicas que geram as amenidades e os serviços que caracterizam a vida [...], minimizando a vulnerabilidade.”

Salienta-se a importância da redução da desigualdade, pois, como destaca Tineu (2021), com esta redução e o aumento da sociabilidade entre os diversos grupos sociais valorizam-se as particularidades e as especificidades de cada grupo. Para Tineu (2021) e Petrus e Vasconcelos Júnior (2015), o acesso ao trabalho e à cultura aumenta a autoestima do indivíduo, o bem-estar, tendo em vista que o jovem da periferia precisa de oportunidades diversas a fim de se tornar um agente transformador da sua própria realidade e da sociedade. Caso contrário, “esse conjunto de fatores faz com que o indivíduo perca a capacidade de tomar algumas decisões sobre sua vida, ou seja, tende a perder sua própria autonomia” (PETRUS; VASCONCELOS JÚNIOR, 2015, p. 172).

Estado, educação e desenvolvimento

Crescemos ouvindo que devemos estudar para “ser alguém na vida”, que a vida é seletiva e que para conseguirmos algo melhor é necessário estudar. Em nossa sociedade, “perpetua-se a ideia de que os(as) pobres estão nessa condição por não trabalharem e não encontram trabalho porque não teriam a qualificação e a competência exigidas pelo mercado” (ARROYO, 2021, p. 12).

Arroyo (2021, p. 12) destaca as críticas frequentes que sustentam a ideia de que os pobres devem trabalhar “como se já não trabalhassem e fossem suficientemente explorados(as) e assim terão renda”. Outro tipo de crítica destacado pelo autor é aquela que condena as políticas públicas voltadas para o combate à pobreza, afirmando serem elas geradoras de uma legião de preguiçosos.

Não queremos partir aqui da ideia de que a escolarização, de forma isolada, conseguirá resolver a situação da pobreza no País. Isto porque, como salienta Arroyo (2021), não se pode desconsiderar as complexidades do sistema capitalista e suas crises. No entanto, trabalhos como os de Barros, Franco e Mendonça (2006), de Menezes-Filho, Fernandes e Picchetti (2007) e de Souza e Carvalhaes (2014), que abordam a desigualdade de renda e englobam a educação no Brasil, apontam que a educação é um determinante importante tanto dos patamares como da dinâmica da desigualdade de renda no País. Chegamos, assim, ao seguinte questionamento: em que medida a educação pode de fato reduzir a desigualdade e a pobreza?

Para Medeiros, Barbosa e Carvalhaes (2019), as políticas educacionais não se convertem mecanicamente em realizações escolares idênticas para todos os indivíduos na população. Desta maneira, para estes autores, a educação é condicionada por fatores demográficos e pela origem social; mais educação não indica necessariamente maiores salários. A educação não é recompensada automaticamente em maior renda; não podemos descartar a possibilidade de que existam fatores não observados importantes que interagem com a educação de uma forma complementar. Se este for o caso, o que medimos como um efeito aditivo puro da educação sobre os rendimentos seria, na realidade, apenas uma parte do real efeito ou, num cenário mais pessimista, pura expressão de viés e erros de especificação.

Para Heckman e Masterov (2007), o investimento em ensino para os jovens estimula habilidades individuais e, conseqüentemente, influi, junto com outros fatores, no desenvolvimento econômico do País. Desta maneira, os autores sugerem investimentos no setor educacional, impedindo uma réplica da falta de cuidado para com a educação durante o século XX.

A educação é um dos meios pelos quais os indivíduos conseguem acesso a um conjunto de bens e serviços disponíveis na sociedade, por isso é tida como um “direito de todo ser humano como condição necessária para ele usufruir de outros direitos constituídos numa sociedade democrática” (GADOTTI, 2005, p. 1).

Coelho (2017) afirma que a educação traz possibilidades individuais e aptidão em conhecimentos para usufruir e reivindicar direitos. Salienta-se, ainda, que ao ser incluída a educação como direito de todos na política brasileira, através da Constituição de 1988, o Estado ficou obrigado a garantir aos cidadãos os direitos à saúde, ao trabalho, à alimentação, à assistência social, à educação etc. O direito à educação está ligado à ideia de igualdade e a atuação do Estado deve, portanto, direcionar-se a ofertá-la de forma igualitária e justa.

Sen (2010) menciona que a formação do senso de justiça e o raciocínio socialmente responsável têm maior possibilidade de ocorrer por meio de um processo de educação direcionada ao desenvolver entendimentos e, com isso, incrementar cada vez mais as possibilidades (facilidades) sociais.

Sachs (2015), resgata a ideia de que o desenvolvimento econômico depende de investimentos, mas afirma que o mais importante investimento é na própria população, especialmente nas crianças, na formação do capital humano. Paiva (2001), por sua vez, afirma que capital humano é o intelecto, com as habilidades, experiência e conexões sociais de cada indivíduo, que o torna economicamente relevante e pode determinar suas opções de atividade produtiva.

Sachs (2015) afirma ainda que, da mesma maneira que o capital físico, o capital humano pode ser acumulado, individual ou coletivamente, o que significa mais educação, saúde, capacidade laboral e produtividade, além dos correlatos benéficos.

O direito à educação faz parte de uma conquista histórica da sociedade brasileira e pressupõe a ideia de igualdade, o que não é facilmente garantido a partir de vontades individualizadas, mas somente com a intervenção de um poder maior, neste caso, o Estado.

Para Sachs (2015), a educação está diretamente vinculada ao desenvolvimento; por isso, o autor sugere que deve existir investimento, possibilitando aos indivíduos o acesso à educação de qualidade. Para o autor, a formação do capital humano depende do investimento na educação.

Arroteia (2008) alerta para a análise dos custos com a educação e seus reflexos no desenvolvimento econômico, em termos quantitativos e qualitativos, porque se os mesmos foram poucos, os resultados também o serão. Assim, ao considerar um investimento, deve ser tratado como tal, numa perspectiva de pôr políticas públicas efetivas direcionadas a tal intento, de forma a se obter a maximização da formação de capital humano através da educação, com os menores custos.

Respondendo ao nosso questionamento, Medeiros, Barbosa e Carvalhaes (2019) indicam que não devemos esperar efeitos expressivos de redução da pobreza e, principalmente, da desigualdade a partir de reformas educacionais no curto prazo, mesmo que haja um grande volume de investimentos nessa área. Porém, para a questão da pobreza, em si, os impactos da educação podem ser mais relevantes, pois o acesso à educação tornou o rendimento dos pobres um pouco mais independente das características educacionais. Contudo, a longo prazo, se pode vislumbrar uma menor desigualdade social com investimentos apropriados e justos na educação, para que a tão falada meritocracia – a palavra de maior engodo, ouvida nesse governo (2021) – possa então se fazer presente. Os pobres têm a capacidade de escolhas; no caso da educação, estudar ou não, assim como as pessoas das classes média e alta.

Referir-se à meritocracia em um dos países mais desiguais do mundo só pode vir de mentes insanas, insensíveis, que desconhecem o Brasil. Como o pobre pode competir sem o básico, sem o atendimento das necessidades básicas (alimentação, proteção, teto e emprego) e sem o estudo de qualidade no qual investem as escolas privadas? Como, caros leitores?

Em um esforço de explicação do que está acontecendo com a classe média brasileira, Souza (2017) é enfático em afirmar que:

(...) a classe média adiciona a noção de merecimento de sua posição privilegiada pelo estudo e pelo trabalho duro, mérito percebido como construção individual. Ainda que a meritocracia, como a noção de sensibilidade também, seja transclassista, a classe média é seu habitat natural (SOUZA, 2017, p. 148).

Souza (2017) afirma que a pobreza é um problema do Estado, mas também de uma sociedade hipócrita, se referindo principalmente à classe média, como detentora de um capital cultural que a privilegia diante da classe empobrecida em todos os âmbitos. Ele recorda que:

(...) os filhos de classes populares não só não recebem os mesmos estímulos desde o berço, mas também tem que trabalhar e estudar desde a tenra adolescência. Na classe média, não só se transmite os estímulos privilegiados que se recebeu dos pais aos filhos, como capacidade de concentração e pensamento prospectivo, como também se compra o tempo livre dos filhos só para os estudos (SOUZA, 2017, p. 147).

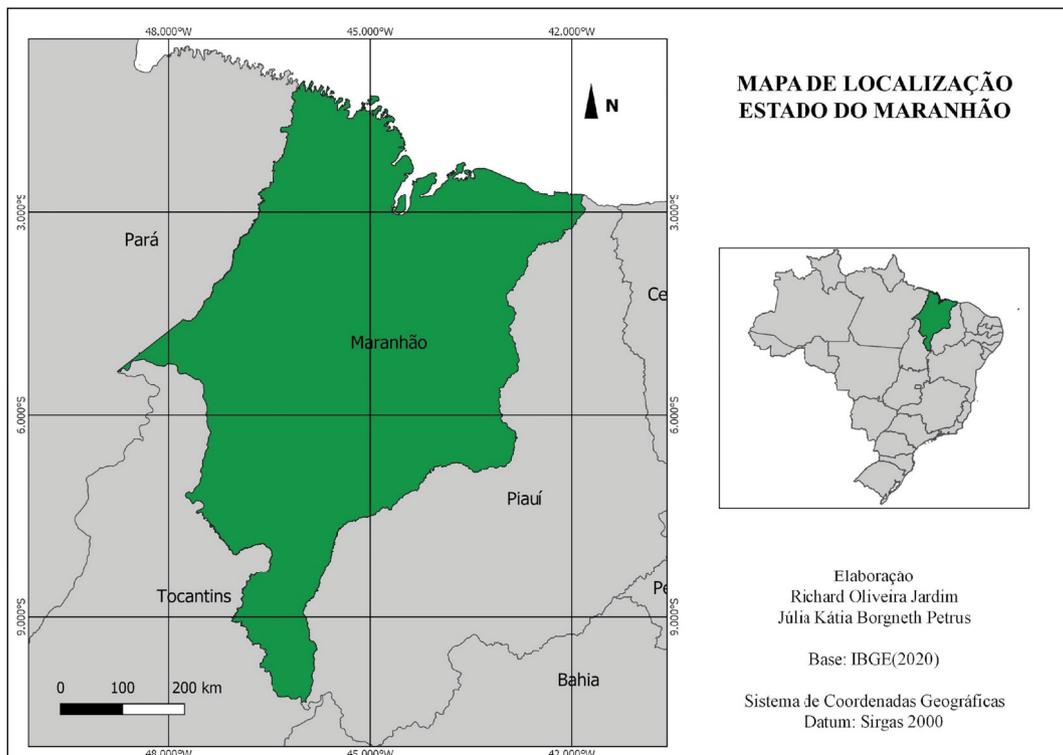
Nesse sentido, só podemos falar de meritocracia quando as classes D e E estiverem nos mesmos patamares em que a classe média brasileira se encontra.

Contudo, consideramos que os resultados finais sobre a redução da desigualdade e da pobreza podem ser aprimorados a partir de uma concretização de educação formal, informal e crítica, capaz de refletir sobre a realidade vivida em uma sociedade, levando, assim, os indivíduos a uma consciência sobre seus direitos e deveres na sociedade.

METODOLOGIA

Localização e situação da área de estudo

O estado do Maranhão situa-se na região Nordeste do Brasil, possui uma área superficial de 331.984 km², e está localizado entre os paralelos 1° 01' e 10° 21' Sul e os meridianos 41° 48' e 48° 50' Oeste (Figura 1). Seus limites são, ao norte, o Oceano Atlântico (639 km); ao sul e sudoeste, o Tocantins (1060 km); a oeste, o Pará (798 km); e a leste e sudeste, o Piauí (1365 km) (MARANHÃO, 2011).



Fonte: IBGE (2010). Elaboração própria dos autores (2021).

Figura 1. Mapa de localização do estado do Maranhão.

De acordo com o IBGE (2010), apenas quatro municípios apresentaram Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M) alto, sendo eles: São Luís (0,76), Imperatriz (0,73), Paço do Lumiar (0,72) e São José de Ribamar (0,70); cinquenta e cinco apresentaram IDH-M médio (de 0,600 a 0,699); cento e cinquenta e quatro apresentaram IDH-M baixo (de 0,500 a 0,599); e quatro obtiveram IDH-M muito baixo: Satubinha (0,49), Jenipapo dos Vieiras (0,49), Marajá do Sena (0,45) e Fernando Falcão (0,44).

Divisão regional do Maranhão

Antes de apresentar a divisão regional adotada neste trabalho, é necessário esclarecer que o território do Maranhão já foi regionalizado por outras instituições com diversos intentos, como é o caso do Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos (IMESC).

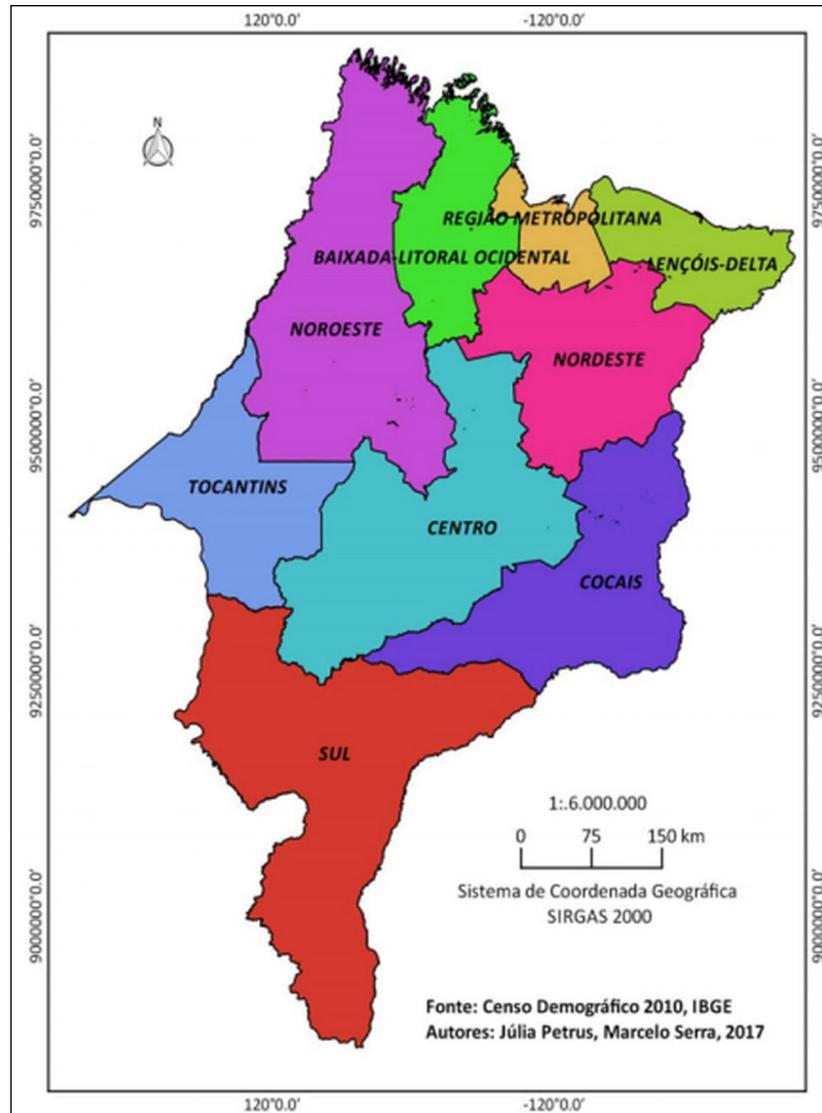
Contudo, aqui se utilizou uma distribuição proposta por um dos autores deste trabalho, que fora realizada em outra situação e junto a um bolsista⁵ do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC).

A equipe dividiu o Maranhão em nove regiões, levando em consideração tanto a proximidade quanto as características demográficas e físicas, para atender o objetivo do trabalho, que foi o de gerar mapas diversos, dando a conhecer alguns problemas elencados pelos autores. Portanto, é relevante saber que o presente artigo faz parte de um trabalho maior, no qual foram levadas em consideração as dimensões demográficas, de infraestrutura, habitacional, educacional e econômica; estas duas últimas constituindo o objeto deste artigo.

O estado do Maranhão foi dividido em nove regiões a fim de facilitar a compreensão e a dimensão dos dados colhidos e processados para a cartografia temática, bem como para a elaboração de tabelas, de modo que, ao visualizá-las, o leitor saiba identificar e localizar as informações sem que faça grande esforço visual. Isto porque o Maranhão é um estado de grande extensão territorial, com 331.935,507 km², contando com um elevado número de municípios (217).

A divisão em nove regiões foi resultante da fusão e mescla das cinco microrregiões propostas pelo IBGE com a recém-criada Região Metropolitana de São Luís, instituída pela Lei Complementar Estadual n. 174, de 25 de maio de 2015.

As mesorregiões foram elaboradas levando-se em consideração três dimensões responsáveis por conferir identidade regional: o processo social como determinante; o quadro natural como condicionante; e a rede de comunicação e de lugares como elemento de articulação espacial. Assim, conforme mostra a Figura 2, foram definidas as seguintes nove regiões: Baixada-Litoral Ocidental, Nordeste, Região Metropolitana, Lençóis-Delta, Noroeste, Cocais, Centro, Tocantins e Sul.



Fonte: IBGE (2010). Elaboração: Júlia Petrus e Pablo Calzado (2018).

Figura 2. Divisão do estado do Maranhão em nove regiões.

Como citado anteriormente, o referido artigo enfoca duas das dimensões abrangidas pelo trabalho maior, a saber, a dimensão educacional e a dimensão econômica. Na dimensão educacional, foi trabalhada a variável “pessoas não alfabetizadas”. Na dimensão econômica, duas variáveis foram consideradas: “pessoas sem rendimentos” e “pessoas que ganham até um salário mínimo”.

Procedimentos metodológicos

A principal fonte de dados deste estudo foi o Censo de 2010 do IBGE. A pesquisa adota uma abordagem quantitativa, que expõe, por meio de informações numéricas, os resultados obtidos, empenhando-se para não intervir nos mesmos, possibilitando uma segura elucidação e provocando algumas reflexões acerca das dimensões estudadas (educacional e econômica).

Quanto aos objetivos, o método utilizado é de caráter descritivo, o que combina com a abordagem quantitativa, pois busca descrever o máximo possível o que está exposto nos números relativos e absolutos. Todavia, o estudo não deixa de também expressar uma percepção baseada em literatura sobre o assunto e na vivência dos autores, já que o objeto de estudo – o estado do Maranhão – constitui também o local de pertencimento dos mesmos. Assim, considera-se que a abordagem qualitativa também constitui uma parte significativa e ampla da pesquisa, pois está voltada para retroalimentar as interpretações dos números.

Os dados obtidos foram tabulados em planilha de Excel, no qual também foram geradas tabelas (quadros) que fazem parte dos resultados da pesquisa em questão. Os mapas, apresentados como figuras neste artigo, foram elaborados no programa ArcGIS versão 10. Os mapas temáticos gerados com base nas dimensões educacional e econômica são monocromáticos em diferentes tonalidades, obtidas pela utilização de cores *dégradé* –. As cores mais claras indicam situações mais favoráveis e os tons de cores mais escuras sinalizam mais vulnerabilidades na variável estudada nos mapas em questão.

CARACTERIZAÇÃO DEMOGRÁFICA DAS REGIÕES ESTUDADAS

Esse tópico trata de caracterizar as nove regiões eleitas para o trabalho, dando a conhecer as suas respectivas populações em números absolutos e relativos, as suas densidades populacionais (Quadro 1) bem como as proporções da população urbana e rural e a distribuição populacional por gênero.

Quadro 1. População total, área e densidade demográfica das regiões do Maranhão.

Regiões	População	Área (km ²)	Densidade Demográfica hab/km ²
Maranhão	6.574.789	331937,450	19,80
Baixada Litoral-Occidental	657.874	21.583,828	30,48
Centro	915.039	54.371,034	16,83
Cocais	625.665	40.360,926	15,50
Lençóis-Delta	315.201	16.261,101	19,49
Nordeste	850.307	38.348,595	22,17
Noroeste	843.074	56.193,987	15,00
Região Metropolitana de São Luís	1.492.370	8.303,189	179,73
Sul	308.393	67.693,423	4,56
Tocantins	566.866	29.245,926	19,38

Fonte: IBGE (2010). Elaboração própria dos autores (2021).

Comparado a outros estados brasileiros, o Maranhão não é um dos mais populosos, isto porque na lista dos três mais populosos estavam São Paulo, com 41.262.199 habitantes em 2010 (IBGE, 2010) e 46.289.333 em 2020 (IBGE, 2020⁶); Minas Gerais, com 19.597.333 habitantes em 2010 (IBGE, 2010) e 21.292.66 habitantes em 2020 (IBGE, 2020); e Rio de Janeiro, com 15.989.929 habitantes em 2010 (IBGE, 2010) e 17.366.189 habitantes em 2020 (IBGE, 2020).

Por outro lado, o Maranhão também não se encontra entre os estados menos populosos, que são: Roraima, com 450.479 habitantes em 2010 (IBGE, 2010) e 631.181 habitantes em 2020 (IBGE, 2020); Amapá, com 669.526 habitantes em 2010 (IBGE, 2010) e 861.773 habitantes em 2020 (IBGE, 2020); Acre, com 733.559 habitantes em 2010 (IBGE, 2010) e 894.470 habitantes em 2020 (IBGE, 2020). A população absoluta do estado do Maranhão é a 10ª maior do Brasil, enquanto a densidade demográfica é a 16ª maior do País. De qualquer maneira, seguindo a tendência do Brasil, o Maranhão não é um estado muito povoado: sua densidade demográfica era de 19,8 habitantes por km² em 2010, enquanto a do Brasil era de 22,4 habitantes por km².

Quadro 2. População urbana e rural das nove regiões do Maranhão.

Regiões	Urbana	% Urbana	Rural	% Rural	Total
Baixada Litoral-Occidental	299.350	45	358.524	55	657.874
Centro	508.989	55	406.050	45	915.039
Cocais	431.841	69	193.824	31	625.665
Lençóis-Delta	115.736	36	199.465	64	315.201
Nordeste	506.654	59	343.653	41	850.307
Noroeste	472.805	56	370.269	44	843.074
Região Metropolitana de São Luís	1.166.758	78	325.612	22	1.492.370
Sul	214.154	69	94.239	31	308.393
Tocantins	430.862	76	136.004	24	566.866
TOTAL	4.147.149	63	2.427.640	37	6.574.789

Fonte: IBGE (2010). Elaboração própria dos autores (2021).

Também foi possível notar que a maior parte da população maranhense estava na zona urbana, com destaque para a Região Metropolitana de São Luís, a Região do Centro e a Região do Nordeste. As regiões com menor número de habitantes são a do Sul e a dos Lençóis-Delta. No entanto, as regiões da Baixada Litoral-Occidental e a dos Lençóis-Delta possuem uma população maior na zona rural que na zona urbana, não acompanhando a tendência das outras regiões.

Quadro 3. População por gênero das nove regiões do Maranhão

Regiões	Homens	% Homens	Mulheres	% Mulheres	Total
Baixada Litoral-Occidental	332.248	50,5	325.626	49,5	657.874
Centro	457.223	49,9	457.816	50,1	915.039
Cocais	308.743	49,3	316.922	50,3	625.665
Lençóis-Delta	161.846	51,3	153.355	48,7	315.201
Nordeste	424.708	49,9	425.599	50,1	850.307
Noroeste	426.607	50,6	416.467	49,4	843.074
Região Metropolitana de São Luís	710.934	47,6	781.436	52,4	1.492.370
Sul	157.867	51,1	150.526	48,9	308.393
Tocantins	281.339	49,6	285.527	50,4	566.866
TOTAL	2.836.807	43,1	3.313.274	56,9	6.574.789

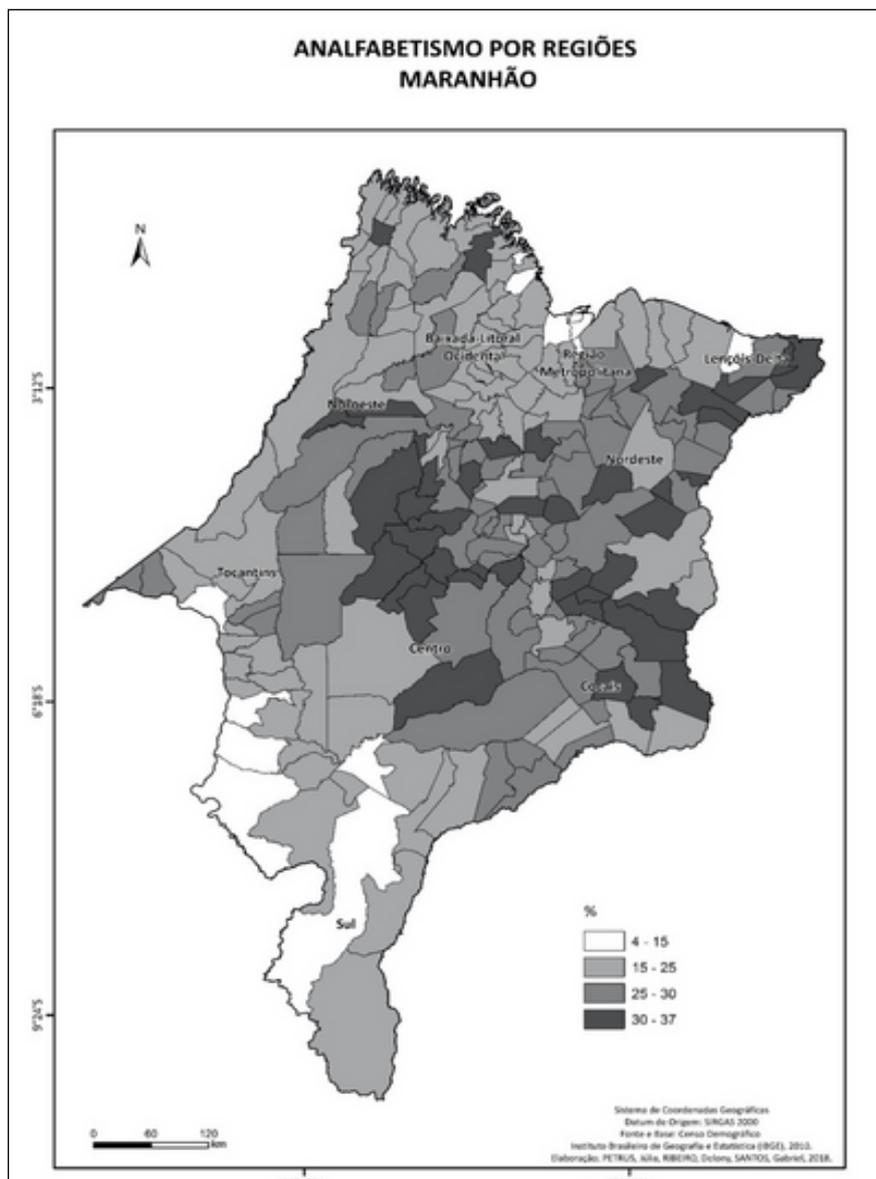
Fonte: IBGE (2010). Elaboração própria dos autores (2021).

Quanto ao perfil de gênero, a proporção da população feminina ultrapassa a da masculina na maioria das regiões, à exceção da Baixada Litoral-Ocidental, dos Lençóis-Delta, da Noroeste e da Sul, nas quais a população masculina supera a feminina.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Os dados obtidos nesta pesquisa trazem informações sobre como a educação esteve correlacionada à renda no estado do Maranhão no ano de 2010. Para tanto, apresentamos tabelas e mapas que buscam demonstrar essa realidade em uma perspectiva espacial.

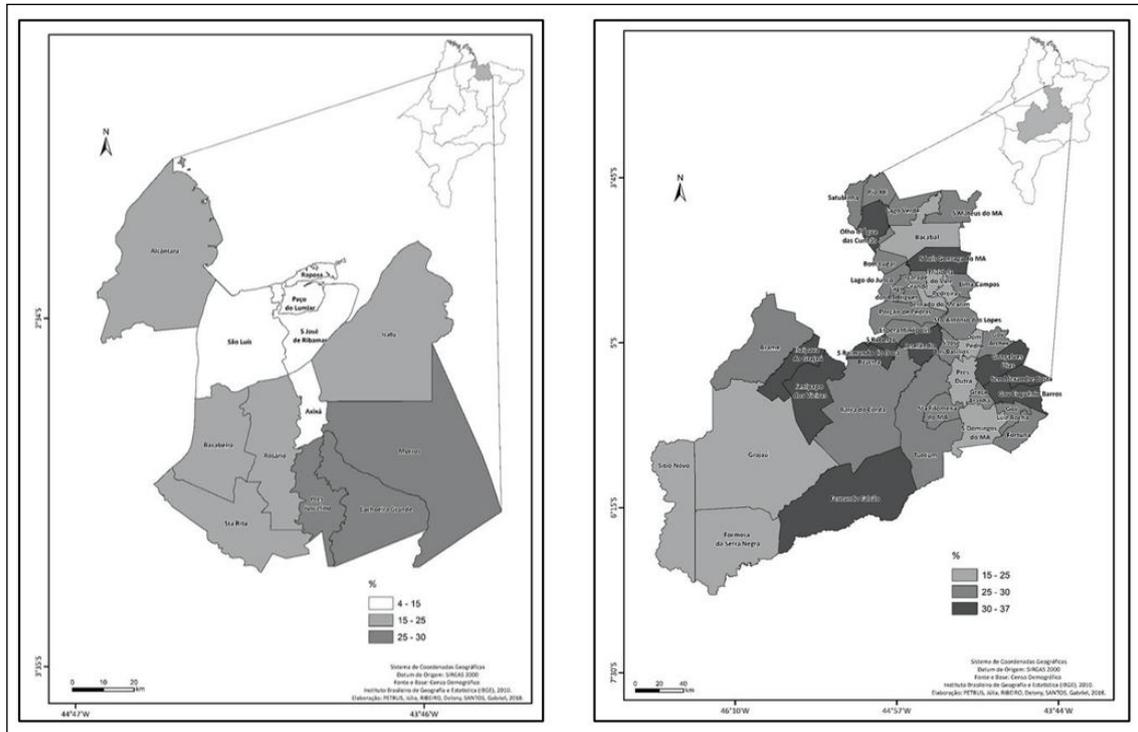
Inicialmente, constatou-se que o índice de analfabetismo no estado variou entre 4 e 37%. Essa variação tende a se tornar distinta quando os dados são tratados por regiões isoladas.



Fonte: IBGE (2010). Elaboração: Júlia Petrus, Delony Ribeiro e Gabriel Santos (2018).

Figura 3. Distribuição espacial das pessoas não alfabetizadas no estado do Maranhão, 2010.

A distribuição dos índices de analfabetismo no estado pode ser visualizada na Figura 3. Os maiores índices foram encontrados nos municípios de Belágua (36,6%), Marajá do Sena (36,5%), São João do Sóter (36%) e Aldeias Altas (35,1%), localizados, respectivamente, nas regiões Nordeste, Noroeste, Cocais e, novamente, Nordeste. No entanto, salienta-se que trinta e oito municípios apresentaram índices entre 30% e 34,5%; cento e vinte e dois municípios apresentaram índices entre 20% e 29,6%; cinquenta municípios ficaram entre 10% e 19,8%; e apenas três municípios tiveram índices abaixo de 10%, a saber: São Luís (4,5%), Paço do Lumiar (5,5%) e São José de Ribamar (6,2%). Estes últimos municípios, com os menores índices, localizam-se na Região Metropolitana de São Luís.



Fonte: IBGE (2010).

Figura 4. Distribuição espacial de pessoas não alfabetizadas pelos índices mais favoráveis e menos favoráveis na Região Metropolitana de São Luís e na Região do Centro, 2010.

Na Figura 4, visualiza-se uma comparação entre a Região Metropolitana de São Luís, detentora do mais favorável percentual de pessoas não alfabetizadas, onde inclusive se encontra os três municípios com os menores índices de todo o estado; e, do lado diametralmente oposto, a região do Centro, na qual se encontram 11 municípios com mais de 30% das suas populações que não sabem nem ler e escrever. Ademais, a região Noroeste também aparece como uma região com percentuais preocupantes concernentes a esta variável, pois tem 10 municípios que ultrapassam o índice de 30% de população não alfabetizada.

Acerca do rendimento por regiões, para pessoas de dez anos a mais que ganham até um salário mínimo (SM), pode-se visualizar sua distribuição no Quadro 4.

Quadro 4. Total de pessoas com mais de dez anos, total de pessoas com mais de 10 anos que ganham até um salário mínimo e porcentagem de pessoas com mais de dez anos que ganham até um salário mínimo.

REGIÕES	Total de pessoas com 10 anos a mais	Total de pessoas de 10 anos a mais que ganham até 1 SM	% de pessoas com mais de 10 anos que ganham até 1SM	Total de pessoas de 10 anos a mais sem rendimento	%Total de pessoas de 10 anos a mais sem rendimento
Baixada Litoral-Occidental	522602	232669	44,60	247145	47,96
Centro	727522	309131	42,34	344779	48,79
Cocais	502315	214709	42,79	227353	47,24
Lençóis-Delta	242226	93389	38,32	131028	54,91
Nordeste	663784	267789	39,45	343313	53,23
Noroeste	654578	269598	41,20	321987	49,84
Região Metropolitana de São Luís	1249976	386571	37,40	535102	50,05
Sul	246274	91604	38,16	111837	48,42
Tocantins	456463	175795	42,00	190080	44,34
TOTAL	5265740	2041255	40,70	2452624	49,42

Fonte: IBGE (2010). Elaboração própria dos autores (2021).

No Quadro 4, ainda, é possível observar a distribuição espacial pelo estado, dividido também entre as nove regiões. Desta maneira, a região da Baixada-Litoral Occidental é a que possuía maior percentual de pessoas com mais de dez anos que ganham até um salário mínimo, chegando a 44,60%. O menor percentual se encontra na Região Metropolitana de São Luís, com 37,40%. O fato é que o Maranhão possui 40,7% de sua população ganhando até 1 salário mínimo, porém, ainda temos uma variável importante a ser somada a esse percentual, que corresponde às pessoas que não possuem nenhum tipo de rendimento, o que aumenta consideravelmente o número de pessoas que vivem precariamente no estado em questão.

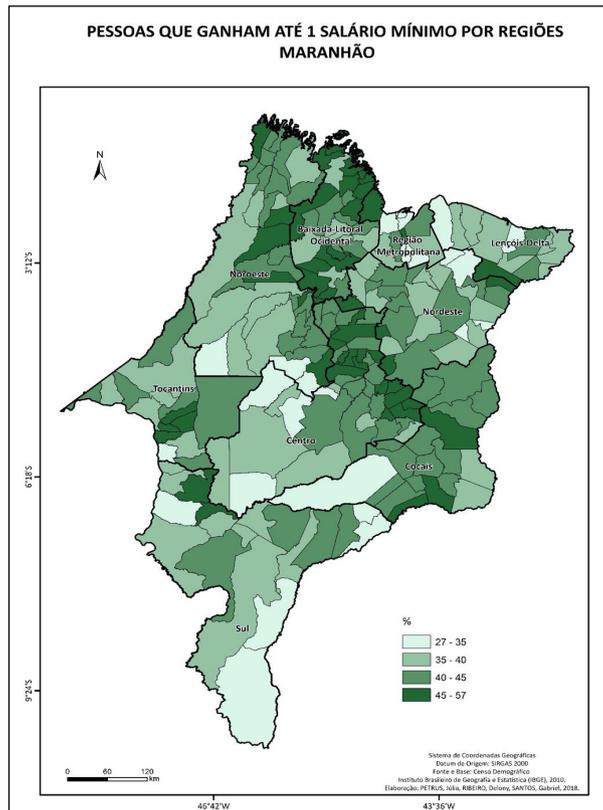
Quando se soma todas as pessoas que ganham até um salário mínimo e as pessoas que não têm rendimentos, constata-se, no Quadro 5, que quase toda a população – cerca de 90,12% dos habitantes – está inserida nessas duas frágeis variáveis. A região onde esse percentual é mais alto é a dos Lençóis-Delta (93,23%), enquanto as regiões com menores percentuais são a do Tocantins (86,34%) e a do Sul (86,58%). Percebe-se que a soma dos percentuais de pessoas sem rendimentos e daquelas que recebem até 1 salário mínimo totalizam 5.925.199 habitantes, um dado alarmante e opressor.

Quadro 5. Percentagem de pessoas com mais de 10 anos que ganham até um salário mínimo, percentagem pessoas com mais de 10 anos sem rendimentos e total dos dois percentuais.

REGIÕES	% de pessoas com mais de 10 anos que ganham até 1SM	%Total de pessoas de 10 anos a mais sem rendimento	Soma dos percentuais
Baixada Litoral-Occidental	44,60	47,96	92,56
Centro	42,34	48,79	91,14
Cocais	42,79	47,24	90,02
Lençóis-Delta	38,32	54,91	93,23
Nordeste	39,45	53,23	92,68
Noroeste	41,20	49,84	91,04
Região Metropolitana de São Luís	37,40	50,05	87,45
Sul	38,16	48,42	86,58
Tocantins	42,00	44,34	86,34
TOTAL	40,70	49,42	90,12

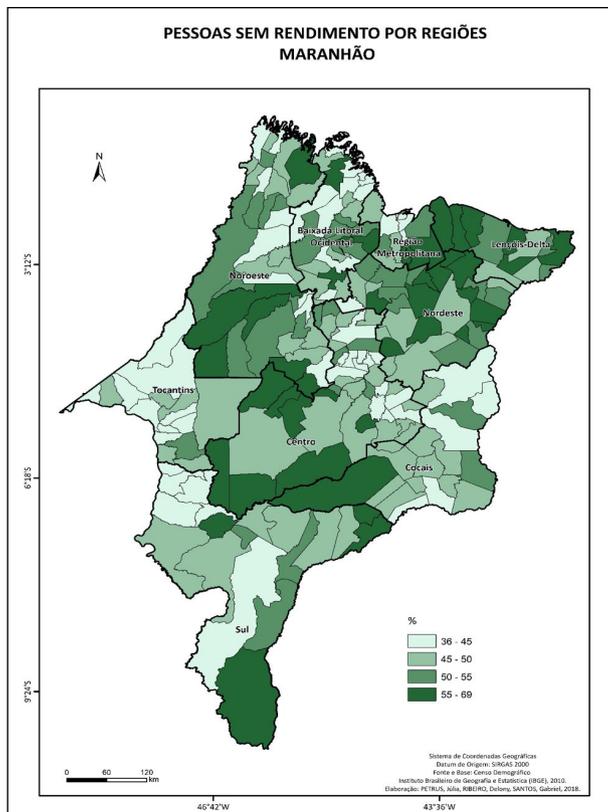
Fonte: IBGE (2010). Elaboração própria dos autores (2021).

A Figura 5 identifica as nove regiões pelo percentual de pessoas que ganham até 1 salário mínimo, enquanto a Figura 6 aponta os percentuais altíssimos de pessoas que não têm rendimentos no estado do Maranhão, distribuídas pelas nove regiões elencadas, o que denota uma situação caótica.



Fonte: IBGE (2010). Elaboração: Júlia Petrus, Delony Ribeiro e Gabriel Santos (2018).

Figura 5. Percentagens de pessoas de 10 anos a mais que ganham até 1 salário mínimo por região do estado do Maranhão.



Fonte: IBGE (2010). Elaboração: Júlia Petrus, Delony Ribeiro e Gabriel Santos (2018).

Figura 6. Porcentagens de pessoas de 10 anos a mais sem rendimentos por região do estado do Maranhão.

Apesar de todo o estado do Maranhão apresentar percentuais elevados, principalmente no quesito de pessoas sem rendimentos, podemos especificar regiões com percentuais menores, como a do Tocantins, com 44,34%, e regiões com percentuais maiores, como a dos Lençóis-Delta, com 54,91%.

Marajá do Sena é o município que apresenta maior número pessoas sem nenhum rendimento (68,3% da sua população), característica de uma situação de pobreza absoluta; em seguida, vêm os municípios de Jenipapo dos Vieiras (64,7%), Cachoeira Grande (63,8%), Bom Jesus das Selvas (63,7%) e Belágua (63%). Estes municípios localizam-se em regiões distintas, à exceção de Marajá do Sena e de Bom Jesus das Selvas, que se encontram ambos na Região Noroeste.

Situação do analfabetismo versus renda por região maranhense

Analisando a correlação entre os percentuais de pessoas de 10 anos a mais não alfabetizadas e a renda, utilizando duas variáveis – as porcentagens de pessoas de 10 a mais que ganham até 1 salário mínimo e as de pessoas de 10 a mais sem rendimentos – encontramos as médias por região. No Quadro 6 é possível observar a distribuição dos dados tratados pelas nove regiões demarcadas.

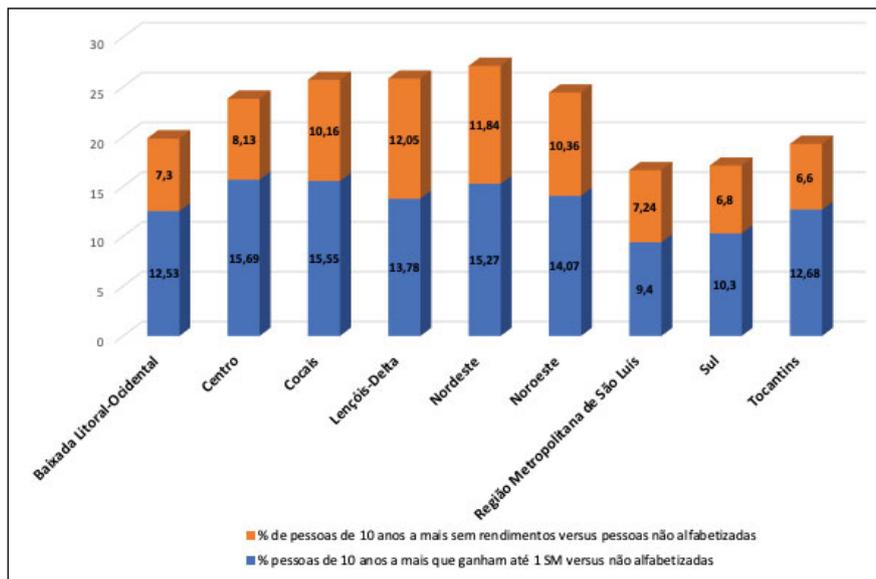
Quadro 6. Média da porcentagem de pessoas de 10 anos a mais que ganham até 1 salário mínimo versus não alfabetizadas e média da porcentagem de pessoas de 10 anos a mais sem rendimentos versus não alfabetizadas.

Regiões	% pessoas de 10 anos a mais que ganham até 1 SM versus não alfabetizadas	% de pessoas de 10 anos a mais sem rendimentos versus pessoas não alfabetizadas
Baixada Litoral-Occidental	12,53	7,30
Centro	15,69	8,13
Cocais	15,55	10,16
Lençóis-Delta	13,78	12,05
Nordeste	15,27	11,84
Noroeste	14,07	10,36
Região Metropolitana de São Luís	9,4	7,24
Sul	10,3	6,8
Tocantins	12,68	6,6

Fonte: IBGE (2010). Elaboração própria dos autores (2021).

A Região do Centro tem um percentual de 15,69% de pessoas que ganham até 1 salário mínimo e não são alfabetizadas, o que equivale a 143.570 pessoas. Lençóis-Delta é a região que tem o maior percentual de pessoas com mais de 10 anos que não têm rendimentos e nem ensino formal.

Quanto às melhores taxas, verificou-se que 9,4% da população da Região Metropolitana de São Luís não sabe ler nem escrever e ganha até um salário mínimo, enquanto que, na junção das variáveis “não alfabetizados” e “sem rendimentos”, a Região do Tocantins apresentou uma porcentagem de 6,6%, seguida da Região Sul, com 6,8%, e da Região Metropolitana, com 7,24%.



Fonte: IBGE (2010). Elaboração própria dos autores (2021).

Figura 7. A soma dos percentuais das pessoas 10 anos a mais que não são alfabetizadas versus sem rendimentos e que ganham até 1 salário mínimo.

Quando se somam as duas variáveis mais precárias de renda (Figura 7), a Região Nordeste desponta com 27,11% dos seus 850.307 habitantes que têm 10 anos a mais e que não são alfabetizados e que não possuem rendimentos ou que ganham até 1 salário mínimo. Mais de ¼ da população dessa região não é alfabetizada, o que está diretamente relacionado com a renda.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como já foi mencionado, este artigo faz parte de uma pesquisa maior, que trata de cinco dimensões: a demográfica, a da infraestrutura, a habitacional, a educacional e a econômica, sendo as duas últimas, objeto desta pesquisa.

A pesquisa, de natureza quantitativa e descritiva, gerou um importante banco de dados no programa de Excel, que futuramente poderá ser comparado com os dados do próximo Censo brasileiro, sem data definida, bem como se poderá acrescentar outras variáveis que se façam necessárias.

Neste artigo, apresentam-se dados que correlacionam a educação com a falta ou a insuficiência de renda, resultando em várias outras pobreza. A falta de renda acoplada a pessoas não alfabetizadas é fator determinante de uma vida precária.

Quanto às características demográficas das regiões elencadas nesta pesquisa, a Região Metropolitana de São Luís tem a maior densidade (179,73 hab/km²), o que se justifica pelo fato de que a capital São Luís está inserida nessa região. A população maranhense segue o ritmo brasileiro quanto à sua urbanização, mesmo que em um ritmo mais lento; em 2010, o Maranhão tinha 63% de sua população considerada urbana. A Região do Tocantins e a Metropolitana de São Luís são as mais urbanizadas, enquanto a Região dos Lençóis-Delta e a Região da Baixada Litoral-Occidental possuem uma proporção maior de população rural.

O Brasil como um todo diminuiu a taxa de analfabetismo nos últimos censos. Algumas medidas importantes foram tomadas para manter crianças e adolescentes em sala de aula. Essas medidas atingem principalmente as famílias pobres brasileiras de classe D e E, pois o recebimento e a renovação de benefícios assistenciais do governo estão condicionados à matrícula dos jovens na escola e à não-evasão. Por outro lado, a taxa de desemprego tem aumentado. De todas as formas, para o pobre sem estudo lhe resta o subemprego.

Nesta pesquisa os índices mais elevados de analfabetismo foram constatados nos municípios de Belágua (36,6%), Marajá do Sena (36,5%), São João do Sóter (36%) e Aldeias Altas (35,1%); respectivamente, nas regiões Nordeste, Noroeste, Cocais e, novamente, Nordeste. Os menores índices foram os da ilha do Maranhão e os pertencentes à Região Metropolitana de São Luís, nomeadamente os municípios de São Luís (4,5%), Paço do Lumiar (5,5%) e São José de Ribamar (6,2%),

Lençóis-Delta é a região com maior percentual de pessoas sem rendimento, chegando a 54,91% de sua população. Também essa é a região que possui 93,23% da sua população composta por pessoas com mais de 10 anos que não têm rendimentos e por pessoas que ganham até um salário mínimo. O município que detém o maior percentual de pessoas sem rendimento é Marajá do Sena, com 68,3%, município este que, inclusive, aparece desfavoravelmente em várias outras variáveis.

E como última análise da correlação da educação com falta de rendimentos ou rendimentos insuficientes, encontramos a Região Nordeste, com um percentual de 27,11%, seguida das regiões dos Lençóis-Delta e de Cocais (25,83% e 25,71%, respectivamente).

Os melhores percentuais, tanto na educação, notadamente na variável “não alfabetizados”, como na renda, nas variáveis “porcentagem de pessoas que ganham até 1 salário mínimo” e “porcentagem de pessoas que não têm rendimentos”, se encontram na capital do Maranhão, São Luís, bem como em dois outros municípios que se localizam na ilha do Maranhão: São José de Ribamar e Paço do Lumiar. Quando os dados são cruzados⁷, esses municípios também aparecem com taxas melhores.

Os dados encontrados nesta pesquisa não são animadores, mas lembramos que são dados colhidos pelo IBGE no ano de 2010; desde então, já se passaram 11 anos. Espera-se que o novo censo mostre que essa realidade vem mudando para melhor – em direção a uma melhor condição de vida da população maranhense.

NOTAS

3 Pessoas que estão em situação de extrema pobreza ou abaixo da linha da pobreza são aquelas que ganham menos de 1,90 dólares por dia (critério aplicado pelo Banco Mundial), que corresponde aproximadamente a 315,00 reais (maio/2021). Por outro lado, pessoas pobres são aquelas que vivem com menos de 5,50 dólares, equivalente a cerca de 908,00 reais (maio/2021) (NERY, 2019).

4 Max-Neef (2012), economista chileno não conservador, pois acreditava que a globalização é desastrosa para o meio ambiente, e que priorizou o ser humano em suas análises, pontua nove necessidades humanas fundamentais: o sustento (necessidades básicas); a segurança (proteção); o amor; a empatia; a descontração; a comunidade; a criatividade; a autonomia; e o sentido.

5 Marcelo Ferreira, graduado em Geografia pela Universidade Federal do Maranhão.

6 Estimativa do IBGE, data de referência: 1º de julho de 2010.

7 Os dados que cruzam as variáveis “porcentagem de pessoas não alfabetizadas”, “porcentagem de pessoas sem rendimentos” e “porcentagem de pessoas que ganham até 1 salário mínimo” foram gerados pelo próprio IBGE (2010).

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA SENADO. **Recordista em desigualdade, país estuda alternativas para ajudar os mais pobres**. 2021. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/infomaterias/2021/03/recordista-em-desigualdade-pais-estuda-alternativas-para-ajudar-os-mais-pobres>. Acesso em: 08 maio 2021.

ARROTEIA, J. de C. **Educação e desenvolvimento: fundamentos e conceitos**. Aveiro: Universidade de Aveiro, Departamento de Ciências da Educação, 2008.

ARROYO, M. G. **Pobreza, desigualdades e educação**. 2021. Disponível em: egpbf.mec.gov.br/modulos/pdf/intro.pdf. Acesso em: 12 mar. 2021.

BARROS, R. P.; FRANCO, S.; MENDONÇA, R. A recente queda na desigualdade de renda e o acelerado progresso educacional brasileiro na última década. *In*: BARROS, R. P.; FOGUEL, M.; ULYSSEA, G. (ed.). **Desigualdade de renda no Brasil: uma análise da queda recente**. 1. ed. Brasília: Ipea, 2006.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**: texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações determinadas pelas Emendas Constitucionais de Revisão nºs 1 a 6/94, pelas Emendas Constitucionais

- n^{os} 1/92 a 91/2016 e pelo Decreto Legislativo n^o 186/2008. Brasília: Senado Federal, 2016. 496 p.
- CARVALHO, J. M. **Cidadania no Brasil: o longo caminho**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. 256 p.
- GADOTTI, M. **A questão da educação formal/não-formal**. 2005. Disponível em: https://aedmoodle.ufpa.br/pluginfile.php/305943/mod_resource/content/1/Educacao_Forma_Nao_Forma_2005.pdf. Acesso em: 15 ago. 2017.
- HECKMAN, J. J.; MASTEROV, D. V. The productivity argument for investing in young children. **Review of Agricultural Economics**, v. 29, n. 3, p. 446-493, 2007.
- IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Sinopse do censo demográfico 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2010. Disponível em: <https://censo2010.ibge.gov.br/sinopse/index.php?dados=4&uf=00>. Acesso em: 02 maio 2021
- IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Estimativas da população 2020**: Rio de Janeiro: IBGE, 2020. Disponível em: https://ftp.ibge.gov.br/Estimativas_de_Populacao/Estimativas_2020/estimativa_dou_2020.pdfAcesso em: 07 maio 2021.
- MARANHÃO (Estado). **Decreto n^o 27.317, de 14 de abril de 2011**. Plano de ação para prevenção e controle do desmatamento e das queimadas no estado do Maranhão. São Luís: SEMA, 2011. Disponível em: <http://www.oads.org.br/leis/2503.pdf>. Acesso em: 09 mar. 2021.
- MAX-NEEF, M. **Desenvolvimento à escala humana: concepção, aplicação e reflexos posteriores**. 1. ed. Blumenau: EDIFURB, 2012. 108 p.
- MEDEIROS, M.; BARBOSA, R. J.; CAVALHAES, F. Educação, desigualdade e redução da pobreza no Brasil. **Texto para discussão**, Rio de Janeiro: IPEA, n. 2447, p. 7-49, fev. 2019.
- MENEZES-FILHO, N.; FERNANDES, R.; PICCHETTI, P. Educação e queda recente da desigualdade no Brasil. *In*: BARROS, R. P.; FOGUEL, M.; ULYSSEA, G. (ed.). **Desigualdade de renda no Brasil: uma análise da queda recente**. Brasília: Ipea, 2007. v. 2. p. 285-304.
- NERY, C. Extrema pobreza atinge 13,5 milhões de pessoas e chega ao maior nível em 7 anos. **Agência de Notícias IBGE**, Rio de Janeiro, 06 nov. 2019. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/25882-extrema-pobreza-atinge-13-5-milhoes-de-pessoas-e-chega-ao-maior-nivel-em-7-anos>. Acesso em: 09 maio 2021.
- PETRUS, J. K. B.; VASCONCELOS JÚNIOR, M. P. A desigualdade socioespacial de São Luís (MA) demarcada pelos seus bairros. **Revista Ateliê Geográfico**, v. 9 n. 2, 2015.
- RAY, D. **Development economics**. Princeton, New Jersey: Princeton University Press, 1998.
- RODRIGUES, A. M. Desigualdades socioespaciais: a luta pelo direito à cidade. **Cidades**, v. 4, n. 6, 2007. Disponível em: <http://revista.fct.unesp.br/index.php/revistacidades/article/viewFile/571/602>. Acesso em: 10 abr. 2021.
- SOUZA, J. **A elite do atraso: da escravidão à Lava Jato**. Rio de Janeiro: Leya, 2017. 300 p.
- SOUZA, P. H. G. F.; CARVALHAES, F. A. O. Estrutura de classes, educação e queda da desigualdade de renda (2002-2011). **Dados**, Rio de Janeiro, v. 57, n. 1, p. 101-128, 2014.
- TINEU, R. **Desigualdade e Segregação socioespacial da população negra da cidade de São Paulo: análises preliminares da primeira década do século XXI**. 2021. Disponível em: <https://www.belasartes.br/revistabelasartes/downloads/artigos/19/desigualdade-e-segregacao-socioespacial-da-populacao-negra-da-cidade-de-sao-paulo-analises-preliminares-da-primeira-decada-do-seculo-xxi.pdf>. Acesso em: 15 fev. 2021.

DIREITOS TERRITORIAIS EM DISPUTA: DESAFIOS E PERSPECTIVAS EM TORNO DA IMPLEMENTAÇÃO DO CENTRO DE LANÇAMENTOS DE FOGUETES EM ALCÂNTARA (CLA)

**TERRITORIAL RIGHTS IN DISPUTE: CHALLENGES AND PERSPECTIVES AROUND THE
IMPLEMENTATION OF THE ROCKET LAUNCH CENTER IN ALCÂNTARA (CLA)**

**DERECHOS TERRITORIALES EN DISPUTA: DESAFÍOS Y PERSPECTIVAS EN TORNO A LA
IMPLEMENTACIÓN DEL CENTRO DE LANZAMIENTO DE COHETES EN ALCÂNTARA (CLA)**

Elisandra Cantanhede Ribeiro¹

RESUMO: O presente texto objetiva fazer uma análise acerca da temática direitos territoriais e a compreensão dos processos de regulamentação das terras intituladas de quilombos ou “terras de preto” desenvolvido do contexto de lutas e reivindicações em torno da terra em Alcântara, tendo por base a implementação do Centro de Lançamento de Foguetes Alcântara (CLA), demonstrando quais foram os avanços, permanências e retrocessos em torno dessa luta por garantias de direitos legais. A busca pela regulamentação traz um conjunto de implicação para as comunidades rurais, sobretudo as comunidades tradicionais, como é o caso das famílias quilombolas maranhenses. No Brasil os direitos quilombolas são assegurados na Constituição Federal de 1988, garantidos também pela Convenção 169, da Organização Internacional do Trabalho (OIT), sobre os Povos Indígenas e Tribais, instrumentado internacionalmente, ratificado em 2003, como forma de reparar as injustiças históricas cometidas pela sociedade escravocrata brasileira sobretudo contra o povo negro.

Palavras-chave: Direitos Territoriais. Territórios Quilombolas. Base de Lançamento de Alcântara.

ABSTRACT: The present text aims to make an analysis about the territorial rights thematic and the understanding of the processes of regulation of lands called quilombos or “black lands” developed in the context of struggles and claims around the land in Alcântara, based on the implementation of the Alcântara Rocket Launch Center (CLA), demonstrating the advances, permanences and setbacks surrounding this struggle for guarantees of legal rights.

¹ Licenciada em Estudos Africanos e Afro-brasileiros pela Universidade Federal do Maranhão (UFMA). Mestranda em História pelo Programa de Pós-Graduação em História e Conexões Atlânticas – UFMA. Especialista em Ensino de História, Cultura e Sociedade, pelo Instituto de Ensino Superior Franciscano (IESF). Especialista em Administração Escolar, Gestão, Supervisão e Orientação; Metodologia do Ensino de História; Docência no Ensino Superior, pelo Centro Universitário Leonardo da Vinci (UNIASSELVI). Integrante do grupo de pesquisa NEAFRICA (Núcleo de Estudos, Pesquisas e Extensão sobre a África e o Sul Global). E-mails: jhuerbete@hotmail.com - jhuerbete47@gmail.com.

The search for regulation brings a set of implications for rural communities, especially traditional communities, such as the quilombola families from Maranhão. In Brazil, quilombola rights are guaranteed in the Federal Constitution of 1988, also guaranteed by Convention 169, of the International Labor Organization (ILO), on Indigenous and Tribal Peoples, instrumented internationally, ratified in 2003, as a way to repair the historic injustices committed by the Brazilian slave society, especially against the black people.

Keywords: Territorial Rights. Quilombola Territories. Alcântara Launching Base.

RESUMEN: El presente texto tiene como objetivo hacer un análisis sobre el tema de los derechos territoriales y la comprensión de los procesos de regulación de tierras denominados quilombos o “tierras negras” desarrollados en el contexto de luchas y reclamos por la tierra en Alcântara, a partir de la implementación de la Centro de Lanzamiento de Cohetes Alcântara (CLA), demostrando los avances, permanencias y retrocesos en torno a esta lucha por las garantías de los derechos legales. La búsqueda de la regulación trae un conjunto de implicaciones para las comunidades rurales, especialmente las comunidades tradicionales, como las familias quilombolas de Maranhão. En Brasil, los derechos quilombolas están garantizados en la Constitución Federal de 1988, también garantizada por el Convenio 169, de la Organización Internacional del Trabajo (OIT), sobre Pueblos Indígenas y Tribales, instrumentado internacionalmente, ratificado en 2003, como forma de reparar las injusticias históricas cometidas por la sociedad esclavista brasileña, especialmente contra los negros.

Palabras clave: Derechos Territoriales. Territorios Quilombola. Base de Lanzamiento de Alcântara.

INTRODUÇÃO

A temática dos direitos territoriais no Brasil tem sido amplamente debatida, e no Maranhão esse debate não tem sido diferente, antes mesmo da promulgação da Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988), o grupo formado pelo Centro de Cultura Negra no Maranhão (CCN) e a Sociedade Maranhense de Direitos Humanos (SMDH), já organizavam diversas reuniões no sentido de compreender os processos de regulamentação das terras no Maranhão e os processos de demarcação destas terras. Durante este período criaram o Projeto Vida de Negro (PVN)² que vem atuando desde a década de 1980, e desenvolvendo ações no contexto das lutas e reivindicações em torno da terra, evidenciando o processo de regulamentação. Processo este que traz um conjunto de implicação para quem o busca, como é o caso das famílias quilombolas maranhense, que vai desde a reivindicação contrárias ao Decreto 4.887/20033, onde o Partido da Frente Liberal (PFL) hoje intitulados de Democratas (DEM), que em 2004 entrou com uma Ação Direta de Inconstitucionalidade⁴, no sentido de impedir que o decreto fosse validado, a luta contra grileiros, a disputa com as multinacionais que ocupam os territórios resididos de forma ilegal e passam construir grandes empreendimentos que acabam impactando diretamente na qualidade de vida dos habitantes do local e muitas das vezes chegam a comprometer uma parte significativa do espaço, como é o caso do município de Alcântara, que possui um Centro de Lançamento de Foguetes que tem retirado cada vez mais famílias de seus territórios⁵.

Todos esses processos em torno da disputa de terra se deve a Lei de Terras⁶ de 1850, que contribuiu claramente para o impedimento acerca dos direitos territoriais dos

africanos e seus descendentes no contexto brasileiro. No Maranhão esse processo foi ratificado pela Lei 2.979 de 17 de julho de 1969, onde o setor agropecuário maranhense foi beneficiado pela legislação semelhante a lei de terras de 1850, onde só tinham direito à terra exclusivamente pela compra e venda. Durante esse período os camponeses viviam assombrados por invasores e grileiros, e ainda tinham que trabalhar nos empreendimentos que foram instalados dentro de seus próprios territórios.

Os grandes empreendedores e fazendeiros se valiam da mão de obra barata, aproveitando assim para explorar os trabalhadores que não tinham como se manter e eram constantemente ameaçados. Se aproveitavam das legislações favoráveis aos grandes empreendimentos e aos próprios fazendeiros. Esta herança do colonialismo que devemos pensá-la a parti do vícios do capitalismo, que busca cada vez o acúmulo de riquezas só faz acirrar o processo de busca pela terra.

A Lei 6383 de 1976⁷, lei das ações discriminatórias, promoveu um intensivo êxodo rurais das famílias que não conseguiam se manter diante da expansão dos grandes projetos do agronegócio, acabaram por deixar suas terras como afirma Pedrosa,

“Lei Sarney de Terras” (Lei nº 2.979, de 17 de julho de 1969), que anunciou um ambicioso projeto para explorar e desenvolver a Amazônia. Como parte desse projeto, havia a necessidade de implantação de infraestrutura, especialmente a construção da rede rodoviária. A partir da Transamazônica, portanto, foram construídas várias outras rodovias decorrentes da implantação desse projeto, com sérias repercussões no aspecto da ocupação fundiária da chamada fronteira agrícola do Estado. (PEDROSA, 2011, p. 22).

Esta disputa em torno da terra ganhou uma nova configuração na década de 1980, sobretudo no que diz respeito aos direitos das comunidades negras rurais, que passam a ser reconhecidas enquanto quilombos a partir da Constituição de 1988 (BRASIL, 1988), o Artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) da Constituição Federal diz que: “remanescentes de Quilombos” a partir de suas relações com a terra, o parentesco, o território, a ancestralidade e tradições culturais. “Aos remanescentes das comunidades quilombolas que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos.” E também se configura conforme o artigo 2º do Decreto Lei 4887/2003 (BRASIL, 2003), “consideram-se remanescentes das comunidades dos quilombos, os grupos étnico-raciais, segundo critérios de auto atribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida”.

A maior concentração de comunidades quilombolas está situada nos estados do Maranhão, Pará, Bahia e Minas Gerais. O território é ocupado e explorado por meio de regras consensuais entre os diferentes grupos familiares que compõem as comunidades, cujas relações são orientadas pela solidariedade e ajuda mútua. Territorialidade e identidade etnocultural são, portanto os elementos essenciais para a compreensão das sociedades de origem quilombolas. O ato de aquilombar-se, ou seja, de organizar-se contra qualquer atitude ou sistema opressivo passa a ser, portanto, atualmente, a chama reacesa para, na condição contemporânea, dar sentido, estimular, fortalecer a luta contra a discriminação e seus efeitos.

A construção da identidade quilombola, ultrapassa as barreiras do pensamento historicamente negado, enquanto patrimônio positivo do estado, necessitando de

reconhecimento da apresentação afirmativa dos quilombolas com suas formas características de existir. E é a partir dessa posição historicamente desfavorável no que diz respeito às relações de poder, que comunidades quilombolas vêm lutando pelo direito de serem agentes de sua própria história. Em tal situação de desigualdade, os grupos considerados minoritários passam a valorar positivamente seus traços culturais diacríticos e suas relações coletivas como forma de ajustar-se às pressões sofridas, e é neste contexto social que constroem sua relação com a terra, tornando-a um território impregnado de significações relacionadas à resistência cultural. “Não é qualquer terra, mas a terra na qual mantiveram alguma autonomia cultural, social e, conseqüentemente, a autoestima” (SCHIMITT; TURATTI; CARVALHO, 2002).

Trataremos nesse trabalho especificamente das disputas em torno da terra neste território e suas perspectivas em torno da implementação CLA em Alcântara. Hoje, o Município de Alcântara tem limites com a Baía de São Marcos e o Oceano Atlântico, pelo Nordeste; a Baía do Rio Cumã e o Município de Guimarães, pelo Oeste; o Município de Bequimão, pelo Sudoeste; e o Município de Cajapió, pelo Sudeste.

QUEM É O CENTRO DE LANÇAMENTO DE FOGUETES EM ALCÂNTARA?

O CLA está presente no município desde a década de 1980, fruto de um acordo com o governo militar e o Estado do Maranhão, o Decreto nº 88.136⁸, de 1º de Março de 1983 (BRASIL, 1983), dá condições par implementação do CLA em Alcântara que para sua instalação deslocou-se compulsoriamente 23 povoados, num total de 312 famílias quilombolas do litoral alcantarense para a região central do município. Com o argumento que era necessária a retirada das famílias do litoral para segurança deles, durante as operações de lançamento de foguetes.

Mas é importante ressaltar que após a desapropriação foi construída a vila dos militares exatamente onde estavam localizados alguns dos povoados remanejados e o argumento de que seria perigoso para as famílias, acaba por ser excluído, tendo em vista que serviria de moradia para outras famílias, só que agora para as dos próprios militares, que atualmente residem nelas.

O CLA foi criado com a finalidade de lançar artefatos tecnológicos no espaço e servir ao desenvolvimento da política espacial nacional, em 1996 sobre a primeira baixa em razão do Convenio celebrado entre o então Ministério da Aeronáutica com a Empresa Brasileira de Administração Aeroportuária, a INFRAERO, em que esta assumiria por 15 anos a administração do CLA. E ainda ficará responsável por ordenar e realizar as etapas de remanejamento de comunidades quilombolas do litoral alcantarense, o que não aconteceu devido a imediata mobilização das comunidades e posteriormente judicialização do conflito, decorrente de várias ações propostas pelo Ministério Público Federal contra a União, o que resultou no processo de regularização do território. Segundo ALMEIDA,

Os moradores da área pretendida pelo CLA vivem a ameaça constante de perderem bens essenciais. Consideram que suas características culturais mais antigas e contrastantes mostram-se abaladas pela instalação do CLA, que vem limitando drasticamente a sua sobrevivência física, sobretudo ao desapropriar extensa área, ao deslocar compulsoriamente povoados centenários, afetando a reprodução das famílias, e ao ameaçar deslocar outros. Ressentem-se de

uma total indefinição quanto ao futuro. Demonstram isso ao sublinhar que os responsáveis pela implantação do CLA, nesses 22 anos, desde a decretação da área, jamais lhes apresentaram publicamente um cronograma de execução das atividades previstas referente a deslocamentos de famílias, para que possam ter conhecimento das operações de que são objeto (ALMEIDA, 2006, p. 25).

Com a implementação do CLA as famílias foram deslocadas e alojadas nas agrovilas, que foram construídas para realocar os povos remanejados das terras, onde foi construída a base e que vivam no seu entorno. Segundo Lopes esse processo de remanejamento não beneficiou os moradores, muitos possuíam um número significativo de hectares de terra passaram a conviver em um espaço inferior, que muitas vezes não dava para acomodar todos os membros das famílias. Como afirma Danilo Lopes,

As agrovilas seguem as regras ditadas pelos militares, que vão desde a solicitação de reforma nas casas, a proibição de construção de novas naquele espaço. Mas o que mais agrava a qualidade de vida dos quilombolas, compulsoriamente deslocados na década de 1980, são as condições e modelo de agricultura que lhes foram impostos pelos militares (*apud* MARTINS; CANTANHEDE FILHO; PEREIRA JUNIOR, 2013, p. 109).

As agrovilas foram consideradas com extensão do quartel, sofrendo assim as mesmas medidas administrativas imposta pela base. Com a mudança para as agrovilas os moradores apresentaram dificuldades de acesso ao mar, impossibilidade para o cultivo, com isso os moradores passaram a depender da “boa vontade da vizinhança” para ter acesso aos igarapés e até mesmo cultivar sua roça. Anderson Mello afirma que,

Uma limitação das agrovilas é a distância e o acesso ao mar pelos moradores, que só pode ser efetuado sob o controle administrativo do CLA. No passado os moradores conseguiam ir e vir rapidamente no mesmo dia, sobrando tempo ainda para a lavoura. Hoje, eles têm até que dormir no local. Além disso quando há lançamento de foguetes, o acesso das comunidades à área do CLA é proibido devido as questões de segurança. Contudo como elas necessitam de acesso ao mar para a pesca, algumas famílias têm dificuldades para conseguir outra fonte de alimento, tendo de recorrer ao vizinho ou, quando ainda possuem recurso compram de outra comunidade (MELLO, 2008, p. 42).

É importante ressaltar que por conta dessa nova configuração dos espaços houve um significativo êxodo de moradores oriundos de Alcântara para viverem em outras cidades sobretudo em São Luís, devido a proximidade da cidade e também por muita das vezes possuírem familiares já na localidade.

A PARTICIPAÇÃO DO INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA (INCRA), FUNDAÇÃO PALMARES E PROJETO VIDA DE NEGRO (PVN)

O INCRA⁹ e a Fundação Palmares são os órgãos responsáveis pela certificação das terras das comunidades rurais sobretudo as comunidades negras, o INCRA por possui um órgão em que possui sede em vários estados tem uma vantagem sobre a Fundação Palmares

e também possui experiência no processo de demarcação e regulamentação de terras, pois possui técnicos com experiências acerca das questões agrárias. Segundo Aldemir Fiabani,

[...]Trata-se da comunidade de Boa Vista, Oriximiná, Pará que 1999, por conta própria iniciou o processo de demarcação do território e estabeleceu os limites dos mesmos; posteriormente reconhecidos e titulados pelo INCRA, foram beneficiadas 112 famílias numa área de 1.125, 0341 hectares (FIABANI, 2008, p. 150).

Diante desse novo cenário acerca do processo de titulação e demarcação as comunidades “receberam” uma atenção dos órgãos e das entidades internacionais como a FORD (EUA), a OXFAM (Inglaterra) e EED (Alemanha e entidades nacionais como a Associação Brasileira de Antropologia (ABA) que financiava e auxiliavam tecnicamente os projetos.

O Projeto Vida de Negro atuou através de Mundinha Araujo¹⁰, e alguns militantes do CCN, coordenaram um importante projeto para mapear as comunidades negras rurais maranhense, encabeçando assim um importante trabalho de coleta de dados acerca da realidade existente das famílias destas comunidades que viviam as sombrados com o despejo de suas próprias terras como também a de morte, pois constantemente eram ameaçados. A PVN aliado ao CCN e Sociedade Maranhense de Direitos Humanos conseguiram importante feitos. Como afirma Aldemir Fiabani,

O projeto Vida de Negro, dinamizou as ações e centralizou as decisões. Devido a importância política do Projeto Vida de Negro, estabelecemos o ano de sua criação 1988, como o marco inicial da terceira fase da trajetória do movimento das comunidades negras rurais maranhense. Finalmente, em 1992, iniciou a quarta fase com a titulação da primeira comunidade negra rural. (FIABANI, 2009, p. 4).

Esse movimento feito pelo projeto de busca pela certificação fez com outras almejassem o mesmo feito, na busca por reconhecimento das suas comunidades enquanto quilombolas. E a partir dos diversos encontros realizados pelo projeto tomaram conhecimento da importância do processo de titulação de suas terras. Durante a ação de mapeamento e investigação foram constatados uma série de atividades realizadas por grileiros, fazendeiros e até mesmo funcionários dos órgãos públicos, que se valeram das condições para se apropriar de documentos e por consequências das terras. Sobre esta questão vale ressaltar que o Jornal O Imparcial ao ouvir o relato do morador Raimundo dos Reis, da comunidade de Mandacaru dos Pretos, ao vivenciarem um episódio de invasão de terras, afirmaram que as autoridades estavam ao lado dos grileiros, o que contribui para o fortalecimento do “poder” dos grileiros e fazendeiros.

Neste contexto, ressaltamos a atuação do PVN e do Incra, apesar de muitos entraves muito contribuíram para conseguiram fazer o mapeamento das comunidades e por fim conseguirem seus respectivos títulos. Titulação esta, que embora a luta por este processo venha ocorrendo há várias décadas, ainda hoje temos um grande contingente que não foram contempladas. Segundo os dados do PVN,

As práticas de mapeamento adotadas no decorrer dos trabalhos de campo, ao dialogar criticamente com a geografia, combinaram disciplinas militantes com reconhecimento científico. Nos contatos institucionais, a partir de 1988, quando

ocorreu a primeira discussão formal para planejar a ação do PVN, os sindicatos de trabalhadores rurais foram eleitos como os mediadores iniciais secundados por entidades confessionais, os pesquisadores indo de povoado em povoado, percorreram, no primeiro ano quase meia centena deles, em 15 municípios, e organizaram inúmeros encontros de representantes de “comunidades” atingindo 84 delas (PROJETO VIDA DE NEGRO, 2005, p. 15-16).

O Maranhão é dos estados com os maiores índices de comunidades negras rurais e ainda assim a maioria de suas comunidades ainda não receberam seus respectivos títulos ou até mesmo a certificação. O Maranhão também conta com o Instituto de Terras do Maranhão (ITERMA)¹¹ foi criado com a função precípua de elaborar e executar política fundiária no âmbito do Estado do Maranhão. Segundo os dados do ITERMA (MARANHÃO, 2020) existem cerca de 64 comunidades quilombolas tituladas a partir do artigo 229 da Legislação vigente no Estado do Maranhão, no Decreto nº 32.433, de 23 de novembro de 2016¹², Regulamenta a Lei Estadual nº 9.169, de 16 de abril de 2010, que dispõe sobre a legitimação de terras dos remanescentes das comunidades dos quilombos.

QUEM TEM O DIREITO À TERRA E AO TERRITÓRIO?

Os direitos dos quilombolas são assegurados a partir da Constituição de 1988 (BRASIL, 1988), e é ratificado pelo decreto 4887 de 2003 (BRASIL, 2003), por tanto o Estado reconhece os quilombolas como detentores de direitos, porém não lhes assegura seus direitos, sobretudo em Alcântara, quando se trata de terra. A demanda por uma quantidade maior de espaço para o alargamento do CLA está claramente evidenciando esta dualidade. Contudo percebe-se a invisibilidade dos direitos básicos das comunidades quilombolas por parte do Estado, o que contribui significativamente para a o alargamento da desigualdade social, cultural e ambiental existente desde sempre. Como afirma Rede Brasil Atual,

Representantes também destacam que para a efetivação do AST será necessário expandir a atual área do Centro de Lançamento de Alcântara (CLA) de 8 mil para 20 mil hectares o que, por consequência, deslocará aproximadamente dois mil quilombolas, assim como já ocorreu na década de 1980, quando a base foi criada e mais de 300 famílias foram desalojadas. De acordo com o portal Amazônia Real, em 2008, na Organização Internacional do Trabalho (OIT), a agência da Organização das Nações Unidas (ONU), em Genebra, na Suíça, os quilombolas denunciaram as violações cometidas pelo governo brasileiro contra aquelas famílias (REDE BRASIL ATUAL, 2019).

Devido a morosidade com que o Estado trata das questões de titulação e certificação (diga-se propositalmente) faz, com que as comunidades percam cada vez mais suas terras e seus territórios e transformando assim o cenário em que passaram muitos anos de sua vida ou até a sua vida toda. Como afirma Lopes e Pereira Junior (2020, p. 637) “Desde 2008, não tem avançado no diz respeito a certificação e titulação das terras quilombolas causando insegurança e incerteza entre as famílias”.

Os direitos conquistados pelos quilombolas a partir da Constituição de 1988 (BRASIL, 1988), aos poucos vem sendo desmantelado e recentemente foi ratificado pelo atual governo brasileiro, que não levou em consideração o atual momento em que

estamos vivenciando, que é o período de pandemia da COVID-19, que tem atingido mundialmente um contingente significativo de pessoas sobretudo as populações mais vulneráveis, agravando assim os índices de desigualdades sociais.

O atual governo, o então presidente Jair Bolsonaro através juntamente com sua equipe, aproveitando-se do atual momento para criar mecanismo de remoção das comunidades quilombolas, com intenção de consolidar o CLA, através da Resolução nº 11 do GSI de 26 de Março de 2020¹³. Ao analisar a referida resolução evidenciamos uma clara estratégia de desrespeito aos direitos constitucionais acerca dos direitos territoriais, em observância a Convenção nº 169 (BRASIL, 2004) sobre os povos indígenas e tribais da OIT no seu Art. 6º, Direito de ser consultados, Direito de participar,

Consultar os povos interessados, mediante procedimentos, particularmente, através de suas instituições representativas, cada vez que sejam previstas medidas legislativas ou administrativas suscetíveis de afetá-los diretamente. Portanto, nenhuma medida que afete a vida das comunidades pode ser tomada, sem que elas sejam consultadas (REDE SOCIAL DE JUSTIÇA E DIREITOS HUMANOS, 2006, p. 8).

Percebe-se claramente um equívoco no seu artigo 4º¹⁴ onde delinea diretrizes, que deveriam ser consultadas previamente. Dando continuidade nos equívocos no seu artigo 6º já traz proposta que podemos destacar claramente na referida resolução,

Art. 6º Aprovar a Matriz de Responsabilidades dos órgãos que integram o Comitê de Desenvolvimento do Programa Espacial Brasileiro, com as ações voltadas para as políticas públicas destinadas às comunidades que habitam a área de interesse do Estado na consolidação do Centro Espacial de Alcântara, nos seguintes termos:

I - para o Ministério da Defesa:

- a) providenciar, por meio do Comando da Aeronáutica, a execução das mudanças das famílias realocadas, a partir do local onde hoje residem e até o local de suas novas habitações, incluindo o transporte de pessoas e semoventes; e
- b) disponibilizar, para as comunidades quilombolas realocadas, por meio do Comando da Aeronáutica, três corredores de acesso à faixa do litoral da área de 12.645haa ser usada pelo Centro Espacial de Alcântara, assegurando medidas de engenharia que impeçam a interdição do leito dos corredores pelas chuvas, bem como o estabelecimento de mecanismos de controle de acesso a esses corredores.

Cabe salientar que todas as medidas são tomadas pelo ministro de estado chefe do gabinete institucional da presidência da república, na condição de coordenador do Comitê de Desenvolvimento do Programa Espacial Brasileiro (CDPEB), a esse respeito Danilo Lopes; Davi Pereira Junior (2020, p. 640), “Em suma, a consulta prevista na OIT 169 (BRASIL, 2004) deve ser tomada como um processo com fases e procedimentos apropriados e conduzidos de boa-fé em que as partes envolvidas cheguem a um acordo”

A insatisfação das famílias quilombolas está demarcada, nos diferentes depoimentos¹⁵ no que diz respeito a disputa do território de Alcântara. As comunidades quilombolas, se organizaram com a intenção de construir um diálogo com o Estado e suas respectivas

comissões, por meio de seus representantes, enviaram uma carta¹⁶ ao congresso, destacando obrigatoriedade dessa consulta antes das deliberações seja qual for a sua natureza.

Cabe ressaltar que todo este processo causa um impacto ainda mais violento nas comunidades, neste momento vivenciado, pois as perdas acirram ainda mais os momentos de incertezas pela qual estão passando. E o que é ainda mais preocupante, pois aqueles que lhes deveriam garantir o direito, são os mesmo que usurpam e negligenciam.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As comunidades quilombolas lutam hoje para viverem em liberdade dentro do seu território. Que não são respeitados esses direitos, quando se utilizam de manobras políticas para apropriarem dos espaços que pertence às comunidades, e o governo com sua morosidade de titulação e certificação colabora para o acirramento da disputa em torno do território, ocasionando assim um impacto nas famílias quilombolas.

Principais problemas enfrentados pelas comunidades quilombolas em Alcântara no que diz respeito às normas atuais é o Desrespeito ao direito a autoidentificação; Entraves para a identificação do território; Restrições para convênios e contratações; Aumento dos prazos para contestações e introdução do efeito suspensivo.

É necessário que haja uma sensibilização, ligada aos desafios das demarcações de terras dos territórios quilombolas marcados por muitos conflitos, bem como o respeito a diversidades de culturas, identidades, levando em consideração toda a narrativa dos agentes envolvidos, evitando assim o número expressivo de famílias que são forçadas a viverem em aglomerados sobretudo na capital do estado, São Luís.

NOTAS

2 Projeto que tem como objetivo mapear a realidade das comunidades rurais denominadas “terras de preto”, a participação do Projeto Vida de Negro (PVN), desenvolvido pelo Centro de Cultura Negra (CCN) e pela Sociedade Maranhense de Defesa de Direitos Humanos (SMDDH) desde 1988 com o objetivo de mapear as comunidades negras rurais do Maranhão, é um marco histórico na luta por essa mudança. (sobre assunto ver mais em Projeto Vida de Negro, 2005),

3 Regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

4 (Ver em) Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 3239 (BRASIL, 2004), em 2004, pelo então Partido da Frente Liberal (atual Democratas) contra o Decreto nº 4887/2003, que regulamentou o procedimento para titulação das terras quilombolas.

5 A partir da definição de Almeida (2011, p. 29) “podem ser consideradas, portanto, como resultantes de diferentes processos sociais de territorialização e comodelimitando dinamicamente terras de pertencimento coletivo que convergem para um território.”

6 Art. 1º Ficam proibidas as aquisições de terras devolutas por outro título que não seja o de compra. Lei nº 601 de 18 de setembro de 1850 (BRASIL, 1850).

7 Lei 6383 de 07 de dezembro de 1976 (BRASIL, 1976),

8 Art. 1º. Fica criado, no Ministério da Aeronáutica, o Centro de Lançamento de Alcântara (CLA) com a finalidade de executar e apoiar as atividades de lançamento e rastreamento de engenhos aeroespaciais, bem como executar testes e experimentos de interesse do Ministério

da Aeronáutica, relacionados com a Política Nacional de Desenvolvimento Aeroespacial.

Art. 2º. O CLA é diretamente subordinado ao Diretor-Geral do Departamento de Pesquisas e Desenvolvimento.

Art. 3º. O Diretor do CLA é Coronel do Quadro de Oficiais Aviadores, da Ativa.

Art. 4º. O CLA tem sede no Município de Alcântara, Estado do Maranhão.

Art. 5º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

9 É uma autarquia federal, cuja missão prioritária é executar a reforma agrária e realizar o ordenamento fundiário nacional. Criado pelo Decreto nº 1.110, de 9 de julho de 1970, atualmente o instituto está implantado em todo o território nacional, por meio de 29 superintendências regionais e 49 unidades avançadas. Parcerias com estados e municípios também viabilizam a oferta dos serviços da autarquia (INCRA, 2020).

10 Maria Raimunda Araújo ou simplesmente mundinha Araújo, Jornalista, ativista e uma das fundadoras do Centro de Cultura Negra do Maranhão (CCN) 1979.

11 criado pela Lei 6.272 de 06/02/1995, reorganizado pelo Decreto 17.171 de 15/02/2000 (ITERMA, 2020), é uma entidade pública de natureza autárquica, vinculada à Secretaria de Estado de Agricultura Familiar – SAF, cuja principal missão é a execução da política agrária do Estado do Maranhão. Suas ações estão totalmente voltadas para a organização da estrutura fundiária estadual e diminuição da pobreza extrema. Para o cumprimento dessa missão foi delegado ao Instituto poderes para promover a discriminação administrativa das terras estaduais, de conformidade com a legislação federal específica; reconhecer posses legítimas, bem como incorporar ao patrimônio do Estado as terras devolutas ilegitimamente ocupadas e as que se encontram vagas, destinando-as na forma da legislação em vigor.

12 Art. 1º Os procedimentos administrativos para a identificação, o reconhecimento, a delimitação, a demarcação e a titulação da propriedade das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos no Estado do Maranhão seguirão as disposições deste Decreto.

Art. 2º São terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos as utilizadas para a garantia de sua reprodução física, social, econômica e cultural.

Art. 3º Para a medição e demarcação das terras serão levados em consideração critérios de territorialidade sugeridos pelos remanescentes das comunidades dos quilombos, sendo facultado à comunidade interessada apresentar as peças técnicas para a instrução procedimental.

Art. 4º A Secretaria de Estado da Agricultura Familiar - SAF regulamentará o procedimento administrativo para a delimitação, a demarcação e a titulação das terras ocupadas pelos remanescentes das comunidades dos quilombos.

Art. 5º O procedimento administrativo será iniciado de ofício pelo Instituto de Colonização e Terras do Maranhão - ITERMA ou a requerimento de qualquer interessado.

Art. 6º Fica assegurada aos remanescentes das comunidades dos quilombos a participação em todas as fases do procedimento administrativo, diretamente ou por meio de representantes por eles indicados.

Art. 7º O ITERMA e a Secretaria de Estado de Igualdade Racial – SEIR poderão celebrar convênios com a Fundação Cultural Palmares para garantir os direitos étnicos dos remanescentes das comunidades dos quilombos, desenvolvendo atividades de identificação e reconhecimento das terras por eles ocupadas.

13 Publica as deliberações do Comitê de Desenvolvimento do Programa Espacial Brasileiro na Sétima Reunião Plenária. Publicado pelo Diário Oficial da União em 27

de Maço de 2020. Disponível em <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/resolucao-n-11-de-26-de-marco-de-2020-249996300> Acesso em 13 maio 2021.

14 Art. 4º Aprovar as diretrizes destinadas a orientar a elaboração do Plano de Consulta às comunidades quilombolas do município de Alcântara, Estado do Maranhão, com vistas a atender ao estabelecido na Convenção nº 169, da Organização Internacional do Trabalho, e autorizar a feitura do mencionado Plano pelo Grupo Técnico do Comitê de Desenvolvimento do Programa Espacial Brasileiro constituído na forma do art. 2º da Resolução nº 8/CDPEB/2019, de 7 de agosto de 2019, conforme proposta constante no anexo do relatório parcial desse subcolegiado.

15 Sobre as repercussões negativas para as comunidades quilombolas ocasionadas pela implementação do Centro de Lançamento de Alcântara, indicamos os documentários “Céu sem Eternidade” de Eliane Caffé (2011); disponível em: https://www.youtube.com/results?search_query=c%C3%A9u+sem+eternidade “Luta e Resistência das Comunidades Quilombolas de Alcântara”, Câmera 4 ,TV Difusora, (2019). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=ROemtqLZnk>

16 Sobre Carta de Alcântara ao Congresso cf. em http://www.global.org.br/wp-content/uploads/2019/07/Carta-ao-Congresso-Nacional_AST_Quilombolas-de-Alcantara-Junho2019.v2.pdf. Acesso em: 14 maio 2021.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, A. W. B. de. **Os quilombolas e a base de lançamento de foguetes de Alcântara**: laudo antropológico. Brasília: MMA, 2006.

ALMEIDA, A. W. B. de. **Quilombolas e novas etnias**. Manaus: UEA Edições, 2011.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado, 1988.

BRASIL. **Decreto nº 4887 de 20 de novembro de 2003**. 2003. Disponível em: www.planalto.gov.br. Acesso em: 02 abr. 2021.

BRASIL. **Decreto nº 5051 de 19 de abril de 2004**. Promulga a Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho-OIT sobre Povos Indígenas e Tribais. 2004. Disponível em: <http://www.institutoamp.com.br>. Acesso em: 02 abr. 2021.

BRASIL. **Decreto 88.136 de 18 de março de 1983**. 1983. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1980-1987/decreto-88136-1-marco-1983-438606-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 02 maio 2021.

BRASIL. **Lei nº 601 de 18 de setembro de 1850**. 1850. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/10601-1850.htm#:~:text=LEI%20No%20601%2C%20DE,sem%20preenchimento%20das%20condi%C3%A7%C3%B5es%20legais. Acesso em: 14 mar. 2021.

BRASIL. **Lei 6383 de 07 de dezembro de 1976**. 1976. Disponível em: http://legislacao.planalto.gov.br/legisla/legislacao.nsf/Viw_Identificacao/lei%206.383-1976?OpenDocument. Acesso em: 13 mar. 2021.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 3239**. Contra o Decreto nº 4887, de 20 de novembro de 2003, com fundamento no art. 103, inciso VIII, e 102, inciso I, alíneas “a” e “p”, da Constituição Federal e na Lei nº 9868, de 10 de novembro de 1999. 2004. Disponível em <http://www.stf.jus.br/portal/processo/verProcessoAndamento.asp?numero=3239&classe=ADI&origem=AP&recurso=0&tipoJulgamento=M>. Acesso em: 03 abr. 2021.

- FIABANI, A. **Os novos quilombos**: luta pela terra e afirmação étnica no Brasil [1988-2008]. 2008. Tese (Doutorado em História) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Unisinos, São Leopoldo, RS, 2008.
- FIABANI, A. Os Quilombos Contemporâneos Maranhenses e a Luta pela Terra. **Revista Estudos Históricos–CDHRP**, n. 2, ago. 2009.
- INCRA. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. **Institucional**. 2020, disponível em: <https://antigo.incra.gov.br/pt/o-incra.html#:~:text=O%20Instituto%20Nacional%20de%20Coloniza%C3%A7%C3%A3o,realizar%20o%20ordenamento%20fundi%C3%A1rio%20nacional.&text=Parcerias%20com%20estados%20e%20munic%C3%ADpios,oferta%20dos%20servi%C3%A7os%20da%20autarquia>. Acesso em: 22 abr. 2021
- ITERMA. Instituto de Terras do Maranhão. **Quilombos titulados**. 2020. Disponível em: <http://www.iterma.ma.gov.br/quilombos-titulados/>. Acesso em: 8 abr. 2021.
- LOPES, D. da C. S.; PEREIRA JUNIOR, D. Os Quilombos de Alcântara: resolução nº 11 do GSI o direito a consulta prévia e o covid-19. *In*: (orgs.) ALMEIDA, A. W. B. de; MARIN, R. E. A.; MELO, E. A. de. (orgs.). **Pandemia e território**. São Luís: UEMA Edições, 2020. p. 635-650.
- MARTINS, C. C.; CANTANHEDE FILHO, A.; PEREIRA JUNIOR, D. (orgs.). **Insurreição de saberes 3**: tradição quilombola em contexto de mobilização. Manaus: UEA Edições, 2013. p. 109.
- MELLO, A. C. **A experiência do Grupo Executivo Interministerial de Alcântara na construção de um ambiente participativo e cooperativo**. 2008. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Sustentável) - Universidade de Brasília, Brasília, 2008.
- PEDROSA, L. A. C. **A questão agrária no Maranhão**: a reforma agrária no Nordeste o caso do Maranhão. 2011. Disponível em: <http://abda.com.br/texto/LuisACPedrosa.pdf> acesso em 14/03/2021. Acesso em: 10 maio 2021.
- PROJETO VIDA DE NEGRO. **Vida de Negro no Maranhão**: uma experiência de luta, organização e resistência nos territórios quilombolas. São Luís: SMDC/CCN-MA/PVN, 2005.
- REDE BRASIL ATUAL. **Acordo da base de Alcântara fere soberania e passa por cima de direitos dos quilombolas**. 2019. Disponível em: <https://www.redebrasilatual.com.br/ambiente/2019/09/acordo-da-base-de-alcantara-fere-soberania-e-passa-por-cima-de-direitos-quilombolas/>. Acesso em: 10 maio 2021.
- REDE SOCIAL DE JUSTIÇA E DIREITOS HUMANOS. **Quilombolas**: direito ao futuro. São Paulo, 2006.
- SCHMITT, A.; TURATTI, M. C. M.; CARVALHO, M. C. P. de. A atualização do conceito de quilombo: identidade e território nas definições teóricas: comunicação de resultados de pesquisa. **Ambiente & Sociedade**, ano 5, n. 10, jan./jun. 2002.

REFERÊNCIAS CONSULTADAS

- DUTRA, M. V. F. **Direitos Quilombolas**: um estudo dos impactos da cooperação ecumênica. Rio de Janeiro: Koinonia Presença, Ecumênica e Serviços, 2011. p. 16-32.
- OUTRAS Mídias. **Base de Alcântara**: os perigos aos quilombolas, 2019. Disponível em: <https://outraspalavras.net/outrasmidias/base-de-alcantara-os-perigos-aos-quilombolas/>. Acesso em: 10 maio 2021.

A JUDICIALIZAÇÃO E A LUTA PELA TERRA NO MARANHÃO: O ACAMPAMENTO MARIELLE FRANCO - ITINGA DO MARANHÃO

**THE JUDICIALIZATION AND THE FIGHT FOR LAND IN MARANHÃO:
THE MARIELLE FRANCO CAMPSITE - ITINGA DO MARANHÃO**

**LA JUDIALIZACIÓN EN LA LUCHA POR LA TIERRA: EL CASO DEL
ACAMPAMIENTO MARIELLE FRANCO – ITINGA DO MARANHÃO**

Zaira Sabry Azar¹

José Jonas Borges da Silva²

Aldenir Gomes da Silva³

RESUMO: Este artigo trata da judicialização na luta pela terra como processo histórico no Brasil. Resulta de pesquisa bibliográfica e documental. Reflete sobre a dinâmica de processo judicial envolvendo os conflitos de terra, tendo como referência o caso do acampamento Marielle Franco, no Maranhão. Demarca a judicialização como estratégia de controle da terra pelo capital, agora adotada de forma mais intensa pelas famílias camponesas. Recupera a luta pela reforma agrária no Maranhão, no contexto da Amazônia. Apresenta o processo jurídico que envolve o acampamento em pauta, destacando contradições e complexidades que abarcam o Estado e órgãos ligados à questão. Destaca estratégias de resistência e luta do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), organizando o acampamento e articulando entidade e movimentos sociais, assim como o poder público local e estadual. Considera que a judicialização constitui estratégia de resistência permeada por limites e desafios, que não destituem as famílias da determinação de lutar.

Palavras-chave: judicialização. Reforma Agrária. Acampamento Marielle Franco.

ABSTRACT: This article discusses the judicialization in the fight for land as a historical process in Brazil. It results from a documentary and bibliographic research. It reflects on the dynamic of judicial process of land disputes, proceeding from the case of the campsite named Marielle Franco, in the state of Maranhão. It characterizes the judicialization as a

1 Professora Adjunto do Curso de Serviço Social da Universidade Federal do Maranhão. Pesquisadora do Grupo de Estudos, Pesquisa e Debates em Serviço Social e Movimento Social (GSERMS) E-mail: zaira.sabry@ufma.br.

2 Mestrando do Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe da Universidade Estadual Paulista - UNESP. Pesquisador do Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária (NERA). Militante do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. E-mail: jonascigra@gmail.com.

3 Advogado da Associação Brasileira de Juristas pela Democracia (ABJD) e da Rede Nacional de Advogados Populares (RENAP). Pesquisador do Grupo de Estudos, Pesquisa e Debates em Serviço Social e Movimento Social (GSERMS). E-mail: aldenirgomesadv@gmail.com.

land control strategy by the capitalism, that is used now more intensively by the peasant families. Recapitulates the fight for agrarian reform in Maranhão, in the Amazonian context. It presents the legal process involving the mentioned campsite, highlighting the contradictions and complexities that encompass the state and organs connected to the issue. It calls attention to the resistance and fight strategies of the MST (Brazil's Landless Workers Movement), organizing the campsite and articulating entity and social movements, as well as the local and state government. It considers that the judicialization is part of the resistance strategy, pervaded by limits and challenges that do not deprive the families from the determination to fight.

Keywords: Judicialization. Agrarian Reform. Marielle Franco Campsite.

RESUMEN: Este artículo trata sobre la judicialización en la lucha por la tierra como proceso histórico de Brasil. Resulta de la investigación bibliográfica y documental. Analiza la dinámica del proceso jurídico que involucra el conflicto de la tierra, teniendo como referencia el caso del acampamiento Marielle Franco en el estado de Maranhão. Señala la judicialización como una estrategia de controlar la tierra por el capital, adoptada de forma intensa por las familias campesinas. Recupera la lucha por la reforma agraria en el Maranhão, en el contexto de la Amazonía. Presenta el proceso judicial que incluye el acampamiento citado, que destacan las contradicciones e complejidades que abarcan el estado y los órganos competentes. Destaca la estrategia de resistencia y de lucha del Movimiento de los Trabajadores Sin Tierra (MST), organizando el acampamiento y articulando con instituciones y movimientos sociales, así como el poder público, local y estatal. Considera que la judicialización hace parte de la estrategia de resistencia permeabilizada por límites y desafíos que no hacen que las familias dejen de luchar.

Palabras clave: Judicialización. Reforma Agrarian. Acampamiento Marielle Franco.

INTRODUÇÃO

O artigo objetiva tratar da judicialização da luta pela terra vivenciada pelas famílias do acampamento Marielle Franco, localizado em Itinga do Maranhão, imposta pela hegemonia política e econômica do capital, tendo como referência o acampamento citado.

Para isso, parte-se da ideia de que a questão agrária no Brasil apresenta uma dinâmica preñe de complexidades – isto por tratar-se de questão histórica que carrega em si os relhos da hegemonia latifundiária do país constituída desde os tempos da colonização. Sendo esta questão relacionada às relações sociais estabelecidas a partir do uso, da posse e da propriedade da terra (STÉDILE, 2005), podemos entender os muitos sujeitos nelas envolvidos e as muitas mediações que as permeiam.

Ao analisar as disputas de territórios que compõem a dinâmica da luta pela terra, precisa-se levar em consideração dimensões importantes, como o espaço e o tempo, mas também os vários sujeitos envolvidos no processo. Nas conflituosas relações estabelecidas nesse processo, encontra-se a dimensão política, na qual o aspecto jurídico assume papel de destaque, com seu arcabouço doutrinário expresso em um conjunto de leis e normas a serem decifradas por profissionais capacitados para tal.

O arcabouço jurídico historicamente constituído, na sua materialidade, tem incorporado figuras de poder que simbolizam interesses de classe. Ou seja, juridicamente,

as disputas socioterritoriais apresentam-se mediadas pelas simbologias e determinações que sustentam as relações hegemônicas de classe. Tanto assim que a estrutura fundiária do país permanece inalterada na sua ordem de propriedade e posse. Mas as relações contraditórias das classes no campo acontecem também a partir das ações e forças das famílias camponesas, que usam mecanismos e estratégias de enfrentamentos, fazem lutas e resistências a favor da democratização do acesso e uso da terra.

É, portanto, em um cenário de disputa de territórios e de poder, que a luta pela terra se desenha. E, nesse particular, as disputas quase sempre acabam na esfera judicial, não porque seja uma obrigatoriedade processual, mas porque demandas, que poderiam ser resolvidas através de outros mecanismos, chegam ao juizado, deixando-lhe o poder estrito da decisão. Tal situação tem sido comum em muitas esferas de conflitos, como as que envolvem as políticas públicas e sociais de modo geral.

A dificuldade de acesso às políticas públicas e sociais pela população em geral pode causar prejuízos de grande repercussão na vida das pessoas que a compõem, pois as torna vulneráveis, desprotegidas e obrigadas a buscar outras alternativas. No caso de famílias expropriadas da terra, a ocupação de terras passa a constituir uma alternativa, o que se dá pela não efetivação das políticas pelo Estado, que deveria garantir a efetividade da Constituição Federal, que no seu artigo 184 indica a desapropriação da propriedade que não estiver cumprindo a sua função social para fins de reforma agrária.

Como tal preceito constitutivo não tem sido cumprido, ou seja, o poder Executivo não tem cumprido suas responsabilidades, a demanda sai da esfera executiva tornando-se demanda judicial, esfera que compõe disputas de toda ordem e de todos os grupos. Nesse sentido, a judicialização da luta pela terra passa, essencialmente, pela “judicialização da política” (VIANNA *et al.*, 1999), uma vez que os direitos constitucionais não têm sido efetivados, como exposto anteriormente.

A judicialização da política vista aqui como “a hegemonia e o papel ativo do Poder Judiciário de decidir sobre temas de grande interesse político e social, afastando o Poder Legislativo, o Poder Executivo ou a sociedade civil por meio dos mecanismos da democracia direta...” (BRITO, 2012, p. 431/2), e acontece com a “transferência de atribuições do Executivo, do Legislativo e da soberania popular para os magistrados e tribunais, para que estes efetivem, revisem e concretizem direitos e políticas públicas constitucionais (BRITO, 2012, p. 433).

No campo, o cenário que se coloca é, de um lado, fazendeiros e, do outro, famílias camponesas em meio à disputa pela terra, que acionam, estrategicamente, dentre outros mecanismos, o judiciário, a fim de garantir seus interesses e/ou direitos reconhecidos e protegidos. Nesse sentido, como estratégia, os fazendeiros têm se beneficiado historicamente com o apoio do Judiciário, sendo esta disputa caracterizada pela desigualdade.

Na configuração atual, o latifúndio travestido em agronegócio abusa do uso de recursos judiciais em vários movimentos, seja para expropriar terras e recursos naturais, seja para desapropriar e despejar famílias acampadas ou mesmo assentadas, seja para impedir processos de melhoramento de condições de vida de famílias camponesas, como o acesso à educação ou à terra, propriamente.

Muito comumente podem ser vistas notícias sobre conflitos no campo. Em regra geral, os conflitos são veiculados como violência, confusão e desordem, ideologicamente descaracterizados na sua dimensão política, sendo negadas suas determinações políticas e econômicas; são mostrados fora de contexto, fragmentados, sem qualquer articulação ou fundamentação com

mediações mais complexas da vida social. As famílias envolvidas são expostas, muitas vezes ridicularizadas e criminalizadas, sofrem perseguições e ameaças, violências e prisões.

As famílias sem-terra conhecem muito bem esta situação. O acampamento Marielle Franco resulta da ocupação, em 2018, de uma área do Horto Florestal Ipê Roxo I, sob domínio da empresa Viena Siderurgia. Desde então, o acampamento tem vivenciado várias situações resultantes de ação de reintegração de posse pedida pela empresa, contra o que as famílias lutam.

Em termos metodológicos, o trabalho resulta de pesquisa bibliográfica e documental, assim como entrevista realizada com liderança e militante do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST. Para exposição dos resultados, o texto encontra-se organizado em dois itens além desta introdução e das considerações. O primeiro trata da reforma agrária na sua dinâmica de luta histórica, dando destaque à particularidade do estado do Maranhão inserido no contexto amazônico. O segundo aborda o processo jurídico que envolve as famílias do acampamento Marielle Franco, desencadeado pela empresa autodenominada proprietária da terra. Considera que a judicialização constitui importante estratégia para as famílias sem terra, ainda que permeada por contradições, limites e desafios.

CONTEXTUALIZANDO A REFORMA AGRÁRIA NO MARANHÃO

A questão agrária constitui uma questão histórica e irresoluta na sociedade brasileira, e se coloca como desafio para a compreensão das relações sociais existentes hoje no campo. Há uma complexidade que deve ser desvelada para que as relações atuais no campo sejam compreendidas em seus aspectos teórico e político, pois este espaço possui uma dinâmica própria, marcada pelas forças do capital, pelo agronegócio das *commodities* em confronto à dinâmica das forças sociais representada pela classe trabalhadora, neste caso, o campesinato^{3 4}, simbolizado pelas famílias indígenas, quilombolas, extrativistas, ribeirinhas, acampadas e assentadas.

Nesse sentido, o campo brasileiro apresenta-se inserido numa constante disputa por territórios entre capital e trabalho, entre os que resistem para manterem-se nos seus territórios e os que querem desterritorializá-los. São interesses antagônicos entre a classe dos latifundiários capitalistas e a classe explorada no campo, estando a terra na centralidade desta disputa.

Esse processo, marcado pela dinâmica do conflito, encontra-se na base da formação brasileira, de forma legal ou não: a terra ia sendo apropriada privadamente pelos latifundiários. Um dos primeiros mecanismos legais que foi criado para essa prática de controle da terra veio através da Lei nº 601, de 1850, a Lei de Terras, que estabeleceu a propriedade privada da terra no Brasil, pois proporcionou:

[...] fundamentos jurídicos à transformação da terra – que é um bem da natureza e, portanto, não tem valor, do ponto de vista da economia política – em mercadoria, em objetivo de negócio, passando, portanto, a partir de então, a ter preço. A lei normatizou, então, a propriedade privada da terra (STÉDILE, 2005. p. 22-3).

Através dessa lei, a terra se tornou cativa, o que resultou, por um lado, na impossibilidade do direito de seu acesso por populações como os escravizados recém-libertos e os camponeses livres e pobres; e, por outro lado, no privilégio de grupos sociais,

que passaram a ter domínios privados e políticos sobre a terra. Com tais domínios, foi consolidada a organização hegemônica da produção no campo brasileiro, que tem como base de sua matriz tecnológica o uso de grandes extensões territoriais, garantida com a histórica estrutura fundiária concentrada.

O controle da terra pelas elites rurais se desdobra em múltiplas determinações que alcançam o conjunto da sociedade em todas as dimensões da vida. Daí se poder dizer que as relações sociais, políticas, econômicas e culturais que foram sendo construídas são estabelecidas a partir do uso, da posse e da propriedade da terra- entendendo, porém, que muitos são os sujeitos e as mediações aí envolvidos.

Nesse sentido, o uso e a ocupação do solo na formação do Brasil sempre estiveram a serviço do grande capital, voltado aos interesses externos, Prado Junior (1999, p. 31-2) diz que:

Se vamos à essência da nossa formação veremos que na realidade nos constituímos para fornecer açúcar, tabaco, alguns outros gêneros; mais tarde ouro e diamante; depois algodão, e em seguida, café, para o comércio europeu. Nada mais que isto. É com tal objetivo, objetivo exterior, voltado para fora do país e sem atenção a considerações que não fossem a interesse daquele comércio, que se organizarão a sociedade e a economia brasileira.

Esse contexto socioeconômico se apresenta de forma muito particular na segunda metade do século XIX, quando o Brasil vivia um processo migratório importante direcionado para a Amazônia brasileira. Esta região sempre esteve pautada pelo discurso errôneo de que ali se constituía um “vazio demográfico” (SAWYER, 1989). Esse discurso equivocado foi sendo construído desde o início do século XIX, quando o Estado brasileiro, utilizando-se dessa retórica, decidiu criar uma política de povoamento e exploração de recursos da Amazônia. Essa política levou para a região milhares de trabalhadores de várias partes do Brasil, principalmente nordestinos que buscavam alternativas para fugir da seca e das secas. Eram migrantes que tinham como tarefa extrair as riquezas disponíveis na região, as quais seriam voltadas principalmente aos interesses externos, tendo como principal produto naquele período a seringa para produção da borracha. Nesse sentido,

A exploração de produtos naturais da Amazônia com o objetivo de atender as necessidades do mercado mundial vem sendo uma prática constante desde as primeiras investidas dos europeus em busca de suas riquezas. Por isso mesmo, a região passou por várias fases de ocupação (MORAIS, 2007. p. 86).

O Brasil, com seu processo de mercantilização da terra levou os latifundiários a ficar “com a maior fatia das terras ocupadas nesse final de século, ou seja, abocanharam 70 milhões de hectares, ou 40% do crescimento da superfície agrícola” (OLIVEIRA, 2001, p. 83). Assim, os números mostram o quanto grandes proprietários (boa parte deles coronéis), expropriaram e acumularam terras no período citado.

No entanto, tais números se articulam com o aumento dos “desgarrados da terra”, os quais se viram na condição de sem-terra, com poucas possibilidades de sobreviver no campo, restando-lhes assim a alternativa de migrar para as cidades ou adentrar cada vez mais ao interior do país, num contínuo movimento de expansão de fronteiras. Constituindo dinâmica própria,

As migrações nordestinas para Amazônia sempre estiveram ligadas às questões de conflitos no campo, coincidindo com os períodos de seca, e os pequenos agricultores são os que primeiro sentem os efeitos da mesma. Além de serem a maioria da população rural sertaneja, eles não tinham alternativa a não ser migrar (NASCIMENTO, 1998, p. 1).

Com a mudança de hegemonia do modelo econômico brasileiro, em um complexo processo de industrialização demarcado na década de 1930, as desigualdades econômicas e sociais que caracterizavam o desenvolvimento do país fizeram surgir novas forças sociais, propondo e exigindo reformas para a modernização do país. Dentre tais reformas, a reforma agrária assume, pela primeira vez na história do país, papel de destaque no cenário político nacional.

Os tempos eram de mudanças no processo republicano, e os processos econômicos e políticos que pautaram este período histórico não alteram em nada as bases das relações sociais existentes no campo, pois a questão agrária se agravou e intensificou com o pacto populista entre a burguesia agrária e a industrial, ou seja, a consolidação industrial não contribuiu para alterar as estruturas mantidas atrasadas pelo setor agrário dominante.

Nesse contexto, a sociedade brasileira começou a passar por mudanças importantes, uma vez que o “mundo rural” passou a conviver com o “mundo urbano”, através de novos valores e de uma reconfiguração de poderes, com a formação da elite urbano-industrial. Nesse sentido, as transformações impostas por esse novo modelo de produção intensificaram as contradições entre camponeses e latifundiários, sendo que, para Martins (1983, p. 09), os camponeses se apresentam insubmissos como classe, indo contra a ordem estabelecida, seja instituída pelo latifúndio, seja pelo Estado.

Nas décadas de 1950 e 1960, as Ligas Camponesas marcaram politicamente o campo, contribuindo para o surgimento de outras organizações importantes na luta pela reforma agrária e na luta contra o Estado autoritário brasileiro que, há tempos, encontrava-se articulado com os interesses do capital internacional. Porém, na contramão das organizações da classe trabalhadora, camponeses e operários foram “calados” pelo golpe militar instituído. Com ele, as bandeiras de liberdade levantadas pelas organizações do campo e da cidade foram derrotadas, havendo o crescimento das forças políticas das elites brasileiras, responsáveis pela ditadura instaurada no país, iniciada em 1964, e que durou até 1985.

Para a implantação desse modelo ditador, foram orquestrados mecanismos políticos que ajudaram o Estado a consolidá-lo no campo, articulados com o capital internacional. Na época, com a preocupação de impedir as revoluções sociais que eclodiam, houve

[...] a criação do Estatuto da Terra pela Lei nº 4504 (de 30 de novembro de 1964), por meio da qual se visava, prioritariamente, a modernização do campo mediante o aumento da produção e da produtividade. A partir daí, a paisagem rural mudou radicalmente. Milhares de máquinas, tratores e insumos agrícolas substituíram paulatinamente a maneira de produzir até então existente. A modernização da agricultura significou, basicamente, o aumento e a consolidação da expansão capitalista, cujo resultado foi a chamada industrialização do campo, com a presença de grandes empresas nacionais e internacionais e a concentração acelerada da terra e da renda (SILVA, 2004, p. 21).

Em muito o Estatuto contribuiu para a desmobilização da luta pela reforma agrária. A tentativa de desqualificação da luta foi de lhe tirar o caráter nacional e caracterizá-la

como luta isolada, desarticulada, o que não foi possível devido ao apoio político recebido das organizações populares, da Igreja, partidos e de organizações sindicais. Neste sentido,

[...] a luta é condição para que o campesinato continue existindo no interior de um sistema produtivo que exige o seu fim, é que o campesinato brasileiro vem assumindo papel importante na luta contra a forma expropriatória assumida pela burguesia rural constituída no país (AZAR, 2013, p. 163).

No enfrentamento à histórica concentração fundiária, o campesinato encontra na ocupação de terra sua principal estratégia de luta. Assim fizeram grandes contingentes de ex-escravizados, quando rumaram florestas adentro formando os quilombos, assim como também foi estrategicamente utilizada pelas Ligas Camponesas. Mesmo no período ditatorial, caracterizado pela violência e perseguição às lutas sociais, a ocupação de terra acontecia, ainda que de forma menos intensa.

A ocupação de terra passa a assumir significado político, como ferramenta de luta dos camponeses, com o surgimento dos primeiros acampamentos de sem-terra. Como marcos, a ocupação das fazendas Macali e Brilhante, em 1981, e da fazenda Anoni, em 1985, organizadas por famílias sem-terra no Rio Grande do Sul. Essas ocupações, articuladas à dinâmica da luta camponesa nos outros estados, culminaram com a formação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).

A luta pela terra avançou em todas as regiões do país, onde cada vez mais a ocupação foi se especializando. Na conquista de terra para uma efetiva reforma agrária, o MST foi se territorializando e se consolidando como movimento nacional, tendo a ocupação de latifúndios como um dos principais instrumentos de luta dos camponeses. Seus acampamentos passaram a constituir força política para enfrentar a repressão de forma organizada e coletiva, buscando a conquista da terra, o que fez com que o MST se tornasse referência de luta no Brasil e América Latina.

Em todos os estados aumenta a tensão com as ameaças contra as famílias camponesas que resistem nos acampamentos e territórios conquistados, o que leva ao crescimento dos conflitos e violência no campo, sendo que na década de “1980, os conflitos agrários no Brasil apresentam a mesma tônica: chacinas, massacres, uma violência que atinge as minorias, cujo vencedor tem sido o capital e as lógicas territoriais perversas do capitalismo” (BINKOWSK, 2018, p. 19). O nível da violência no campo se expressa no número de assassinatos de camponeses, sendo que “entre 1985 e 2016, a CPT registrou 1.833 assassinatos no campo (BINKOWSK, 2018, p. 26), o que significa que em 31 anos houve uma média de sessenta assassinatos no campo por ano, ou 5 assassinatos por mês.

Assim como em escala nacional, no Maranhão um dos mecanismos mais utilizados para a expulsão dos camponeses da terra era a grilagem, levada a cabo pelas oligarquias agrárias. Por meio de tal mecanismo, foram griladas terras indígenas e de posseiros, obrigando-os a desencadear novos processos migratórios. Indígenas e camponeses foram sendo forçados a adentrar as matas e florestas do país, buscando se distanciar da cerca do latifúndio e do cerco do capital, constituindo as chamadas frentes de expansão (MARTINS, 1980), tão presentes na formação do campesinato brasileiro⁵.

No Maranhão a questão agrária é um reflexo do contexto nacional, porém apresenta suas particularidades, especialmente na região do Bico do Papagaio, área conhecida nas décadas de 1970 e 1980 pelos intensos conflitos de terra e pelos muitos assassinatos. Esta

região foi marcada por inúmeros conflitos nesse período, chegando a apresentar um dos maiores índices, senão o maior, de violência no campo contra trabalhadores rurais no Brasil. De acordo com dados da CPT apresentados por Almeida (1982, p. 04), do ano de 1979

[...] até julho de 1981, os dados referentes ao Maranhão assinalam 207 (duzentos e sete) conflitos de terra, envolvendo 67.184 (sessenta e sete mil e cento e oitenta e quatro) famílias de trabalhadores rurais e 7.706.075 (sete milhões, setecentos e seis mil e setenta e cinco) hectares de área em disputa. Neste levantamento, o Maranhão apresenta o maior número de conflitos, ou seja, 22,5% do total assinalado.

Para não deixar margem a dúvidas, utilizando outra fonte de pesquisa, vemos que

A mesma posição ocupa o Maranhão no levantamento da ABRA, que cobre os anos de 1980 e 1981, apresentando 67 (sessenta e sete) conflitos de terras com um total de 14 (catorze) trabalhadores rurais mortos, 241.000 (duzentas e quarenta e um mil) famílias sem terra (ALMEIDA, 1982, p. 4).

Os conflitos na região receberam tratamento especial do Estado através de ações repressivas como as que caracterizaram a conhecida Guerrilha do Araguaia, em que o exército brasileiro perseguiu, assassinou e desapareceu com dezenas de militantes do Partido Comunista, que organizavam politicamente populações camponesas na região. Como expressão desta violência, no Maranhão, em 10 de maio de 1986, foi assassinado o padre Josimo Tavares⁶, uma das mais importantes lideranças religiosas na região.

Porém, apesar do atual contexto sociopolítico se caracterizar pelo descenso da luta de massa, surgem novos sujeitos políticos atuando no país, os quais expressam as mais diferentes categorias do campo e da cidade. No Maranhão, a diversidade dos grupos e movimentos com atuação política no campo é o reflexo do que acontece no resto do país. Essas representações podem ser encontradas nas comunidades quilombolas, ribeirinhas, indígenas, pescadoras, quebradeiras de coco, de posseiros, de pequenos proprietários, nos assentamentos, nos acampamentos, enfim, nas comunidades tradicionais em geral. O fato é que todas possuem em comum a busca pela terra e defesa de seus territórios.

Historicamente, no Maranhão, a relação estabelecida entre capital e trabalho tem sido mediada pelo Estado, que tem assumido um papel de estímulo e garantia do avanço do capital, por um lado, através de políticas de infraestrutura e incentivos fiscais e, por outro lado, agindo de forma incisiva no sentido de coibir quaisquer ações de reivindicação ou denúncia contra os grupos e corporações empresariais estabelecidas.

Um dos exemplos da investida do capital no contexto maranhense é o projeto de um porto a ser instalado na praia de Parnauçu, em São Luís, um investimento de articulação entre capital nacional e capital internacional. No caso,

[...] uma disputa socioterritorial entre os trabalhadores da Comunidade Cajueiro e as empresas WPR São Luís Gestão de Portos e Terminais (atualmente denominada TUP Porto São Luís S.A), subsidiária da empresa nacional da área de engenharia WTorre, a francesa Lyon Capital e a chinesa China Communications Construction Company (CCCC) (ARCANGELI, 2020, p. 21).

Com apoio efetivo do Estado, o projeto compõe a ampliação do corredor de exportações da região centro norte. Para tanto, famílias moradoras da comunidade Cajueiro têm sido expulsas e as que resistem sofrem constantes ameaças e perseguições.

Outro exemplo é a exploração de ouro em Godofredo Viana, onde a mineradora Aurizona, uma subsidiária da empresa canadense Equinox Gold, no processo de exploração aurícola, tem causado danos socioambientais. Em março de 2021, deixou romper sua barragem de rejeitos, provocando consequências de toda ordem para as populações da região. Como prática comum deste tipo de empresa, a desreponsabilização e remetimento ao Estado da recuperação dos danos. Ou seja, há aí, efetivamente, a privatização das riquezas e a socialização dos prejuízos.

Dentre as consequências dessa expansão do capital internacional no estado, encontra-se o agravamento dos conflitos rurais e urbanos, os quais têm contribuído de forma marcante para a precariedade das condições de vida das famílias pobres do estado. Nesse contexto, muitas famílias, principalmente do campo, têm buscado na migração alternativa para sua reprodução social.

Importante destacar que tais iniciativas do capital resultam do contexto político em que vivia o estado desde o momento que o governo estadual assumiu a articulação imprescindível para a garantia dos interesses dos latifundiários. Um exemplo foi a Lei nº 2.979, de 17 de julho de 1969, conhecida como Lei de Terras do Maranhão, a qual abriu “as portas do estado para os grandes grileiros, tumultuando o processo de regularização fundiária e provocando êxodo rural e violência no campo” (VIAS DE FATO, 2011). Tal Lei corroborou com políticas desenvolvimentistas que estimularam grandes projetos agropecuários, os quais intensificaram os conflitos no estado, em especial na região da Amazônia Oriental —região marcada por uma permanente migração de camponeses que fugiam da seca e da cerca do latifúndio do Nordeste provenientes de outras regiões, muitos do próprio Maranhão, onde as disputas pela terra já tinham sido consolidadas pelo capital latifundista.

Na Amazônia Oriental maranhense, especificamente na região do Alto Turi, o governo iniciou em 1971 um Programa de Colonização que tinha como meta atender um milhão de pessoas numa área de 3 milhões de hectares. As famílias beneficiadas com o programa eram provenientes tanto do estado quanto do Nordeste em geral. No entanto, “com apenas dois anos após a sua implantação, o programa foi considerado um fracasso”, e, “caracterizando o gradual abandono do projeto, a SUDENE tinha assentado até 1972 apenas 844 famílias na área” (JATOBÁ, 2021, p. 626).

Com o fracasso desse projeto de colonização, as terras foram sendo ocupadas de forma a intensificar a sua concentração na região. Sendo assim, esse período de colonização oficial estimulou a migração de grandes contingentes populacionais de vários estados do Nordeste para aquela região. Enquanto isso, os setores empresariais agropecuários continuavam especulando com as terras, contando para isso com o apoio e incentivo do governo federal, o que era feito através da Superintendência para o Desenvolvimento da Amazônia – SUDAM e da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE (FEITOSA, 1998).

Tal processo colocou o Maranhão na rota da fronteira agrícola da Amazônia. Muitas empresas de capital internacional foram estimuladas pelo Estado a ocupar “espaços vazios” na Amazônia, através do discurso do desenvolvimento para a região. Nessa perspectiva, o Maranhão cumpria um papel importante em três frentes: como área de passagem para outros estados para a migração rumo à Amazônia; como exportador de força de trabalho

para a composição do exército industrial de reserva para a industrialização formada no Centro-Sul do país; e como fornecedor, ele também, de migrantes para a região Centro-Norte, para as áreas de fronteira agrícola.

Esse processo iniciado no estado, na década de 1960, vai impulsionar a valorização das terras, estimulando a grilagem por latifundiários e por empresas agropecuárias, expulsando os camponeses para a cidade ou fazendo-os adentrar cada vez mais rumo às “bandeiras verdes”⁷ do estado, em busca de terras devolutas. Tal fenômeno se intensificou com a chegada dos grandes projetos trazidos pelo capital para a região amazônica. Foram projetos como: o Programa Grande Carajás, a construção da hidrelétrica de Tucuruí, o Consórcio *Alcoa-Billington* — aqui denominado Consórcio Alumina/Alcoa —, e a construção dos portos Itaqui e da Ponta da Madeira. A consolidação desses grandes projetos, que prometiam o desenvolvimento para o estado, se confirmou como mais um engodo político do Estado e do capital para utilizar a extensa matéria-prima da região, levando toda a riqueza extraída e deixando as mazelas sociais ao longo dos municípios por onde esses projetos se instalaram (FEITOSA, 1988).

Associado a este complexo industrial, também foram implementados grandes projetos agropecuários compostos pela produção da soja, do eucalipto, do bambu e da cana-de-açúcar, assim como a pecuária extensiva e a piscicultura. Todos estes projetos tinham em comum o fato de constituírem-se em agentes de expulsão das comunidades afetadas, provocando invariavelmente um conjunto de mazelas no campo, intensificando o processo migratório já existente. Importante demarcar também os impactos desses projetos em vários aspectos como no meio ambiente e as comunidades camponesas em todas as regiões do estado.

Assim como aconteceu em escala nacional, as forças sociais no estado do Maranhão buscaram formas para fortalecer a luta e enfrentar as constantes ameaças aos povos do campo. Para isso, desde a década de 1980, o MST –Maranhão vem se territorializando no estado, contribuindo para o fortalecimento da luta pela terra e pela reforma agrária. Nesse sentido, outras organizações e entidades assumem as bandeiras desta luta, como: a Comissão Pastoral da Terra (CPT), Associação em áreas de Assentamentos no Estado do Maranhão (ASSEMA), Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu (MIQCB), Justiça nos Trilhos (JnT), Associação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas do Maranhão (ACONERUQ), Movimentos dos Atingidos pela Base de Alcântara (MAB), Movimento Quilombola do Maranhão (MOQUIBOM) e o Conselho Indigenista Missionário Indigenista (CIMI), compondo, assim, importante articulação política em defesa dos territórios e populações camponesas.

Toda esta dinâmica caracteriza a história da luta pela terra e pela reforma agrária em um contexto de disputa entre o capital e as famílias camponesas. Tal disputa, mediada por contradições e complexidades, encontra na judicialização importante mecanismo estratégico pelos dois polos do conflito.

Em sua trajetória nas regionais, o MST tem se organizado em todas as suas regiões, com a estratégia da ocupação da terra e formação de acampamentos, nos quais, enquanto territórios de disputa sociopolítica, as famílias vivenciam a dinâmica própria dos enredos judiciais. Muitos foram e são os acampamentos judicializados no estado, cada um com suas dinâmicas próprias de organização para enfrentar o conflito inerente à disputa. O acampamento Marielle Franco constitui uma das situações vivenciadas pelas famílias Sem Terra enredadas por processos judicializados, mostrando as evidências contraditórias deste mecanismo, sobre o que será tratado no próximo item.

ACAMPAMENTO MARIELLE FRANCO: A JUDICIALIZAÇÃO DE UM CONFLITO

O acampamento Marielle Franco está localizado no município Itinga do Maranhão, estado do Maranhão, distante 621,3 km da capital São Luís. Compõe o bioma amazônico, fazendo fronteira com o estado do Pará, e tem como referência a cidade Açailândia, importante polo de atividades do capital. Por ser uma cidade de entroncamento da região Centro Norte, pode ser considerada uma das portas da Amazônia e, assim sendo, congrega vários empreendimentos e grupos nacionais e transnacionais, todos relacionados à cadeia do agronegócio.

Esta região é historicamente marcada por conflitos fundiários, que envolvem diretamente famílias camponesas e fazendeiros em uma disputa não somente pela posse da terra, mas sobretudo por território, que engloba todas as dimensões da vida humana e que está ligado diretamente com a pauta ambiental.

Como toda a região em que se localiza, Itinga do Maranhão constitui território de grande concentração fundiária e expansão do agronegócio, portanto território de disputa e conflito. Em termos de produção, segundo dados do IMESC 2018, a região onde está localizado o município de Itinga possui o maior efetivo de rebanho bovino no estado, que concentra 4,2% do rebanho total do estado. Enquanto a produção de origem animal, o leite, por exemplo, apresenta-se como o produto mais representativo do Maranhão, em termos de valor. A região detém a maior produção (39.637 mil litros). Apesar de não ser o mais representativo, o mel apresentou o maior crescimento médio na produção (24,5% ao ano), levando a produção de 28.465 kg em 1998 para 2.261.672 kg em 2018.

As famílias que residem no Acampamento Marielle Franco são trabalhadores e trabalhadoras que viviam nas periferias das cidades do entorno, sendo que algumas já compunham processos de luta pela terra, tendo feito ocupação de terra e sofrido despejos em acampamentos anteriormente na mesma região. Todas as famílias têm em comum a busca por um pedaço de terra para trabalhar e produzir, e assim garantir sua sobrevivência.

Uma das motivações para a ocupação da terra foi a origem duvidosa da propriedade, já que a região é reconhecidamente área de grilagem de terra e há informações informais de que seja área pertencente à União, ou seja, terra pública. Assim, organizadas pelo MST, as dezenas de famílias, após três tentativas, ocuparam a fazenda em 8 de junho de 2018, que passou a ser objeto de disputa entre as famílias Sem Terra e a empresa Viena Siderurgia, que alega possuir a titularidade da propriedade. A área em questão compõe o complexo Horto Florestal Ipê Roxo I e era utilizada pela empresa para a plantação de eucalipto destinado aos fornos das carvoarias na região e para produção de outros derivados.

A ocupação foi organizada pelo MST, mas contou com outras entidades estaduais para o trabalho de base, como o Centro de Defesa da Vida e dos Direitos Humanos Carmen Bascarán - CDVDHCB, Justiça nos Trilhos - JnT e a Congregação dos Combonianos de Açailândia, congregação da igreja católica.

Após o processo de ocupação, as famílias, no sentido de garantir o funcionamento do acampamento, a partir dos princípios político-organizativos do MST, criaram as instâncias: Núcleos de Base - compostos em média por cinco famílias, fazem estudo, discutem as questões do acampamento; Coordenação do acampamento - composta a partir de representações escolhidas pelos NBs, acompanha as questões gerais do acampamento, fazendo a distribuição das tarefas, garantindo seu bom funcionamento; Frentes de Trabalho - responsáveis por questões específicas, como educação, saúde, produção e segurança e a Assembleia do acampamento - onde são feitas as discussões e tomadas as deliberações. E, assim, foram garantindo o funcionamento dinâmico e democrático das tarefas e tomadas de decisões envolvendo todo o coletivo.

Com o passar dos dias, o movimento foi ganhando força e corpo. A escola funcionando em um barracão de lona, a roça coletiva já tinha produção para alimentar as famílias, os processos de formação aconteciam de maneira organizada e direcionada. Mas sempre atentos aos movimentos e iniciativas que a empresa poderia tomar. Tais cuidados justificam-se porque enfrentar o latifúndio exige coragem e determinação, sendo sempre um desafio para as famílias esta luta, em especial nesta região, conhecida pelo alto índice de violência no campo.

Os receios, de fato, se justificavam, pois, dois dias depois da ocupação, um grupo denominado de segurança privada da empresa tentou entrar no acampamento e no dia seguinte, dia 14 de junho, entraram policiais e uma equipe da prefeitura municipal de Itinga para conhecer a situação. Os receios se intensificaram quando as famílias acampadas receberam as primeiras intimações, pois o fazendeiro ajuizou a ação de reintegração de posse com o pedido liminar, na comarca de Itinga do Maranhão.

Precisamente, a Ação de Reintegração/Manutenção de Posse foi ajuizada em 11 de junho de 2018, através do processo nº 634-28.2018.8.10.0093, pela empresa Viena Siderurgia S/A, com decisão liminar a favor da empresa requerente, que foi concedida em 12 de junho de 2018. Logo após, foi expedido mandado de reintegração de posse e o oficial de justiça, ainda no mês de junho de 2018, foi ao acampamento, mas não conseguiu realizar o processo de reintegração, considerando a resistência das famílias e por não reunir aparato policial que lhe garantisse de forma coercitiva a ação.

Logo em seguida, os acampados constituíram um advogado que os representou. No processo, apresentou contestação e um pedido direto para suspensão da liminar, assim como que fossem ouvidos outros sujeitos, pois, como pairavam dúvidas quanto à propriedade e domínio da área, justificou a necessidade de acionar o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), Instituto de Terras do Maranhão (ITERMA), Ministério Público do Estado do Maranhão (MP) e demais entes correlacionados, a fim de se colocarem a respeito do caso. O Juízo local, então, em despacho, determinou a oitiva do INCRA, do ITERMA e da Ouvidoria Agrária do Maranhão, além de oficiar o MP para tomar ciência e apresentar parecer.

No dia 03 de julho de 2018, foi proferida nova decisão que suspendeu o cumprimento da decisão liminar, sendo considerada a necessidade de serem ouvidos órgãos ligados à questão para fins de tomadas de medidas concernentes à área em litígio. Na decisão, em caráter liminar, o Ministério Público, às folhas 106/106v, decidiu pela suspensão da decisão inicial, aduzindo a necessidade de esclarecimentos das questões ventiladas, já que se trata de conflito coletivo pela posse de imóvel e não teria sido devidamente demonstrado nos autos a posse da terra pela empresa.

Em nova apreciação, o juízo local manteve os efeitos da liminar, alegando que se tratava de posse nova, e neste particular dispensou a audiência de mediação antes mesmo de analisar a liminar, o que é muito ruim, considerando que em outros casos semelhantes é possível, neste tipo de audiência, estabelecer um diálogo entre as partes e chegar em um acordo. Justificou sua decisão classificando como “clandestina” a posse dos integrantes do Movimento Sem Terra, e que a desapropriação de terras para a realização da reforma agrária é atribuição exclusiva dos entes estatais, conforme previsão constitucional e legal. Porém, posteriormente, suspendeu o cumprimento da medida liminar expedida.

A suspensão da medida liminar naquele momento estava embasada na justificativa de que existe na área um quantitativo significativo de pessoas envolvidas no litígio, e que precisava antes ser ouvido o INCRA, através de sua Ouvidoria, como também o ITERMA, para mais esclarecimentos, posto serem tais órgãos responsáveis pela reforma agrária

em âmbito nacional e estadual, respectivamente. Como desdobramento da suspensão da liminar, o juízo determinou que fossem notificados os envolvidos, bem como o Ministério Público, a Polícia Militar (PM) e o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente (IBAMA), levando em conta o fato de que a área se encontra em uma reserva legal.

No dia 27 de julho de 2018, os acampados, através de seus advogados, apresentaram Agravo de Instrumento, junto ao Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), em face da decisão liminar do juízo local na comarca de Itinga. O pedido foi julgado pelo Tribunal de Justiça do Maranhão em 21 de fevereiro de 2019, que concluiu pelo indeferimento do pleito e manteve os efeitos da medida liminar, ou seja, a favor da empresa.

A Secretaria de Estado de Direitos Humanos e Participação Popular (SEDIHPOP), que também acompanha os processos judiciais de reintegração de posse, através da Comissão de Prevenção à Violência no Campo e na Cidade⁸ (COECV), fez tentativa de visita ao imóvel, em 20 de junho de 2018. Na ocasião, a Comissão não teve sucesso no intento, tendo sido impedida por segurança privada, condicionando para tal, autorização da empresa Viena Siderurgia. Desta forma, a visita ao acampamento se tornou frustrada.

Mas se na ocasião a SEDIHPOP não conseguiu visitar o acampamento, o fez em 10 de agosto de 2018, efetivando uma vistoria técnica, considerando em seu parecer não ser consolidado o acampamento. Em 15 de abril de 2019 foi realizada nova visita técnica que considerou o Assentamento Marielle Franco como ocupação consolidada.

Como dito anteriormente, a área de ocupação é reivindicada pela empresa Viena Siderurgia, que pertence a um grupo muito conhecido na região por adotar estratégias de grilagem para se apropriar de terras públicas e explorá-las - através da produção de eucalipto e da consequente produção de carvão para alimentar os fornos da empresa - e que adota medidas semelhantes em outras regiões, até mesmo em outros estados da federação.

Durante todo esse processo, a empresa se utilizou de vários instrumentos e estratégias para intimidar e ameaçar as famílias, como a contratação de pistoleiros, chamada por ela de “segurança particular armada”, e fechamento das vias de acesso ao acampamento, com o intuito de dificultar a locomoção de moradores e transeuntes na área, mas também para manter controle sobre a movimentação de pessoas, sabendo assim, quem entra ou sai e suas motivações. Tais mecanismos se se apresentam como demonstração de poder e autoridade, e prova disso foi a não permissão para a visita da SEDIHPOP, que em sua primeira tentativa foi condicionada à autorização da empresa, como já mencionado.

Importante destacar que, em 14 de junho de 2018, houve uma tentativa forçada e ilegal de reintegração de posse, com apoio da polícia local, sem o conhecimento da COECV/SEDIHPOP e sem que fossem adotadas as medidas necessárias em caso de processos de reintegração, conforme garantido pela Lei Estadual nº 10.246/2015 e o Decreto nº 31.048/2015, que tratam dos procedimentos para utilização de força policial nos processos de reintegração de posse.

A ação foi imediatamente denunciada e impedida através da mobilização do MST junto a parceiros locais e isso porque, antes de qualquer processo de reintegração de posse em conflitos judicializados no estado do Maranhão, é preciso que a COECV tenha conhecimento e apresente parecer, através de estudo e relatório com sugestões de providências para mediar os conflitos. E, no caso de não solução, a Comissão encaminha o processo para a Secretaria de Segurança Pública para, então, requerer apoio da força policial. Procedimento esse que não fora adotado no caso do acampamento Marielle Franco.

Após de sucessivas reuniões do MST com a COEVC, no dia 27 de agosto de 2018, a Comissão expediu o ofício nº 396/2018, ao presidente do ITERMA, solicitando

informações acerca do imóvel em conflito. Nesse mesmo sentido, a Superintendência Regional do INCRA/Maranhão (SR 12) determinou, por Ordem de Serviço nº 2511/2018, de 05 de outubro de 2018, levantamento de dados e informações no imóvel em litígio, sendo a vistoria efetivada no período de 18 a 27 de outubro de 2018.

Em janeiro de 2019, o INCRA concluiu o estudo e produziu o relatório “IMÓVEL RURAL – Nº 54000.104182/2018-53”. No texto foi informado que, no acampamento do MST, inserido dentro do imóvel Horto Florestal Ipê Roxo, na matrícula nº 88, propriedade Centro Novo, mantiveram contato com as lideranças do acampamento, que acompanharam a equipe técnica.

Foi constatado durante o estudo do caso que, na verdade, existia, há algum tempo, um processo antigo de desapropriação da área onde se encontra o acampamento Marielle Franco, que foi requerido e formalizado pela Associação dos Pequenos Produtores Rurais do Ipê Roxo II, em 09 de junho de 2015 e da Associação dos Produtores Rurais Unidos pela Fé, em 15 de março de 2018 - entidades representantes dos interesses das famílias Sem Terra. Esses pedidos foram endossados e fortalecidos diante da nova ocupação do imóvel em questão.

O relatório técnico responsável do INCRA informou que foram observados os seguintes aspectos, no processo de vistoria:

Uso da terra, utilização de planta do Cadastro Ambiental Rural-CAR, observação dos aspectos Ambientais, sociais, trabalhistas, de Produtividade do imóvel no período de referência (12 meses anteriores à data da comunicação da realização de Levantamento de Dados e Informações Preliminares), Potencial Agrônomico, Levantamento de Benfeitorias existentes, dentre outros aspectos, todos de acordo com a legislação em vigor (INCRA, 2019, s/p).

Na conclusão do relatório apresentado pelo INCRA, consta que: o imóvel não possui viabilidade técnica, legal e ambiental para a criação de um projeto de assentamento, alegando que o imóvel cumpre a função social com base na Lei 8.620 de 25/02/1993⁹; o imóvel encontra-se invadido e, pela legislação, os imóveis com essa característica ficam proibidos de vistoria nos dois anos seguintes; e que o imóvel possui 80% de floresta secundária e com reserva legal.

Ocorre que, em análise feita pelo MST, foi encontrada uma série de inconsistências no relatório do INCRA, provocando questionamentos e dúvidas sobre o processo. Um dos pontos centrais da incongruência encontrada foi no que se refere à localização da área, que é no município de Itinga do Maranhão, enquanto no relatório apresenta-o como localizado no município Barreirinhas, distante geograficamente quase 760 km de Itinga do Maranhão.

No entanto, existem incongruências nas informações do próprio INCRA, pois, quanto ao tamanho da área, em ofício anexado ao processo jurídico, o INCRA apresenta que

Ocorre que, conforme consta no SIGEF - Sistema de gestão Fundiária, essa empresa certificou o georreferenciamento do imóvel ‘horto florestal Ipê Roxo/ parte 1’, com área de 5.823,8033 há, citando a existência de quatro matrículas para o imóvel, as matrículas nº 88, 86 e 91. Entretanto, na informação 1215393, de 25 de junho de 2018, essa Empresa cita apenas a existência das Matrículas 088 e 091, que juntas totalizam uma área de 748, 1536 ha, o que nos leva a concluir que a demanda apresentada pelo MST pode ter fundamento (INCRA, 2019, s/p).

Como dados divergentes, o relatório indica a área na gleba “Gurupi Ipui II”, e não na gleba pública federal “Fazenda Gurupi”, como consta no ofício. Já sobre o registro das matrículas, segundo informado nas páginas 3 e 79 do relatório de vistoria, a matrícula 88 constaria na folha 1 do livro 2 de registro, porém, na página 75 do mesmo relatório, está informado que a matrícula 88 constaria na folha 88 do livro 2. Com isso, fica evidenciado o registro de informações desconstruídas que dificultam e comprometem a resolução de um conflito de tanta importância para as famílias acampadas.

Ainda no processo de investigação e nas tratativas, várias medidas e procedimentos foram adotados, no sentido de buscar informações e a verdade nos fatos, exigindo esforços e envolvimento de diversos órgãos, instituições e organizações como a Secretaria de Direitos Humanos e Participação Popular – SEDIHPOP, Instituto de Terras do Maranhão – ITERMA, Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, Secretaria de Segurança Pública do Maranhão – SSPMA, Ministério Público do Estado do Maranhão – MPMA, Tribunal de Justiça do Maranhão – TJMA, Cartório de Carutapera, Corregedoria do TJMA e Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST.

No dia 05 de agosto de 2019, o ITERMA expediu ofício ao Cartório de Carutapera solicitando a cadeia dominial do imóvel em pauta. No dia 13 do mesmo mês a COECV informou ITERMA, através do ofício de nº 352/2019, solicitando informações acerca da cadeia dominial do imóvel, considerando que as tratativas com o cartório estavam se dando de maneira lenta. A resposta foi dada ainda nesse mês, dando conta da solicitação feita ao cartório no dia 05 e que até então não obtivera resposta, o que foi reiterado no dia 03 de setembro de 2019, através do ofício de nº 196/2019. O Instituto também se dirigiu ao INCRA sobre o tema, através do ofício nº 420/2019, solicitando parecer sobre a autenticidade do título definitivo do imóvel em questão.

Como até 03 de outubro de 2019, o cartório de Carutapera não havia fornecido as informações solicitadas, o MST levou a situação à COECV, que, pelo ofício nº 425/2019, ao Corregedor Geral do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão, solicitou apoio para obtenção da cadeia dominial do imóvel junto ao cartório em referência. Tal solicitação foi endereçada a esta Corregedoria, por ser responsável pela coordenação dos cartórios.

Em razão do agravamento das tensões devidas à morosidade do processo, a COECV realizou uma reunião em 25 de setembro de 2019, com o objetivo de estabelecer um diálogo entre as partes do conflito: MST e empresa Viena Siderurgia, representada pelo seu advogado. Na ocasião foram feitas considerações no sentido de continuarem as tratativas, na busca de alternativas viáveis, sem prejudicar as famílias e nem a empresa. Neste intervalo de tempo entre setembro de 2019 a fevereiro de 2021, aconteceram algumas reuniões e diálogos, alguns de maneira remota, no sentido de buscar alternativas, e, com o agravamento da pandemia, foi requisitada a suspensão de todas as reintegrações de posse e quaisquer medidas que pudessem gerar aglomeração.

Somente em 12 de fevereiro de 2021, a Corregedoria de Justiça enviou as certidões em que constam a cadeia dominial do imóvel, porém foram expedidas pelo cartório de Carutapera, em 01 de junho de 2020, ou seja, as informações levaram oito meses para ser disponibilizadas aos interessados. Porém, as certidões por si só não respondem sobre a veracidade da cadeia dominial, e, dessa forma, o setor de Direitos Humanos do MST encaminhou o ofício de nº 015/2021, direcionado à COECV solicitando que adote medidas junto aos órgãos competentes para realizar perícia técnica nos documentos.

Neste momento, o processo encontra-se “parado”, com a retórica do agravamento da pandemia, justificado pelas restrições sanitárias que orientam pela redução do trabalho

presencial e indicam o trabalho na modalidade remota, ou o teletrabalho - o que resulta em prejuízo para as tratativas e os encaminhamentos, enquanto as famílias permanecem na área produzindo alimentos e se auto organizando. Assim, a disputa judicial continua, com tendência de um longo caminho a ser percorrido.

CONSIDERAÇÕES

A questão agrária no Brasil constitui uma das questões irresolutas na história do país. Sua irresolutividade implica profundas e graves consequências para o conjunto da sociedade, em especial, para as famílias camponesas, que têm na terra sua principal fonte de renda, sendo a terra central para seu modo de vida.

O campo se configura território permanente de disputa desde 1850, quando a terra se tornou propriedade privada, mercadoria para o capital. Desde então, do conflito direto entre o latifúndio e o campesinato têm sido desencadeadas particularidades importantes, devidas à caracterização geral de confronto, que envolvem a dinâmica das conflitualidades agrárias.

Por conta disso, a violência, a perseguição e a morte no campo brasileiro têm sido presentes em nossa história. As práticas de controle da terra são algo em comum entre o “velho” latifúndio e o atual latifúndio reconfigurado de agronegócio.

No último período, o agronegócio tem se fortalecido como principal expoente do capital no campo, valendo-se do discurso da modernidade e sustentabilidade, no sentido de ganhar a opinião pública brasileira. Entretanto, no cotidiano do campo brasileiro, existe a repetida prática da grilagem, violência, desmatamento e o aumento constante do uso de agrotóxicos, usados em nome do desenvolvimento, mas trazendo impactos à natureza e à sociedade.

Às famílias camponesas não resta outra opção a não ser a organização da resistência, através dos acampamentos na beira das estradas, pelas ocupações de terras, defesas dos territórios quilombolas, indígenas e comunidades tradicionais. Neste sentido, a luta pela terra se materializa por ações organizadas pelas populações e territórios camponeses de enfrentamento ao latifúndio, ou melhor ao capital.

A judicialização da luta pela terra tem constituído importante estratégia usada pelas partes contrárias nos conflitos fundiários. Sendo, nos últimos tempos, também usada pelos camponeses sem terra para tentar garantir o direito básico à terra. As organizações que atuam no campo da luta pela terra precisaram adotar tal mecanismo, posto que os órgãos da reforma agrária têm sido sistematicamente sucateados, com redução cada vez maior dos recursos para efetivação das políticas públicas relacionadas - ou seja, com o avanço das políticas neoliberais e o avanço do conservadorismo na política, há o desmonte da reforma agrária.

O MST, com a organização do acampamento Mariele Franco, no município Itinga do Maranhão, tem sido um exemplo deste mecanismo. A judicialização tem sido um de seus instrumentos de luta e resistência, constituindo elemento importante na defesa das famílias sem-terra, denunciando a grilagem da terra, a ameaça de milícias particulares, os pistoleiros, que se configuram como um dos principais perigos para as lutas naquela região, e também o uso da força do Estado, que por vezes age de forma ilegal.

Assim, apesar da judicialização ter sido iniciada pelo suposto proprietária da área, como estratégia, o acampamento tem provocado as várias instituições do Estado que tratam da questão agrária e da reforma agrária, no sentido de pautar o caso. Destaque à COECV, como Comissão da Secretaria de Direitos Humanos e Participação Popular - SEDIHPOP, que tem acompanhado o caso na sua dimensão de direito humano.

Além disso, o Movimento tem articulado outras organizações e movimentos sociais, no sentido de fortalecimento da luta como um todo, mas também evidenciando a solidariedade intraclasse como essencial na luta de classes no campo. Organizações locais e estaduais acompanham e fortalecem o processo, tanto em momento de ações diretas como fazendo denúncias e campanhas em torno do processo judicial. Ainda em termos de articulação, têm sido feitas denúncias em situações específicas do caso, através de grupos de comunicação, tanto em redes televisivas quanto por mídias sociais.

No que se refere às relações com a sociedade, o acampamento tem organizado feiras para a comercialização da sua produção. Neste caso, com apoio da prefeitura municipal, oferecem seus produtos em feira semanal, mostrando assim a importância e necessidade da reforma agrária e recebendo o apoio popular.

Por outro lado, fica evidenciado o quanto a judicialização da luta pela terra apresenta limites e desafios para o conjunto das famílias, o que é observado pela morosidade de providências institucionais, incongruências periciais e, no contexto da pandemia, a estagnação processual, com a retórica dos cuidados sanitários, desculpa que não tem sido usada para evitar os conflitos e violências, uma vez que têm ocorrido situações de despejo e de avanço do capital no campo.

Tudo isto, no entanto, não altera a determinação da luta e da resistência das populações camponesas que sabem ser a luta condição *sine qua non* para a conquista da terra e de condições dignas de vida no campo.

NOTAS

4 Trata-se o campesinato como conceito chave para o debate das relações no campo. Partimos da ideia de Marques (2008), para quem a diversidade dos grupos e populações não nega a especificidade camponesa. Destaca ainda, nesta diversidade, as estratégias e mecanismos próprios de cada grupo no enfrentamento às investidas do capital, materiais e ideológicas, de “descampesinamento”.

5 A grilagem constituiu prática muito comum no estado do Maranhão, principalmente a partir da segunda metade do século XX, com o processo de expansão da pecuária, o qual foi acompanhado pela valorização das terras no estado, processo este que compunha a chamada modernização do campo ou intensificação do capital no campo. A grilagem, assim, está diretamente associada ao sistema da concentração fundiária no estado e tem como método a falsificação de documentos que são reconhecidos por cartórios. É importante lembrar que o Estado encontra-se diretamente presente no processo de grilagem de terras no Maranhão, tanto com o reconhecimento legal das falcatruas, quanto através da garantia da posse da terra pelo pseudoproprietário, inclusive com uso de forças coercitivas, como o aparato policial do Estado, ou seja, a grilagem no Maranhão não constitui-se só com a violência dos pistoleiros contratados pelos grileiros, mas também e essencialmente com a participação do Estado (ASSELIN, 1982).

6 O assassinato do Padre Josimo Tavares aconteceu na sede da Comissão Pastoral da Terra (CPT), na cidade de Imperatriz no estado do Maranhão. Padre Josimo atuava como coordenador desta Pastoral e seu trabalho era mais direcionado às famílias camponesas do estado do Tocantins, região fortemente influenciada pelo contexto da guerrilha do Araguaia e pelos conflitos fundiários de então.

7 Bandeiras Verdes é uma referência à floresta amazônica. Muitos camponeses nordestinos que fugiam da seca e da expropriação do latifúndio procuravam as “bandeiras verdes”,

que seriam as terras em abundância, sem dono, as terras de todos. De acordo com depoimentos de migrantes nordestinos, estes seguiam orientações dadas pelo conhecido padre Cícero, que orientava seus devotos a seguir “rumo ao sol poente”, rumo ao Oeste, pois lá se encontrariam as “bandeiras verdes”. Assim, milhares de nordestinos chegaram à pré-Amazônia maranhense a partir das décadas de 1950 e 1960. Para maiores detalhes, ver o documentário “Bandeiras Verdes”, do cineasta maranhense Murilo Santos.

8 A COECV: A Comissão Estadual de Prevenção à Violência no Campo e na Cidade (COECV), instituída pela Lei Estadual n. 10.246, de 29 de maio de 2015, foi criada com o objetivo de prevenir e reduzir a violência em conflitos fundiários no campo e na cidade, atuando, principalmente, em conflitos de caráter coletivo, que envolvem comunidades já consolidadas. A Comissão foi criada nos moldes da Convenção 169 da OIT, da Lei Federal nº 8.629/1993, dos Decretos Federais nº 4.887/2003 e 6.040/2007 e da Lei Estadual nº 9.169/2010. Fonte: <https://sedihpop.ma.gov.br/comissao-estadual-de-prevencao-a-violencia-no-campo-e-na-cidade/>

9 A Lei 8.620 de 25/02/1993 dispõe sobre a regulamentação dos dispositivos constitucionais relativos à reforma agrária, previstos no Capítulo III, Título VII, da Constituição Federal de 1998. Disponível em <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1993/lei-8629-25-fevereiro-1993-363222-publicacaooriginal-1-pl.html>

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, A. W. B. **Conflitos e lutas dos trabalhadores rurais no Maranhão**. São Luís: CPT, 1982.

ARCANGELI, S. C. **Cajueiro: a luta de uma comunidade pelo direito de existir**. São Paulo: Sudermann, 2020.

ASSELIN, V. **Grilagem: corrupção e violência em terras de Carajás**. Petrópolis: Editora Vozes, 1982.

AZAR, Z. S. **Relações de trabalho e resistência camponesa no desenvolvimento dependente no Maranhão: o assentamento Califórnia como uma expressão**. 2013. Tese (Doutorado em Políticas Públicas) - Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2013.

BINKOWSKI, P. **Análise de conflitos e relações de poder em espaços rurais**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2018. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/180968/001073983.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 08 mar. 2021.

BRITO, J. A. Judicialização. In: CALDART, R. S. (org.). **Dicionário da educação do campo**. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

FEITOSA, R. M. M. **Tendência da economia mundial e ajustes nacionais e regionais**. São Luís: UFMA, 1998.

INCRA. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. **Levantamento de dados e informações no imóvel rural “Horto Florestal Ipê Roxo (parte 1)”** (Nº54000.104182/2018-53) Município: Itinga-MA. São Luís, 2019.

JATOBÁ, J. **Dinâmica demográfica e econômica na pré-amazônia maranhense: a fronteira de recursos e o programa de colonização do Alto Turi**. 2021. Disponível em: <http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/pdf/1978/T78V01A21.pdf>. Acesso em: 05 maio 2021.

MARQUES, M. I. M. Agricultura e campesinato no mundo e no Brasil: um renovado desafio à reflexão teórica. In: PAULINO, E. T.; FABRINI, J. E. (org.). **Campesinato e territórios em disputa**. São Paulo: Expressão Popular: UNESP, 2008.

- MARTINS, J. de S. **Expropriação e violência**: a questão política no campo. São Paulo: Editora Hucitec, 1980.
- MARTINS, J. de S. **Os camponeses e a política no Brasil**: as lutas sociais no campo e seu lugar no processo político. 2. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 1983.
- MORAIS, M. A. F. **O tempo dos trabalhadores nos trilhos do capital**: o processo de aceleração temporal na Companhia Vale do Rio Doce/MA. 2007. Tese (Doutorado em Políticas Públicas) - Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2007.
- NASCIMENTO, M. das G. Migrações nordestinas para a Amazônia. **Revista de Educação, Cultura e Meio Ambiente**, v. 2, n. 12, dez. 1998. Disponível em: http://www.revistapresenca.unir.br/artigos_presenca/12mariadasgracasnascimento_migracoesnordestinasparaamazonia.pdf. Acesso em: 05 abr. 2021.
- OLIVEIRA, B. C. Tempo de travessia, tempo de recriação: os camponeses na caminhada. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 15, n. 43, set./dez. 2001. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142001000300019. Acesso em: 10 abr. 2021.
- PRADO JUNIOR, C. **Formação do Brasil contemporâneo**. 23. ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1999.
- SAWYER, D. Novos rumos da migração para a Amazônia: fronteira agrícola: rasgando terra e lei. **Revista Travessia, São Paulo**: CEM, ano 1, jan./abr. 1989.
- SILVA, M. A. de M. **A luta pela terra**: experiência e memória. São Paulo: UNESP, 2004.
- STÉDILE, J. P. **A questão agrária no Brasil**: o debate tradicional: 1500–1960. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2005.
- VIANNA, L. W. *et al.* (orgs.). **A judicialização da política e das relações sociais no Brasil**. Rio de Janeiro: Revan, 1999.
- VIAS DE FATO. A violência e a impunidade, a culpa e o cinismo. **Jornal Vias de Fato**, São Luís, 22 jun. 2011.

GESTÃO PÚBLICA E O DIREITO À CIDADE NA PERSPECTIVA DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS NO BRASIL

**PUBLIC MANAGEMENT AND THE RIGHT TO THE CITY
IN THE PERSPECTIVE OF ETHNIC-RACIAL RELATIONS IN BRAZIL**

**GESTION PUBLIQUE ET DROIT A LA VILLE DU POINT DE VUE
DES RELATIONS ETHNIQUES-RACIALES AU BRÉSIL**

Rosenverck Estrela Santos¹

Claudimar Alves Durans²

RESUMO: Este artigo, referenciado em pesquisa bibliográfica, busca refletir sobre a gestão pública e o direito à cidade no Brasil, tendo como referência a questão racial. Para tanto, problematizamos como o Estado tem tratado a gestão das cidades no Brasil e como essa ação tem afetado a população negra. Por conta disso, caracterizamos os processos socioeconômicos e a marginalidade da população negra que marcam as cidades brasileiras na contemporaneidade e, por fim, identificamos, destacamos e analisamos as formas que tem assumido a gestão pública do urbano nas últimas décadas e as relações e ações do Estado e do movimento negro na constituição de políticas públicas de promoção da igualdade racial e inserção social da comunidade negra nas cidades.

Palavras-chave: Gestão pública. Direito à cidade. Movimento social negro. Relações étnico-raciais.

ABSTRACT: This article, based on bibliographical research, seeks to reflect on public management and the right to the city in Brazil, with reference to the racial issue. To this end, we problematize how the State has dealt with the management of cities in Brazil and how this action has affected the black population. Finally, we identify, highlight and analyze the forms that urban public management has taken in recent decades and the relations and actions of the State and the black movement in the constitution of public policies for the promotion of racial equality and social insertion of the black community in cities.

1 Professor da Licenciatura em Estudos Africanos e Afro-brasileiros (LIESAFRO) da Universidade Federal do Maranhão UFMA, Mestre em Educação e Doutorando em Políticas Públicas. E-mail: re.santos@ufma.br.

2 Doutoranda em História e Conexões Atlânticas; Mestre em História Social, Professora da educação básica (SEMED São Luís). E-mail: claudimar.durans@ufma.br.

Artigo recebido em março de 2021 e aceito para publicação em maio de 2021.

Keywords: Public management. Right to the city. Black social movement. Ethnic-racial relations.

RÉSUMÉ: Cet article, basé sur une recherche bibliographique, cherche à réfléchir sur la gestion publique et le droit à la ville au Brésil, en se référant à la question raciale. À cette fin, nous problématisons la façon dont l'État a traité la gestion des villes au Brésil et comment cette action a affecté la population noire. Enfin, nous identifions, mettons en évidence et analysons les formes que la gestion publique urbaine a prises au cours des dernières décennies et les relations et actions de l'État et du mouvement noir dans la constitution de politiques publiques pour la promotion de l'égalité raciale et l'insertion sociale de la communauté noire dans les villes.

Mots-clés: Gestion publique. Droit à la ville. Mouvement social noir. Les relations ethno-raciales.

INTRODUÇÃO

No processo de formação do Capitalismo e de sua reprodução, aparecem resultados que se tornam marcas desse sistema, quais sejam: a exploração, a desigualdade social e o pauperismo. Com efeito, no mesmo processo de acumulação e reprodução do capital temos a produção da miséria e das formas de exploração. Marx (2013), em suas análises, evidencia que a formação do Capitalismo e o processo de acumulação de capital têm sua gênese balizada pela violência, desigualdade e muita exploração.

Pobreza, desigualdade e racismo estão absolutamente vinculados ao processo de constituição e reprodução do capital. Essas formas de exploração e opressão constroem-se, a partir do tráfico de escravizados na África, da colonização na América e se sedimenta com a Revolução industrial, após processos de expulsão dos camponeses de suas terras e formação de um exército industrial de reserva, não por acaso, fenômenos históricos essenciais do sistema capitalista. Marx (2013), por isso mesmo, não tinha dúvida ao associar o processo de acumulação primitiva de capital à carnificina da escravização de indígenas e da população negra, do colonialismo, da produção da miséria entre os camponeses e trabalhadores europeus, bem como da exploração do trabalho de mulheres e crianças.

Entendemos, também, na esteira dos autores marxistas que refletem sobre a questão urbana, que os problemas sociais manifestados na cidade são produtos históricos e que tanto o espaço urbano; quanto os problemas urbanos são decorrentes das relações de produção e estrutura de poder da sociedade capitalista. Isso não significa que negligenciamos os aspectos culturais e subjetivos na produção e reprodução do urbano e dos problemas da cidade.

Diante dessas assertivas, pensando a realidade brasileira, constatamos que a constituição do Capitalismo e seus impactos na formação da pobreza e da desigualdade, bem como a questão social, não podem ser analisados sem a conexão nevrálgica das relações de classe e raça.

Pensando a formação da sociedade brasileira, Oliveira (1999, p. 58, grifo nosso) garante que:

[...] é um processo complexo de violência, proibição da fala, mais modernamente privatização do público, interpretado por alguns com a categoria de patrimonialismo, revolução pelo alto, e incompatibilidade radical entre dominação burguesa e democracia; em resumo, de anulação da política, do

dissenso, do desentendimento [...]. É óbvio que **sua base estrutural constituiu-se com o escravismo**, o qual resume todo o anterior.

A promoção de políticas públicas e sua vinculação com as relações étnico-raciais na sociedade capitalista, portanto, devem ser pensadas sob o ponto de vista de sua historicidade. No Brasil, em específico, não se pode pensar a classe trabalhadora, a pobreza e a desigualdade social sem refletir sobre o lugar ocupado pela população negra ao longo da história, principalmente quando por mais de 300 anos essa população foi a principal força de trabalho na formação do país. Por meio da escravização, milhões de africanos e seus descendentes foram trazidos ao Brasil e se constituíram em mão-de-obra de diferentes setores na economia brasileira: agricultura, comércio, artesanato, indústrias, entre outros, bem como se tornaram os principais moradores das periferias e dos espaços segregados das grandes cidades (CUNHA JÚNIOR; RAMOS, 2007; FARIAS *et al.*, 2006; ROLNIK, 1989; MOURA, 1988).

Após a abolição oficial da escravidão em 13 de maio de 1888, essa população foi empurrada, por meio de inúmeros mecanismos, inclusive estatais, à marginalidade, ao subemprego e a diversas formas de exploração e opressão, sobretudo nas cidades. Não obstante, a população negra organizou inúmeras formas de resistência que tem sua referência emblemática, no meio urbano, com a formação do movimento social negro no século XX.

A gestão pública, a partir da intervenção do Estado, no pós-abolição e por quase toda a República até os nossos dias, não apenas assegurou a reprodução da marginalidade e miséria da população negra com medidas objetivas como o encarceramento em massa, a proibição das manifestações culturais e a expulsão das zonas centrais das cidades; como, principalmente, não promoveu políticas públicas com recorte étnico-racial, em virtude do racismo que está entranhado em nossas instituições e mentalidade e, também, do mito da democracia racial que reforça a tese que os problemas étnico-raciais no Brasil são de caráter secundário em relação aos demais fatores sociais e econômicos. Desta forma, ainda prevalece um **racismo institucional**³ que se manifesta de forma indireta nas instituições sociais e formas de gestão pública dissimulando práticas de discriminação sob a luz da igualdade jurídica de direitos.

Por essas razões, nosso objetivo neste artigo é refletir e debater sobre a gestão pública e o direito à cidade na perspectiva étnico-racial, destacando as relações, ações e omissões do Estado e do movimento negro na promoção de políticas públicas que garantam à população negra sua inserção nas cidades de forma a garantir uma existência digna. Sendo assim, caracterizamos a gestão pública do urbano nas cidades contemporâneas e as relações estabelecidas entre o Estado e o movimento negro na constituição de políticas públicas de promoção da igualdade racial que combata a marginalidade endêmica na qual é atingida a população negra no Brasil.

Segundo Giovanni (2017) a gestão envolve algumas dimensões interpenetradas, quais sejam: as dimensões cognitiva, administrativa, de participação e simbólica. Isto implica que para o Estado intervir, por meio da gestão pública, em alguma política social é necessário ter um conhecimento sobre a área que pretende atingir, por exemplo, a partir de pesquisas e saber social produzidos por órgãos como o IPEA, IBGE, entre outros. Essa dimensão do saber tem relação com a capacidade física de intervenção, isto é, um conjunto de condições institucionais, materiais e de recursos humanos que permitem planejamento e execução da gestão num sentido mais contemporâneo, distante dos preceitos técnicos e meramente administrativos. Isso envolve, evidentemente, a participação de diferentes agentes na execução e gestão pública. Ao incorporar as demandas da sociedade, a gestão pública deve ter a capacidade de ouvir a sociedade civil, no sentido de uma gestão democrática. Para

tanto, a dimensão simbólica é fundamental, pois envolve a análise socioantropológica, as ideologias, enfim, os valores envolvidos na constituição da política e da gestão.

Sendo assim, a gestão pública além da capacidade de obter conhecimento técnico, deve estar apto a responder uma multiplicidade de demandas que advém da sociedade civil organizada. Nessa direção, a gestão pública tem uma dimensão política que obriga o gestor a fazer escolhas dentro de um universo de consensos e conflitos postos pela disputa política, envolvendo diversos segmentos da sociedade. Por essa razão, prossegue Giovanni (2017), uma boa gestão se caracteriza pelas práticas administrativas, o planejamento e a capacidade de implementação, mas, sobretudo pela sensibilidade política e social.

No caso das relações étnico-raciais, a gestão pública deve não apenas ter conhecimento sobre o impacto do racismo na desigualdade social brasileira e na configuração do urbano, mas também dos pleitos e questões postas pelo movimento negro. Nesse sentido, será que o Estado – por meio da gestão das cidades – tem pensado as desigualdades étnico-raciais no meio urbano e intervindo no sentido de mitigá-las? A gestão pública tem ouvido o movimento negro e suas demandas quando se trata do direito à cidade? Como tem se estabelecido as relações entre Estado e movimento negro? As políticas públicas para o combate à desigualdade racial executadas pelo Estado se inserem nesse conjunto de condições para uma boa gestão pública, quando pensamos especificamente a questão étnico-racial?

Não pretendemos, neste texto, responder exaustivamente essas questões, mas elencar alguns elementos que demarcam que o Estado, nas últimas décadas, tem buscado contemplar as demandas da população negra e do movimento negro organizado, porém ressaltar que ainda existem muitas *contradições e insuficiências* na gestão pública quando se trata das relações étnico-raciais e o direito à cidade.

GESTÃO PÚBLICA E QUESTÃO RACIAL NAS CIDADES BRASILEIRAS

Essa contradição advém do fato de que se o Estado – nas últimas décadas – *ouviu* as demandas do movimento negro e de outros segmentos organizados no que refere as políticas sociais e o direito à cidade, por outro lado, exerceu sua função primordial de contribuir para a acumulação do capital e favorecimento das classes dominantes. No Brasil, isso ficou bem claro nos últimos governos como podemos perceber na fala de Giovanni (2017, p. 376-377):

[...] em todos os governos pós-redemocratização começou-se a trilhar o que eu chamo de *liberalismo temperado*, no sentido de que a ação do Estado sempre proporcionou e priorizou o desenvolvimento do capital, mas deixou de lado políticas sociais que poderiam ter feito maior integração social, melhor distribuição de renda, igualdade civis, etc.

Como bem destacam Santana e Souza (2012), a gestão quando se trata das cidades tem assumido uma feição empresarial, buscando facilitar a acumulação capitalista e a competição mercadológica. *O planejamento estratégico* das cidades tem servido, na maioria das vezes, para imprimir a marca do mercado na gestão pública.

Na conjuntura atual de domínio da competitividade neoliberal capitalista e domínio das potências imperialistas, a cidade tomou lugar central sob a ótica do planejamento empresarial. A cidade só tem sentido – via planejamento estratégico – se der respostas

eficientes aos desafios da globalização. Por essa via, tem ocorrido *agentrification* do meio urbano, ou seja, um processo de elitização das cidades que promovem exclusões, numa aliança inovadora entre cultura e capital (ARANTES, 2002).

Com efeito, seguindo os argumentos desta autora, surge a *cidade-emprego* com estratégia cultural mercadológica. A cultura e o espetáculo que nos anos 1960 tiveram a cidade como palco e foram utilizados para as manifestações dos direitos civis dos negros, a resistência, os atos contra as guerras, as festas populares; a partir dos anos 1970 tornaram-se formas de espetáculos como controle social. O discurso, entretanto, era de construção de uma *cidade comunidade*, na qual se celebrava a diversidade étnica e a reconstrução urbana. Nas entrelinhas, o que estava em jogo era neutralizar os protestos negros e os movimentos de resistência progressistas, ao mesmo tempo em que buscavam viabilizar investimentos e garantir “*A fabricação de consensos* em torno do crescimento a qualquer preço – a essência mesmo de toda a localização – torna-se a peça chave de uma situação de mobilização competitiva permanente para a batalha de soma zero com as cidades concorrentes” (ARANTES, 2002, p. 27, *italico da autora*).

A cidade devia, nessa direção, ser orientada no sentido da otimização do mercado.

Rentabilidade e patrimônio arquitetônico-cultural se dão as mãos, nesse processo de *revalorização urbana* – sempre, evidentemente, em nome de um alegado civismo (como contestar?...). E para entrar neste universo dos negócios, a senha mais prestigiosa – a que ponto chegamos! (de sofisticação?) – é a Cultura. Essa a nova grife do mundo *fashion*, da sociedade afluente dos altos serviços a que todos aspiram (ARANTES, 2002, p. 31, destaques da autora).

Revitalização, rentabilidade, revalorização, requalificação, entre outras retóricas não conseguem, todavia, encobrir o sentido de domínio e reconquista das cidades pelas classes dominantes. Uma cidade completamente e estrategicamente planejada seria, nesse sentido, uma cidade absolutamente gentrificada. Essa gentrificação⁴ teve sua sustentação numa aliança funcional entre capital, mídia e burocracia pública. Nessa união, a proteção às classes dominantes, a falta de disciplinamento dos especuladores e a cultura como principal mote de negócios tornaram-se características desse *continuum* de dominação urbana.

Para além dos fatores essenciais da constituição de uma cidade – terra, trabalho e capital – continua explicando Arantes (2002, p. 34, *italico da autora*), se fortaleceram mecanismos simbólicos de dominação: a manipulação da linguagem de exclusão e habitação (a estética da cidade); da questão do crescimento e promessa de empregos e, por fim, a combinação de mercado e orgulho cívico. “Pois é esta *simbiose de imagem e produto* que caracteriza a cidade-empresa-cultural [...]”. A cidade negócio – *um pensamento único das cidades* – cria uma imagem de cidade-empresa organizada e eficiente que deve ser replicada nos enclaves da periferia.

Em verdade, o gerenciamento empresarial das cidades modernas cria *enclaves fortificados* (falaremos deles mais a frente) que marginalizam os mais pobres e, no caso da realidade brasileira, fortalecem e reproduzem mecanismos de preconceito e discriminação vinculados à questão étnico-racial. Utilizadas como forma de dominação e/ou resistência a cultura e a etnicidade tornaram-se temas centrais à lógica capitalista contemporânea e de construção de modelos de *cidade negócio* no fim do século XX e primeiras décadas do século XXI.

Bizelli e Alves (2008, p. 281, grifo nosso) deixam claro que:

[...] o planejamento do território urbano, no Brasil, nasceu totalmente subsidiário do planejamento econômico estatal, representando uma ferramenta autoritária, centralizada e tecnocrática de atendimento seletivo das demandas cidadãs. [...], o controle sobre o território foi exercido para expulsar as populações mais pobres para áreas sem condições de habitabilidade. A fotografia de nossas cidades revela a situação descrita. **Seu resultado social é a violência estrutural que envolve o viver na cidade.**

As cidades têm convivido com toda a sorte de problemas – saneamento básico, transporte, habitação, violência, entre outros – que afetam principalmente os habitantes das periferias, favelas e bairros segregados. Conforme Santana e Souza (2012) os próprios moradores dessas áreas empobrecidas acabam sendo culpados pela violência e problemas ambientais das cidades. Além de atingidos brutalmente pelas formas de desigualdade social no meio urbano, ainda são responsabilizados como produtores desses problemas.

E quando pensamos referenciados na questão étnico-racial compreendemos que esses problemas atingem substancialmente a população negra. Essa interpretação é reforçada pela análise de Caldeira (2000, p. 27, grifo nosso), pois, “O medo e a fala do crime não apenas produzem certos tipos de interpretações e explicações, habitualmente simplistas e estereotipadas, **como também organizam a paisagem urbana e o espaço público**”. Isto é, institui não apenas preconceitos e imagens negativas, mas aloca lugares de segregação, colabora para a privatização dos espaços públicos que buscam afastar as pessoas ou grupos considerados indesejados, marginais e transgressores da normalidade. “Essas narrativas e práticas impõem separações, constroem muros, delineiam e encerram espaços, estabelecem distâncias, segregam, diferenciam, impõem proibições, multiplicam regras de exclusão e evitação, e restringem movimentos [...]” (CALDEIRA, 2000, p. 28).

Essas manifestações de preconceito e discriminação que atingem principalmente a população negra ampliam a tensão, em forma de violência, e são marca da forte urbanização das cidades brasileiras que vivem um processo de *descoletivização* (CAIAFA, 1994) onde os espaços públicos são cada vez mais escassos e proibitivos aos segmentos menos abastados e, em seus lugares, erguem-se “**enclaves fortificados**” (CALDEIRA, 2000) como os clubes privativos, *shopping centers*, condomínios fechados, etc. protegidos por aparelhos eletrônicos, vigias armados e outros equipamentos e meios necessários para manter afastadas as classes subalternas. Como problematizam Santana e Souza (2012) é preciso pensar as possibilidades efetivas dos governos em desenvolverem e concretizarem a dimensão pública do direito à cidade.

Quando cotejamos com a perspectiva étnico-racial e as análises de pesquisadores nessa área, compreendemos o quão distante nos encontramos do direito à cidade para os diversos segmentos da sociedade. As cidades brasileiras passam por um processo onde se delineia um padrão de segregação urbana e social marcado pela privatização dos espaços públicos (CALDEIRA, 2000) e, também, da gestão pública das cidades (SANTANA; SOUZA, 2012; ARANTES, 2002; SOUZA, 2015).

Em São Luís do Maranhão, por exemplo, a privatização dos espaços públicos e a proliferação dos “enclaves fortificados” foram percebidas pelos integrantes do movimento hip-hop como podemos averiguar na letra de *rap* do grupo maranhense “Gíria Vermelha”⁵⁵ intitulada “Ninguém nasce bandido” que assim está escrita:

[...] É fácil transformar um anjo em águia mortalha/
Me jogue na miséria, me dê acesso as armas.
Que eu vou sobrevoar teu **feudo eletrocutado**/
Sabotar o teu castelo, legal tudo filmado.
Ninguém nasce bandido eu sou filho do sistema,
Sou fogo então queima, perante mim trema [...].
(grifo nosso).

Essa música considera duas questões fundamentais que estamos problematizando: a segregação urbana e a formação dos “enclaves fortificados”. Nota-se um confronto entre classes sociais espacialmente segregados e que são atingidas de forma diferente, mas combinada pelos problemas da cidade e da gestão pública do meio urbano. Um grupo que não tem nada a perder, pois vive na miséria, e outro grupo que habita num “**feudo eletrocutado**”, ou seja, um território vigiado por câmeras e apartado dos supostos marginais. Há um nítido conflito entre os despossuídos e a elite luxuosamente protegida.

Aqui cabe uma reflexão sobre a violência e o papel que a gestão pública tem exercido nesse aspecto. Alguns autores no Brasil têm proposto pensar a violência nas cidades não apenas como um fenômeno de criminalidade, relacionada a roubos e assassinatos, por exemplo. Estão refletindo sobre a violência em seus múltiplos aspectos, vinculados a questões como segregação urbana, desigualdade social, publicização do medo, ordenamento social, racismo e sua institucionalidade. Neste caso, salientamos o aumento da violência policial, aparelho repressor do Estado, que tem cometido inúmeros atos abusivos e que tem constituído a principal política pública do enfrentamento à violência nas grandes cidades. Ou seja, a gestão pública de combate a violência na cidade tem se manifestado prioritariamente por meio do exercício da força do Estado.

Para se compreender o crescimento da violência, é necessário considerar tanto o colapso das instituições da ordem (polícia, judiciário) [...], quanto da **crecente adoção, tanto por agentes do Estado** quanto por civis, de medidas extralegais e privadas para enfrentar o crime (CALDEIRA, 2000, p. 101, destaque nosso).

No contexto do neoliberalismo, onde se procura mercadorizar todos os setores, a situação tem piorado bastante, pois a ineficiência da gestão pública no urbano tem proporcionado o surgimento e proliferação da segurança privada, substituindo o controle do Estado sobre o monopólio do uso da força.

O resultado tem sido cada vez mais o sucateamento da segurança pública e o aumento dos mecanismos privados de proteção. Num contexto marcado por profundas desigualdades sociais, permeadas por discriminação de raça, a ineficiência na gestão pública do Estado, a violência policial e o aumento das empresas particulares de segurança aprofundam a segregação urbana e social que resultam num maior tensionamento da violência e desigualdades.

Os que se encontram no interior dos **enclaves fortificados**(condomínios fechados, clubes privativos, *shopping centers*, etc.) ao mesmo tempo, que procuram espaços de proteção, também buscam formas de se afastarem daqueles considerados criminosos, especialmente a juventude negra e periférica, e por isso a segregação e a discriminação são revitalizadas. Conforme afirma Caldeira (2000, p. 2004):

Com a difusão da segurança privada, a discriminação contra os pobres pelas forças de ‘segurança’ é dobrada. Por um lado, eles continuam a sofrer os abusos da polícia. Por outro, como os ricos optam por viver, trabalhar e consumir em enclaves fortificados usando os novos serviços de segurança privada para manter os pobres e todos os ‘indesejáveis’ de fora, os pobres tornam-se vítimas das novas formas de vigilância, controle, desrespeito e humilhação. Numa sociedade altamente desigual, a segurança privada irá apenas servir para aprofundar essa desigualdade.

O Estado, que deveria garantir segurança pública e impedir formas de discriminação, tem se afastado dessas questões, principalmente no contexto do neoliberalismo, deixando-a a cargo das empresas privadas e com isso, também, contribui, com suas políticas e gestão ou a ausência delas, para o aumento da violência. Desse modo,

[...] a relação entre Estado e sociedade passa a se refletir na produção do urbano em termos de disputa por território e pela alocação de equipamentos e serviços e se expressa, dentre outros processos, por meio da formação de parcerias público-privadas, da subordinação da política urbana à lógica do mercado imobiliário e da privatização dos serviços públicos (SANTANA; SOUZA, 2012, p. 2001).

Como sugere Berman (2003) – a partir da experiência norte-americana – desde os anos 1960, as grandes cidades do mundo sofreram intervenções em sua paisagem urbana que potencializaram os problemas enfrentados pela parcela da população negra. Conforme este autor, iniciava-se o domínio do “**mundo da via expressa**”, pois, “O dinheiro e a energia foram canalizados para as novas auto-estradas e para o vasto sistema de parques industriais, *shopping centers* e cidades-dormitório que as rodovias estavam inaugurando” (BERMAN, 2003, p. 357). Por outro lado, continua Berman (2003), milhões de pessoas negras e hispânicas que convergiam para as cidades sofreram as consequências dessas mudanças. Desempregadas e extremamente pobres, essas pessoas viviam sem perspectivas e esperança.

Como indicam Santana e Souza (2012) a mudança na função do Estado que se configura a partir dos anos 1970, com a crise do *Welfare state*, pressupõe a constituição de duas balizas, a partir de um novo ideário político: a relação custo/benefício da gestão estatal e o aumento crescente das demandas por gestão democrática na esfera pública. Nesses casos, no primeiro aspecto existe o compromisso da gestão pública com a racionalidade técnica, a noção fiscalista e a transferência das funções estatais para outros segmentos da sociedade, como acabamos de analisar, parágrafos acima, quando se trata da violência e segurança pública nas cidades e, no segundo aspecto, a gestão pública se depara com a necessidade de introduzir formas de gestão democrática que incorpore as demandas dos grupos organizados e quebre a rigidez burocrática. Isso evidentemente não se faz sem contradições, tentativas de cooptação e abandono das funções públicas do Estado. Para reforçar essa análise, dizem Santana e Souza (2012, p. 205):

No governo das cidades brasileiras, simultaneamente segregadas, segmentadas, polarizadas, violentas e poluídas, confrontam-se modos de apropriação, domínio e usos do espaço mediante lutas, disputas e negociações, incluindo-se as que propõem o direito à urbanidade, à justiça ambiental e à vida em cidades sustentáveis.

Com efeito, como refletem autoras, as ações da gestão pública para o urbano têm sido ineficientes em garantir a sustentabilidade e a dimensão pública das cidades.

O DIREITO À CIDADE, O MOVIMENTO NEGRO E A PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL NO BRASIL

O direito à cidade, para as classes subalternizadas, em especial a população negra encontra-se francamente fragilizada, pois tem prevalecido um tipo de cidade marcada pela competitividade e mercado. E isso não é qualquer coisa, pois como demonstram Bizelli e Alves (2008, p. 2 ipea 53) “A vida humana desenvolve-se na Cidade: fenômeno, ícone e fotografia da sociedade capitalista industrial e pós-industrial que estamos criando”. Portanto, uma sociedade democrática passa pelo direito à cidade com todas as suas grandezas materiais e culturais, envolvendo não apenas as relações produtivas, mas os saberes, a religiosidade e outras manifestações da cultura. É possível assim, compreender a sociedade brasileira a partir do entendimento da gestão pública no sentido da intervenção e regulação do território urbano que se materializou ao longo da história por meio do planejamento estatal, do planejamento urbano e do planejamento estratégico participativo.

Desde a Era Vargas (já no início dos anos 1930), com diferentes especificidades históricas e de acordo com a conjuntura, dizem estes autores, que podemos delinear com mais clareza as relações entre planejamento, construção do Estado, intervenção no território urbano e políticas sociais. Evidencia-se que este processo acaba resultando numa política urbana, principalmente durante o regime militar, fortemente marcada pela segregação espacial e social.

Souza (2015) destaca a amplitude de nossos problemas urbanos e enfatiza a deficiência da justiça social na cidade. O Planejamento urbano de viés conservador busca adaptar a cidade ao capitalismo industrial e isso resulta numa gestão da cidade que se acomoda aos interesses do mercado. O *planejamento de facilitação* – que os neoliberais na era pós-fordista preferem chamar de *gestão*, como observa o autor, dando um caráter mais imediatista ao planejamento urbano – representaria uma etapa da *mercadofilia*, ou seja, um planejamento que não apenas se adapta ao mercado, mas que o incentiva, oferecendo vantagens que vão desde isenções tributárias a concessão de terrenos.

Em outro sentido, a Constituição de 1988 buscará quebrar um pouco a concentração de poderes e o modelo hierarquizado de conceber o território urbano, na proporção que traz como prerrogativa a participação popular na elaboração dos Planos diretores que buscaram ordenar e controlar o território e a propriedade no meio urbano. A luta dos movimentos sociais que tinham como foco garantir instrumentos de controle e gestão das cidades de forma mais democrática conseguiram com a aprovação do Estatuto das Cidades – Lei n. 10.257/2001) dar um passo importante nessa discussão.

Diversos autores têm se debruçado sobre a importância e os limites deste Estatuto na garantia efetiva do direito à cidade. Rolnik (2001), por exemplo, diz que o Estatuto, a par de suas contradições, oferece às cidades um conjunto *inovador* de instrumentos de intervenção sobre seus *territórios*, além de uma nova concepção de planejamento e gestão urbanos. As inovações podem ser resumidas nos seguintes pontos: proporciona novos instrumentos de natureza urbanística que induzem as formas de uso e ocupação do solo; garante uma nova estratégia de gestão democrática (participação direta) e amplia as possibilidades de regularização das posses urbanas.

Além disso, destacam outros autores⁶ a lei foi construída com base nas experiências de política urbana, habitacional, regularização fundiária e participação popular empreendidas durante a década de 1990 nas cidades brasileiras; o Estatuto garante os instrumentos para o poder público enfrentar os problemas de desigualdade social e territorial no meio urbano; pretende garantir o direito às cidades sustentáveis, gestão democrática da cidade, retenção da especulação imobiliária, regularização fundiária e propriedade urbana atenta a sua função social. Em certo sentido, representou um avanço com relação à política urbana desde a constituição de 1988, na medida em que regulamentou e complementou esta constituição. O Estatuto ainda teria a possibilidade de aproximar a sociedade civil das discussões sobre desenvolvimento urbano e da realidade do município, bem como representa um processo de consolidação do *direito à cidade* em forma de lei.

Entretanto, apesar dos avanços, o Estatuto também foi objeto de considerações críticas, pois como diz Guimarães (2015) existe um descompasso entre a sofisticação jurídica do estatuto da cidade e a realidade concreta, no sentido de que há uma contradição entre os objetivos propostos de função social da propriedade e função social da cidade e o direito à propriedade na sociedade capitalista. Villaça (2012, p. 3) reforça essa tese ao afirmar, por exemplo, que

O artigo 2 do Estatuto da Cidade tem nada menos que 16 itens que procuram definir o que se entende por “função social da cidade e da propriedade urbana”. Trata-se de um conceito fundamental e, por isso, deveria ser tratado na Constituição. Essa longa listagem, além de se assemelhar a um mau compêndio de urbanismo, contém diretrizes gerais inúteis, abstratas, acadêmicas e que não guardam qualquer relação com a nossa realidade social. É um bom exemplo do detalhamento falso, perigoso e ilusoriamente necessário

Em relação aos limites do Estatuto da cidade, Vainer (2011) afirma que existe uma contradição entre o postulado no Estatuto da cidade e a nova concepção de cidade e de planejamento urbano – o que ele chama de *cidade de exceção* – que se materializa nos planejamentos estratégicos das cidades e que configuram uma cidade de negócios, cidade-empresa pautados na flexibilização e eficiência empresarial. Portanto, a negação da cidade enquanto espaço de política.

Nessas contradições do Estatuto da Cidade e da política de gestão pública das cidades fica evidente, conforme caracteriza Amanajás e Klug (2018, p. 30, grifo nosso) que:

No Brasil, o reconhecimento legal e institucional do direito à cidade contrasta com a realidade urbana cotidiana de negação de direitos; em especial, aos “invisíveis” ao processo de planejamento e produção do espaço urbano. **Fatores como gênero, raça, idade, etnicidade e renda distribuem desigualmente os ônus e os benefícios da urbanização entre os indivíduos no território**

Nesse sentido, na contemporaneidade o debate em torno do direito à cidade deve incorporar as opressões de raça, gênero e sexualidade. Porém, não existe no Estatuto da Cidade (BRASIL, 2008) um tratamento sobre essas questões. O Estatuto trata a cidade como se fosse um espaço de vivências homogêneas onde as relações étnico-raciais, o racismo e a discriminação não alocassem espaços diferenciados e desiguais.

O Estatuto da cidade, em verdade, faz parte de uma trajetória histórica no qual o direito à cidade e a gestão democrática tem sido colocados como pontos nevrálgicos para se viver com justiça social nas grandes metrópoles e aglomerados urbanos. Como destacam Cerqueira, Marques e Zinet (2017, p. 01):

Há 50 anos, Henri Lefebvre utilizava pela primeira vez a expressão “direito à cidade”. A intenção não era a ideia de um direito real, mas de uma consigna de luta dos trabalhadores. Ao longo dos anos, o direito à cidade foi se consolidando em cartas, leis, constituições e tratados internacionais, apesar de sempre existir, desde as indagações do autor pioneiro, o debate sobre se esse direito poderia e deveria se institucionalizar. No âmbito da legislação internacional, o direito à cidade se concretiza como parte dos direitos humanos, com destaque para a Carta Mundial pelo Direito à Cidade, firmada no Fórum Social das Américas (Quito, 2004), no Fórum Mundial Urbano (Barcelona, 2004) e no V Fórum Social Mundial (Porto Alegre, 2005) e que define o direito à cidade como “um direito coletivo de todas as pessoas que moram na cidade, a seu usufruto equitativo dentro dos princípios de sustentabilidade, democracia, equidade e justiça social”.

Por essa razão, o debate em torno do direito à cidade deve envolver o acesso hierarquizado e desigual que as classes oprimidas e exploradas vivenciam, como também, o espaço privilegiado de reprodução das opressões que o meio citadino oferece. Por outro lado, é preciso entender que existe uma relação intrínseca os movimentos sociais de combate as opressões e a luta por uma cidade sem preconceitos e discriminações. Isso significa que, se por um lado a cidade é palco de reprodução de formas de dominação e opressão, é também arena para a luta dos movimentos de combate a estas opressões (CERQUEIRA; MARQUES; ZINET, 2017).

Na contemporaneidade, ressalta Iamamoto (2001), a produção e reprodução das desigualdades e da pobreza assumem contornos e expressões diferenciadas, a partir de seus contextos históricos específicos. Dessa forma, a permanência e expansão dos fatores históricos que proporcionaram o surgimento da questão social – pobreza, desigualdade e luta de classes – somam-se a outras expressões oriundas na nova ordem capitalista mundial, marcada pela financeirização e globalização da economia capitalista, mas também das mediações de gênero, relações étnico-raciais e regionais que caracterizam a luta da classe trabalhadora na contemporaneidade. É por essa razão que “Nosso mundo, e nossa vida, vêm sendo moldados pelas tendências conflitantes da globalização e da identidade” (CASTELLS, 1999, p. 17).

A globalização e o neoliberalismo têm fortalecido e ampliado a miséria, a catástrofe ambiental, as desigualdades sociais e étnico-raciais, a violência urbana e diversos tipos de intolerância. Esse contexto histórico, portanto, tem imputado uma série de limites às políticas públicas de modo geral e, especificamente, as que tratam das relações étnico-raciais.

Nesse contexto, temos a intensificação do debate em torno das questões étnico-raciais, especialmente nos centros urbanos. O Brasil vive no limiar do século XXI grandes transformações, nos mais diversos campos, resultando em processos de marginalização e ampliação de práticas racistas e discriminatórias, principalmente, no contexto das contradições desencadeadas pelo processo de globalização. A pauta das relações étnico-raciais assume centralidade e ocupa um importante espaço de debate nas aproximações

entre Estado e movimento negro com o objetivo de formular políticas públicas que superem a universalidade da questão social e apontem, também, para as especificidades e historicidades da condição racial brasileira.

A promoção da igualdade para a população negra, entretanto, só será completa numa articulação entre as demandas de classe e as especificidades da questão racial. Não concebemos a separação entre os problemas de classe e as questões étnico-raciais, pois, estão plenamente articuladas, ou seja, a melhoria das condições de vida da população negra passa necessariamente pelo desenvolvimento social das condições de vida de toda a população brasileira, mas isso só será possível levando em consideração as especificidades da questão étnico-racial.

No entanto, decorrem desse cenário, duas questões centrais: a ampliação das desigualdades sociais e da miséria, por um lado; e, por outro lado, das lutas, organização e resistência da classe trabalhadora no mundo do trabalho, do acesso aos direitos sociais e na afirmação de suas reivindicações da diversidade étnico-racial, de gênero, de cidadania e outras formas específicas que se manifesta a luta da classe trabalhadora.

Não por acaso a luta da população negra contra a desigualdade étnico-racial é uma luta contra as formas de desigualdade social, pois as várias ações e atitudes que foram e são empreendidas, individual ou coletivamente no enfrentamento ao racismo, a discriminação e o preconceito, eram e são também exigência de direitos sociais como educação, saúde, moradia, lazer, entre outros. É por essa razão que as diferentes expressões do movimento negro em suas especificidades têm gênese na luta contra o sistema escravista, mas avança para a contemporaneidade capitalista (MOURA, 1994).

Sendo assim, o movimento negro tem proposto uma série de medidas a fim de garantir o combate às desigualdades raciais no campo da educação, do mercado de trabalho e da cultura, bem como incluir o racismo e a discriminação como critérios para se pensar a democracia e a igualdade. Segundo Gomes (2012, p. 23):

O Movimento Negro é o protagonista central que conseguiu dar maior visibilidade ao racismo e sua dinâmica de apagamento no conjunto da sociedade, ao mito da democracia racial, demandando a implicação do Estado para a efetivação da paridade de direitos sociais.

Nessa direção, em acordo com Jaccoud (2008), entender o conceito de **racismo institucional** é de suma importância para desvelar os meios de produção e reprodução das desigualdades étnico-raciais, em especial na gestão pública, pois existem formas de discriminação que estão para além do indivíduo e agem nas instituições sociais, na burocracia do Estado e nas formas como elas atuam e elencam seus critérios de seleção e oferta de serviços e benefícios.

Em razão dos elementos expostos, as políticas públicas de cunho exclusivamente social passaram a ser questionadas por intelectuais ligados à causa étnico-racial e movimentos sociais negros. Theodoro (2008, p. 177) aponta que:

[...] as políticas de cunho universalista de proteção social e de transferência de renda têm um papel importante na redução da pobreza, mas limitado no combate à desigualdade racial. Só com a adoção de políticas específicas – valorativas, de cotas nas universidades, de combate ao racismo institucional e de ampliação dos espaços para os negros no mercado de trabalho – é que se logrará reverter o quadro de iniquidade racial.

Em razão da mobilização dos movimentos negros, por exemplo, algumas conquistas foram viabilizadas como o artigo 4, inciso VIII, da Constituição de 1988 impondo à República brasileira a promoção do bem social, devendo eliminar discriminações de origem, raça, sexo, idade e outras formas discriminatórias e o artigo 5, inciso XLII, que define a prática de racismo como crime inafiançável e imprescritível.

Em termos de institucionalização da gestão pública no combate a desigualdade racial, foi no governo Lula que se criou a Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPPIR) em 2003 e da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade – SECAD, no ano de 2004. Esses órgãos fazem parte de um amplo debate e pressão do movimento negro no Brasil, bem como das ações do governo brasileiro em consonância com os acordos assinados na III Conferência de Combate Mundial contra o Racismo, a Discriminação Racial, a Xenofobia e todas as formas Correlatas de Discriminação ocorrida no ano de 2001 na cidade de Durban – África do Sul, a denominada Conferência de Durban.

Nesta conferência o Brasil tornou-se signatário da Declaração de Durban que indicava que os países deveriam adotar medidas positivas de combate ao racismo, discriminação racial, xenofobia e intolerância, bem como proporcionar a implementação de políticas públicas de caráter específico visando garantir a participação igualitária dos segmentos populacionais discriminados por conta de sua condição étnico-racial. Dessa forma, as políticas dos Estados signatários deveriam garantir a participação desses grupos nas instituições educacionais, garantir condições de trabalho, participação em partidos políticos, no parlamento e em instituições judiciais e administrativas.

Em 2013, a presidenta Dilma Rousseff assinou o Decreto no 8.136/2013, que regulamentava o Sistema Nacional de Promoção da Igualdade Racial (SINAPIR). Em 2010 foi instituída a Lei nº 12.288 criando o Estatuto da Igualdade Racial, outro marco fundamental de acordo com alguns movimentos negros, que garantiria:

[...] a efetivação da igualdade de oportunidades; a defesa dos direitos étnicos individuais, coletivos e difusos; e o combate à discriminação e às demais formas de intolerância étnica. Com isso há um fortalecimento das ações afirmativas com o objetivo de inserir de forma igualitária a população negra na sociedade brasileira, somando-se à estrutura coordenada dessa política, a Seppir (SILVA, TIBILE, 2012, p. 110).

A aprovação da Lei de Cotas nas Instituições de Ensino Superior (Lei 12.711/12) e a Lei de Cotas para negros em Concurso Público Federal (Lei 12.990/14) fazem parte desse bojo de ações do governo federal que visam empreender uma política de promoção da igualdade racial e são consideradas por muitos intelectuais e entidades vinculados a diversos movimentos negros como fundamentais na direção dessa igualdade.

Entretanto, muitas são as dificuldades enfrentadas para a materialização da intervenção do Estado, diante do recorte da temática étnico-racial nas políticas públicas: o caráter residual dessas políticas, com poucos investimentos e fragmentação dos programas e ações; ausência de uma base conceitual para a formulação dos programas e ações que consiste, por parte do Estado, em entender as determinantes do racismo para mudar a mentalidade; a insuficiente interconexão entre as desigualdades étnico-raciais e as desigualdades sociais e o racismo institucional que promove a desigualdade étnico-racial por meio da oferta hierarquizada dos serviços, benefícios e oportunidades (THEODORO, 2008).

Fazendo análise de conjuntura do Brasil e levando em consideração o período entre os anos de 2013 e 2014 o relatório do IPEA (2015) destacou, por exemplo, as inúmeras formas de intensificação do racismo nas cidades que envolveram as medidas de higienização racial e social para a copa do mundo de futebol e as olimpíadas do Rio de Janeiro, com destaque para a questão urbana – a chamada **arquitetura do medo** – da subjetividade paranoica e do racismo institucional que reforçam a segregação social, racial e espacial da população negra em pleno século XXI, como demonstraram os casos de proibição dos rolezinhos⁷, a ocupação de inúmeros morros, favelas e bairros periféricos pelas forças militares nas cidades onde ocorreriam os grandes eventos esportivos, o aumento dos linchamentos, do encarceramento e das mortes produzidas pelas forças Policiais e a intolerância religiosa. Conforme relatório:

Num contexto de arrefecimento dos conflitos raciais, do incremento da exposição pública dos racismos de sempre, o mito da democracia racial se reconfigura em duas direções: de um lado, o crescimento do racismo institucional permite que a ideia de um país onde haja racismo sem racistas ganhe expressão; de outro, os fatos aqui narrados vão na contramão do elogio aparente à participação da raça na construção da sociedade brasileira. Trata-se, na prática, de uma retomada da perspectiva negativa em relação à participação do negro na sociedade, resposta ao avanço marginal da negritude nos espaços antes exclusivos dos brancos. Esta perspectiva desnuda a construção do nacional que se ancora na necessidade de absorver e integrar os negros sem contaminar a imagem de uma nacionalidade ocidental branca [...]. Para tanto, o nacional se serve de políticas de segurança pública e privada que isolam, fragmentam, incriminam e exterminam negros em massa, sob os auspícios da própria lei (IPEA, 2015, p. 445).

Por essa razão, o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA (2015) destacou que a gestão pública, por meio de políticas de promoção étnico-racial no Brasil são sempre de difícil implementação em virtude do aumento do racismo e da intolerância no século XXI.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Historicamente a desigualdade étnico-racial vem sendo elencada com um dos principais fatores que fundamenta a desigualdade social no Brasil. Órgãos e institutos de pesquisa como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos socioeconômicos (Dieese) e o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), além de outros, tem divulgado pesquisas que comprovam a hierarquia social existente entre o segmento branco da população brasileira e os não-brancos, em vários setores dos direitos sociais como trabalho, saúde, educação, moradia, transporte, saneamento básico, etc.

Pensar o direito à cidade e, por conseguinte, a questão social e a pobreza no Brasil não são possíveis sem levar em conta as raízes escravistas e as relações raciais contemporâneas de nossa formação. O Brasil é um país grandioso em natureza e cultura, entretanto, essa riqueza não apenas é insuficientemente distribuída, como também os diferentes grupos são alocados espacialmente, restando a população negra, via de regra, a discriminação e a marginalidade nos centros urbanos.

Se, por um lado, temos a defesa de que é necessário inserir as cidades na competição global capitalista, via plano estratégico, manifestando o interesse hegemônico dos órgãos de dominação – mesmo que o discurso seja de autonomia política – como fizeram Castell e Borja (1996, p. 155) ao sinalizarem que *as cidades devem responder a cinco tipos de objetivos: nova base econômica, infraestrutura urbana, qualidade de vida, integração social e governabilidade* para poderem competir na economia global e garantir o *mínimo* – e, esse conceito não é por acaso – de bem-estar.

Por outro lado, temo outras propostas como a de Sousa (2015) que diz ser necessário *mudar a cidade* por meio de uma modernização que se assente num planejamento urbano crítico, na sustentabilidade ecológica, humanizando as cidades e garantindo a gestão pública do urbano. Para tanto, a presença dos movimentos sociais de diversas matizes (etnicidade, gênero, ecologia, urbanos etc.) e a politização das cidades são elementos importantes. Por essas razões e para uma perspectiva socialmente crítica do planejamento e gestão do urbano, Souza (2015) aponta alguns elementos essenciais: valorização crítica das dimensões política e técnico-científica do planejamento e da gestão; Exame dos instrumentos de que dispõe o planejamento e a gestão urbanos no sentido de reavaliar ou mesmo subverter a finalidade dos mesmos; Crítica da racionalidade instrumental usualmente utilizada para dominar, manipular e cooptar; Reflexão sobre expressões normalmente utilizadas em planejamento como *participação popular e autonomia*; Contextualização do planejamento em termos teóricos trazendo à baila a discussão sobre desenvolvimento (econômico, humano, social, urbano) já que se trata da finalidade, por excelência, do planejamento e gestão urbanos.

No mesmo sentido, Vainer (2001) propõe que a cidade deve ser disputada pela capacidade que ela tem de ser origem e depositaria de mecanismos de poder, apropriação de recurso, afirmação de legitimidades, identidades, valores simbólicos e capacidade de reproduzir a exploração e a dominação capitalista. Pensando numa luta *transescalar* que supere a antinomia local X global, requer como objetivos: a redução das desigualdades e melhoria das condições de vida dos(as) trabalhadores(as); avanço nas formas de organização e luta populares e enfraquecimento das classes dominantes. Tudo isso, deve resultar em uma *revolução urbana permanente*.

Entretanto, como vimos, enquanto os intelectuais, os movimentos sociais e, sobretudo o Estado não reconhecer a existência do racismo entranhado em nossas instituições e no corpo burocrático estatal para tomarem medidas concretas no sentido de combatê-lo, a gestão estatal e as políticas públicas terão ainda pouca efetividade quando pensadas em relação à população negra e o seu direito à cidade.

NOTAS

3 “A concepção institucional significou um importante avanço teórico no que concerne ao estudo das relações raciais. Sob esta perspectiva, o racismo não se resume a comportamentos individuais, mas é tratado como o resultado do funcionamento das instituições [**portanto, da gestão pública**], que passam a atuar em uma dinâmica que confere, ainda que indiretamente, desvantagens e privilégios a partir da raça” (ALMEIDA, 2018, p. 29, a dedução e o destaque são nossos)

4 “[...] gentrificação é uma resposta específica da máquina urbana de crescimento numa conjuntura histórica marcada pela desindustrialização e conseqüente desinvestimento de

áreas urbanas significativas, a terceirização crescente das cidades, a precarização da força de trabalho remanescente e sobretudo a presença desestabilizadora de uma *underclass* fora do mercado” (ARANTES, 2002, p.31)

5 O grupo “Gíria Vermelha” é um grupo de *rap* pertencente ao movimento hip-hop organizado “Quilombo Urbano”. A música “Ninguém nasce bandido” não foi gravada em nenhum CD profissional, mas foi distribuída via CD Demo (Demonstração) e veiculada em rádios comunitárias.

6 SAULE JR (2001); SOUZA (2004)

7 Caracterizou-se pelo passeio de jovens negros e pobres, organizados em grupos, pelos *shoppings centers* das principais cidades brasileiras.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, S. **O que é racismo estrutural?** Belo Horizonte/MG: Letramento, 2018. (Coleção Feminismos Plurais)

AMANAJÁS, R.; KLUG, L. Direito à cidade, cidades para todos e estrutura sociocultural urbana. *In*: COSTA, M. A.; MAGALHÃES, M. T. Q.; FAVARÃO, C. B. (orgs.). **A nova agenda urbana e o Brasil**: insumos para sua construção e desafios a sua implementação. Brasília: Ipea, 2018

ARANTES, O. B. F. Uma estratégia fatal: a cultura nas novas gestões urbanas. *In*: ARANTES, O.; VAINER, C.; MARICATO, E. **A cidade do pensamento único**: desmanchando consensos. 3. ed. Petrópolis/RJ: Vozes, 2002.

BERMAN, M. **Tudo que é sólido desmancha no ar**: a aventura da modernidade. Tradução de Carlos Felipe Moisés, Ana Maria L. Ioriatti. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

BIZELLI, José Luís; ALVES, José Xaides. PLANEJAMENTO ESTATAL, GESTÃO PARTICIPATIVA E REGULAÇÃO DO TERRITÓRIO URBANO. *In*: GUEDES, Álvaro; FONSECA, Francisco (Orgs). Controle Social da Administração Pública: cenário, avanços e dilemas no Brasil. São Paulo: Cultura Acadêmica; Oficina Municipal; Rio de Janeiro: FGV, 2008.

BRASIL. Senado Federal. **Estatuto da Cidade**. 3. ed. Brasília: Subsecretaria de Edições Técnicas, 2008.

CAIAFA, J. Espaço tempo urbano: cidades, território e conduta. *In*: CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS (org.). **Tecendo saberes**: jornada de pesquisadores em ciências Humanas. Rio de Janeiro: UFRJ, 1994.

CALDEIRA, T. P. do R. **Cidade de muros**: crime, segregação e cidadania em São Paulo. São Paulo: Ed. 34: Edusp, 2000.

CASTELLS, M. **O poder da identidade**. São Paulo: Paz e Terra, 1999. v. 2.

CASTELLS, M.; BORJA, J. As cidades como atores políticos. **Novos Estudos**. São Paulo: Cebrap, n. 45, p. 152-166, 1996.

CERQUEIRA, J. T.; MARQUES, H. D.; ZINET, L. C.. **Direito à cidade e grupos oprimidos**: de quem são as ruas? 2017. Disponível em: <http://www.justificando.com/2017/12/05/direito-cidade-e-grupos-oprimidos-de-quem-sao-as-ruas/>. Acesso em: 20 jan. 2019.

CUNHA JÚNIOR, H.; RAMOS, M. E. R. (orgs.). **Espaço urbano e afrodescendência**: estudo da espacialidade negra urbana para o debate das políticas públicas. Fortaleza: Edições UFC, 2007.

- FARIAS, J. B. *et al.* (orgs.). **Cidades negras: africanos, crioulos e espaços urbanos no Brasil escravista do século XIX**. São Paulo: Alameda Editorial, 2006.
- GIOVANNI, G. Di. Poder político e gestão pública: questões e debates contemporâneos. Entrevista especial concedida a Maria Carmelita Yazbek. **Revista de Políticas Públicas**, v. 21, n. 21, 2017.
- GOMES, N. L. **Práticas pedagógicas de trabalho com relações étnico-raciais na escola na perspectiva da lei nº 10.639/03**. Brasília: MEC: UNESCO, 2012.
- GUIMARAES, M. C. R. Os movimentos sociais e a luta pelo direito à cidade no Brasil contemporâneo. **Serv. Soc.**, São Paulo, n. 124, p. 721-745, dez. 2015. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-66282015000400721&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 15 jan. 2019.
- IAMAMOTO, M. V. A questão social no capitalismo. **Revista Temporalis**. Brasília: APEPSS, ano 2, n. 3, jan./jul. 2001.
- IPEA. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Igualdade Racial. **Políticas Sociais: acompanhamento e análise**, Brasília, n. 23, 2015. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/politicas_sociais/bps_23_14072015.pdf. Acesso em: 15 jan. 2019.
- JACCOUD, L. O combate ao racismo e à desigualdade: o desafio das políticas públicas de promoção da igualdade racial. *In*: THEODORO, M. (org.). **As políticas públicas e a desigualdade racial no Brasil: 120 anos após a abolição**. Brasília: IPEA, 2008.
- MARX, K. **O capital: crítica da economia política: livro I: o processo de produção do capital**. Tradução de Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013.
- MOURA, C. **História do negro brasileiro**. 3. ed. São Paulo: Ática, 1994.
- MOURA, C. **Sociologia do negro brasileiro**. São Paulo, 1988
- OLIVEIRA, F. de. Privatização do Público, destituição da fala e anulação da política: o totalitarismo neoliberal. *In*: OLIVEIRA, F. de; PAOLI, M. C. (orgs.). **Os sentidos da democracia: políticas do dissenso e hegemonia global**. Petrópolis, RJ: Vozes; Brasília: NEDIC, 1999.
- ROLNIK, R. Estatuto da cidade: instrumento para as cidades que sonham crescer com justiça e beleza. *In*: SAULE JÚNIOR, N.; ROLNIK, R. **Estatuto da cidade: novos horizontes para a reforma urbana**. São Paulo, Pólis, 2001. (Cadernos Pólis, 4).
- ROLNIK, R. Territórios negros nas cidades brasileiras: etnicidade e cidade em São Paulo e Rio de Janeiro. **Revista de Estudos Afro-Asiáticos**, Rio de Janeiro: CEAA, Universidade Cândido Mendes, n. 17, p. 1-17, 1989.
- SANTANA, R. N. do N.; SOUSA, S. de M. P. S. Gestão pública e racionalidade administrativa: sobre gestão ambiental urbana no Brasil. **Argumentum**, Vitória/ES, v. 4, n. 2, p. 188-207, jul./dez. 2012.
- SAULE JÚNIOR, N. Estatuto da cidade: instrumento de reforma urbana. *In*: SAULE JÚNIOR, N.; ROLNIK, R. **Estatuto da cidade: novos horizontes para a reforma urbana**. São Paulo: Pólis, 2001. (Cadernos Pólis, 4)
- SILVA, F. J. R. da; TIBILE, J. O movimento negro como agente ativo na construção de políticas de igualdade racial. *In*: RIBEIRO, M. (org.). **As políticas de igualdade racial: reflexões e perspectivas**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2012.
- SOUZA, M. L. de. **A cidade, o seu estatuto e sua gestão democrática**. 2004 Disponível em: www.nuped.geografia.ufrj.br/textos/acidadeoseuestatutogestao.pdf. Acesso em: 18 jan. 2019.

SOUZA, M. L. de. **Mudar a cidade**: uma introdução crítica ao planejamento e gestão urbanos. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2015.

THEODORO, M. À guisa de conclusão: o difícil debate da questão racial e das políticas públicas de combate à desigualdade e à discriminação racial no Brasil. *In*: THEODORO, M. (org.). **As políticas públicas e a desigualdade racial no Brasil**: 120 anos após a abolição. Brasília: IPEA, 2008.

VAINER, C. **Cidade de exceção**: reflexões a partir do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2011. Disponível em: <https://br.boell.org/pt-br/2011/08/10/cidade-de-excecao-reflexoes-partir-do-rio-de-janeiro>. Acesso em: 10 jan. 2019.

VAINER, C. As escalas de poder e o poder das escalas: o que pode o poder local? **Cadernos IPPUR**, Rio de Janeiro: UFRJ/IPPUR, ano 15, n. 2, ago./dez. 2001.

VILLAÇA, F. Estatuto da cidade: para que serve? **Carta Maior**, 2012. Disponível em: <https://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Politica/Estatuto-da-cidade-para-que-serve-%250D%250A/4/26206>. Acesso em: 10 jan. 2019.

O MUNDO DO TRABALHO EM REGIÕES PERIFÉRICAS: REQUALIFICAÇÃO, FLEXIBILIZAÇÃO E PRECARIZAÇÃO NA CADEIA PRODUTIVA DA CELULOSE EM IMPERATRIZ, MARANHÃO, BRASIL

THE WORLD OF WORK IN PERIPHERAL REGIONS: RETRAINING, FLEXIBILITY AND
PREARIOUSNESS IN THE CELLULOSE PRODUCTION CHAIN
IN IMPERATRIZ, MARANHÃO, BRASIL

EL MUNDO DEL TRABAJO EN REGIONES PERIFÉRICAS: RECALIFICACIÓN,
FLEXIBILIZACIÓN Y PRECARIZACIÓN EN LA CADENA PRODUCTIVA
DE LA CELULOSA EN IMPERATRIZ, MARANHÃO, BRASIL

Allison Bezerra Oliveira¹

Daniely Lima Silva²

Maria da Conceição Mesquita Leal³

RESUMO: Discute-se neste artigo o mundo do trabalho em contextos periféricos a partir da dinâmica recente de requalificação, flexibilização e precarização da força de trabalho na cadeia produtiva de celulose na cidade de Imperatriz, Maranhão, mediante implantação da unidade industrial da Suzano Papel e Celulose. Metodologicamente, são utilizadas informações referentes à pesquisa de campo e bases de dados secundários como Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED) e censos do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). Como resultado das discussões apresentadas, em conjunto com a análise dos dados coletados, conclui-se que grandes atores hegemônicos tendem a criar grande massa ociosa de força de trabalho de reserva para atender a seus processos produtivos.

Palavras-chave: Cadeia produtiva de celulose. Força de trabalho. Imperatriz - MA.

ABSTRACT: This article discusses the world of work in peripheral contexts based on the recent dynamics of retraining, flexibilization and casualization of the workforce in the pulp production chain in the city of Imperatriz, Maranhão, through the implementation of the Suzano Pulp and Paper industrial unit. Methodologically, we use information related to field research and secondary databases such as the Brazilian Institute of Geography and

1 Doutor em Geografia. Professor Adjunto da Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão (UEMASUL). E-mail: allisonbze@gmail.com. Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-0320-5661>

2 Graduada em Geografia pela Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão (UEMASUL). E-mail: daniely.slyma@gmail.com. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-1666-9038>

3 Mestranda em Geografia pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB). E-mail: leal.mariamesquita@gmail.com. Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-8633-9440>

Artigo recebido em março de 2021 e aceito para publicação em maio de 2021.

Statistics (IBGE), Annual Social Information (RAIS), General Register of Employees and Unemployed (CAGED) and censuses of the National Institute of Educational Studies and Research Teixeira (INEP). As a result of the discussions presented, together with the analysis of the collected data, it is concluded that large hegemonic actors tend to create large idle mass of reserve labor force to meet their productive processes.

Keywords: Cellulose production chain. Workforce. Imperatriz - MA

RESUMEN: Se discute en este artículo el mundo del trabajo en contextos periféricos a partir de la dinámica reciente de recalificación, flexibilización y precarización de la fuerza de trabajo en la cadena productiva de celulosa en la ciudad de Imperatriz, Maranhão, mediante implantación de la unidad industrial de Suzano Papel y Celulosa. Metodológicamente, se utilizan informaciones referentes a la investigación de campo y bases de datos secundarios como Instituto Brasileño de Geografía y Estadística (IBGE), Relación Anual de Informaciones Sociales (RAIS), Registro General de Empleados y Desempleados (CAGED) y censos del Instituto Nacional de Estudios e Investigaciones Educativas Anísio Teixeira (INEP). Como resultado de las discusiones presentadas, en conjunto con el análisis de los datos recogidos, se concluye que grandes actores hegemónicos tienden a crear gran masa ociosa de fuerza de trabajo de reserva para atender a sus procesos productivos.

Palabras clave: Cadena productiva de celulosa. Fuerza de trabajo. Imperatriz - MA.

INTRODUÇÃO

A crise no modelo fordista de produção desencadeou processos de reestruturação produtiva na atividade industrial. Isso permitiu a evolução do toyotismo e a instauração do regime de acumulação flexível no mundo. Tal regime, que é base de acumulação do capital contemporâneo, tem entre as suas principais características a flexibilização do trabalho e a consequente apropriação da mais-valia.

Paralelamente aos processos de flexibilização da força de trabalho, as atividades industriais de diversos segmentos foram reestruturadas para atender aos processos constantemente reformulados em virtude da concorrência das economias de escala. A indústria de celulose, em específico, seguiu modelos de transformação em sua base produtiva, destacando-se a desconcentração de processos de países ricos em direção a países periféricos.

A lógica das transformações industriais nessa atividade é simples: reiterar o papel de países ricos e pobres no desenvolvimento desigual e combinado. Nesse caso, os mais pobres produzindo *commodities* agrofloretais (pasta de celulose), etapa mais onerosa do processo produtivo; e os mais ricos (compradores) mantendo sua especialização na etapa mais lucrativa e menos onerosa, a produção de papel.

Tais aspectos permitiram a expansão do segmento produtor de pasta de celulose em países periféricos, em especial países da América Latina, e a ampliação do setor no Brasil viu na fronteira agrícola maranhense a estrutura adequada para instauração de nova base industrial. Nesse contexto situa-se a implantação da fábrica da Suzano Papel e Celulose na cidade de Imperatriz, estado do Maranhão.

A força do trabalho é um elemento fundamental no processo produtivo de acumulação. É o principal componente que se flexibiliza e requalifica para apropriação de mais-valia e

reprodução do modelo hegemônico em voga. Neste contexto, discute-se neste artigo o mundo do trabalho em contextos periféricos a partir da dinâmica recente de requalificação, flexibilização e precarização da força de trabalho na cadeia produtiva de celulose na cidade de Imperatriz, Maranhão, mediante implantação da unidade industrial da Suzano Papel e Celulose.

Metodologicamente, além de pesquisa de campo, foram utilizados dados sobre evolução do emprego industrial, surgimento de cursos de qualificação profissional em nível superior e médio/tecnológico, e principais postos de trabalhos na cidade de Imperatriz na última década. Os dados secundários foram coletados principalmente do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED), da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) e do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP).

Além desta introdução e das considerações finais, este trabalho divide-se da seguinte forma: primeiro discute conceitualmente a acumulação flexível e a precarização do trabalho; em seguida aborda o mundo do trabalho no contexto periférico. Na seção seguinte discute a reestruturação produtiva da indústria de papel e celulose no mundo e, por fim, apresenta dados empíricos sobre a requalificação profissional e flexibilização dos trabalhadores na cadeia produtiva de celulose em Imperatriz, Maranhão.

ACUMULAÇÃO FLEXÍVEL E A PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO

Com a crise do fordismo, o toyotismo impulsionou transformações no trabalho industrial de forma que ele viesse a se institucionalizar como um novo modelo de acumulação capitalista. A década de 1980 foi marcada pela intensificação de elementos atuais da produção global: desconcentração produtiva industrial, flexibilidade produtiva, fragmentação de direitos trabalhistas, enfraquecimento do bem-estar social e intensificação do distanciamento entre países no desenvolvimento desigual e combinado. O complexo de organização e reestruturação produtiva dominante aqui expresso é a acumulação flexível (ALVES, 1999; HARVEY, 1992).

O toyotismo é a nova ideologia organizacional do capital nas condições do capitalismo mundial. Implica uma reorganização do trabalho coletivo, que afeta a produção de bens e, conseqüentemente, influência e determina novas modificações no trabalho, como a sucessão de novas (re)qualificações profissionais. O trabalho e a inerente inovação nas formas de apropriação de mais-valia são a base do rompimento desse modelo com o taylorismo e o fordismo.

A nova forma de organização do modelo produtivo tem sido adotada por diversos países e suas transnacionais nos Estados Unidos, Europa, Ásia e América Latina, nos principais setores da indústria e serviços, buscando a racionalização do trabalho, inerente ao taylorismo/fordismo com as novas necessidades de acumulação flexível em seu processo produtivo. Em decorrência do desenvolvimento da produtividade do trabalho, crescem as massas de desempregados do sistema de exploração do capital (BOSI, 1979; CORIAT, 1994; FORRESTER, 1997).

O regime de acumulação flexível se expressa por meio de seus mecanismos de organização. O toyotismo é uma etapa superior da racionalização do trabalho, que dá um salto qualitativo na captura da subjetividade do trabalho pelo capital, pois promove uma racionalização original do trabalho capaz de dar maior eficiência à lógica da flexibilidade. É por isso que o toyotismo tende a exigir, para seu desenvolvimento como uma nova lógica de produção capitalista, novas habilidades de trabalho articulando habilidades cognitivas e comportamentais (ALVES, 1999).

Desta forma, na organização da produção capitalista sob a lógica do toyotismo, o processo de reestruturação produtiva resultou na redução ainda maior do número de trabalhadores no setor secundário e em todos os segmentos produtivos que demandam diretamente trabalho industrial. Como resultado, acentuou-se o desemprego, a informalidade, a precariedade, e novos padrões de requalificação passaram a ser exigidos (ALVES, 1999; ANTUNES, 1995; MORAES NETO, 1989).

Essas transformações estão conectadas aos não tão novos, mas cada vez mais constantes, modelos de competitividade das economias de escala, cujos padrões de produção e acumulação estão fincados sobre limites exponencialmente crescentes, o que demanda novas racionalidades da produção com vista à manutenção não apenas da acumulação, mas da própria sobrevivência das empresas.

Com isso, as indústrias incorporadas nos países centrais passam a ter um novo perfil produtivo e tecnológico, incorporado aos princípios do toyotismo, com quantidade reduzida de novos trabalhadores concentrados, multifuncionais, móveis, e mais qualificados, desenvolvendo habilidades de atuar em ambientes periféricos, com salário e jornada precários.

O mundo do trabalho industrial assumiu uma nova forma, adaptada à nova ordem da acumulação flexível. Torna-se mais complexo, heterogêneo, passa por um processo de diferenciação. Há mudanças na natureza do trabalho industrial que se refletem em uma forte diferenciação de estatutos e salários, explicando a crise sindical na dimensão política. O que está acontecendo é a constituição de um novo modo de existência do trabalho assalariado, que não o elimina como antagonismo estrutural do capitalismo (LOJKINE, 1995; MÉSZAROS, 1993).

Como no passado, ainda há uma divisão do trabalho, agora entre trabalhadores qualificados e demais trabalhadores (precários, temporários, terceirizados). Contudo destaca-se a demanda, cada vez mais intensa e constante, por processos caros de requalificação que se apresentam como condição indispensável para a manutenção do trabalho, mas não para aumentos salariais.

A precariedade do trabalho agora avança, cada vez mais, não apenas sobre trabalhadores mais vulneráveis, mas também sobre aqueles com nível de formação superior, com competências difíceis de se encontrar. A precariedade do trabalho assalariado sob a lógica da acumulação flexível surge em setores modernos da produção capitalista. A precarização atinge trabalhadores assalariados em tempo parcial, temporários ou terceirizados, seja na indústria ou nos serviços da produção do capital. Destacando que, frequentemente, o número de empregos se sobrepõe à qualidade dos novos empregos (GORZ, 1968, 1987).

Desta forma, apenas uma pequena quantidade de trabalhadores, com habilidades de trabalho manual menos especializado, é empregada em tempo integral. Esses trabalhadores assalariados encontram menos oportunidades de carreira e ocupam vagas com alta taxa de rotatividade; são trabalhadores terceirizados com menos segurança no emprego. A tendência dos mercados de trabalho é reduzir o número de trabalhadores centrais e empregar cada vez mais uma força de trabalho que possa ser contratada e desligada facilmente (HARVEY, 2006).

A precariedade do emprego e dos salários é o que caracteriza, de certa forma, a condição de trabalho assalariado nas pequenas unidades produtivas que circulam nas empresas transnacionais. No Japão, por exemplo, parte considerável da classe trabalhadora está vinculada a pequenas empresas terceirizadas e fornecedoras, sem as mesmas vantagens e benefícios que têm os funcionários de grandes empresas (ANTUNES, 1995; MATTOSO, 1995).

O espírito do toyotismo impulsiona novos estilos de acumulação capitalista; a utilização das empresas tornou-se uma estratégia de organização industrial voltada para o controle do trabalho e emprego, adequada à nova época de crise de valorização do capital. É um componente decisivo para o estabelecimento de um novo patamar de flexibilidade do capital em um cenário de crise de valorização e competição global (MORAES NETO, 1989).

Essas transformações se amplificam nos espaços periféricos, onde se encontra a exploração da força de trabalho associada à expropriação de recursos naturais. Sob a lógica da geração de emprego e renda, o global desencadeia mudanças que partem do centro em direção às periferias. Estas, subordinadas aos centros, veem as transformações do trabalho acompanharem o ônus em outras dimensões, como a social e a ambiental.

O MUNDO DO TRABALHO NO CONTEXTO PERIFÉRICO

A crise do fordismo inaugurou uma nova etapa do neoliberalismo econômico, impulsionando transformações expressivas no capitalismo contemporâneo e instaurando, assim, uma nova era da produção flexível. As sucessivas crises e inerentes reestruturações produtivas do capital reorganizaram a força de trabalho, exprimindo um expressivo traço de superficialidade e destrutividade, com elementos que trazem novas formas de valorização do valor e da mais-valia, os quais afetam diretamente o mundo do trabalho (HARVEY, 1992, 2006; MÉSZAROS, 2002).

A mobilidade do capital em direção aos países do terceiro mundo é a principal característica da divisão do trabalho entre centro e periferia. Essa divisão internacional do trabalho potencializa as vantagens técnicas e produtivas de um país, apontando as formas geográficas de inovação, sejam elas naturais ou artificiais, de modo a beneficiar uma produção carregada de intencionalidade, especificações técnicas e menores custos à maneira de ser do modo produtivo dominante. Esse processo separa os países, no que se refere às suas capacidades econômicas e estruturas produtivas tecnológicas, entre ricos (centrais) e pobres (periféricos) (SANTOS, 2005).

Historicamente, a relação centro-periferia constitui a dinâmica pela qual o capitalismo se desenvolve. Esse sistema é composto de contradições entre sociedades e economias centrais e periféricas. Além dos conflitos e disputas de interesses entre países desenvolvidos e emergentes (Norte e Sul), a contradição principal das relações sociais capitalistas reside na oposição entre “capital e trabalho” (LIMA FILHO, 2004).

O estado de subdesenvolvimento periférico relaciona-se inteiramente à expansão das atividades produtivas dos países centrais. Caracteriza-se como estruturas de grande fragilidade financeira, vulnerabilidade externa, intensa fragmentação do trabalho e vigorosas concentrações de riqueza (CARCANHOLO, 2005; SANTOS, 2005).

Nesse contexto, são estabelecidas novas formas de concorrência, nas quais o melhor condicionamento de mão de obra, a qualidade, a inovação e a velocidade de resposta à demanda global tornam-se determinantes para a expansão do trabalho periférico que não interessa aos países ricos. Isso leva a recorrentes readequações profissionais e novas divisões do trabalho de modalidade terceirizada e precária, em virtude da desestruturação produtiva nos países centrais (CARCANHOLO, 2005; POCHMNN, 2014).

As transformações no capital global têm impactado a força de trabalho em nível local, ampliando as precarizações regionais com base em transformações globais que reverberam em contextos periféricos, dando lugar a novas formas de requalificação do trabalho formal (CARCANHOLO, 2005).

O mundo do trabalho subordinado à lógica aqui apresentada entende a classe trabalhadora como a totalidade de assalariados, homens e mulheres, que vendem sua força de trabalho, a única “mercadoria” de que dispõem, em troca de salário (MARX, 2013). Tal classe compreende tanto os trabalhadores do processo de criação de mais-valia e valorização do capital (que transcende as atividades industriais) quanto os trabalhadores improdutivos, que não criam diretamente mais-valia, pois são utilizados como serviço, seja para uso capitalista ou público. Ainda incorpora o trabalhador rural assalariado de regiões agroindustriais, o trabalhador precarizado, o trabalhador moderno intermitente, o trabalhador fabril e de serviços e o trabalhador com vínculo temporário (ANTUNES; ALVES, 2004).

Em países de industrialização periférica, como o Brasil, as reorganizações e reestruturações produtivas foram, em grande parte, impulsionadas pela nova divisão internacional do trabalho, desencadeando desregulamentações e superexploração da força de trabalho dos países pobres pelos países ricos.

Em suma, intensificam-se novos e constantes níveis de subordinação global sobre as localidades, e parte significativa dos processos produtivos onerosos e empregos precários são transferidos aos países pobres. A desregulamentação dos direitos trabalhistas, a flexibilidade, o grande contingente de reserva de força de trabalho, assim como a terceirização e a baixa remuneração, oferecem condição para o deslocamento espacial de processos de reprodução do capital para esses países.

Isso tem provocado expansão da força de trabalho de assalariados no setor de serviços, que incorporou grande parte dos trabalhadores expulsos do setor produtivo industrial. Os novos padrões produtivos desse setor são tecnologicamente mais avançados, readequando a força de trabalho a máquinas e equipamentos informacionais (ALVES, 1999, 2000, 2001).

No Brasil, esse processo se intensificou a partir da década de 1990 e do ano de 2016, com o avanço do neoliberalismo sobre as decisões estatais. Esse segundo momento foi marcado por novas regulamentações e aprovação de projetos de emendas constitucionais que alteraram significativamente a estrutura do trabalho, enfraquecendo as organizações sindicais e os direitos trabalhistas, e flexibilizando as formas de trabalho e de qualificação.

Embora essas transformações tenham sido fincadas sobre o discurso da geração de emprego e renda, elas não resultaram efetivamente no aumento de postos de trabalho formais, pelo contrário, aumentaram o número de brasileiros ociosos, subocupados e informais, contribuindo para consolidar grande reserva de força de trabalho destinada a se mudar e se requalificar em busca de emprego.

Isso tem permitido, especialmente à luz dos processos de terceirização, que empreendimentos industriais de grande ônus espacial (sobretudo na esfera ambiental e do trabalho) expandam suas atividades no Brasil, principalmente atividades vinculadas à agromineroexportação.

REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA DA INDÚSTRIA DE PAPEL E CELULOSE NO MUNDO

A indústria brasileira de celulose compõe-se das empresas que produzem celulose e pasta de alto rendimento. Essa polpa pode ser vendida nos mercados doméstico e externo (sendo chamada de celulose de mercado). A pasta de celulose sob determinantes de comercialização global é classificada como uma *commodity* agroflorestral. A comercialização da pasta de celulose (nesse caso, a polpa é chamada de celulose de

integração) tem como foco principal a indústria de papéis, que faz parte da mesma cadeia produtiva. Essa indústria tem por objetivo, como o próprio nome diz, a fabricação de bens de consumo derivados de papéis (cartões, papelão, embalagens, papéis para escritório, sanitários etc.) (OLIVEIRA, 2019).

Tal atividade industrial tem como característica principal uma estrutura baseada em economia de enclave, ou seja, em um modelo econômico de mercado globalizado no qual as atividades produtivas localizadas em regiões periféricas destinam sua produção quase que essencialmente para a exportação, sem integração com o mercado local. Mediante a sua atividade e o volume de produção, necessita basicamente de dois elementos espaciais fundamentais: terra barata e potencial hidrológico em abundância (OLIVEIRA, 2019).

Esses dois elementos se associam a outros, igualmente relevantes, incorporados de forma sistêmica aos empreendimentos dessa natureza, quais sejam: força de trabalho em abundância, redes de transportes eficientes e incentivos fiscais. Eles se somam às transformações e reestruturações no mundo e no Brasil, que permitiram que essa atividade se expandisse no final do século XX.

Nesse contexto, a atividade industrial celulósica mundial iniciou, a partir da década de 1980, um caminho de mudanças em seus processos organizacionais e produtivos como resultado de transformações em curso em todo o mundo também em outras atividades industriais. Neste contexto, modificaram-se fatores estruturais, como: mudanças nos padrões técnicos e produtivos; fragmentação e terceirização de trabalhadores; enfraquecimento das leis trabalhistas; reorganização profissional e inovações tecnológicas (OLIVEIRA, 2019).

A desindustrialização de países capitalistas como Estados Unidos, Alemanha e Grã-Bretanha deu-se por meio da relocação industrial, característica da acumulação flexível, ou seja, quando indústrias foram instaladas em países do terceiro mundo de industrialização tardia (ALVES, 1999; COUTINHO, 1997).

Onovo modelo de reestruturação produtiva a partir de novos processos de desconcentração de capital, ancorados em uma perspectiva de acumulação flexível, estabelece uma nova relação entre os países dos hemisférios Norte e Sul, reorganizando os setores produtivos, sobretudo o setor industrial de papel e celulose no mundo (OLIVEIRA; LEAL, 2019).

Em meio a essas transformações, países centrais como Suécia, Finlândia, Noruega, Estados Unidos e Canadá, tradicionais fornecedores de celulose, estão descentralizando seus elementos de produção devido a fatores como: mudanças na economia mundial, escassez de florestas, pressões ambientais e alto custo de mão de obra, acentuando, assim, a entrada de capital estrangeiro nos países periféricos (OLIVEIRA; SILVA, 2019).

O processo de reestruturação iniciado no setor está vinculado à acentuação da divisão internacional do trabalho e à especialização produtiva do trabalho pelo uso do território. Nesse cenário, situa-se o trabalhador em bases econômicas estruturadas no padrão baseado no modelo exportador, alicerçado sobre relações macroeconômicas globais baseadas na dependência e no pleno funcionamento de empresas separadas, mas interligadas (OLIVEIRA; LEAL, 2019).

Os países produtivos periféricos – como Brasil, Chile e Índia – representam para os países ricos uma solução para redução de custos produtivos de matéria-prima e mão de obra “especializada” local, mas, principalmente, uma oportunidade de se esquivar de restrições legais relativas à preservação ambiental e exploração da força de trabalho. Assim, vão integrando aos seus processos, de modo progressivo, os países geograficamente mais extensos e de ordem periférica (OLIVEIRA; LEAL, 2019; PERPETUA; KRÖGER; THOMAZ JUNIOR, 2017).

Diante das novas formas de organização de produção/trabalho pós-fordistas e das novas relações entre o setor primário, os países industrializados têm optado por produzir a etapa de maior valor agregado do processo produtivo (produção papelreira manufaturada), destinando aos países periféricos, como o Brasil, a parte mais onerosa do processo, do ponto de vista socioambiental, que é a produção da pasta de celulose (OLIVEIRA, 2019; OLIVEIRA; SILVA, 2019).

Nesse cenário, ao Brasil são destinadas as etapas iniciais do processo produtivo da cadeia de celulose, levando a uma especialização gradativa do território, para exportação de *commodities*, e do próprio trabalho. Destaca-se como forte produtor de árvores de rápido crescimento, apresentando-se como o maior produtor arbóreo-celulósico do mundo. Diante disso, constrói-se no modo de produção capitalista uma relação entre as transformações pelas quais passaram as indústrias de papel e celulose nas últimas quatro décadas, acentuadas pelas disparidades entre centro e periferia, sendo tais transformações cada vez maiores em países retardatários de fronteiras agrícolas (OLIVEIRA; LEAL, 2019; OLIVEIRA; SILVA, 2019).

REQUALIFICAÇÃO PROFSSIONAL E FLEXIBILIZAÇÃO DOS TRABALHADORES NA CADEIA PRODUTIVA DE CELULOSE EM IMPERATRIZ

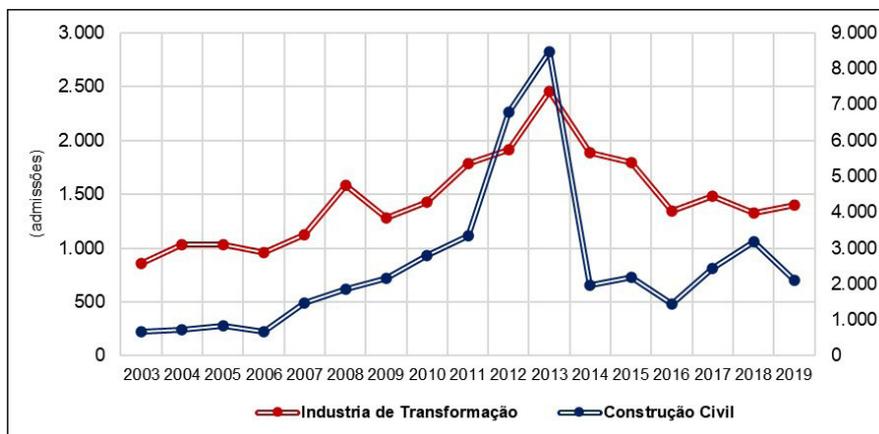
A cadeia produtiva de celulose é composta pela indústria de produção de pasta celulósica (bens de produção) e pela indústria de papel (bens de consumo), que produz derivados a partir da primeira. Compreende uma série de agentes e etapas fabris que vão desde a produção de base plantada (em consonância com a Pesquisa, Desenvolvimento & Inovação nas mudas) até a colheita, o transporte e o beneficiamento para a venda do produto final.

O grande projeto Suzano Papel e Celulose começou a ser implantado em 2008, no município de Imperatriz, estado do Maranhão, com a proposta de ser a maior planta industrial desse segmento no país. A implantação durou até 2013, e no final do mesmo ano a indústria iniciou suas atividades. No Maranhão, a Suzano encontrou elementos necessários para a otimização da produção, como: redes de infraestrutura para escoamento da produção, incentivos fiscais, base plantada, terra barata, oferta de serviços no centro urbano, além de força de trabalho em expressiva quantidade (OLIVEIRA, 2019).

A expressiva reserva de força de trabalho é motivada pelo discurso da geração de emprego e renda, que tem por finalidade atrair – ainda que de forma temporária, precária e terceirizada – grande quantidade de trabalhadores subutilizados, ociosos e/ou desempregados. A construção da unidade fabril na cidade de Imperatriz evidencia essa compreensão, na medida em que se observa um aumento significativo de admissões na indústria de transformação e construção civil entre os anos de 2013 e 2019, conforme o Gráfico 1.

Deste modo, mesmo que de forma rápida, pode-se dizer que há ordem para a força de trabalho envolvida no empreendimento e desordem para a parcela que não conseguiu se inserir no processo. Parte significativa dos trabalhadores não aparecem nesses dados, pois atuam na informalidade para empresas terceirizadas que atuam no processo. Embora o trabalhador execute a obra de determinada empresa, não há vínculo entre ambos, há um estranhamento entre sujeito e objeto.

Gráfico 1. Admissões na indústria de transformação e construção civil (2003-2019).



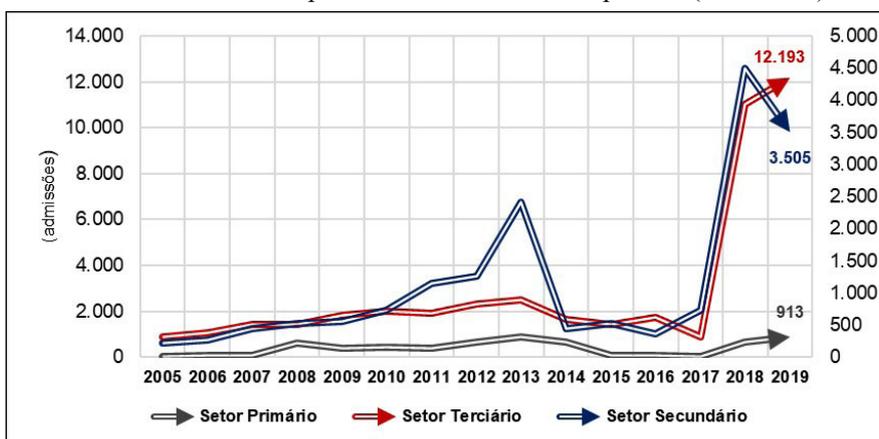
Fonte: Elaborado pelos autores (2021). Dados da RAIS e do CAGED (BRASIL, 2019, 2020b).

O ponto de partida é 2008, processo inicial das obras, que eleva o número de admissões na cidade até o ponto máximo, em 2013, ano da finalização e entrega da obra. Foram cinco anos de intensificação da oferta de trabalho, mas após a conclusão da fábrica, parte expressiva desses trabalhadores, boa parte móvel, migrante de estados vizinhos, retornou à informalidade ou ao desemprego.

Mesmo após a queda nos níveis de admissões, em 2014, os níveis de empregos ainda se mantiveram superiores aos registrados no início da contagem, em 2003. Isso ocorre por dois fatores principais: o primeiro é a implantação da cadeia produtiva de celulose, que demanda trabalhadores do setor industrial de outras empresas envolvidas no segmento, como as prestadoras de serviços ou mesmo terceirizadas; e o segundo se refere à reorganização urbana desencadeada pela especulação imobiliária que acompanhou toda a implantação fabril.

O aumento significativo no emprego industrial em uma economia tradicionalmente baseada no setor terciário (Gráfico 2) eleva o imaginário de grupos de trabalhadores subocupados, desempregados e ociosos, que veem a possibilidade de inserção no mercado formal de emprego.

Gráfico 2. Admissões por setor econômico em Imperatriz (2003-2019).



Fonte: Elaborado pelos autores (2021). Dados da RAIS e do CAGED (BRASIL, 2019, 2020b).

Essas modificações são fortemente amparadas no discurso estatal de empregabilidade e estimulam o avanço cada vez mais crescente do capital privado na oferta de cursos de qualificação formal com vistas a atender ao mercado emergente. Nesta construção política, cria-se a percepção de que haverá empregos para todas as pessoas formadas e qualificadas na área em expansão. Assim cria-se uma nova massa de reserva de força de trabalho qualificada, porém desempregada.

Quadro 1. Cursos de qualificação profissional de nível médio e superior inseridos em Imperatriz.

Nível Médio/Técnico	Nível Superior
Técnico em Segurança do Trabalho	Engenharia Florestal
Técnico em Automação Industrial	Engenharia Civil
Técnico em Eletricista industrial	Engenharia de Produção
Técnico em Meio Ambiente / Técnico florestal	Engenharia Elétrica
Técnico em Eletromecânica	Engenharia Mecânica
Técnico em Operador de máquinas de papel	Engenharia Química
Técnico em Operador de máquinas florestais	Ciência da Computação

Fonte: Elaborado pelos autores (2021). Dados de pesquisa de campo (2019).

No Quadro 1, são apresentados alguns cursos de nível médio/técnico e superior que foram criados por instituições públicas e privadas para atender à demanda em curso. Eles expressam uma reorganização da qualificação da força de trabalho local (Figura 1) para atender a um grande ator hegemônico.



Fonte: Os autores. Pesquisa de campo (2019).

Figura 1. Trabalhadores da cadeia produtiva de celulose.

Há, portanto, um aumento na formação de profissionais, mas não na geração de emprego, o que resulta em um número expressivo de profissionais subutilizados. Isso faz com que haja muito trabalhadores disponíveis para o trabalho precarizado, que podem ser desligados em curtos espaços de tempo. Essa realidade pode ser visualizada ao observar-se que, entre 2012 e 2019, de acordo com dados do Programa de Disseminação das Estatísticas do Trabalho (PDET), através da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) e do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED), em média 85% das novas admissões anuais de profissionais na cadeia produtiva de celulose foram resultantes de demissões ocorridas no mesmo ano.

Essa flexibilização de trabalhadores permite que diante de dados oficiais a cadeia produtiva apareça dentro do quadro analítico com significativo número de contratações, sugerindo expressividade no quadro regional da promoção de novos postos de trabalho, o que, na prática, é mero resultado da utilização da força de trabalho de forma intermitente.

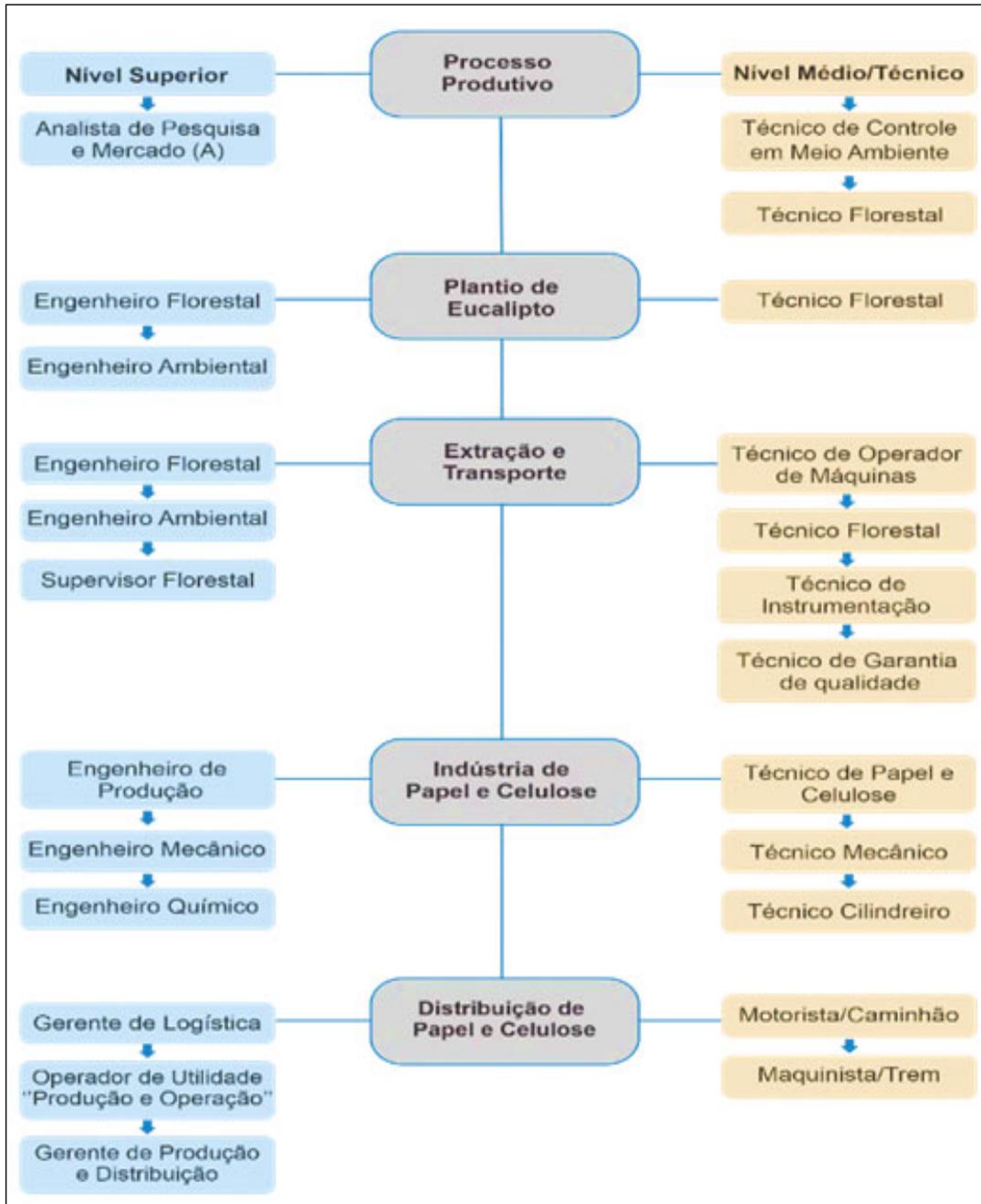
Quando se observa os quatro principais postos de trabalho formais no setor secundário, tanto de nível médio/técnico quanto de nível superior, que tiveram mais admissões e demissões entre os anos de 2012 e 2019, nota-se que em todos os quadros há predominância de trabalhadores na cadeia produtiva de celulose.

Quadro 2. Principais postos de trabalho em admissões e demissões no setor secundário em Imperatriz (2012-2019).

2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019
Nível Médio/Técnico							
Operador de calcinação (tratamento químico e afins)	Cilindreiro na preparação de pasta para fabricação de papel	Técnico em Operador de máquinas de papel	Operador de caldeira	Operador de máquina de fabricar papel e papelão	Alimentador de linha de produção	Alimentador de linha de produção	Operador de rebobinadeira na fabricação de papel e papelão
Operador de branqueamento de pasta para fabricação de papel	Operador de calcinação (tratamento químico afins)	Técnico em Operador de máquinas florestais	Técnico de celulose e papel	Técnico florestal	Operador de rebobinadeira na fabricação de papel e papelão	Operador de máquinas florestais estáticas	Operador de máquinas de beneficiamento de produtos agrícolas
Técnico mecânico	Técnico de manutenção elétrica de máquina	Técnico de papel e celulose	Alimentador de linha de produção	Operador de branqueador de pasta para fabricação e papel	Operador de calcinação (tratamento químico e afins)	Operador de trator florestal	Técnico de Garantia da Qualidade
Operador de caldeira	Operador de máquina de fabricar papel e papelão	Supervisor na área florestal	Operador de máquina de fabricar papel e papelão	Técnico de celulose e papel	Técnico de manutenção elétrica de máquina	Trabalhador de extração florestal em geral	Técnico de Laboratório Industrial
Nível Superior							
Engenheiro Civil	Engenheiro Mecânico	Ciência da Computação	Engenheiro Florestal	Engenheiro de Produção	Engenheiro de Produção	Engenheiro Florestal	Engenheiro Civil
Gerente de Produção e Operações	Engenheiro de Produção	Gerente de Produção e Operações Florestais	Engenheiro Eletricista	Engenheiro Químico (Papel e Celulose)	Engenharia Química	Gerente Financeiro	Engenheiro Florestal
Engenheiro Mecânico	Analista de Pesquisa de Mercado	Supervisor da Área Florestal	Gerente de Projetos e Serviços de Manutenção	Engenheiro Eletricista	Engenheiro Mecânico Industrial	Supervisor de Área Florestal	Engenheiro Mecânico Industrial
Engenheiro de Produção	Contador	Médico do Trabalho	Supervisor da Área Florestal	Engenheiro Mecânico	Gerente de Produção e Operações Florestais	Gerente de Produção e Operações Florestais	Gerente de Produção e Operações

Fonte: Elaborado pelos autores (2021). Dados da RAIS e do CAGED (BRASIL, 2019, 2020b).

A reprodução do capital demanda que uma série de componentes atuem em conexão para que o processo ocorra de forma rápida, atendendo a determinados padrões de acumulação. Mais do que resultado de intermitência, flexibilização e, conseqüentemente, precarização do trabalhador sob a lógica da acumulação flexível, os processos de qualificação profissional, admissão e demissão da força de trabalho de reserva são resultantes de sucessivas tentativas de estabelecimento de processos que permitam que a cadeia produtiva funcione o mais rápido possível e em perfeita harmonia.



Fonte: Elaborado pelos autores (2021).

Figura 2. Cadeia produtiva de papel e celulose e sua relação com os níveis de requalificação da força de trabalho local.

Para viabilizar a reprodução do capital, é necessário que uma série de etapas fabris estejam em consonância com uma série de trabalhadores atuando de forma móvel e fixa sob determinada lógica, assim como exposto na Figura 2. Nesse quadro de reestruturação, as multiplicidades espaciais, em específico a força de trabalho, têm obrigatoriamente que ser inseridas dentro de uma especialização territorial do trabalho que impõe aos trabalhadores de regiões periféricas inúmeros processos de acumulação flexível.

Os elementos apresentados, apontam para uma qualificação do trabalho que permite que todas as demandas da cadeia produtiva de papel e celulose sejam atendidas. Nesse sentido, é pertinente considerar que na cadeia produtiva em questão, que se inicia no plantio de mudas e termina no transporte, existe uma cadeia de trabalho técnico/superior, criada e consolidada para atender a cada uma das etapas do processo produtivo da cadeia de papel e celulose, conforme mostra a Figura 2 acima.

A Figura 2 mostra a cadeia de trabalho desenvolvida em consonância com a cadeia produtiva. Explica o nível específico de cada fase da cadeia de papel e celulose e seu funcionamento no Maranhão. Desta forma, torna-se evidente a importância da requalificação produtiva do trabalho para que os processos industriais funcionem segundo uma lógica própria.

Todo o processo produtivo da cadeia até a distribuição de papel e celulose é realizado em colaboração com técnicos e profissionais de nível superior; o processo é sincronizado em uma estrutura produtiva ininterrupta. E o produto final é transportado para o Porto do Itaqui, na capital São Luís, e comercializado no mercado global.

Essa mudança na dinâmica da qualificação profissional torna a Suzano Papel e Celulose a principal demandante de mão de obra, consolidando o papel da indústria como ator hegemônico que influencia fortemente a força de trabalho local, readaptando-a aos processos de reestruturação produtiva.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A economia do Maranhão, historicamente fincada sobre grandes projetos agromineroexportadores, tem na nova fronteira agrícola (principalmente aquela baseada na soja, na cana-de-açúcar e no eucalipto) um novo estágio de reestruturação produtiva, o qual reproduz os modelos das economias de enclave, oferecendo pouco retorno socioeconômico local ao mesmo tempo em que se apropria fortemente de recursos espaciais com vistas à produção de *commodities* para a exportação.

Sob o discurso da geração de emprego e renda, a força de trabalho é reorganizada, reestruturada e flexibilizada para atender à demanda de um grande ator hegemônico. Esse processo é desenvolvido através da intensificação de cursos de qualificação e formação profissional. Também é **resultado** das políticas neoliberais adotadas no Brasil a partir de 2016, e não apenas contribui para a precariedade e instabilidade do trabalho, mas, sobretudo, para a criação de uma massa de reserva de força de trabalho, que, apesar de qualificada, recebe baixos salários ou está desempregada.

REFERÊNCIAS

- ALVES, G. **Dimensões da globalização**: o capital e suas contradições. Londrina: Práxis, 2001.
ALVES, G. **O novo e precário mundo do trabalho**. São Paulo: Boitempo, 2000.
ALVES, G. **Trabalho e mundialização do capital**: a nova degradação do trabalho na era

- da globalização. 2. ed. Londrina: Práxis, 1999.
- ANTUNES, R. **Adeus ao trabalho?** Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. São Paulo: Editora Cortez, 1995.
- ANTUNES, R; ALVES, G. As mutações no mundo do trabalho na era da mundialização do capital. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 25, n. 87, p. 335-351, maio/ago. 2004.
- BOSI, E. **A condição operária e outros temas sobre a opressão**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP. **Censo da Educação Superior**. [Brasília, DF]: Ministério da Educação, 2020a. Disponível em: <http://www.inep.gov.br>. Acesso em: 24 jan. 2021.
- BRASIL. Ministério do Trabalho. Relação Anual de Informações Sociais - RAIS. **Anuário Estatístico da RAIS**. [Brasília, DF]: Ministério do Trabalho, 2020b. Disponível em: <http://pdet.mte.gov.br/rais>. Acesso em: 18 mar. 2021.
- BRASIL. Ministério da Economia. Cadastro Geral de Empregados e Desempregados – CAGED. **Empregabilidade, profissões e perfis profissionais do emprego no Brasil**. [Brasília, DF]: Ministério do Trabalho, 2019. Disponível em: <http://pdet.mte.gov.br/index.php/caged>. Acesso em: 18 mar. 2021.
- CARCANHOLO, M. D. Dependência e superexploração da força de trabalho no desenvolvimento periférico. *In*: SEMINÁRIO INTERNACIONAL REGGEN, 2005, Rio de Janeiro. **Anais [...]**. Rio de Janeiro: Reggen/Unesco, 2005.
- CORIAT, B. **Pensar pelo avesso: o modelo japonês de trabalho e organização**. Rio de Janeiro: Revan: Editora da UFRJ, 1994.
- COUTINHO, M. C. **Marx: notas sobre a teoria do capital**. São Paulo: Hucitec, 1997.
- FORRESTER, V. **O horror econômico**. São Paulo: Editora da Unesp, 1997.
- GORZ, A. **Adeus ao proletariado: para além do socialismo**. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1987.
- GORZ, A. **Estratégia operária e neocapitalismo**. Rio de Janeiro: Zahar, 1968.
- HARVEY, D. **A condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural**. São Paulo: Edições Loyola, 1992.
- HARVEY, D. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2006.
- LIMA FILHO, D. L. **Dimensões e limites da globalização**. Petrópolis: Vozes, 2004.
- LOJKINE, J. **A revolução informacional**. São Paulo: Editora Cortez, 1995.
- MARX, K. **O Capital: crítica da economia política**. São Paulo: Boitempo, 2013. (Livro 1. O processo de produção do capital).
- MATTOSO, J. **A desordem do trabalho**. Campinas: Editora Scritta, 1995.
- MÉSZÁROS, I. **Filosofia, ideologia e ciência social: ensaios de negação e afirmação**. São Paulo: Editora Ensaio, 1993.
- MÉSZÁROS, I. **Para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2002.
- MORAES NETO, B. **Marx, Taylor, Ford: as forças produtivas em discussão**. São Paulo: Brasiliense, 1989.
- OLIVEIRA, A. B. Indústria de celulose e o avanço da silvicultura do eucalipto na fronteira agrícola da Amazônia maranhense. **Geosul**, Florianópolis, v. 34, n. 71, p. 301-327, abr. 2019.
- OLIVEIRA, A. B.; LEAL, M. C. M. A silvicultura do eucalipto e a especialização do trabalho na cadeia produtiva de celulose no Maranhão. **GeoTextos**, Salvador, v. 15, n. 2, p.87-91, dez. 2019.
- OLIVEIRA, A. B.; SILVA, D. L. A indústria extrativista e o aprofundamento da divisão

internacional do trabalho em regiões periféricas: o caso da Suzano Papel e Celulose no Maranhão. **Geosul**, Florianópolis, v. 34, n. 73, p. 313-332, set./dez. 2019.

PERPETUA, G. M.; KRÖGER, M.; THOMAZ JUNIOR, A. Estratégias de territorialização das corporações agroextrativistas na América Latina: o caso da indústria de celulose no Brasil. **Revista NERA**, Presidente Prudente, ano 20, n. 40, p. 61-87, set./dez. 2017.

POCHMANN, M. A retomada da proteção do trabalho. **Rede Brasil Atual**. [São Paulo], 24 out. 2014. Disponível em: <https://www.redebrasilatual.com.br/blogs/blog-na-rede/2014/10/a-retomada-da-protecao-do-trabalho-9820>. Acesso em: 27 mar. 2021.

SANTOS, M. A divisão social do trabalho como uma nova pista para o estudo da organização espacial e da urbanização nos países subdesenvolvidos. *In*: SANTOS, M. **Da totalidade ao lugar**. São Paulo: Edusp, 2005. p. 55-75.

DE OPORTUNIDADE A ELEFANTE BRANCO: A REFINARIA PREMIUM I DA PETROBRÁS E SEUS IMPACTOS À POPULAÇÃO LOCAL NO ESTADO DO MARANHÃO

FROM OPPORTUNITY TO WHITE ELEPHANT: PETROBRÁS PREMIUM I REFINERY
AND ITS IMPACTS ON THE LOCAL POPULATION IN THE STATE OF MARANHÃO

DE OPORTUNIDAD PARA EL ELEFANTE BLANCO: REFINERÍA PETROBRÁS PREMIUM I
Y SUS IMPACTOS EN LA POBLACIÓN LOCAL DEL ESTADO DE MARANHÃO

Jamille Oliveira Sousa¹
Marcelino Silva Farias Filho²

RESUMO: No Maranhão, empreendimentos industriais destinados ao desenvolvimento ou crescimento econômico resultaram em prejuízos à população que foi imersa em condições da desigualdade social e econômica. Os municípios de Rosário e Bacabeira foram impactados pelo início da construção da Refinaria Premium I que gerou grandes expectativas, mas as obras foram interrompidas. Este artigo analisou os impactos da instalação incompleta da Refinaria Premium I. Foi realizada revisão de literatura, processamento de imagens de satélite; elaboração de material cartográfico e; trabalhos de campo, com entrevistas no povoado Salvaterra, em Rosário. Os impactos negativos da Refinaria constam de alterações ambientais com a supressão de vegetação e terraplanagem de 20 km² de vegetação nativa, canalização de corpos hídricos e remanejamento da comunidade tradicional Salvaterra, o que prejudicou atividades cotidianas dos moradores. A comunidade não tem recebido a assistência prometida pelo Estado, problema que tende a se agravar com o abandono do projeto.

Palavras-chave: Refinaria Premium I. Comunidade Tradicional. Salvaterra.

ABSTRACT: In Maranhão, industrial enterprises destined to economic development or growth resulted in losses to the population that was immersed in conditions of social and economic inequality. The municipalities of Rosário and Bacabeira were impacted by the start of construction of the Premium I Refinery, which generated high expectations, but the works were interrupted. This article analyzed the impacts of the incomplete installation of the Premium Refinery. Literature review, satellite image processing; elaboration of

¹ Graduada e Mestra em Geografia (UFMA). E-mail: jamille_oliveira@outlook.com.

² Graduado em Geografia (UEMA), Doutor em Agronomia (UNESP). Professor Doutor do departamento de Geociências e do Mestrado em Geografia da UFMA. E-mail: marcelino.farias@ufma.com.

Artigo recebido em março de 2021 e aceito para publicação em julho de 2021.

cartographic material and; fieldwork, with interviews in the Salvaterra village, in Rosario. The negative impacts of the Refinery include environmental changes with the suppression of vegetation and earthworks of 20 km² of native vegetation, channeling of water bodies and relocation of the traditional Salvaterra community, which hampered the residents' daily activities. The community has not received the assistance promised by the State, a problem that tends to worsen with the abandonment of the project.

Keywords: Premium I refinery. Traditional Community. Salvaterra.

RESUMEN: En Maranhão, las empresas industriales destinadas al desarrollo o crecimiento económico provocaron pérdidas a la población que se encontraba inmersa en condiciones de desigualdad social y económica. Los municipios de Rosário y Bacabeira fueron impactados por el inicio de la construcción de la Refinería Premium I, que generó altas expectativas, pero las obras fueron interrumpidas. Este artículo analizó los impactos de la instalación incompleta de la Refinería Premium. Revisión de literatura, procesamiento de imágenes de satélite; elaboración de material cartográfico y; trabajo de campo, con entrevistas en la vereda Salvaterra, en Rosario. Los impactos negativos de la Refinería incluyen cambios ambientales con la supresión de vegetación y movimiento de tierras de 20 km² de vegetación nativa, canalización de cuerpos de agua y la reubicación de la tradicional comunidad Salvaterra, lo que obstaculizó las actividades diarias de los pobladores. La comunidad no ha recibido la asistencia prometida por el Estado, problema que tiende a agravarse con el abandono del proyecto.

Palabras clave: Refinería Premium I. Comunidad tradicional. Salvaterra.

INTRODUÇÃO

O Estado do Maranhão tem passado por processos de desenvolvimento econômico desde o Período Colonial com produtos como algodão, tabaco, açúcar e arroz, organizados pela Companhia Geral do Comércio do Grão-Pará e Maranhão, passando pela fase da atividade de indústrias têxteis na primeira metade do século XX.

A dinâmica econômica ligadas à grandes empreendimentos industriais do Maranhão também passa pela indústria do setor de mineração e a siderurgia com o Projeto Grande Carajás inaugurado na década de 1980, cuja produção é escoada pelo complexo portuário de São Luís, visando escoar a produção industrial e do minério de ferro e manganês extraído no estado do Pará.

Todas essas atividades incentivaram a chegada de empreendimentos visando o desenvolvimento econômico, idealizados por um capitalismo industrial com a combinação de formas modernas e tecnológicas, sendo impulsionadas e patrocinadas pelo Estado em suas três instâncias.

Em função do objetivo de alcançar a industrialização, modernização e conseqüentemente progresso econômico, as infraestruturas desenvolvimentistas são instaladas constantemente, muitas vezes em áreas vulneráveis ambientalmente e socialmente, em que a população fica à mercê de situações relacionadas ao desemprego, instabilidade da renda, êxodo rural e ao aumento da desigualdade social e econômica, havendo inclusive expropriação de terras e perdas de outros direitos fundamentais.

Segundo Souza Júnior (2012, p. 34), é nesse contexto que o Estado, através de uma autarquia fundiária, promove a desapropriação agrária, no exercício de suas funções e à

luz de um interesse geral e público, que consolida o princípio da Supremacia do Interesse Público sobre o individual.

Os municípios de Rosário e Bacabeira, no Maranhão, se encontram estão assentado em uma região de forte dinâmica populacional, pelo fato de estar muito próximos à Capital maranhense, São Luís, e, juntamente com outros 11 municípios formam a região metropolitana da Grande São Luís. Bacabeira foi desmembrada de Rosário em 1994, devido ao aumento da quantidade de estabelecimentos e residências às margens da BR – 135 que cruza o município, o que influenciou no crescimento da cidade e chegada de empreendimentos na região.

A Refinaria Premium I da Petrobrás, foi anunciada em 2010 e suas instalações foram previstas para serem inseridas em Bacabeira, fato que movimentou o município e as cidades adjacentes com promessas de desenvolvimento econômico. Porém, dois anos após o início das obras, a Petrobrás noticiou o cancelamento das construções devido à crise econômica nacional e a desistência de parceiros em função da pouca expectativa de crescimento do mercado de combustíveis refinados, além da baixa produtividade dos campos de exploração de petróleo, o que frustrou a população que tinha grande expectativa de melhorias econômicas no município, ocasionando grandes prejuízos socioambientais à população em geral.

O presente artigo objetivou identificar e discutir os principais impactos socioambientais do início da construção da Refinaria Premium I e o seu posterior abandono. Para o alcance dos objetivos foram adotados como métodos o Materialismo Histórico e a História Oral, que embasaram a compreensão da conjuntura econômica em que o município de Bacabeira foi imerso ao longo da História. Também adotou-se como perspectiva de delineamento dos procedimentos metodológicos, a Teoria Geossistêmica que fundamentou a compreensão da interação homem-natureza quando do início das atividades de implantação da Refinaria Premium I.

Souza e Domingues (2009, p. 01) mencionam que o Materialismo Histórico envolve a historicidade bem como os determinantes econômicos, políticos e culturais de determinada área ou região, considerando a complexa realidade social presente nos vários momentos históricos. A sua aplicabilidade permitiu enfatizar a dimensão histórica dos processos ambientais e sociais nesta pesquisa, a partir da identificação do modo de produção da área e de sua relação dos fenômenos observados, utilizando entrevistas, coleta de relatos, registros escritos e fotográficos.

Por outro lado, a História Oral, contempla um conjunto de técnicas que se inicia com um grupo de pessoas a serem entrevistadas, seguindo os procedimentos de Meihy e Holanda (2010, p. 15) que foram aplicados com a definição de locais e tempo de duração; conferência do produto escrito; autorização para o uso; arquivamento e a publicação dos resultados que devem voltar ao grupo que gerou as entrevistas.

Os procedimentos metodológicos adotados foram: levantamento e análise da bibliografia; levantamento de material cartográfico para identificar posição e situação geográfica da área de estudo; análise e processamento de imagens de satélite através da utilização de Sensoriamento Remoto e Geoprocessamento a partir do Arcgis; e trabalhos de campo para registros fotográficos e entrevistas com moradores.

CHEGADA E RUPTURA DA REFINARIA PREMIUM I NO MUNICÍPIO DE BACABEIRA

A instalação e planejamento de projetos que visaram o progresso econômico do Estado do Maranhão nos séculos XX e XXI foram seguidos por impactos socioambientais que modificaram o modo de vida da população local. Na região que abrange os municípios de Bacabeira e Rosário, o crescimento populacional ocorreu em função da instalação e duplicação da BR- 135, da implantação do trajeto ferroviário Carajás-Norte-Sul e Transnordestina, da estrutura viária e de outras atividades como mineração e indústria têxtil. Entretanto, nenhum desses empreendimentos gerou tanta expectativa e dinamizou o município, ainda que temporariamente, quanto a projeção e as obras iniciais da instalação não concluída da Refinaria Premium I da Petrobrás.

Toda a conjuntura delineada em torno da Refinaria Premium permitiu que houvesse êxodo com a mobilidade de pessoas da área rural para a urbana, objetivando melhores empregos; além de impactos ambientais negativos devido à supressão da vegetação de áreas gigantescas para fins de terraplanagem, o que prejudicou a geodiversidade e biodiversidade, alterando assim a paisagem da região e interferindo diretamente nas atividades praticadas por uma parte da população local.

A Refinaria Premium I da Petrobrás, anunciada em 2010, movimentou o município de Bacabeira e as cidades adjacentes com promessas de desenvolvimento econômico, incluindo aproximadamente 25 mil empregos diretos e indiretos, o que influenciou na migração de pessoas, instalações de comércios, construção de hotéis, entre outros pequenos negócios.

Conforme o estudo realizado pela Fundação Sôsândrade e a Universidade Federal do Maranhão (PETROBRÁS, 2009, p. 7) uma área de 20 km² na área norte do Distrito Industrial de Bacabeira – DIBAC, localizada às margens das rodovias BR-135 e MA-110 foi destinada à refinaria, além de uma faixa de dutos com aproximadamente 55 km, que faria a interligação com um futuro terminal de tancagem por onde seria escoada grande parte da produção de derivados provenientes da Refinaria. A produção de petróleo refinado foi estimada em 600.000 barris de petróleo ao dia e os processos de refino seriam voltados para a maximização de diesel e demais produtos como querosene, nafta petroquímica, coque de petróleo e GLP.

O estudo supracitado informou que o investimento do empreendimento seria na ordem de US\$ 19,8 bilhões (dezenove bilhões e oitocentos mil dólares) e pretendia reduzir a exportação de petróleo nacional na forma bruta; exportar derivados de elevada qualidade e alta margem de lucro; reduzir importação de produtos leves (diesel, GLP, nafta petroquímica); reduzir custos logísticos na exportação de petróleo e na importação de derivados; aumentar do Produto Interno Bruto Brasileiro com geração de empregos, fomentar a indústria metal mecânica e a melhorar na infraestrutura; e promover o desenvolvimento social com a melhoria da renda, elevação da escolaridade e saúde em Bacabeira.

Mas, dois anos após o início das obras, a Petrobrás noticiou o cancelamento das construções (Figura 1) devido à crise econômica e a desistência de parceiros em função da pouca expectativa de crescimento do mercado de combustíveis refinados, além da baixa produtividade dos campos de exploração de petróleo que seriam implantados na Bacia de Barreirinhas, transformado a obra em típico “elefante branco”. Segundo Milani *et al.* (2000, p. 381), a bacia sedimentar mencionada não é caracterizada como produtora de petróleo e, embora houvesse, o aumento de perfuração de poços exploratórios, a atividade geofísica continuou nos mesmos níveis, o que seria insuficiente para exploração.

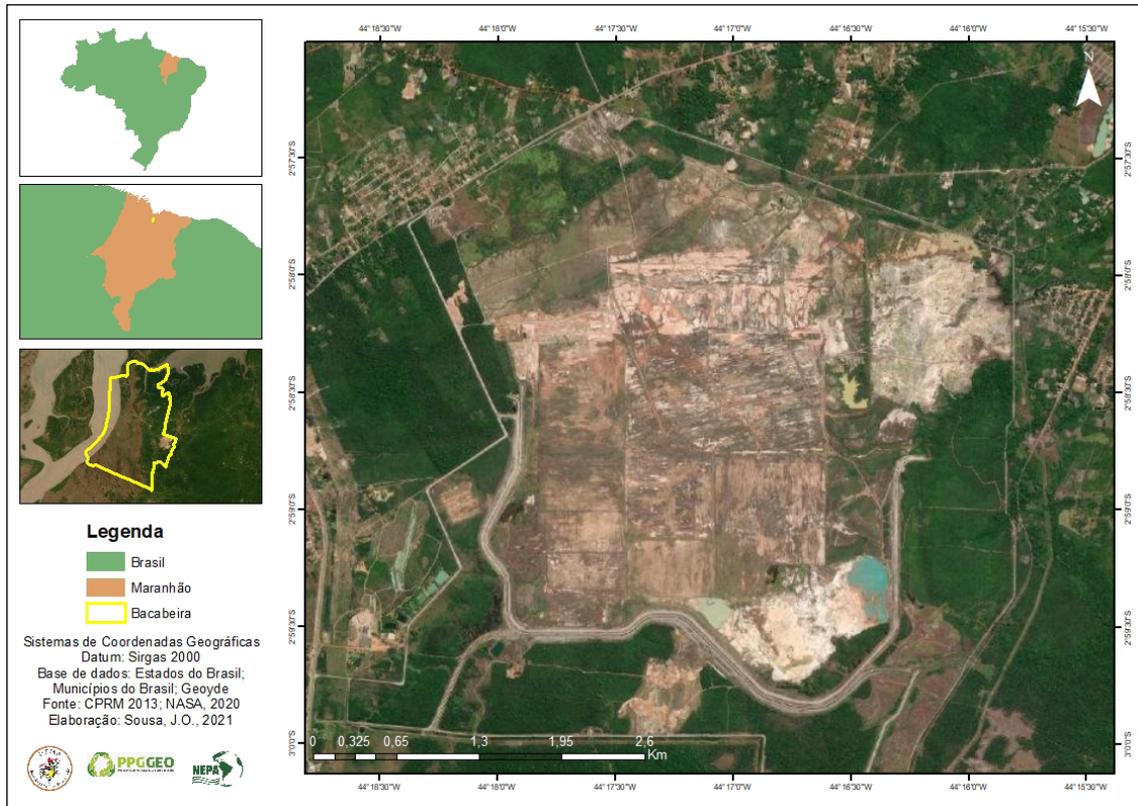


Fonte: Autores, 2020.

Figura 1. Área onde seria instalada a Refinaria Premium I no município de Bacabeira – MA.

De acordo com a Petrobrás (2014) o contrato foi encerrado em abril de 2013 após a conclusão dos serviços e obras especiais, como terraplanagem, construção de canais perimetrais, canteiros de obras e pontes de acesso, licenças de tecnologia adquiridas para construção das unidades, projetos básicos, estudos ambientais, análises do canal do Mearim, monitoramento de ruído, levantamento, captura e reintrodução de fauna, cadastramento florestal, compensação ambiental para o Maranhão, convênio com a Prefeitura de Bacabeira, realização de audiências públicas, estabelecimentos de escritórios em São Luís, salários de empregados da Petrobras, transporte e hospedagem de equipes, obras da subestação de Energia Elétrica para recebimento de Linha de Transmissão, estudos de projeto para interligação com a rede elétrica, entre outros. No total foram gastos R\$ 1,5 bilhões nas obras e serviços iniciais, resultando em prejuízos grandiosos ao Brasil e ao município de Bacabeira, em particular, tanto de ordem econômica como socioambiental.

A preparação do terreno com a terraplanagem onde seriam instaladas as edificações acarretou na remoção da vegetação de uma área com 20 km², destruindo a vegetação nativa, causando a morte e fuga de animais silvestres, poluição e assoreamento de rios, igarapés e nascentes, diminuição de espécies de peixes, comprometendo a atividade de pesca da região entre outros tantos problemas. O dano ambiental mais visível do projeto mal empreendido, dentre várias problemáticas sociais e ambientais, foi o completo desmatamento da área destinada à refinaria (Figura 2).



Fonte: Autores, 2021.

Figura 2. Área desmatada onde seria a Refinaria Premium I.

O resultado da promessa de investimentos com a implantação da refinaria foi o êxodo rural; planos de trabalhos com carteira assinada frustrados; edificações de hotéis e restaurantes inacabados; máquinas abandonadas em um local desmatado pra fins de terraplanagem, o que impactou negativamente a geodiversidade e biodiversidade da área, com o desmatamento, poluição e contaminação de recursos hídricos, impactos na fauna e flora local, entre outros.

As principais evidências dos investimentos realizados em Bacabeira pela população local ou pessoas que foram atraídas ao município com a promessa de construção da refinaria que não obtiveram retorno financeiro foram construções de hotéis, pousadas (Figura 3) e restaurantes para atender à demanda futura da movimentação de pessoas no município em função da Refinaria.



Fonte: Autores, 2021.

Figura 3. Pousada construída na época das primeiras instalações da Refinaria Premium I, hoje sem movimento.

Segundo uma reportagem do G1 Maranhão (2015), uma rede de hotéis começou a construir um prédio de seis andares com 150 apartamentos (Figura 4), mas a obra foi paralisada pela metade e o edifício, que teve toda a estrutura básica levantada, agora está abandonado. No município é possível observar várias outras construções inacabadas e finalizadas, mas sem atividade, além de diversos imóveis e terrenos disponíveis para venda (Figura 4).



Fonte: Autores, 2020.

Figura 4. Hotel com estrutura básica abandonada no município de Bacabeira.

A ATUAL SITUAÇÃO DOS MORADORES DA COMUNIDADE SALVATERRA

Na área mesma área em que seriam implantadas instalações da Refinaria Premium I, havia uma comunidade quilombola Salvaterra, situada no limite de Rosário com Bacabeira, com 450 hectares de extensão e mais de 200 anos de existência, em 34 famílias residiam, vivendo da agricultura familiar, criação de animais de pequeno porte e pesca.

A chegada do empreendimento da Petrobrás trouxe conflitos territoriais com os moradores que tentaram resistir as investidas de expulsão do setor público e privado, sendo eles a Petrobras, a Secretaria de Indústria e Comércio, Secretaria de Desenvolvimento Agrário e Instituto de Terras do Maranhão. Porém, em função de situações prementes, como em uma ocasião relatada por um morador em que houve a invasão da área com oito motores para realização de escavações no terreno com a presença dos residentes, as condições para continuarem no local se tornaram insustentáveis.

Assim, as famílias deste povoado foram expropriadas de suas terras com o consentimento das autoridades políticas e foram transferidas para outra localidade, também no mesmo município. A nova comunidade foi entregue estruturada com energia elétrica; água encanada; com um posto de saúde; uma escola de ensino básico; as casas contendo 5 compartimentos: 2 quartos, sala, cozinha e banheiro (Figura 5); e os lotes destinados para agricultura familiar.



Fonte: Autores, 2021.

Figura 5. Casa na estrutura original na comunidade Salvaterra, Rosário – MA.

Posteriormente foi construída uma casa de forno para beneficiamento de farinha de mandioca pela Petrobras (Figuras 6).



Fonte: Autores, 2021.

Figura 6. Casa de forno destinada ao beneficiamento de farinha de mandioca.

Segundo relatos dos moradores, as problemáticas se mostraram já no início do remanejamento da comunidade, pois os valores da indenização não correspondiam às suas necessidades econômicas, sociais e psicológicas. Além disso, algumas características estruturais contidas no projeto de construção do povoado não foram cumpridas, como o asfaltamento de ruas (Figura 7) e a assistência técnica de um projeto de agricultura familiar idealizado pela Petrobras, o qual foi iniciado com profissionais da área agrícola e ambiental, mas não finalizado.

Quando indagados sobre as condições atuais de vida, os moradores enfatizam que são inferiores comparadas à que tinham antes. Eles afirmam que além de receberem áreas menores em relação ao antigo local, hoje enfrentam problemas estruturais como alagamentos nas ruas que afetam as moradias; a terra destinada para cultivo é improdutiva e também alaga em períodos chuvosos; e algumas casas já apresentam rachaduras, representando riscos para as famílias.



Fonte: Autores, 2021.

Figura 7. Rua que deveria ser pavimentada na comunidade Salvaterra, Rosário - MA.

A economia da comunidade Salvaterra hoje é baseada no auxílio de 770,00 por família, pago pelo governo do Estado do Maranhão, mas ocorrem atrasos e não pagamentos em alguns meses. Além do benefício recebido, a renda dos moradores é complementada por trabalhos esporádicos realizados no mesmo povoado ou nas adjacências e pela produção de alimentos realizada em pequenas áreas de plantio, como a mandioca. Os moradores relatam que suas condições de vida são bem inferiores quando comparadas à situação em que viviam antes de serem realocados, pois havia condições para a pesca, caça e para o desenvolvimento da agricultura e extrativismo de frutas nativas.

Sendo uma comunidade tradicional quilombola, socialmente, o remanejamento desta representou a perda de uma identidade cultural ao desvincular as pessoas de suas raízes históricas locais, podendo ser representado pela destruição de um terreiro de minas. Os reflexos dessa ruptura cultural podem ser vistos no aumento de consumo de álcool e pessoas com depressão, sem nenhuma assistência e acompanhamento psicológico das entidades responsáveis pela situação. A violência também foi citada como uma preocupação recorrente, devido a um açude existente na área que atrai pessoas de outros lugares para atividades de lazer.

Embora algumas casas já apresentem problemas relacionados à estrutura, como rachaduras e alagamentos, os moradores citaram como único aspecto positivo a construção das moradias, que é de alvenaria e telhado, o banheiro é agregado aos outros compartimentos, enquanto na antiga área algumas eram de taipa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As profundas transformações no espaço de Bacabeira previstas com a chegada da Refinaria Premium I da Petrobrás se estabeleceram parcialmente com a implantação das obras iniciais do empreendimento. Entretanto, o abandono da área impediu que os poucos resultados positivos do empreendimento pudessem beneficiar a população local.

Mesmo sem a finalização do projeto, as obras iniciais resultaram em grandes alterações para o ambiente natural, degradando-o de forma que a sua recuperação levará décadas devido a remoção da vegetação de uma área gigantesca, além da alteração de cursos hídricos e na fauna local.

A sua instalação apresentou benefícios temporários para os habitantes da região com a benesse de empregos, contribuindo para a expansão da economia local. Mas a interrupção das obras desapontou a população, que se deslocou de outras cidades para o município em questão, estabeleceu empreendimentos de pequeno e médio porte, mudando de vida em função de algo que não foi efetivado, restando apenas decepção e prejuízos.

Mesmo após 10 anos, esta é a principal frustração nunca esquecida pela população do município, pois a esperança de desenvolvimento econômico se transformou em trauma quando a obra, avaliada em US\$ 19,8 bilhões (dezenove bilhões e oitocentos mil dólares) apenas na construção inicial, foi cancelada. Foram diversos os prejuízos econômicos, ambientais e sociais: projetos econômicos perdidos, danos à biodiversidade da área, reassentamento da comunidade Salvaterra, removida para outra localidade, sem a estruturação prometida e sem vínculos culturais, foram alguns dos resultados.

Os moradores da referida comunidade foram remanejados para outra área que não disponibiliza de condições satisfatórias para sobrevivência, o que afetou as atividades tradicionais, econômicas e a identidade do grupo de moradores. Esta população menciona a sensação de abandono em um lugar esquecido, principalmente em ocasiões quando os pagamentos do benefício de 770,00 reais atrasam e ao entrarem em contato com Secretaria de Indústria e Comércio, são ignorados.

Diante disso, é necessário que decisões por parte dos gestores públicos devem ser tomadas de forma que contribua com o bem econômico estar da sociedade, mas que os impactos sejam controlados, com incentivo a proteção e conservação da geodiversidade e biodiversidade, além de preservar a identidade cultural dos habitantes local e fornecer subsídios para a compreensão das potencialidades e limitações dos nossos recursos naturais, contribuindo, dessa forma, para o uso e gestão dos mesmos. Tal perspectiva evitaria que oportunidades sejam convertidas em “elefantes brancos” com prejuízos incalculáveis aos cofres públicos e à população local.

REFERÊNCIAS

- G1 MARANHÃO. **Petrobras cancela ‘refinaria premium’ e cidade lida com perdas e frustração.** 2015. Disponível em: <http://g1.globo.com/ma/maranhao/noticia/2015/02/petrobras-cancela-refinaria-premium-e-cidade-lida-com-perdas-e-frustracao.html>. Acesso em: 03 maio 2019
- MEIHY, J. C. S. B.; HOLANDA, F. **História oral: como fazer, como pensar.** São Paulo: Editora Contexto, 2010. 213 p. ISBN 978-85-7244-376-0
- MILANI, E. J.; BRANDÃO, J. A. S. L.; ZALÁN, P. V.; GAMBOA, L. A. P. Petróleo na margem continental brasileira: geologia, exploração, resultados e perspectivas. **Revista Brasileira de Geofísica**, v. 18, n. 3, 2000.
- PETROBRAS. **Estudo de impacto ambiental.** São Luís: Fundação Sousem, 2009
- PETROBRAS. **Refinaria premium I: respostas ao Jornal O Globo.** 2014. Disponível em: <https://petrobras.com.br/fatos-e-dados/refinaria-premium-i-respostas-ao-jornal-o-globo.htm>. Acesso em: 18 jul. 2020.
- SOUZA, O. M.; DOMINGUES, A. O materialismo-histórico: uma nova leitura da forma de ser dos homens. *In: ENCONTRO DE PRODUÇÃO CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA*, 4. 2009, Campo Mourão. **Anais [...]**. Campo Mourão, 2009.
- SOUZA JÚNIOR, E. J. A desapropriação agrária. **Revista Científica FacMais**, v. 1, n. 1, jan./jun. 2012.

EDUCAÇÃO AMBIENTAL E GEOGRAFIA ESCOLAR: UMA PROPOSTA METODOLÓGICA EM ANAJATUBA - MA

ENVIRONMENTAL EDUCATION AND SCHOOL GEOGRAPHY:
A METHODOLOGICAL PROPOSAL IN ANAJATUBA – MA

EDUCACIÓN AMBIENTAL Y GEOGRAFÍA ESCOLAR:
UNA PROPUESTA METODOLÓGICA EN ANAJATUBA – MA

Júlio Cesar de França Dias¹

Márcio José Celeri²

RESUMO: Este artigo versa sobre a Geografia Escolar e Educação Ambiental no sentido de destacar a importância da ciência geográfica como a disciplina da educação básica, que favorece através de todo seu arcabouço teórico e histórico a presença e mediações referentes a reflexão e discussões envolvendo a relação seres humanos e natureza e os impactos ambientais, além disso tal proposta de estudo surge a partir de inquietações diante de experiência em aulas de geografia. Assim, os resultados aqui expostos surgem a partir do objetivo de abordar a EA, através de Oficinas, contextualizando os conteúdos curriculares à realidade dos discentes. Nesse sentido, esta pesquisa parte de uma abordagem predominantemente qualitativa, na qual realizamos pesquisa bibliográfica, visita de campo e realização de Oficinas de Educação Ambiental com aplicação de metodologias ativas. Nesse sentido, destacamos que apesar das dificuldades enfrentadas cotidianamente no chão da escola, o planejamento das aulas, a criatividade e contextualização podem ser caminhos possíveis e concretos para um processo de ensino e aprendizagem mais significativos.

Palavras-chave: Educação ambiental. Geografia escolar e oficinas.

ABSTRACT: This article deals with School Geography and Environmental Education in order to highlight the importance of geographic science as a discipline of basic education, which favors through all its theoretical and historical framework the presence and mediations regarding reflection and discussions involving the relationship between human

1 Graduado em Geografia (UFMA), Mestre em Gestão de Ensino da Educação Básica (UFMA). Professor da Secretaria de Educação do Estado do Maranhão (SEDUC/MA). Pesquisador do LEPENG – Laboratório de Extensão, Pesquisa e Ensino de Geografia. E-mail: julia.petrus@ufma.br.

2 Graduado e Doutor em Geografia (UNESP). Professor Adjunto da Universidade Federal do Maranhão, lotado no Departamento de Geociências. Coordenador do Curso de Mestrado Acadêmico em Geografia (UFMA) e Líder do LEPENG – Laboratório de Extensão, Pesquisa e Ensino de Geografia. E-mail: marcio.celeri@ufma.br.

Artigo recebido em março de 2021 e aceito para publicação em julho de 2021.

beings and nature and the environmental impacts, in addition such study proposal arises from inquietudes before experience in geography classes. Thus, the results presented here arise from the goal of addressing the EE, through workshops, contextualizing the curriculum content to the reality of students. In this sense, this research starts from a predominantly qualitative approach, in which we conducted literature search, field visit and implementation of Environmental Education Workshops with application of active methodologies. In this sense, we highlight that despite the difficulties faced daily on the school ground, the planning of classes, creativity and contextualization may be possible and concrete ways for a more meaningful teaching and learning process.

Keywords: Environmental education. School geography and workshops.

RESUMEN: Este artículo versa sobre la Geografía Escolar y Educación Ambiental en el sentido de señalar la importancia de la ciencia geográfica como la asignatura de la educación básica, que favorece por medio de todo su referencial teórico e histórico la presencia y mediaciones referentes a reflexión y discusiones involucrando la relación seres humanos y naturaleza y los impactos ambientales, además tal propuesta de estudio surge a partir de inquietudes de experiencia en clases de geografía. Así, los resultados aquí expuestos surgen a partir del objetivo de abordar la EA, con Oficinas, contextualizando los contenidos curriculares a la realidad de los docentes. En ese sentido, esta investigación parte de un abordaje predominantemente cualitativo, la cual realizamos investigaciones bibliográfica, visita de campo y realización de Oficinas de Educación Ambiental con aplicación de metodologías activas. En ese sentido, señalamos que a pesar de las dificultades enfrentadas cotidianamente en el suelo de la escuela, el planeamiento de las clases, la creatividad y contextualización pueden ser caminos posibles y concretos para un proceso de enseñanza y aprendizaje más significativos.

Palavras chave: Educação ambiental. Geografia escolar y oficinas.

INTRODUÇÃO

Diante dos impactos ambientais, causados pela forma que a sociedade contemporânea adotou ao se relacionar com o meio natural, a Educação Ambiental (EA) aflora como um dos meios possíveis para fomentar novos hábitos harmônicos no que diz respeito à relação entre seres humanos e natureza, além de possibilitar reflexões e diálogos, principalmente nos espaços educacionais e novos valores em meio à intensificação das técnicas e tecnologias. Nesse sentido, a Lei brasileira nº 9.795, de 27 de abril de 1999 (BRASIL, 1999), enfatiza a importância da presença da EA em todos os níveis e modalidades de ensino, ratificando as contribuições para formação de cidadãos mais ativos e presentes nas questões ambientais.

Assim, para que a EA seja compreendida pelos agentes no chão da escola e possa gerar frutos no que diz respeito a pessoas mais participativas com a causa ambiental, são necessárias metodologias que fomentem o despertar dos discentes para a causa ambiental, dialogando com os aspectos políticos, sociais e ideológicos de todo processo educativo (PELEGRINI; VLACH, 2015). Nessa direção, as metodologias ativas, que levam os discentes a serem sujeitos atuantes na construção do conhecimento, possuem papel fundamental no desenvolvimento crítico e na resolução de problemas (TREVELIN; PEREIRA; OLIVEIRA NETO, 2013).

Considerando essa conjuntura, neste artigo, objetivamos abordar a EA a partir da realização de oficinas, contextualizando os conteúdos curriculares à realidade sociocultural dos discentes e às problemáticas ambientais presentes no entorno escolar de uma escola pública localizada em Anajatuba – MA. A proposta faz parte de uma pesquisa mais ampla desenvolvida no mestrado direcionada para abordagem da EA nas aulas de Geografia de uma escola pública no município mencionado.

A problemática justifica-se também pelo município fazer parte de uma área de proteção ambiental (APA), o que instiga ações educativas voltadas à preservação do meio ambiente. No que diz respeito à EA nos espaços educativos, além da sua presença no currículo e no projeto político pedagógico das escolas, Risso (2013), destaca a importância da ciência geográfica como a mentora e mediadora das discussões, reflexões e ações que envolvam a temática. Nesse sentido, a Geografia possui um bojo teórico que possibilita a formação de pessoas mais envolvidas com as questões e dilemas sociais.

Straforini (2018) lança a importância da Geografia escolar no sentido de destacar, através das práticas pedagógicas, as contradições e mazelas sociais, possibilitando novas leituras de cunho crítico e reflexivo sobre o presente e o futuro. Apesar do seu aporte teórico, salientamos que no chão da escola a Geografia escolar necessita dialogar com outras disciplinas, no sentido de estabelecer ao processo educativo um olhar mais amplo, além de possibilitar caminhos mais seguros devido à complexidade da questão ambiental (MENDONÇA, 2012). Dessa forma, a ciência geográfica possui conhecimentos teóricos necessários que estão em construção contínua para entender essa relação ser humano e natureza.

No entanto, além dos conhecimentos científicos, é essencial o envolvimento de toda a comunidade escolar, no intuito de debater os dilemas sociais que envolvem o entorno da escola, possibilitando uma prática pedagógica orientada a mudanças efetivas. Assim, a análise das problemáticas existentes no entorno escolar e os conhecimentos prévios dos discentes tornam o ensino mais significativo e podem gerar práticas cotidianas mais coerentes em meio ao colapso ambiental, proporcionado pela intensa atividade industrial.

Diante disso, para realização de nossa pesquisa partimos de uma pesquisa de campo, de reconhecimento geográfico, para chegar à organização e aplicabilidade das oficinas, tendo em vista a necessidade de contextualizar os conteúdos abordados. Afirmamos assim, que buscamos desenvolver um olhar crítico para realidade, a partir da pesquisa e das experiências dos educandos (FREIRE, 1996).

METODOLOGIA

Os caminhos metodológicos sinalizam uma pesquisa qualitativa, cuja abordagem centra-se na análise e compreensão dos fenômenos, sem preocupações estatísticas. Para Chehuen Neto e Lima (2012, p. 136):

O pesquisador deve estar atento ao significado das coisas, porque a significação dos fenômenos, fatos, eventos, ideias, assuntos e sentimentos têm uma função organizadora da sociedade. Elas dão concepção à existência. E assim, por conseguinte, os significados das “coisas” passam a ser repartidos no meio social e na cultura e, desta forma, aquele grupo se organiza em torno destas feições.

Quanto aos objetivos, trata-se de uma pesquisa exploratória, uma vez que desenvolve familiaridade com o problema (GIL, 2002), além de ser uma pesquisa participante, caracterizada pelo envolvimento tanto do pesquisador quanto dos pesquisados (SEVERINO, 2007; GIL, 2014). Realizamos também pesquisas bibliográfica e documental para fundamentar as análises dos dados e produzir as oficinas.

Os participantes da pesquisa totalizavam 35 discentes matriculados no 3º ano do ensino médio, em 2018, turno matutino. Essa seleção levou em conta um público com uma vivência na escola e mais bagagem. Além da participação ativa nas oficinas, os discentes, durante as aulas participaram dos momentos de interação nos quais pontuamos quanto às problemáticas ambientais mais identificáveis na cidade e puderam responder a um questionário (com perguntas abertas e fechadas) sobre a temática.

Dessa maneira, como instrumentos de pesquisa, realizamos a observação participante (GIL, 2002) durante as aulas de Geografia. Além disso, na visita de campo realizamos uma observação sistemática dos espaços visitados, familiarizando-nos com os aspectos humanos e naturais da cidade. Durante os dois momentos (nas aulas e na visita de campo), registramos informações que balizaram a escolha das temáticas abordadas nas oficinas e aplicamos também os questionários com os discentes.

Após as discussões realizadas durante as aulas, a visita de campo e os dados dos questionários, sistematizamos as principais temáticas, elaboramos e aplicamos nossa estratégia metodológica: as oficinas sobre Educação Ambiental.

De acordo com Vieira e Volquind (2002), oficinas possibilitam entrelaçar teoria e prática. Nesse sentido, essa proposta metodológica centra-se na aplicabilidade da EA no ambiente escolar a partir de reflexões das temáticas abordadas, assim como da solução de problemas, do trabalho individual e em grupo, desenvolvendo um processo de ensino e aprendizagem que vai do compartilhamento de conhecimentos teóricos às ações com vistas na realidade social dos discentes.

As oficinas se organizam, assim, no tripé: pensar, sentir e agir (VIEIRA; VOLQUIND, 2002). Dessa maneira, essa proposta metodológica envolve diferentes habilidades, linguagens e significados sobre os conteúdos, em especial a EA, possibilitando a utilização de recursos didáticos diversos, como fotos, textos, vídeos, aulas de campo, materiais recicláveis, gerando outros recursos reutilizáveis.

Quanto ao uso de oficinas no ensino de Geografia, Martins Junior (2016, p. 86) afirma:

A Oficina pedagógica no ensino de Geografia é uma aliada e pode ajudar no desenvolvimento de ensino aprendizagem, através da socialização e aquisição dos conhecimentos geográficos. Possibilita entender os conteúdos e conceitos geográficos, como permite construir conhecimentos, com ênfase na ação, sem perder de vista, a sua base teórica.

De posse dos dados extraídos das aulas, da visita de campo e da realização das oficinas, elaboramos nossos resultados e discussões. Vale salientar que, no tratamento das informações, optamos pela análise de conteúdo: “[...]Essa técnica possibilita a descrição do conteúdo manifesto e latente das comunicações” (GIL, 2002, p. 90). Além disso, relaciona os conteúdos à interpretação das informações, podendo ir além da simples leitura (MORAES, 1999). A opção dessa técnica explica-se pela participação no Grupo de Pesquisa Em Ensino de Geografia na Educação Básica (GRUPEGEO).

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Como parte da nossa investigação, é de suma importância a caracterização do espaço geográfico do qual faz parte Anajatuba. Segundo o Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos (IMESC) (MARANHÃO, 2013), o município de Anajatuba (Figura 1) está localizado a 128 km da Ilha do Maranhão. Limita-se ao norte com os municípios de Cajapió e Santa Rita, a oeste com Viana e Arari, ao sul com Miranda do Norte e Arari e a leste com Santa Rita e Itapecuru.

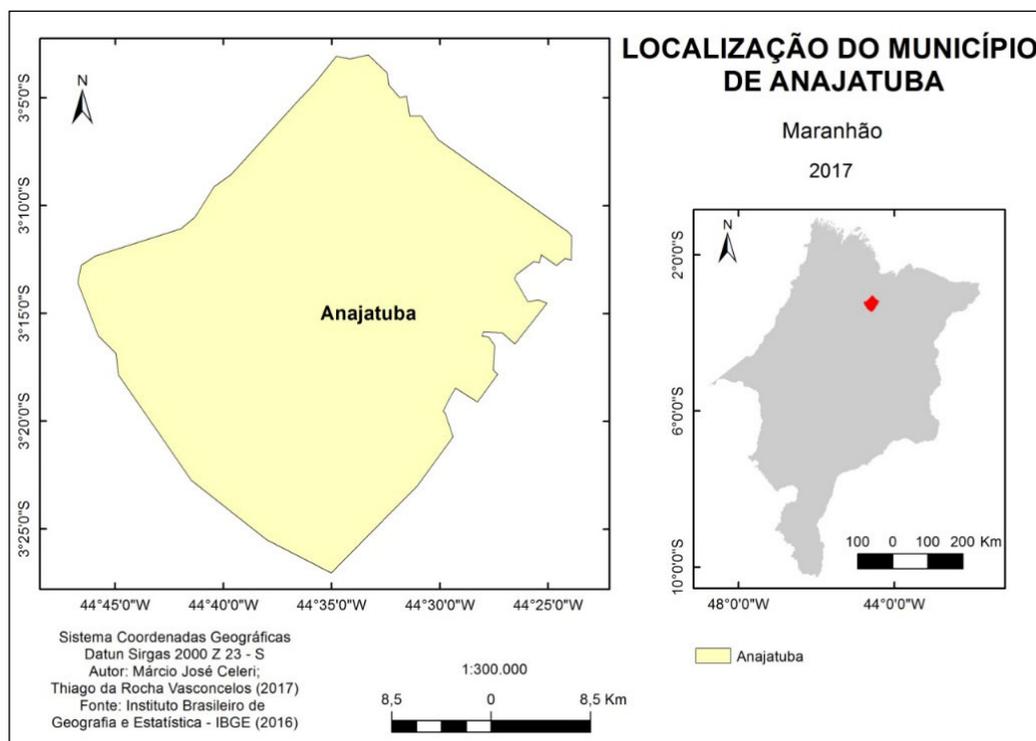


Figura 1. Mapa com a localização de Anajatuba (2017).

Anajatuba faz parte da microrregião da Baixada Maranhense, compondo uma Área de Proteção Ambiental (APA), segundo o Decreto Estadual nº 11.900, de 11 de junho de 1991 (MARANHÃO, 1991). Além disso, o município está inserido no sítio Ramsar, que considera zonas úmidas de importância internacional.

A Baixada Maranhense apresenta planícies alagadas, favorecendo, no período chuvoso, o alagamento parcial do terreno. Além disso, possui uma área com aproximadamente 20.000 km², que compreende desde o Golfão Maranhense até os cursos inferior e médio de importantes rios que cortam o Estado, tais como: Rio Mearim, Rio Pindaré, Rio Grajaú, Rio Turiaçu e Rio Pericumã (MARANHÃO, 2013).

Os limites dessa Microrregião englobam: ao Norte, a Microrregião Geográfica do Litoral Ocidental Maranhense; na parte oeste, as Microrregiões Geográficas do Gurupi e do Pindaré; na parte sul, a Microrregião Geográfica do Médio Mearim; e ao leste, as Microrregiões Geográficas de Rosário e do Litoral Ocidental Maranhense (MARANHÃO, 2013).

Diante dessas descrições, consideramos relevante a caracterização física e humana da Microrregião no intuito de localizar o município de Anajatuba em uma área composta

por vários outros municípios maranhenses que compartilham aspectos ambientais e humanos. Esses aspectos são primordiais para preservação, planejamento ambiental e políticas públicas e são fontes de análises e reflexões no âmbito escolar, contextualizando o ensino à realidade dos educandos.

A paisagem da baixada maranhense, em boa parte, apresenta alagamento no período chuvoso (Figura 2), de janeiro a junho, formando os campos inundáveis. Como parte da dessa geomorfologia, há também os lagos e tesos.



Fonte: Trabalho de campo do Grupegeo, 2018.

Figura 2. Terreno alagado no bairro Lindosa, em Anajatuba – MA.

O período de estiagem vai de julho a dezembro, modificando a tonalidade da vegetação, aumentando a temperatura e reduzindo a precipitação atmosférica. Nessa época, os campos secam e uma nova dinâmica é estabelecida ao lugar para fauna, flora e sociedade, interferindo no ambiente (DIAS, 2006).

Anajatuba faz parte dessa dinâmica, caracterizada pela paisagem da microrregião Baixada Maranhense. O município foi fundado em 1854 e tendo o povoado de Santa Maria como sede. A denominação é de origem indígena, do tupi-guarani anajá (palmeira da região) e tuba (grande quantidade), ou seja, lugar rico em anajás. Possui uma área de 1.150 quilômetros quadrados, uma população de 25.291 pessoas e uma economia baseada principalmente na agropecuária, com destaque para criação de gado bovino de maneira extensiva (DIAS, 2019).

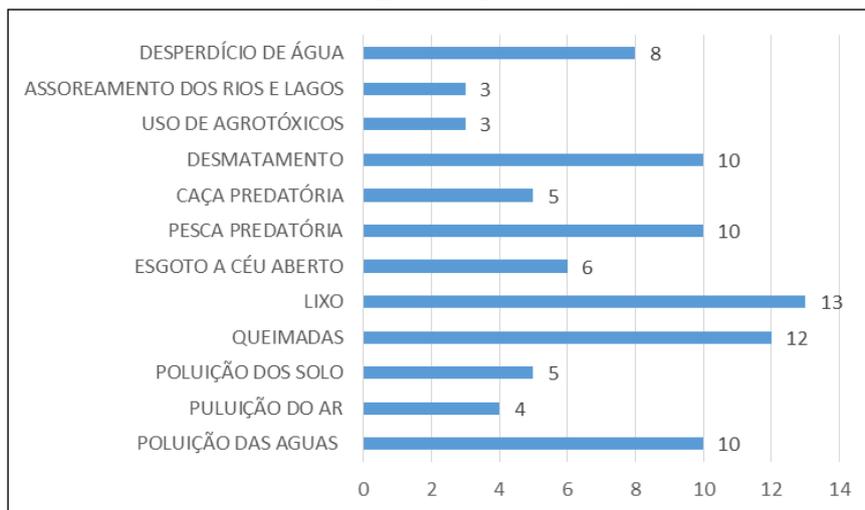
De acordo com dados do IBGE, 40,6% da população anajatubense vivem em situação de extrema pobreza. O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) é de 0,581. No que diz respeito à educação básica, Anajatuba possui 40 escolas municipais ofertando a pré-escola, 42 escolas municipais ofertando o ensino fundamental e 4 escolas (3 estaduais e 1 privada), ofertando o Ensino Médio (IBGE, 2010).

Impactos ambientais no município de Anajatuba

Após conhecermos um pouco sobre o município de Anajatuba, cabe descrevermos os impactos ambientais da cidade pontuados pelos discentes e identificados na visita de

campo. Vale salientar que, a partir do questionário aplicado com os alunos, outros debates foram gerados durante a pesquisa de mestrado. No entanto, para este espaço focamos apenas nos temas possíveis de serem trabalhados nas aulas de Geografia, contribuindo para a realização das oficinas. Os discentes assinalavam três opções. O Gráfico 1 sistematiza os conteúdos mais citados.

Gráfico 1. Total de citações dos temas feitas pelos educandos do 3º ano do Ensino Médio matutino da escola Nina Rodrigues, Anajatuba – MA (2018).



Fonte: adaptado de Dias (2019).

Quando questionados sobre possíveis lugares e problemas ambientais mais constantes no município, os alunos manifestaram que nas comunidades o desmatamento é uma ação comum, já na área urbana, são as queimadas nos campos, os resíduos sólidos e a poluição das águas (Figuras 3 e 4), principalmente no Largo da Igreja, na Ponte do Rosário e no Cemitério da cidade.



Fonte: Trabalho de campo do Grupegeo, 2018.

Figura 3. Resíduos sólidos próximos ao Largo da Igreja, Anajatuba – MA.



Fonte: Trabalho de campo do Grupegeo, 2018.

Figura 4. Poluição na região da ponte, Anajatuba – MA.

Para melhor fundamentar nossas análises, assinalamos a ideia de lugar e paisagem, mesmo que estes conceitos não sejam o escopo teórico desse estudo. Quando estudamos o lugar e a paisagem, consideramos a relevância dos educandos problematizarem suas realidades, conhecerem sua história, refletirem sobre as problemáticas sociais e os sujeitos atuantes na transformação do espaço geográfico (AGUIAR, 2016; CALLAI, 2000).

Estudar e compreender o lugar, em geografia, significa entender o que acontece no espaço onde se vive para além das suas condições naturais e humanas. Muitas vezes as explicações podem estar fora, sendo necessário buscar motivos tanto internos quanto externos para se compreender o que acontece em cada lugar. O espaço construído resulta da história das pessoas dos grupos que nele vivem, das formas como trabalham como produzem, como se alimentam e como fazem/usufruem do lazer. Isto resgata a questão da identidade e a dimensão do pertencimento. É fundamental, neste processo, que se busque reconhecer os vínculos afetivos que ligam as pessoas aos lugares, às paisagens e tornam significativo o seu estudo (CALLAI, 2000, p. 84).

Nessa direção, essas categorias da ciência geográfica permitem o resgate de identidades e pertencimentos, estimulando a relação ser humano e meio ambiente, consequentemente ações de envolvimento nas problemáticas sociais. Essa compreensão compõe o alicerce metodológico das oficinas que organizamos, a partir das quais levamos os discentes anajatubenses a pensarem os problemas ambientais e produzirem recursos no âmbito da EA.

Oficinas na abordagem da Educação Ambiental

A oficina de Educação Ambiental, realizada na escola Nina Rodrigues com os educandos do 3º ano matutino, foi intitulada *O despertar para Educação Ambiental: a necessidade de promoção de novos valores* e organizada a partir dos seguintes temas: resíduos sólidos, poluição das águas, queimadas e desmatamento. Iniciamos com uma

apresentação da proposta, expondo aos discentes sobre a EA, a promoção de novos valores e o papel da cidadania na solução das questões sociais e ambientais do cotidiano.

Após a abertura das oficinas, aplicamos a metodologia ativa nas discussões teóricas e reflexivas, especificamente o método de problematização, apontando os problemas ambientais do entorno da escola e solicitando aos alunos que refletissem e discutissem, em grupos, as soluções para tais impactos. As metodologias ativas vão de encontro às práticas tradicionais, que são focadas na transmissão de conteúdos e no discente passivo, estimulam a autonomia, despertam curiosidade e a tomada de decisões individuais e coletivas (TREVELIN; PEREIRA; OLIVEIRA NETO, 2013). O docente ocupa, assim, o papel de mediador do conhecimento.

Nessa perspectiva, os discentes organizaram-se em grupos, os quais receberam textos com temas norteadores (resíduos sólidos, poluição das águas, queimadas e desmatamento), que deveriam ser debatidos. Finalizado o debate, apresentaram a discussão dos textos, de forma dialogada. Para encerrar o primeiro momento e reforçar os conteúdos abordados, projetamos um vídeo (Figura 5).



Fonte: Dias (2019).

Figura 5. Projeção de um vídeo sobre EA para o 3º ano do Ensino Médio matutino da escola Nina Rodrigues, Anajatuba – MA (2018).

Após o vídeo, cada grupo recebeu uma situação-problema (Figura 6) referente às questões ambientais apontadas nos questionários: *Considerando o contexto do município de Anajatuba, reflitam e elenquem possíveis soluções para os impactos ambientais referentes ao desmatamento, poluição das águas, queimadas e resíduos sólidos.* No momento, tiveram a oportunidade de refletir sobre cada situação (causas, consequências para a cidade e possíveis soluções) e registrar as informações pontuadas. Ao final, dialogaram sobre as ideias pontuadas e as soluções encontradas, a partir de uma atitude reflexiva e crítica diante da realidade, possibilitando-nos a contextualização dos conteúdos abordados.



Fonte: Dias (2019).

Figura 6. Discussão da situação-problema durante as oficinas ministradas para o 3º ano do Ensino Médio matutino da escola Nina Rodrigues, Anajatuba – MA (2018).

Com a finalização das discussões sobre a situação-problema, os discentes receberam duas atividades práticas para realizarem: plantio de mudas e reutilização. Nessa etapa, utilizamos recursos didáticos disponíveis na escola e outros que disponibilizados pelo professor-pesquisador.

O plantio de mudas (Figura 7) foi proposto por ter sido sugestão dos alunos para amenizar os impactos ambientais causados por queimadas e desmatamento. A tarefa foi realizada no canteiro da escola Nina Rodrigues, tendo em vista que os alunos apontaram a escola como um ambiente essencial para proporcionar novos valores e mudanças políticas sociais e ambientais. Durante a atividade, a participação da direção da escola foi efetiva.



Fonte: Dias (2019).

Figura. Plantio de mudas na área livre da escola Nina Rodrigues, Anajatuba – MA (2018).

Na reutilização (Figura 8), os alunos ficaram livres para desenvolver objetos diversos, com garrafas pet e outros recursos. Para guia-los, organizamos uma lista com possíveis produções, mas os discentes não eram obrigados a segui-la, podendo produzir algo da sua escolha. Vale lembrar que, antes dessa fase, já havíamos realizado um levantamento prévio dos materiais disponíveis ou não na escola, chegando à conclusão que deveríamos investir, por conta própria, na compra de outros materiais para realização da oficina.



Fonte: Dias (2019).

Figura 8. Atividades de reutilização aplicada com educandos participantes da pesquisa, na escola Nina Rodrigues, Anajatuba – MA (2018).

Para uma visualização da proposta metodológica aqui apresentada, elencamos os caminhos seguidos (DIAS, 2019):

- Planejamento da oficina (data, tempo de realização, conteúdos, metodologia, recursos didáticos, atividades práticas);
- Apresentação da oficina e distribuição de textos sobre as temáticas para as equipes;
- Discussão dos textos feitos a partir da leitura e compreensão dos alunos (metodologia ativa);
- Projeção de um vídeo (10 minutos), reforçando os conteúdos trabalhados;
- Problematização: divisão das situações-problema, seguida da exposição das soluções;
- Atividades práticas de reutilização e reflorestamento.
- Avaliação por parte dos alunos.

Com a avaliação, os alunos expressaram a necessidade de trabalhar a EA no contexto educacional e julgaram o aprendizado significativo, já que as atividades foram contextualizadas à realidade conhecida por eles e permitiram a participação ativa de todos no processo de ensino e aprendizagem. Sugeriram, ainda, que toda a escola estivesse envolvida com projetos e outras atividades concernentes à EA.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A escola, como instituição social localizada no pilar da formação de sujeitos críticos e participativos, não deve ficar alheia e inflexível às problemáticas sociais. Freire (1996) defende que ensinar é um ato político. Além disso, evidenciamos que a EA se desenvolveu (e ainda se constitui) na arena política e social, na qual também se organiza toda uma legislação que ampara a EA. Porém, no que diz respeito ao aspecto legal, cada realidade educacional e seu entorno traduzem possibilidades diversas na abordagem ambiental. Portanto, apenas as determinações legais não garantem a aplicabilidade da EA.

Ratificamos, assim, o valor da figura do professor-pesquisador como proponente de reflexões e ações orientadas para a solução dos problemas que chegam ao chão da escola. Nessa dinâmica, a atuação de toda a comunidade escolar é imprescindível, contribuindo na formação humana dos discentes. A inquietação, a investigação da própria prática, a geração constante de reflexões, o enlace da escola com o espaço a que pertence, os projetos e a quebra de paradigma são fatores que constroem uma conjuntura educacional mais atraente aos discentes e uma atuação profissional mais relevante para os docentes.

Esses fatores ganham vida também no âmbito da Geografia, uma disciplina que possui um alicerce teórico e prático voltado para as questões ambientais. O ensino da Geografia é caracterizado por constantes discussões sobre as problemáticas sociais e opera como espaço de resistência, buscando ressignificar o valor do meio ambiente para o indivíduo contemporâneo a partir de uma das instituições que compõem nossa estrutura social: a escola.

Com esse pensamento, que buscamos desenvolver nossa pesquisa, conduzida para o debate acerca da preservação dos aspectos naturais da cidade de Anajatuba, que pertence a uma APA e não possui políticas públicas efetivas articuladas à valorização do meio ambiente. Tomamos, então, a escola como ponto de partida de reflexões e formação de cidadãos preocupados com o seu local de origem. Nossa proposta, apesar de caracterizada pela simplicidade, permitiu observarmos alguns desafios na aplicação de novas metodologias na abordagem da EA: déficit na estrutura física, desinteresse da comunidade escolar e uma lacuna nos investimentos focados no planejamento de ações e projetos.

Diante dos entraves, o professor pesquisador vê-se diante da necessidade de encontrar possíveis saídas para dinamizar o ensino e contextualizar os conteúdos. Com a pesquisa, observamos como grandes aliados o conhecimento de mundo dos discentes e a visita de campo, a partir dos quais pudemos organizar metodologias ativas, estimulando a autonomia e dos discentes e os tornando sujeitos ativos em sua própria formação. Dessa maneira, mesmo diante de um contexto escolar adverso, o educador possui caminhos que levam a práticas qualitativas no chão da escola, tais como: estudos teóricos, planejamento, adaptações metodológicas e investimentos financeiros com materiais necessários para aplicação das atividades. Isso traduz a realidade que vivemos para consolidar este estudo.

Pontuamos que as oficinas possibilitaram reflexões sobre os impactos ambientais indicados pelos educandos nos questionários e atividades práticas construídas com vistas nos impactos ambientais presentes na cidade: queimadas, resíduos sólidos, desmatamento e poluição das águas. Essa sugestão metodológica, nesta pesquisa teve resultado avaliado positivamente, mas não é uma receita a ser seguida em quaisquer contextos escolares, sendo de responsabilidade do professor analisar a viabilidade e os objetivos a serem alcançados.

Cabe assinalar, por fim o contexto empobrecido dos discentes e o papel da escola, espaço de trocas de conhecimentos e experiências, ampliando a perspectiva de mundo e

contribuindo para um desenvolvimento social mais favorável. Não estamos afirmando a escola com única saída para pobreza e para os impactos ambientais, mas como braço forte na formação de cidadãos ativos e mais conscientes.

REFERÊNCIAS

- AGUIAR, T. C. **Planejamento ambiental: o desafio da interação sociedade/natureza**. Rio de Janeiro: Consequência Editora, 2016.
- BRASIL. **Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999**. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9795.htm. Acesso em: 20 jan. 2018.
- CALLAI, H. C. Estudar o lugar para compreender o mundo. *In*: CASTROGIOVANNI, A. C. **Ensino de geografia: práticas e textualizações no cotidiano**. Porto Alegre: Mediação, 2000. p. 83-134.
- CHEHUEN NETO, J. A.; LIMA, W. G. Pesquisa qualitativa. *In*: CHEHUEN NETO, J. A. (org.) **Metodologia da pesquisa científica: graduação à pós-graduação**. Curitiba: CRV, 2012. p. 133-146.
- DIAS, J. C. F. **Educação ambiental nas aulas de geografia: uma proposta metodológica no Centro de Ensino Nina Rodrigues, no município de Anajatuba – MA**. 2019. 145 f. Dissertação (Mestrado em Gestão de Ensino da Educação Básica) - Universidade Federal do Maranhão, UFMA, São Luís, 2019. Disponível em: <https://tede.ufma.br/jspui/handle/tede/2750>. Acesso em: 30 mar. 2021.
- DIAS, L. J. B. da S. **Proposta metodológica de zoneamento ambiental aplicada ao município de Anajatuba (MA)**. 2006. 123 f. Dissertação (Mestrado em Oceanografia e Limnologia) - Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2006. Disponível em: <http://tede.ufma.br:8080/jspui/handle/tede/1216>. Acesso em: 10 fev. 2019.
- FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.
- GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002. pdf.
- GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2014.
- IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico 2010**. 2010. Disponível em: <http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/temas.php?lang=&codmun=210070&idtema=16&search=maranhao|anajatuba|sintese-das-informacoes>. Acesso em: 4 out. 2017.
- MARANHÃO (Estado). **Decreto nº 11.900, de 11 de junho de 1991**. Cria, no Estado do Maranhão, a Área de Proteção Ambiental da Baixada Maranhense, compreendendo 03 (três) Sub-Áreas: Baixo Pindaré, Baixo Mearim-Grajaú e Estuário do Mearim-Pindaré – Baía de São Marcos incluindo a Ilha dos Caranguejos. 1991. Disponível em: <http://www.oads.org.br/leis/2192.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2018.
- MARANHÃO (Estado). Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos. **Enciclopédia dos municípios maranhenses: microrregião geográfica da baixada maranhense**. São Luís: IMESC, 2013. 2 v.
- MARANHÃO (Estado). Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos. **Relatório de queimadas maranhenses**. São Luís: IMESC, v. 2, n. 1, 2018. Disponível em: http://imesc.ma.gov.br/src/upload/publicacoes/Relatorio_de_Queimadas_Anuar_20181.pdf. Acesso em: 10 fev. 2019.
- MARTINS JÚNIOR, L. **O uso da oficina pedagógica no ensino de geografia numa perspectiva inclusiva**. 2016. 178 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade

Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2016. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/167941/339042.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 10 fev. 2019.

MENDONÇA, F. **Geografia e meio ambiente**. 9. ed. São Paulo: Contexto, 2012.

MORAES, R. Análise de conteúdo. **Revista Educação**, Porto Alegre, v. 22, n. 37, p. 7-32, 1999. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4125089/mod_resource/content/1/Roque-Moraes_Analise%20de%20conteudo-1999.pdf. Acesso em: 02 fev. 2018.

PELEGRINI, D. F.; VLACH, V. R. F. As múltiplas dimensões da educação ambiental: por uma ampliação da abordagem. *In*: PORTO, I. M. R.; VLACH, V. R. F. (org.). **Ensino de geografia, diversidade e cidadania: aprendizagens em construção**. São Luís: Editora UEMA, 2015. p. 117-136.

RISSO, C. (org.). **Ensino de geografia e educação ambiental: relatos de experiências**. Unesp/Ourinhos: Campos Experimental de Ourinhos, 2013.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico**. 23. ed. rev. atual. São Paulo: Cortez, 2007.

STRAFORINI, R. O ensino de Geografia como prática espacial de significação. **Estudos Avançados**, v. 32, n. 93, 2018. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142018000200175. Acesso em: 30 mar. 2021.

TREVELIN, A. T. C.; PEREIRA, M. A. A.; OLIVEIRANETO, J. D. A utilização da sala de aula invertida em cursos superiores de tecnologia: comparação entre o modelo tradicional e o modelo invertido “Flipped Classroom” adaptado aos estilos de aprendizagem. **Revista de Estilos de Aprendizagem**, v. 11, n. 12, p. 1-14, 2013. Disponível em: <http://learningstyles.uvu.edu/index.php/jls/article/view/12>. Acesso em: 10 fev. 2019.

VIEIRA, E.; VOLQUIND, L. **Oficinas de ensino: o quê, porquê? Como?** 4. ed. Porto Alegre: Edipucrs, 2002.

DINÂMICA DO USO E COBERTURA DA TERRA DO PARQUE ESTADUAL DO BACANGA, ILHA DO MARANHÃO

DYNAMICS OF USE AND COVER OF THE LAND OF THE
BACANGA STATE PARK, ISLAND OF MARANHÃO

DINÁMICA DEL USO Y COBERTURA DEL TERRENO DEL
PARQUE ESTATAL DE BACANGA, ISLA DE MARANHÃO

Marly Silva de Morais¹
Jefersson Domingos Viana²
José Fernando Rodrigues Bezerra³
Regina Célia de Oliveira⁴

RESUMO: Este artigo analisa mudanças espaço-temporais do uso e cobertura da terra no Parque Estadual do Bacanga, Ilha do Maranhão, no período de 1988 a 2020, na perspectiva de subsidiar as ações de planejamento territorial com base na abordagem geossistêmica proposta por Rodriguez, Silva e Cavalcanti (2017). Para esse fim, foram realizados trabalhos de campo e sistematização de dados através das imagens do Google Earth de 1988, aerofotos de 2001, satélite Rapideye de 2011 e imagem do satélite Sentinel 2B para o ano de 2020, processadas e analisadas a partir de técnicas de geoprocessamento. Os resultados mostram que, ao longo dos 40 anos, as áreas de cobertura vegetal passaram por processos de diminuição, enquanto as áreas antrópicas foram consolidadas, culminando em uma redução de limite da área de estudo.

Palavras-chave: Uso e cobertura da terra. Dinâmica espacial. Ilha do Maranhão.

ABSTRACT: This article analyzes the spatio-temporal changes in land use and coverage in Bacanga State Park, Maranhão Island, in the period from 1988 to 2020, in the perspective of subsidizing territorial planning actions based on the geosystemic approach of the proposed by Rodriguez, Silva and Cavalcanti (2017). For this, fieldwork and data systematization

1 Doutoranda em Geografia pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). E-mail: marlymorais22@hotmail.com.

2 Mestrado em Geografia, Natureza e dinâmica do Espaço pela Universidade Estadual do Maranhão (UEMA).

E-mail: jefferrson_viana@hotmail.com.

3 Professor do Mestrado em Geografia, Natureza e Dinâmica do Espaço da Universidade Estadual do Maranhão (UEMA).

E-mail: fernangeo@yahoo.com.br.

4 Professora do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP).

E-mail: regina5@unicamp.br.

Agradecimentos: À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES), pela concessão da bolsa através do processo nº 88882.167431/2018-01, aos integrantes do Grupo de Pesquisa e Mapeamento - GEOMAP/UEMA e do Núcleo de Estudos Ambientais Litorâneos (NEAL) da Unicamp.

Artigo recebido em abril de 2021 e aceito para publicação em agosto de 2021.

were performed using Google Earth images from 1988, aerial photographs from 2001, Rapideye satellite from 2011 and image from the Sentinel 2B satellite from the year 2020, processed and analyzed using geoprocessing techniques. The results show that over the 40 years, the vegetation cover areas underwent processes of decrease, while the anthropic areas were consolidated, which culminated in the reduction of the limit the study area.

Keywords: Land use and coverage. Spatial dynamics. Maranhão Island.

RESUMEN: Este artículo analiza los cambios espacio-temporales en el uso y cobertura del suelo en el Parque Estatal Bacanga, Isla Maranhão, en el período de 1988 a 2020, en la perspectiva de subsidiar acciones de planificación territorial basadas en el enfoque geosistémico de la propuesta por Rodríguez, Silva y Cavalcanti (2017). Para ello, se realizaron trabajos de campo y sistematización de datos utilizando imágenes de Google Earth de 1988, fotografías aéreas de 2001, satélite Rapideye de 2011 e imagen del satélite Sentinel 2B del año 2020, procesadas y analizadas mediante técnicas de geoprocésamiento. Los resultados muestran que a lo largo de los 40 años, las áreas de cobertura vegetal sufrieron procesos de disminución, mientras que las áreas antrópicas se consolidaron, lo que culminó en la reducción del límite del área de estudio.

Palabras clave: Uso y cobertura del suelo. Dinámica espacial. Isla de Maranhão.

INTRODUÇÃO

A expansão dos aglomerados urbanos, a exploração dos recursos naturais, entre outras atividades estimularam transformações lépidas no espaço geográfico, culminando em fragmentos isolados da cobertura vegetal (CALEGARI *et al.*, 2010).

A fragmentação da cobertura vegetal causa impactos negativos, como a destruição da biodiversidade genética ocasionada pelo esgotamento do solo, assoreamento dos rios, diminuição da fauna e da flora e mudanças nas condições microclimáticas (COUTINHO *et al.*, 2013; CRIVELENTI *et al.*, 2014).

Assim, mediante os inúmeros problemas ambientais e depois de eventos ocorridos mundo a fora, o Brasil, através da Lei nº 9.985/00, criou o SNUC (Sistema Nacional de Unidades de Conservação) que estabeleceu uma política de âmbito nacional com normas para criação, implementação e gestão da Unidade de Conservação.

No município de São Luís, Ilha do Maranhão, foram criadas as seguintes UCs de responsabilidade estadual: Área de Proteção Ambiental do Itapiracó, Parque Ecológico Estadual Lagoa da Jansen, Área de Proteção Ambiental do Maracanã, Estação Ecológica do Rangedor e o Parque Estadual do Bacanga.

No entanto, apenas a criação da UCs não garantirá a conservação e preservação, portanto, é necessário que se tenha um bom manejo desses espaços. Um exemplo é o Parque Estadual do Bacanga – PEB, criado através do Decreto Estadual nº 7.545 de 2 de março de 1980 (MARANHÃO, 1980), com uma área de 3.075ha, localizado no centro-oeste da Ilha do Maranhão. Esse espaço é a resistência da Antiga Floresta Protetora dos Mananciais criada no ano de 1944. Historicamente, desde sua criação, o PEB apresenta diversos problemas ambientais, acarretados principalmente pela urbanização desordenada.

Entre os problemas encontrados no Parque Estadual do Maranhão, consta o asfaltamento em áreas de recargas dos mananciais subterrâneos, canais de esgoto lançados diretamente nos rios sem nenhum tratamento e a retirada da vegetação nativa, ocasionando a degradação do solo.

Por essa razão, na contemporaneidade científica e tecnológica, temas voltados a análise espaço-temporal assumem importância em vários campos do conhecimento, como a Ciência Geográfica, uma vez que proporciona uma análise crítica da paisagem ocasionadas pelos sistemas antrópicos, através do mapeamento do uso e cobertura da terra (HOLLER *et al.*, 2018).

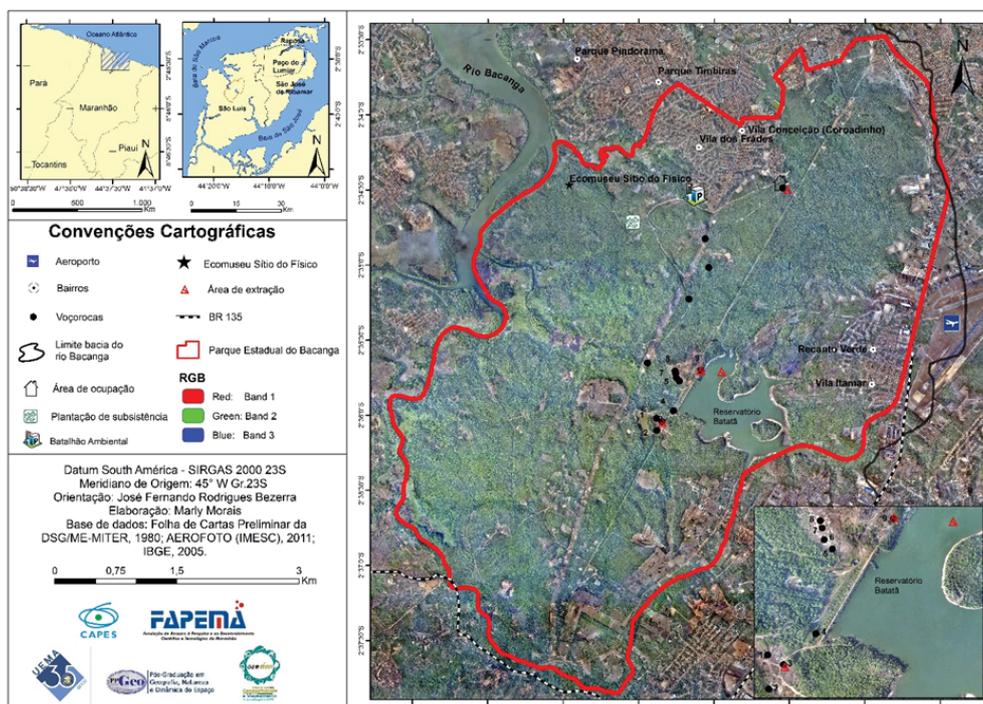
O mapeamento do uso e cobertura da terra simbolizam o arranjo espacial das diversas tipologias da superfície terrestre. Constitui-se numa ferramenta primordial ao planejamento ambiental por direcionar a ocupação das unidades de paisagens, considerando seus níveis de fragilidades (ROSA, 2007; LEITE; ROSA, 2012).

Quanto a terminologia uso e cobertura da terra, cabe ressaltar que o uso da terra se refere a utilização cultural, ou seja, ações produzidas dentro dos sistemas antrópicos no intuito de conseguir proveitos ou produtos, associadas às questões socioeconômicas ou não. Enquanto a cobertura, tange ao revestimento biofísico terrestre, definido como elementos da natureza, como a vegetação e a água (ARAUJO FILHO; MENESES; SANO, 2007; NOVO, 2010; IBGE, 2013).

Diante do exposto, e em função do grande potencial paisagístico e hídrico do Parque Estadual do Bacanga, que além de abastecer 20% da população do município de São Luís, atua como regulamentador de temperatura da Ilha, o presente artigo objetivou caracterizar as condições de uso e cobertura da terra entre os anos de 1988 - 2020, do PEB, almejando subsidiar as ações que visem o planejamento territorial por parte dos entes públicos e da sociedade civil organizada.

LOCALIZAÇÃO E CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO

O Parque Estadual do Bacanga - PEB foi criado através do Decreto Estadual nº 7.545, de 2 de março de 1980 (MARANHÃO, 1980), com uma área de 3.075ha, fica localizado na porção centro-oeste da Ilha do Maranhão (Figura 1).



Fonte: Elaborado pela autora, 2018.

Figura 1. Mapa de localização do Parque Estadual do Bacanga, Ilha do Maranhão.

As paisagens naturais do Parque Estadual do Bacanga desenvolvem-se sob dinâmica climática única, resultante de diversos fatores, influenciados principalmente pelas massas de ar, os ventos alísios e a Zona de Convergência Intertropical (ZCIT). Esses condicionantes climáticos são caracterizados em dois períodos distintos, um chuvoso (Índice pluviométrico médio fica em 2.000 mm/ano), que se caracteriza por apresentar moderados a grandes excedentes hídricos, enchentes dos rios, baixa evaporação, elevada umidade relativa do ar, solos úmidos e temperaturas moderadas, que se estendem de janeiro a junho. E outro de estiagem, de julho a dezembro, que se define por déficit de precipitação, altas taxas de evaporação, baixa umidade relativa do ar, solos secos, temperaturas mais elevadas e vazantes dos rios (MARANHÃO, 1998; PINHEIRO; ARAÚJO, 2019).

As ações climáticas agem sob uma litologia superficial constituída por rochas da Formação Itapecuru, originárias do Cretáceo, sobrepostas, em algumas áreas, por camadas de Formação Barreiras que datam do Terciário e da Formação Açuí do Holoceno Quartenário (PEREIRA, 2006; BEZERRA, 2011). Essas formações deram origem pedológica aos Argissolos Vermelho-Amarelo, Neossolos Regolíticos, Gleissolos e Gleissolos Tiomorficos.

A geomorfologia do Parque Estadual do Bacanga, segundo a classificação taxonômica de Ross (1992), Bezerra (2011) e Silva (2012), insere-se na morfoestrutura da Bacia de São Luís, esta, por sua vez, apresenta quatro morfoescultura: Colina dissecada, Depósito Quaternário (eólico fluvial e flúvio – marinho/relevo agradacional) e Superfície tabular (relevo denudacional).

Em relação à hidrografia da área de estudo, está inserida na bacia hidrográfica do rio Bacanga que apresenta um sistema de drenagem de quinta ordem conforme a classificação de Strahler (1952). Com um total de 473 canais em uma área de 95,02Km², evidencia um grande potencial hídrico (MARANHÃO, 1991). Uma grande parte da área da bacia possui ecossistema de manguezal, na faixa litorânea, nas demais áreas encontram-se formações vegetais primitivas que foram quase totalmente substituídas, restando tipos de vegetação secundárias mistas, caracterizadas pela ocorrência de plantas herbáceas e palmáceas, nas zonas emersas (FONSECA NETO, 2002).

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A partir da abordagem metodológica de Rodriguez, Silva e Cavalcanti (2017), foi realizado o mapeamento por meio da interpretação visual de imagens de satélite e aerofotos, utilizando técnicas de processamento digital em Sistema de Informação Geográfica (SIG). Para validação de informação e observação *in loco*, foram realizados trabalhos de campo, assim como a aquisição e utilização de bases cartográficas e bibliografias disponíveis. Para o mapeamento de uso e cobertura da terra, o trabalho seguiu as recomendações indicadas no Manual Técnico do Uso da Terra (IBGE, 2013).

Foram realizados 17 (dezesete) inspeções de campo entre os meses de janeiro/2017 a janeiro/2020. Os campos em questão serviram para conhecimento e observação da área, bem como para obter informações acerca do uso e cobertura da terra, tanto para o mapeamento como para fins de validação.

Para produção dos mapas, foi adquirido o banco de dados de Bezerra (2011), base do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), base de dados do Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos (IMESC) e os limites do Parque disponibilizados pela Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Naturais (SEMA).

Os *shapefiles* adquiridos de Bezerra (2011) são referentes à drenagem, curvas de nível e limite, no qual haviam nove cartas vetorizadas da Diretoria do Serviço Geográfico do Ministério do Exército (DSG/ME- MINTER), datadas de 1980 correspondentes a São Luís, folhas 13, 21, 22, 23, 29, 30, 31, 38 e 39 adquiridas no Zoneamento Ecológico Econômico do Maranhão - ZEE, referentes à bacia hidrográfica do Bacanga, na qual o PEB está inserido na escala de 1:10.000.

As cartas DSG que correspondem ao Parque Estadual do Bacanga (PEB) são 22, 23, 31 38 e 39. Para o mapa de localização, foi utilizada uma aerofoto que corresponde ao ano de 2009, fornecida pelo IMESC na composição RGB (1,2,3), assim como as bases do IBGE e da SEMA.

Para o mapeamento de uso e cobertura da terra, foram utilizadas imagens do Google Earth, aerofotos e imagens de satélite. Essas escolhas levaram em consideração as informações disponíveis para área de estudo, a partir do marco da criação da Unidade de Conservação no ano de 1980.

O primeiro mapa de uso e cobertura (1998) foi gerado a partir das imagens disponíveis no Google Earth e o segundo (2001) por aerofoto. Para estes dois períodos, foi realizado primeiramente o georreferenciamento, adicionando-se o *shapefile* do arruamento do município de São Luís com o mesmo sistema de coordenadas do data frame, SIRGAS 2000.

O terceiro mapa foi baseado nas imagens de satélite Rapideye, do ano de 2011, adquiridas em 5 (cinco) faixas multiespectrais de resolução radiométrica de 12 bits, ortorretificadas com 5 metros de resolução espacial, georreferenciadas e sob o sistema de coordenadas WGS 1984 UTM Zone 24 South. Essas imagens são disponibilizadas no Geocatálogo do Ministério do Meio Ambiente (MMA).

O mapa de uso e cobertura do ano de 2020 foi baseado na imagem do satélite Sentinel 2B, órbita/ponto 220-62, de 23/06/2020, bandas 2, 3, 4 e 8 referentes às bandas espectrais do azul, vermelho, verde e infravermelho próximo, com 10 metros de resolução espacial, além de fotografias aéreas, que possibilitaram maior detalhamento.

Para todos os mapas de uso e cobertura, foi realizado o processo de classificação supervisionada pelo método da Máxima Verossimilhança (MAXVER), considerando os valores espectrais pixel a pixel. Posteriormente, realizou-se a identificação dos grupos de pixels que representam a cobertura arbórea (Mata Ciliar e Floresta Secundária Mista), área de manguezal, área de vegetação herbácea (gramíneas), solo exposto, área antrópica e corpos d'água. Ressalta-se que somente na imagem de 2020 foi possível identificar a mata ciliar, já validada em trabalhos de campo.

Destaca-se que para acurácia efetiva desse procedimento, é necessário trabalhos de campo ou reconhecimento prévio da área, para que as assinaturas distintas de cada categoria de uso e cobertura da terra sejam definidas com segurança (CRÓSTA, 1993; ROSA, 2007).

Os produtos cartográficos gerados estão dispostos na escala de 1: 30.000 e foi editado no software ArcGis 10.2 com licença registrada na Universidade Estadual do Maranhão (UEMA). O sistema de projeção adotado corresponde ao Universal Transversa de Mercator (UTM), tendo como referencial geodésico o Sistema de Referência Geocêntrico para as Américas (SIRGAS, 2000).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

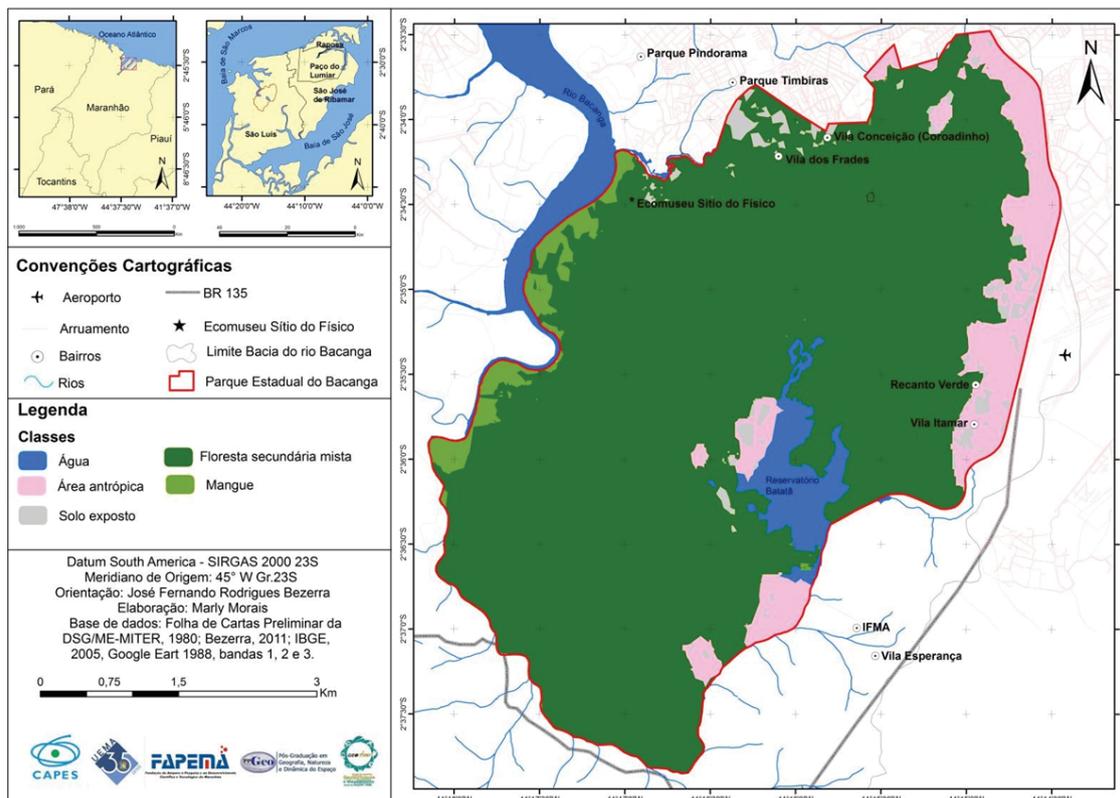
Os resultados da classificação de imagens multitemporais permitiram a análise da dinâmica do uso e cobertura da terra entre 1988 – 2020, em que foram identificadas seis categorias. São elas: área antrópica, floresta secundária mista, gramíneas, mangue e solo exposto e água.

De acordo com a distribuição de área por classes identificadas em 1988, observa-se que 83,43% do PEB conserva áreas florestais e 2,52% com mangue, enquanto as áreas antrópicas somavam 8,44% da área e 2,07% de solo exposto. Os 3,53% das áreas restantes correspondiam à hidrografia (Tabela 1 e Figura 2).

Tabela 1. Cenário de uso e cobertura da terra do PEB em 1988.

Categorias	Área	
	Valor relativo (%)	Valor absoluto (Km ²)
Área antrópica	8,44	2,67
Floresta secundária mista	83,43	26,38
Mangue	2,52	0,79
Solo exposto	2,07	0,65
Água	3,53	1,11
Total	99,99	31,63

Fonte: Elaborado pela autora, 2018.



Fonte: Elaborado pela autora, 2018.

Figura 2. Mapa de Uso e Cobertura da Terra de 1988 do Parque Estadual do Bacanga.

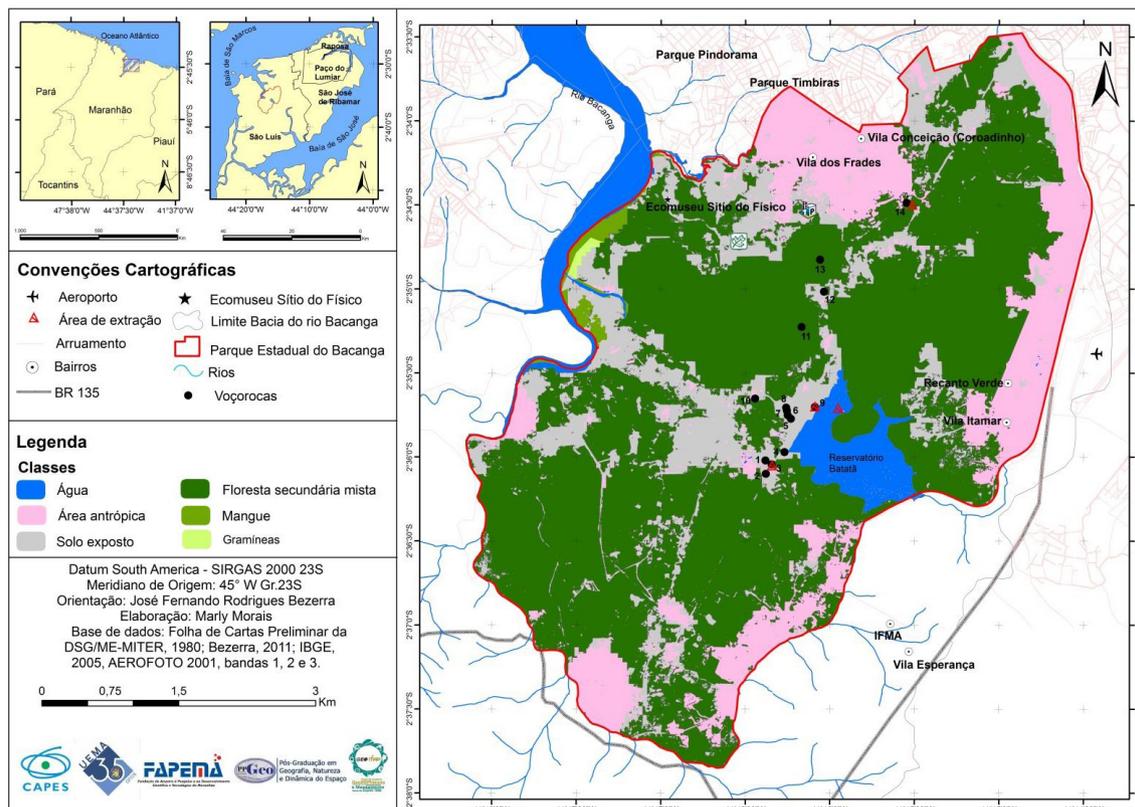
O cenário do uso/cobertura da terra no ano de 1988 revelou a predominância de áreas da floresta secundária mista, distribuídas por todo o PEB. As áreas de mangue acompanham o rio Bacanga e o solo exposto consistia em fragmentos residuais, restritos na época na porção noroeste e a área antrópica, acompanhando todo processo histórico citado anteriormente.

O diagnóstico da imagem de 2001 revelou que 60,03% do PEB conservavam áreas florestais e 0,78% com mangue, enquanto as áreas antrópicas somavam 18,09% da área e 17,68% de solo exposto. Os 3,25% das áreas restantes correspondiam à hidrografia (Tabela 2 e Figura 3).

Tabela 2. Cenário de uso e cobertura da terra do PEB em 2001.

Categorias	Área	
	Valor relativo (%)	Valor absoluto (Km ²)
Área antrópica	18,09	5,71
Floresta secundária mista	60,03	18,97
Mangue	0,78	0,24
Solo exposto	17,68	5,59
Gramíneas	0,16	0,06
Água	3,25	1,05
Total	99,99	31,63

Fonte: Elaborado pela autora, 2018.



Fonte: Elaborado pela autora, 2018.

Figura 3. Mapa de Uso e Cobertura da Terra de 2001, do Parque Estadual do Bacanga.

Correlacionando o cenário de uso e cobertura da terra nos anos de 2001 e 2011, nota-se que a floresta secundária mista cresceu 0,10% e o mangue sofreu uma redução de 1,03%, em contrapartida, o solo exposto teve um aumento de 1,33%.

O aumento da floresta secundária mista ocorreu graças à campanha “Bacanga Floresta Viva para Todos”, durante os anos de 2004 e 2006, por um Comitê operacional composto pela Associação Maranhense para a Conservação da Natureza – AMAVIDA, Planeta Vida, Instituto Maranhense de Recursos Hídricos – IMARH, Batalhão Ambiental e Secretaria de Meio Ambiente – SEMA que inicialmente tinham o objetivo de plantar um milhão de mudas nativas, no entanto, até setembro de 2005, somente 1,5% do previsto havia sido concluído, ou seja, 15.000 mudas.

A campanha supracitada não trabalhou com a sensibilização da comunidade on site e of site do PEB, assim, este foi um ponto negativo e seu reflexo percebido no aumento do solo exposto em áreas do manguezal.

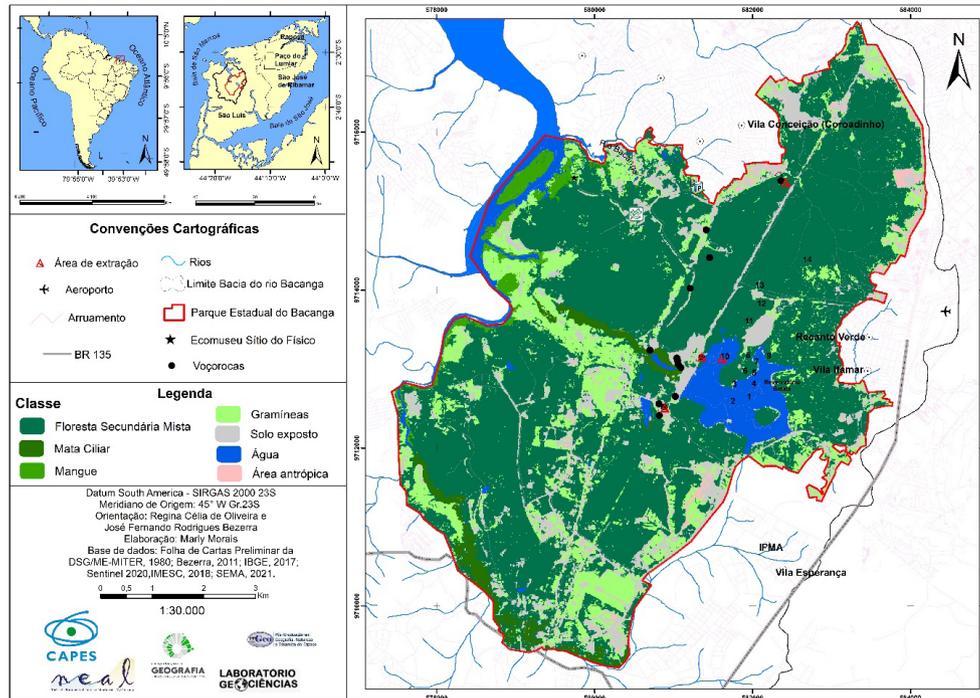
A identificação das classes da imagem de 2020 aduziu que 65,46% do PEB conserva áreas florestais (Floresta secundária mista e Mata ciliar) e 0,59% com mangue, enquanto as áreas antrópicas somavam 1,06% da área, solo exposto com 11,41% e a água com 5,37% (Tabela 4).

Tabela 4. Cenário de uso e cobertura da terra do PEB em 2020.

Categorias	Área	
	Valor relativo (%)	Valor absoluto (Km ²)
Área antrópica	1,06	0,31
Floresta secundária mista	63,06	18,75
Mangue	1,99	0,59
Mata ciliar	2,43	0,72
Solo exposto	11,41	3,39
Gramíneas	14,67	4,36
Água	5,37	1,61
Total	99,99	29,73

Fonte: Autores, 2021.

Com a nova delimitação do Parque Estadual do Bacanga através da Lei Estadual nº 11.343, de 29 de setembro de 2020, há uma significativa mudança na classe de área antrópica, essa alteração ocorre pela redução do limite em 1,9km². Nesse novo cenário de uso/cobertura da terra, há um aumento de 2,93% das áreas da floresta secundária mista e 1,74% do mangue. Houve também um decréscimo de 7,58% na área de solo exposto, enquanto a gramínea expandiu-se 13,79% (Figura 5) por toda área de estudo, em comparação ao ano de 2011. Foi possível identificar a classe de mata ciliar com 2,43%.



Fonte: Autores, 2021.

Figura 5. Mapa de Uso e Cobertura da Terra de 2011 do Parque Estadual do Bacanga.

O acréscimo da floresta secundária mista ocorreu devido ao plantio de trinta e três mil mudas durante os anos de 2011 e 2012, realizada pela Itaquí Geração de Energia S/A – ENEVA e Florest Ambiental, ambas contratadas pelo IBAMA. No entanto, segundo relatos das empresas, nem todas as mudas floresceram, pois não efetuaram a reabilitação das áreas degradadas, onde os processos erosivos encontrados já eram vistos no ano de 2001, além do não trabalho de educação ambiental com os moradores. Outro ponto que justifica o aumento da floresta, está no abandono de casas no interior do PEB.

Em síntese, o mapeamento do uso e cobertura da terra nos anos de 1988, 2001, 2011 e 2020 (Tabela 6) demonstra que oito anos após a criação do Parque, a maior parte do setor é ocupada pela floresta secundária mista mesmo com a redução dos seus limites entre os anos de 1984 - 2020.

Tabela 5. Síntese do cenário de uso e cobertura da terra do Parque Estadual do Bacanga nos anos de 1988, 2001, 2011 e 2020.

ANO	CLASSE %						
	Água	Floresta Secundária Mista	Mata Ciliar	Mangue	Área antrópica	Solo Exposto	Gramíneas
1988	3,53	83,43	x	2,52	8,44	2,07	x
2001	3,25	60,03	x	0,78	18,09	17,68	0,16
2011	3,09	60,13	x	0,25	16,65	18,99	0,88
2020	5,37	63,06	2,43	1,99	1,06	11,41	14,67

Fonte: Autores, 2021.

Em 2001, treze anos após a primeira imagem avaliada, revela-se reduções significativas na cobertura em relação às áreas de floresta e mangue, aumento do solo exposto e o surgimento da classe de gramíneas. Em relação à análise de 2011, nota-se a redução na área antrópica e áreas de mangue, em contrapartida, há um aumento expressivo nas gramíneas. Fotos revelam que, mesmo após reflorestamento, muitos locais encontravam-se com indícios de queimadas. O último ano analisado chama atenção para o aumento de disponibilidade da água superficial, que após nove anos em escassez, relatada em vários veículos de comunicação, ou seja, a falta d'água no reservatório que abastece 20% da população do município de São Luís-MA, reverteu seu quadro com acréscimo de 2,28%.

Cabe ressaltar que estudos recentes no Brasil evidenciam a redução da cobertura vegetal como consequência da expansão de áreas antrópicas voltadas para moradias ou por questões econômicas (AGUIAR, 2002; SANO *et al.*, 2008; LEITE; ROSA, 2012; ARAÚJO, 2015; DELAMARE; SIMON; SATO, 2015; ALTHOFF; RODRIGUES, 2019; LOPES; TRETIN; SIMON, 2019; FERREIRA *et al.*, 2021).

Com base nos produtos cartográficos gerados e validados *in loco*, apresenta-se na sequência as principais características de cada tipologia mapeada, a saber:

a) Área antrópica: engloba os mais diversos tipos de construção, inclusive a áreas de ocupação⁵ (Figura 6). Portanto, corresponde àquelas áreas em que predominam usos residenciais padronizados (oriundos de financiamento oficial ou particular) ou áreas residenciais consolidadas, bem como áreas em que se destacam atividades terciárias.



Fonte: A autora, 2018.

Figura 6. Vista aérea de locais com área antrópica consolidada (1) e áreas de ocupação (2) sentido norte-noroeste do PEB. Fotografia de veículo aéreo não tripulado (VANT).

Com a redução do limite do Parque em 2020, todas as áreas antrópicas consolidadas foram retiradas, por serem consideradas zonas irreversíveis de reabilitação.

b) Floresta Secundária Mista: a Floresta Secundária Mista representa a cobertura vegetal oriunda “da devastação da floresta, por processos que vão desde o arrasamento da área (...) até a retirada das árvores com valor econômico (...)”. Adiciona-se a “ocorrência da vegetação secundária latifoliada (...) e as palmeiras” (MARANHÃO, 1998, p. 84). Pode ser subdividida em mata secundária de terra firme, capoeira e palmácias/babaçuais (Figura 7).

A mata secundária de terra firme é resultante do avanço das ocupações humanas e instalações de áreas agrícolas de subsistência, principalmente nas últimas três décadas. A capoeira é muito frequente na vegetação secundária mista, tem o *Orbigny aspeciosa* (babaçu) como principal representante, que, por sua vez, é mais comum da ilha. A vegetação secundária mista é originada a partir da degradação antrópica de cobertura vegetal original de características amazônicas.

A comunidade científica afirma que os babaçuais são feições que resultam das atividades antrópicas, como atividades agrícolas baseadas no método de queimadas (MARANHÃO, 1998).

Durante o processo de ocupação, ela deixou de ser Floresta Pré-Amazônica, passando a ser vegetação secundária mista.



Fonte: Autores, 2020.

Figura 7. Vista aérea parcial da vegetação secundária mista na porção nor-nordeste do PEB. Fotografia de veículo aéreo não tripulado (VANT).

c) Gramíneas: essa categoria situa-se nas áreas próximas à floresta secundária mista e às áreas urbanizadas, aparecendo de forma sazonal e diferenciada ao longo da UC, é melhor identificada após o período chuvoso (Figura 8).



Fonte: Autores, 2019.

Figura 8. Vista parcial das gramíneas após o período chuvoso na porção central do PEB.

d) Manguezal: as áreas de manguezal (Figura 9) do PEB converteram-se, de forma desordenada, em solos urbanos, nos quais o mangue não se reproduz. Esse ato, além de provocar o desaparecimento da fauna e da flora, ocasiona as enchentes devido ao afunilamento das margens de rios, onde existe vegetação de mangue. Mesmo com o aumento do percentual do mangue em 2020, ainda há práticas constantes de queimadas e ocupação.



Fonte: A autora, 2018.

Figura 9. Vista parcial área do manguezal com pequenos fragmentos de gramíneas e solo exposto com vestígios de queimadas. Fotografia de veículo aéreo não tripulado (VANT).

e) Mata Galeria: a mata galeria pertence à “formação das áreas quaternárias aluviais, influenciadas ou não pelas cheias dos rios; de estrutura complexa, rica em palmeiras”. Nesse caso, destacam-se as palmáceas, como o buriti (*Mauritia flexuosa*) e a juçara (*Euterpe oleracea*) (MARANHÃO, 1998, p.43). Na área de estudo, é possível visualizar pequenas manchas dessa categoria, situadas em propriedades privadas.

f) Solo exposto: essa cobertura da terra comumente aparece nas proximidades de áreas com ocupações, onde acontecem a extração de areia, silte, argila e laterita para construção civil. A cobertura vegetal é constantemente utilizada para a construção de residências dentro e nos bairros circunvizinhos, causando conseqüentemente o aumentando das tensões no Parque do Estadual do Bacanga, entre os moradores e as entidades gestoras. As outras áreas de solo exposto no Parque são referentes as estradas vicinais, queimadas, desmatamento, principalmente para cultivo e processos erosivos (Figura 10).



Fonte: Autores, 2019.

Figura 10. Solo exposto na parte central do Parque.

Após análise dos dados obtidos com os mapeamentos, observou-se que desde sua criação até a atualidade, a não desapropriação de terras na área; o desmatamento geralmente com queimadas; a abertura de estradas; e a unidade de bombeamento associado ao uso e ocupação do solo contribuem significativamente para a diminuição da cobertura vegetal.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise espacial e temporal evidenciou as mudanças ocorridas na paisagem ao longo do tempo no Parque Estadual do Bacanga. Nos últimos 40 anos, as áreas antrópicas se expandiram para as áreas de floresta secundária mista e mangue.

Nesse contexto, o mapeamento contribui para a reflexão de que as áreas de floresta secundária mista e mangue necessitam de uma atenção maior durante o planejamento e gestão

do parque, para que a expansão da área antrópica evite adentrar ainda mais para o interior da unidade de conservação, tendo em vista a permanência da biodiversidade e do atual limite.

Os resultados alcançados são de grande importância para o Zoneamento. A elaboração do Plano de Manejo e reavaliação do uso do Parque Ambiental do Bacanga proporcionam uma maior agilidade no processo de tomada de decisões, visto que servem de subsídio para gestão territorial de maneira planejada e sustentável, evitando problemas de ocupação desordenada.

NOTA

5 As áreas de ocupação correspondem à forma com que a posse da terra se concretiza de fato, não significando, pois, a propriedade de direito Maranhão (1998).

REFERÊNCIAS

- AGUIAR, A. P. D. **Modelagem de mudanças de uso e cobertura do solo na Amazônia:** questões gerais. São José dos Campos: INPE, 2002.
- ALTHOFF D.; RODRIGUES L.N. The expansion of center-pivot irrigation in the Cerrado biome. **Irriga**, Botucatu, v. 1, n. 1, p. 56–61, out. 2019.
- ARAÚJO, M.P. **Classificação supervisionada de imagens de orbitais com o semi-automatic classification plugin.** Tutorial Comunidade QGIS Brasil. Florianópolis: Edição do Autor, 2015.
- ARAÚJO FILHO, M. da C.; MENESES, P. R.; SANO, E. E. Sistema de classificação de uso e cobertura da Terra na análise de imagens de satélite. **Revista Brasileira de Cartografia**, v. 59, n. 02, p. 171-179, ago. 2007.
- BEZERRA, J. F. R. **Geomorfologia e Reabilitação de Áreas Degradadas por Erosão com Técnicas de Bioengenharia de Solos na Bacia do Rio Bacanga, São Luís – MA.** 2011. 249 f. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Rio de Janeiro, 2011.
- BRASIL. Ministério do Exército. Diretoria do serviço geográfico. Cartas DSG. **Folha São Luís**, São Luís, nº13, 21, 22, 23, 29, 30, 31, 38 e 39, 1980.
- CALEGARI, L. *et al.* Análise da dinâmica de fragmentos florestais no município de Carandaí, MG, para fins de restauração florestal. **Revista Árvore**, v. 34, n. 5, p. 871-880, 2010.
- COUTINHO, L. M. *et al.* Usos da Terra e Áreas de Preservação Permanente (APP) na Bacia do Rio da Prata, Castelo-ES. **Floresta e Ambiente**, v. 20, n. 4. p. 425-434, 2013.
- CRIVELENTI, R. C. *et al.* Implicações do novo Código Florestal no planejamento do uso do solo da Fazenda de Ensino, Pesquisa e Extensão. **Floresta**, v. 44, n. 2. p. 271-278, 2014.
- CRÓSTA, A. P. **Processamento digital de imagem de sensoriamento remoto.** Campinas-SP: IG/UNICAMP, 1993. 170 p.
- DELAMARE, T. O.; SIMON, A. L. H.; SATO, S. E. Dinâmica de uso da terra e alterações na linha de costa lagunar: estudo em uma Colônia de Pescadores de Pelotas, RS, Brasil. **Revista da Gestão Costeira Integrada [online]**, v. 15, n. 2, p. 237-248, 2015.
- FERREIRA, A. B. R.; PEREIRA, G.; FONSECA, B. M.; CARDOZO, F. S. As mudanças no uso e cobertura da terra na região oeste da Bahia a partir da expansão agrícola. **Formação (Online)**, v. 28, n. 53, p. 389-412, 2021. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/350804323_AS_MUDANCAS_NO_USO_E_COBERTURA_DA_TERRA_NA_REGIAO_OESTE_DA_BAHIA_A_PARTIR_DA_EXPANSAO_AGRICOLA. Acesso em: 01 maio 2021.
- FONSECA NETO, H. **Potencial de integração de uma área periférica ao centro**

- histórico: o caso do Aterro do Bacanga em São Luís - MA.** 2002. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Urbano) - Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Urbano – UFPE, Recife, 2002.
- HOLLER, W. A.; ROSOT, M. A. D.; GARRASTAZU, M. C.; FIGUEIRA, I. F. R.; LUZ, N. B. DA; MARAN, J. C.; FRANCISCON, L.; OLIVEIRA, Y. M. M. de. Dinâmica de uso e cobertura da terra e análise de tendência de mudanças para o município de Caçado, SC. **Ciência e natureza**, Santa maria, v. 40, e63, 2018.
- IBGE. **Manual técnico de uso da terra.** 3. ed. Rio de Janeiro: IBGE, 2013. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br>. Acesso em: 20 fev. 2021.
- LEITE, E.F.; ROSA, R. Análise do uso, ocupação e cobertura da terra na bacia hidrográfica do Rio Formiga, Tocantins. **Observatorium: Revista Eletrônica de Geografia**, v. 4, n. 12, p. 90-106, 2012.
- LOPES, A. L. O., TRENTIN, G., SIMON, A. L. H. Análise da dinâmica de coberturas e usos da terra como subsídio ao planejamento ambiental de unidades de conservação: aplicações no parque estadual do Camaquã (RS-Brasil). **RAEGA: o Espaço Geográfico em Análise**, Curitiba, v. 46, n. 2, p. 152-170, 2019.
- MARANHÃO (Estado). **Decreto-Lei Estadual nº 7.545, de 07 de março de 1980.** Cria o Parque Estadual do Bacanga.
- MARANHÃO (Estado). Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos. **Diagnóstico ambiental da microrregião da aglomeração urbana de São Luís e dos Municípios de Alcântara, Bacabeira e Rosário.** São Luís, 1998.
- MARANHÃO (Estado). Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Turismo do Maranhão. **Diagnóstico dos Principais Problemas Ambientais do Estado do Maranhão.** São Luís: Lithograf, 1991. 193 p.
- NOVO, E. M. L. de M. **Sensoriamento remoto: princípios e aplicações.** 4. ed. São Paulo: Blucher, 2010.
- PEREIRA, E. D. **Avaliação da vulnerabilidade natural à contaminação do solo e do aquífero do Reservatório Batatã – São Luís - MA.** 2006. 133 p. Tese (Doutorado em Geociências) – Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 2006.
- PINHEIRO, J. M.; ARAÚJO, R. R. Análise da distribuição espaço-temporal da pluviosidade da Ilha do Maranhão nos anos de 2016 e 2017. In: SIMPÓSIO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA FÍSICA APLICADA, 18., 2019, Fortaleza. **Anais [...]**. Fortaleza: UFC, 2019. p. 1-12.
- RODRIGUEZ, M. M.; SILVA, E. V.; CAVALCANTI, A. P. B. **Geoecologia das paisagens: uma visão geossistêmica da análise ambiental.** 5. ed. Fortaleza: Edições UFC, 2017.
- ROSA, R. **Introdução ao sensoriamento remoto.** 6. ed. Uberlândia: EDUFU, 2007. 248 p.
- ROSS, J. L. S. O registro cartográfico dos fatos geomórficos e a questão da taxonomia do relevo. **Revista do Departamento de Geografia, FFLCH-USP**, n. 6, p. 17-29, 1992.
- SANO, E. E. *et al.* Mapeamento semidetalhado do uso da terra do Bioma Cerrado. **Pesq. Agropec. bras.**, Brasília, v. 43, n. 1, p. 153-156, jan. 2008.
- SILVA, Q.D. DA. **Mapeamento geomorfológico da Ilha do Maranhão.** 2012. 249 f. Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia, Presidente Prudente, 2012.
- STRAHLER, A. N. Hypsometric (Área-altitude) análise da topografia erosional. **GSA Bulletin**, v. 63, n. 11, p. 1117-1142, 1952.

CARACTERIZAÇÃO DO USO E COBERTURA DA TERRA DA ZONA RIPÁRIA DO RIO TOCANTINS NO TRECHO DE ESTREITO A IMPERATRIZ-MARANHÃO, BRASIL

**CHARACTERIZATION OF LAND USE AND LAND COVER IN THE RIPARIAN ZONE OF THE
TOCANTINS RIVER IN THE STRETCH FROM ESTREITO TO IMPERATRIZ-MARANHÃO, BRAZIL**

**CARACTÉRISATION DE L'OCCUPATION DES SOLS ET DE L'OCCUPATION DES SOLS DANS LA
ZONE RIVERAINE DU FLEUVE TOCANTINS DANS LE TRONÇON ESTREITO
À IMPERATRIZ-MARANHÃO, BRÉSIL**

Elza Ribeiro dos Santos Neta¹

Idevan Gusmão Soares²

Luiz Carlos Araujo dos Santos³

Claudio Fabian Szlafsztein⁴

RESUMO: O processo de transformação da zona ripária no trecho estudado sinaliza uma mudança na paisagem na escala temporal de 1997 a 2018, para compreender essa mudança, o presente trabalho teve por objetivo caracterizar o processo de transformação da paisagem da zona ripária do rio Tocantins na seção Usina Hidrelétrica de Estreito ao ponto de captação de água da Suzano no período de 1997 a 2018. Para atingir o objetivo utilizou as técnicas de geoprocessamento para delimitar a zona ripária e estabelecer o uso e cobertura da terra. Os procedimentos permitiram estabelecer como resultado a delimitação da zona ripária equivale uma área de 5.681,54 km², o uso e cobertura da zona ripária foi dividida em seis classes: agropecuária, solo exposto, uso urbano, vegetação, água e não identificado. No período estudado verificou uma redução na área de agropecuária e um crescimento das áreas de solo exposto e da vegetação.

Palavras-chave: Zona ripária. Uso e cobertura da terra. Rio Tocantins.

ABSTRACT: The transformation process of the riparian zone in the studied section signals a change in the landscape in the time scale from 1997 to 2018, in order to understand this change, the present work aimed to characterize the process of transformation of the riparian zone landscape in Estreito Hydroelectric Power Plant section to Suzano's water catchment point from 1997 to 2018. To achieve the objective, it used geoprocessing techniques to delimit the

1 Mestre em Geografia, Natureza e Dinâmica do Espaço - PPGeo da Universidade Estadual do Maranhão - UEMA, São Luís, Maranhão, Brasil. E-mail: monickelza@hotmail.com.

2 Mestre em Geografia, Natureza e Dinâmica do Espaço - PPGeo da Universidade Estadual do Maranhão - UEMA, São Luís, Maranhão, Brasil. E-mail: idevanoficial@gmail.com.

3 Doutor em Geografia; Professor do Departamento de História e Geografia e do Programa de Pós-Graduação em Geografia, Natureza e Dinâmica do Espaço - PPGeo da Universidade Estadual do Maranhão - UEMA, São Luís, Maranhão, Brasil. E-mail: luizsantos@professor.uema.br.

4 Doutor em Geografia, Prof. Dr. Universidade Federal do Pará - UFPA e do Programa de Pós-graduação em Geografia, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. E-mail: ioslesz@gmail.com.

Artigo recebido em abril de 2021 e aceito para publicação em agosto de 2021.

riparian zone and establish land use and coverage. The procedures made it possible to establish as a result the delimitation of the riparian zone is equivalent to an area of 5,681.54 km², the use and coverage of the riparian zone was divided into six classes: agriculture, exposed soil, urban use, vegetation, water and unidentified. During the study period, there was a reduction in the area of agriculture and livestock and a growth in areas of exposed soil and vegetation.

Keywords: Riparian zone. Land use and coverage. Tocantins River.

RÉSUMÉ: Le processus de transformation de la zone riveraine dans la section étudiée signale un changement du paysage dans l'échelle de temps de 1997 à 2018, pour comprendre ce changement, le présent travail visait à caractériser le processus de transformation du paysage de la zone riveraine de la rivière Tocantins dans la section de la centrale hydroélectrique Estreito jusqu'au point de captage d'eau de Suzano de 1997 à 2018. Pour atteindre cet objectif, il a utilisé des techniques de géotraitement pour délimiter la zone riveraine et établir l'utilisation et la couverture des terres. Les procédures ont permis d'établir en conséquence la délimitation de la zone riveraine équivalent à une superficie de 5681,54 km², l'utilisation et la couverture de la zone riveraine ont été divisées en six classes: agriculture, sol exposé, usage urbain, végétation, eau et non identifiés. Au cours de la période étudiée, il y a eu une réduction de la superficie de l'agriculture et de l'élevage et une croissance des zones de sol et de végétation exposés.

Mots-clés: Zone riveraine. Utilisation et couverture des terres. Rivière Tocantins.

INTRODUÇÃO

Temas relacionados a questões ambientais vêm apresentando importante relevância nas últimas décadas, suscitando amplos debates não apenas no meio acadêmico, mas também em meio a sociedade. Nesse contexto, problemas relacionados ao clima, solos, fauna, flora, recursos hídricos, entre outros, despertam interesse desses grupos em compreender a dinâmica socioambiental em que ocorrem essas problemáticas. Nesta visão, este trabalho tem como recorte temático as transformações ocorridas na zona ripária em um trecho do rio Tocantins (SANTOS NETA, 2019).

Há inúmeros fatores que colaboram para essas transformações, dentre eles a própria dinâmica ambiental inerente dessas áreas, o crescimento demográfico aliado à expansão urbana e a ocupação da zona ripária com interesses econômicos. As zonas ripárias estão incluídas nas áreas de proteção ambiental delimitadas pelo Código Florestal de 2012 (Lei nº 12.651), entretanto, a ausência de planejamento eficiente e o uso incessante de recursos naturais têm levado esses espaços a um processo de degradação ambiental (SANTOS NETA, 2019).

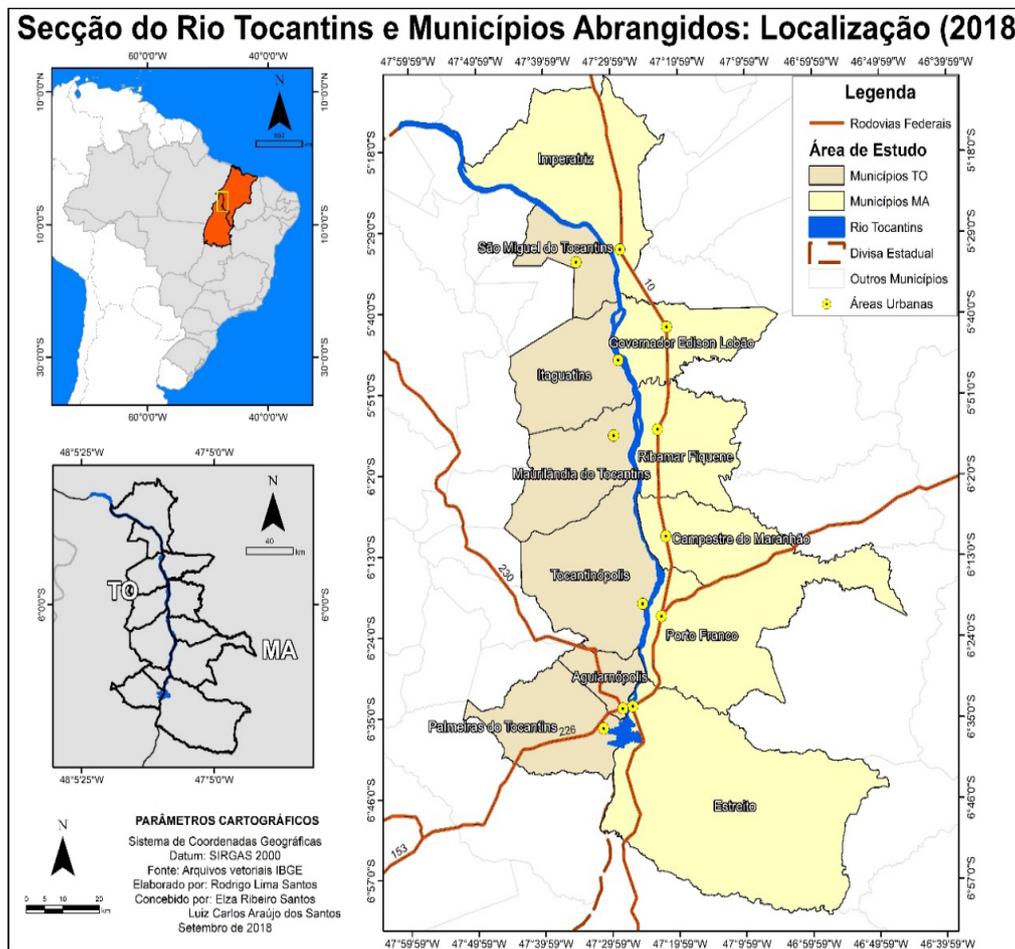
Kobiyama (2003, p.5) explica que zona ripária “é determinada como um espaço tridimensional que contém vegetação, solo e rio, possui extensão horizontal até o alcance da inundação e vertical, do regolito até o topo da copa das árvores”. Este mesmo autor ressalta que quando se trata de zona ripária esta implica apenas espaço, “quando se precisa tratar o sistema, processos, mecanismo entre outros, é melhor usar o termo ecossistema ripário” (KOBİYAMA, 2003, p.6).

A vegetação nas margens dos sistemas fluviais vem sendo cada vez mais suprimida, isto ocorre em decorrência das diversas ocupações, tanto legal como ilegal. A bacia do rio Tocantins ao longo do seu percurso também passa por essas alterações oriundas da ocupação indevida da zona ripária o que tem alterado consideravelmente a paisagem em questão. Este rio percorre quatro estados brasileiros, sendo eles: Goiás, Tocantins,

Maranhão e Pará, passando por mais de 35 cidades e recebe afluentes por onde passa, sendo os principais: Rio das Almas, Cana Brava, Santa Clara, Rio dos Patos, Uru, Tocantinzinho, Sono, Cacau, Mupi e Barra Grande.

O rio Tocantins nasce no estado de Goiás, na divisa entre os municípios de Ouro Verde de Goiás e Petrolina de Goiás. A foz do rio fica no litoral do estado do Pará, no Golfão Amazônico (próximo a cidade de Belém). Esta bacia é muito relevante para os recursos hídricos do Brasil, por ser perene apresenta alto potencial hidrelétrico e abastece praticamente todas as cidades por onde percorre.

Nesta pesquisa a zona ripária desta bacia é apresentada a partir da seção Usina Hidrelétrica de Estreito (UHE) a Zona de Captação de água da Empresa Suzano Papel e Celulose em Imperatriz, este trecho tem aproximadamente 120 km. Estes pontos foram escolhidos pelo fato de serem dois grandes empreendimentos econômicos que se instalaram nesta região no início desta década, tornando-se pontos de referência neste perímetro (Figura 1).



Fonte: IBGE, organizado pela autora, 2018.

Figura 1. Localização da área de estudo.

A área do trabalho compreende o trecho entre a UHE e a Zona de Captação da Suzano, neste perímetro encontram-se 11 municípios - Imperatriz, Governador Edison Lobão, Ribamar Fiquene, Campestre do Maranhão, Porto Franco e Estreito (estado do Maranhão) e São Miguel do Tocantins, Itaguatins, Maurilândia do Tocantins, Tocantinópolis, Aguiarnópolis e Palmeiras do Tocantins

(estado do Tocantins). Todas as demais cidades ficam às margens do rio Tocantins, com exceção dos municípios de Governador Edison Lobão, Campestre do Maranhão e Ribamar Fiquene.

O desafio deste trabalho está voltado para a análise das transformações levando em consideração as implicações ambientais, no período de 1997 a 2018. Este recorte espacial foi escolhido, pois somente a partir de 1997 foram encontradas imagens com melhor qualidade para produzir os mapas de uso e ocupação. Os intervalos temporais foram de 1997, 2004, 2011 e 2018, acredita-se que esses períodos subsidiaram a identificação de possíveis mudanças na paisagem neste percurso.

Diante do exposto, o presente trabalho tem por objetivo caracterizar o processo de transformação da paisagem da zona ripária do rio Tocantins na seção Usina Hidrelétrica de Estreito ao ponto de captação de água da Suzano no período de 1997 a 2018.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Localização da área de estudo

Os dados em formato shapefile para produção do mapa de localização foram obtidos por meio de arquivos vetoriais do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, tais como limites municipal, estadual e nacional. O desenho vetorial do rio Tocantins foi adquirido classificando-se uma imagem do Sensor remoto OLI, Órbita/ponto 222/064 de 29/4/2018, Satélite Landsat-8, por método de classificação supervisionada (PONZONI; SHIMABUKURO; KUPLICH, 2012).

Hipsometria

Os dados foram obtidos pelo Modelo Digital de Elevação-MDE da missão SRTM, com 30 metros de resolução espacial, obtido no banco de dados do Serviço Geológico Americano (s/d). Disponíveis no site <https://earthexplorer.usgs.gov/>. Os dados foram processados, seguindo os passos:

Importação do MDE para o ArcGIS 10.4; reprojeção para o sistema de coordenadas geográficas, Datum: WGS84; recorte do MDE tendo como camada de corte a zona ripária (formato vetorial); reclassificação das cotas de elevação, estabelecendo-se intervalos iguais de agrupamento em 30 metros para a sua representação. Para esta reclassificação utilizou-se a ferramenta reclassify do SIG

Mapeamento do uso e cobertura da terra

A mapeamento do uso e cobertura da terra consistiu na classificação supervisionada de imagens de sensoriamento remoto Landsat, usando Sistemas de Informação Geográfica SPRING 5.5.5 desenvolvido pelo INPE. As classes mapeadas foram: vegetação, agropecuária, uso urbano, solo exposto e água. O método de classificação utilizado foi o pixel a pixel, com a aplicação do algoritmo Maxver-Icm (NERY et al. 2013).

Os mapas foram produzidos com as imagens de 1997, 2004, 2011 e 2018, seguindo os seguintes parâmetros de exatidão, Tabela 1. Segundo Novo (2010), torna-se necessário após a classificação de imagens digitais, avaliar a sua exatidão, ou seja, a determinação de quão bom é o resultado da classificação em relação à realidade. Para se avaliar a acurácia do mapeamento elaborado, pode ser utilizado de análises estatísticas provindas de matrizes de erros que expressam a concordância entre a imagem classificada e o conjunto de amostras de referência. A matriz de erros compara, classe por classe, verificando se a classe a qual determinado alvo foi incluído

corresponde a sua verdadeira classe. A matriz normalmente apresenta o número de linhas e o número de colunas iguais ao número de classes espectrais do estudo (NERY et al. 2013).

Tabela 1. Parâmetros de exatidão dos mapas de uso e cobertura da terra 1997-2018.

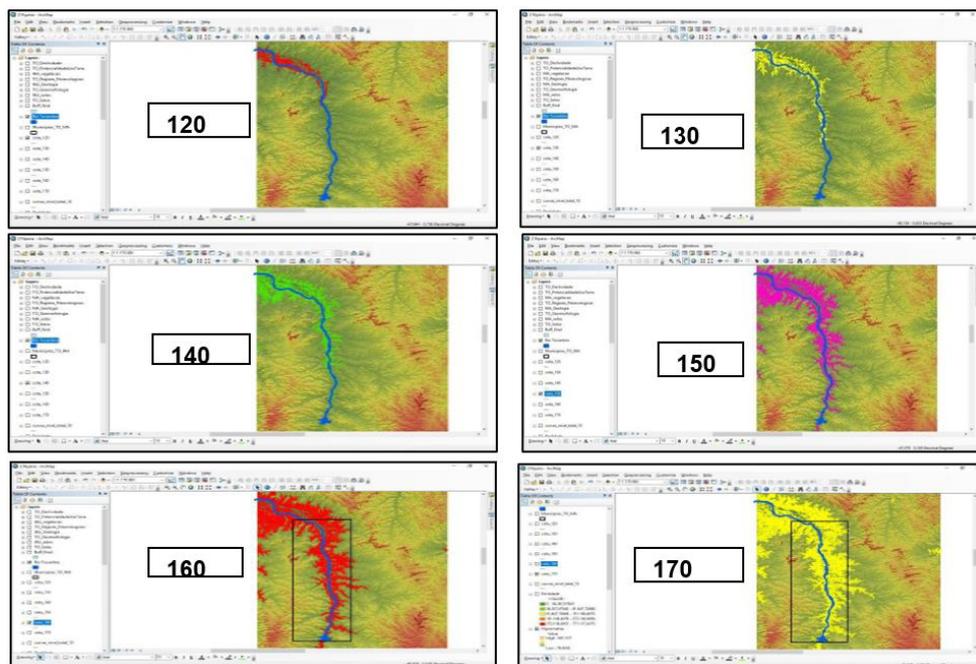
Parâmetros	1997	2004	2011	2018
Desempenho geral	92,20%	92,24%	93,83%	93,42%
Confusão média	4,32%	7,76%	6,17%	6,58%
Abstenção média	3,48 %	0,00%	0,00 %	0,00 %
Estatística KHAT	90,38 %	89,14%	91,36%	91,85 %
Estatística TAU	90,90 %	90,95%	92,95%	92,48 %

Fonte: Dados da pesquisa, 2019.

Processo de delimitação da zona ripária

Para a delimitação da zona ripária da área de estudo utilizou-se o ArcMap 10.4. Levou-se em consideração as curvas de nível e a hipsometria. A partir do rio foi selecionada uma curva mestra, para servir de limiar da Zona Ripária. A partir da curva mestra, acima de 120 m, foi-se testando, considerando que abaixo disso as curvas representam o rio, a curva de nível 200 é a que melhor representa a zona ripária (Figura 2).

Após o estabelecimento da curva de nível adequada para representação da zona ripária, realizou-se sua importação juntamente com a imagem em composição colorida referente ao ano de 2018 para o SPRING. Neste SIG procedeu-se a sobreposição da curva de nível na imagem e em seguida o uso das ferramentas da edição topológica para criar uma linha delimitando a área de estudo a partir da seção Usina Hidrelétrica de Estreito a Zona de Captação de água da Empresa Suzano Papel e Celulose em Imperatriz.



Fonte: Organizado pela autora, 2018.

Figura 2. Processo de delimitação da zona ripária da área de estudo.

Trabalho de campo

Foram realizadas 14 visitas de campo para realização de observações da área de estudo; registros de imagens e validação dos mapas produzidos. Estas visitas foram necessárias a fim de comparar as alterações ocorridas na paisagem em curto intervalo de tempo por meio de registros fotográficos e analisar a dinâmica de deflúvio do rio.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Delimitação da zona ripária da área de estudo

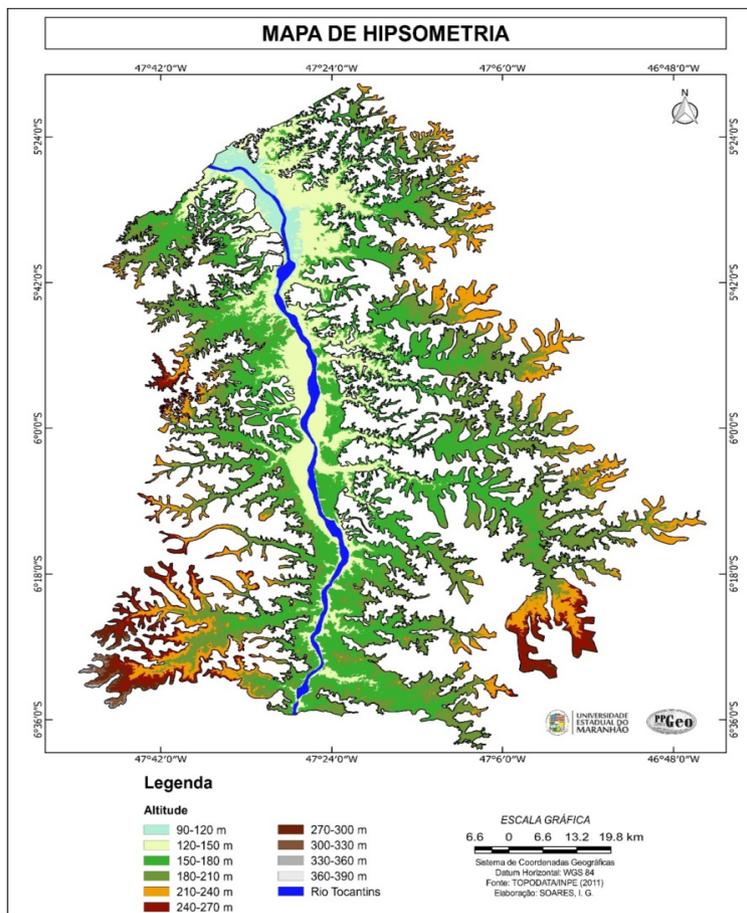
A zona ripária foi delimitada levando em conta a hipsometria, cujo resultado encontra-se na Figura 3. A área da zona ripária equivale a 5.681,54 km², sendo que o trecho que apresentou maior percentual foi entre 150 e 180 metros, equivalendo a 31,87%, já o trecho com menor delimitação de zona ripária ficou na classe de 360 a 390 metros, correspondendo a 0,01%.

A delimitação da zona ripária engloba toda a área de estudo, entretanto esta área no estado do Maranhão não é proporcional ao estado do Tocantins, ressalta-se que a geomorfologia do Tocantins diverge quanto à depressão Imperatriz, pois no estado do Tocantins esta é mais acentuada, i.e., menos inclinada em relação ao estado do Maranhão que se encontra mais plana. A Tabela 2 traz os dados obtidos a partir da aplicação das técnicas de geoprocessamento, que permitiu dividir em classes de área (km²) e em porcentagem (%).

Tabela 2. Classes hipsométricas e seus valores em área (km²) e porcentagem (%).

Classe	Área km²	Percentual %
90 – 120	165,12	2,91
120 – 150	992,97	17,48
150 – 180	1.810,72	31,87
180 – 210	1.659,29	29,20
210 – 240	673,99	11,86
240 – 270	228,11	4,01
270 – 300	104,14	1,83
300 – 330	36,01	0,63
330 – 360	10,85	0,19
360 – 390	0,34	0,01
Total	5.681,54	100

Fonte: Autora, 2018.



Fonte: Dados de arquivos vetoriais do INPE (2011), organizado por Soares (2019).

Figura 3. Delimitação da zona ripária por meio da hipsometria.

Caracterização dos aspectos geoambientais da zona ripária

A zona ripária é composta por elementos físicos que caracterizam uma determinada paisagem, dentre esses elementos encontram-se: formações geológicas, unidades geomorfológicas, solos, hidrografia e climatologia, na sequência faz-se uma características desses elementos na zona ripária da área de estudo.

Quanto ao aspecto geológico a área objeto é constituída pelas seguintes formações: Sambaíba, Grupo Balsas (1,82%), Mosquito (32,66%), Corda (37,19%), Grajaú (6,27%), Codó (4,95%), Itapecuru (12,01%), Depósitos Colúvio-Eluviais (0,13%0,13%), Depósitos Detríticos Indiferenciados (0,02%), Depósitos de Terraços (0,01%) e Depósitos Aluvionares (4,95%).

As Unidades Geomorfológicas são compostas por Planícies fluviais ou flúvio-lacustres (5,07%), Tabuleiros dissecados (0,82%), Baixos platôs (0,64%), Planaltos (4,65%), Superfícies aplainadas conservadas (2,27%), Superfícies aplainadas retocadas ou degradadas (64,16%), Inselbergs e outros relevos residuais (0,07%), Domínios de colinas amplas e suaves (16,33%), Domínios de colinas dissecadas e de morros baixos (1,10%), Domínio de morros e de serras baixas (4,03%), Escarpas serranas (0,04%) e Degraus estruturais e rebordos erosivos (0,81%).

Os solos geralmente são profundos e bem drenados, como os latossolos, neossolos quartzarênicos, luvisolos e plintossolos com baixa fertilidade natural e boas características físicas. Os solos encontrados na área objeto do trabalho são: Argissolo vermelho amarelo (9,52%), Argissolo vermelho amarelo eutrófico (3,05%), Latossolo roxo (0,20%), Latossolo vermelho escuro (3,44%), Latossolo vermelho amarelo (14,65%), Latossolo amarelo (15,26%), Luvisolo vermelho escuro (4,60%), Neossolos litólicos (10,35%), Neossolo quartzarênico (17,53%), Nitossolos (11,80%), Plintossolo (7,25%), Vertissolo (2,36%).

O clima da região em que se encontra o rio Tocantins na seção da pesquisa é o tropical, com temperatura média anual de 26° C, com dois períodos bem definidos: chuvoso e seco. A primeira vai de outubro a abril e a segunda de maio a setembro, apresentando baixa umidade relativa do ar. Os meses de maio e setembro são os meses considerados como de transição, que marcam a passagem do período chuvoso para o período seco. O trimestre usualmente mais chuvoso é o de dezembro/janeiro/fevereiro, quando a Zona de Convergência do Atlântico Sul (ZCAS) geralmente se configura sobre a região central e sudeste do Brasil. Durante os meses de junho a agosto, a região fica sob a influência de uma massa de ar quente e seca, favorecendo o quadro de estiagem meteorológica (ANA, 2018). A precipitação média é de 123 mm.

A precipitação distribuída em dois períodos bem definidos favorece as atividades de lazer associadas as praias, estas se intensificam no período de estiagem que vai de maio a outubro, outras atividades também se destacam, como por exemplo a agricultura, com produtos que se adequam ao baixo nível de precipitação da região.

As zonas ripárias estão diretamente relacionadas ao leito maior e menor do rio, e vale a pena destacar que outrora, antes da construção da UHE, eram comuns enchentes e até inundações nas cidades ao longo deste percurso, enquanto ultimamente só têm acontecido esporadicamente algumas cheias. Verifica-se a variação da vazão no período de 2013-2018, a ocorrência de grande oscilação, por exemplo, para os anos de 2017 com menor média e 2014 apresentando maior média. Quando comparado com os dados de precipitação, verifica-se uma contradição, pois o ano com menor média de precipitação foi 2015 com 85 mm, porém apresenta vazão acima da média de 2017 (considerada pela ANA a menor vazão natural anual entre 1931 e 2017).

Uso e cobertura da terra no período de 1997 a 2018

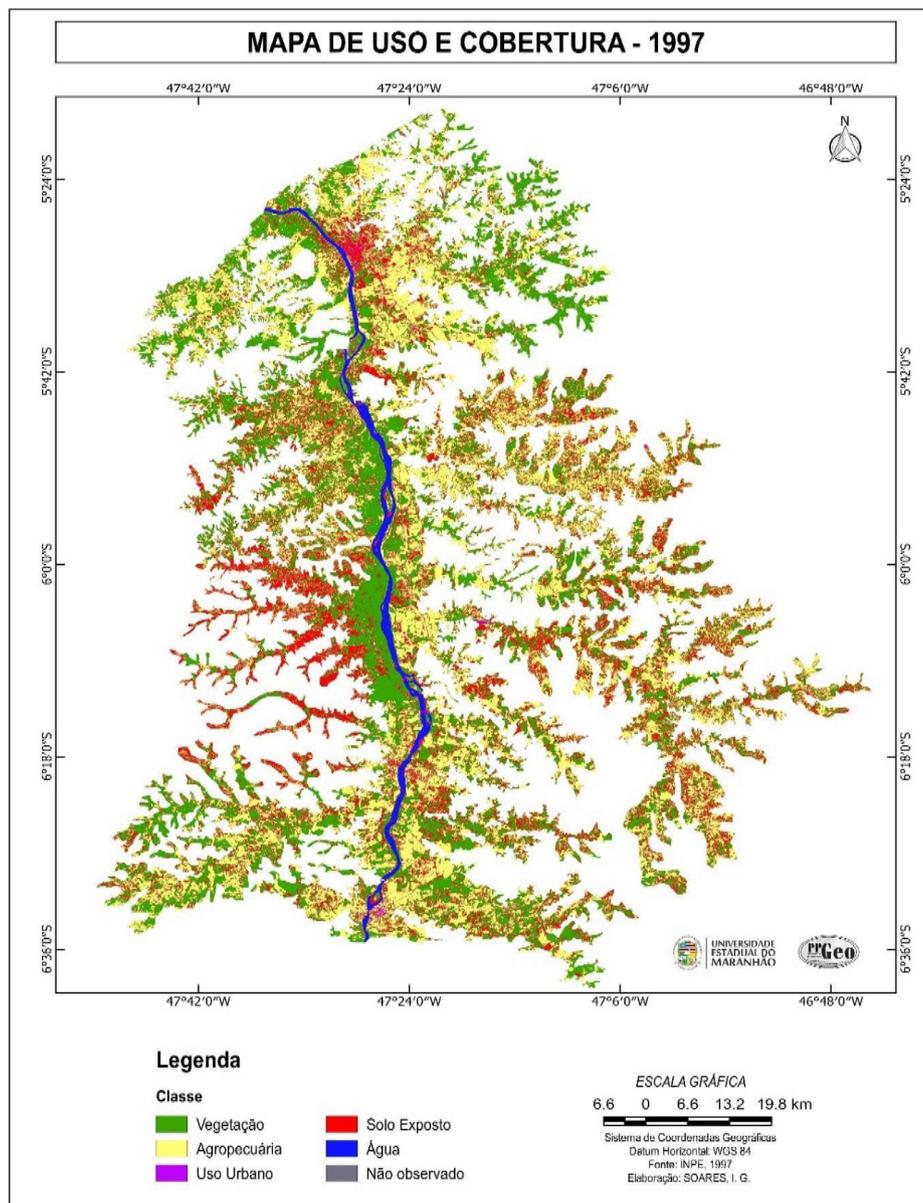
O uso e cobertura da terra na área objeto serve de subsídio para análise visando a compreensão dos processos que levaram as modificações da paisagem no período de 1997 a 2018. O conhecimento sobre a temática, faz-se necessário para garantir a sustentabilidade da região diante das questões ambientais, sociais e econômicas.

Para ter um bom parcelamento da terra para seus diversos usos é necessária uma interação coerente dos elementos naturais, sociais e econômicos envolvidos nesse processo. É isto que vai gerar equilíbrio no âmbito social e econômico que estão diretamente relacionados às atividades dos seres humanos, como também no âmbito natural que envolve os elementos bióticos e abióticos.

A fim de compreender que é uso e cobertura da terra é importante diferenciar conceitualmente os mesmos. “O uso da terra está relacionado com a função socioeconômica (agricultura, habitação, proteção ambiental) da superfície básica” (IBGE, 2013, p.44), ou seja, envolve os aspectos econômicos e sociais. Na área da pesquisa os usos que se destacam são: agropecuária, uso urbano e solo exposto.

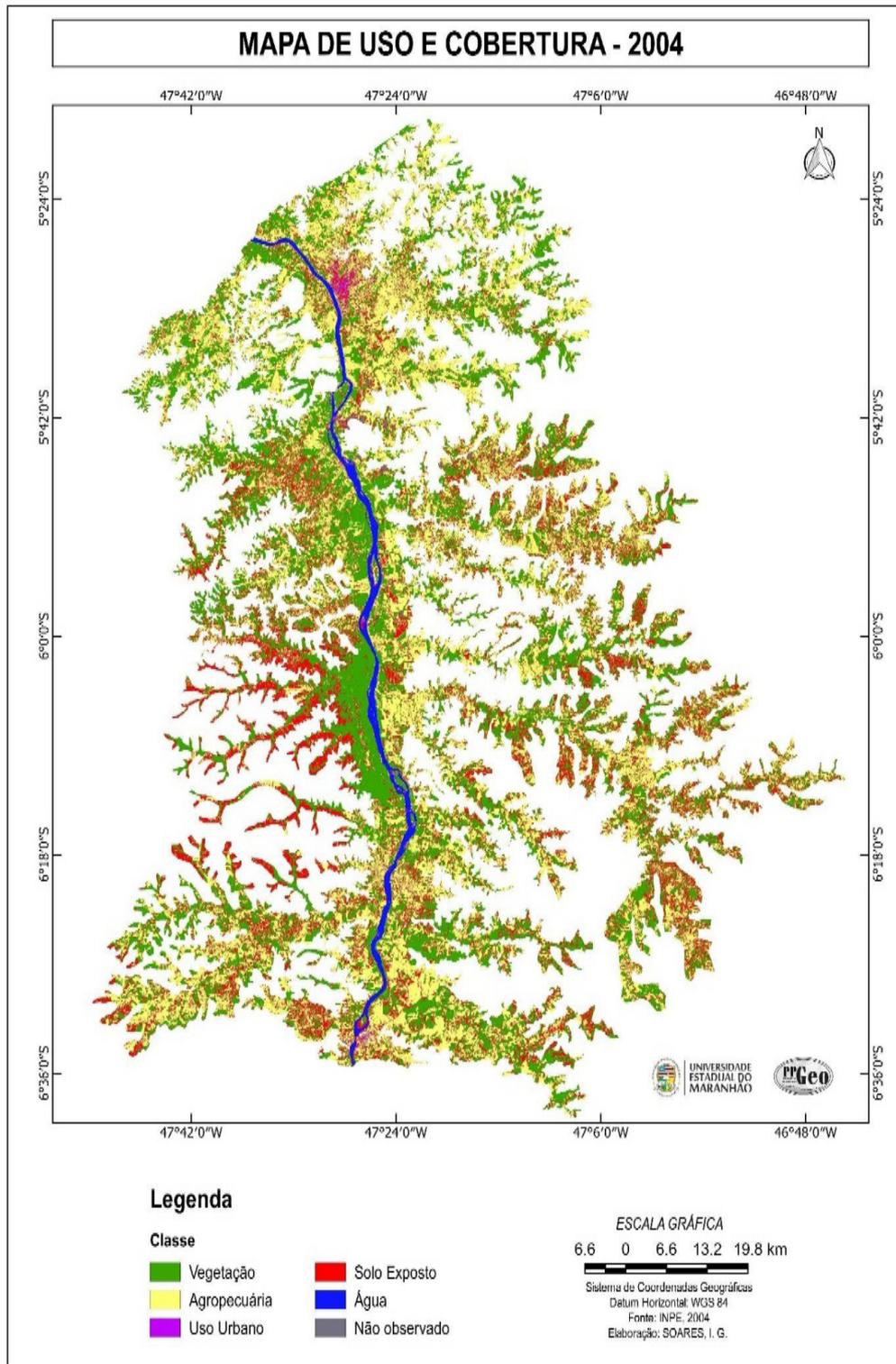
Quanto a cobertura da terra esta é “definida como os elementos da natureza como a vegetação (natural e plantada), água, gelo, rocha nua, areia e superfícies similares, além das construções artificiais criadas pelo homem, que recobrem a superfície da terra” (IBGE, 2013, p.44), ou seja, envolve os elementos naturais da paisagem. Nesta pesquisa as classes de cobertura da terra que se apresentam são: vegetação e água.

As Figuras 4, 5, 6 e 7 trazem os mapas de uso e cobertura da terra dos anos de 1997, 2004, 2011 e 2018 respectivamente. As classes identificadas são: agropecuária, uso urbano, solo exposto, vegetação e água. Os mapas permitem uma análise evolutiva do uso e cobertura da terra ao longo desses 21 anos. Associada às figuras está a Tabela 3, com a representatividade das áreas e o percentual de cada classe.



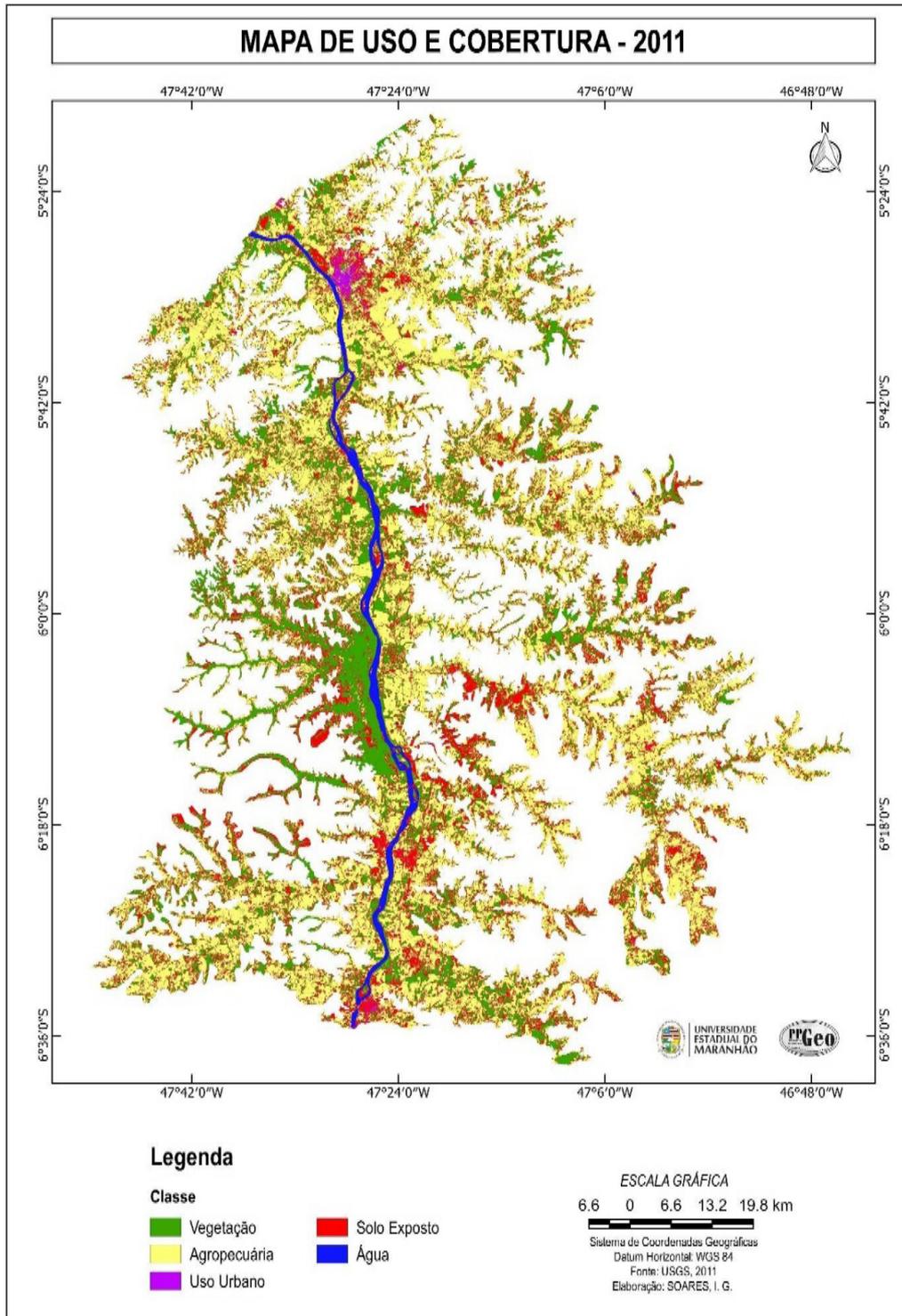
Fonte: INPE (1997), elaborado por Soares (2019).

Figura 4. Mapa de uso e cobertura da terra da zona ripária – 1997.



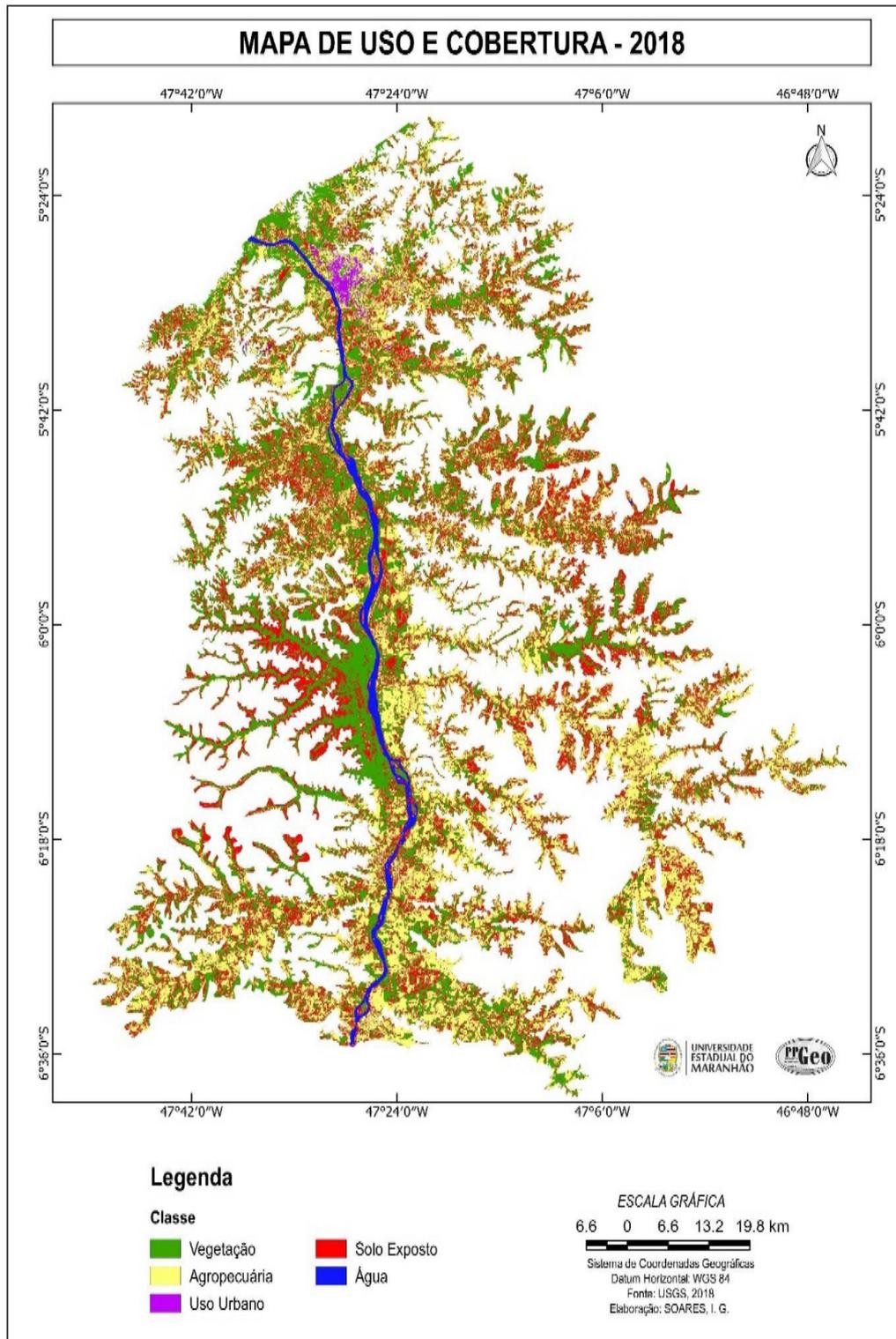
Fonte: INPE (2004), elaborado por Soares (2019).

Figura 5. Mapa de uso e cobertura da terra da zona ripária - 2004.



Fonte: USGS (2011), elaborado por Soares (2019).

Figura 6. Mapa de uso e cobertura da terra da zona ripária - 2011.



Fonte: USGS (2018), elaborado por Soares, (2019).

Figura 7. Mapa de uso e cobertura da terra da zona ripária – 2018.

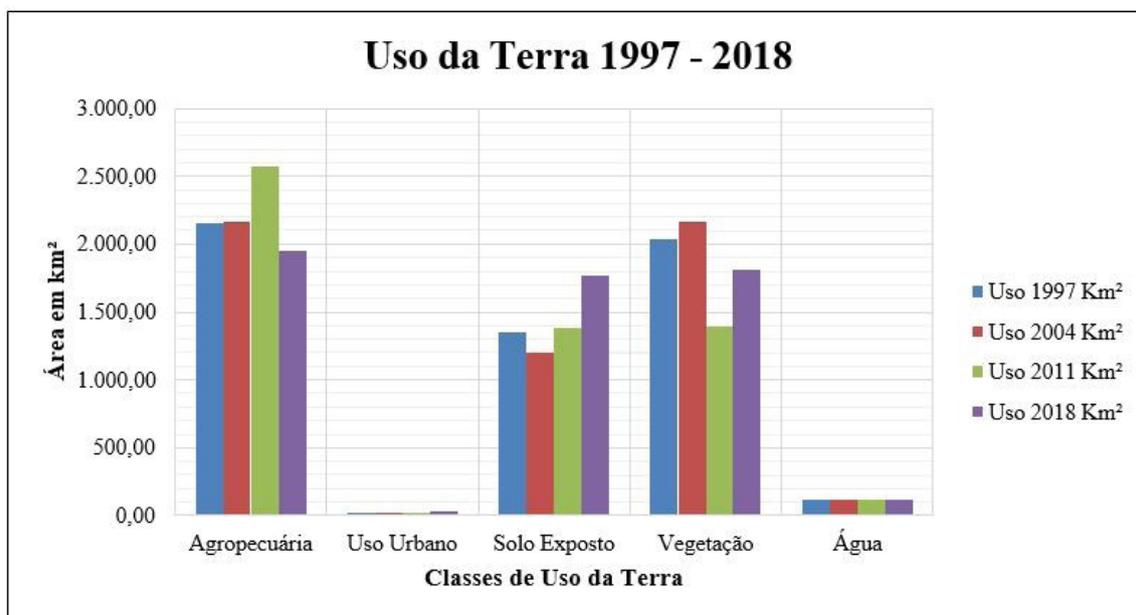
Tabela 3. Uso e cobertura da terra da zona ripária nos anos de 1997, 2004, 2011 e 2018.

Classe	Uso 1997		Uso 2004		Uso 2011		Uso 2018	
	Km ²	%						
Agropecuária	2.155,42	37,94	2.167,07	38,14	2.575,47	48,53	1.955,01	34,41
Uso Urbano	18,14	0,32	19,64	0,35	23,32	0,41	32,61	0,57
Solo Exposto	1.349,79	23,76	1.202,18	21,16	1.383,34	24,35	1.765,38	31,07
Vegetação ripária	2.038,97	35,89	2.162,74	38,07	1.397,12	24,59	1.809,36	31,85
Água	116,87	2,06	117,63	2,07	120,29	2,12	119,18	2,10
Não observado	2,34	0,04	12,28	0,22	0,0	0,0	0,0	0,0
Total	5.681,54	100	5.681,54	100	5.681,54	100	5.681,54	100

Fonte: Autora, 2019.

As Figuras 4, 5, 6, 7 e 8 associados com os dados da Tabela 3, expõe as seguintes informações sobre as classes apresentadas. A primeira classe é a agropecuária que se caracteriza por apresentar práticas agrícolas com lavouras permanentes e temporárias, pastagens naturais e plantadas.

Dos usos aqui expostos a agropecuária é a que se apresenta com maior percentual. Em 1997 ocupava 37,94% da área da zona ripária (2.155,42 km²), os anos de 2004 e 2011 apresentaram crescimento, com percentual de 38,14% e 48,53% respectivamente, já em 2018 estes dados apresentam queda com percentual de 34,41%, este índice é abaixo do apresentado em 1997, este decréscimo na agropecuária se deu em especial pelo plantio do eucalipto que ocuparam estas áreas para abastecimento da empresa Suzano Papel e Celulose que estava se instalando na região.



Fonte: Dados organizados pela autora (2019).

Figura 8. Índice do uso da terra da zona ripária pesquisada na escala temporal 1997-2018.

Estes dados estão em consonância com a pesquisa sobre usos e ocupações nesta região desenvolvida por Granado (2016, p.32) ao relatar que “cerca de 6,5% das áreas reflorestadas de eucalipto foram implantadas sobre solos expostos, a maior parte considerada áreas de cultivos agrícolas”.

Uso urbano

O uso urbano são as áreas ocupadas por plantas domiciliares, comerciais e industriais, podendo ocorrer de forma dispersa na área nuclear delimitada. “Centro populacional permanente, altamente organizado, com funções urbanas e políticas próprias” (IBGE, 2013, p.50).

Embora tenha vários municípios dentro da zona ripária, o uso urbano tem uma representatividade menor em relação às demais classes. Em 1997 o uso urbano era de apenas 0,32% (18,14 km²). No ano de 2004 o percentual era de 0,35%, em 2011 passou para 0,41% e, em 2018 o percentual atingiu 0,57% o que representa 32,61 km². Estes dados expressam crescimento do uso urbano, promovido principalmente pela especulação imobiliária nos municípios, em especial as que ficam próximas as vias de acesso estadual, federal, e dos cursos d’água.

Solo exposto

O solo exposto pode referir-se a áreas desocupadas, tais como “às áreas de praias, incluindo leitos de canais de fluxo com regime torrencial; áreas de extração abandonadas e sem cobertura vegetal; áreas cobertas por rocha nua exposta” (IBGE, 2013, p.123). Na área da pesquisa esse uso apresentava forma expressiva em 1997 com percentual de 23,76% o que equivalia a área de 1.349,79 km².

Em 2004 esse percentual apresenta decréscimo de 21,16%, porém em 2011 e 2018 esses índices aumentam, representando 24,35% e 31,07%, respectivamente. Isto pode ter ocorrido em virtude da implantação da empresa Suzano Papel e Celulose, que iniciou a retirada de eucalipto para a produção de celulose a partir de 2010.

As praias (áreas de veraneio no período de estiagem) estão inclusas na classe solo exposto, pelas Figuras 4, 5, 6 e 7 é possível perceber que estas áreas eram menos identificadas nos anos de 1997 e 2004, enquanto em 2011 e 2018 em virtude da acentuada dinâmica de deflúvio do rio e estiagem severa elas passaram por mudanças significativas, com relativa representatividade nos mapas.

Dentre as mudanças que se apresentam estão o aumento das áreas de praia, com extensão cada vez maior em relação aos anos anteriores, isto pode ter acontecido em virtude do carreamento intenso de arenitos no período de vazão, levando material de um lugar a outro e formação de aluviões expostos em outros locais; a extração de areia é outra atividade intensa neste perímetro, o que pode ter favorecido a diminuição das áreas de praias já conhecidas e aparecimento de praias em outras localidades.

Vegetação Ripária

Vegetação Ripária é a classe com a segunda maior expressividade na área da pesquisa. Nesta área a vegetação ripária tem características de matas ciliares. Para Ribeiro e Walter (1998) as matas ciliares se caracterizam por serem relativamente estreitas em ambas as margens, proporcionalmente ao leito do rio, embora, em áreas planas, essa

largura possa ser maior. Felfili et al. (2000) apontam que essas vegetações destacam-se pelo desempenho de funções ecológicas e hidrológicas, além de proteger as margens dos rios, evitando o assoreamento e garantindo qualidade e quantidade de água de seus leitos.

Além do bioma Cerrado há a presença de ecótonos nesta região. Para Arruda (2005) os ecótonos contêm dimensões consideráveis e são importantes contatos entre dois ou mais biomas, no que se refere ao encontro e interação entre os elementos bióticos, e constituem laboratório natural para estudar os pulsos de expansão e retração dos biomas durante as eras geológicas. A Figura 9 expõem duas áreas próximas à Zona de Captação da Empresa Suzano Papel e Celulose.

As estruturas florestais excluem os reflorestamentos (inclusos nas áreas agrícolas e solo exposto) e as áreas campestres em geral. Seu percentual em 1997 equivalia a 35,89% na área da zona ripária o que correspondia a 2.038,97 km². Em 2004 esse percentual aumentou para 38,07%. Nas figuras 4 e 5 é possível observar que muitas áreas utilizadas na agropecuária e solo exposto deram espaço para formações da vegetação ripária secundária.



Figura 9. Vegetação ripária às margens do rio Tocantins, mata de cocais em meio a vegetação típica do Cerrado e Floresta Amazônica (A), vegetação ripária típica da Floresta Amazônica (B).

Fonte: Autora (2018).

Em 2011 o percentual da vegetação ripária corresponde a 24,59%, índice muito abaixo ao que se apresentou no ano de 1997, na figura 6 é possível observar que essas áreas de vegetação ripária deram espaço para a agropecuária, sendo esse um possível motivo para o decréscimo

desse percentual. Em 2018 este quadro se inverte, o índice aumenta novamente para 31,85%, e as áreas que antes eram utilizadas pela agropecuária dão espaço para vegetação ripária.

Silva (2007) destaca que nesta região, o antropismo é pouco controlado, pois neste ecótono encontra-se a maior concentração de florestas semidecíduais do Brasil, estando com cerca de 60% de sua área desmatada e/ou queimada.

Água

A água é a última classe de uso representada nesta pesquisa. Segundo o IBGE este uso inclui todas as classes de águas, como:

Cursos de água e canais (rios, riachos e canais), corpos d'água naturalmente fechados (lagos naturais regulados) e reservatórios artificiais (represamentos artificiais d'água construídos para irrigação, controle de enchentes, fornecimento de água e geração de energia elétrica) (IBGE, 2013, p.58).

No rio Tocantins se desenvolvem muitos usos, tais como: abastecimento público, é o principal curso d'água que abastece as cidades que ficam em seu entorno; lançamento de dejetos, nem todas as cidades possuem sistema de esgoto eficiente, na área da pesquisa todas as cidades lançam dejetos no rio Tocantins, inclusive os riachos que desaguam no rio estão todos poluídos; lazer e desporto que são proporcionadas a população, tais como as praias muito procuradas no período de veraneio.

Destacam-se ainda a geração de energia por meio da usina hidrelétrica de Estreito; transporte, há balsas que fazem o transporte de cargas e passageiros neste percurso, como também embarcações de pequeno porte que transportam pessoas e mercadorias de uma cidade a outra; aquicultura que se desenvolve em toda a margem do rio.

As áreas de curso da água da pesquisa são variados, embora sua representatividade percentual seja baixa. Em 1997 equivalia a 2,06%, os anos de 2004 e 2011 apresentou percentuais acima do anterior com 2,07% e 2,12% respectivamente. Já em 2018 esse percentual volta a diminuir, embora timidamente, passando a representar 2,10%, isto pode ter ocorrido em virtude da conclusão do reservatório da UHE que passou a funcionar em 2012, influenciando no baixo percentual, outro aspecto são as variações dos índices pluviométricos do curso da água na área pesquisada.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa realizada na zona ripária do rio Tocantins na seção de UHE ao Ponto de Captação da Empresa Suzano Papel e Celulose proporcionou a coleta, produção e sistematização das conclusões, os quais foram sintetizados:

- a) Os procedimentos técnicos utilizados para a delimitação da zona ripária foi a hipsometria consubstanciada nas curvas de nível, a área delimitada corresponde a 5.681,54 km², sendo a classe hipsométrica que apresentou maior percentual entre 150 e 180 metros equivalendo a 31,87% da área estudada. Com esta delimitação ficou perceptível que no estado do Tocantins a elevação é mais acentuada enquanto no Maranhão é mais estável, com características planas.
- b) A vegetação característica da área de estudo é o de transição do cerrado para Floresta Amazônica em algumas áreas, e presença de vegetação invasora como os babaçuais. Um dos problemas ambientais que vem se intensificando é o desmatamento da vegetação ripária com exploração agropecuária e outras ações antrópicas para aproveitamento hidrelétrico na região.
- c) Quanto ao uso e cobertura da terra, as classes representadas na zona ripária foram:

agropecuária, solo exposto, uso urbano, vegetação e água. A agropecuária foi a classe com maior representatividade, seguida pela vegetação, solo exposto, uso urbano e água, sendo esta última um dos elementos diretamente relacionados à zona ripária. A água possui inúmeros usos, como: captação para abastecimento público, lazer e desporto, lançamento de dejetos, transporte, geração de energia e aquicultura. É a classe que apresenta o menor percentual de uso na zona ripária, embora venha apresentando crescimento gradativo na escala temporal pesquisada.

Diante do exposto, o trabalho apresentou uma proposta de delimitação de zona ripária baseado no uso da hipsometria e extração de curvas de nível, contribuindo deste modo para estudos que visem delimitar zona ripária. Além disso realizou-se uma análise das modificações na paisagem nos anos de 1997, 2004, 2011 e 2018 o que subsidia medidas visando a conservação da área em estudo.

REFERÊNCIAS

- ANA – Agência Nacional das Águas. **Sala de situação (Tocantins)**. 2018. Disponível em: <http://www3.ana.gov.br/portal/ANA/sala-de-situacao/tocantins/saiba-mais-tocantins>. Acesso em: 22 jun. 2018.
- ARRUDA, Moacir Bueno. **Representatividade ecológica com base na biogeografia de biomas e ecorregiões continentais do Brasil o caso do bioma cerrado**. 2005. Tese (Doutorado em Ecologia) - Departamento de Ecologia, Universidade de Brasília, Brasília, 2005.
- FELFILI, Jeanini Maria; RIBEIRO, Jose Felipe; FAGG, Christopher Willian e MACHADO, José Wagner Borges. **Recuperação de Matas de Galeria. Embrapa Cerrados Documentos, 21**. Planaltina: Embrapa Cerrados, 2000.
- GRANADO, Larissa Moreira Alves. **A expansão do reflorestamento de eucaliptos na região de Imperatriz – MA**. 2016. Monografia (Graduação em Engenharia Florestal) - Universidade de Brasília, Brasília, 2016.
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Manual técnico de uso da terra**. Rio de Janeiro: Ministério do planejamento, orçamento e gestão, 2013.
- KOBIYAMA, Masato. Conceitos de zona ripária e seus aspectos geobiohidrológicos. In: SEMINÁRIO DE HIDROLOGIA FLORESTAL: Zonas Ripárias, 1., 2003, Florianópolis, **Anais eletrônico** [...]. Santa Catarina: UFSC, 2003. p. 1-13.
- NERY, César Vinícius Mendes; FERNANDES, Fernando Hiago Souza; MOREIRA, Adriana Aparecida; BRAGA, Fernando Luiz. Avaliação das Técnicas de Classificação MAXVER, MAXVER – ICM e Distância Mínima Euclidiana de acordo com Índice Kappa. **Revista Brasileira de Geografia Física**, Recife, v. 6, n. 2, p. 320-328, 2013.
- NOVO, E. M. L. M. **Sensoriamento Remoto Princípios e Aplicações**. 4. ed. São Paulo: Blucher, 2010.
- PONZONI, Flávio Jorge; SHIMABUKURO, Yosio Edemir; KUPPLICH, Tatiana Mora. **Sensoriamento remoto da vegetação**. 2. ed. v. 1, São Paulo: Oficina de textos, 2012. 160p.
- RIBEIRO, José Felipe; WALTER, Bruno Machado Teles. Fitofisionomias do bioma Cerrado. In: SANO, S. M.; ALMEIDA, S. P. (eds.). **Cerrado: ambiente e flora**. Planaltina: Embrapa Cerrados, 1998.
- SANTOS NETA, E. R. dos. **Análise da paisagem da zona ripária do rio Tocantins na seção usina hidrelétrica de estreito ao ponto de captação de água da Suzano**. 2019. 189 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Estadual do Maranhão, São Luís, 2019.
- SILVA, Luiz Antonio G. C. **Biomas presentes no estado do Tocantins**. Consultoria legislativa. Brasília: Câmara dos deputados, 2007.
- USGS - Serviço Geológico Americano. science for a changing world. [s/d]. Disponível em: <https://earthexplorer.usgs.gov/>. Acesso em: 25 fev. 2021.

PADRÃO DE DRENAGEM, UM RESGATE CONCEITUAL COMO SUBSÍDIO À CLASSIFICAÇÃO DA BACIA DO RIO PREGUIÇAS – MA¹

**DRAINAGE PATTERN, A CONCEPTUAL RESCUE AS A SUBSIDY FOR
PREGUIÇA RIVER BASIN CLASSIFICATION - MA**

**PATRÓN DE DRENAJE, UN RESCATE CONCEPTUAL COMO SUBSIDIO A LA
CLASIFICACIÓN DE LA CUENCA DEL RÍO PREGUIÇAS - MA**

Veruska Costa de Jesus²

Helen Nébias Barreto³

RESUMO: O objetivo deste artigo é resgatar os conceitos e classificações conhecidas acerca do tema de padrões de drenagem, bem como entender quais métodos e critérios são utilizados neste tipo de estudo. A metodologia é composta por uma revisão bibliográfica, baseando-se principalmente nos autores precursores contidos nos trabalhos de: Zernitz (1932); Parvis (1950) e Howard (1967). Este arcabouço teórico foi utilizado para dar suporte à dissertação de mestrado intitulada: Padrões de drenagem, uma análise no contexto de bacias hidrográficas na região dos Lençóis Maranhenses: bacia do rio Preguiças – MA. Desta forma, a base teórica foi desenvolvida para auxiliar a interpretação e classificação do padrão de drenagem desta bacia, localizada na região singular dos Lençóis Maranhenses, onde a herança geológica e os processos atuais da região deixaram na superfície um conjunto peculiar de formas fluviais. Portanto, a necessidade de revisão dos conceitos e classificações existentes acerca deste tema se torna crucial.

Palavras-chave: Padrão de drenagem. Classificação. Revisão de conceitos.

ABSTRACT: The purpose of this article is to gather the known concepts and classifications about drainage patterns topics as well as to understand which methods and criteria are used in this type of study. The methodology consists of a bibliographic review, based mainly on the precursor authors cited in the works of: Zernitz (1932); Parvis (1950) and Howard (1967). This theoretical framework was used to support the master's dissertation entitled: Drainage patterns, an analysis in the context of hydrographic basins in the Lençóis Maranhenses

1 Agradecimento à FAPEMA pelo financiamento via bolsa de pesquisa.

2 Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Maranhão. E-mail: veruska_geo@yahoo.com.br.

3 Prof^a. Dra. do Departamento de Geociências da Universidade Federal do Maranhão. E-mail: helennebias@yahoo.com.br.

Artigo recebido em abril de 2021 e aceito para publicação em agosto de 2021.

region: Preguiças river basin - MA. In this way, the theoretical basis was developed to assist the interpretation and classification of the drainage pattern of this basin, located in the unique region of Lençóis Maranhenses where the geological heritage and the current processes of the region left a peculiar set of river forms on the surface, and as of that, the need to review the existing concepts and classifications on this topic becomes crucial.

Keywords: Drainage pattern. Classification. Review of concepts.

RESUMEN: El propósito de este artículo es rescatar los conceptos y clasificaciones conocidos sobre el tema de los patrones de drenaje, así como comprender qué métodos y criterios se utilizan en este tipo de estudios. La metodología consiste en una revisión bibliográfica, basada principalmente en los autores precursores contenidos en las obras de: Zernitz (1932); Parvis (1950) y Howard (1967). Este marco teórico sirvió de apoyo a la tesis de maestría titulada: Patrones de drenaje, un análisis en el contexto de las cuencas hidrográficas de la región de Lençóis Maranhenses: Cuenca del río Preguiças - MA. De esta manera, se desarrolló la base teórica para ayudar a la interpretación y clasificación del patrón de drenaje de esta cuenca, ubicada en la singular región de Lençóis Maranhenses, donde el patrimonio geológico y los procesos actuales de la región dejaron un peculiar conjunto de formas fluviales en la superficie, es decir, la necesidad de revisar los conceptos y clasificaciones existentes sobre este tema se vuelve crucial.

Palabras clave: Patrón de drenaje. Clasificación. Revisión de conceptos.

INTRODUÇÃO

As bacias hidrográficas constituem um dos mais complexos sistemas que são encontrados na paisagem. Em termos geomorfológicos, uma bacia hidrográfica pode ser conceituada como um conjunto de canais interligados que formam uma bacia de escoamento ou rede de drenagem. Em ambientes tropicais os rios são os principais agentes de esculturação da superfície terrestre (CHRISTOFOLETTI, 1980). O trabalho que estes fazem em transportar água e sedimentos para as zonas mais baixas do relevo, deixam na superfície da Terra uma variedade de formas que se traduzem em vales com tamanhos e configurações diversas. A peculiaridade e diversidade de formas observadas em canais fluviais isolados ou em conjunto, tem sido objeto de investigação por pesquisadores ao longo do tempo (DANA, 1850), (POWEL, 1875), (ZERNITZ, 1932), (PARVIS, 1950), (SCHUMM, 1963), (HOWARD, 1967), (CHRISTOFOLETTI, 1980, 1981, 1999), (SILVA, 2012), (ZANG; GILBERT, 2012, 2013, 2016).

Contudo, a compreensão dos fatos da natureza não ocorre de maneira óbvia. Uma das formas que pesquisadores de distintas áreas tem usado, para sistematizar e divulgar o conhecimento científico é através de classificações e padronizações. Quando algo é observado na natureza, busca-se maneiras de entender os fatores que a provocam, as forças que a regem e as características que a identificam. Quando um fenômeno ou objeto possui qualidades ou propriedades em comum, uma classe é criada, a fim de melhorar a comunicação entre diferentes profissionais especialmente em meios interdisciplinares dos fatos da natureza (SILVA, 2012).

O objetivo deste artigo é discutir o tema de padrão de drenagem, com intuito de recordar os conceitos, as classes existentes, e sobretudo entender quais métodos e critérios são utilizados neste tipo de estudo. A metodologia é composta por uma revisão

bibliográfica no contexto histórico do tema, baseando-se principalmente nos autores precursores reunidos nos trabalhos de Zernitz (1932); Parvis (1950) e Howard (1967). Este arcabouço teórico foi utilizado para dar suporte à dissertação de mestrado intitulada: Padrões de drenagem, uma análise no contexto de bacias hidrográficas na região dos Lençóis Maranhenses: bacia do rio Preguiças – MA. Desta maneira, a base teórica-conceitual foi desenvolvida para auxiliar a interpretação e classificação do padrão de drenagem desta bacia. A discussão que se segue está dividida em quatro partes: a concepção de padrão como classificação fluvial; conceito e classificação de padrão de canal; conceito e classificação do padrão de drenagem e; considerações finais.

A CONCEPÇÃO DE PADRÃO COMO CLASSIFICAÇÃO FLUVIAL

De acordo com Dicionário Online de Português (PADRÃO, 2020), um padrão é um preceito determinado e aprovado consensualmente pela maioria, ou por uma autoridade, que é usado como base para se estabelecer uma comparação. Dentro do universo geográfico, um padrão pode ser conceituado como um conjunto de características onde é possível se estabelecer comparação entre dois ou mais objetos ou, entidades da natureza. Por exemplo, diferentes rios que possuem canais que formam curvas sinuosas são classificados como “padrão de canal meandrante”.

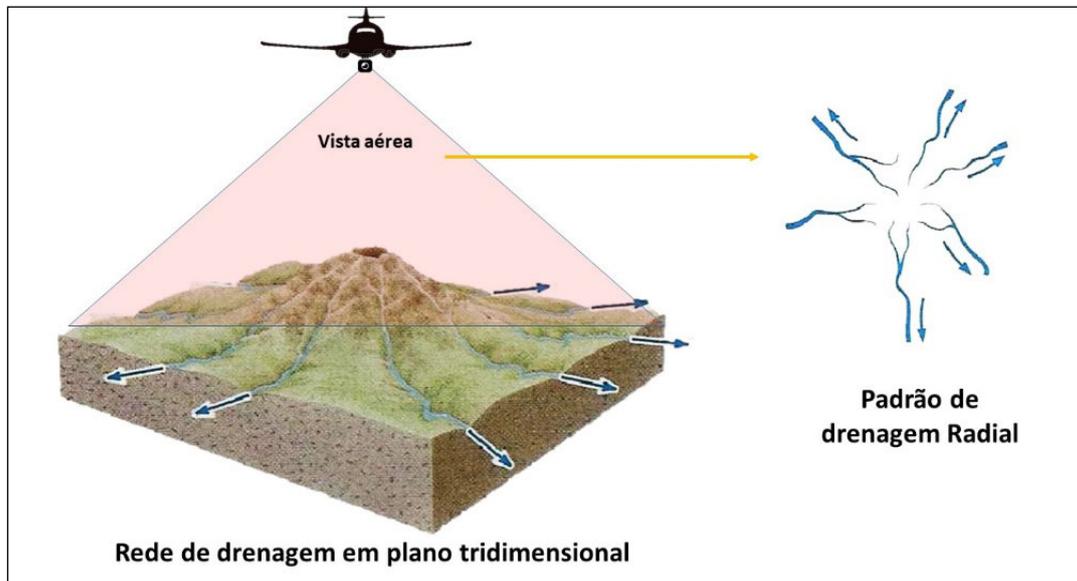
Desde os primórdios dos estudos que envolvem rios e bacias hidrográficas, os pesquisadores utilizam algum tipo de classificação para qualificar ou descrever o seu objeto de estudo. Estas classificações seguem algum tipo de critério principal, dentre as mais usadas estão: escoamento global – exorreica, endorreica, arreica e criptorreicas; classificação dos canais quanto à posição na estrutura geológica – consequentes, subsequentes, ressequentes, obssequentes e insequentes; a forma do vale – U e V; dentre outros. Neste sentido, a distinção fluvial em “padrão” é uma das classificações que também possui critérios específicos.

Dentre as primeiras classificações que envolvem rios e redes de drenagem, destacam-se os trabalhos de Dana (1850), Powel (1875) e Davis (1899) que propuseram as primeiras classificações de canais fluviais, considerando a diferenciação entre rios de montanhas e rios de planícies. Já no século XX, surgiu a primeira classificação em padrões de drenagem com Zernitz (1932), e deste período em diante, vários outros como Parvis (1950), Howard (1967), Schumm (1963), Mejia e Niemann (2008), os quais propuseram outras abordagens de classificação morfológica para padronização da rede drenagem.

Os estudos relacionados com o padrão de canal procuram discernir os tipos de arranjos espaciais que o leito apresenta ao longo do rio (CHRISTOFOLETTI, 1981), enquanto o padrão de drenagem é uma classificação qualitativa do arranjo dos rios numa determinada área. As classes de canais e da rede de drenagem possuem formas diferentes, o que pode ser reflexo do componente geológico-estrutural ou da história geomorfológica da bacia. Tanto a forma do canal fluvial, quanto o arranjo dos canais em uma área, são mecanismos de ajuste entre as variáveis implicadas neste sistema geomorfológico que é a bacia hidrográfica (STEVAUX; LATRUBESSE, 2017).

Dentre as várias classificações descritas pela geomorfologia fluvial, a classificação dos rios em padrões se diferencia das demais pois, considera a forma (arranjo ou *design*) da drenagem vista em plano, ou seja, vista de cima. Consequentemente, esta classificação desconsidera outras formas inerentes aos rios, como por exemplo, a forma do vale.

Embora os canais e a rede de drenagem façam parte de um conjunto tridimensional – relevo e vales de escoamento – o padrão de drenagem, assim como o padrão de canal é revelado em plano bidimensional como mostra Figura 1.



Fonte: Autoras (2020).

Figura 1. Esquema da visualização de um padrão de drenagem.

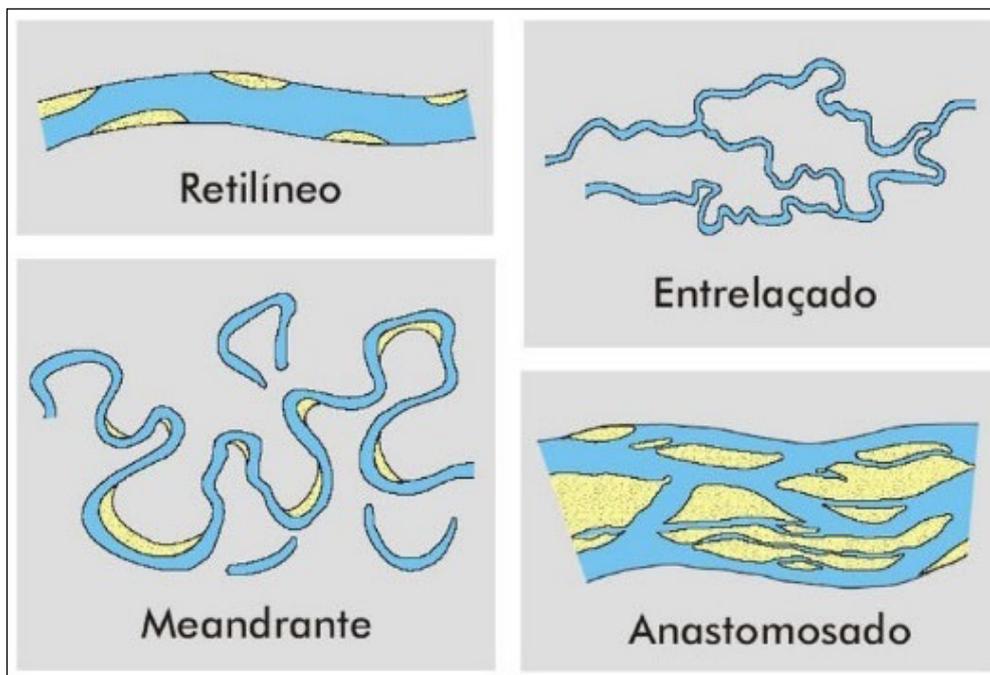
É importante salientar que as propostas de padrões fluviais ao longo do tempo tiveram um ou vários critérios para classificação, e que estas por vezes tiveram a limitação tecnológica de sua época. Atualmente, embora se busque métodos quantitativos para embasar propostas de classificação, as categorias e padrões existentes são classificações qualitativas e diferem entre pesquisadores.

Antes do conceito e classes de padrão de drenagem ser introduzido, será discutido brevemente as classes de padrão de canal, a título de esclarecimento e diferenciação das duas classificações, pois, ambas estão associadas, mas, representam classificações distintas.

CONCEITO E CLASSIFICAÇÃO DO PADRÃO DE CANAL

Um padrão de canal é o arranjo espacial que o leito apresenta ao longo do rio (CHRISTOFOLETTI, 1980). Esta classificação morfológica é fundamentada na caracterização de determinado trecho de rio, pois um único rio pode diferir em vários padrões de acordo com a área da bacia em que este trecho esteja situado. Sua análise é realizada principalmente utilizando variáveis como: forma, materiais, hidrologia e processos hidrogeomorfológicos (SILVA, 2012).

De acordo com Teixeira et al. (2009), os principais padrões de canais conhecidos representam quatro classes (Figura 2) que foram definidas com base em parâmetros como: índice de sinuosidade, grau de entrelaçamento e relação entre largura e profundidade. Embora não seja foco deste artigo o estudo desta classificação, o entendimento destes é de suma importância, pois, um dos critérios para a caracterização e classificação de padrões de drenagem utiliza a forma do canal como um indicador de determinados tipos de padrão de drenagem.



Fonte: Adaptado de Miall (1977) apud Teixeira *et al.* (2009).

Figura 2. Classes de padrão de canal.

Retilíneo: Estes canais são caracterizados pela presença de um canal único, bem definido e com baixa sinuosidade – inferior a 1,5. Não são canais muito comuns na natureza, pois estão associados a condições específicas, como: ser controlados por falhas e fraturas, e/ou se desenvolverem em leitos rochosos homogêneos que oferecem a mesma resistência à água (CHRISTOFOLETTI, 1980; TORRES *et al.*, 2012).

Meadrante: Estes canais são caracterizados por possuir alta sinuosidade, que são formadas a partir da erosão progressiva das margens côncavas e a deposição nos leitos convexos, consequentemente formando os chamados meandros que são as curvas acentuadas de um rio. Estes rios ocorrem em regiões de clima úmido e cobertos por mata ciliar. Com a evolução dos processos de erosão e deposição, maior se acentua a curva do meandro, o que acaba por fazer com que ele se feche e ocorra a separação do restante do canal fluvial, formando o que é chamado de ‘meandro abandonado’ (CHRISTOFOLETTI, 1980).

Entrelaçado: Estes canais são aqueles caracterizados por múltiplos canais separados por barras e/ou ilhas. As principais condicionantes para formação deste tipo de padrão são: carga de fundo abundante, margens erosivas, vazões com alta variação e alta declividade do vale. O aspecto característico dos canais entrelaçados é a divisão e união de canais de forma repetida, associados à divergência e convergência do fluxo, o que contribui para uma elevada atividade fluvial em relação a outros tipos de rios (KNIGHTON, 1998).

Anastomosado: Os rios anastomosados são caracterizados pela presença de dois ou mais canais estáveis que se encontram em regiões de subsidência. Sua formação está altamente relacionada com a carga sedimentar do leito. Eles possuem baixa energia, estão interconectados, se desenvolvem em áreas úmidas e alagadas, formando várias ilhas alongadas recobertas por vegetação (CHRISTOFOLETTI, 1980). Os canais anastomosados podem ser considerados uma forma transicional entre o canal meândrico e o canal entrelaçado (SILVA, 2012).

CONCEITO E CLASSIFICAÇÃO DO PADRÃO DE DRENAGEM

De acordo com Christofolletti (1980), os padrões de drenagem referem-se ao arranjo espacial do conjunto de canais que formam uma rede numa determinada área. E esta configuração, normalmente é a resposta do ajuste do sistema fluvial a uma ou várias características intrínsecas do ambiente de formação. Esta configuração, que a literatura geomorfológica denomina de padrão de drenagem, é o resultado de forças internas e externas à crosta, em que vários fatores em conjunto vão interagir, como: linhas de falhas, substrato litológico, clima, relevo, dentre outros. Em outras palavras, vários fatores contribuem na formação do que é chamado de padrão de drenagem.

Os padrões de drenagem se formam a partir de um conjunto de canais organizados num arranjo determinado por diferentes tipos de vertentes e desigualdades na resistência da superfície da rocha. Conseqüentemente, os padrões de drenagem podem refletir a estrutura original e/ou episódios sucessivos de modificação que a superfície sofreu, incluindo elevações, depressões, inclinações, deformações, dobramentos, falhamentos, dentre outros, bem como deposição pelo mar, glaciares, vulcões, ventos e rios. Um único padrão de drenagem pode ser o resultado de um ou o conjunto destes fatores (ZERNITZ, 1932).

Esta concepção de que os rios se arranjam de forma diversificada na paisagem surgiu no século XIX com as primeiras diferenciações entre rios de planície e rios de montanha. Essa classificação foi proposta tendo como base a geometria da rede de canais analisada em mapas. À medida em que as tecnologias para pesquisas aprimoravam-se, novas propostas foram desenvolvidas.

Dentre os vários fatores considerados para classificação dos padrões de drenagem, destaca-se a geometria do arranjo dos canais, pois, o padrão de drenagem é um arranjo ou composição que sugere ou revela um *design* (PARVIS, 1950). Contudo, outros critérios também foram adotados como a forma, a textura, a inclinação e a estrutura. Os conceitos e características das classes de padrões foram idealizados e discutidos durante o século passado e não sofreram modificações significativas por pesquisadores mais contemporâneos. Porém, na natureza é encontrado uma grande diversidade de feições fluviais, e possivelmente ainda há exemplos de padrões que ainda não foram estudados ou catalogados.

Howard (1967) observou que os padrões de drenagem geralmente são subdivididos em básico e básico-modificado. Um padrão básico é aquele, cujas características principais o distingue facilmente de outros padrões básicos. Já os padrões modificados diferem dos básicos em algum aspecto regional que seja evidente, como, por exemplo, uma tendência ao paralelismo dos tributários maiores em um padrão dendrítico. Deste modo, muitos padrões modificados têm caráter transitório entre os padrões básicos, e a nomeação desses padrões pode ser uma questão de julgamento de cada autor. A seguir é apresentada uma síntese dos padrões básicos e modificados mais conhecidos na literatura.

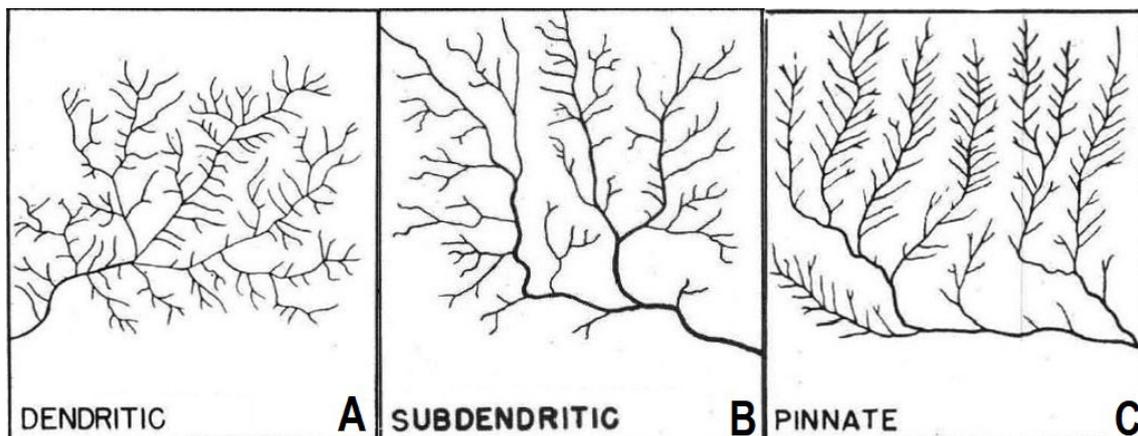
Dendrítico: Este padrão é chamado de ‘dendrítico’ porque ele se ramifica como uma árvore (Figura 3-A). Nesta analogia, o canal principal corresponde ao tronco da árvore e seus tributários se assemelham aos ramos irregulares da árvore (SMITH, 1943 *apud* PARVIS, 1950). Os ramos representam os canais que fluem em direção ao rio principal, e as confluências encontram-se com os canais maiores em vários ângulos agudos de gradações variadas, porém nunca formando um ângulo reto. Contudo, isso não significa que o termo ‘dendrítico’ possa ser aplicado a qualquer sistema de drenagem (ZERNITZ, 1932).

Muito antes do termo em si entrar em uso, o conceito já era compreendido por autores como: Bailey Willis (1895) *apud* Parvis (1950), o qual ao discutir os padrões de drenagem nos Apalaches (Estados Unidos), se referiu à drenagem dendrítica como córregos que fluem diversamente sobre rochas e se encontram em leitos horizontais; Davis (1896) *apud* Parvis (1950) chamou de fluxos errantes que se desenvolvem em regiões de estrutura essencialmente horizontal onde, nenhum arranjo sistemático de drenagem pode ser esperado e; Hobbs entre 1899 e 1900 *apud* Parvis (1950), em vez de usar o termo ‘dendrítico’, fala de ‘semelhantes a galhos’ que normalmente são produzidos em rochas homogêneas.

Normalmente o padrão dendrítico é formado por canais insequentes, ou seja, não há proeminência de controle estrutural e os canais não obedecem a direção da inclinação das camadas da rocha. A drenagem dendrítica se desenvolverá onde as rochas oferecem resistência uniforme em uma direção horizontal, como por exemplo, em rochas sedimentares de resistência homogênea, ou em rochas que sofreram metamorfismo intenso, pois as diferenças originais na dureza da rocha tendem a ser eliminadas pela ação metamórfica.

Este padrão de drenagem é o mais comum encontrado na paisagem. Contudo, variações em critérios como controle por inclinação e evidências de paralelismo em alguns tributários levaram a subclasses deste tipo básico, como subdendrítico e o pinado. **Subdendrítico:** O padrão de drenagem subdendrítico (Figura 3-B) é uma modificação do tipo dendrítico. Este tipo se forma em decorrência de uma região em que os canais já foram muito controlados pela inclinação, porém, à medida que a dissecação avançou, o controle da inclinação dos tributários menores torna-se menos pronunciado e a drenagem tende a um padrão dendrítico. Contudo, a origem consequente dos principais cursos d’água continua a se manifestar, e independente disto, assemelha-se muito ao padrão do tipo dendrítico (ZERNITZ, 1932). É o resultado de canais que fluem de uma área de material não resistente para outra área de baixo controle estrutural.

Pinado: O padrão de drenagem pinado (Figura 3-C) é uma modificação do tipo dendrítico. Os tributários de segunda ordem são dispostos de maneira mais ou menos paralela (paralelismo indica uma inclinação quase uniforme). Os tributários de primeira ordem, com espaçamento uniforme juntam-se aos tributários de segunda ordem em ângulos agudos (quase ângulos retos), muito parecidos com uma pena – daí o nome “pinado” (ZERNITZ, 1932).



Fonte: Recortado de Parvis (1950).

Figura 3. Ilustração dos padrões dendrítico (A), subdendrítico (B) e pinado (C).

Treliça: A característica essencial da drenagem de treliça (Figura 4-A) é a presença de tributários secundários paralelos à corrente principal ou outra corrente na qual os tributários primários entram. Esses tributários secundários geralmente são alongados e aproximam-se perpendicularmente às correntes nas quais fluem (ZERNITZ, 1932).

O termo “treliça” passou a ser usado para descrever uma drenagem quando Bailey Willis (1895) *apud* Zernitz (1932), descreveu a drenagem nos Apalaches e se referiu a ela como sistema de treliça ou vinha. O autor comparou a drenagem dos Apalaches ao sistema de videira, que é uma técnica de cultivo cujos galhos centrais do tronco são treinados em uma treliça. Às vezes chamando de treliça ou sistema de videira o efeito que os tributários secundários paralelos alongados produzem.

Este tipo de drenagem é caracterizado por possuir confluências que se unem em ângulos retos. O controle estrutural sobre esse padrão de drenagem destaca-se devido à resistência desigual das camadas inclinadas, aflorando em faixas estreitas e paralelas e; ao entalhe dos tributários sobre as rochas mais frágeis, promovendo a formação de cristas com camadas mais resistentes. Os padrões de treliça se desenvolvem em rochas dobradas ou inclinadas, onde há uma série de falhas paralelas.

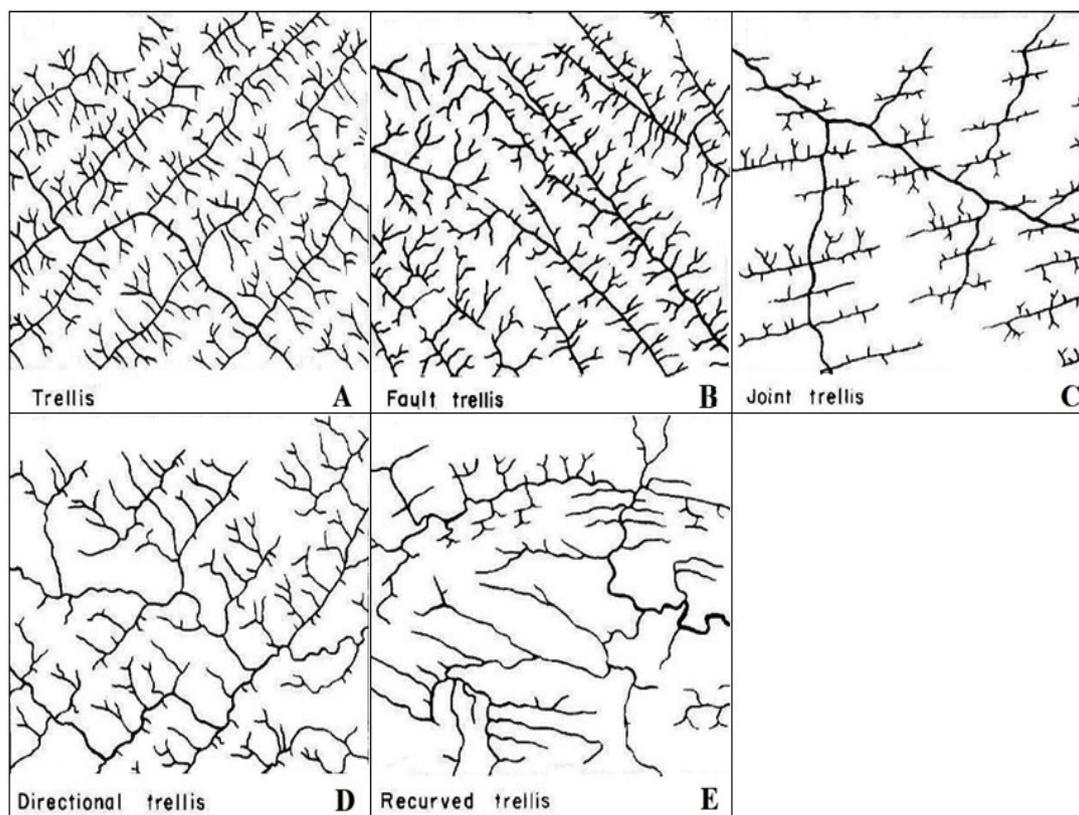
Howard (1967) introduziu alguns padrões modificados do padrão treliça – com exceção apenas do tipo treliça de falha, que foi descrito por Dake e Brown (1925) e classificado como padrão por Zernitz (1932) – todos são descritos a seguir:

Treliça de falha: Esse padrão foi descrito por Dake e Brown (1925) *apud* Zernitz (1932) em áreas com alternância de *grabens* e *horsts* ou uma sucessão de fendas paralelas (Figura 4-B). É descrito como menos espaçado do que o padrão de treliça nos estratos inclinados ou dobrado, e com tendência à drenagem dendrítica entre as falhas. As curvas em ângulo reto também são menos comuns.

Treliça de Junta: Outro padrão que envolve treliça de fratura é o treliça de junta, que é caracterizado por correntes paralelas curtas e notavelmente retas, onde pode ser chamado de treliça de junta ou articular (Figura 4-C), embora o fraturamento possa também incluir falhas.

Treliça direcional: Este termo é sugerido para uma modificação do padrão da treliça em que os afluentes das longas correntes subsequentes são consistentemente mais longos em um lado do vale do que no outro (Figura 4-D). O padrão é mais comumente encontrado em áreas de leitos homoclinais com imersão suave, mas também ocorre em encostas suaves com cumes de praia paralelos.

Treliça recurvada: Trata-se de uma modificação do padrão de treliça, no qual o padrão como um todo, forma curvas em torno das dobras (Figura 4-E). É mais ordenado e sistemático, e geralmente em escala maior do que o padrão contorcido no terreno metamórfico. A comparação dos comprimentos de pequenos tributários em lados opostos das correntes subsequentes curvas, particularmente nos cantos das dobras, geralmente permite a distinção entre anticlinais e sinclinais e a direção do fluxo dos tributários mais longos geralmente indica também a direção do mergulho.



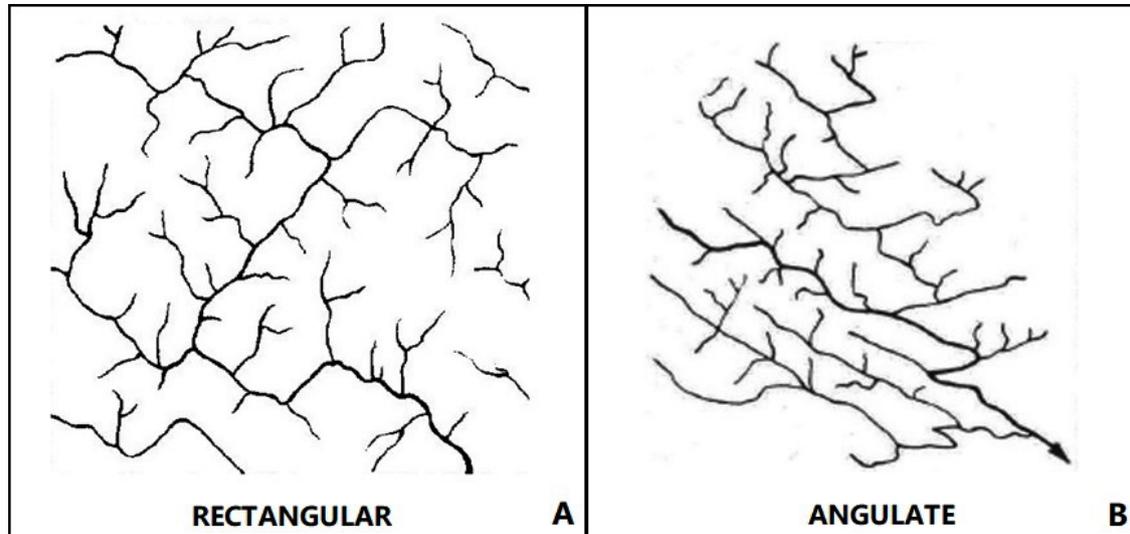
Fonte: Recortado de Howard (1967).

Figura 4. Ilustração do padrão treliça (A), treliça de falha (B), treliça de junta (C), treliça direcional (D) e treliça recurvada (E).

Retangular: O padrão retangular (Figura 5-A) é caracterizado por curvas abruptas em ângulo reto tanto na corrente principal quanto em seus tributários. Difere do padrão de treliça por ser mais irregular e não existe um paralelismo de correntes laterais como há no padrão treliça. O controle estrutural é proeminente, pois o padrão é diretamente condicionado pela influência exercida por falhas. Em determinadas ocasiões, a presença deste padrão está relacionada à composição diferente das camadas horizontais, ou homoclinais (ZERNITZ, 1932; PARVIS, 1950). Isso significa dizer que a formação deste padrão pode ser o resultado tanto da influência da estrutura – presença de falhas –, como da litologia, que pode conter camadas com diferentes resistências.

A classificação presente enfatiza tributários secundários alongados paralelos à corrente principal como fator determinante na diferenciação da drenagem treliça da retangular, na medida em que as junções retangulares se aplicam a ambos os padrões.

Angular: Nem todo padrão de drenagem influenciado por falhas são necessariamente retangulares. A Figura 5-B ilustra uma modificação do padrão retangular, onde existe paralelismo devido às falhas e articulações, porém as junções formam ângulos agudos ou obtusos e não ângulos retos. Zernitz (1932) explica que, classificar este tipo de drenagem como retangular seria um termo impróprio, mas é suficiente semelhante a este para justificar um nome um tanto parecido, portanto, o termo angular é sugerido. Parvis (1950) define o padrão angular nos mesmos termos de Zernitz (1932), porém a autora considera que este padrão se encaixa melhor como uma derivação do padrão treliça.



Fonte: A - recortado de Howard (1967); B - recortado de Parvis (1950).

Figura 5. Padrão retangular (A) e angular (B).

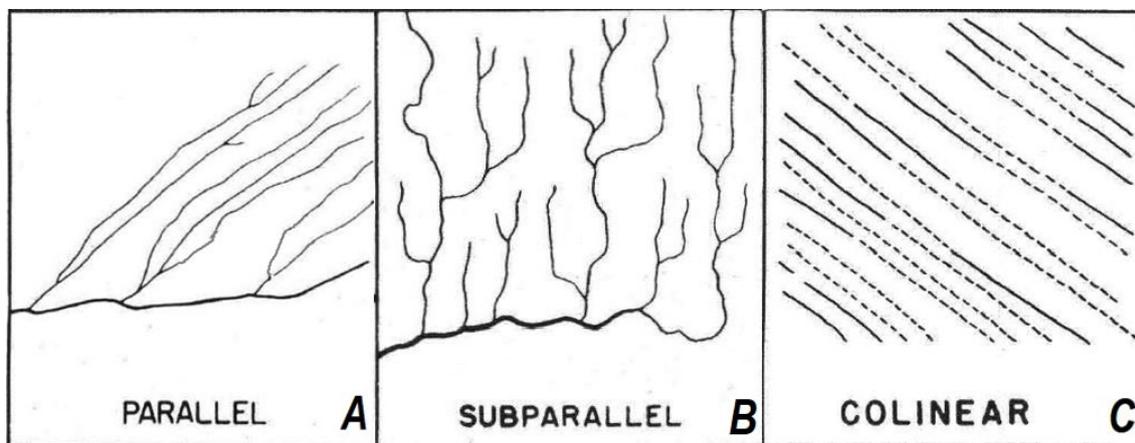
Paralelo: A drenagem paralela é caracterizada por cursos d'água que escoam quase paralelamente uns aos outros (Figura 6-A) sobre uma área considerável, ou em numerosos exemplos sucessivos. Normalmente a drenagem paralela ocorre onde há uma inclinação regional pronunciada, ou um controle de inclinação por características topográficas paralelas. É comum sua presença em áreas de falhas paralelas ou regiões com lineamentos topográficos paralelos (ZERNITZ, 1932).

Jaggard (1899) *apud* Zernitz (1932), em seus experimentos de drenagem, observou a importância da uniformidade da inclinação na produção do paralelismo, demonstrando que os tributários laterais têm uma tendência ao paralelismo e espaçamento rítmico de acordo com a inclinação geral.

Fluxos paralelos podem se desenvolver ao longo de falhas paralelas, ou em zonas dobradas que motivam a ocorrência de espaçamento regular, quase paralelo, dos canais fluviais (PARVIS, 1950). Dois tipos modificados do padrão paralelo foram caracterizados por Zernitz (1932):

Subparalelo: Este padrão de drenagem é caracterizado por possuir os fluxos orientados em uma direção semelhante, mas que não possui a regularidade do padrão paralelo, podendo ser designado como subparalelo (Figura 6-B).

Colinear: Já o padrão de drenagem colinear (Figura 6-C) é um sistema de fluxos intermitentes que fluem em linhas muito retas através de materiais porosos. Este tipo de drenagem foi identificado à oeste de Budapeste onde córregos fluem em linhas retas, desaparecem e emergem mais adiante na mesma linha reta. Esta é uma região arenosa, e a ação do vento forma sulcos no material facilmente deslocável. Esses sulcos direcionam os cursos d'água. A natureza permeável da areia faz com que os córregos desapareçam onde o lençol freático se torna baixo, e reaparecem onde atingem novamente a superfície (ZERNITZ, 1932).



Fonte: recortado de Parvis (1950).

Figura 6. Padrão paralelo (A), subparalelo (B) e colinear (C).

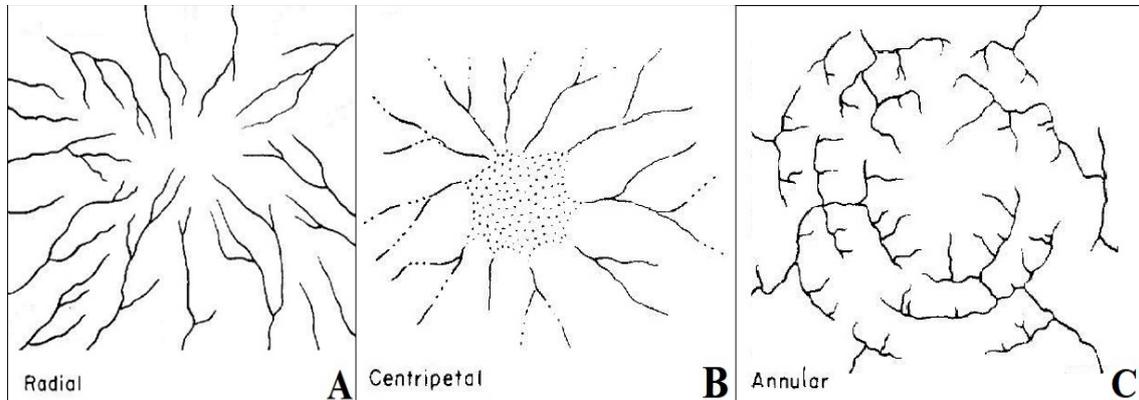
Radial: O padrão de drenagem radial (Figura 7-A) caracteriza-se por canais que se encontram organizados como os raios de uma roda. Diferente dos outros padrões básicos, este é um dos padrões que não ocorre em uma bacia hidrográfica apenas. São necessárias várias bacias, onde, suas cabeceiras encontram-se em uma área central e fluem assemelhando-se aos raios de uma roda (JAGGAR, 1901 *apud* ZERNITZ, 1932).

É um típico padrão de drenagem com canais consequentes normalmente encontrados em vulcões, persistindo em todas as etapas de sua história de vida. Os vulcões fornecem os exemplos mais perfeitos deste tipo de padrão de drenagem, devido à acentuada simetria da forma que normalmente os caracteriza e à natureza cônica de suas estruturas internas, sendo desenvolvido sobre os mais variados embasamentos e estruturas (HORTON, 1945).

Centrípeto: O tipo modificado do padrão radial é o centrípeto (Figura 7-B), que é caracterizado por fluxos que fluem para dentro em direção a uma depressão central fechada ou quase fechada. O padrão geralmente está associado às crateras, caldeiras e uma grande variedade de depressões (DAVIS, 1889 *apud* HOWARD, 1967). Como a drenagem radial, a drenagem centrípeta de crateras e caldeiras é consequente na origem (ZERNITZ, 1932).

Anelar: A drenagem anelar (Figura 7-C), como o nome indica, é semelhante a um anel. É um padrão de origem subsequente e associado a estruturas de cúpulas (SMITH, 1943 *apud* PARVIS, 1950). Durante o estágio inicial de dissecação de uma montanha, os fluxos são consequentes na origem e radiais no padrão. À medida que a erosão avança, camadas não resistentes são expostas ao longo das quais afluentes subsequentes se desenvolvem e tomam forma. À medida que crescem, atingem sucessivos fluxos que se estendem radialmente pelas encostas. Assim, os fluxos subsequentes desenvolvidos tendem a assumir um padrão circular ou anelar.

O padrão anelar, assim como o padrão de treliça, ilustram a influência da estrutura sobre o declive à medida que a drenagem se aproxima da maturidade. A inclinação controla os cursos iniciais dos fluxos, e na maturidade a estrutura e inclinação controlam os cursos ajustados. Os vales anelares esculpidos pelas correntes subsequentes serão separados um do outro por alargamentos e afloramentos dos estratos rochosos mais duros. O padrão anelar se desenvolve mais perfeitamente onde a erosão da cúpula expõe estratos sedimentares repletos de graus muito variados de dureza (ZERNITZ, 1932).

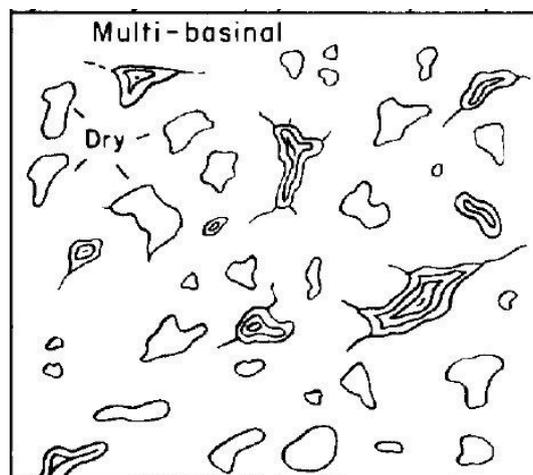


Fonte: Recortado de Howard (1967).

Figura 7. Padrões radial (A), centrípeto (B) e anelar (C).

Além dos seis padrões básicos amplamente reconhecidos na literatura e as respectivas modificações, outros padrões que ocorrem em condições geográficas mais específicas foram introduzidos ainda nas décadas de 50 e 60. Estes padrões representam uma variedade de situações na paisagem onde há circunstâncias em que a drenagem exibe uma diversidade de formas, e que são complexas demais para serem correlacionadas com os padrões tradicionais onde a drenagem esculpe a paisagem de forma acanalada. Dentre eles, destacam-se:

Multi-basal: O padrão multi-basal (Figura 8) ocorre principalmente em áreas de erosão e deposição glacial, erosão e deposição eólica, derretimento e congelamento, assim como em regiões de atividade vulcânica recente e em áreas de deslizamento de terra. Existem muitas modificações no padrão, mesmo tratando-se de uma mesma região. Como exemplo, em áreas glaciares, a maioria das depressões pode ser pequenas ou grandes, amplamente espaçadas ou dispersas, e a drenagem pode exibir variadas formas de integração. Diversos termos têm sido sugeridos que se encaixam como variedades do padrão multi-basal: glacialmente perturbado, desarranjado, buraco de chaleira, buraco de andorinha, carste e outros. Se houver dúvida quanto à gênese, o padrão é melhor referido simplesmente como multi-basal (HOWARD, 1967).



Fonte: Recortado de Howard, (1967).

Figura 8. Padrão multi-basal.

Buraco de andorinha ou carste: Esta drenagem pode ocorrer nas áreas horizontais de calcário e é considerada superficial e subterrânea. Nela, há predominância de buracos, e pequenos riachos que são engolidos nestes buracos e continuam sob o solo como riachos subterrâneos. Se os canais subterrâneos desmoronarem e forem preenchidos de sedimentos, podem formar lagoas. Esse padrão de buraco de andorinha (Figura 9-A) é comum em regiões de estratos maciços de calcário. O padrão de uma região cárstica jovem pode ser chamado apropriadamente de ‘ponto’. Nas regiões de calcário maduras, os buracos e os vales da dissolução formam padrões de drenagem não sistemáticos, pois a drenagem da superfície é interrompida pelo desaparecimento das correntes sob o solo (LONGWELL, 1944 *apud* PARVIS, 1950).

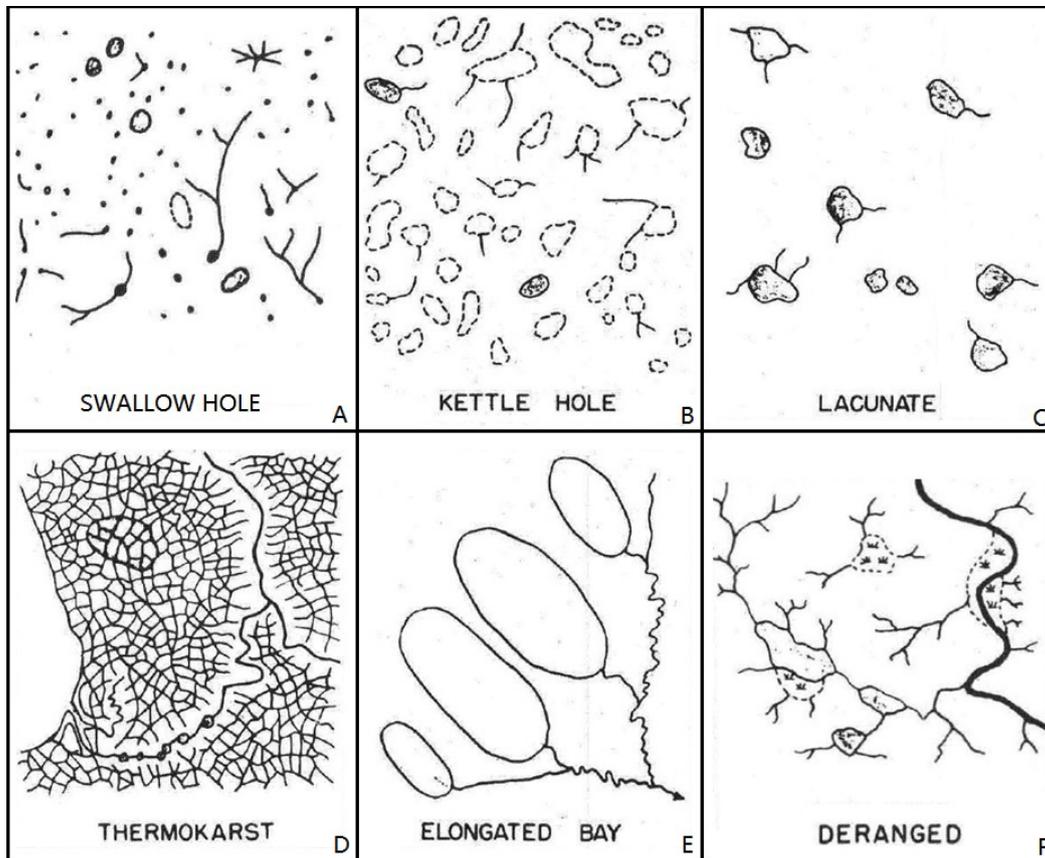
Buraco de chaleira: O padrão de drenagem do tipo buraco de chaleira (Figura 9-B) caracteriza-se por depressões espaçadas aleatoriamente, como uma bacia cheia de água ocasionalmente. Como o padrão lagunado, é do tipo bacia fechada, mas ocorre onde há substrato poroso. É o padrão encontrado em morainas granulares e planícies. Os sistemas tributários individuais podem ser dendríticos.

Lagunado: O padrão de drenagem do tipo lagunado (Figura 9-C) é formado por pequenos “lagos” espaçados aleatoriamente sobre uma área. É encontrado onde existe um substrato impermeável. Esse padrão é um tipo de bacia fechada e ocorre em áreas onde o ciclo de erosão é muito jovem (ATWOOD, 1940 *apud* PARVIS, 1950).

Termokarst: O padrão de drenagem *termokarst* (Figura 9-D) é aquele produzido pelo degelo da superfície do *permafrost* (WALLACE, 1946 *apud* PARVIS, 1950). É formado por lagos desmoronados que eventualmente se juntam por córregos, tomando um aspecto de solo poligonal e drenagem frisada. O padrão de concatenação dos lagos ‘botões’ é uma característica singular. Geralmente, o padrão *termokarst* é encontrado em áreas de sedimentos aluviais de grão fino (FROST, 1949 *apud* PARVIS, 1950).

Baía alongada: O padrão de drenagem do tipo baía alongada (Figura 9-E) é peculiar em áreas planas ou deltas costeiras. As fileiras das baías seguem os baixos vales das praias antigas. Isso indica que eles foram formados em sedimentos com granulação fina. O padrão é encontrado em algumas áreas da planície costeira e de delta. As formas elípticas e alongadas têm sido atribuídas ao impacto de meteoritos, a processos de solução, segmentação de lagoas em áreas mais altas do mar e ao degelo de áreas anteriormente congeladas (PARVIS, 1950).

Desarranjado: O tipo de padrão de drenagem desarranjado ou desordenado (Figura 9-F) foi aplicado à drenagem de regiões cobertas por deriva. Foi assim denominado por causa das grandes irregularidades do padrão e da mistura confusa de lagos, pântanos e vales abertos (ENGELN, 1942 *apud* PARVIS, 1950). A água do escoamento se acumula nos lagos, pântanos e córregos, e vagam sem rumo pela paisagem. Os inúmeros lagos e pântanos retratam o caráter não desenvolvido da drenagem. Os termos “errático” e “aleatório” também podem ser aplicados a esse padrão (HOBBS, 1935 *apud* PARVIS, 1950).



Fonte: Recortado de Parvis (1950).

Figura 9. Padrões buraco de andorinha (A), buraco de chaleira (B), Lagunado (C), *thermokarst* (D), baía alongada (E) e desarranjado (F).

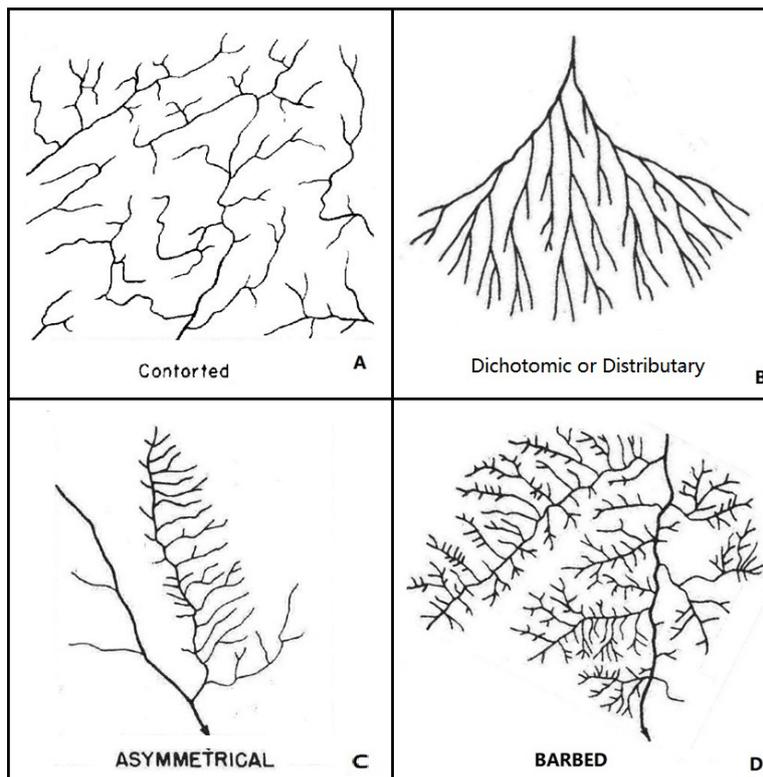
Contorcido: O tipo de padrão de drenagem contorcido (Figura 10-A) é uma resposta à estrutura da rocha (ENGELN, 1942 *apud* PARVIS, 1950). Os fluxos que fluem em uma direção podem ser completamente revertidos quando encontram rochas resistentes de barreiras granulares. Por vezes, esse padrão se forma em rochas metamórficas contorcidas e de camadas grosseiras. Diques, veios e faixas magmatizadas fornecem as camadas resistentes em algumas áreas. O padrão difere da treliça recurvada devido à falta de ordem regional em escala geralmente menor (HOWARD, 1967).

Ditocômico (PARVIS, 1950) ou Distribuidor (HOWARD, 1967): Esse é o padrão de ramificação encontrado nos leques e deltas aluviais (Figura 10-B). Assemelha-se ao padrão dendrítico, exceto que os tributários divergem em vez de convergir para o riacho principal. Os galhos finais são chamados *anabranches* que se perdem no vale. Além disso, esse padrão pode ser aplicado ao arranjo dos riachos no delta do rio tipo ‘pé de pássaro’ (FINCH; TREWARTHA, 1942 *apud* PAVIS, 1950).

Assimétrico: Um padrão de drenagem assimétrico (Figura 10-C) tem mais afluentes no lado de cima de uma corrente do tronco do que no lado de baixo. Esse tipo é comumente encontrado em territórios montanhosos (HORTON, 1945). É geralmente em forma de ‘pectinado’ como um pente.

Farpado: O padrão de drenagem farpado (Figura 10-D) é um tipo de padrão de drenagem resultante do desvio errático no fluxo. Os tributários ramificados formam ângulos obtusos

com as correntes do tronco, contudo a direção do ângulo é inversa ao fluxo principal. É um tipo de ‘drenagem reversa’ (PARVIS, 1950).



Fonte: A e B recortado de Howard (1967); C e D recortado de Parvis, (1950).

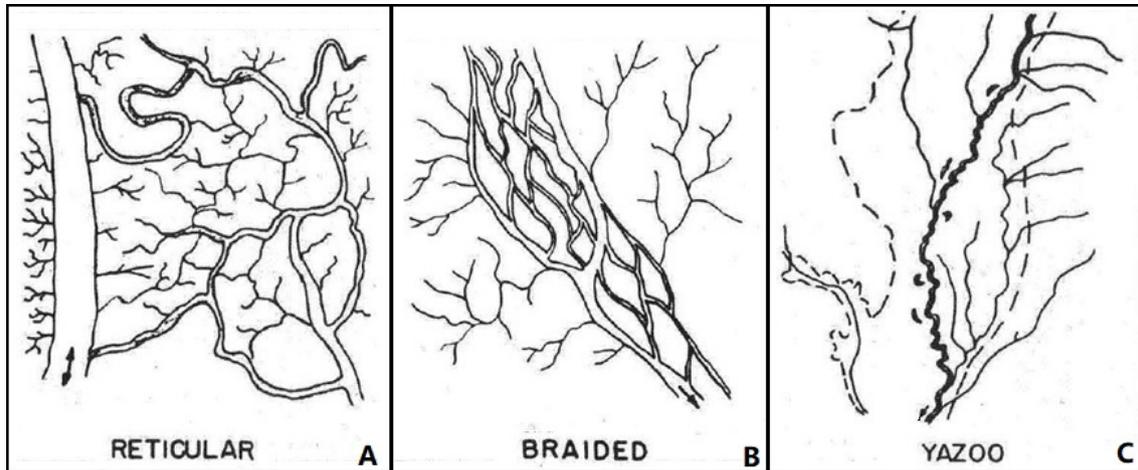
Figura 10. Padrões contorcido (A), distributário (B), assimétrico (C) e farpado (D).

Além dos padrões discutidos até aqui, outros padrões possuem características de padrão de canal, pois se desenvolvem exclusivamente na planície de inundação do rio principal. Contudo, são tratados pelos autores como padrão de drenagem. Os referidos padrões são descritos a seguir:

Anastomótico (Zernitz, 1932) ou Reticular (Parvis, 1950): O padrão de drenagem anastomótico (Figura 11-A) é caracterizado por uma rede de canais interligados na rede de drenagem em planície de inundação ou em regiões de delta. Os meandros do rio principal produzem barrancos, baías, lagos e canais interligados. É comum esse tipo de padrão em planícies costeiras jovens e muito planas, onde pode ocorrer uma rede de riachos, pântanos e lagos interligados. Zernitz (1932) considera este padrão como uma fase no desenvolvimento da drenagem dendrítica, que ocorre geralmente em áreas restritas.

Entrelaçado: O padrão de drenagem entrelaçado (Figura 11-B) configura-se como uma rede graduada e intrincada de canais rasos, formando um padrão complexo no fundo dos vales (LONGWELL, 1944 *apud* PARVIS, 1950). Normalmente, os materiais depositados por uma corrente entrelaçada são granulares, especialmente nos trechos superiores da corrente.

Yazoo: O padrão de drenagem do tipo Yazoo (Figura 11-C) corresponde a um padrão que os tributários fluem paralelamente ao rio principal – devido à incapacidade dos mesmos de romperem os diques naturais – e se unem antes da confluência com o rio, desenvolvendo-se em terrenos aluviais (PARVIS, 1950).



Fonte: Recortado de Parvis (1950).

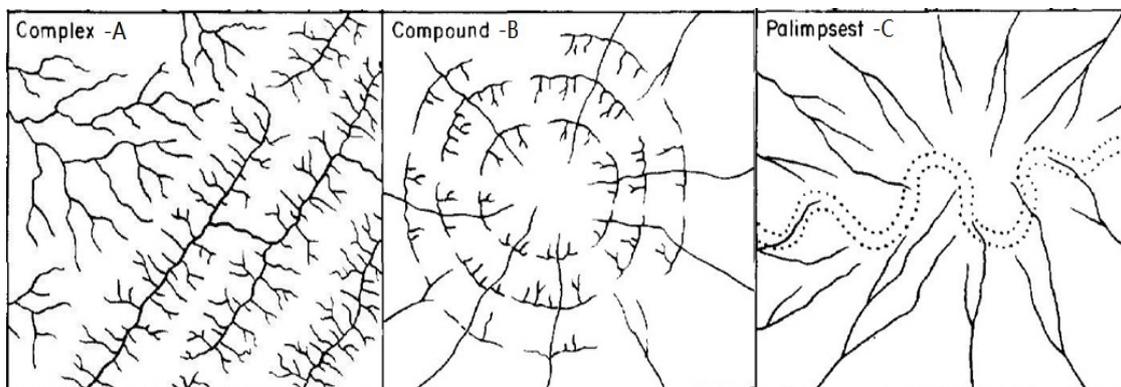
Figura 11. Padrões reticular (A), entrelaçado (B) e yazoo (C).

Ainda na década de 60, Howard (1967) discutiu alguns padrões sob a perspectiva da dinamicidade da paisagem onde mais de um padrão pode estar visível, e uma vez que novos eventos remodele o ambiente, o referido autor classificou-os da seguinte forma:

Complexo: Um padrão complexo (Figura 12-A) consiste na presença de dois padrões contemporâneos adjacentes um ao outro. Zernitz (1932) propôs o termo ‘complexo’ para um agregado de padrões diferentes, refletindo diferentes controles estruturais em áreas adjacentes. Parvis (1950) sugeriu o termo ‘anômalo’ para padrões complexos encontrados em áreas de topografia e materiais diferentes. Os termos ‘complexo’ e ‘anômalo’ foram assim aplicados a situações que são em parte semelhantes e em parte diferentes. Conseqüentemente, o termo ‘complexo’ tem sido usado para descrever uma região que representa um agregado de padrões diferentes contíguos devido à estrutura, materiais e/ou diferenças na topografia (HOWARD, 1967).

Composto: Um padrão composto (Figura 12-B) consiste em dois padrões diferentes, sobrepostos. O termo “composto” foi aplicado por Johnson (1931) *apud* Howard (1967) à drenagem que consiste em dois ou mais padrões contemporâneos na mesma área, como, por exemplo, a combinação de padrões radiais e anelares característicos de muitas cúpulas vulcânicas.

Palimpsest: Um padrão *palimpsest* consiste em dois padrões sobrepostos, mas, um é um ‘paleopadrão’. No padrão do *palimpsest*, a drenagem ou córrego mais antigo forma um plano de fundo para o padrão atual. A Figura 12-C mostra um modelo esquemático de uma drenagem, onde o atual padrão é radial. Contudo, fracamente visível, existe um canal sinuoso. Supõe-se que, a elevada topografia não estava presente quando o fluxo sinuoso atravessava a área. A corrente sinuosa aparentemente foi desviada pelo crescente arco no qual a drenagem radial atual passou a existir. A situação sugere uma deformação ativa dentro da planície costeira. Qualquer padrão de drenagem que inclua traços de um padrão mais antigo e que difere do padrão atual, pode ser chamado de *palimpsest*. Remanescentes de cursos originais são comuns em áreas de atividade glacial e eólica (HOWARD, 1967).



Fonte: Recortado de Howard (1967).

Figura 12. Padrões complexo (A), composto (B) e palimpsesto (C).

Estes são os principais padrões conhecidos na literatura, muitos outros existem e possivelmente alguns ainda não foram estudados. É difícil determinar quando este conhecimento entrou em evidência entre os pesquisadores do meio natural, pois alguns já usavam a concepção de padrões em si, antes mesmo de algum termo ser cunhado. Contudo, os trabalhos mais conhecidos em termos de conceitos são os de Zernitz (1932), Parvis (1950) e Howard (1967) que sintetizaram o conhecimento acerca de padrões de drenagem versado até então.

No Quadro 1 encontra-se a cronologia dos principais padrões de drenagem. No Brasil, o tema é discutido por Christofolletti (1980, 1981), Demattê e Demétrio (1995), Stevaux *et al.* (2005), Latrubesse (2008), e Stevaux e Latrubesse (2017). Hoje, pouco se tem discutido sobre novos métodos ou possíveis novos padrões de drenagem, sobretudo no Brasil. Contudo, algumas pesquisas inovadoras têm sido realizadas no campo da identificação automática dos padrões básicos, utilizando para isso algoritmos computacionais, conforme demonstrado nos estudos aplicados de Zhang e Guilbert (2012, 2013, 2016).

Quadro 1. Cronologia dos principais padrões de drenagem.

DAUBREË	Retangular ¹	1879	¹ O padrão <i>retangular</i> foi descrito e reconhecido por Daubree, (1879); Kemp, (1894) e Hobbs, (1904). Porém foi classificado pela primeira vez no sentido moderno por Zernitz (1932).
DUTTON	Dendrítico ²	1882	
DAVIS	Centrípeto	1889	
WILLIS	Treliça	1895	² O padrão <i>dendrítico</i> foi descrito por Dutton (1882) e aplicado como um termo de drenagem pelo menos desde 1898. Classificado como padrão básico por Zernitz (1932).
JAGGAR	Radial	1901	
	Anelar ³		
DAKE & BROWN	Treliça de Falha	1925	³ Jaggat (1901) refere-se à drenagem <i>anelar</i> , mas Zernitz (1932) pode ter sido a primeira a aplicar o nome à padrão de drenagem.
JOHNSON	Composto	1931	
ZERNITZ	Subdendrítico	1932	
	Pinado		
	Angular		
	Paralelo		
	Subparalelo		
	Colinear		
Anastomótico ou Reticulado	1932		
Complexo			

continua

continuação

ATWOOD	Lagunado	1940
ENGELN	Desarranjado	1942
	Contorcido	
FINCH & TREWARTHA	Ditocômico ou Distribuidor	1942
LONGWELL	Buraco de Andorinha ou Carste	1944
	Entrelaçado	
HORTON	Assimétrico	1945
WALLACE	Termokarst	1946
PARVIS	Buraco de Chaleira	1950
	Baía Alongada	
	Farpado	
	Yazoo	
HOWARD	Treliça de Junta	1967
	Treliça Direcional	
	Treliça Recurvada	
	Multi-Basal ⁴	
	Palimpsest	

⁴ Howard, (1967) Usou o termo "multibasal" para generalizar os padrões genéticos como "buraco de andorinha" e "buraco de chaleira" que tem sido aplicado a padrões caracterizados por numerosas depressões. Onde, o termo multibasal seria um padrão básico, e os genéticos modificados deste.

Fonte: Autoras (2021).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É evidente a importância assumida pelo conceito e classes de padrão de drenagem na contemporaneidade. Visto que a disposição espacial dos cursos d'água pode evidenciar características morfogenéticas, morfotectônicas e morfoestruturais da área onde estão inseridas (HOWARD, 1967; CHRISTOFOLETTI, 1980). A utilização destes nos trabalhos científicos de geógrafos, geólogos e demais cientistas do meio natural têm sido crescente.

Ao examinar os conceitos, as classes e características dos padrões de drenagem, nota-se que vários fatores atuam em conjunto para formação de um determinado padrão, onde os fatores mais proeminentes, como mostraram os trabalhos de Zernitz (1932), Parvis (1950) e Howard (1967), são a estrutura e o substrato geológico.

O propósito desta revisão foi resgatar os conceitos e descrições das principais classes de padrão de drenagem e sobretudo entender como eles foram classificados, quais os critérios foram utilizados, o que um ou outro padrão reflete para servir de embasamento teórico de análise e classificação do padrão de drenagem da bacia do rio Preguiças no Maranhão e outros estudos afins. Embora alguns padrões de drenagem sejam bastante conhecidos, pouco se discute os critérios e métodos de classificação e o contexto lito-estrutural que se inserem as áreas investigadas.

No Brasil, os estudos voltados à interpretação e à classificação fluvial acompanham os avanços de trabalhos e classificações internacionais com enfoque principal para megaescala fluvial (DEMATTÊ; DEMÉTRIO, 1995; STEVAUX *et al.*, 2005; LATRUBESSE, 2008). Já no Maranhão, não há pesquisas que envolvam o padrão de drenagem ou padrão de canal. Uma possível causa desta escassez é que as principais

referências sobre o tema, tanto as clássicas quanto as mais atuais, não se têm tradução para o português; sendo o idioma uma barreira que desencoraja as pesquisas deste tema em nível de graduação e pós-graduação.

Diante disto, além de ampliar o leque sobre este tema, esta revisão contribuiu para buscar o entendimento científico de como a rede de drenagem se configura na paisagem. Evidenciou-se a existência de limiares naturais que produzem um grande número de classes de padrão de drenagem, e explicitou-se que a configuração da rede de drenagem é o resultado de uma variedade de fatores. Com isso espera-se incentivar pesquisas que investiguem assuntos voltados ao padrão de drenagem não apenas no território maranhense, mas também em todo país.

REFERÊNCIAS

- CHRISTOFOLETTI, A. **Geomorfologia**. 2. ed. São Paulo: Edgard Blücher, 1980.
- CHRISTOFOLETTI, A. **Geomorfologia fluvial: o canal fluvial**. São Paulo: Blucher, 1981. v. 1.
- CHRISTOFOLETTI, A. **Modelagem de sistemas ambientais**. São Paulo: Edgard Blücher, 1999, 186 p.
- DANA, J. On denudation in the Pacific. **American Journal of Science**, series 2, n. 9, p. 58-62, 1850.
- DAVIS, W.M. The geographical cycle. **Geographical Journal**. n. 14, p. 481-504, (1899).
- DEMATTE, J. A. M.; DEMÉTRIO, V. A. Fotointerpretação de padrões de drenagem de bacias hidrográficas na caracterização de solos desenvolvidos de rochas eruptivas básicas no estado do paraná. **Scientia Agricola**. Piracicaba, v. 52, n. 3, set./dez. 1995. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-90161995000300026&lang=en. Acesso em: 14 jan. 2020.
- HORTON, R. E. Erosional development of streams and their drainage basins: hydrophysical approach to quantitative morphology. **Bulletin of the Geological Society of America**, v. 56, p. 275-370, mar. 1945. Disponível em: [https://doi.org/10.1130/0016-7606\(1945\)56\[275:EDOSAT\]2.0.CO;2](https://doi.org/10.1130/0016-7606(1945)56[275:EDOSAT]2.0.CO;2). Acesso em: 05 ago. 2019.
- HOWARD, A. D., Drainage analysis in geologic interpretation: a summation. **The American Association of Petroleum Geologists Bulletin**, Califórnia, v. 51, n. 11, p. 2246-2259, nov. 1967. Disponível em: <https://doi.org/10.1306/5D25C26D-16C1-11D7-8645000102C1865D>. Acesso em: 05 set. 2019.
- KNIGHTON, A. D. **Fluvial forms and processes: a new perspective**. Nova Iorque: John Wiley & Sons, 1998.
- LATRUBESSE, E. M. Patterns of Anabranching channels: the ultimate end-member adjustments of mega-rivers. **Geomorphology** (Amsterdam), v. 101, p. 130-145, 2008.
- MEJIA, A. I; NIEMANN, J.D. Identification and characterization of dendritic, parallel, pinnate, rectangular, and trellis networks based on deviations from planform self-similarity. **Journal of Geophysical Research-Earth Surface**, n. 113, p. 1-21, 2008.
- PADRÃO. In: **DICIO**, Dicionário Online de Português. Porto: 7Graus, 2020. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/padrao/>. Acesso em: 20 fev. 2020.
- PARVIS, M. Drainage pattern significance in airphoto identification of soils and bedrocks, **Photogrammetric Engineering**, v. 16, p. 375-409, 1950.
- POWEL, J. W. **Exploration of the Colorado River of the West and its Tributaries**.

- Washington, DC: Government Printing Office, (1875). 291 p.
- SCHUMM S.A. A tentative classification of alluvial river channels. **US Geological Survey Circular**, Washington, DC., v. 477, 1963.
- SILVA, J. P. **Avaliação da diversidade de padrões de canais fluviais e da geodiversidade na Amazônia**: aplicação e discussão na bacia hidrográfica do rio Xingu. 2912. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-graduação em Geografia Física da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP, São Paulo, 2012.
- STEVAUX, J. C.; LATRUBESSE, E. M. **Geomorfologia fluvial**. São Paulo: Oficina de Textos, 2017. (Coleção geografia, v. 3).
- STEVAUX, J. C.; LATRUBESSE, E. M.; SINHA, R. Grandes sistemas fluviais tropicais: uma visão geral. **Revista Brasileira de Geomorfologia**, v. 6, p. 1-18, 2005.
- TEIXEIRA, W.; TOLEDO, M. C. M; FAIRCHILD, T. R.; TAIOLI, F. **Decifrando a Terra 3**. ed. São Paulo: Oficina de Textos, 2009.
- TORRES, F. T. P.; MARQUES NETO, R.; MENESES, S. O. Geomorfologia fluvial. *In*: TORRES, F. T. P.; MARQUES NETO, R.; MENESES, S. O. **Introdução à geomorfologia**. São Paulo: Cengage Learning, 2012. Cap. 5, p. 145-171
- ZERNITZ, E. R. Drainage patterns and their significance. **The Journal of Geology**, v. 40, n. 6, p. 498–521, 1932.
- ZHANG, L.; GUILBERT, E. A study of variables characterizing drainage patterns in river networks. *In*: INTERNATIONAL ARCHIVES OF THE PHOTOGRAMMETRY, REMOTE SENSING AND SPATIAL INFORMATION SCIENCES, 22., 2012, Melbourne, Australia. **Anais [...]**. Melbourne, Australia. 2012. v. XXXIX-B2
- ZHANG, L.; GUILBERT, E. A. Automatic drainage pattern recognition in river networks. **International Journal of Geographical Information Science**. v. 27, n. 12, p. 2319-2342, 2013. DOI: 10.1080/13658816.2013.802794.
- ZHANG, L.; GUILBERT, E. Evaluation of River Network Generalization Methods for Preserving the Drainage Pattern. **International Journal of Geo-Information**, v. 5, 2016. DOI:10.3390/ijgi5120230.

GEOSSÍMBOLOS DA VIDA EM RAPOSA, MARANHÃO: ENTRE REDES, RENDAS E BARCOS

GEOSYMBOLS OF LIFE IN RAPOSA, MARANHÃO:
AMONG BILRO LACE, FISHING NETS AND BOATS

GEOSÍMBOLOS DE LA VIDA EN RAPOSA, MARANHÃO:
ENTRE EL TEJIDO DE ENCAJE DE BOLILLOS, LA REDES DE PESCA Y LOS BOTES

Alex Nunes Silva¹

RESUMO: As cidades de Raposa, São Luís, São José de Ribamar e Paço do Lumiar compõem a Ilha do Maranhão. A história de Raposa está diretamente vinculada à chegada dos primeiros pescadores cearenses, na década de 1950, seguidos de suas esposas, as mulheres rendeiras. Ao longo dos anos, as atividades da pesca e da renda foram se consolidando na cidade, bem como a prática do turismo – manifestados em seus geossímbolos, tais como a Colônia dos Pescadores, a Associação das Rendeiras e as Agências de Passeios Náuticos. São esses exemplos dos geossímbolos de Raposa, pois têm a força de emanar o pertencimento àquela comunidade. Desse modo, esse artigo tem por objetivo fazer uma descrição acerca dos conceitos de geossímbolos, sobre a historicidade de Raposa, bem como uma análise “entre rendas, redes e barcos”, sendo que tais símbolos refletem as tradições e problemáticas da Terra Raposa cultural.

Palavras-chave: Raposa-MA. Geossímbolos. Pescadores. Rendeiras. Promotores Turísticos.

ABSTRACT: The cities of Raposa, São Luís, São José de Ribamar and Paço do Lumiar compose the Maranhão Island. The history of Raposa is directly linked to the arrival of the first fishermen from Ceará, at the 1950's, coming right after their wives, known as rendeiras. Through the years, the fishing and bilro lace activities were consolidated in the city, as well as the touristic practice – manifested in their geosymbols, such as the Fisher's Colony, the Rendeiras' Association and the Boat Trip Agencies. These are examples of geosymbols of Raposa, because it has the power in emanating the sense of belonging to that community. In this way, this paper has as goal to make a description

¹ Mestre em Geografia pela Universidade Estadual do Maranhão. Bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa e ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Maranhão – FAPEMA. E-mail: alexnunes_18@hotmail.com.

Artigo recebido em dezembro de 2020 e aceito para publicação em março de 2021.

about the concepts of geosymbols, about the historicity of Raposa, as well as an analysis “among bilro lace, fishing nets and boats”, which these symbols reflect the traditions and problematics of the Raposa cultural land.

Keywords: Raposa-MA. Geosymbols. Fishermen. Rendeiras. Touristic Promoters.

RESUMEN: Las ciudades de Raposa, São Luís, São José de Ribamar y Paço do Lumiar conforman la Isla de Maranhão. La historia de Raposa en particular está directamente ligada a la llegada de los primeros pescadores de Ceará, en la década de 1950, justo después de sus esposas, conocidas como rendeiras. A lo largo de los años se consolidaron en la ciudad actividades como la pesca y el tejido de encaje de bolillos, así como la práctica turística, manifestada en sus geosímbolos, como en la Colonia de Pescadores, la Asociación de Rendeiras y las Agencias de Paseos en Bote. Estos son ejemplos de los geosímbolos de Raposa, porque tienen el poder de emanar el sentido de pertenencia a la comunidad. De esta manera, el presente artículo tiene como objetivo realizar una descripción del concepto de geosímbolos, sobre la historia de Raposa, así como un análisis “entre el tejido de encaje de bolillos, las redes de pesca y los botes”, cuyos símbolos reflejan las tradiciones y problemáticas del territorio cultural de Raposa.

Palabras clave: Raposa-MA. Geosímbolos. Pescadores. Rendeiras. Promotores Turísticos.

INTRODUÇÃO

A cidade de Raposa, situada na Ilha do Maranhão, distante cerca de 28 km do Centro de São Luís, tem a sua história e a sua própria dinâmica socioeconômica atual vinculada à pesca, à renda de bilro e ao turismo. Tais práticas são responsáveis por manter economicamente considerável parcela da sociedade raposense, assim como também revelam o lado cultural, exposto através dos depoimentos, das ações, do saber fazer, sendo que essas práticas, em especial da pesca e da renda de bilro, remetem à migração dos antigos pescadores cearenses na década de 1950, que escolheram Raposa como novo lar, devido às condições climáticas desfavoráveis que abatiam parte do Nordeste brasileiro à época.

A partir desse viés cultural, percebemos que Raposa é um campo fértil de atuação da Geografia Cultural, no sentido da descrição dos fenômenos ali expostos, da relação entre os pescadores, rendeiras e promotores turísticos com seus geossímbolos, como a Colônia dos Pescadores, a Feira dos Pescadores, o Corredor das Rendas, a Associação das Rendeiras, as Agências de Passeios Náuticos, respectivamente, sendo estes símbolos (i)materiais impressos no território, aludindo às suas identidades enquanto agentes espaciais que trabalham e fazem a vida acontecer.

Nesse sentido, este artigo tem como objetivo descrever, a partir dos depoimentos obtidos em campo, coletados entre março de 2018 e agosto de 2019, a relação entre pescadores, rendeiras e promotores turísticos com seus geossímbolos supracitados, em que se revelou um conjunto de significados entre os agentes espaciais com seus territórios da identidade, bem como as problemáticas enfrentadas, mas que ainda assim tais territórios, por meio dos seus símbolos (i)materiais, emanam entre seus agentes o senso do pertencer à Raposa – da pesca, da renda de bilro e do turismo.

Consideramos necessário utilizarmos o método fenomenológico, tendo centrada a discussão nos próprios agentes espaciais entrevistados: pescadores, rendeiras e promotores turísticos, em

que, de acordo com Sposito (2004, p. 38), fenomenologia “é o sujeito quem descreve o objeto e suas relações a partir do seu ponto de vista, depois dele se apropriar intelectualmente”.

Já que os sujeitos estão no centro das discussões, pudemos então conhecer o cotidiano dos agentes espaciais entrevistados, com fundamento na observação, nos registros fotográficos, associados às entrevistas, as quais, de acordo com Marconi e Lakatos (2001, p. 107), são “uma conversação efetuada face a face, de maneira metódica; proporciona ao entrevistador, verbalmente, a informação necessária”, no modelo semiestruturado – em que há um roteiro pronto, porém dando maior oportunidade de fala aos entrevistados, no acréscimo de informações pertinentes à pesquisa.

Os entrevistados – pescadores, rendeiras e promotores turísticos – tiveram seus nomes preservados, sendo identificados ao longo do trabalho, em um total de vinte entrevistas, conforme ilustrado no Quadro 1, abaixo.

Quadro 1. Relação das entrevistas.

Entrevistado “1”	Funcionário da Colônia de Pescadores
Entrevistado “2”	Pescador, presente no Centro de Raposa
Entrevistada “3”	Associada à Colônia de Pescadores
Entrevistada “4”	Associada à Colônia de Pescadores
Entrevistado “5”	Vendedor de Pescado, presente na Feira dos Pescadores
Entrevistado “6”	Vendedor de Pescado, presente na Feira dos Pescadores
Entrevistado “7”	Funcionário de peixaria, junto à Feira dos Pescadores
Entrevistado “8”	Vendedor de Pescado, presente na Feira dos Pescadores
Entrevistado “9”	Pescador, presente na Feira dos Pescadores
Entrevistada “10”	Moradora de Raposa, proprietária de uma loja de renda de bilro no Corredor das Rendas
Entrevistada “11”	Rendeira e Presidenta da Associação das Rendeiras Bilros de Ouro
Entrevistada “12”	Rendeira, presente em sua casa, em Raposa
Entrevistada “13”	Funcionária da Agência de Passeio Náutico “P. N.”
Entrevistada “14”	Proprietária da Agência de Passeio Náutico “G. T.”
Entrevistado “15”	Funcionário da Agência de Passeio Náutico “A. T.”
Entrevistada “16”	Funcionária do Centro de Informação ao Turista de Raposa
Entrevistada “17”	Turista belga presente no Porto do Braga
Entrevistada “18”	Acompanhante da turista belga
Entrevistado “19”	Turista alemão residente em São Luís
Entrevistada “20”	Turista carioca presente na Orla de Raposa

Org.: o autor (2020).

Além das entrevistas semiestruturadas, foram feitas revisões bibliográficas acerca de questões da própria história de Raposa, sobre conceitos de geossímbolos, no sentido de associar a importância das identidades socioculturais de Raposa com os saberes geográficos. Ademais, foram feitos registros fotográficos e elaborados mapas temáticos de localização.

Destarte, o artigo está estruturado do seguinte modo: introdução, apontamento sobre geossímbolos, descrição sobre a vida em Raposa e sobre os fenômenos em estudo, além da conclusão. Os resultados revelaram que Raposa, apesar das problemáticas presentes, é

uma Terra que emana o senso de pertencimento, através da história oriunda do Ceará, da pesca, do saber fazer a renda de bilro e do orgulho em apresentar Raposa para o Brasil e o mundo, pelos passeios náuticos. Raposa representa um lugar de encontros e saberes. É a Terra onde as tradições estão aliadas com aspectos socioeconômicos. Raposa é assim: diversa e plural, tanto em aspectos econômicos como sociais.

GEOSSIMBOLISMO: BREVES APONTAMENTOS

Dentre os principais autores que trabalham com geossímbolos, citamos aqui Jöel Bonnemaïson, falecido no ano de 1997 durante um trabalho de campo em Nova Caledônia. O autor em questão deixou um legado de obras publicadas em diferentes idiomas, levando para o mundo um conjunto de significados e atribuições dadas aos geossímbolos, contribuindo assim para o enriquecimento da própria Geografia Cultural.

Os geossímbolos são múltiplos e diversos, estando presentes nos mais diversos espaços culturais. São dotados de poder identitário, refletindo as crenças, os saberes, os costumes e as tradições de determinado povo. São espaços do vivido, do percebido, que expressam a história e a realidade do individual e do coletivo.

Nesse sentido, Bonnemaïson (2012, p. 292) descreve o conceito de geossímbolos: “pode ser definido como um lugar, um itinerário que, por razões religiosas, políticas ou culturais, aos olhos de certas pessoas e grupos étnicos assume uma dimensão simbólica que os fortalece em sua identidade”.

Percebemos que a fala do autor relaciona o conceito de geossímbolos a outros conceitos-chave trabalhados dentro da Geografia, como o lugar, que se manifesta “em torno dos processos de construção identitária e/ou do espaço vivido” (HAESBAERT, 2014, p. 43), conceito esse que exprime a identidade e o pertencimento. Nessa acepção, seu significado traduz o modo como a própria vida ali se (re)produz cotidianamente, onde a memória revela a historicidade da relação entre as pessoas com esse lugar do pertencimento.

Bonnemaïson ainda associa os geossímbolos com a territorialidade, em que há uma gama de conceitos nessa significação. Antes de adentrarmos as concepções do referido autor, Sack (1986, p. 03) nos traz o conceito de territorialidade:

É um uso histórico sensitivo do espaço, especialmente quando é socialmente construído e depende de quem controla e por quê. É um componente geográfico chave em entender como sociedade e espaço estão interconectados.

Ademais, Bonnemaïson associa tal conceito como uma expressão dos grupos étnicos, “[...] no sentido de que ela é, antes de tudo, a relação culturalmente vivida entre um grupo humano e uma trama de lugares hierarquizados e interdependentes [...]” (BONNEMAISON, 2012, p. 285-286), bem como dos grupos culturais “que o investem física e culturalmente num território” (BONNEMAISON, 2012, p. 286), território esse que revela um conjunto de valores e marcas culturais, em que:

Território é então um geossímbolo, por exemplo, um lugar, um itinerário, um espaço, que adquire aos olhos de etnias e povos a dimensão cultural e simbólica em que seus valores estão enraizados e através dos quais sua identidade é afirmada (BONNEMAISON, 2005, p. 51) (tradução nossa).

A paisagem também se faz presente nos estudos geossimbólicos e culturais, vista sob o viés da identidade, em que “oferece sinais que permitem grupos humanos em situar eles próprios no tempo e espaço e identificar com uma dada cultura e sociedade” (BONNEMAISON, 2005, p. 51) (tradução nossa). Dessa maneira, tomamos como exemplos monumentos, estátuas, que revelam em muitos casos sobre os agentes espaciais que lá estiveram, mantendo assim tais lembranças na memória das pessoas.

O espaço-símbolo, a partir da análise de Bonnemaision (2012), possui uma gama de significados, sendo o conceito de “espaço vivido” entendido como aquele que está diretamente relacionado à vida cotidiana dos agentes espaciais em questão. Essa vida cotidiana é repleta de significações e de valores manifestados pelo espaço.

Estas significações estão presentes (i)materialmente em símbolos impressos no espaço, relacionado com a cultura local, que de acordo com Bonnemaision (2012, p. 292-293), “os símbolos ganham maior força e realce quando se encarnam em lugares. O espaço cultural é um espaço geossimbólico, carregado de afetividade e significações”.

Compreendemos assim que os geossímbolos são formas (i)materiais expressas na paisagem e no território. Podem ser fixos ou móveis, representando o cotidiano, os saberes, a maneira como os agentes espaciais conduzem a vida através do trabalho, do conhecimento ou das crenças. Tais símbolos refletem suas visões de mundo enquanto seres que habitam o território – de vida, de pertencimento, enquanto detentores de uma identidade cristalizada por meio dos símbolos espaciais.

A VIDA EM RAPOSA, MARANHÃO

Raposa está situada na Região Metropolitana de São Luís, na Ilha do Maranhão, distante cerca de 28 km do Centro da capital estadual. De acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2019), Raposa, no ano de 2019, tinha 30.761 habitantes. A Ilha do Maranhão ainda é composta pelos municípios de São José de Ribamar, Paço do Lumiar e São Luís, conforme ilustrado na Figura 1, a seguir:



Org.: o autor (2020).

Figura 1. Localização da Ilha do Maranhão.

Raposa tem cerca de 23 anos, sendo que “a criação legal do município data de 10 de novembro de 1994, a partir da lei nº 6.129. Porém a elevação à categoria de município data de 1997” (LEITE *et al.*, 2017, p. 21). Apesar da pouca idade, a cidade guarda muitas tradições e culturas peculiares de décadas, manifestadas no dia a dia dos pescadores e mulheres rendeiras.

É importante destacarmos que, dada à ausência de grandes redes hospitalares, de universidades, dentre outros, os moradores de Raposa buscam em São Luís essas oportunidades, além de um leque maior na oferta de produtos e serviços, havendo para tal, um conjunto de linhas de transporte coletivo semiurbano conectando Raposa aos demais municípios da Ilha.

Contudo, Raposa possui um comércio expressivo, com redes de lojas de departamento, móveis para o lar, hotéis familiares, pequenos supermercados, sorveterias, padarias, igrejas, quadras poliesportivas, bares, restaurantes e as famosas lojas de rendas de bilro, sendo esses três últimos com fluxo considerável de turistas, principalmente aos fins de semana e nos meses de janeiro e julho.

Os territórios da renda de bilro, da pesca e do turismo, presentes especialmente no Corredor das Rendas, na Feira dos Pescadores e nas Agências de Passeios Náuticos, respectivamente, refletem a própria história de Raposa, que data da década de 1950, quando chegaram os primeiros pescadores cearenses, fugitivos da grande seca que abatia parte do nordeste brasileiro, na então longínqua praia, que futuramente seria denominada de Raposa. Assim, afirma Costa e Seabra (2015) a respeito de tal temática:

Em 1958, os estados do Ceará, Paraíba e Rio Grande do Norte foram atingidos por uma das mais violentas secas já ocorridas no Nordeste Brasileiro [...]. Ao final de 1958, o total de pessoas atingidas chegava a dois milhões de habitantes, o que levou cerca de duzentas mil pessoas, já sem alternativas, a migrarem para várias outras regiões brasileiras (COSTA; SEABRA, 2015, p. 63-64).

Reis (2007) cita acerca da chegada dos primeiros cearenses em Raposa, dentre eles, Zé Martins e Antônio Pucal:

[...] Em 1949, quando os primeiros pescadores se estabeleceram na praia da Raposa, podia-se contar, a princípio, com um rancho de pescadores. O Sr. Antônio e Sr. José Martins resolveram aventurar a vida no Maranhão. Chegando a São José de Ribamar, entraram em contato com o Sr. José Linhares, que os convidou para trabalhar em currais. Algumas pessoas das proximidades já pescavam, como José Cantor, que já havia feito um pequeno barraco para tratar peixes (REIS, 2007, p. 09).

Posteriormente, outros pescadores, parentes, suas esposas – as mulheres rendeiras de Raposa – vieram do Ceará, a convite daqueles que em Raposa se estabeleceram, por considerarem essa Terra como uma *terra prometida*, devido à abundância de recursos naturais, fugindo das problemáticas de cunho climático que atingia o Ceará, como menciona Costa e Seara (2015, p. 63): “foi só a partir do final do ano de 1958 que ocorreu a grande explosão populacional na Raposa, em decorrência de uma seca que mudou a vida e o destino de milhares de nordestinos: a Seca de 1958”.

Assim afirmam Leite *et al.* (2017, p. 26) em relação a esse processo migratório que culminou no surgimento e crescimento de Raposa:

Raposa nasce com a migração da população cearense, por apresentar características favoráveis a boa pesca, onde inicialmente pescadores cearenses passavam temporadas acampando no local para levar o pescado a outras regiões. Aproximadamente entre as décadas de 40 e 50, iniciou-se o movimento de deslocamento dos pescadores cearenses com suas famílias, para povoar a região.

Nesse sentido, os pescadores e as rendeiras trouxeram consigo um novo modo de ocupar o espaço, reproduzindo em Raposa suas antigas práticas culturais, reveladas nos dias de hoje através dos seus símbolos (i)materiais.

As moradias, ao longo da Avenida dos Pescadores, onde se localiza o Corredor das Rendas, são do estilo alvenaria bem como palafitas, sendo estas fixadas em área de manguezal, revelando desta forma, um conjunto de problemas ambientais que ocorre naquela localidade. Nesse quesito, assevera Silva (2011, p. 18):

O crescimento populacional de Raposa impulsionou o avanço da cidade em direção ao ecossistema manguezal e ao mar, aumentando a proliferação de palafitas, a deposição do lixo e o despejo de esgoto doméstico em áreas de preservação permanente.

Não obstante, apesar dos impactos ambientais, as moradias que abrigam pescadores, rendeiras e promotores turísticos transparecem as múltiplas cores, práticas e crenças oriundas das tradições de décadas em Raposa, manifestadas através da exposição das peças provenientes da renda de bilro, como redes de dormir, vestidos de praia, camisetas, dentre outros, bem como os pescadores que geralmente se reúnem em duplas ou trios para tecer ajustes às redes de pesca na porta de suas casas, deixando-as prontas para uma nova pescaria.

Nesse íterim, em função da atividade pesqueira, da renda de bilro, além do turismo, desponta assim um conjunto de símbolos impressos no território e na paisagem. Os referidos símbolos fazem referência às identidades locais, fortalecendo-os enquanto agentes espaciais que ali vivem e fazem a vida acontecer diariamente, revelando a Raposa uma e múltipla, a qual este artigo pretende abordar.

RAPOSA ENTRE REDES, RENDAS E BARCOS

A partir das entrevistas semiestruturadas desenvolvidas com os agentes espaciais de Raposa, foi possível traçarmos um perfil acerca das mulheres rendeiras, dos pescadores e dos promotores turísticos, no que tange o campo de atuação, as problemáticas e os sentimentos envoltos.

As mulheres rendeiras, concentradas no Corredor das Rendas de Raposa, descreveram sobre a influência da renda cearense para com a renda local; o modo e os materiais que tecem a renda de bilro; a importância da Associação das Rendeiras enquanto um espaço que as agrega em torno da própria renda, símbolo que além de gerar a renda financeira que as sustentam, evoca ainda o sentimento de pertencimento à Raposa, sendo ainda um espaço disseminador de conhecimento àqueles que desejam aprender a tecer a renda de bilro.

Nesse sentido, assim assegura Santos e Lopes (2017, p. 77):

[...] a tradição rendeira da cidade vai muito além de uma fonte de renda em si mesma, ou de complementação de renda: é, também, e não menos importante, uma manifestação da própria identidade cultural e social das mulheres daquela

cidade, e, ainda, um caminho de empoderamento das mulheres que não ficam reduzidas às funções do lar, mas ajudam de maneira ativa no motor que gira a produção de renda na cidade.

No que concerne aos pescadores, estes também têm seus símbolos (i)materiais próprios, presentes em diversos espaços de Raposa. Tais símbolos que serão aqui trabalhados – a Feira dos Pescadores e a Colônia de Pescadores – revelam, a partir dos depoimentos adquiridos em campo, a importância e o significado para os pescadores, bem como para Raposa.

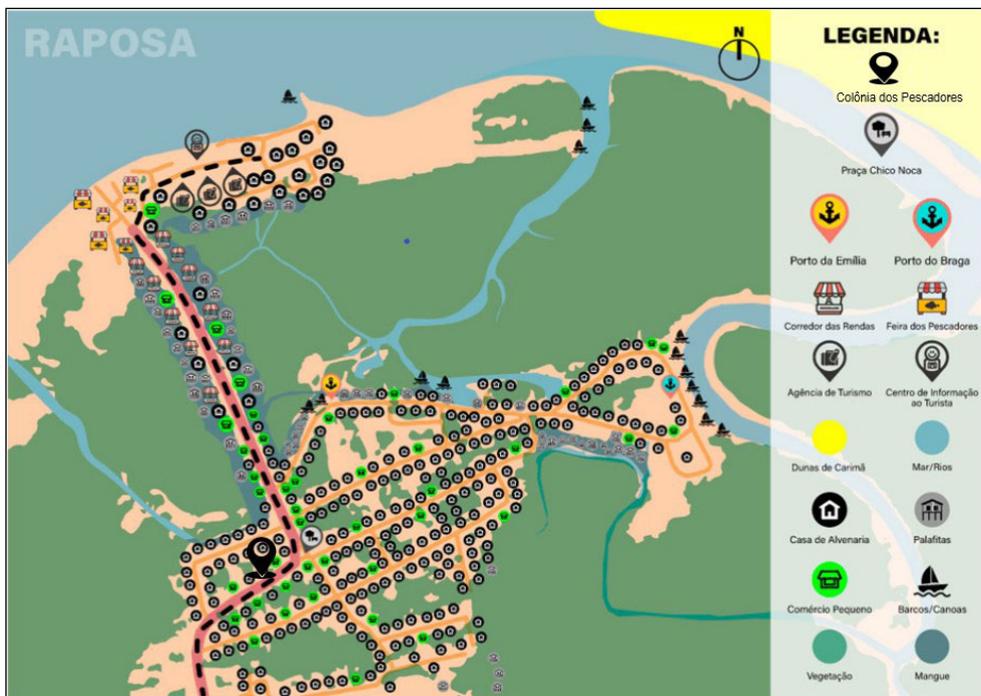
Dentre os entrevistados, os usuários da Colônia de Pescadores que a buscam como um espaço em que podem angariar apoio e serviços, fortalecendo desta maneira o próprio papel do pescador de Raposa. Ademais, conhecemos, a partir da fala de pescadores, vendedores e atravessadores de pescado, na Feira dos Pescadores, como ocorre a dinâmica naquele espaço – que é intenso ao longo do dia, onde as vozes se misturam, onde o pescado é a fonte da renda financeira, assim como é a própria manifestação da cultura de décadas que se encontra presente em Raposa.

A respeito do turismo de passeio náutico, esta é uma prática entre os agentes espaciais entrevistados, feita por aqueles que outrora já trabalharam com pesca ou com a renda de bilro. Eles encontraram no turismo uma nova oportunidade para adquirir renda financeira, associada ao prazer em trabalhar ao ar livre, tendo contato com a natureza e com os turistas que adquirem seus pacotes turísticos.

Assim afirmam Leite *et al.* (2017, p. 30):

A travessia e os passeios de barcos é um dos fatores que contribui para a economia dos moradores locais, fazendo uso dos saberes empíricos, para explorar a área com atividades turísticas, se apropriando do fluxo de visitantes que frequentam o local em temporadas de lazer.

Nesta sequência, iremos abordar acerca das atividades desenvolvidas, da importância e dos desafios dos pescadores, das rendeiras e dos promotores turísticos, que a partir dos seus depoimentos, revelaram um conjunto de significados por nós interpretados e registrados, ilustrando os seus geossímbolos que fortalecem suas identidades enquanto agentes que ali vivem e reproduzem cotidianamente suas práticas socioculturais, sendo delineadas suas localizações na Figura 2, conseguinte:



Org.: o autor (2019). Digitalizado por Hewald (2019).

Figura 2. Localização dos geossímbolos de pescadores, rendeiras e promotores turísticos, em Raposa.

Ao longo da Avenida dos Pescadores, visualizam-se símbolos que fazem referência à imagem do pescador da cidade, como a Colônia de Pescadores e a Feira dos Pescadores. A Colônia de Pescadores Z-53 tem a sua fachada destoada das demais construções ao seu redor, como ilustrado abaixo na Figura 3. A sede, internamente, é organizada, oferecendo atendimento aos colonos – pescadores e marisqueiras – por meio de senhas. Diariamente, muitos colonos a procuram em busca de apoio e prestação de serviços, os quais serão enfatizados.



Fonte: o autor (2018).

Figura 3. Sede da Colônia de Pescadores.

De acordo com o Entrevistado “1”, funcionário da Colônia de Pescadores, “a Colônia tem todo esse teor de representatividade”. A representatividade está presente no modo como os colonos se declaram pescadores, para que possam requerer os serviços prestados. Ainda de acordo com “1”, o pescador “tem que se declarar, e ela tem que exercer essa profissão [...]. A pessoa precisa de provas que certifique que ele é pescador, então a gente tem várias provas que a pessoa pode se autodeclarar como pescador”.

Dentre os serviços prestados pela Colônia, de acordo com o funcionário “1”: “a gente serve como um comunicador do pescador em relação com os órgãos federais”. Ademais, há o salário materno, o auxílio doença e a aposentadoria. Assim, “1” prossegue:

A pessoa que é contribuinte sendo pescador que é colonizado, a mulher ela tem direito ao auxílio materno, ao auxílio doença e aposentadoria. Isso é o benefício que o INSS dá para essas pessoas que são colonizadas. Independente de ser colonizado ou não, o pescador ele tem direito ao INSS. Só que ao apresentar uma contribuição ao sindicato ou a uma colônia, isso reforça a questão da prática dessa profissão, então basicamente os benefícios são esses: salário materno, auxílio doença e aposentadoria. Pra mulher, acrescenta essa questão do salário materno, pro homem só o auxílio doença e aposentadoria (Entrevistado “1”).

A taxa de associação à Colônia é paga mensalmente, variando entre R\$ 12,00 (doze reais) e R\$ 12,50 (doze reais e cinquenta centavos), de acordo com os relatos de campo. Notamos que, entre alguns pescadores entrevistados no Centro de Raposa, há certa falta de apoio e representatividade em relação à Colônia. De acordo com o Entrevistado “2”:

A gente procura ver quando a gente adoce pra se encostar, pra receber alguma coisa, mas não tem nada, um auxílio. Até quando um barco *tá* no prego, aí fora a gente vai correr em cima lá [...]. Se um barco pregar, são os próprios *mesmo* que ajudam os outros. Se cair doente, são os próprios pescadores que ajudam (Entrevistado “2”).

Pudemos ainda conhecer um pouco mais da relação entre os colonos e a Colônia. Muitos que utilizam seus serviços são do sexo feminino, que se declaram como marisqueiras, fato esse ressaltado pelo funcionário, o Entrevistado “1”: “A maioria é mulher [...]. Estima-se que cerca de 75% dos colonizados é mulher”.

A Entrevistada “3”, que exerce a função de marisqueira, relatou que a procura pelo “seguro (defeso), antes tinha dentista [...], agora não tem mais [...]”. A Colônia é importante para ela no sentido de que quando o colono adoce, podem receber uma quantia em espécie por três meses, ou encaminham para o INSS. A Colônia, para “3”, reforça sua identidade enquanto marisqueira, pois “se não tivesse ela, não tinha como ter reconhecimento da profissão”.

Outra associada, a Entrevistada “4”, mencionou que a Colônia ajuda os pescadores “no seguro defeso, quando *tá* no período do seguro defeso, sou uma segurada especial do INSS”, reforçando assim sua ligação com a Colônia, enquanto marisqueira.

Em relação às problemáticas enfrentadas pela Colônia, o Entrevistado “1” relatou que a cada mudança de gestão no Governo Federal há demora na concessão dos benefícios para os colonos, em que “poderia ser concedido em dois meses, ou quatro meses, ele passa de sete meses a um ano pra ser concedido”. Além disso, há a questão da inadimplência,

em que nem todo dia há uma boa pescaria. O dinheiro recebido pelos pescadores varia de acordo com o dia e se houve pesca e venda do pescado, mas há compensação salarial quando ocorre o período do defeso.

Ao fim da Avenida dos Pescadores, localiza-se a Feira dos Pescadores. Nesse local, é possível visualizar uma intensa circulação de pessoas e mercadorias, em sua maioria os próprios pescadores, os compradores e os que revendem o pescado, mas não exercem a função de pescador. Há também outras modalidades de comércio, como bares, lojas de equipamento para pesca, restaurantes, mercearias, como mostra a Figura 4.



Fonte: o autor (2019).

Figura 4. Feira dos Pescadores.

Percebemos que o termo Feira dos Pescadores é utilizado pelos pescadores ou vendedores para se referir àquele espaço onde se comercializa o pescado. Não há uma padronização, mas há organização entre os próprios vendedores e pescadores para o uso daquele espaço, como atesta o Entrevistado “5”, vendedor de pescado: “Aí não tem tabela de nada. Bota aí e vai vendendo”, sendo reforçado pelo Entrevistado “6”, vendedor de pescado, em que cada pescador “tem seu *pontozinho* para sobreviver [...]. O pescador trazendo a gente compra, a gente vende, e assim *vamo* levando aí”.

Também é frequente a circulação de carros e caminhonetes, utilizados para o transporte do pescado para outras regiões da Ilha do Maranhão. Há ainda a exportação do pescado para outras cidades distantes, a exemplo de São Paulo, como afirma o Entrevistado “7”, funcionário de uma peixaria próxima:

Rapaz, a gente compra dessas praias aí de baixo, Belém (Pará) e daqui de Raposa. Aí vem pra cá, daí aqui a gente embala, leva pro aeroporto e vai [...]. A gente compra (o pescado) e manda pra São Paulo. (Aqui se) compra por R\$ 20,00 e R\$ 25,00 [...], eles (os clientes de São Paulo) compram por R\$ 30,00 e vende por R\$ 35,00 e R\$ 40,00 (Entrevistado “7”).

Para compreendermos mais da dinâmica que ocorre naquele espaço, realizamos entrevistas com pescadores e vendedores de pescado. Dentre eles, o Entrevistado “6”, que mencionou que o intenso movimento na Feira dos Pescadores ocorre das seis da manhã às seis da tarde, com os horários de maior movimento percebidos no momento em que os pescadores chegam da pescaria.

Em relação à ligação entre pescadores e vendedores com a Feira, percebemos que o citado espaço é *locus* de reprodução do trabalho; é uma tradição que vem de família. Os entrevistados mencionaram que seus pais são oriundos do Ceará. O Entrevistado “5” expôs que possui três irmãos. Possuem seu próprio barco, trabalham juntos e vivem da pesca.

Tanto o Entrevistado “8” quanto o Entrevistado “5”, ao longo da entrevista, mostravam com orgulho as suas mercadorias. Para o Entrevistado “8”, o peixe de Raposa “é o melhor. Aqui é peixe demais, graças a Deus”. Viver em Raposa, para o Entrevistado “9”, pescador, “é uma felicidade. Eu vim do Ceará pra cá e aqui estou. Eu gosto muito daqui, muito bom aqui, né?! [...]. A gente faz muita amizade, Raposa é uma terra abençoada”.

Desse modo, inferimos que a Feira dos Pescadores simboliza a reprodução da vida, manifestada no cotidiano no qual se desenvolve os sentimentos entre o lugar e as pessoas e entre as pessoas em si. “O lugar guarda em si e não fora dele o seu significado e as dimensões do movimento da vida, possível de ser apreendido pela memória, através dos sentidos e do corpo” (CARLOS, 2007, p. 14).

Entre a Colônia e a Feira, na Avenida dos Pescadores, localiza-se o trecho conhecido como Corredor das Rendas de Raposa. Ali ocorre a exposição, nas varandas das casas/pequenas fábricas de alvenaria e palafitas, fincadas sobre o mangue, de variados produtos oriundos da confecção da renda de bilro, tais como roupas de praia, vestidos, camisetas, dentre outros, sendo esses dos principais souvenirs adquiridos pelos turistas que visitam Raposa.

O Corredor das Rendas, retratado na Figura 5, é um dos elementos simbólicos que dinamizam o espaço de Raposa, uma das territorialidades de vida que expressa o cotidiano e as tradições transmitidas ao longo do tempo, trazido pelas mulheres rendeiras do Ceará.



Fonte: o autor (2018).

Figura 5. Corredor das Rendas de Raposa, MA.

A origem da renda, de acordo com a Entrevistada “10”, pode ter sido portuguesa ou francesa. A entrevistada relembra que turistas franceses passaram em seu comércio e comentaram que há diferenças; os instrumentos de trabalho são naturais (o coco, tucumã, espinho do mandacaru, palha de bananeira), adaptados ao modo de vida de Raposa.

Em conseqüente, assim sustenta Leite *et al.* (2017, p. 26-27) no que diz respeito à origem da renda de bilro:

Em sua trajetória, a renda surge na Europa no século XV, não se sabe ao certo qual o seu país de origem, no entanto há manifestações desta cultura na Bélgica, França, Itália e Portugal. Foi trazida para o Brasil pelos portugueses em meados do século XVIII, a técnica de bilros era praticada pelas portuguesas, e normalmente encontrada nas regiões pesqueiras de Portugal, o que pode ter influenciado na tradição de se manter nas regiões do litoral brasileiro.

Ainda de acordo com a Entrevistada “10”, o surgimento do Corredor das Rendas de Raposa ocorreu:

[...] pelo fato de que [...] minha mãe foi a primeira lojista. Ela fazia e vendia; dali foi passando, foi aumentando a procura, né?! [...] Começou a vender bastante, a comprar outras mercadorias. Aí minhas tias também, aí teve outras pessoas, e esse corredor é só porque é nessa avenida, né?! E se tu for olhar, tem muitas artesãs fazendo renda aqui na avenida, e tem suas próprias lojinhas também [...]. Foi tudo muito espontâneo (Entrevistada “10”).

No trecho do Corredor das Rendas também se concentram outras atividades econômicas, como pequenos comércios e bares. Destacamos que neste espaço está a nova sede da Associação das Rendeiras – sendo essa nova sede ainda sem uso pelas rendeiras. Atualmente, encontra-se em atividade a Associação das Rendeiras Bilros de Ouro, localizada próximo à Praça Chico Noca, no Centro.

Segundo a Entrevistada “11”, presidenta da Associação das Rendeiras, a mesma foi fundada em 1987, com o objetivo de ter um espaço para que as rendeiras pudessem expor seus trabalhos para venda, diretamente para o consumidor. A ideia surgiu de “R”, rendeira, com demais profissionais do ramo, que fundaram a Associação. Além da comercialização, a Associação objetivava firmar parcerias com órgãos públicos.

Contudo, conforme mencionaram as Entrevistadas “11” e “12”, a Associação das Rendeiras Bilros de Ouro foi reativada em 2005, após oito anos desativada. As atividades desenvolvidas são confecções, cursos para a comunidade na confecção de renda; pintura; além de ser um ponto de encontro para discussões sobre as atividades e vendas em Raposa e em outros espaços de São Luís, como *shoppings* e no Centro Histórico.

Nesse sentido, ainda de acordo a Entrevistada “12”, há constantes reuniões entre as rendeiras na Associação. Os encontros ocorrem à tarde, pois no turno matutino, normalmente as rendeiras se ocupam com afazeres domésticos ou outro exercício, sendo que algumas praticam a docência. A Associação tem parceria com o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial – SENAI e com o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial – SENAC, na qual são ofertados cursos para a comunidade em geral, capacitando novas pessoas para trabalhar no ramo da renda de bilro. A Entrevistada “12” comenta inclusive sobre a importância desses cursos para os jovens interessados, principalmente pelo aprendizado na confecção de bijuterias.

Os entraves elencados pela Entrevistada “12” ocorrem pela falta de incentivo por parte dos governantes, no que tange à aquisição de materiais para a confecção da renda, além da queda no número de turistas em Raposa ao longo dos anos. Ademais aponta quanto ao novo prédio da Associação das Rendeiras, sem uso por elas:

Aquele prédio lá tá numa enrolada louca [...]. Foi financiado pelo Banco do Brasil. Foi uma obra mal feita, e foi parar na justiça [...]. Lá é tão bom [...], pois aquele prédio é ventilado e tem espaço pra a gente poder colocar nossa renda. (O prédio) é caminho do turista, era melhor, e eu acho que não tem previsão de quando vai (funcionar) (Entrevistada “12”).

A Entrevistada “11” e “12” narraram, durante as entrevistas realizadas em suas casas, que se sentiam orgulhosas pela renda de bilro desenvolvida em Raposa, pois o trabalho é mais elaborado, caprichado e possui maior diversidade de peças de renda de bilro, se comparado com outros modelos de renda, como o do Ceará. A Entrevistada “12” assim descreveu sobre o valor e o significado da Associação:

(Significa) muito porque é lá onde a gente consegue, às vezes, até o impossível [...] porque [...], abaixo de Deus, né?! Porque Deus é tudo, mas lá é onde a gente conseguimos as nossas encomendas, a gente consegue conversar umas com as outras, saber quais são os problemas, o quê que precisa, o quê que não precisa, o que a gente pode adaptar mais, o que a gente não pode fazer. Então, é muito importante, e através de lá, é o complemento da nossa renda familiar (Entrevistada “12”).

Notamos assim que a Associação das Rendeiras desperta nelas um sentimento de pertencimento ao lugar. É o lugar do encontro, também exercido nas portas das casas/ pequenas fábricas localizadas no Corredor das Rendas, onde podem compartilhar ideias. É um território simbólico, capaz de emanar a cultura enquanto elemento do desenrolar da vida e do cotidiano.

Próximo à orla de Raposa, em frente ao Centro de Informações ao Turista, localizam-se algumas Agências de Passeios Náuticos. Então, há uma alta circulação de turistas, com suas câmeras fotográficas registrando as paisagens naturais de Raposa. Constatamos que muitos turistas que aportam em Raposa são oriundos de São Luís, ficando evidente pelas placas dos carros estacionados próximos à orla. A frequência dos turistas em Raposa ocorre de maneira massiva nos feriados e aos fins de semana. O lazer, dado pelas praias, em especial a Praia de Carimã e pelos restaurantes, bem como os passeios náuticos, constituem o conjunto da atração turística de Raposa.

Outrossim, foram conhecidas três agências de passeios náuticos, neste artigo identificadas como Agência “P.N.”; Agência “G.T.” e Agência “A.T.”.

Percebemos que há similaridade entre as agências de turismo, as quais estão localizadas próximas entre si. Há um indicativo de que os promotores turísticos do município se conhecem, vivem o lugar em seus mais variados modos, assim como dele tiram sua renda financeira.

Além disso, há semelhança no roteiro ofertado pelas Agências de Passeios Náuticos, como reportou a Entrevistada “13”, da Agência “P. N.”:

De duas horas, com duas paradas para banho: do banho do marisco e das Fronhas; o de quatro horas, que passa pelo criadouro de ostras, Ilha de Hélio

Viana, no banho do marisco e nas Fronhas; e o do dia todo, que vai pela Ilha de Curupu, criadouro de ostras, Ilha de Hélio Viana, banho do marisco, Praia de Carimã e as Fronhas (Entrevistada “13”).

Outra participante, a Entrevistada “14”, é proprietária da Agência de Turismo “G.T.”. A Agência oferece os seguintes passeios, semelhantes ao ofertado pela Entrevistada “13”: há o “roteiro de duas horas, com o banho do marisco, Ilha de Carimã; tem o de quatro horas, que faz Ilha de Carimã, banho do marisco, criatório de ostras, e tem o dia todo, que a gente fica na Ilha de Curupu”. É importante avultarmos que a Ilha de Curupu, distante cinco minutos de barco do píer de Raposa, é comumente chamada por alguns moradores como Ilha de Carimã, pois ali se localiza uma praia com o mesmo gentílico.

O Entrevistado “15”, funcionário da Agência “A. T.”, assinalou que entrou no ramo do turismo no ano de 2010. Segundo ele, a agência oferece os seguintes pacotes:

A gente tem três *pacote* pra turismo aqui: o primeiro é de duas horas de duração, com duas parada pra banho, tem um segundo pacote, que é quatro parada pra banho, e vai na fazenda da ostra, a gente trabalha criando peixe pro cliente, que é a tradição aqui; prepara camaroadá, caranguejada, vai no gosto do cliente, e tem o terceiro passeio, que é o do dia todo, que o pessoal sai pra Curupu, sai às 8h20min e retorna cinco *hora* da tarde. Tem umas trilhas também, mas a maioria do pessoal [...] quer parar pra tirar foto e comer um peixe grelhado. Quem se interessa por isso é o turista de fora, o japonês, é o coreano, é o italiano, é o francês, é o americano [...] das *agência* que bota pra nós, que tem convênio com agência (Entrevistado “15”).

Ele ainda sublinhou que a empresa possui parceria com o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas – SEBRAE, com o intuito de promover cursos de qualificação para os funcionários, motivados pela presença de turistas estrangeiros que são trazidos pelas Agências de Turismo de São Luís:

A gente *fizemo* o curso do SEBRAE, e a partir do dia 8, teremos curso de inglês, pois agora vai chegar muito turista, e eles falam o nosso idioma muito arrastado, né? Então a gente tem uma dificuldade. A gente quer acabar com isso (com o intérprete), a gente que paga o intérprete. A gente quer aprender a linguagem deles, informar pra eles pessoalmente, explicar tudo direitinho, as paradas do banho e explicar pra eles o aratum, conhecer a ostra, o caranguejo, o *sanambi*, sururu (Entrevistado “15”).

O mencionado promotor turístico seguiu tecendo críticas à falta de organização do espaço para receber e situar o turista que se desloca em Raposa:

[...] Você entra daqui pra lá. Você vê alguma placa indicando roteiro turístico? Não, né? Pra você saber, só se você já veio aqui ou só se você procurar. Você percebe pela placa onde se inicia Raposa, deveria estar próximo ao Alphaville (condomínio) (Entrevistado “15”).

Sobre viver em Raposa, os referidos profissionais mencionaram o orgulho que sentem. A Entrevistada “13” expressou que nasceu, se criou, teve filhos e netos em Raposa. Tem uma relação amistosa com seus conterrâneos, é um lugar que lhe traz paz. Ela prossegue: “eu me

sinto muito bem no meu lugar e eu conheço outros lugares, mas igual ao meu, não tem”. Para o Entrevistado “15”, “a Raposa tem tudo pra crescer. Ela tem o turismo muito bom, as praias daqui não são *poluente*, não tem rede de esgoto despejando na praia”. Já para a Entrevistada “14”, viver em Raposa é tranquilo, é ter o mar em frente a sua casa. É o orgulho de ser de Raposa quando se mostra as belezas da cidade, que lhe faz gostar de trabalhar com turismo.

Com o intuito de inteirar-nos um pouco mais sobre o perfil do turista que visita a cidade, obtivemos acesso aos dados junto à Secretaria de Turismo do Maranhão – SETUR/MA (2019), correspondente ao período de março de 2018 a março de 2019. Apreendemos, através dos referidos dados, que os turistas que visitam Raposa são originários de determinadas cidades do Maranhão, do Brasil e do mundo.

O perfil do turista que visita Raposa é, notoriamente, aquele que passa um dia e depois retorna para São Luís, cujas atividades estão relacionadas à aquisição de souvenirs, bem como à culinária e passeios às praias e à Ilha de Curupu. A Entrevistada “16”, que trabalha no Centro de Informação ao Turista de Raposa, no que diz respeito aos turistas, frisa: “eles sempre vêm através dos passeios [...]. Geralmente, têm os passeios de duração de uma, duas e de quatro horas, e também tem a culinária, as rendeiras [...] a gente sempre informa isso [...]”.

No Maranhão, destaca-se São Luís, São José de Ribamar, Paço do Lumiar, Caxias, Açailândia, Imperatriz, Pinheiro, Bacabal, Urbano Santos, Barreirinhas, Tutóia, Colinas, Zé Doca, Chapadinha, Santa Inês, São Mateus, Bacuri, Viana, Balsas, Coroatá, Barra do Corda, Humberto de Campos, Timon, além de próprios moradores de Raposa.

De acordo com dados da SETUR/MA (2019), no período de março de 2018 a março de 2019, Raposa recebeu turistas de todos os estados brasileiros, com exceção dos estados do Acre e Mato Grosso do Sul.

Entre os turistas internacionais, há nacionalidades como alemã, argentina, canadense, estadunidense, espanhola, britânica, paraguaia, colombiana, japonesa, holandesa e francesa, no período supracitado, com dados obtidos pela Secretaria de Estado.

Dentre os turistas, a Entrevistada “17”, cidadã belga, acompanhada por duas amigas ludovicenses, comenta: “Eu não sei muito sobre aqui, pois é a minha primeira vez e nós fizemos o passeio de barco por três horas, e eu não vou levar algo daqui, pois estou em São Luís” (tradução nossa).

Ainda segundo a mesma visitante, não possuía conhecimento sobre Raposa, mas soube por intermédio das suas amigas, com as quais estava hospedada em São Luís. A Entrevistada “17” e suas acompanhantes permaneceram somente durante o passeio de barco em Raposa, voltando em seguida, de carro, para São Luís.

A Entrevistada “18”, uma das acompanhantes da Entrevistada “17”, relatou que a trouxe para Raposa pois tinha interesse em mostrar “nossa terrinha pra pessoa que é de fora, a nossa beleza natural”, sem diferenciar, na sua fala, Raposa de São Luís.

Outro entrevistado estrangeiro, o Entrevistado “19”, conta que aquela viagem é a sua terceira, nas quais passa apenas um dia. Leva para seu país, como souvenir, o artesanato, a renda. Comparou a atividade da renda com a mesma de dez anos atrás que, em sua visão, diminuiu bastante. Mas que Raposa ainda lhe traz boas e belas paisagens.

Entre turistas nacionais, a Entrevistada “20” estava acompanhada de dois amigos. Vieram do Rio de Janeiro durante o período junino, para conhecer as festividades de época, fazer trilha nos Lençóis Maranhenses e escolheram um dia livre para conhecer Raposa. Souberam do município “por indicação, por moradores lá do Centro da cidade de São Luís. *Tô apaixonada e a minha amiga também*”. Ambas se deslocaram para Raposa usando transporte por aplicativo. Sobre a permanência, só fizeram um bate-volta e estavam ansiosas para assistir ao pôr do sol

e tirar fotos como recordação desse que se tornou um lugar especial para a Entrevistada “20”, refletido no desejo em retornar, em uma próxima oportunidade, à Raposa e ao Maranhão.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Inferimos que a cultura é fundamental para a compreensão da realidade das comunidades e dos seus territórios de vida; territórios esses repletos de significados, formando um campo forte de (re)criação de identidades e de símbolos que remetem à origem e ao cotidiano dos agentes espaciais que os constituem.

A origem de Raposa está diretamente relacionada aos pescadores cearenses que migraram devido a uma seca que atingia o nordeste brasileiro nos anos de 1950. Entre outros Estados, e até pela proximidade, o Maranhão funcionou como uma dessas paragens daqueles homens, que ficou conhecida como a *Terra Prometida* (COSTA; SEABRA, 2015), obtendo essa conotação especial mediante a fartura do peixe e de outras condições ambientais favoráveis.

Após os pescadores conhecerem àquela Praia, que seria denominada de Raposa, retornaram ao Ceará a fim de buscar os seus familiares, entre eles as esposas rendeiras, apontadas como as mulheres que implantariam em Raposa a cultura da rendaria – hoje marca espaço-identitária do lugar.

Dentre os símbolos que envolvem pescadores, rendeiras e promotores turísticos – compreendidos aqui como geossímbolos – por emanar a identidade, o sentimento de pertencimento, fortalecendo-os enquanto agentes espaciais que lá vivem e fazem a vida acontecer –, foram destacados a Colônia de Pescadores, a Feira dos Pescadores, o Corredor das Rendas, a Associação das Rendeiras e as Agências de Passeios Náuticos.

Compreendemos que o significado da Colônia de Pescadores está no fato de que ali é um espaço onde os pescadores procuram por serviços, como pela concessão de auxílio tanto para mulheres quanto para os homens. Os serviços prestados pela Colônia são de suma importância, pois através deles, os pescadores têm uma garantia dos seus direitos preservados. Contudo, consideramos ser necessário haver uma abrangência maior para que todos sejam acolhidos, servindo assim como uma intermediadora eficaz entre os pescadores e os órgãos competentes.

Em relação à Feira dos Pescadores, percebemos que, naquele território, há uma intensa interação entre os pescadores e aqueles que usam a pesca para sobreviver. O corpo presente e flutuante, a voz que convence e articula com os demais colegas e potenciais compradores se mostram fundamentais para conviver e vender o pescado, símbolo referência de Raposa.

No que diz respeito às rendeiras, as lojas, o Corredor das Rendas, a Associação das Rendeiras e a própria renda refletem seus geossímbolos, as unindo em torno do propósito de manter a tradição e comercialização do produto, manifestado nessa territorialidade cultural. É o modo como essas agentes se apropriam do território, cujo vínculo se manifesta por meio das crenças, dos saberes em comum, criando dessa forma uma identidade territorial, despertando assim um sentimento de pertencimento ao lugar – do encontro – emanando a cultura enquanto elemento do desenrolar da vida e do cotidiano.

Ao que pudemos apurar, o turismo em Raposa se revela por uma dinâmica territorial singular, no qual a pesca e a rendaria complementam a oferta dada pelos passeios náuticos, bem como os recursos naturais, como as praias. Os promotores turísticos entrevistados reconhecem as potencialidades naturais do lugar e dele fazem uso para obter os recursos capazes de gerar a sobrevivência e a vivência de múltiplos modos de existir.

Nesse sentido, “o orgulho de ser raposense” favorece a atividade turística, uma vez que as pessoas do lugar se sentem com mais propriedade para mostrar a *Raposa turística*. Ser de Raposa exterioriza relacionamentos tranquilos com os vizinhos, com os colegas

de profissão e com os turistas. É também conhecer a natureza para dela tirar seu sustento financeiro que faz com que a vida possa acontecer.

Destarte, as narrativas de vida abraçadas em campo demonstraram que o conhecimento da Terra, que envolve o sentimento de ser e viver em Raposa entre (des)conhecidos, revela a vida por meio da relação de homens e mulheres com o mar, com a arte de tecer a rendaria e com a tarefa de recepcionar estrangeiros e conterrâneos de pátria, permitindo assim tirar dali o sustento, configurando territórios e territorialidades que podem se refazer no curso do dia, no sobe e desce da maré e a cada tempo de férias ou festivo.

Esses territórios da vida traduzem a identidade cultural-espacial de Raposa, que é reflexo de crenças, saberes e memória, de trabalho, de lazer e de desejos. Eis então um conjunto de significados (i)materiais que remete Raposa enquanto Terra única e plural.

REFERÊNCIAS

- BONNEMAISON, J. **Culture and space: conceiving a new cultural geography**. New York: I. B. Tauris, 2005.
- BONNEMAISON, J. Viagem em torno do território. *In*: ROSENDAHL, Z.; CORRÊA, R. L. **Geografia cultural: uma antologia**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2012. v. 1. p. 279-303.
- CARLOS, A. F. A. **O lugar no/do mundo**. São Paulo: FFLCH, 2007.
- COSTA, R. P.; SEABRA, M. C. T. C. de. **As palavras sob um viés cultural: o léxico dos pescadores da Raposa, Maranhão**. São Luís: Editora UEMA, 2015.
- HAESBAERT, R. **Viver no limite**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014.
- IBGE. **Panorama populacional de Raposa**. 2019. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ma/raposa/panorama>. Acesso em: 19 jun. 2020.
- LEITE, C. A. S.; MARTZ, D. F.; SILVA, M. E. F. O município de Raposa no Maranhão: da construção histórica e cultural aos efeitos atuais da urbanização. *In*: MELO, J. C. (org.). **(Re)descobrimo o município de Raposa através do PET: conexões dos saberes, pesquisa e extensão em espaços sociopedagógicos**. São Luís: EdUFMA, 2017. p. 19-35.
- MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Metodologia do trabalho científico**. 6. ed. São Paulo: Editora Atlas, 2001.
- REIS, J. R. S. dos. Cidade de Raposa: encanto das águas. **Revista A Biana**. Raposa, ed. 01, ano 01, fev. 2007.
- SACK, R. D. **Human territoriality: its theory and history**. Cambridge: Cambridge University Press, 1986.
- SANTOS, J. O. N.; LOPES, A. R. S. Artesanato e cidadania: a produção de rendas no município de Raposa-MA e a importância do amparo legal para o desenvolvimento da atividade no município. *In*: MELO, J. C. (org.). **(Re)descobrimo o município de Raposa através do PET: conexões dos saberes, pesquisa e extensão em espaços sociopedagógicos**. São Luís: EdUFMA, 2017. p. 75-85.
- SETUR/MA. **Dados impressos sobre o turismo em Raposa – MA, entre março de 2018 e março de 2019**. Disponível na própria instituição. Acesso em: 19 jul. 2019.
- SILVA, N. **Cidade de Raposa: análise geográfica do espaço socioambiental**. 2. ed. São Luís: NS Editor, 2011.
- SPOSITO, E. S. **Geografia e filosofia: contribuição para o ensino do pensamento geográfico**. São Paulo: UNESP, 2004.

PROPRIEDADES FÍSICAS DOS SOLOS: UMA ABORDAGEM TEÓRICO-METODOLÓGICA

PHYSICAL PROPERTIES OF SOILS: A THEORETICAL-METHODOLOGICAL APPROACH

PROPIEDADES FÍSICAS DE LOS SUELOS: UN ABORDAJE TEÓRICO-METODOLÓGICO

Danyella Vale Barros França¹

Cristiane Mouzinho Costa²

Quésia Duarte da Silva³

RESUMO: O objetivo deste artigo foi discorrer sobre as propriedades físicas dos solos numa abordagem teórico-metodológica, com vistas a contribuir nos estudos relacionados a este tema. Neste sentido, afirma-se que as análises das propriedades físicas dos solos se fazem necessárias e são importantes para gerar dados indicadores que poderão auxiliar no processo de gestão urbana e rural, servindo de suporte para obras civis, atividades agrícolas, descarte de resíduos, infiltração de águas pluviais e áreas verdes voltadas para arborização urbana, recuperação de áreas urbanas degradadas e outros usos. As propriedades físicas dos solos afetam os processos erosivos e os estudos de ambos podem ajudar a elucidar como os processos ocorrem, como evoluem e quais medidas mitigadoras são mais adequadas para cada área afetada.

Palavras-chave: Propriedades físicas dos solos. Conceitos de Solos. Problemas ambientais Relacionados aos Solos. Erosão.

ABSTRACT: The objective of this article was to discuss the physical properties of soils in a theoretical-methodological approach, with a view to contributing to studies related to this theme. It is stated that analyzes of physical properties of soils are required and are important to generate indicator data that assist in the urban and rural management process, serving as support for civil works, agricultural activities, waste disposal, rainwater infiltration and green areas aimed at urban afforestation, recovery of degraded urban areas and other uses. The physical properties of soils affect erosion processes and

1 Mestrado em Geografia, Natureza e Dinâmica do Espaço pela Universidade Estado do Maranhão. E-mail: danyellabarrosgeo@hotmail.com.

2 Pesquisadora do Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos – IMESC. Mestrado em Geografia, Natureza e Dinâmica do Espaço pela Universidade Estado do Maranhão. E-mail: cristianemouzinho@hotmail.com.

3 Professora do Mestrado em Geografia, Natureza e Dinâmica do Espaço. E-mail: quesiaduartesilva@hotmail.com.

studies of both can help to elucidate how the processes occurred, how they evolve and which mitigation measures are most appropriate for each affected area.

Keywords: Physical properties of soils. Soil Concepts. Environmental Problems Related to Soils. Erosion.

RESUMEN: El objetivo de este artículo fue el de descorrer sobre las propiedades físicas de los suelos en un abordaje teórico-metodológico, con la intención de contribuir con los estudios relacionados a este tema. En este sentido, se afirma que los análisis de las propiedades físicas de los suelos se hacen necesarios y son importantes para generar datos indicadores que podrán auxiliar en el proceso de la gestión urbana y rural, sirviendo de soporte para obras civiles, actividades agrícolas, descarte de residuos, infiltración de aguas pluviales y áreas verdes orientadas para la arborización urbana, recuperación de áreas urbanas degradadas y otros usos. Las propiedades físicas de los suelos afectan los procesos erosivos y los estudios de ambos pueden ayudar a elucidar la forma en que los procesos ocurren, cómo evolucionan y qué medidas mitigadoras son las más adecuadas para cada área afectada.

Palabras clave: Propiedades físicas de los suelos. Conceptos de Suelos. Problemas ambientales Relacionados a los Suelos. Erosión.

INTRODUÇÃO

Solo é um agrupamento de corpos naturais formados por componentes sólidos, líquidos e gasosos, tridimensionais, gerados por elementos minerais e orgânicos contendo matéria viva e podendo ser vegetados na natureza e serem modificados pela ação humana; é resultante da ação climática e da biosfera sobre a rocha, cuja transformação em solo se realiza num determinado tempo e é influenciada pelo relevo (LEPSCH, 2002; SANTOS *et al.*, 2013).

Ademais, é o resultado da interação de diversos processos pedogenéticos como perdas, transformações e adição (OLIVEIRA, 2011), bem como, geomorfológicos (GUERRA; MENDONÇA, 2004). A sua formação resulta da manifestação, da combinação e da intensidade dos cinco fatores de formação, isto é: material de origem, clima, relevo, organismos e tempo.

O estudo dos solos é de grande importância porque eles são a base para a produção de alimentos para as sociedades, procedentes dos campos de cultivo e pastagens; para os vegetais se fixarem neles e extraírem água em mistura com nutrientes (LEPSCH, 2002); e, para a construção de diversos empreendimentos.

Os solos são recursos naturais extenuáveis, influenciam a qualidade do ar, quando dele, poeiras são transportadas à atmosfera e também são úteis para receber e processar detritos líquidos e sólidos das áreas urbanas (LEPSCH, 2002).

Além disto, há ocorrência mundial de diversos problemas ambientais relacionados aos solos como os processos erosivos, os movimentos de massa, a poluição dos solos, a sobre-exploração dos solos em função do aumento da produtividade agrícola, urbanização e outros, gerando degradação. Tais problemas são relatados por diversos pesquisadores como Pimentel (1976), Goudi (1990), Craswell *et al.* (1998), Ramalho (1999), Dias e Herrman (2002), Puskás e Farsang (2009), Silva e Botelho (2014), Albuquerque e Vieira (2014), Guerra *et al.* (2015) e outros.

Apesar desta variada problemática ambiental relacionada aos solos, a qual está vinculada principalmente aos usos que se faz deles, não existe distinção entre os solos que estão localizados em áreas rurais e florestadas e os solos utilizados para a implantação das cidades, os solos urbanos. Porém, nas áreas urbanas, os solos são descaracterizados devido à intensa atividade humana, modificando-os de tal forma, que muitas vezes não é possível reconhecer suas características originais (PUSKÁS; FARSANG, 2009).

A partir desta breve exposição sobre o conceito de solos, a importância dos estudos e a diversidade de problemas ambientais relacionados a eles, defende-se que é necessário conhecê-los para melhor conservá-los e utilizá-los e para a definição de políticas públicas adequadas ao uso e manejo (LEPSCH, 2002; GUERRA; SILVA; BOTELHO, 2010; OLIVEIRA, 2011; SANTOS *et al.*, 2013).

Palmieri e Larach (2003) afirmam que é de grande relevância conhecer as diversas propriedades dos solos, isto é, as propriedades físicas, químicas e mineralógicas, para uma melhor compreensão das suas características. Conforme De Jong Van Lier (2020), as propriedades físicas dos solos são determinadas pelo conjunto de características referentes à composição da matriz sólida e ao conteúdo dos poros.

A matriz sólida abrange os dados sobre o tamanho das partículas (frações granulométricas), o formato dos sólidos, a natureza (minerais, componentes orgânicos) e o arranjo (ou estruturação) de seus componentes. Os conteúdos dos poros compreendem as porções líquidas e gasosas (DE JONG VAN LIER, 2020).

Sobre as características físicas dos solos, Guerra (2013) ressalta que elas variam ao longo do tempo. Dessa forma, quando analisadas em qualquer estudo, é preciso que seja determinado um período de tempo, pois podem evoluir, isto é, suas propriedades podem ser alteradas, apresentando mais suscetibilidade ou menor resistência a processos erosivos, por exemplo (LAL, 1981; POESEN, 1981; MORGAN, 1984; DE PLOEY; POESEN, 1985; MORGAN *et al.*, 1987; GOVERS; POESEN, 1988; DICKINSON *et al.*, 1990; GUERRA; ALMEIDA, 1993).

Os estudos das propriedades físicas dos solos são muito utilizados para fazer prognósticos sobre o comportamento deles em ambientes naturais e alterados pelos diversos usos. As propriedades físicas dos solos influenciam os processos químicos e biológicos, e são um importante tema para os estudos a qualidade deles (LEPSCH, 2011; BRADY; WEIL, 2013).

As pesquisas relacionadas às propriedades químicas dos solos normalmente são realizadas para o entendimento das modificações ocorridas em áreas de produção agrícola e são de grande importância para subsidiar ações relacionadas à melhoria da produtividade (THOMAZ; PEREIRA, 2015).

Já as propriedades mineralógicas dos solos são estudadas para o conhecimento e avaliação da gênese deles, do comportamento físico e químico dos solos, e para o uso das propriedades como potencial mineral de nutrientes para as espécies vegetais (COMBATT; LANI; ALVAREZ, 2013).

O objetivo deste artigo, nesse sentido, é discorrer sobre as propriedades físicas dos solos numa abordagem teórico-metodológica, com vistas a contribuir nos estudos relacionados a este tema, considerando a importância já relatada dos solos e o contemporâneo acirramento dos problemas ambientais relacionados a eles, nas áreas rurais e urbanas. Dessa maneira, aborda-se inicialmente sobre este assunto e, posteriormente, discorre-se sobre a erosão dos solos em áreas urbanas. Ao final deste artigo, como resultado, verifica-se uma ampla bibliografia nacional e internacional sobre o assunto.

PROPRIEDADES FÍSICAS DOS SOLOS NUMA ABORDAGEM TEÓRICO-METODOLÓGICA

Algumas propriedades físicas dos solos podem ser identificadas em trabalhos de campo, mas Guerra e Botelho (1996) afirmam que, na maioria das vezes, elas são distinguidas em laboratórios a partir de coletas de amostras com o objetivo de aprofundar a investigação.

De acordo com Palmieri e Larach (2003), as análises laboratoriais relacionadas às propriedades físicas dos solos compreendem determinações da composição granulométrica, teor de matéria orgânica, instabilidade dos agregados, densidade aparente (do solo), densidade real (de partículas) e porosidade. Lepsch (2011) afirma que os parâmetros da física dos solos envolvem:

determinação do tamanho e da quantidade das partículas unitárias dos grãos minerais do solo (que chamamos de granulometria ou textural); relações entre massas e volumes (densidade); quantidade de poros (porosidade); infiltração, absorção e movimentação da água (permeabilidade)” (LEPSCH, 2011, p. 121).

Brady e Weil (2013) defendem que as propriedades físicas dos solos são a cor, a textura, a estrutura, a estabilidade dos agregados, a densidade, a porosidade, a consistência, a capacidade de carga e de ruptura brusca do solo e que estas três últimas são relevantes para a construção civil.

De Jong Van Lier (2020) sustenta que granulometria (teores de areia, silte e argila), a textura (propriedade subjetiva observada pelo tato, dependente de uma classificação) e o volume elementar representativo (usado para identificar a porosidade de um solo) são determinantes para muitas das propriedades físicas e químicas dos solos.

Com base nestes autores, optou-se por abordar as propriedades citadas por Palmieri e Larach (2003) nos estudos relacionados aos processos erosivos.

Segundo Lepsch (2011), uma das primeiras características que diferenciam um horizonte do solo é o tamanho das partículas que o compõe. Pouquíssimos são os horizontes pedogenéticos que são constituídos essencialmente de frações que logo podem ser identificadas a “olho nu”, como é o caso dos pedregulhos e cascalhos. Assim, é necessário realizar a análise granulométrica da amostra de solo, onde se obterá a textura da mesma.

A análise granulométrica também é denominada de análise mecânica, física, fisicomecânica, textural, determinação do tamanho das partículas e fracionamento do solo (KIEHL, 1979), possibilitando a quantificação dos componentes minerais areia, silte e argila, que são expressos em g kg⁻¹ ou porcentagem de cada fração em relação à fração total de terra fina secada em estufa (TFSE) ou ao ar (TFSA).

De acordo Pereira *et al.* (2020), dentre as técnicas utilizadas para a determinação da classe textural de uma amostra, destaca-se a da pipeta, que tem como princípio básico a sedimentação das partículas. Esta técnica é considerada a de maior precisão para a determinação do separado de argila, servindo de calibração dos demais (KIEHL, 1979). Ela pode ser dividida em três etapas: a) pré-tratamento, b) dispersão e c) fracionamento.

Lepsch (2011) ressalta, porém, que antes das fases procedimentais para identificação da textura da amostra, é necessário, primeiro, que sua matéria orgânica seja eliminada, para que haja uma determinação precisa da quantidade e da proporção das partículas minerais de um horizonte de solo. De acordo com o referido autor, a técnica mais comum na eliminação de matéria orgânica utiliza a oxidação desta com água oxigenada.

A fase de pré-tratamento, segundo a Embrapa (1997), consiste em uma vez coletada a amostra do tipo deformada no campo, esta é levada para laboratório, destorroada e peneirada em uma peneira de malha 20mm (calhaus) e 2mm (cascalho).

Do material que foi peneirado, pesa-se 20g, a qual é agitada contendo um dispersante químico. Essa fase de dispersão tem como objetivo a destruição dos agregados e individualização das partículas, fazendo com que argilas e silte fiquem suspensos no líquido, o que facilita as suas separações pelo peso (EMBRAPA, 1997; LEPSCH, 2011, PEREIRA *et al.*, 2020).

A dispersão química, em geral, é feita com solução de hidróxido de sódio (NaOH) 1 mol L⁻¹, para solos com elevado conteúdo de cálcio e /ou magnésio, e recomenda-se o uso de solução de hexametáfosfato de sódio. A dispersão mecânica, por sua vez, é realizada, em geral, com agitador de haste vertical ou agitador horizontal (EMBRAPA, 1997, COSTA, 2015, BARROS, 2016, PEREIRA *et al.*, 2020).

A suspensão do material é agitada em um “stirrer” por 15 minutos ou em uma mesa agitadora por aproximadamente 6 horas e posteriormente passada para uma peneira de malha 0,053mm (nº 270), na qual as areias ficam retidas, para depois serem secas e pesadas (EMBRAPA, 1997, LEPSCH, 2011, FUSHIMI, 2012).

A argila e o silte que passam pela peneira são recebidos em uma proveta de 1000 ml e depois de agitados com um bastão de vidro por aproximadamente 20 segundos, tendo este, na sua extremidade inferior, uma tampa de borracha contendo vários furos e de diâmetro um pouco menor do que o da proveta, são deixados em repouso, levando em consideração, a temperatura do ambiente, seguindo a tabela proposta pela Embrapa (1997).

Após essa etapa, realiza-se a separação das frações granulométricas ou a fase de fracionamento. A areia, em função de seu maior tamanho, é separada das demais frações por tamisação. A fração argila é determinada em alíquota coletada na suspensão de solo em uma pipeta de 50ml. Após o tempo de sedimentação calculado com base em modificação da Lei de Stokes, o silte é obtido pela diferença (EMBRAPA, 1997, PEREIRA *et al.*, 2020).

Os resultados desta análise granulométrica são geralmente apresentados em triângulos texturais (BRADY; WEIL, 2013; PEREIRA *et al.*, 2019), com base nas porcentagens obtidas através dos procedimentos aplicados. No que diz respeito à aplicação destes resultados, Guerra e Botelho (1996) e Guerra (2013) destacam que os teores de areia, silte e argila atuam sobre a erosão à medida que podem oferecer maior ou menor grau de resistência ao destacamento, denominado de *detachment* e ao transporte realizado pela água através do escoamento superficial, difuso ou concentrado.

Os estudos de Farmer (1973), Bryan (1974) e Poesen (1981) indicaram que as areias apresentam os maiores índices de erodibilidade. Farmer (1973) afirmou que a remoção de sedimentos é maior na fração areia média e diminui nas partículas maiores ou menores, entretanto, Guerra e Botelho (1996), apontaram que não são as areias médias, mas as frações de silte e areia fina que apresentam maior facilidade em serem erodidas, devido à falta de coesão e ao peso insuficiente frente à ação da água destas partículas.

Nesta mesma perspectiva, os estudos de Wischmeir e Mannering (1969), Mutter e Burnham (1990) e Guerra (1991) demonstraram que quanto maior o teor de silte, maior a susceptibilidade dos solos em sofrer erosão. Posteriormente, em estudos realizados por Costa (2015), Barros (2016), Viana (2016), Sousa (2019), Lisboa (2018) e Viana (2020) na Ilha do Maranhão, chegou-se às conclusões similares as de Farmer (1973) e de Guerra e Botelho (1996), e estes estudos têm em comum o predomínio da fração areia média e fina como partículas com maior índice de erodibilidade na área em questão.

As frações de areia grossa e argila são as que apresentam maior resistência à erosão (GUERRA; BOTELHO, 1996), sobretudo as argilas, que, apesar de dificultarem o processo de infiltração, são partículas mais difíceis de serem removidas, especialmente quando se apresentam em agregados (GUERRA, 2013).

No entanto, a agregação das partículas de areia, silte e argila é afetada por outras propriedades do solo, logo, elas devem ser analisadas levando-se em consideração outras propriedades, apesar do reconhecimento científico da importância da textura dos solos. De acordo com Guerra (2013), um elemento que influencia diretamente as frações granulométricas é o teor de matéria orgânica, nesse sentido:

O processo de formação de matéria orgânica, no solo, depende da flora e da fauna que vive sobre ou dentro do solo. As atividades humanas, especialmente a agricultura, tendem a provocar mudanças no teor de matéria orgânica, que, em consequência, provoca mudanças em outras propriedades do solo. Uma parte considerável da matéria orgânica do solo é formada por raízes e microrganismos. Os minerais são também importantes na formação de húmus, porque os efeitos químicos do húmus podem reagir com as substâncias minerais para formar o complexo chamado húmus-argila (GUERRA, 2013, p. 156).

Conforme Verlengia e Gargantini (1968), as técnicas comumente usadas na determinação da matéria orgânica envolvem combustão por via seca e por via úmida, empregando-se os mais variados processos; mede-se o CO² desprendido, que pode ser avaliado por volume, peso ou titulação. O carbono orgânico pode ser expresso na forma elementar ou como matéria orgânica.

Lepsch (2011) afirma que a matéria orgânica pode ser estimada pelo método de combustão úmida, também proposto por Verlengia e Gargantini (1968). Neste método, o material do solo é oxidado ou digerido à quente por meio de uma solução líquida de ácido crômico (dicromato de potássio em presença de ácido sulfúrico). Assim, todas as formas orgânicas de carbono são transformadas em gás carbônico (CO₂). “O excesso de dicromato é titulado com (NH₄)₂ Fe (SO₄)₂ · 6 H₂O, e os teores de carbono, calculados por diferença” (LEPSCH, 2011, p. 254). Em seguida, multiplica-se a porcentagem de carbono pelo fator 1,724, estimando, de maneira indireta, a matéria orgânica.

Uma vez determinado o teor de matéria orgânica, pode-se avaliar o papel desta propriedade física em agregar as partículas do solo, apesar de que, ainda não se conhece com profundidade esta relação, conforme explica Guerra (2013).

Apesar das dificuldades em se encontrar uma correlação direta entre a erodibilidade e a matéria orgânica, Guerra (2013) aponta que estudiosos como Greenland *et al.* (1975) e De Ploey e Poesen (1985) estabeleceram limites percentuais de matéria orgânica que podem afetar, ainda que minimamente, a erodibilidade dos solos. Os primeiros estabeleceram que solos com menos de 3,5% de teor de matéria orgânica possuem agregados instáveis, enquanto que os outros dois pesquisadores concluíram que apenas 2% já era considerado suficiente para que os solos fossem considerados com baixa estabilidade de agregados.

Para Guerra (2013), a estabilidade/instabilidade dos agregados é outra propriedade física que tem sido enfatizada por vários pesquisadores (EPSTEIN; GRANT, 1967; HARTMANN; DE BOODT, 1974; VERHAEGEN, 1984; IMESON; KWAAD, 1990; CASTRO FILHO *et al.*, 1998; SOUZA *et al.*, 2004; NEVES *et al.*, 2006; CAMPOS, 2018) como sendo influenciada pela matéria orgânica, e ao mesmo tempo, agindo sobre a estrutura dos solos.

Guerra e Botelho (1996) afirmam que o teor – quantidade de agregados em relação aos outros constituintes dos solos – e a estabilidade dos agregados dependem de uma série de fatores e afetam diretamente os processos erosivos, pois ao entrar em contato com a água, esses agregados podem se romper, ou seja, um solo pode apresentar elevado teor de agregados, mas sua estabilidade pode ser baixa. Para estes autores, esta propriedade pode ser diretamente influenciada pelas argilas e ainda mais pela matéria orgânica.

Conforme Pereira *et al.* (2020), a análise da estabilidade dos agregados expressa a resistência à decomposição que os agregados apresentam quando submetidos às forças externas (pela ação de implementos agrícolas e do impacto das gotas de chuva) ou forças internas (compressão de ar, expansão/contração), que tendem a rompê-los (REINERT; REICHERT, 2006). A desagregação em água, separando os agregados iniciais em outros menores, agrupados em função do diâmetro, é uma das técnicas usadas para avaliar a estabilidade (CAMARGO *et al.*, 2009).

Lepsch (2011) afirma que há vários métodos de estudo dos agregados. Dentre estes, tem-se o de peneiramento úmido. Pereira *et al.* (2020) explicam que faz-se primeiramente o preparo da amostra e posteriormente, usa-se neste procedimento, um jogo de tamises (peneiras) com as malhas 2,0; 1,0; 0,5; 0,25 e 0,10 mm, colocadas nesta ordem no aparelho de oscilação vertical Yooder para o peneiramento mecânico em água. Após vários ciclos, com um tempo total de 15 minutos, os agregados retidos nas peneiras devem ser colocados em placas de Petri e levados à estufa por 24 horas à 105 °C para posterior pesagem e cálculo do índice de estabilidade dos agregados.

Lepsch (2011) defende que quanto mais estáveis forem os agregados e mais estruturados forem os solos, menos eles se esboarão quando saturados com água (BRADY; WEIL, 2013) no procedimento citado.

Em linhas gerais, os autores concordam que a estabilidade dos agregados age diretamente sobre a erodibilidade dos solos, ou seja, quanto maior for a estabilidade à ação da água, menor as taxas de erodibilidade e vice-versa (DE PLOEY; POESEN, 1985; DAVIES, 1985; MORGAN, 1986; DANIELS; HAMMER, 1992; GUERRA; ALMEIDA, 1993; GUERRA, 1994, 1995; GUERRA; BOTELHO, 1996; CASTRO FILHO *et al.*, 1998; SOUZA *et al.*, 2004; NEVES *et al.*, 2006; GUERRA, 2013, CAMPOS, 2018).

Existem, ademais, outras três propriedades físicas dos solos que estão diretamente interrelacionadas e atuam como fatores controladores de processos erosivos, são elas: a densidade do solo, densidade de partículas e a porosidade. As densidades e a porosidade são características que estão muito relacionadas porque ambas são as relações entre massa e volume dos solos (LEPSCH, 2011).

A densidade de partículas, dessa maneira, não considera os espaços porosos, pois sua função é considerar unicamente o tipo de partículas sólidas dos solos. A densidade dos solos considera a estrutura e compactação deles, incluindo o espaço poroso, pois está relacionada à massa de solo seco por volume. A porosidade refere-se ao espaço, entre e dentro dos agregados, ocupado pelo ar ou pela água dos solos.

Em conseqüente, para se obter os valores de densidade de partículas e densidade dos solos podem ser utilizados os procedimentos do balão volumétrico e do anel volumétrico, respectivamente, realizados com as amostras do tipo indeformadas coletadas em trabalhos de campo, pois estas preservam os espaços porosos da amostra (EMBRAPA, 1997). Já para os procedimentos de densidade do solo, as mostras coletadas no anel volumétrico devem ser primariamente pesadas, levadas à estufa por 24 horas a 105 °C, posteriormente retiradas da estufa, levadas ao dessecador para que sejam realizados os cálculos.

No que tange à densidade de partículas, devem ser pesadas 20g de TFSE (terra fina seca em estufa) e transferidas para um balão volumétrico de 50 ml. Devem ser adicionados 20 ml de álcool etílico com auxílio de uma bureta à amostra que está no balão volumétrico, agita-se a amostra e deixa-se descansar por aproximadamente 15 minutos. Após este tempo deve ser adicionado mais álcool etílico até a marcação de 50 ml no balão volumétrico e realizados os cálculos, conforme previsto pela Embrapa (1997).

À vista disso, para encontrar os valores de porosidade, devem ser utilizados os resultados das duas análises supracitadas, aplicadas em uma fórmula específica para esta propriedade. Quanto aos parâmetros de classificação destes índices, Guerra e Botelho (1996) apontam que para a densidade de partículas, aonde a grande maioria dos resultados oscila em torno de $2,65 \text{ g/cm}^3$.

Alguns solos apresentam minerais que possuem densidades maiores, sendo assim chamados de minerais pesados. Sobre isto, Lepsch (2011) completa que solos minerais têm densidades maiores, mais do que os orgânicos, porque um determinado volume de matéria orgânica pesa muito menos que o mesmo volume de material mineral.

Os valores da densidade de partículas estão muito relacionados com o tipo e a quantidade de componentes minerais e orgânicos. Em horizontes orgânicos é menor que $0,9 \text{ g.cm}^{-3}$; em horizontes minerais, com altos teores de óxido de ferro, costuma estar em torno de $3,0 \text{ g.cm}^{-3}$. Mas frequentemente, em solos minerais e com baixos teores de óxidos de ferro, os valores giram em torno de $2,6 \text{ g.cm}^{-3}$, isto porque essa densidade é próxima da de muitos minerais comuns no solo, como a do quartzo ($2,65 \text{ g.cm}^{-3}$) e da caulinita ($2,6 \text{ g.cm}^{-3}$) (LEPSCH, 2011, p. 226).

Nos solos em que são encontrados uma alta densidade de partículas, acima de $2,65 \text{ g/cm}^3$, têm-se maior resistência aos agentes erosivos, pois, mesmo sendo pequenas, as partículas apresentam maior peso e, conseqüentemente, dificultam a ação da água e do vento.

Lepsch (2011) salienta que apesar da densidade de partículas ser uma propriedade importante dos solos, ela por si só, nada informa sobre a porosidade ou arranjo de partículas do solo. Individualizada, ela se restringe apenas à indicação de atributos referentes ao tipo de partícula sólida, e indiretamente para indicações sobre facilidade de penetração de raízes e armazenamento de água.

A densidade do solo, por sua vez, é mais útil nas aplicações práticas, conforme afirma Lepsch (2011). Para ele, essa aplicação prática se dá pelo fato de que a densidade do solo pode variar em um mesmo horizonte, pois depende de sua estrutura e compactação. Para mais, Guerra e Botelho (1996) defendem que esta propriedade física controla a ação dos processos erosivos, justamente por estar associada à maior ou menor compactação do solo.

Em suma, quanto maiores forem os valores de densidade do solo, mais compactado o solo será e conseqüentemente menor será a capacidade de infiltração deste, o que é inversamente proporcional à porosidade. Neste sentido, áreas com alta densidade do solo, possuem baixa porosidade, menor capacidade de infiltração e maior concentração no escoamento superficial, sendo o inverso também verdadeiro.

Em termos de classificação, a densidade do solo varia, quase sempre, entre $0,8$ e $2,0 \text{ g/cm}^3$, sendo que a literatura aponta valores menores que $1,3 \text{ g/cm}^3$ como baixos e valores maiores que $1,6 \text{ g/cm}^3$ como altos; os outros valores são intermediários (HAMBLIN;

DAVIES, 1977; MORGAN, 1984, 1986; DANIELS; HAMMER, 1992; GUERRA, 1995; GUERRA; BOTELHO, 1996).

Segundo Brady e Weil (2013), a densidade de um solo mineral típico de textura média pode ter valor em torno de $1,25 \text{ g/cm}^3$ ou 1.250 quilogramas em um metro cúbico. Vale ressaltar que, mesmo considerando a classe textural deve-se sempre levar em conta as outras propriedades físicas dos solos da área em que se está analisando, pois teoricamente as características granulométricas podem apontar um resultado, que na prática poderá ser outro, devido aos diversos atributos físicos.

Morgan (1984) afirma que não se deve imaginar que solos arenosos possuem alta porosidade, em especial aqueles com elevado teor de areia fina, pois a compactação provocada pela mecanização ou outro processo como o pisoteamento, irá aumentar a densidade do solo, reduzindo sua porosidade.

Solos argilosos, muitas vezes, possuem maior porosidade, em especial quando as argilas apresentam elevados índices de flocculação, facilitando a penetração das águas, através dos seus poros (PRADO, 1995).

Em estudos realizados por Moraes (2018) em 3 voçorocas no Parque Estadual do Bacanga na Ilha do Maranhão e por Sousa (2019) em 5 áreas do baixo curso da bacia hidrográfica do rio Anil na mesma ilha, identificou-se dados de densidade de solo, de partículas e da porosidade total.

No Parque Estadual do Bacanga, os dados de densidade de solo indicaram densidades variando de $0,30 \text{ g/cm}^3$ a $1,70 \text{ g/cm}^3$, sendo esta última a área com maior compactação, considerando que a literatura aponto como referência, valores até $1,3 \text{ g/cm}^3$ como baixos e valores maiores que $1,6 \text{ g/cm}^3$ como altos (MORAES, 2018).

Os valores de densidade de partículas variaram de $2,56 \text{ g/cm}^3$ a $2,59 \text{ g/cm}^3$, indicando que as áreas estudadas não apresentam forte resistência aos processos erosivos, o que se percebe pelo número de voçorocas ocorrentes na área. Os dados de porosidade total variaram de 38 a 51,25%, indicando em geral baixa porosidade e forte relação com a ocorrência dos processos erosivos presentes (MORAES, 2018).

Na área do baixo curso da bacia hidrográfica do rio Anil na Ilha do Maranhão (Maranhão, Brasil), os dados de densidade de solo indicaram densidades variando de $1,66 \text{ g/cm}^3$ a $1,99 \text{ g/cm}^3$, indicando forte compactação do solo (SOUSA, 2019).

Os valores de densidade de partículas variaram de $2,50 \text{ g/cm}^3$ a $2,85 \text{ g/cm}^3$, indicando que as áreas estudadas não apresentam forte resistência aos processos erosivos. Os dados de porosidade total variaram de 27 a 40%, indicando muito baixa porosidade e forte relação com a ocorrência dos processos erosivos no baixo curso da bacia hidrográfica do rio Anil (SOUSA, 2019).

Assim, percebe-se que a análise das propriedades físicas dos solos contribui significativamente para o entendimento dos atributos dos solos e para a compreensão relacionada à erodibilidade. Tem aplicação direta em diversos estudos, tais como os voltados para agricultura, movimentos gravitacionais de massa e processos erosivos.

EROSÃO DOS SOLOS EM ÁREAS URBANAS

A erosão dos solos ocorre quando o solo está desnudo e exposto à ação abrasiva do vento e da água (CRAUL, 1999). É um processo orgânico que faz parte da dinâmica da natureza, mas as formas de uso dos solos e ocupação do relevo podem acelerar este processo.

A maneira como a sociedade modifica os ambientes naturais através de técnicas, afeta o funcionamento do sistema terrestre, gerando novos ritmos aos processos naturais, os quais podem causar, dentre outros, a erosão acelerada dos solos (BUENO, 2011).

Embora a erosão dos solos esteja relacionada com os aspectos naturais como a litoestratigrafia, as formas de relevo, as características dos solos, a declividade, o clima, a vegetação e as características hidrológicas, ambientes rurais e urbanos, as formas de uso dos solos pelas práticas de manejo e de conservação atuam no balanço temporal dos processos erosivos.

Goudie e Viles (1997) explicam que os processos erosivos acelerados ocorrem devido à interferência humana no equilíbrio da formação dos solos, iniciando pela remoção da cobertura vegetal e continuando pelo uso e manejo inadequado das atividades agrícolas, mineração (entre outras atividades econômicas) e da urbanização.

Goudie (1990) afirma que diversos trabalhos já demonstram os efeitos da urbanização nas taxas de erosão, e aponta que durante o processo de construção da cidade, no qual, há uma grande quantidade de solo exposto e muitas alterações no terreno devido a movimentações e escavações de máquinas, as taxas de erosão apresentam os índices mais elevados.

Após cessado ou diminuto o processo de construção da cidade, a propensão é que as elevadas taxas de erosão se reduzam, sobretudo nas cidades com uma boa infraestrutura de rede de esgotos, galerias, pavimentação nas ruas, áreas verdes, entre outros, o que não é comum nas cidades dos países em desenvolvimento, como o Brasil.

Além da infraestrutura ser, em geral, deficitária nestas áreas, há um crescimento significativo da população urbana, o qual está relacionado diretamente com o agravamento dos problemas de processos erosivos acelerados. Tendo em vista que 55% da população mundial vive em áreas urbanas e a projeção é de que aumente 70% até 2050 (ONU, 2019), infere-se que esta problemática tende a se ampliar, sendo considerada na opinião de Guerra (1994) como um problema social, político e econômico.

No que se refere ao Brasil, os dados do IBGE (2008) indicam que 691 municípios do país apresentam problemas de erosão que afetam o sistema de drenagem urbana, por fatores agravantes de erosão. Deste total, as regiões sudeste e nordeste apresentam o maior número de municípios afetados, sendo respectivamente 251 e 166.

Quanto ao percentual populacional urbano destas duas regiões brasileiras, destaca-se que a região sudeste tem a maior taxa do país, com 46,4% da população habitando áreas urbanas; a região nordeste ocupa a segunda posição com o percentual de 24,1% de população urbana (IBGE, 2010).

Guerra (2011) afirma que apesar dos processos erosivos terem abrangência em quase toda superfície da Terra, eles ocorrem em especial nas áreas com clima tropical, cujos totais pluviométricos são bem mais elevados do que em outras regiões, ou as chuvas se concentram em determinadas estações do ano, o que é um fator agravante para a erosão, como ocorre na região do clima semi-árida da região nordeste.

Autores brasileiros, a partir de estudos regionais, indicaram as principais causas dos processos erosivos nas áreas estudadas. Verdum *et al.* (2014) afirmaram que no Rio Grande do Sul, as principais causas foram o uso intensivo de máquinas agrícolas nas lavouras, a prática da queimada e a redução das áreas de florestas.

Na região do cerrado brasileiro, Rodrigues (2014) defende que o desmatamento, a modificação das condições da cobertura vegetal, a compactação, o fogo, a alteração do nível de base local ou regional, as alterações estruturais na cobertura pedológica, dentre outros, são os principais fatores que contribuem para a erosão e degradação dos solos.

No litoral norte do estado de São Paulo, as causas são atribuídas às diversas atividades humanas desenvolvidas em várias fases econômicas, incluindo os problemas socioeconômicos e ambientais na atualidade, conjugados à situação de fragilidade ambiental na área (JORGE, 2014).

No semi-árido nordestino, Corrêa *et al.* (2014) defendem que os processos erosivos regionais estão relacionados às características dos solos tipicamente semiáridos e dos solos relíquias, sendo alguns deles em estado de desequilíbrio biopedoclimático, e à ocorrência de cambissolos nas encostas.

Na região amazônica, Albuquerque e Vieira (2014) informam que cortes de encostas, elaboração de níveis de talude para a abertura de estradas, exploração mineral de areias, argilas e pedras para a construção civil e para a expansão urbana das cidades são intervenções ocorrentes e relacionadas à erosão dos solos.

Santos e Westphalen (2014) afirmam que no noroeste do Paraná, as erosões estão associadas às características naturais da paisagem, à morfologia dos solos e aos índices pluviométricos elevados, mas principalmente à retirada da vegetação nativa para a produção do café no início da década de 1930 e para a instalação dos centros urbanos, gerando aumento do escoamento concentrado das águas pluviais.

Silva e Botelho (2014) defendem que na área urbana do Rio de Janeiro, os escorregamentos ocorridos no relevo montanhoso resultaram em perda de centenas de vidas humanas e nas áreas com produção agrícola, a forma de produção praticada desde o século XVIII tem gerado degradação dos solos, os quais são naturalmente frágeis e pouco férteis.

Na Ilha do Maranhão, norte do estado, a expansão urbana deflagrada de retirada da cobertura vegetal sobre solos do tipo: Argissolo vermelho-amarelo concrecionário e plintossolo concrecionário, em geral, muito suscetíveis aos processos erosivos, aliados às áreas com maior declive, estão relacionadas aos processos erosivos intensos na área (BEZERRA *et al.*, 2004).

Nas áreas urbanas em construção, tem-se em geral, solos expostos, ocorrência de obras de engenharia com cortes de taludes e aterros, retirada da mata ciliar, deposição irregular de resíduos sólidos, áreas com ocupação espontânea ou não nas encostas, desmatamento da vegetação para construções diversas e ruas, inexistência ou inadequada rede de esgoto e galerias pluviais. Tais situações tornam esses ambientes mais susceptíveis à erosão e outros problemas, podendo ocorrer perdas materiais e imateriais, inclusive perdas de vidas humanas (GUERRA, 2011).

No que se refere aos tipos de processos erosivos mais comuns em áreas urbanas cita-se a erosão em lençol e as voçorocas. Conforme Bezerra *et al.* (2004), as áreas urbanas construídas em terrenos arenosos e profundos apresentam forte tendência ao desenvolvimento de processos erosivos em grande escala, podendo ocorrer ravinas e voçorocas, estando estas entre os processos erosivos mais agudos, e sendo consideradas como principais feições decorrentes da degradação física dos solos.

A erosão por voçorocamento é causada por vários mecanismos que atuam em diferentes escalas tempo-espaciais, podendo ser entendida, segundo Oliveira (1999), como um processo relacionado a deslocamentos de partículas, transporte de partículas por escoamento superficial difuso, transporte por fluxos concentrados, quedas d'água, solapamentos, liquefação, movimentos de massa e arraste de partículas.

Embora no meio urbano seja comum a ocorrência de áreas com solo exposto, e este ser um fator propício a processos erosivos, Guerra (2011) explica que a voçoroca é uma feição muito comum nessas áreas, mas que independe da existência ou não de solo exposto na superfície.

Os processos ocorrem em duas fases, a primeira é a remoção e a segunda, o transporte. Na primeira ocorre a remoção de partículas, que pode formar crostas no topo do solo, e na segunda fase, essas partículas podem ser transportadas na superfície, porém o transporte pode também ocorrer em subsuperfície através da formação de *pipes*, com diâmetros variando de alguns centímetros até vários metros. O material sobreposto aos dutos pode colapsar e originar a voçoroca.

Quanto à erosão em lençol, Guerra (2008) explica que este processo erosivo é mais comum nas áreas de ocupação espontânea das cidades, pois na maioria das vezes as ruas não possuem calçamento e ainda existem terrenos não construídos, o que facilita este tipo de erosão. A erosão pode ocorrer a partir do escoamento da água em superfície, da saturação dos solos e/ou da formação de crostas, da formação de poças que rompem os obstáculos, dando origem ao escoamento superficial. A princípio, este escoamento é difuso, podendo dar origem à erosão em lençol (*sheet erosion*) ou laminar.

Jim (1998) afirma que diversas mudanças ocorrem na morfologia dos solos nas áreas urbanas em virtude de obras de engenharia com uso de corte ou aterros, ocasionando a remoção do horizonte superficial e/ou a sobreposição de camadas superficiais.

Assim como a ocorrência de camadas distintas e artificiais resultante da introdução de diferentes materiais, com diferentes texturas, devido à tentativa de reconstituição do solo removido ou descarte de restos de construções sobre o terreno, pode ocorrer também a transição das camadas dos solos de maneira irregular ou descontínua, às quais deveriam apresentar transição plana ou ondulada, justamente devido à adição de materiais exógenos, que nem sempre é homogênea em toda a área (DE KIMPE, MOREL, 2000).

CONCLUSÕES

O objetivo deste artigo foi discorrer sobre as propriedades físicas dos solos numa abordagem teórico-metodológica, com vistas a contribuir nos estudos relacionados a este tema, considerando a importância dos solos e o atual acirramento dos problemas ambientais relacionados a eles, nas áreas rurais e urbanas.

Afirma-se que as análises das propriedades físicas dos solos se fazem necessárias e são importantes para gerar dados indicadores que poderão auxiliar no processo de gestão urbana e rural, servindo de suporte para obras civis, atividades agrícolas, descarte de resíduos, infiltração de águas pluviais e áreas verdes voltadas para arborização urbana, recuperação de áreas urbanas degradadas e outros.

As propriedades físicas dos solos influenciam os processos erosivos, os quais, por sua vez, afetam vidas humanas e geram perdas ambientais e socioeconômicas. Afirma-se assim que os estudos de ambos podem ajudar a elucidar como os processos ocorrem, como evoluem e quais medidas mitigadoras são mais adequadas para cada área afetada.

REFERÊNCIAS

- ALBUQUERQUE, A. R. C.; VIEIRA, A. F. S. G. Erosão dos solos na Amazônia. *In.*: GUERRA, A. J. T.; JORGE, M. C. O. (org.). **Degradação dos solos no Brasil**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014. p. 223-259.
- BARROS, D. V. **Situação das áreas com ocorrência de movimentos de massa na bacia hidrográfica do Bacanga**: estudo de caso do bairro Salinas do Sacavém e Vila Embratel.

2016. Monografia (Graduação) - Universidade Estadual do Maranhão, São Luís, Brasil, 2016.
- BEZERRA, J. F. R.; MENDONÇA, J. K. S.; GUERRA, A. T.; FEITOSA, A. C. Estudo do uso e ocupação do solo como condicionante aos processos erosivos no município de São Luís, Maranhão. *In.*: SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOMORFOLOGIA, 5; ENCONTRO SUL-AMERICANO DE GEOMORFOLOGIA, 1., 2004, Santa Maria. **Anais [...]**. Santa Maria: Universidade Federal de Santa Maria, 2004. p.1-12.
- BRADY, N. C.; WEIL, R. R. **Elementos da natureza e propriedades dos solos**. São Paulo: Bookman Editora LTDA, 2013.
- BRYAN, R. B. Water erosion by splash and the erodibility of Albertan soils. **Geograph Annlr**, 56A, p.159-181, 1974.
- BUENO, F. A. A erosão de solos no extremo oeste paulista e seus impactos no campo e na cidade. **Revista Geomae**, v. 2, n. 2, p. 57-68, 2011.
- CAMARGO, O. A., MONIZ, A. C., JORGE, J. A., VALADARES, J. M. A. S. Métodos de análise química, mineralógica e física de solos do Instituto Agrônomo de Campinas. **Boletim Técnico do Instituto Agrônomo do Estado de São Paulo**, n. 106, p. 1-77, 2009.
- CAMPOS, C. D. **Relação entre carbono orgânico total, glomalina e estabilidade de agregados em Neossolo Litólico**. 2018. Monografia (Graduação) - Universidade Federal da Paraíba, Areia, Brasil, 2018.
- CASTRO FILHO, C.; MUZILLI, O.; PODANOSCHI, A. L. Estabilidade dos agregados e sua relação com o teor de carbono orgânico num latossolo roxo distrófico, em função de sistemas de plantio, rotações de culturas e métodos de preparo das amostras. **Revista Brasileira de Ciência do Solo**, n. 22, p. 527-538, 1988.
- COMBATT, E. M., LANI, J. L., ALVAREZ, V. H. Caracterização das propriedades físicas, químicas e mineralógicas de solos tiomórficos do estado do Espírito Santo – Brasil e de Córdoba – Colômbia. **Revista de Ciências Agrícolas**, v. 30, n. 2, p. 8-19, 2013.
- CORRÊA, A. C. B., SOUZA, J. O. P., CAVALCANTI, L. C. S. Solos do ambiente semiárido brasileiro: erosão e degradação a partir de uma perspectiva geomorfológica. *In.*: GUERRA, A. J. T.; JORGE, M. C. O. (eds.). **Degradação dos solos no Brasil**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014. p.127-169.
- COSTA, C. M. **Situação das áreas com movimentos de massa no município de São Luís, Ilha do Maranhão-MA**. 2015. Relatório (Pesquisa) - Universidade Estadual do Maranhão, São Luís, Brasil. 2015.
- CRASWELL, E. T.; NIAMSKUL, C.; PENNING DE VRIES, F. W. T. Catchment approach to combating soil erosion in Asia: the managing soil erosion consortium. *In.*: VRIES, F. W. T.; KERR JÚNIOR, A. (org.). **Soil erosion at multiple scales: principles and methods for assessing causes and impacts**. Penning de Wallingford: Cabi Publishing, 1998. p. 161-173.
- CRAUL, P. J. **Urban soils: applications and practices**. New York: John Wiley, 1999.
- DANIELS, R. B.; HAMMER, R. D. **Soil geomorphology**. Nova York: John Wiley and Sons, 1992.
- DAVIES, P. Influence of organic matter content, moisture status and time after reworking on soil shear strength. **Journal of Soil Science**, v. 36, p. 299-306, 1985.
- DE JONG VAN LIER, Q. **Física do solo: baseada em processos**. Piracicaba: Edição do Autor, 2020.
- DE KIMPE, C. R.; MOREL, J.-L. Urban soil management: a growing concern. **Soil Science**, v. 1, n. 165, p. 31- 40, 2000.

- DE PLOEY, J., POESEN, J. Agregate stability, runoff generation and interrill erosion. In RICHARDS K. S.; ARNETT, R. R.; ELLIS, S. (org.). **Geomorphology and soils** [S.l.], [s.n.], 1985. p. 99-120.
- DIAS, F. P., HERRMAN, M. L. P. Susceptibilidade a deslizamentos: estudo de caso no bairro Saco Grande, Florianópolis – SC. **Caminhos da Geografia**, v. 6, n. 3, p. 57-73, 2002.
- DICKINSON, W. T., WALL, G. J., RUDRA, R. P. Model building for predicting and managing soil erosion and transport. In: BOARDMAN, J.; FOSTER, I. D.; DEARING, J. A. (eds.). **Soil erosion on agricultural land**. Wiley, Chichester, 1990. p. 415-428.
- EMBRAPA. **Manual de métodos de análise de solo**. 2. ed. Rio de Janeiro: Embrapa-CNPq, 1997.
- EPSTEIN, E., GRANT, W. J. Soil losses and crust formation as related to some physical properties. **Soil Science Society of America Journal**, v. 31, n. 4, p. 547-550, jul./aug. 1967.
- FARMER, E. E. Relative detachability of soil particles by simulated rainfall. **Soil Science Society of America Journal**, v. 37, p. 629-633, 1973.
- FUSHIMI, M. **Vulnerabilidade ambiental aos processos erosivos lineares nas áreas rurais do município de Presidente Prudente-SP**. 2012. Dissertação (Mestrado) - Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, Brasil, 2012.
- GOUDI, A. **The human impact on the natural environment**. Oxford: Basil Blackwell Ltda, 1990.
- GOUDIE, A., VILES, H. **The Earth transformed: an introduction to human impacts on the environment**. Oxford: Blackwell Publishers Ltda, 1997.
- GOVERS, G., POESEN, J. Assessment of the interrill and rill contributions to total soil loss from an upland field plot. **Geomorphology**, v. 14, n. 1, p. 343-354, 1988.
- GREENLAND, D. J., RIMMER, D., PAYNE, D. Determination of the structural stability class of English and Welsh soils using a water coherence test. **Journal of Soil Science**, v. 26, p. 294-303, 1975.
- GUERRA, A. J. T. Avaliação da influência das propriedades do solo na erosão com base em experimentos utilizando um simulador de chuvas. In: SIMPÓSIO DE GEOGRAFIA FÍSICA APLICADA, 4., 1991, Sobral. **Anais [...]**. Sobral: Universidade Estadual Vale do Acaraú, 1991. p. 260-266.
- GUERRA, A. J. T. Catastrophic events in Petrópolis City (Rio de Janeiro state), between 1940 and 1990. **GeoJournal**, v. 37, p. 349-354, 1995.
- GUERRA, A. J. T. **Geomorfologia urbana**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.
- GUERRA, A. J. T. Processos erosivos nas encostas. In: GUERRA, A. J. T.; CUNHA, S. B. (org.). **Geomorfologia: uma atualização de bases e conceitos**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008. p. 149-209.
- GUERRA, A. J. T. Processos erosivos nas encostas. In: GUERRA, A. J. T.; CUNHA, S. B. (org.). **Geomorfologia: uma atualização de bases e conceitos**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013. p. 149-210.
- GUERRA, A. J. T. The effect of organic matter content on soil erosion in simulated rainfall experiments in W. Sussex, UK. **Soil Use and Management**, v. 10, p. 60-64, 1994.
- GUERRA, A. J. T.; ALMEIDA, F. G. Propriedades dos solos e análise dos processos erosivos no município de Sorriso-MT. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS SOBRE MEIO AMBIENTE, 4., 1993, Cuiabá. **Anais [...]**. Cuiabá: Universidade Federal de Mato Grosso, 1993. p. 185-193.
- GUERRA, A. J. T., BEZERRA, J. F. R., LIMA, L. D. M., FULLEN, M. A., MENDONÇA,

- J. K. S., JORGE, M. C. O. The effects of biological geotextiles on gully stabilization in São Luís, Brazil. **Natural Hazard**, v. 75, p. 2625-2636, 2015.
- GUERRA, A. J. T., BOTELHO, R. G. M. Características e propriedades dos solos relevantes para os estudos pedológicos e análise dos processos erosivos. **Anuário do Instituto de Geociências**, v. 19, p. 93-114, 1996.
- GUERRA, A. J. T., MENDONÇA, J. K. S. Erosão dos solos e a questão ambiental. In: VITTE, A. C.; GUERRA, A. J. T. (org.), **Reflexões sobre a geografia física no Brasil**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004. p. 225-256.
- GUERRA, A. J. T., SILVA, A. S., BOTELHO, R. G. M. (org.). **Erosão e conservação dos solos: conceitos, temas e aplicações**. 6. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.
- HAMBLIN, A. P.; DAVIES, D. B. Influence of organic matter on the physical properties of some East Anglian soils of high silt content. **Journal of Soil Science**, v. 28, p. 11-22, 1977.
- HARTMANN, R., DE BOOD, M. The influence if the moisture content, texture an organic matter on the ewsgation of sandy and loamy soils. **Geoderma**, 11, p. 53-62, 1974.
- IBGE. **Censo demográfico: população residente, por sexo, situação e grupos de idade**. 2010. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br>. Acesso em: 01 nov. 2020.
- IBGE. Pesquisa Nacional de Saneamento Básico. **Número de municípios, total e os que apresentam problemas de erosão que afetam o sistema de drenagem urbana, por fatores agravantes de erosão**. 2008. Disponível em <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/2247#notas-tabela>. Acesso em: 01 nov. 2020.
- IMESON, A. C., KWAAD, F. J. P. M. The response pf tilled soils to wetting by rainfall and dynamic character of soil erodibility. In: BOARDMAN, J.; FOSTER, I. D.; DEARING, J. A. (ed.). **Soil erosion on agricultural land**. Wiley, Chichester, 1990, pp. 3-14.
- JIM, C. Y. Urban soil characteristics and limitations for landscape planting in Hong Kong. **Landscape and Urban Planning**, v. 40. n. 4, p. 235-249, 1998.
- JORGE, M. C. O. Degradação dos solos no litoral norte paulista. In: GUERRA, A. J. T.; JORGE, M. C. O. (org.), **Degradação dos solos no Brasil**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014. p.171-221.
- KIEHL, E. J. **Manual de edafologia**. São Paulo: Ceres, 1979.
- LAL, R. Analysis of different processes governing soil erosion by Water. **The Tropics**. IAHS Publication, v. 13, p. 351-366, 1981.
- LEPSCH, I. F. **Dezenove (19) lições de pedologia**. São Paulo: Oficina de Textos, 2011.
- LEPSCH, I. F. **Formação e conservação dos solos**. São Paulo: Oficina de Textos, 2002.
- LISBOA, G. S. **Processos erosivos por voçorocamento em linha de transmissão de energia no município de São Luís – MA**. 2018. Dissertação (Mestrado) - Universidade Estadual do Maranhão, São Luís, Brasil, 2018.
- MORAIS, M. S. **Impactos socioambientais causados por processos erosivos em unidades de conservação: o caso do Parque Estadual do Bacanga, São Luís-MA**. 2018. Dissertação (Mestrado) - Universidade Estadual do Maranhão, São Luís, Brasil, 2018.
- MORGAN, R. P. C. Soil degradation and erosion as a result of agricultural practice. **Geomorphology an Soils**, [s.n.], 1984. p. 370-395.
- MORGAN, R. P. C. **Soil erosion and conservation**. Inglaterra: Longman Group, 1986.
- MORGAN, R. P. C.; MARTIN, L.; NOBLE, C. A. **Soil erosion in the United Kingdom: a case study from mid-Be-difordshire**. 14. ed. Inglaterra: Silsoe College, 1987. v. 14.
- MUTTER, G. M., BURNHAM, C. P. Plot studies comparing water erosion on chalky and non-calcareous soils. **Soil erosion on agricultural land**, [s.n.], 1990. p. 15-23.

- NEVES, C. S. V. J., FELLER, C., KOUAKOUA, E. Efeito do manejo do solo e da matéria orgânica solúvel em água quente na estabilidade de agregados de um latossolo argilos. **Ciência Rural**, v. 36, n. 5, p. 1410-1415, 2006.
- OLIVEIRA, D. Técnicas de pedologia. In: VENTURI, L. A. B. (org.). **Geografia: práticas de campo, laboratório e sala de aula**. São Paulo: Sarandi, 2011. p. 83-106. (Coleção praticando).
- OLIVEIRA, M. A. T. D. Processos erosivos e preservação de áreas de riscos de erosão por voçorocas. In: GUERRA, A. J. T.; SILVA, A. S. D.; BOTELHO, R. G. M. (org.). **Erosão e conservação dos solos: conceitos, temas e aplicações**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999. p.57-99.
- ONU. **ONU prevê que cidades abriguem 70% da população mundial até 2050**. ONU News. 2019. Disponível em: <https://news.un.org/pt/story/2019/02/1660701>. Acesso em: 01 nov. 2020.
- PALMIERI, F., LARACH, J. O. I. Pedologia e geomorfologia. In: GUERRA, A. J. T.; CUNHA, S. B. (org.). **Geomorfologia e meio ambiente**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003. p. 59-122.
- PEREIRA, M. G., RAVELLI NETO, A., ANJOS, L. H. C., CEDDIA, M. B., SCHULTZ, N. **Práticas de morfologia e física do solo**. Rio de Janeiro: Seropédica, 2020.
- PEREIRA, M. G., RAVELLI NETO, A., ANJOS, L. H. C., PINHEIRO JÚNIOR, C. R., PINTO, L. A. S. R., SILVA NETO, E. C., FONTANA, A. Formação e caracterização de solos. In: TULIO, L. (org.). **Formação, classificação e cartografia dos solos**, 2019. p. 1-20. Disponível em: <https://www.atenaeditora.com.br/arquivos/ebooks/formacao-classificacao-e-cartografia-dos-solos>. Acesso em: 02 nov. 2020.
- PIMENTEL, D. Land degradation: effects on food and energy resources. **Science**, v. 194, p. 149-155, 1976.
- POESEN, J. Rainwash experiments on the erodibility of loose sediments. **Earth Surface Processes and Landforms**, v. 6, p. 285-307, 1981.
- PRADO, H. **Solos tropicais: potencialidades, limitações, manejo e capacidade de uso**. Piracicaba: [s.n.], 1995.
- PUSKÁS, I.; FARSANG, A. Diagnostic indicators for characterizing urban soils of Szeged, Hungary. **Geoderma**, v. 148, p. 267-281, 2009.
- RAMALHO, M. F. J. L. **Evolução dos processos erosivos em solos arenosos entre os municípios de Natal e Parnamirim – RN**. 1999. Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil, 1999.
- REINERT, D. J., REICHERT, J. M. **Propriedades físicas do solo**. Santa Maria: Centro de Ciências Rurais, 2006.
- RODRIGUES, S. C. Degradação dos solos no cerrado. In: GUERRA, A. J. T.; JORGE, M. C. O. (org.). **Degradação dos solos no Brasil**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014. p. 51-85.
- SANTOS, H. G., JACOMINE, P. K. T., ANJOS, L. H. C., OLIVEIRA, V. A., LUMBRERAS, J. F., COELHO, M. R., ALMEIDA, J. A., CUNHA, T. J. F., OLIVEIRA, J. B. **Sistema de classificação de solos**. 3. ed. Brasília: Embrapa, 2013.
- SANTOS, L. J. C., WESTPHALEN, L. A. Erosão dos solos no noroeste do Paraná. In: GUERRA, A. J. T.; JORGE, M. C. O. (org.). **Degradação dos solos no Brasil**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014. p. 293-317.
- SILVA, A. S., BOTELHO, R. G. M. Degradação dos solos no estado do Rio de Janeiro. In: GUERRA, A. J. T.; JORGE, M. C. O. (org.). **Degradação dos solos no Brasil**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014. p. 261-292.

- SOUZA, Z. M. D., MARQUES JÚNIOR, J., PEREIRA, G. T. Variabilidade espacial da estabilidade de agregados e matéria orgânica em solos de relevos diferentes. **Pesquisa Agropecuária Brasileira**, v. 39, n. 5, p. 491-499, 2004.
- SOUSA, P. R. **Análise de áreas degradadas por processos erosivos no baixo curso da bacia hidrográfica do rio Anil, Ilha do Maranhão**. 2019. Dissertação (Mestrado) - Universidade Estadual do Maranhão, São Luís, Brasil, 2019.
- THOMAZ, E. L., PEREIRA, A. A. Atributos químicos do solo em áreas sob diferentes sistemas de uso e manejo no município de Reserva – PR. **Caminhos de Geografia**, v. 16, n. 55, p. 186-194, 2015.
- VERDUM, R., STRECK, E. V., VIEIRA, L. F. S. Degradação dos solos no Rio Grande do Sul. *In*: GUERRA, A. J. T.; JORGE, M. C. O. (org.). **Degradação dos solos no Brasil**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014. p. 87-125.
- VERHAEGEN, T. The influence of soil properties on the erodibility of Belgian loamy soils: a study based on rainfall simulation experiments. **Earth Surface Processes and Landforms**, v. 9, p. 499-507, 1984.
- VERLENGIA, F., GARGANTINI, H. Determinação da matéria orgânica em solos - estudo comparativo de métodos. **Bragantia**, v. 27, n. 23, p. 257-265, 1968.
- VIANA, J. D. **Diagnóstico de erosões urbanas na porção norte da Ilha do Maranhão: o caso do bairro Araçagy**. 2016. Monografia (Graduação) - Universidade Estadual do Maranhão, São Luís, Brasil, 2016.
- VIANA, J. D. **Estudo dos fatores controladores dos processos erosivos em área urbana do município de Buriticupu, Maranhão**. 2020. Dissertação (Mestrado) - Universidade Estadual do Maranhão, São Luís, Brasil, 2020.
- WISCHMEIER, W. H., MANNERING, J. V. Relation of soil properties to its erodibility. **Proceedings Soil Science Society of America**, v. 33, p. 133-137, 1969.

COMUNIDADES TRADICIONAIS DO PARQUE NACIONAL DOS LENÇÓIS MARANHENSES: DIFERENCIAÇÕES NA (RE)PRODUÇÃO DO LUGAR¹

TRADITIONAL COMMUNITIES OF LENÇÓIS MARANHENSES NATIONAL PARK:
DIFFERENTIATIONS IN THE (RE)PRODUCTION OF PLACE PLACE

LES COMMUNAUTÉS TRADITIONNELLES DU PARC NATIONAL DES LENÇÓIS
MARANHENSES: DIFFÉRENCIATIONS DANS LA (RE)PRODUCTION DE L'ENDROIT (LA PLACE)

Claudio Eduardo de Castro²

RESUMO: Aqui se apresentam os resultados dos estudos com as comunidades inseridas no Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses (PNLM), uma Unidade de Conservação de proteção integral, nas quais, se procurou compreender e perceber os modos de vida tradicionais e sua relação com o lugar vivido, identificando as atividades desenvolvidas no Parque para obtenção de renda e os produtos que são cultivados para a subsistência. Avaliando assim, os conflitos gerados por essas atividades, já que seus territórios se encontram dentro de uma área natural legalmente protegida. Compreendendo o modo de vida da população a partir da implantação do Parque, pode-se perceber que seu cotidiano comunitário sofreu alterações significativas, devido ao contexto de proibições de algumas atividades, também pela inserção, no universo do mercado, de novos consumos e o aumento da especulação imobiliária. Utilizaram-se dois métodos para auxiliar e obter essas informações: entrevista semiestruturada e observação participante, em doze comunidades e em três etapas. Em comum, essas comunidades têm o modo de apropriação da natureza, no qual as ferramentas remetem a um território de relação predominantemente rudimentar. O cerceamento à manutenção de seus tempos e modos de (re)produção do espaço-território, pela imposição da preservação legal da natureza - a partir da instituição do Parque - da qual fazem uso, o que tem gerado conflitos cujas consequência colocam em risco o lugar comunitário.

Palavras-chave: Lugar. Comunidade. Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses. Unidades de Conservação.

¹ Os resultados apresentados são resultado de pouco mais de dez anos de convívio com as comunidades inseridas nos limites do PNML, desde o desenvolvimento de tese de doutoramento e acompanhamento de orientações de Iniciação Científica, Pós-Graduações e Projeto de Pesquisa Universal financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa e ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Maranhão - FAPEMA e outros trabalhos em parceria com o Parque.

² Prof. Dr. Universidade Estadual do Maranhão, Geografia Licenciatura e Bacharelado, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Natureza e Dinâmica do Espaço/Desenvolvimento Socioespacial e Regional-UEMA. E-mail: clanaros@yahoo.com.br.

Artigo recebido em abril de 2021 e aceito para publicação em julho de 2021.

ABSTRACT: This study shows the results of studies of communities that are inserted within the Lençóis Maranhenses National Park, the Conservation Unit of integral protect. We sought to comprehend and can tell the difference between the yours traditional life's modes and your relationship with the place where they live, identifying how the activities developed in the Park for obtaining income, realizing the products that are grown for a subsistence and soil preparation methods for its cultivation, and evaluating that conflicts arise from these activities, for one may their territories are set within a protected natural area. Understanding the way of life after the implementation of the park, you can realize that he has changed significantly community daily, due to the context of prohibitions of some activities also by the birth of a model of life based on money, into new consumption and increase the value of land. We used two methods to assist and obtain this information, the interviews and participant observation, used in twelve communities located in the area of PNLN, in three distinct visits. They have in common a mode of appropriation of nature, in which the tools refer to a territory of relationship predominantly rudimentary. The prohibitions imposed by the park, alter the maintenance of their times and ways of (re)production of space-territory, by the imposition of legal conservation of nature –from the establishment of the park - from which they make use has generated conflicts whose consequence put the community place at risk.

Keywords: Place. Community. National Park of Lencois Maranhenses. Protected Areas.

RÉSUMÉ: Dans ce travail ils viennent les résultats dès études accomplies dans les communautés insérées dans le Parc National des Lençóis Maranhenses (PNLM), une Unité de Conservation (U.C) (les Institutions de Protection de la Nature) de protection intégrale dans le qu'elle a essayé de comprendre et remarquer leurs manières de vie traditionnelles et sa relation avec l'endroit (la place) dans lequel ils vivent, identifiant les activités développées dans le Parc pour obtenir de revenu, identifiant les produits qu'ils sont cultivés pour la subsistance, et les manières de préparation du sol est fraîchement cultivé, aussi bien que l'évaluation des types de conflits produits par ces activités, puisque leurs territoires sont à l'intérieur d'une zone (un domaine) naturelle protégée. En comprenant le mode de vie de la population, commençant de l'implantation du Parc, on peut remarquer qu'il a perdu le caractère significativement la communauté quotidienne, en raison du contexte des interdictions de quelques activités, aussi bien que l'encart dans l'univers de la valeur monétaire, de nouvelles consommations et la croissance de la spéculation immobilière. Deux méthodes ont été utilisées pour aider et obtenir ces informations, ils sont ceux-ci: Entretien (Interview) semi-structuré et observation participant, dans douze communautés insérées dans la zone(le domaine) de PNLN, dans trois étapes(scènes) différentes. Ils possèdent une façon (un chemin) d'appropriation de la nature, dans laquelle les outils envoient elle/cela principalement un territoire de relation dans commun rudimentaire, avec l'utilisation brûlante pour l'agriculture, élevage pastoral, récolte Du bois naturelle et production de la noix de cajou dans plus grande échelle récemment, et métier de pêche, saisonnier. Chacun d'entre eux, selon sa distance pour la mer, il/elle fait l'utilisation plus grande ou plus petite de ces outils, mais l'interdiction au maintien (à la maintenance) de leurs temps et manières de production (inverse) du territoire spatial pour l'imposition de la conservation légale de la nature - commençant de l'institution du Parc - dont vous/ils faites l'utilisation il a produit des conflits dont la conséquence mettre la communauté en danger.

Mots-clés: Endroit (Place). Communauté. Parc National des Lençóis Maranhenses. les Institutions de Protection de la Nature.

INTRODUÇÃO

A biodiversidade, em nível global, tem passado por constantes modificações o que tem gerado perdas e dilapidações a ponto de, em certos casos, agravam-se ao extremo. Logo, para haver uma preservação e um controle dessas ações, estabeleceram-se metas de conservação internacionais através da adesão dos países aos protocolos e, sobretudo, a um sistema de Áreas Protegidas-A.P., que no Brasil recebeu uma designação de Unidades de Conservação-U.C., que visam preservar-conservar uns fragmentos ou totalidades, a depender da escala, da natureza com características singulares. A adesão tornou-se efetiva a partir da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento-CNUMAD, realizada no Rio de Janeiro em junho de 1992, na qual firmou-se a Convenção sobre Diversidade Biológica-CDB (MMA, 2020).

Tais áreas foram, primeiramente, concebidas no século XIX nos Estados Unidos, onde os preservacionistas norte-americanos propunham “ilhas de conservação ambiental” de grande beleza cênica, para apreciação e reverenciamento pelos moradores das cidades. Desse modo, as áreas naturais protegidas passaram a ser propriedades ou espaços públicos (DIEGUES, 2001).

Esse modelo de preservação foi concebido em condições específicas daquele país, em seguida, ‘exportado’ para o mundo, expandindo-se paralelamente à ocupação desordenada dos territórios, em meio à grande expansão capitalista. O ser humano, por sua vez, era considerado o destruidor da natureza, independentemente, das formações sociais em que estava inserido (DIEGUES, 1996).

A existência de um mundo natural intocado faz referência ao que Diegues (2001) chamou, no início deste século, de neomitos, esses foram transpostos dos Estados Unidos para os países em desenvolvimento como o Brasil. As áreas de natureza selvagem e intocada são identificadas, comumente, no litoral e em florestas tropicais úmidas, habitadas por populações tradicionais, produtores que se constituíram desde o período colonial e desenvolveram modos de vidas singulares, baseados na pesca, agricultura, em atividades predatórias voltadas apenas para a subsistência – o extrativismo. A existência de populações tradicionais em A.P.’s tornou-se evidência, em escala mundial, como um dos temas centrais relacionados às áreas naturais protegidas, bem como no Brasil.

Os motivos para tal projeção consistem em que esse modelo de parques nacionais, importados e segregadores dos moradores tradicionais, não têm funcionado bem, principalmente nos países em desenvolvimento, como o Brasil. No qual as populações locais não sentem vantagens na criação de áreas protegidas. Outra questão refere-se aos conflitos sociais gerados pelo modelo que coloca em xeque, a própria noção do tipo de relação entre a população humana e a natureza (DIEGUES, 1996; 1997; SIMONIAN, 2000; SILVA, 2006).

O objetivo básico dessas áreas legais é o de preservar a natureza, porém, a imposição desses neomitos, que se referem à natureza selvagem e de espaços públicos sobre os espaços comunitários, tem gerado um cenário antagônico, em que a parcela mais atingida é a da população tradicional e local, culminando na expulsão desses agentes de seus territórios ancestrais nos quais desenvolvem há séculos suas atividades, que são restringidas pela legislação referente às U.C.’s, estabelecidas pelo Sistema Nacional de Unidades de Conservação-SNUC (MMA, 2004).

Por meio das palavras de Moran (1990), o pensamento técnico-nacional ainda hoje se vê parasitado pelo pensamento mítico-simbólico, pode-se fazer referência à concepção de Diegues (2001), que diz parecer “realizar-se a produção do mito do paraíso perdido,

lugar desejado e procurado pelo homem, depois de sua expulsão do paraíso”, na medida em que o objetivo da criação dessas áreas ou “ilhas” de preservação seria manter intactos os ecossistemas, livres da ação humana.

A Lei 9.985 (CNRBMA, 2002) em seu artigo 5º assegura “[...] a participação efetiva das populações locais na criação, implantação e gestão das Unidades de Conservação”, portanto, o estabelecimento de um Parque Nacional (PN) ou qualquer outra categoria que vise preservar-conservar a natureza, asseguram a participação, em especial no âmbito local, das populações diretamente afetadas, inclusive, exercer controle e fiscalização da degradação dessas áreas, ao mesmo tempo em que, afetam as antigas territorialidades cerceadas e outras novas erigidas.

A habitação dentro de um PN não deve ser configurada como um crime, porém, a condição imposta pela legislação é de que haja a remoção de qualquer morador. O reassentamento previsto deve garantir o mesmo modo de vida existente até a criação da A.P., conforme o artigo 35 do *Decreto nº 4.340 de agosto de 2002* “o processo indenizatório de que trata o art. 42 da lei 9.985, de 2000, respeitará os modos de vida e as fontes de subsistência das populações tradicionais”. Ele contempla apenas os moradores residentes no momento da criação da Unidade (art. 36 do *Decreto nº 4.340 de agosto de 2002*). No art. 39, assegura-se que “Enquanto não forem reassentadas, as condições de permanência dessas comunidades serão reguladas por termo de compromisso, negociado entre órgão gestor e as populações” (BRASIL, 2002).

Os conflitos originados com a criação de A.P.’s decorrem de as comunidades heterogêneas ficarem cerceadas em dar continuidade às suas territorialidades ou melhorarem sua qualidade de vida, afetada agora por um novo contexto. Outros conflitos advêm dos “outsiders” (ou forasteiros) que se instalam ou fazem uso com objetivo de explorar algumas atividades, na maioria dos casos, relacionada ao turismo, todavia, não apenas por essa perspectiva que se originam esses cenários de oposições, mas também da situação injusta de políticas voltadas para populações locais comunitárias. Cabe esclarecer as características das comunidades, que, conforme Comerford (2005, p. 112) têm um caráter solidário e relações de proximidade nas quais “sobressaem a importância de parentesco, vizinhança, cooperação no trabalho e coparticipação nas atividades lúdico-religiosas”

A presença das comunidades é tolerada, mas as restrições aos seus modos tradicionais são tão grandes que eles não têm outra saída, a não ser migrar “voluntariamente”, engrossando o número de desempregados nas áreas urbanas. Para as comunidades é incompreensível que suas atividades tradicionais, baseadas na agricultura, pesca, pecuária e extrativismo sejam consideradas prejudiciais à natureza, já que se permite a implantação de atividades turísticas nessas áreas, bem como implantações de hotéis. A esses indivíduos os lugares são centros atribuídos de valores e sentimentos, que podem ser desde a velha casa, o velho bairro, a velha cidade ou a pátria (TUAN, 1983).

O espaço geográfico sempre foi moldado pelas ações humanas, não sendo apenas palco de ocorrência delas, mas sim resultado, como discutido amplamente por essa Ciência (ISNAR, 1982; SANTOS, 1999; CORRÊA, 2006; BRAGA, 2007). Em uma ótica mais voltada para o simbolismo, Claval (1999) demonstra o espaço como resultado das manifestações culturais desenvolvidas, ao longo do tempo, por meio da comunicação, transformando o espaço em espaço simbólico. O Espaço Geográfico tem algumas categorias de análises e dentre elas é possível elencar o conceito de Lugar, que é uma porção do espaço dotado de atribuídos significados e sentimentos, e é assim que surge

a relação das comunidades tradicionais das U.C.'s, e em foco neste trabalho, do Parque Nacional do Lençóis Maranhenses - PNLM com o espaço ao qual habitam, onde atribuem conteúdos simbólicos, que segundo Santos (1999) são dotados também de significados, por sua vez, são de grande importância para sua história e existência.

Tal espaço revela uma representação diferente para cada um dos agentes nele existente, por exemplo, “sabemos que a sensação de espaço e lugar dos americanos é diferente das dos esquimós” (TUAN, 1983, p. 6). Por sua vez, há de se compreender que tais sociedades, tratadas como tradicionais, não se comportam como destruidores da natureza, na medida em que, dependem intrinsecamente da “[...] reprodução continuada dos recursos naturais renováveis [...]” (DIEGUES, 1996, p. 13). Devem ser compreendidas como “[...] grupos humanos culturalmente diferenciados que historicamente reproduzem seus modos de vida [...]” para sua própria sobrevivência, tendo em vista, que o sistema em que vivem não remete a uma acumulação exacerbada de capital (DIEGUES, 1999, p. 22-23).

A alteração do ambiente se deu de forma profunda, principalmente em países desenvolvidos, que, depois de certo tempo, buscaram medidas que compensassem esses impactos decorrentes dos seus processos de industrialização. No Brasil, a devastação dos ecossistemas ocorre desde a época da ocupação do território, intensificada na fase do capitalismo industrial, sobretudo, após a 2ª Guerra, quando as alterações foram maiores e decorrentes da chegada de grandes indústrias ao país (CURADO, 2013). Logo, fez-se necessária a preservação e a conservação dos ecossistemas que culminaram com a criação das A.P.'s, hoje designadamente U.C.'s, conforme classificação proposta pelo SNUC, o qual, em seu capítulo I define essas áreas como:

Espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituído pelo poder público, com o objetivo de conservação e limites definidos, sob regime espacial de administração ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção. (MMA, 2004)

No entanto, as áreas destinadas à preservação e conservação da biodiversidade foram ocupadas, desde tempos remotos, sendo necessário levar em conta as manifestações culturais e materiais desses grupos e a representação dos espaços habitados por eles. Nesse sentido, pesquisas têm demonstrado que a biodiversidade biológica pode ser mais bem conservada, se aliada à proteção da diversidade cultural, esta condição é identificada em áreas protegidas com grande extensão territorial (DIEGUES, 1996).

Um estudo realizado pelo Núcleo de Apoio às Pesquisas sobre Populações Humanas e Áreas Úmidas (NUPAUB) em 67 UC's nos estados do Paraná, São Paulo, Espírito Santo e Rio de Janeiro, isso no domínio da Mata Atlântica, demonstra que cerca de 40% das áreas que são destinadas à proteção integral apresentam moradores em seus domínios (VIANA; ADAMS; DIEGUES, 1995). Essa mesma pesquisa aponta como resultado, que a presença de boa parte dessas pessoas foi formada de veranistas que se acomodaram lá antes ou depois da criação dessas áreas naturais protegidas, seja dentro dos limites, como em seu entorno, como citam Bedim e Tubaldini (2006).

No PNLM, no litoral nordeste do estado do Maranhão (Figura 1 que apresenta o Parque e as comunidades pesquisadas), se identificam todos os conflitos pertinentes a qualquer área destinada à preservação nas quais existam comunidades tradicionais, porém, com especificidades que remontam à ocupação por migrações forçadas pela seca mais

que centenária, nesse contexto, o presente artigo tem como objeto de estudo o PNLM, localizado no litoral oriental do Estado do Maranhão, com uma dimensão de 155.000 hectares e um perímetro em torno de 270 km, abrangendo os municípios de Primeira Cruz (6,89%), Santo Amaro (42,15%) e Barreirinhas (44,86%). A unidade gestora responsável pela U.C. é o Instituto Chico Mendes de Conservação e Biodiversidade-ICMBio. Seus biomas e ecossistemas são: Mangues, Cerrado, Restingas e Dunas. As atividades desenvolvidas são: Uso Público, Fiscalização e Pesquisas e as conflitantes, segundo o Plano de Manejo são: Pesca (artesanal e industrial), Extrativismo, Corte de Manguê, Ocupação Irregular, Turismo, entre outras (ICMBio, 2004).

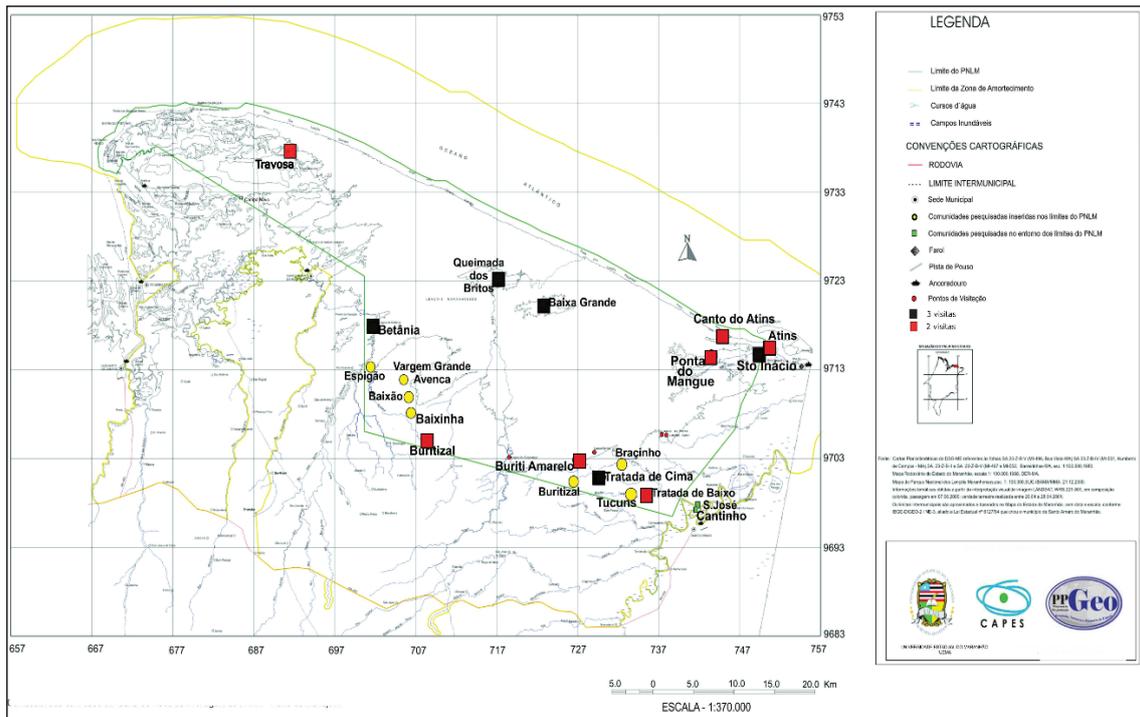
O Parque conta com 20 povoados inseridos em sua área, espalhados por toda a U.C., possuindo, quando dos levantamentos para a elaboração do Plano de Manejo, em torno de 1.698 pessoas e 488 residências (ICMBio, 2004). Esse quantitativo é hoje de 2.603 pessoas, segundo informação do chefe do Parque, conforme levantamento realizado para nova delimitação empreendido por ocasião de Projeto de Lei nº 465/2018 (SENADO, 2018) que visa excluir áreas.

Os povoados, segundo o Plano de Manejo (ICMBio, 2004), estão na região das Praias: Travosa, Atins, Canto do Atins, Manguê Seco e Santo Inácio. Na região das Dunas: Queimada dos Britos, Baixa Grande. Na região de Restinga: Buritizal, Betânea, Buriti Amarelo, Tratada de Cima, Tratada de Baixo, segundo visitas realizadas e com base na entrevista do chefe do Parque.

Percebendo os conflitos que se seguem por quase todas as U.C.'s é necessário qualificar a vida dos habitantes, caracterizando o modo de vida, manifestações culturais, práticas sociais, bem como entender o sentido do Lugar para esses agentes. Sendo assim, esta pesquisa poderá ser útil aos moradores e futuros pesquisadores, fundamentando novos estudos e a compreensão dos conflitos, na perspectiva da mediação e do entendimento visando a preservação da natureza e garantindo o lugar dessas comunidades. Nesse sentido, buscou-se compreender e perceber os modos de vida nas comunidades tradicionais do PNLM e sua relação com o lugar; identificar as atividades desenvolvidas no PNLM para obtenção de renda; perceber os produtos que são gerados para a subsistência e os modos de produção; qualificar-agregar por categorias, se possível, as comunidades, subsidiando ações de gestão integrada da U.C. através da identificação de como essas atividades de subsistência impactam essas áreas naturais protegidas.

Nessa busca, definiram-se, dentre as vinte, doze comunidades pertencentes ao PNLM para que se fizesse a vivência, que se deu por um período de dez anos, com uma média de pouco menos de duas e meia visitas, de quatro dias, em cada uma delas, são: Tratada de Baixo, Buriti Amarelo, Buritizal, Santo Inácio, Ponta do Manguê, Travosa e Canto do Atins, estas com média de duas visitas; Tratada de Cima, Atins, Queimada dos Britos, Baixa Grande e Bethânia, com três visitas, totalizando 29 visitas. A escolha dessas comunidades se deu, na medida em que foi possível identificar problemas relativos às atividades agropecuárias e turísticas proibidas pelas legislações vigentes e suas possíveis diferenciações quanto ao lugar vivido, também para se ter um universo significativo e diferenciado delas. Outras comunidades e núcleos habitacionais, nos quais algumas famílias residem com distâncias maiores, nas quais a vizinhança representa separação de unidades extensivas de produção de subsistência, não são aqui tratadas. As comunidades referidas aqui estão localizadas entre os municípios de Barreirinhas, Santo Amaro e em seu litoral. A pesquisa foi qualitativa e a obtenção das informações, referentes aos objetivos, deram-se por intermédio da Entrevista Semiestruturada e Observação Participante.

Para uma efetiva realização das entrevistas semiestruturadas, balizou-se na necessidade de definição do objeto, já exposto aqui, no conhecimento do contexto em que se realizou a pesquisa, visto que tais comunidades já são conhecidas desde 2008, quando dos estudos de doutoramento na Unesp de Presidente Prudente, fez-se um roteiro para a entrevista, como sugere Manzini (2004). É necessário discernimento para desvendar as informações fornecidas pelos entrevistados, tendo em vista que as pessoas, por se sentirem reféns de algumas situações, poderiam não responder às perguntas de forma sincera por medo ou represálias, ou seja, muitos entrevistados poderiam criar personagens para mascararem a sua realidade (DUARTE, 2004). As entrevistas foram transcritas logo após a realização, visando evitar respostas induzidas e para se poder reavaliar os rumos da entrevista (MANZINI, 2004), o que permitiu criar-se estratégias para as visitas subsequentes.



Fonte: Elaborado a partir de base ICMBio, 2004 e dados de campo.

Figura 1. PNLM, comunidades visitadas.

A Observação Participante, segundo Chizzotti (1995), consiste em aprender e conhecer a comunidade por intermédio do observador, se inserindo nela, e, fazendo com que a população ganhe confiança no pesquisador. Sua vantagem é a de permitir colher informações na ocorrência dos fatos, pois ela implica, necessariamente, a participação, o pesquisador deve conviver no contexto do grupo ou cultura que está a estudar (SOARES; FERREIRA, 2006). Ao interagir e vivenciar a nova realidade social contribui-se indiretamente para modificá-la, portanto, a atenção para as regras e como elas são obedecidas dentro desse novo modo de vida foram redobradas (QUEIROZ *et al.*, 2007), uma vez que, nesses casos, em maior ou menor força, o cerceamento à consecução do lugar, pelos impedimentos legais da proteção e as influências do turismo e do novo modo de vida aceleram as mudanças desses territórios.

A observação participante realizou-se a partir (QUEIROZ *et al.*, 2007) da primeira etapa, já consolidada pela vivência anterior do pesquisador, que foi a aproximação do

grupo social, essencial para a aceitação do ‘forasteiro’. Dessa maneira, pode-se confrontar informações conjunturais encontradas em documentos, reconstituir a história do grupo e do local, obtendo-se novos elementos, como formas de atividades econômicas e tudo mais que foi útil aos problemas a serem desvelados, como atestam Soares e Ferreira (2006). O exercício da observação exigiu que o que se revelava fosse anotado imediatamente para que não houvesse perdas, após a coleta das informações também foram feitas a sistematização e organização das mesmas, em que as análises informaram a real situação do grupo estudado.

O tempo pode ser um limitante nesse tipo abordagem, uma vez que são necessárias habilidades e competências para que ele não prejudique a pesquisa, tais como: ser capaz de estabelecer relação de confiança como o sujeito, ser um bom ouvinte, ter familiaridade com as questões investigadas, ter flexibilidade para se adaptar a situações inesperadas entre outros (QUEIROZ *et al.*, 2007), o que demanda visitas cíclicas e mais longas.

COMUNIDADES DO PNLM, SIMILITUDES E DISTINÇÕES

As comunidades abarcadas pelo PNLM têm subsistência como traço comum, baseada ora mais, ora menos na agricultura, pesca e pecuária. Margem *et al.* (2008) que realizaram, através de reuniões em 13 povoados, as diferenciou entre comunidades vinculadas à paisagem, resultando em três categorias, organizadas como: das praias, da restinga e das dunas. Essa abordagem subsidiou as entrevistas e observação realizadas, permitindo apresentar-se uma diferenciação focada na relação homem-natureza, no cultural-simbólico, já que a base do território se assenta, preponderantemente, em uma dimensão naturalista do território, em que a comunidade estabelece suas práticas socioculturais e socioespaciais, segundo sua historicidade, seu tempo e contexto.

Essa diferenciação, nomeada pela principal atividade que liga o homem ao território, a subsistência, que por sua vez é a base da construção simbólica-cultural, foi definida por haver muitas características comuns à todas elas, independentemente de localização, considerando-se as nuances culturais dentro de cada grupo. Distinguiu-se em comunidades pesqueiras, agricultoras e pecuaristas, mas todas praticam as três atividades, em maior ou menor importância. Das características comuns às comunidades, a base cultural tem uma marca comum, o migrante da seca no Ceará desde o final do século XIX. Em todas as comunidades em que se pode revelar o surgimento do núcleo social os relatos indicaram essa hipótese, como relata Seu Chagas, neto de migrantes da seca:

[...] quando me intendi pur gente... nois começô intendê nossos avôs num... num... tinha mais meu avô qui quando veio do Ceará num morô aqui. Ele tava... a casa dele hoje num tem mais, as areia vieram e cubriram, era um lugar qui hoje num tem nem ninguém. Meus pais vivero lá intê qui mudaram, mais num foi pra cá, meu avô ficô. Eu qui casei co a Chaguinha e vim aqui. Minha avô... eu tinha uns 15 ano e me intendi [...] ela morreu foi de velha, cuns mais de noventa ano... Ah, isso tem mais de... uns 20... a Chaguina conheceu ela, a mulher era bruta.

Seu Chagas, que faleceu logo depois desta pesquisa, era assim chamado por haverem lhe atribuído o sobrenome da esposa, mulher importante nas lutas da comunidade da Betânia, em que o sobrenome carrega a força da primeira família a se fixar ali. Dona Sebastiana, de mais de 80 anos, relatou que seus avôs vieram “por conta de uma seca de

matá, lá no Ceará” e dos poucos lugares encontrados que se podia fixar foi a Queimada dos Britos, como os dela, os avós de Seu Cacau, da Tratada de Cima, também. Essa ocupação tardia, o isolamento por estar na parte central das dunas e as poucas famílias, pode explicar o porquê dessa localidade apresentar a maior diversidade em espécies de restinga no parque (ICMBio, 2004).

Na Ponta do Mangue, no outro extremo do parque, o leste, Seu Furtado narra que os primeiros moradores vieram do Ceará para trabalhar como vaqueiros, já que a seca castigava no sertão, sendo todos parentes entre si, na Santo Inácio, o primeiro núcleo ocorreu no mesmo período por integrantes das mesmas famílias. Margem *et al.* (2008) encontrou sobrenomes iguais na Ponta do Mangue e em Santo Inácio. Margem *et al.* (2008, p. 26) comentam sobre essa questão, já em 2008, que:

[...] o início do povoamento da região se deu com a chegada do Sr. Lázaro Garcia (bisavô do avô do Sr. Domingos), sua esposa e 2 capangas que “matavam quem passava”. Todos eram advindos do Ceará. O Sr. Domingos Garcia conta que toda área de Baixa Grande era do Sr. Lázaro, criador de animais e pescador.

O aspecto da crença une-as pelo catolicismo que se apresenta com templos edificadas no Atins e na Ponta do Mangue, nas outras, os cultos ocorrem regularmente na casa de algum morador. Na Betânia a igreja ruiu, passando a escola a ser o abrigo da fé. Os grupos católicos têm um papel agregador das forças que mantêm o território, manifesto pelos conselheiros paroquiais, responsáveis pelas reuniões e interlocução dos conflitos sociais. Essa importância pode ser percebida pelo nome da Betânia, atribuído pelo padre que lá realizava a missas mensais. A igreja adventista está presente nas comunidades de Betânia, Buritizal e Atins, através de reuniões em casa de moradores.

As manifestações culturais estão intimamente ligadas à religião, como o São João e São Pedro em Atins, Santo Inácio, Buritizal e Betânia; Santa Luzia na Queimada dos Britos e Santo Inácio; Nossa Senhora da Conceição na Ponta do Mangue, Santa Maria, Nonato Galo, em Buritizal e o Natal e as novenas em todas elas. Essas festividades mobilizam todos das comunidades, até mesmo os das igrejas adventistas, dando-lhes um caráter íntimo de identidade coletiva, mais que religioso. O bumba boi, típico do Estado do Maranhão, é pouco presente, quando existe, vincula-se ao ensino formal, como em Santo Inácio, abriga-se nas atividades juninas, na escola de ensino fundamental.

No que tange à saúde, o vínculo permanente com a natureza apresenta-se associado à fé, ainda está presente o uso de ervas, raízes, frutos e flores na farmacopeia local, sempre associados às rezas, havendo em qualquer das comunidades visitadas, ao menos uma pessoa detentora do conhecimento das diversas possibilidades proporcionadas por esses elementos, sejam cultivados nos quintais ou extraídos diretamente na restinga. Em alguns casos quem detém essa função também se responsabiliza pelos partos. Dona Dedé, antiga moradora da Queimada Grande, foi quem durante dezenas de anos cumpriu esse papel na comunidade, passando seus conhecimentos para novas pessoas que hoje realizam essa tarefa. Ela comenta:

Num tem receita nenhuma assim de medicamento... eu num tenho... usa di erva que a gente planta e qui arruma no mato, o mais a gente planta mesmo.

Quanto ao serviço de parteira:

Nasce di pé, um di bunda, nasce um di braço e nasce os outro todos di cabeça, cada qual a gente tá tomando aquela expricação [perguntada o que quis dizer com explicação] Cada um se exprica, é gente que tem cada um o jeito de nasce, a gente tem que intende, eles se exprica, intende?!

Apesar do conhecimento ancestral e da fé, essa prática tem se tornado menos presente, em certos casos nula, como nas Tratadas de Baixo e de Cima, forçosamente pela mudança cultural, presença da assistência pela medicina. Hoje, poucos são os partos realizados pelas benzedadeiras, que ocorrem ainda, pela mercê do transporte para as cidades, que tem como empecilho as precárias estradas ou o demorado deslocamento pelos rios.

O calor que aquece os chás, os unguentos, o leite, faz a comida e desidrata a farinha é fornecido pela madeira e pelo carvão da restinga, em geral, dos galhos roçados para a lavoura. O aproveitamento do carvão na cozinha é feito em um braseiro sob as panelas, as quais se encaixam em um cone moldado no barro, por onde o calor sobe (Figura 2). A obtenção do carvão nem sempre é suficiente para todo o período do ano, tornando-o uma mercadoria de troca por peixe, carne e farinha.

Nas comunidades cujo elemento água é predominante, o barco à vela (Figura 2), hoje ajudado por um pequeno motor à gasolina, transporta os pescadores à foz dos rios para o uso da rede de espera e de lança a praia, redes de arrasto (caçoeira) puxadas na área de arrebentação das ondas é o utensílio utilizado. Nas quais pesca é acessória, a utilização das redes é também importante, utilizada no rio e nas lagoas, fazem uso também das armadilhas.

O resultado da pesca é transportado em cofos, que são sacolas trançadas em folha de palmeiras buriti, babaçu ou carnaúba. Nas comunidades das praias, como na Ponta do Mangue, Atins, Canto do Atins e Santo Inácio, nos meses mais chuvosos e de menor abundância de pescado, os pescadores navegam até um abrigo provisório feito de madeira coberto por palha, permanecendo ali até 5 dias (Figura 2).



Fogão a carvão



Pescadores da Ponta do Mangue



Pescador José Domingos tecendo cofo, no cajueiro, a rede a secar.



Reza após parto realizado por Dona Dedé – Queimada Grande.

Fonte: MAJESTADES ANÔNIMAS, 2009.



Abrigo temporário utilizado nos períodos de chuva, rio Preguiças, Atins.

Fontes: Castro, 2021.

Figura 2. Elementos constitutivos do lugar comunitário no PNLM.

Essa prática é necessária para obtenção de porção suficiente de alimento, a construção de abrigo precário se justifica pela alteração que se dá na geomorfologia das dunas, que muitas vezes soterra o local. Todos os petrechos da pesca são confeccionados pelos moradores de forma artesanal. Na Travosa a pesca tem já um caráter comercial, havendo uma alteração nessas dinâmicas culturais de subsistência.

A pesca, pela produção de excedente, pela presença no cotidiano alimentar e por ser o principal elemento da alimentação durante o ano, é o que pode diferenciar algumas comunidades do PNLM. O produto da pesca artesanal só gera excedentes no período estival que, na porção oriental é vendido fresco na cidade de Barreirinhas, principalmente, e também para os restaurantes de Caburé e Atins, quando de alta demanda turística. Na porção ocidental, o excedente destina-se à salga, uma vez que a pesca se realiza ciclicamente, muitas vezes obrigadas por caminhadas extenuantes nas dunas, como na Queimada dos Britos e Baixa Grande. Uma parcela do peixe é salgada e guardada para consumo na comunidade e trocada por outros produtos como sal, farinha, tapioca e carne com as comunidades cuja base alicerça-se mais na agricultura e pecuária.

Nas comunidades pesqueiras, a agricultura não deixa de existir, ela ocorre nos quintais das casas e tem maior diversidade, contando com maxixe, couve, melancia, abóbora, quiabo, ervas e frutas como o limão, a laranja, manga e ata. Aqui a macaxeira (mandioca) é menos expressiva, ao contrário das comunidades agricultoras, as que se situam no interior, longe do mar, a praticam como base primordial de subsistência. A pesca para essas comunidades, tem maior ou menor presença a depender de sua proximidade com um rio de significativo volume, como o Preguiças, na porção oriental e o Grande, na ocidental.

O roçado tem um caráter familiar, com uso da roça de toco ou coivara, quando áreas novas e maiores são praticadas, o trabalho é coletivo e em certa medida uso da terra também. Uma característica distinta nas comunidades agricultoras é a propriedade da terra, ela tem, segundo Mazé, da Tratada de Baixo, o “dono da terra é quem abriu o roçado e formou o lugar [...] mesmo sem o caju”. O caju foi desde o início da ocupação, uma produção alternativa para o período de “crescimento do mato para alimentar o chão” (Josias, da Tratada de Cima).

Castro (2012) atesta sobre a prática da agricultura:

restinga é roçada no início do período estival e os troncos servem para cercar a área, quando pequena. Depois de seca, é queimada, assim que se iniciam as chuvas planta-se o milho, a mandioca, o arroz, o feijão, sempre entremeados por maxixe, abóbora e quiabo. Ao se plantar o primeiro roçado, planta-se o caju. Durante 2 ou 3 anos a terra é utilizada para a lavoura, depois fica o cajual, que produz já no segundo ano. A sua função é acelerar a reconstituição arbórea, mais lenta se naturalmente e servir para a comercialização das castanhas. A recomposição do solo leva de 20 a 30 anos, dependendo de sua textura, mais ou menos arenosa. Nesse período a obtenção das castanhas é uma alternativa de renda (CASTRO, 2012, p. 207).

A produção da castanha varia de 20 a 50 sacas de 50Kg por família/ano, como atestaram Margem *et al.* (2008) relatando uma produção que ultrapassa 40 e 20 toneladas, denotando ser a comercialização das castanhas uma alternativa de renda, senão a única. O aumento de área plantada com caju vem causando maior remoção da restinga, conseqüentemente, aumentando o conflito entre a proteção e a subsistência.

A mandioca e a melancia são plantadas na seca, é a roça de São Miguel, de uso familiar e trocas. A mandioca é a base do fabrico em casas de farinha rudimentares com trabalho coletivo (Figura 3).



Fonte: Castro, 2021. A partir de Noroeste da Imagem: Tratada de Cima; Tapiti; massa saída do Tapiti; torra da farinha na Betânia. Abaixo, Tecelã Dadá, da comunidade Tratada de Baixo.

Figura 3. Produção de farinha e artesanato de palha nas comunidades do PNLM.

Essas foram majoritariamente comunitárias, mas vem tornando-se particulares, propriedade do dono da área onde ela está instalada, funcionando por aluguel cobrado em partes de 1 para 10 da produção da farinha. A farinha serve ao consumo das famílias e para a troca por peixe, carne e sal, pouco excedente é vendido.

O artesanato, antes de produção utilitária, tem aumentado pelas mãos quase que exclusivamente das mulheres para comercialização aos visitantes dos Lençóis. Trançando a palha das folhas de Buriti e Carnaúba, essas mãos criam bolsas, chapéus, bonés, tapetes, caminhos e toalhas de mesa, molduras para quadros.

A implantação da política de proteção do Parque tem limitado a prática da agricultura, que, mesmo com uma precária fiscalização, tem pressionado as famílias a manterem apenas uma pequena quantidade de linhas de cultivo. A linha é uma medida atribuída não só à área plantada, mas associa o esforço necessário empreendido por uma família em sua subsistência, por isso, subjetiva e conjunturalmente variável. Curioso é a relação de poder imposta pelo Parque, que, mesmo não havendo por parte dos entrevistados uma precisão de quando ou quem ou que documento fixa essa norma, acabam por tentar segui-la, não o fazendo, muitas vezes, por não conseguirem sustento com apenas isso. Os relatos desembocam, em todos os casos, no vínculo ao informe dado pelo Parque à associação de que fazem parte.

As três linhas são plantadas em apenas três áreas rotacionais por até seis anos cada, porém, o manejo da agricultura na restinga ocorre a cada três anos, e retorno a cada vinte, ou seja, o cerceamento ao lugar comunitário de base agrícola se dá pela exaustão do solo que não se renova, ou pelos nos escassos doze anos de retorno à área abandonada para produção de biomassa (indicado pelo Parque), defasado em oito anos, ou o mais provável, pela exaustão de retorno em seis anos (pela prática tradicional), defasados quatorze anos da produção de biomassa. Os três chefes do PNLN que se sucederam foram entrevistados e igualmente não souberam precisar quando isso foi acordado, e não há documentação nos arquivos que oficialize essas normas.

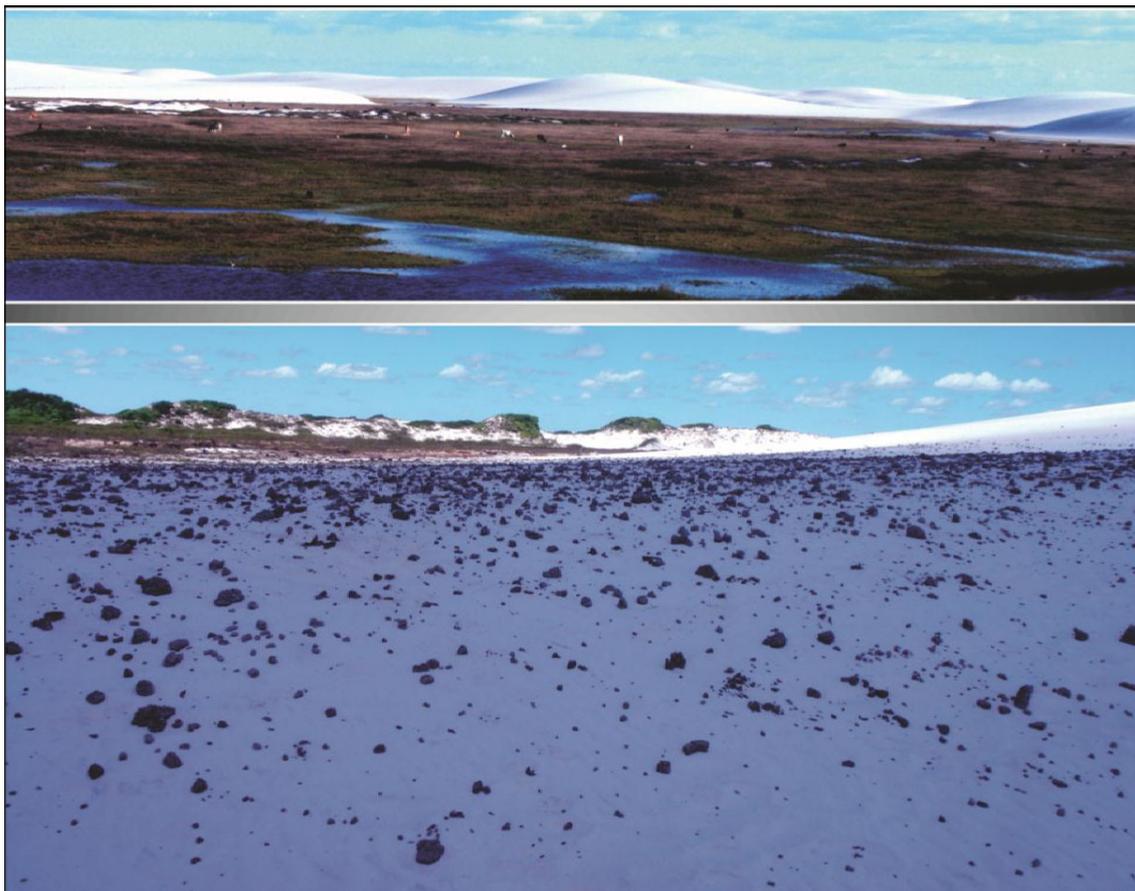
As associações citadas nas entrevistas têm diversificadas representatividades, quase sempre a participação ativa dos associados não ocorre, como já constataram Margem *et al.* (2008, p. 14), elas “[...] existem como entidades formalizadas, porém poucas funcionam efetivamente”. Em algumas comunidades elas representam os moradores, como na Ponta do Mangue, Atins, Santo Inácio, Queimada dos Britos, Betânia, Buritizal e Queimada Grande, em outras, os produtores, como os criadores de abelhas na Ponta do Mangue, mas nas de caráter não pesqueiro, sejam agricultoras ou pecuárias elas estão presentes. A colônia dos pescadores é a associação que mais cumpre esse papel nas pesqueiras.

A principal e mais importante, porém, é a associação funerária. Em todas as comunidades visitadas há uma.

Nelas o associado contribui com uma quantia e, com o falecimento, a associação cobre os custos dos serviços como transporte, para as comunidades desprovidas de cemitério, caixão, custas de petrechos para o velório e sepultamento. Esta associação não foi citada como tendo um caráter representativo, seu funcionamento atende a uma necessidade de manutenção da cultura comunitária de reunir os que possam comparecer ao velório, onde as conversas, a bebida e a comida marcam a ‘passagem’ do falecido (CASTRO, 2012, p. 210).

Nas comunidades cuja criação pecuária é mais presente, a cultura como resultado de uma relação direta com a natureza carrega-se dessa relação. Localizadas na restinga interior dos Lençóis, nelas os casamentos, os partos, os medicamentos, as relações sociais por trabalho coletivo se apresentam como uma regra, os ritmos e os tempos do inverno-chuva, verão-seca/estiagem são também muito presentes. A Baixa Grande e a Queimada dos Britos são as que têm um lugar no qual o cotidiano da pecuária está mais presente. Nas outras ela ocorre, como a agricultura e a pesca, todas se entrelaçando e cada uma mais definidora do lugar a depender da natureza na qual se insere.

A pecuária, e especialmente os bovinos, servem além de ao consumo à comercialização; os caprinos e ovinos dividem o espaço com a função maior de alimento comunitário, mas também para serem comercializados. Unicamente, para o consumo das comunidades e trocas entre as famílias é a criação de porcos. Essa atividade é comum aos pecuaristas e aos agricultores ocorrendo pouco entre os pescadores. Os animais ficam soltos nas áreas próximas às casas, chafurdando os locais à beira d'água e o solo da restinga até a idade de serem cercados para engordar e servirem como alimento. Para diferenciar sua posse, eles são marcados por cortes na orelha.



Fonte: Castro, 2021. Bovinos e caprinos pastando nas lagoas, abaixo fezes acumuladas na entrada da Queimada dos Britos, local de pouso dos animais.

Figura 4. Pecuária no PNLM.

Essas comunidades alicerçadas na pecuária também praticam a pesca artesanal na praia e nas lagoas, respectivamente por caminhadas pelas dunas com permanência eventual por mais de um dia e realizadas no início da vazante, em junho e julho, já nas lagoas que recebem água do Rio Negro ela ocorre a partir de setembro.

Uma alternativa à geração da renda trazida pelo turismo, além do artesanato, tem sido a oferta de serviços. Dona Joana e o marido, Seu Neto, abrigam para pernoite os que atravessam os Lençóis em caminhadas de três dias ou mais, e ali na Queimada dos Britos param para vivenciar a comunidade e se alimentar. Essa atividade vem criando nova relação entre as famílias, uma vez que a principal refeição é a galinha, cozida em panela aquecida por carvão e servida na tradicional galinhada, outrora para consumo próprio, agora produto de um mercado multifamiliar-comunitário e, desigual. A procura por carvão e pela galinha de ‘terreiro’ tornou-se muito grande e as demais famílias passaram a ofertar, porém, pela concentração da renda por uma das famílias, há uma coordenação de preços ditada pela Dona Joana, que é vista diferenciadamente pelos demais. Margem *et al.* (2008, p. 30) já se deparam com essa situação que à época se prenunciava e que já se configurava como conflito, para os autores que atestam que a “situação tem gerado um conflito entre os moradores, que se referem ao Seu Neto e Dona Joana como os ‘ricos’ da comunidade”.

O ENTRELACAMENTO DO COMUNITÁRIO, A PRESERVAÇÃO E AS MUDANÇAS

A efetivação da política de preservação imposta aos territórios comunitários trouxe consigo novos limites à subsistência que não a natureza, sem que novas soluções ao cerceamento da reprodução do lugar fossem apresentadas. O que outrora representava uma natureza coletiva, mantenedora da vida, passou a ser segregada pelo viés da vida não humana, de uma natureza sem os grupos humanos ali estabelecidos. O PNML ao mesmo tempo que impôs a aplicação dos preceitos da Política Nacional de U.C.’s, representada pelo SNUC (CNRBMA, 2002; MMA, 2004), criou em seu Plano de Manejo (ICMBio, 2004) áreas destinadas à contemplação da natureza preservada, incentivando o turismo, contribuindo para alterações no lugar comunitário.

A relação dessas comunidades com ICMBio tem gerado conflitos no cotidiano comunitário, como atestam os moradores. Ao discorrerem sobre o que mudou em suas vidas desde a implantação do Parque, muitos moradores falaram que foram prejudicados, pois antes era possível a criação de animais e o roçado sem restrições. Como exemplo desses problemas, podemos evidenciar a fala da senhora Maria, da comunidade Bracinho, entrevistada quando em visita a parentes na Buriti Amarelo:

Piorou, somos proibidos de criar animais, de bota roça, de construir uma casa prus filho, de tirá a palha para colocar nas nossas casas, como se pode viver assim? E ainda tem a energia que chega num lugar e otros não.

Os espaços agrícolas iniciam um processo de esvaziamento da população mais jovem, conseqüentemente, há um vínculo das atividades tradicionais serem encaradas como atraso, assim afirma Josias, da Tratada de Cima, “do tempo do ronca [coisa antiga, atrasada]. Eu ainda vivo cum ele [pai], mas tou sempre aqui cuidando das coisa na Tratada e no São José onde tem roçado co parente, o tio. Se arrumá uma coisa em Barreirinhas eu

vô... já fui, mas é muito diferente, acabei ficando cô pai”. É evidente haver ainda o território comunitário como a identidade desse interlocutor, expressando o conflito de buscar um lugar nesse novo contexto, mas mantendo-se intimamente nos valores comunitários. Isto é fato também nos discursos repetidos dos ‘filhos que querem voltar’ mas não há espaço nem se pode construir um lugar.

A agricultura tem sido insuficiente à manutenção da subsistência, pela imposição de normas que limitam sua prática. Lirô, que mantém comércio no Cantinho e atende a maior parte das famílias da área do caminho para as lagoas, diz que o respeito ao plantio de 3 linhas ocorre há mais de 15 anos, antes o mato engrossava e as árvores serviam até para erguer casas, o retorno ele diz que ‘Demorava 20... até mais’ anos. Relata que hoje se tem que “queimá as parcela de uns 8... 10 ano, num forma mato, que demora, acaba ficando sem a roça”. Argumenta que deixar o caju e plantar onde conseguir é a alternativa, apesar de render pouco, não dá trabalho, é só espalhar as castanhas e o mato ‘enche de cajueiro’.

Não só os modos de produção da subsistência pela agricultura são limitados, mas no espaço que serve como base a ela, a atividade de obtenção de castanhas, outrora uma forma de produção agregada ao tempo de recomposição da restinga para a rotação da roça, transformase em alternativa. Considerando-se o que narra Cabidéu, que tangia o gado próximo à Lagoa do Peixe: “hoje tem gente que vende a castanha até prá comprá a farinha, que a terra num produz nem a mandioca. Sê vê aqui lá Grande [Baixa Grande], no Achuí, no Bom Jardim, pus lado daqui, tem só caju, até onde eles num planta tão plantando caju”, conclui-se que a agricultura como base da subsistência e do universo territorial tem se alterado, por outro lado, no território de proteção da natureza, o aumento de cajuais, altera a composição da restinga.

O turismo tem contribuído na aceleração dessas mudanças, na porção oriental, a Atins, que tem maior inserção no turismo, apresentou unanimemente o desejo de mudança para um modelo de vida focado no modelo que vem se apresentando com a nova atividade, apesar de carregar a identidade pesqueira. Nenhum dos entrevistados se contrapôs ao turismo, apesar de haver pressão imobiliária sobre seus terrenos. Pode-se perceber a concepção de convívio entre os modos tradicionais de vida e o turismo, este como ‘tábua de salvação’ à geração de renda. As novas necessidades advindas do modo mais dinâmico que se impõem, cria inexoravelmente a necessidade da renda, que não se consegue pela tradicionalidade da pesca, já que o pescado vem diminuindo na praia e os ferramentais de sua pesca não permitem que se navegue em águas mais profundas.

Ali também, as outras comunidades mantêm maior vínculo com o simbólico e a natureza, a Ponta do Mangue se posiciona contra as visitas turísticas. Mantêm a simpatia pela visita que se lhes façam, mas não desejam que isso se torne frequente ou que sejam entendidos como uma atração turística. As soluções à geração de renda estão ligadas ao modo de vida, como a criação de abelhas nativas, o fortalecimento da colônia de pescadores, novas formas de plantio que usa cada vez menos o fogo e a criação de um grupo de mulheres para a produção de artesanato e doces.

Na Tratada de Cima, Seu Cacau fala da atração exercida pelo turismo e sua influência sobre os mais jovens: “...eles querem sê igual [os turistas, os moradores da cidade] e acaba que vão imhora. Vão sê guia, cuidá de posada, lavá prato, chão! Ninguém num qué sabê da roça, do gado, di pescá”. Ao mesmo tempo o turismo não pode ser realizado pelas comunidades, por estarem no interior do Parque, nas palavras dele: “não podemo fazê uma posada aqui, nem servi comida, qui eles diz que é restaurante, ai não tem jeito, os pequeno [jovens] não fica. E se fica num tem onde pô, nem construí pode, tem que arrumá o barro prá num entrá água e continuá a vida”.

O turismo, como demonstrou Ruschmann (1997), altera profundamente as características socioculturais das comunidades locais. O caráter mercantil atribuído às manifestações culturais e ao modo de vida dos moradores locais se reflete, entre outras coisas, na descaracterização dos costumes tradicionais e na modificação dos seus desejos e hábitos (efeito demonstração). Nesse sentido, Serpa (2002, p. 172) afirma que: “[...] o turismo faz com que as populações locais reinventem seu cotidiano, e, nessa reinvenção a lógica da indústria turística se sobrepõe às tradições locais e à própria identidade da comunidade”.

Consequência dessas alterações no cotidiano indicaram novos hábitos alimentares, de vestimenta, de utensílios domésticos, de trabalho e de transporte. As comunidades com menores alterações são as pecuaristas. Nas pesqueiras a introdução do motor de popa é o fato mais notório dessa transformação, nas agricultoras, o uso de trator. Na cozinha há maior diversidade de utensílios, fogão a gás e alimentos comprados em mercados. A troca de produtos da subsistência tem diminuído. Nas comunidades onde há energia elétrica a cozinha conta com liquidificador e a televisão recebe sinal por antena parabólica, que poucos têm, mas possui-la é objetivo de todos. A aquisição se dá com recursos dos programas de transferência de renda, com a venda dos produtos da subsistência ou por diárias de serviços prestados.

A concepção quanto à melhoria do modo de vida foi quase que unanimemente positiva. Os relatos indicam que as maiores contribuições para isso se devem à maior possibilidade de obtenção de bens de consumo, à diversificação e facilidade em obtenção dos alimentos, à possibilidade de venda dos produtos com valor que antes não se atribuía aos produtos da subsistência, ao dinamismo que o espaço passou a ter, à melhoria do transporte das pessoas e dos produtos. Os que declararam que hoje as coisas não estão melhores, não afirmaram que estejam piores, contextualizaram as mudanças, vinculando sua análise às perdas das identidades, como disse Seu Jô, pai de Josias, da Tratada de Cima: “hoje tem muita facilidade, i e voltá na cidade di Toyota i di quadriciclo, ajeitá a terra com trator... tem emprego até... é qui tudo precisa di dinheiro i isso divia di vim sem levá nosso jeito, qui tá mudando, tá ficando as pessoa diferente”.

Antes de discorre-se sobre as sugestões quanto ao convívio com a proteção, que se apresentaram em muitas das conversas, apresenta-se o resultado das falas quanto à religiosidade. Ela vem deixando de ser a agregadora social, já que as festas tradicionais têm se tornado uma ‘obrigação’ (Mazé, da Tratada de Baixo) ou como disse Dona Chagas, da Betânia: “Ah...! A Santa Maria que reza no Buritizal dos Filipe já foi boa... ainda tem, vai muita gente. Hoje as pessoas qué a festa, a bebida, toda tem que tê, senão num tem quem vá, não querem devotá, como si num precisasse, se num carecesse cuidá d’alma”. Comentando sobre a igreja, já que estavam rezando na casa de uma moradora que também serve à escola: “[...] a igreja caiu e só os velho prá arrumá, num há meio, que hoje carece de dinheiro, antes juntava uns dia e pronto, tava em pé”.

Na perspectiva das comunidades, proposições de soluções à convivência com o território de proteção do Parque demonstraram um sentido de irreversibilidade do caráter protecionista da política imposta que foi dividido em duas vertentes. A primeira, presente nas entrevistas das pessoas cuja vivência se dá quase exclusivamente nos modos tradicionais, cujo contato com novas dinâmicas ligadas ao turismo e às cidades é menor, pensa no território vivido como sendo expropriado de si, ‘tomado’ por uma força alheia, e pouco veio sugerir como propositivo à convivência, senão manterem a possibilidade de reprodução de seu território sem as limitações a isso.

Nas comunidades mais ligadas a essa categoria - Ponta do Mangue, Buriti Amarelo, Tratada de Cima, Queimada dos Britos, Baixa Grande e Queimada Grande - as proposições

foram mais um anseio, um protesto, do que propriamente caminhos à convivência. As contribuições para a convivência foram: permissão ao plantio determinado pela comunidade, possibilidade de construção de benfeitorias e novas moradias, instalação de energia elétrica e exclusão da área de reprodução de seu território do parque.

Na segunda categoria associada às outras comunidades cuja vivência com o turismo e as cidades é maior, as proposições como na primeira foram recorrentes. Ali outras sugestões surgiram: empreender projetos de capacitação para o turismo, artesanato, projetos de melhoria da agricultura, da pesca, possibilidade de construção de infraestrutura que permita a visitação, implementação ou a permissão ao uso turístico de atrativos fora do Plano de Manejo que estejam próximos à comunidade, permissão à construção e melhoria das moradias e estradas.

Ultima-se esse entrelaçamento com uma questão fundante colocada nas conversas, quando possível: o que pensam sobre a possibilidade de mudar-se para outra área. As respostas indicam o grau do vínculo ao território, que se destacam em três categorias. Uma em que prevalece a identidade vinculada intimamente ao simbólico e natureza, cujas mudanças provocadas por novos contextos são pensadas como ‘outro lugar’, pertencentes a outras pessoas e que não lhes serve. Nessa categoria não se cogita qualquer alteração no território vivido, nem que ele possa se reproduzir em outra área. Seu Francisco, da Ponta do Mangue, diz sobre mudar: “que eu que nasci, me criei aqui, meu pai, minha mãe, tudo são filho daqui, i a vida ... num há jeito de sê de outro jeito”. José Rodrigues, da Buritizal declarou “*Não saio daqui por que gosto daqui. Aqui foi onde me criei, onde cresci, onde meus filhos cresceram.*”

A segunda tem o sentido de pertencimento, tem sentido igual à primeira no que se refere à identidade, não se vinculam, porém, com a imobilidade do espaço e do território. Suas respostas indicam não se desvincularem de seu ‘lugar’, mas declaram que as mudanças são inevitáveis no que se refere à manutenção dos simbolismos e dos vínculos com a natureza. As mudanças declaradas por esse grupo se manifestam por uma inelutável força, mas vinculam-na a um espaço possível de manterem-se as identidades, como declara João Santos, do Atins:

O mundo não é parado, com meus pais era diferente, mais duro, mais num mudou muito. Sê vê as coisas mudando muito hoje, antes era mais diferente, as pessoas... os filho fazia o que os pai fazia, a gente aprendia como fazê as rede, os barco, a caça, o peixe e arrumava um jeito mais certo de fazê. As pessoas entendia todas as pessoas, trocava farinha por peixe, arrumava carvão quando o inverno [estação chuvosa] castigava uns e os outro ajudava, trazia peixe e quem num caçava emprestava. Ai, agora, num sei, se mudá as coisas a gente deixa de sê o que a gente somos. Mudá vai mudá... Num pode é deixa de sê gente daqui.

A terceira considera-se parte do comunitário, porém, declara-se passível de mudar sob condições de melhoria da qualidade de vida, qual seja: emprego, possibilidade de estudos, melhoria no atendimento à saúde, segurança, custo de vida baixo e garantia de manutenção do modo de vida dos que se vinculam intimamente ao lugar. As considerações quanto às garantias de manutenção das identidades das categorias anteriores foi uma constante nesse grupo, como declara Wilson Chagas, morador da Betânia que cursou o ensino médio em Santo Amaro e guiou-nos na comunidade:

Meus pais moram aqui, meus avós, os pais deles. Eu me formei, agora quero ficar aqui... trabalho de guia de turismo. Meus irmãos tão estudando, 2 tão estudando, os outros tão aqui, pescando, cuidando dos porco, dos bode, dos carneiro. Falta tudo aqui, mas somos todos gente daqui. Tem uns que mudaram para Santo Amaro e até São Luís, mas sempre tão aqui, é que não tem nem telefone, que o celular pega ruim aqui. Ninguém que sai daqui, até os que foram mora fora. A gente que fica que vive aqui. Se for mudá tem que mantê como as coisas são ainda. Tem que tê melhoria... água boa, que a gente tem que puxá na bomba, sê sabe. Arrumá as ruas, pode ajeitá a casa, construi uma casa boa, que o Ibama não deixa, mas agente faiz. A gente tem um agente de saúde, devia de tê um posto com médico, um lugar prá fazê a compra, que tem que comprá em Santo Amaro... e a estrada, tem que arrumá que no inverno não passa e pela duna é ruim, só os turista que aluga toyota. [pausa] Ah, prá mudar tem que tê um lugar igual que seja melhor, com a água, uma estrada boa, luz, um médico, um mercado bom... mas tem que sê igual aqui.

De modo geral, revelaram que a representação do território de proteção da natureza, empreendida com a implantação do parque, é vista como um impedimento aos ritmos cotidianos de reprodução do lugar, o que pode culminar em alterações incertas. Quanto ao sentido das mudanças que vieram com o turismo e o dinamismo, como o aumento no fluxo de pessoas que visitavam os lugares, o acesso ao transporte que os conduzem à cidade e a criação de novas estradas, aparecem sentidos de contraponto, de aceitação sem que se desvincule do lugar e até de mudanças. Ficou patente que identificam o lugar como parte de suas vidas e que se houver a necessidade de mudarem-se – previsto pela lei – haverá a perda de algo muito importante para eles.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Fica patente que no Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses, por tratar-se área de proteção integral, há inúmeros conflitos pertinentes a uma área destinada a preservação que possui populações seculares em sua área, entendidas como “grupos humanos culturalmente diferenciados que historicamente reproduzem seus modos de vida” (DIEGUES, 1999).

As alterações do espaço onde se desenvolvem as territorialidades do lugar comunitário engendraram uma percepção geral de uma limitação à reprodução da vida diretamente relacionada às imposições de preservação. Nesse sentido, até mesmo a manutenção da moradia, pelo impedimento à extração de madeira, tem contribuído, uma vez que, feitas de taipa de mão ou adobe, necessitam dela, a madeira, para o telhado, as paredes e os esteios. A madeira para carvão, tão importante para a cozinha, obtida na queima da restinga para plantio, tem menor produção, por causa da rotação em parcelas retomadas em tempos curtos e por ser ilegal. O sustento da lavoura tem menor capacidade de suportar a família, pelo mesmo motivo do parcelamento em três linhas e três glebas para rotação.

O turismo, atividade quase sempre empreendida quando uma paisagem natural tem atratividade cênica, também por estar contemplada no Plano de Manejo, alterou o cotidiano das comunidades, mais perceptivelmente nas da porção oriental, nas quais trafegam os automóveis com turistas que visitam as lagoas e na foz do rio Preguiças, mas também tem acelerado mudanças na ocidental.

O cerceamento à reprodução da subsistência e a visitação turística, com todas as suas demandas a serem ofertadas, têm imposto um contexto no qual a produção de subsistência não supre as necessidades básicas de manutenção desse lugar comunitário construído em ritmos mais lentos, que, associada ao novo, representado pelo turismo, pela necessidade de renda e pelas novas oportunidades de renda, produtos de consumo, relações sociais focadas na renda-salário, aceleram as mudanças.

Dessa maneira, os impedimentos da proteção legal, por si só, não se isolam na alteração da reprodução do lugar comunitário, que pela ineficácia da gestão poderia, ainda, alterar menos significativamente esse fazer-se comunitário. A constituição da U.C. de proteção integral traz consigo o uso público, que engendra no espaço o novo lugar, o da modernidade, dos produtos não locais, de mercado, novas necessidades e desejos, os quais não poderiam ser supridos pelo lugar consolidado nos parâmetros de subsistência nessa natureza, senão ali existiria, já, outro lugar.

Os conflitos existentes no PNLM podem ser divididos entre as regiões de restinga, dunas e praias, em uma escala macro, mas não fogem à relação de existência de identidades temporais e territórios de escalas distintas: de um lado, as comunidades, de outro, a necessidade universal de manterem-se preservados espaços de biodiversidade.

REFERÊNCIAS

- BEDIM, B. P.; TUBALDINI, M. A. S. Turismo e populações rurais do entorno de unidades de conservação: dilemas socioambientais entre diferentes formas de apropriação do território. **Ciência & Tecnologia**, Rio Claro (SP): OLAM, v. 6, n. 2, p. 356-376, 2006.
- BRAGA, R. M. O espaço geográfico: um esforço para definir. **GEOUSP: Espaço e Tempo**. São Paulo, n. 22, p. 65-72, 2007.
- BRASIL. Lei nº 4.340, de 22 de agosto de 2002. Brasília: Presidência da República, 2002.
- CASTRO, C. E. de. **A política nacional de proteção da natureza e seus desdobramentos no território do parque nacional dos lençóis maranhenses**. 2012. Tese (Doutorado em Geografia) - Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2012.
- CHIZZOTTI A. **Pesquisa em ciências humanas e sociais**. São Paulo: Cortez, 1995.
- CLAVAL, P. **The cultural geography**. Florianópolis: UFSC, 1999.
- CNRBMA. Conselho Nacional da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica. **Sistema nacional de unidades de conservação**: Lei 9.985. 2. ed. rev. e ampl. São Paulo: CNRBMA, 2002.
- COMERFORD, J. Comunidade rural. In: MOTTA, M. (org.). **Dicionário da terra**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. p.112-120
- CORRÊA, R. L. Espaço: conceito chave da geografia. In: CASTRO, I. E. de; GOMES, P. C. da C.; CORRÊA, R. L. (orgs.). **Geografia: conceitos e temas**. 8. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006. p. 15-48.
- CURADO, M. Industrialização e desenvolvimento: uma análise do pensamento econômico brasileiro. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 22, n. 3, p. 609-640, dez. 2013.
- DIEGUES, A. C. **Biodiversity and traditional community of Brazil**. São Paulo. NUPAUB-USP-PROBIO-MMA/CNPq. 1999.
- DIEGUES, A. C. **The human populations in protect natural area of Atlantic Forest**. São Paulo: NUPAUB-USP, 1996.
- DIEGUES, A. C. **The modern myth of untouched nature**. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 2001.
- DIEGUES, A. C. The natural protect area, tourism and the traditional populations. In: SERRANO, C. M. T.; BRUHNS, H. T. (orgs.). **Trip to nature: cultural and environmental**

- tourism. Campinas: Papirus, 1997. p. 85-102.
- DUARTE, R. Entrevistas em pesquisas qualitativas. **Educar**, Curitiba: UFPR, n. 24, p. 213-225, 2004.
- ICMBio. **Plano de manejo**: Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses. Barreirinhas: Ibama, 2004. 1 CD. paginação irregular.
- ISNAR, H. **O espaço geográfico**. Coimbra, Amedina, 1982.
- MAJESTADES Anônimas: Areia dos Lençóis. Produção: A. P. Guimarães e J. Bueno Júnior. Santo Amaro do Maranhão, 2009, DVD.
- MANZINI, E.J. Entrevista semi-estruturada: análise de objetivos e de roteiros. In: **Seminário Internacional Sobre Pesquisa e Estudos Qualitativos**, Anais. 2004, Bauru: USC, 2004. CD-ROOM..
- MARGEM, C. B.; LUGARINE, C.; CAMARGOS, A. C. M.; OLIVEIRA, M. R. F. P. **Report**: environmental and social diagnosis of 13 villages included within the limits of the Lençóis Maranhenses National Park. Barreirinhas-MA: IBAMA, 2008.
- MMA. Sistema Nacional de Unidades de Conservação–SUNC. **Convenção sobre diversidade biológica**. 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/mma/pt-br/assuntos/biodiversidade/convencao-sobre-diversidade-biologica>. Acesso em: 11 dez. 2020.
- MMA. Sistema Nacional de Unidades de Conservação–SUNC. **Lei nº 9.985 de 18 de julho de 2000**, Decreto nº 4.340 de agosto de 2002. 5.ed. Brasília: MMA/SBF, 2004.
- MORAN, E.F. **The human ecology of populations of Amazonia**. Petrópolis: Vozes, 1990.
- QUEIROZ, D. T.; VALL, J.; SOUZA, A. M. A.; VIEIRA, N. F. C. Observação participante na pesquisa qualitativa: conceitos e aplicação na área da saúde. **Revista de Enfermagem**, Rio de Janeiro: Editora UERJ, v. 2, n. 15. p. 276-283, 2007.
- RUSCHMANN, D. V. de M. **Turismo e planejamento sustentável**: a proteção do meio ambiente. 3. ed. Campinas, SP: Papirus, 1997.
- SANTOS, M. **A natureza do espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 1999.
- SENADO. **Projeto de Lei do Senado nº 465, de 2018**. Autoria, Senador Roberto Rocha. Disponível em: <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/134725>. Acesso em: 10 nov. 2018.
- SERPA, A. A paisagem periférica. In: YÁZIGI, E. (org.). **Turismo e paisagem**. São Paulo: Contexto, 2002.
- SILVA, H. P. Saúde, conflitos ambientais e inclusão social: dinâmicas sócio-ecológicas em unidades de conservação na Amazônia e na Mata Atlântica. In: IRVING, M. de A. (org.). **Áreas protegidas e inclusão social**: construindo novos significados. Rio de Janeiro: Fundação Bio-Rio: Núcleo de Produção Editorial Aquarius, 2006. p. 157-168.
- SIMONIAN, L. T. L. Políticas públicas, desenvolvimento sustentável e recursos naturais em áreas de reservas na Amazônia brasileira. In: COELHO, M. C. N.; SIMONIAN, L. T. L.; FENZL, N. (org.). **Estado e políticas públicas na Amazônia**: gestão de recursos naturais. Belém: CEJUP, 2000. p. 9-53.
- SOARES, L. Q.; FERREIRA, M. C. Pesquisa participante como opção metodológica para investigação de práticas de assédio moral no trabalho. **Psicologia**. Florianópolis, v. 6, p. 85-110, 2006.
- TUAN, Yi Fu. **Espaço e lugar a perspectiva da experiência**. São Paulo: Difel, 1983.
- TUAN, Yi Fu. Space and place: humanistic perspective. In: GALE, S.; OLSSON, G. (eds.) **Interregional Linkages**. Bekerly, University of California Press, 1979. p. 1-12.
- VIANA, L.; ADAMS, C. & DIEGUES, A.C. **Conflitos entre populações humanas e áreas protegidas na Mata Atlântica**. São Paulo: Nupaub/USP, 1995.

TERRITÓRIO E TERRITORIALIDADES NO TRIÂNGULO OESTE MARANHENSE

TERRITORY AND TERRITORIALITIES THE MARANHÃO STATE 'S WESTERN TRIANGLE

TERRITORIO Y TERRITORIALIDADES EN EL TRIÁNGULO MARANHENSE OESTE

Antonio Cordeiro Feitosa¹
Joelson Caco Pereira da Graça²
Suelen Cipriano Milhomem Dantas³

RESUMO: Abordagens acerca do território têm despertado a atenção de estudiosos com foco em dimensões apropriadas conforme seus níveis de engajamento. Neste trabalho, apresenta-se uma caracterização do território e as territorialidades nos aspectos históricos, geográficos, socioeconômicos e culturais do extremo oeste do estado do Maranhão, na região do “Bico do Papagaio”. Considerando tratar-se de um estudo teórico, foi utilizado o método de pesquisa bibliográfica, que forneceu o arcabouço teórico às experiências prévias dos autores sobre a área estudada. Os resultados demonstraram que o território do extremo oeste do Maranhão possui um histórico de ocupação e evolução territorial fortemente influenciado por agentes externos aos primitivos habitantes e que foram capazes de influenciar, sobremaneira, os aspectos socioculturais por eles praticados. Com objetivo de demarcar o território ocupado pelos principais municípios contíguos da região, propõe-se a toponímia Triângulo Oeste Maranhense, com vistas a caracterizar uma forma de identificar as vertentes geográficas e socioculturais.

Palavras-chave: Território. Territorialidades. Triângulo Oeste Maranhense. Aspectos socioeconômicos e culturais.

ABSTRACT: Approaches about territories have attracted the attention of researchers from different areas of science, with a focus on appropriate dimensions according to their levels of engagement. In this paper, we propose a characterization from the territory and territorialities in the approach of the historical, geographic, socioeconomic, and cultural

1 Docente titular Emérito da Universidade Federal do Maranhão. E-mail: antonio.cf@ufma.br.

2 Mestrando do Prog. de Pós-Graduação em Geografia/UFMA. E-mail: joelson.caco@discente.ufma.br

3 Mestranda do Prog. de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade/UFMA. E-mail: suelen.dantas@ufma.br.

Artigo recebido em abril de 2021 e aceito para publicação em agosto de 2021.

aspects present in the region known as *Bico do Papagaio*, western Maranhão state. This is a theoretical research that used bibliographic methods, which provided the theoretical framework to the authors' previous experiences in the area. The results showed that this territory has a history of occupation and territorial evolution strongly influenced by agents external to the primitive inhabitants and who were able to lead, in a great way, their socio-cultural aspects. To demarcate the territory occupied by the main contiguous municipalities in the region, we propose the toponymy Triângulo Oeste Maranhense, seeking to characterize a way of identifying the geographical and socio-cultural aspects.

Keywords: Territory. Territorialities. West Triangle of Maranhão. Socio-economics and cultural aspects.

RESUMEN: Los enfoques sobre el territorio han llamado la atención de los académicos con un enfoque en las dimensiones adecuadas de acuerdo con sus niveles de compromiso. En este trabajo, se presenta una caracterización del territorio y territorialidades en el abordaje de los aspectos históricos, geográficos, socioeconómicos y culturales del extremo occidental del estado de Maranhão, en la región "Bico do Papagaio". Considerando que se trata de un estudio teórico, se utilizó el método de investigación bibliográfica, que proporcionó el marco teórico para las experiencias previas de los autores en el área de estudio. Los resultados mostraron que el territorio del extremo occidental de Maranhão tiene una historia de ocupación y evolución territorial fuertemente influenciada por agentes externos a los habitantes primitivos y que fueron capaces de influir, de gran manera, en los aspectos socioculturales que practicaban. Con el fin de demarcar el territorio que ocupan los principales municipios contiguos de la región, se propone la toponimia Triângulo Oeste Maranhense, con el fin de caracterizar los aspectos geográficos y socioculturales.

Palabras clave: Territorio. Territorialidades. Triângulo Oeste de Maranhense. Aspectos socioeconómicos y culturales.

INTRODUÇÃO

No planejamento e execução do ordenamento territorial, bem como na delimitação de diversos arranjos espaciais, os aspectos de relevância são de origem política, econômica, fisiográfica e cultural, que têm como agentes de mobilização o poder estatal, o capital e em alguns casos a sociedade civil organizada, todos agindo sobre o espaço a partir de demandas de escalas local, nacional ou global (FERREIRA, OLIVEIRA, VIEIRA, 2012).

O território brasileiro se erigiu sobre interesses comerciais, principalmente entre Portugal e Espanha, mesmo antes da chegada do navegador português em abril de 1500, quando da instituição do Tratado de Tordesilhas (1494), renegociado pelo Tratado de Madri (1750) com o princípio do *Uti Possidetis* (ESPÓSITO NETO, 2015).

A divisão do território maranhense seguiu o padrão diversificado e, por vezes, belicoso que ocorreu no Brasil. A criação do estado do Maranhão Colonial, desmembrado do Estado do Brasil, deu origem às Capitanias do Maranhão e Grão-Pará, com a sede em São Luís, mais tarde nomeadas Grão-Pará e Maranhão, com sede em Belém. Foi um dos modelos de divisão territorial que privilegiou a preocupação com soberania sobre o território (GADELHA, 2002).

Neste estudo, aborda-se a formação socioespacial, o território e as territorialidades, da região localizada no extremo oeste do estado do Maranhão, conhecida pelo zootopônimo Bico do Papagaio, numa perspectiva histórica de sua conformação, incluindo situações que desconsideraram alguns dos propósitos que caracterizam os arranjos espaciais modernos, tendo como motivação aspectos inerentes aos poderes político e eclesiástico, vigentes na época.

A ocupação da área estudada sofreu influência das frentes de ocupação litorânea e do interior, tratadas por Ferreira, Oliveira, Vieira (2012), com processos de ocupação que, na maioria das vezes, sobrepujaram os interesses dos migrantes sobre os nativos, transformando hábitos e costumes e estabelecendo hierarquias, com a caracterização dos migrantes como dominadores.

Para o desenvolvimento deste trabalho, foram utilizados como metodologia o levantamento e análise de publicações nacionais e estrangeiras, que contribuíram para o alcance dos objetivos, relativamente ao objeto investigado, e dados estatísticos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Trata-se de estudo teórico, de caráter descritivo/analítico, em que se aborda o conteúdo de maneira fundamentada, com articulação vinculada a diversos grupos e movimentos sociais e culturais, a fim de conceber as territorialidades descritas na região estudada. O artigo foi estruturado em itens e subitens, com Território, Territorialidade, Supraterritorialidade, Regionalização, Desterritorialização, Limites e Fronteiras.

Buscou-se evidenciar, através dos aspectos históricos, como o território e as territorialidades se configuram neste espaço geográfico, propondo-se uma nova toponímia para a região: Triângulo Oeste Maranhense, na tentativa de associar o espaço a um reconhecimento quanto a sua importância local e regional, mas mantendo a vinculação identitária ao estado do Maranhão que, de fato, alberga.

O TERRITÓRIO E SUA DEFINIÇÃO

O território teve seu conceito proposto no final do século XIX por Ratzel, geógrafo e geopolítico alemão que tinha como objetivo intentar uma perspectiva voltada à formação dos Estados-nação. Somente nos anos de 1970, com Gottmann (2012 *apud* FUINI, 2017), a definição de território foi conectada entre espaço e política. Decorrido cerca de um século, na década de 1980, o conteúdo vinculou-se à divisão territorial do trabalho, às sociedades territorializadas e aos movimentos sociais, com a promoção de um olhar versátil, voltado ao contexto socioeconômico.

Inicialmente concebido por termos como “espaço”, “meio”, “habitat”, “paisagem” e “lugar”, conforme entendimento de Immanuel Kant, Alexander von Humboldt e Karl Ritter, com Friedrich Ratzel tem-se a mudança de entendimento conceitual e o território passa a ocupar a centralidade no discurso geográfico moderno. No percurso da geografia política ratzeliana, o território é fundamental e como um corpo do Estado, todavia registra-se certa confusão de seu conceito com o solo, seus recursos naturais, e que pode ser passível de domínio, proteção, portando-se como um espaço vital e que figuraria até como a forma de progresso de um povo.

Para Ratzel (1990), o sentido de território englobaria também a superfície terrestre pertencente a um grupo e que lhe confere identidade, aproximando, assim, a ideia de território biológico à de Estado, para fins fortemente ligados à apropriação do solo e de seus recursos naturais.

Por volta dos anos 1970, há o surgimento de posicionamentos contrários a essa concepção de território, uma vez que se passa a configurar o balizamento da compreensão das relações de poder territorializadas e de suas múltiplas territorialidades, com influência marcante das manifestações culturais.

No Brasil, conforme Silveira (2011, p. 06), tem-se uma evolução do conceito de território sustentado em dois basilares:

a) como elemento simbólico da construção do Estado e sua unidade político-administrativa pelo viés autoritário de territorialização para a modernidade e; b) pela consciência da territorialidade como peça fundamental para a conquista da cidadania e construção da nação que perpassa os movimentos sociais e políticos no país.

Após pontuar o conhecimento acerca da definição de território, faz-se necessário o entendimento das diversas obras e coletâneas que passam a fundamentar o tema do território baseado nas territorialidades e seus aspectos contemporâneos.

Territorialidade

O conceito de território aglutinou mudanças, ao longo de seu percurso, devido à crise das metanarrativas e dos discursos tradicionais que motivaram a construção de identidades territoriais mais fluidas, tanto individuais quanto de influência cultural. Isso ocasionou uma ruptura nas ciências humanas por questionar a ideia de progresso e evolução regular e ilimitada do conhecimento científico, como no entendimento de Fuini em que o termo “território” adquiriu novos significados com a influência de movimentos históricos – o positivismo e o marxismo na pós-modernidade, em uma nova perspectiva espacial que ocasionou a superação do espaço morto, fixo e inerte por um mais dinâmico e fluido (CLAVAL, 2014 *apud* FUINI, 2017).

Apesar das críticas a uma definição mais arraigada ao antropocentrismo e como o homem interfere e modifica o seu redor, o que aproxima as abordagens territoriais pós-modernas ou contemporâneas é a ideia de que os sujeitos sociais intervêm, constroem, ressignificam, disputam seus territórios e essa luta é muito mais abrangente que somente no campo jurídico-político ou econômico, mas engloba também o campo cultural, com sua linguagem, discurso e representação em projetos variados de desenvolvimento.

Consoante Fuini (2017), o território, na perspectiva pós-moderna, está em construção, gerando diversos posicionamentos quanto à sua definição. Contudo a similaridade é percebida na abordagem comum de aspectos humanísticos, culturalistas, da vivência no espaço; a reestruturação dos Estados-territoriais, com nova visão, qual seja, a valorização da autonomia e emancipação política, econômica e cultural dos povos e seus movimentos sociais.

Sack (1986 *apud* KAROL, 2009) conceitua territorialidade como: a tentativa, por um indivíduo ou um grupo, de atingir, influenciar ou controlar pessoas, fenômenos e relacionamentos através da delimitação e afirmação do controle sobre uma área geográfica. Segundo este autor, a delimitação num espaço ou num mapa somente origina um território quando “suas fronteiras são utilizadas para afetar o comportamento social”. Logo, para Sack, territorialidade se relacionaria com a área, comunicação (fronteiras) e controle.

Badie (1995 *apud* Fuini 2017) pontua que, na atualidade, há um quantitativo de relações identitárias, pluralismos, inclusive étnico-culturais, o que reforça o entendimento de que o conceito de território perpassa um processo histórico.

Por final, Paula *et al.* (2017) define a territorialidade como ponto de congruência de

relações de poder, econômicas, políticas e culturais, as interações e as redes delas resultantes, as práticas, a organização política, as técnicas e tecnologias, além das relações de pertencimento e identidade dos indivíduos que convivem num território. As territorialidades cotidianas é que assentam práticas e projetos que contribuem mais, ou menos, para o desenvolvimento territorial, sustentável ambientalmente, inclusivo socialmente e viável economicamente, o que é o desejável.

Bonnemaison (1999 *apud* FUINI, 2017) já possui o entendimento de que territorialidade tem o condão de preservação cultural, um lugar de interação dos homens, sua cultura, seus itinerários, isto é, uma extensão de sua identidade, simbolismos, seja por motivação religiosa, política, seja pelo pertencimento a um grupo social.

Supraterritorialidade

Santos (1999), argumenta que, a partir da globalização fortemente implementada, surge para os Estados, a necessidade de, possivelmente, ter de reestruturar o espaço geográfico, tanto nos aspectos sociais como nos financeiros.

Dallabrida (2017) observa que as dinâmicas são supraterritoriais quando ultrapassam o aspecto socioeconômico, mas também vislumbra se há a melhoria da qualidade de vida da população.

Assim, essa autonomia e poder da sociedade civil de medir, influenciar e até mesmo determinar a agenda, o que é relevante globalmente, promoveu um pluralismo em vez de um identitarismo unitário político. Por isso, vê-se múltiplas identidades, pautadas na solidariedade de classe, fé, gênero e raça.

Outrossim, tem-se repercussões voltadas para uma governança multilateral, uma reconstrução de identidades coletivas, da cidadania, uma progressão de participação democrática, com massiva inserção popular. Assumindo conotação de caráter puramente linguístico, região seria todo e qualquer espaço que detém capacidade territorial.

Regionalização e desterritorialização

No Brasil, país de extensão continental, com território extremamente diverso, foram criadas as regiões para melhor entender os espaços e atender suas demandas. Logo, as regiões seriam as circunscrições administrativas estaduais; cada Estado correspondendo a uma região.

Conforme discriminação estatística federal, foram institucionalizadas as microrregiões, unidades de território que correspondem a mais de dois estados.

Quanto ao conceito de desterritorialização, tem-se em Deleuze e Guattari (2004) o entendimento de que os controles sociais e políticos, contemporaneamente, têm de lidar com a crescente mobilidade de ir e vir dos territórios. Contudo, uma definição mais palpável de desterritorialização é apresentada por PAULA *et al.* (2017), nomeando os espaços “onde os grupos sociais desenvolvem estratégias distintas para produzir, controlar e manter um novo território e novas territorialidades, como fruto da imbricação entre as velhas e as novas territorialidades”.

Os processos de desterritorialização configuram-se como a perda do território tanto em seu aspecto material quanto simbólico, pois é neste recorte do espaço que a natureza e as variadas culturas se intercambiam e são ressignificadas. Contudo, sabe-se que as ideias

contidas nos propósitos da conservação muitas vezes contrastam com as das populações inseridas no interior e entorno desses espaços e acabam resultando em processos de desterritorialização e conflitos, pois são criadas novas entidades territoriais e regras sobre o uso desses locais. Isso ocorre sobretudo nos países periféricos, devido à capacidade limitada da maioria dos governos em impor os regulamentos existentes.

LIMITES E FRONTEIRAS

Cabe destacar que o estabelecimento de limites e fronteiras se constitui além de procedimentos de delimitação de espaço, mesmo nos casos de utilização de sistemas GNSS (Global Navigation Satellite System) e de outras tecnologias avançadas. Para facilitar tal entendimento na delimitação dos territórios, tem-se que considerar a dimensão do imponderável, como, por exemplo, em querelas advindas de fontes incongruentes que podem estar atendendo a anseios de forças hegemônicas, quer sejam interesses privados ou do Estado.

De acordo com Limonad (2004), o território tem a ver com particularidades de dominação, e sua acepção é interpretada nos aspectos jurídico e político, uma vez que tem conotação no sentido de limitar a liberdade de ir e vir, o que pode causar medo e terror. Nesse contexto, ao tratar de território/terra, não é possível afirmar que a análise seja válida com a leitura terra/território, uma vez que os termos e suas acepções não se configuram como sinônimos.

Sobre o território, Fuini (2017) sustenta que para o agronegócio é a terra, portanto, impregnada de uma certa simbologia, já, para os camponeses, a terra é território, mas não somente, pois o sentido de território vai além das delimitações da terra.

Conforme Bonnemaision (1999 *apud* FUINI, 2017) é nesse contexto que surgem as noções de fronteiras, asseverando tratar-se “da história política entre Estados nacionais e do limite de soberania de um poder central e [...] trata do vivido e das interações entre populações em zonas fronteiriças”. Muitos conceitos emergiram quando do tratamento de fronteiras, tendo sido adaptados com o tempo, recebendo contribuições de novos autores, sobretudo da Geografia, considerando mais que o espaço físico, principalmente, as relações que as sociedades estabelecem com este espaço.

Em seu estudo, Fuini (2017) destaca as contribuições de Ratzel (1990) que considera a fronteira uma espécie de órgão periférico do Estado, salientando que as cidades são fronteiras, e o traçado geodésico tipo linha, classifica-as em três tipos: Política, que se subdividem em simples, dupla, fechada, descontínua, deficiente e elástica; Naturais, subdivididas em marcos físicos, boas e más (no contexto de proteção e defesa militar); Artificiais, que seriam as demarcadas.

O conceito de território está associado à categoria poder, não somente ao poder no sentido concreto de dominar e impor, mas também ao poder simbólico, associado ao uso de grupos a partir de espaço de vivência.

METODOLOGIA

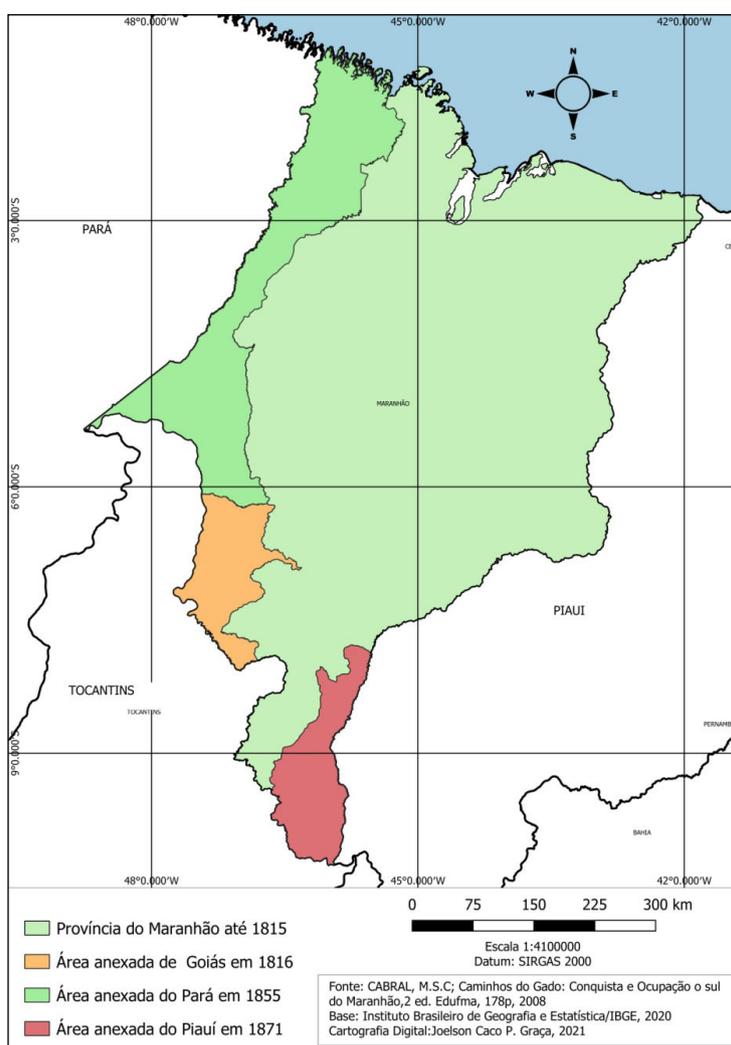
Esta pesquisa foi desenvolvida com orientação da abordagem qualitativa aplicada à análise de referencial bibliográfico a partir de produções acadêmicas e técnicas, com o intuito de contribuir para elucidação dos temas e objeto investigado, levando em consideração também a vertente sociológica-cultural e interdisciplinar necessária; além de coleta de dados em sites específicos atualizados, detentores dos índices.

As experiências pessoais dos autores na Região do Triângulo Oeste Maranhense despertaram o interesse pela pesquisa. Por fim, os dados cartográficos foram adquiridos junto ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, e adaptados em ambiente SIG, com uso de software QGis, 3.10.

RESULTADOS e DISCUSSÕES

O histórico evolutivo do extremo oeste maranhense

O Maranhão teve sua origem associada à colonização portuguesa, sendo ocupado por franceses e holandeses e, por duas vezes, recuperado até a consolidação do domínio lusitano, passando por uma série de conformações em seu território até a forma atual, consolidada em meados do século XIX. A alternância de comandos das províncias vizinhas pela Coroa Portuguesa seguiu, de certa forma, a mesma linha de organização do território no início do século XVII, sendo estas as províncias de Goiás, Pará e Piauí (Figura 1).



Fonte: Dados da pesquisa.

Figura 1. Evolução do território do Maranhão no século XIX.

Cabral (2008) contribui com esta abordagem ao esclarecer que, através de Resolução Régia de 1816, a margem direita do rio Tocantins foi desanexada de Goiás e passou ao Maranhão; em 9 de julho do mesmo ano, o Auto de Demarcação, fixou como limites entre os estados os rios Manoel Alves Grande e Tocantins. Na época, os limites sem marcos físicos naturais levavam em conta as áreas das freguesias, que tinham posições geográficas hipotéticas. Em meados do século XIX, o Maranhão tinha parte de seu território oeste atual sob o domínio do Pará, como salienta Carvalho (2000, p. 165):

Em 1850 sabia-se que a delimitação Pará/Maranhão, na costa nas proximidades do Oceano Atlântico era pelo riacho Turiaçu que “tem as cabeceiras sumidas na mata, entre o Pindaré e o Gurupi”, circunstâncias desconhecidas naquela época. Da cabeceira do Turiaçu uma linha reta leste – oeste até o Tocantins, era a delimitação fixada no papel.

A falta de um marco físico mais concreto para estabelecimento de limites precisos entre as províncias do Pará e Maranhão foi um dos motivos para o surgimento do principal município da região sudoeste do estado: Imperatriz. Foi fundada inicialmente como Vila de Santa Tereza de Imperatriz pelo Frei Manoel Procópio do Coração de Maria, em 1852, cumprindo determinação do governador da província do Pará.

Com o problema de limites entre ambos os estados, o Frei buscou uma área alta e com vegetação arbórea, encontrando-a logo acima da foz do rio Tocantins em uma área de “campos falsos”, de transição entre a floresta densa do bioma amazônico e a vegetação mais arbustiva do cerrado.

A Lei nº 639, de 12 de junho 1852, estabeleceu o rio Gurupi como limite entre os estados do Maranhão e Pará, de sua foz até a nascente, e depois uma linha reta leste-oeste traçada até a foz do rio Tocantins (COLEÇÃO LEIS DO IMPÉRIO, 1808-1889). Com esta nova conformação, constatou-se que a vila fundada por frei Manoel pertencia ao Maranhão.

O território conhecido como Alto Parnaíba, antes denominado Vitória do Alto Parnaíba, foi incorporado à Província do Maranhão no ano de 1871 através de lei provincial, por ocasião do desmembramento desta área do município piauiense de Paranaguá e passou a compor o território do município de Loreto no Maranhão (MARQUES, 1970).

As questões territoriais do sudoeste do estado estão associadas às dificuldades de estabelecimento de limites com os estados do Pará, ao predomínio de Goiás (Tocantins atual) e a sua forma de ocupação, sendo esta última desencadeada, em sua maior parte, pela corrente pastoril baiana, conforme destaque de Cabral (2008, p. 78):

O devassamento do Parnaíba foi um trampolim para a penetração pelos amplos campos sul-maranhenses que representavam um convite à expansão pecuária extensiva e itinerante. Bastava ultrapassar o rio e disputá-las com os indígenas, para tê-los nas mãos.

O território da antiga Colônia Militar de Santa Tereza do Tocantins, depois Vila Nova de Imperatriz, mais tarde simplesmente Imperatriz, está distribuído em 15 municípios (IBGE, 2019), conforme os seguintes anos de criação: Açailândia (1981), Buritirana (1994), Cidelândia (1994), Davinópolis (1994), Governador Edson Lobão (1994), Imperatriz (1856), Itinga do Maranhão (1994), João Lisboa, Lajeado Novo (1994), Montes Altos

(1955), Ribamar Fiquene (1994), São Francisco do Brejão (1994), São Pedro da Água Branca (1994), Senador La Rocque (1994) e Vila Nova dos Martírios (1994).

Atualmente, a formação territorial da região reflete muito dos agentes construtores de sua formação socioespacial, que origina de grandes projetos como metalúrgicos e minerais, produção de celulose e agronegócio, que promoveram um novo movimento migratório, haja vista a presença dos “gaúchos”, remodelando as feições do terreno com o monocultivo.

Todos os grandes projetos no território foram planejados e implantados considerando a malha de transporte. Na estrutura rodoviária, destacam-se as rodovias federais BR-010, BR-222 e estaduais MA-125, MA-122, MA-280 (DNIT, 2007). A estrutura ferroviária é composta de duas malhas, sendo estas: Estrada de Ferro Carajás, que atende projetos de mineração, sendo facilitada pela localização geográfica em relação a mina de Carajás no Pará, opera no transporte de cargas e de pessoas, proporcionando mobilidade interestadual e intermunicipal aos usuários; e a Ferrovia Norte-Sul, que atualmente é utilizada somente para transporte de minério de ferro e manganês (PNL, 2018).

A “Rodovia Belém-Brasília” e o impacto no extremo oeste do maranhense

A construção da rodovia, conhecida como BR-014, BR-010, Belém-Brasília, pensada como parte do projeto de “integração nacional”, teve impactos determinantes no processo de construção social e econômica da região localizada no extremo oeste do estado. A obra consubstanciou-se e um marco de “domesticação” da natureza amazônica, que impunha grandes dificuldades logísticas, e exigia conhecimentos operacionais relativos a ambientes de difícil acesso e adaptação.

Para Pádua (2000), o projeto de integrar a região amazônica, capitaneado por Juscelino Kubitschek, era tratado desde os tempos ditatoriais com discursos que se referiam à Amazônia como um lugar a ser “desbravado”. Desde a primeira metade do século, o pensamento integrador estava em voga. Em 1934, o Governo Revolucionário promulgou o Plano Geral de Viação, com a publicação do Decreto nº 24.497/34 que considerava a ligação norte-sul do país a base do traçado da Rodovia Transbrasiliana, conduzindo Belém/PA a Livramento/RS, atravessando o Maranhão, Goiás, Minas Gerais, São Paulo, Paraná e Santa Catarina, num traçado de aproximadamente 6.000 quilômetros.

Conforme Moraes (2002), a implantação de projetos nacionais configura-se em aporte para crescimento (quase sempre desordenado) de espaços marginais, durante e após o processo, trazendo consigo a busca de valorização que cunham territórios como enclaves da modernização capitalista. A região oeste do Maranhão, cujas feições fisiográficas são amazônicas, assim como a maioria das áreas periféricas do estado, eram submetidas a processos de apropriação e transformação, que pouco de dava de forma organizada e planejada.

As operações da construção da rodovia BR-010, em território maranhense, no final da década de 1950, tiveram o município de Imperatriz como ponto de apoio. Na época, os limites territoriais de Imperatriz extrapolavam os atuais, e foi no trecho de obras da rodovia, em área que atualmente pertence ao município de Açailândia, onde ocorreu um dos episódios trágicos associados à construção da rodovia causando forte impacto: a morte do Engenheiro Bernardo Sayão Carvalho da Silva.

No dia 15 de janeiro de 1959, quinze dias antes do encontro das frentes de construção da rodovia oriundas do Norte e do Sul, ocorreu o falecimento de Bernardo Sayão. Intitulado “O bandeirante do século XX”, o boletim da NOVACAP (1959, p. 02) noticia:

Precisamente às 19 horas e 30 minutos do dia 15 pelo corrente mês, na localidade de Açailândia, no Estado do Maranhão, morreu o engenheiro Bernardo Sayão Carvalho Araújo, vítima dum galho de gigantesca árvore, caído sobre êle, na abertura da rodovia Brasília-Belém, no trecho entre Imperatriz e Guamá. O infausto se deu no local onde, 15 dias depois, a primeiro de fevereiro próximo, encontrar-se-iam as turmas de trabalho do Maranhão e do Pará.

Segundo Valverde (1967), o território do atual município de Açailândia era ocupado por uma “população rural densa e miserável, distribuída em habitat disperso, nucleando-se, vez em quando, em *Strassendörfer* (Vila de casas que ladeia uma rua)” (Figura 2).



Fonte: R. Mazzolla (10/8/1965).

Figura 2. Açailândia: *Strassendörfer* na Belém-Brasília, ao norte de Imperatriz, 1965.

As turmas de trabalho que formavam as frentes de construção da rodoviária precisavam edificar bases de apoio para operações logísticas, repouso, alimentação e planejamento da obra, sendo a localidade de Açailândia uma das que possuíam destaque.

As frentes de ocupação do estado tiveram sua origem associada a várias regiões do país e por motivos diversos, sendo a região do extremo oeste associada à expansão pecuária e retirantes da seca nordestina, conhecidos como frente pastoril e corrente nordestina (TROVÃO, 2008).

O incremento de ocupação no extremo oeste do estado, ocorrido durante e após a implantação da rodovia, devido à grande quantidade de imigrantes em busca de colocação profissional na obra, deu origem a áreas formadas por grupos culturalmente distintos, que precisavam interagir, emergindo a singularidade local que pluraliza costumes. Neste particular, Valverde (1967, p. 183) assevera:

Antes da abertura da BR-14, essas terras de matas estavam praticamente vazias, pois aos rudes fazendeiros, que aí criavam gado à solta, interessavam apenas as terras de campo; nas matas se faziam apenas pequenas roças de subsistência. A rodovia, dando acesso aos mercados, valorizou as matas. Uma vigorosa corrente de povoamento afluíu rápida para essas áreas, constituída de lavradores pobres

e sem terras, vindos do Sertão do Nordeste, do Maranhão e Piauí. Por seu lado, fazendeiros de Goiás, de Minas e de outros Estados procuraram assegurar-se de grandes áreas nessas ricas terras para estabelecer suas invernadas.

Observa-se que o processo migratório teve o poder de segregar em grupos de muitos comandados, formados por alguns comandantes. Essa relação extrapola o vínculo profissional e influência a cultura promovendo territorialização de uma sobre outra, baseada no poder, com prevalência dos princípios culturais dos que mandam.

A Mesorregião Diferenciada do Bico do Papagaio- MDBP

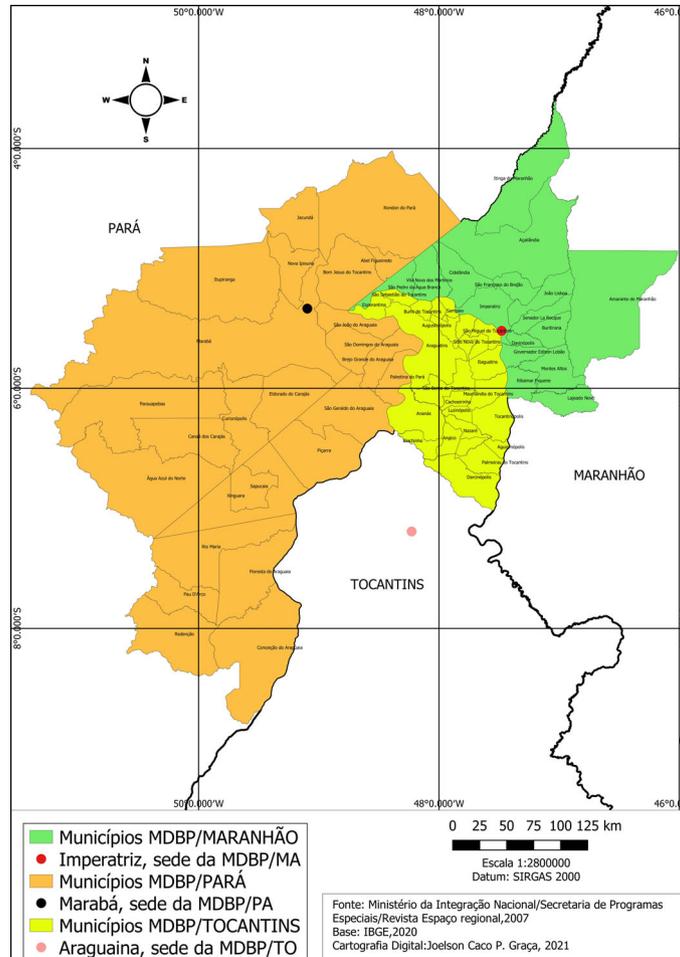
Os interesses de diversos agentes sobre determinados segmentos do espaço provocam intervenções que os recortam e remodelam, e nesse sentido a regionalização possui caráter de investigação (HAESBAERT, 1997).

Santos (1999) salienta que essa individualização (regionalização) é, muitas vezes, ferramenta indispensável para se compreender as generalidades de determinada porção do espaço. Na retaguarda das intenções, estão atores que trabalham em nome do estado, do capital e da sociedade, estabelecendo recortes e regionalizações, que têm por objetivo entender como funciona a dinâmica geográfica de determinado espaço. Vale destacar que o conceito de região se coaduna com uma perspectiva de criação histórica, com estudos e aplicações teórico-metodológicas complexas, enquanto a regionalização se relaciona com aspectos de planejamento econômico e político.

Sob esta lógica, Limonad (2004) assevera que “uma regionalização pode fundamentar uma reflexão teórica ou atender uma prática de planejamento ou por propostas de desenvolvimento regional”. Convém salientar que o modelo de regionalização adotado à época atendia aos propósitos metodológicos do planejamento regional.

Considerando a sentença referida, uma determinada área pode apresentar diversas conformações regionais e, dependendo do interesse de quem regionaliza, a questão é se estas conformações podem exercer influência, negativa ou positiva, no sentido de pertencimento da sociedade que nela se reproduz, e se esse sentido é coerente com as características do espaço, por exemplo, numa perspectiva geográfica.

Conforme Vasconcelos e Antonello (2020), foi nessa perspectiva a proposta de criação das Mesorregiões Diferenciadas em 2003, tendo sua efetiva institucionalização em 2007, por meio do Decreto de Lei nº 6.047 (BRASIL, 2003), da Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR), cujo objetivo era atenuar e corrigir desigualdades regionais, com a criação das Mesorregiões Diferenciadas (MD) (. A ação visava à organização social dos atores regionais com base nos arranjos produtivos locais (APL), incrementando a geração de emprego e renda. Nesse contexto, foi criada a Mesorregião Diferenciada do Bico do Papagaio (MDBP) (Figura 3).



Fonte: Dados da pesquisa.

Figura 3. Mesorregião Diferenciada do Bico do Papagaio.

O Programa de Promoção da Sustentabilidade de Espaços Sub-regionais – PROMESO, conduzido pela Secretaria de Programas Regionais, do Ministério da Integração Nacional, tem por objetivo valorizar ações que têm origem a partir de iniciativas de forças sociais, que se organizam em subespaços e que foram denominadas mesorregiões diferenciadas, em um total de treze: Alto Solimões (AM), Vale do Rio Acre (AC/AM), Bico do Papagaio (MA/PA/TO), Chapada das Mangabeiras (MA/PI/TO), Chapada do Araripe (CE/PE/PI), Xingó (AL/BA/CE/PI), Vales do Jequitinhonha e do Mucuri (BA/ES/MG), Itabapoana (ES/MG/RJ), Vale do Ribeira/Guaraqueçaba (PR/SP), Águas Emendadas (GO/MG), Grande Fronteira do Mercosul (PR/RS/SC), Metade sul do Rio Grande do Sul (RS) e Seridó (PB/RN). Elas se configurariam como a escala territorial preferencial para implementação de políticas públicas e desenvolvimento regional por parte do governo federal (BRASIL, 2007).

As áreas eleitas como prioritárias para essa proposta precisavam estar em consonância como os indicadores de renda per capita e de variação do produto interno bruto em nível de microrregião, conforme os parâmetros de Região Norte do Brasil. Dessa forma, foram criadas quatro categorias microrregionais, sendo elas: de alta renda, dinâmica, estagnadas e de baixa renda.

Triângulo Oeste Maranhense: uma proposta

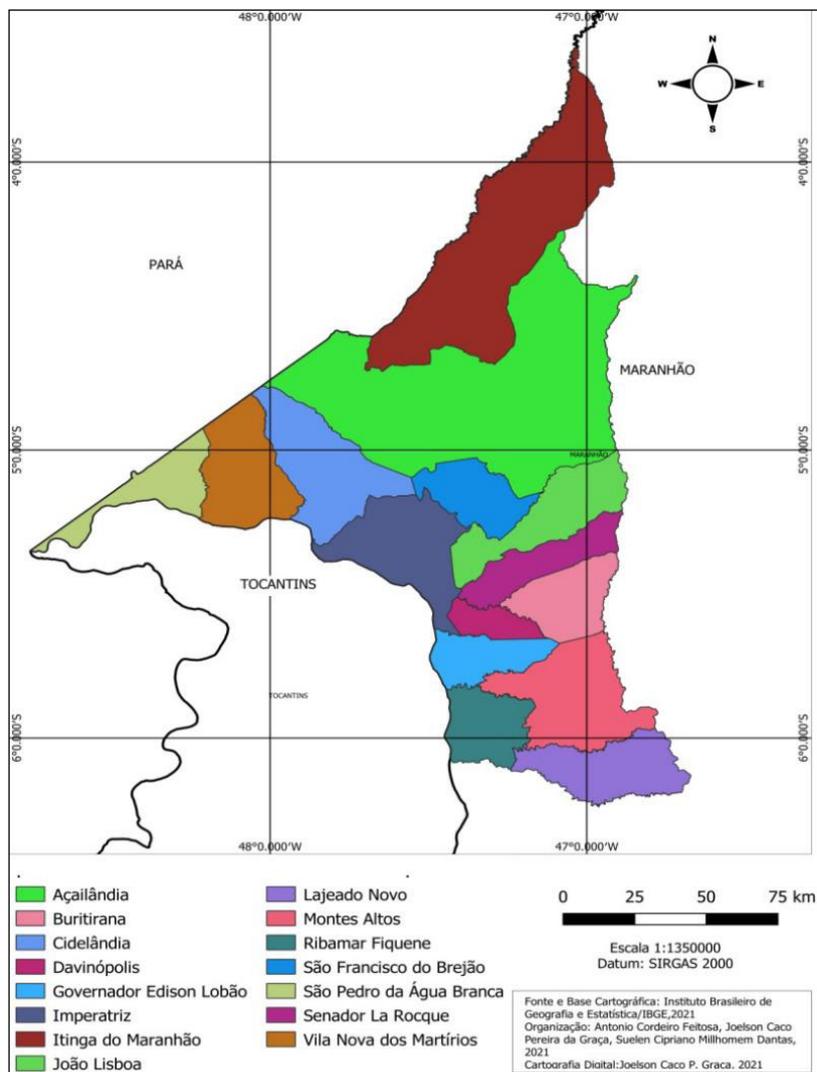
Conforme já abordado em itens anteriores, a perspectiva de Fuini (2017) estabelece que a percepção de vivência, valorizando a cultura, se configura como uma perspectiva pós-moderna e ainda está em construção. Por mais que o espaço seja rotulado, sua situação, potencialidades e manifestações mostram a sua real característica e, por que não dizer, identidade.

As diversas frentes de ocupação do extremo oeste do estado do Maranhão abriram muitas possibilidades aos aspectos multiculturais. Associado a esse fator, com a construção da rodovia 010, abriu-se passagem para que fossem observadas e cobiçadas as potencialidades que os aspectos geográficos inerentes à área, dentre eles o clima, o solo, a vegetação, a hidrografia e a topografia, ofereciam como possibilidade.

Nomeada também como Região Tocantina, com alusão ao rio Tocantins, a referência ao hidrotônimo (ANDRADE, 2006), acaba por confundir quem se interessa por sua localização, situação geográfica e seus limites, além da referência de forma natural ao estado vizinho do Tocantins.

A Região possui perspectiva espacial abrangente, cujos limites não são perceptíveis pelo senso comum e extrapolam qualquer uma das conformações territoriais existentes, fortemente marcada pelo estigma de tragédias (guerrilhas do Araguaia-Tocantins, massacre de Eldorado Carajás, além de outros conflitos registrados na memória de sua população, principalmente). A região, formada por 15 municípios que tiveram origem no desmembramento do território de Imperatriz, possui um formato peculiar de triângulo (Figura 4).

A proximidade com os estados vizinhos, manifestada na semelhança herdada (absorvida) de costumes e hábitos, a falta de ligação maior com a capital do Estado, principalmente devido à distância, falta de infraestrutura viária até meados do século XX e os limites impostos pelo meio físico, são observadas quando os moradores locais precisavam de serviços dos grandes centros, na maioria das vezes, optando por Anápolis, Belém ou Goiânia.



Fonte: Dados da pesquisa.

Figura 4. Triângulo Oeste Maranhense.

Considerando a configuração territorial da região, bem como seu protagonismo atribuído aos recursos naturais, às características socioeconômicas, à miscigenação cultural e à importância para o estado do Maranhão, propõe-se que seja reconhecida como Triângulo Oeste Maranhense.

Aspectos de territorialidade na região do Triângulo Oeste Maranhense

Apesar dos registros sobre a região estudada remontarem ao Período Colonial, até meados do século XX, seu povoamento denunciava a condição de vazio demográfico em face da baixa densidade demográfica, tendo a maior parte de seus povoados localizados próximos a rios e regiões de atividade mineradora, desenvolvendo atividades marcadas pelo extrativismo.

A primeira iniciativa para integralizar a região da Floresta Amazônica à cena nacional e torná-la economicamente ativa foi implementada a partir do ano de 1938, com a influência do governo de Getúlio Vargas, de cuja política agrária restaram os primeiros

conflitos pela terra, favorecendo, obviamente, aqueles que detinham mais recursos e prestígio político, que se tornaram grandes proprietários.

Tendo em vista a vastidão do território amazônico, o governo não tinha capacidade de gerir todas as entradas e os posseiros. Buscando melhores condições de vida, foram se apropriando de pequenos terrenos. Na atualidade, esta condição ainda é motivo de grandes embates agrários, que possuem como pano de fundo a estrutura fundiária e a condição geográfica favorável, representada pelo clima, hidrografia, solo, vegetação e topografia.

As condições geográficas que caracterizam a região, assim como a própria conformação socioespacial, possui contribuições dos biomas Amazônia e Cerrado, com uma condição climática, base estrutural dando origem a solos com potencial para a produção agrícola, relevo e hidrografia, associados à infraestrutura viária disponibilizada a partir da construção das rodovias BR 010 e BR 222. As ferrovias Carajás e Norte-Sul passaram a atrair grandes empreendimentos industriais, comerciais e do agronegócio, como soja, milho, pecuária bovina, suína, aviária e outros. Os hábitos alimentares expressam a influência dos povos originários indígenas presentes na região (Gamela, Krikati); e de paraenses, goianos e imigrantes de outras regiões do Brasil, incorporando práticas culturais e festividades que resgatavam festas de quadrilhas juninas com bastante gastronomia goiana, e eventos do agronegócio como feiras e exposições agropecuárias marcadas por cavalgadas, vaquejadas e shows de grandes artistas, destacando-se a *Expoimp* no mês de julho, na cidade de Imperatriz.

Tais eventos culminaram com o aumento da circulação de mercadorias; prestação de serviços; estabelecimento de comércio varejista e atacadista das mais variadas transações e produtos; bem como progressão sucessiva de efeitos negativos, crimes por conflitos agrários; violência urbana e doméstica; roubos; furtos; aumento de natalidade; proliferação de doenças; numa região com o mínimo de urbanização, estrutura sanitária e ordem.

Contudo, percebe-se que o ato de regionalização no Triângulo origina um resgate do debate sobre o papel do Estado. Os projetos implantados ou próximos disso são pensados de forma equivocada e permanecem não atendendo as reais necessidades da população, que continua apresentando as mesmas adversidades experimentadas desde o ápice de seu desenvolvimento (1970).

De forma embrionária, há, no Estado do Tocantins, o Plano de Desenvolvimento Sustentável (PDS), no sentido de implementar na região políticas que visem diminuir as desigualdades e modifiquem a paupérrima condição de renda da população do Bico do Papagaio/Triângulo Oeste Maranhense. Para tanto, uma das estratégias a modificar tal estrutura é entender a região por meio de sua história, à luz da regionalização e relações de ocupação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tendo como objetivo abordar a formação do território e as territorialidades da região do extremo oeste maranhense, considerou-se oportuna a proposta de uma denominação mais apropriada à região outrora conhecida como Bico do Papagaio. Para tanto, foi realizada exaustiva pesquisa e análise de referencial teórico, qualitativo, quantitativo cotejados com outros elementos que embasassem tal modificação.

A metodologia consistiu em busca de fundamentação teórica, representações espaciais locais mais atualizadas, tanto cartográficas quanto simbólicas, evidenciando uma nova forma de olhar para a região, por suas territorialidades, mediante a referência

aos contextos socioeconômicos; culturais; de conflitos pela posse da terra; concentração de poder; geração de renda; fatos históricos, substituição e modernização dos meios de produção, dentre outros eventos relevantes.

Por fim, essa pesquisa também tem o condão de atualizar os registros já existentes e sugerir uma nova denominação e maneira de olhar para uma região com grande potencial natural e socioeconômico, fortemente influenciada do ponto de vista social pela diversidade dos seus imigrantes, e que deve ser melhor gerida para que as futuras gerações também possam conhecê-la e dela usufruir de modo mais sustentável.

REFERÊNCIAS

- ANDRADE, K. dos S. **Atlas toponímico de origem indígena do estado do Tocantins**. 2006. 210 p. Tese (Doutorado) - FFLCH/USP, São Paulo, 2006.
- BRASIL. **Decreto de Lei nº 6.047, de 22 de fevereiro de 2007**. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Regional. Brasília, 2007. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br>. Acesso em: 10 set. 2019.
- BRASIL. Ministério da Integração Nacional. Secretaria de Programas Regionais. **Revista Espaço Regional**, Brasília: SPR, ano 1, n. 1, ed. 2, jul. 2007.
- BRASIL. Ministério da Integração Nacional, **Relatório Anual de Avaliação – PPA - 2000 /2003, Exercício 2002**, Brasília: MIT, 2003.
- CABRAL, M. do S. C. **Caminhos do Gado: conquista e ocupação do sul do Maranhão**. 2. ed. São Luís: Edufma, 2008.
- CARVALHO, C. **O sertão: subsídios para a história e a geografia do Brasil**. 2. ed. Imperatriz: Ética, 2000.
- DALLABRIDA, V. R. **Teorias do desenvolvimento: aproximações teóricas que tentam explicar as possibilidades e desafios quanto ao desenvolvimento de lugares, regiões, territórios ou países**. Curitiba: Editora CRV, 2017.
- DELEUZE, G.; GUATTARI, F. **O anti-édipo: o capitalismo e esquizofrenia**. Tradução de Joana Moraes Varela e Manuel Maria Carrilho. Lisboa: Assírio e Alvim, 2004.
- DNIT. Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes. **DNIT**, 2007 Disponível em: <http://www.dnit.gov.br/rodovias/condicoes/rs.htm>. Acesso em: 13 maio 2021.
- ESPÓSITO NETO, T. A evolução da questão de limites nas relações entre Brasil e Paraguai de 1822 a 1864: da independência à guerra. *In*: PRADO, H. S. de A.; ESPÓSITO NETO, T. (org.). **Fronteiras e relações internacionais**. Curitiba: Editora Ithala, 2015. v. 1. p. 239-267.
- FERREIRA, W. R.; OLIVEIRA, F. F. de; VIEIRA, A. dos S. V. Constituição e evolução das redes de transportes no Triângulo Mineiro: territórios, territorialidades e influência de atores hegemônicos. **Geographical Journal: Geosciences and Humanities Research Medium**, Ituiutaba, v. 3, n. 2, p. 250-266, jul./dez., 2012.
- FUINI, L. L. Território, territorialidades e suas multiplicidades: um ensaio sobre a transição. **Revista Orbis Latina**, Foz do Iguaçu, v. 7, n. 3; ed. especial, jul. 2017.
- GADELHA, R. M. A. F. Conquista e ocupação da Amazônia: a fronteira Norte do Brasil. **Estudos Avançados**, São Paulo: USP, v. 16, n. 45, maio/ago, 2002.
- HAESBAERT, R. **Des-territorialização e identidade: a rede “gaúcha” no Nordeste**. Niterói: EDUFF, 1997.
- IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Malha territorial**. Rio de Janeiro: IBGE, 2019.

- LIMONAD, E. Brasil, século XXI, regionalizar para que? Para quem? *In*: LIMONAD, E.; HAESBAERT, R.; MORIEIRA, R. (org.). **Brasil século XXI: por uma nova regionalização?** Agentes, processos e escalas. Rio de Janeiro, 2004.
- KAROL, E. As noções de territorialidade e supraterritorialidade: fragmentos de um debate. **Vozes em Diálogo** (CEH/UERJ). Rio de Janeiro, n. 4, jul.-dez., 2009.
- MARQUES, C. A. **Dicionário histórico e geográfico da província do Maranhão**. 2. ed. Rio de Janeiro: Seleta e Fon-Fon, 1970.
- MORAES, A. C. **Território e história no Brasil**. São Paulo: Hucitec/Anna Blume, 2002.
- NOVACAP. **Revista da Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil**, v. 3, n. 25, jan. 1959. Disponível em: <http://biblioteca.cl.df.gov.br/dspace/handle/123456789/425>. Acesso em: 20 abr. 2021.
- PÁDUA, J. A. Biosfera, história e conjuntura na análise da questão amazônica. *História, Ciências, Saúde. Manguinhos*, v. 6 (suplemento), set. 2000.
- PAULA, A. E. H.; SPOSITO, E. S.; PIRES, E. L. S.; MELLO, M. C. O.; SAQUET, M. A. O conceito de território e suas múltiplas interpretações: geografia brasileira e (pós) modernidade. *In*: SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE ESTUDOS TERRITORIAIS (SIET), 1.; SEMINÁRIO ESTADUAL DE ESTUDOS TERRITORIAIS (SEET), 9., 2017, Foz do Iguaçu. **Anais [...]**. Foz do Iguaçu: UNIOESTE, 2017.
- PNL. Plano Nacional de Logística – 2025. **Relatório executivo 2018**. 2018. Disponível em: <https://www.epl.gov.br/html/objects/>. Acesso em: 26 maio 2021.
- RATZEL, F. Geografia do homem (Antropogeografia). *In*: MORAES, A. C. R. (org.). **Ratzel**. São Paulo: Ática, 1990. p. 32-107.
- SANTOS, M. **Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico informacional**. São Paulo: HUCITEC, 1999.
- SILVEIRA, M. L. Território usado: dinâmicas de especialização, dinâmicas de diversidade. **Ciência Geográfica**, Bauru, v. 15, n. 1, p. 4-12, 2011.
- TROVÃO, J. R. **O processo de ocupação do território maranhense**. São Luís: IMESC, 2008.
- VASCONCELOS, L. H. C.; ANTONELLO, I. T. National policy for regional development in southwestern Parana. *Mercator, Fortaleza*, v. 19, oct. 2020. Disponível em: <http://www.mercator.ufc.br/mercator/article/view/e19025b>. Acesso em: 28 abr. 2021.
- VALVERDE, O.; DIAS, C. V. **A rodovia Belém-Brasília: estudo de geografia regional**. Rio de Janeiro: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia, 1967.

TERRITÓRIOS EPISTÊMICOS: O SABER E O FAZER DO NEGRO NO LIVRO DIDÁTICO

EPISTEMIC TERRITORIES: THE KNOWLEDGE AND DOING
OF BLACK PEOPLE IN THE TEXTBOOK

TERRITORIOS EPISTEMICOS: EL CONOCIMIENTO Y EL HACER
DE LOS NEGROS EN EL LIBRO DE TEXTO

Erick Ângelo Reis Rosa¹
Rakell Rays dos Anjos Alves²

RESUMO: Este trabalho busca analisar a presença dos corpos negros, na sua complexidade, em uma coleção de livros didáticos que foram usados nas escolas públicas do Estado do Maranhão, para isso nos apoiamos na premissa de que o livro é uma técnica, e como tal, ocupa e fala sobre um determinado território epistemológico, que pode contribuir fortemente para a manutenção de ideologias dominantes de caráter opressor e do recalque psicológico. Para isso laçamos nossos olhares em torno das perspectivas das epistemologias do sul e de um pensamento de descolonização dos sujeitos, para avaliarmos a presença da população negra nessas ferramentas didáticas e pedagógicas, na perspectiva de construção de em um horizonte de transformações para a superação e destruição do racismo.

Palavras-chave: Currículo. Livro didático. Geografia. Técnica.

ABSTRACT: This work seeks to analyze the presence of black bodies, in their complexity, in a collection of textbooks that were used in public schools in the State of Maranhão, for this we rely on the premise that the book is a technique, and as such, occupies and talks about a certain epistemological territory, which can contribute strongly to the maintenance of dominant ideologies of an oppressive character and psychological repression. For that, we focus our views around the perspectives of southern epistemologies and a thought of decolonization of the subjects, in order to evaluate the presence of the black population

1 Graduado em Licenciatura Interdisciplinar em Estudos Africanos e Afro-brasileiros pela Universidade Federal do Maranhão (UFMA). Mestrando pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais (PPGCSOC - UFMA) Integra o Grupo de Pesquisa em Religião e Cultura Popular (GPMINA), compõe o Núcleo de Estudo, pesquisa e extensão sobre África e o Sul Global (NEAFRICA). E-mail: erickreis.ar@gmail.com.
2 Graduada em Licenciatura plena em História pela Universidade Estadual do Maranhão (UEMA), graduanda em Licenciatura Interdisciplinar em Estudos Africanos e Afro-brasileiros pela Universidade Federal do Maranhão (UFMA). Integrante do Grupo de estudos sobre Feminismos Negros - Marielle Franco. E-mail: rakellrays@hotmail.com.

Artigo recebido em abril de 2021 e aceito para publicação em setembro de 2021.

in these didactic and pedagogical tools, in the perspective of building a horizon of transformations for overcoming and destroying of racism.

Keywords: Resume. Textbook. Geography. Technique.

RESUMEN: Este trabajo busca analizar la presencia de cuerpos negros, en su complejidad, en una colección de libros de texto que fueron utilizados en escuelas públicas del Estado de Maranhão, para ello partimos de la premisa de que el libro es una técnica, y como tal, ocupa y habla de un determinado territorio epistemológico, que puede contribuir fuertemente al mantenimiento de ideologías dominantes de carácter opresivo y represivo psicológico. Para ello, enfocamos nuestra mirada en torno a las perspectivas de las epistemologías sureñas y un pensamiento de descolonización de los sujetos, con el fin de evaluar la presencia de la población negra en estas herramientas didácticas y pedagógicas, en la perspectiva de construir un horizonte de transformaciones para la superación. y destrucción del racismo.

Palavras chave: Reanudar. Livro de texto. Geografia. Técnica.

INTRODUÇÃO

O processo de colonização deixou profundas marcas na construção das sociedades que se formaram a partir da expansão dos reinos europeus no século XV e XVI ao ultramar, o colonialismo enquanto um sistema chega ao fim por não mais se sustentar nas perspectivas do capitalismo que se consolidava enquanto sistema dominante, porém a colonialidade fruto desses desenlaces se concretiza cotidianamente enquanto forma de dominação e fragmentação do sujeitos, das culturas e das sociedades que se colocam enquanto rebeldes as lógicas do capital.

Nesse sentido, são várias as formas de dominação e de perpetuação de uma lógica social e de construção ontológica das pessoas, individualmente e coletivamente. Esses mecanismos são construídos na medida em que a complexidade da sociedade capitalista avança, para isso são necessários criar novos aportes que possam assegurar as correntes que apertam grilhões materiais e abstratos dos sujeitos.

Dito isto, ressaltamos que para isso há sempre um elemento constitutivo da sociedade capitalista que é acionado: a violência. Esse elemento se faz presente desde as premissas filosóficas etnocêntricas de compreensão do OUTRO, enquanto inferior e não como sujeito si, e o EU eurocentrado como o fruto da civilização e da vida perfeita, essa violência se estende ao longo processo de extermínio dos povos originários no que conhecemos hoje como continente americano, perpassando por toda a lógica de escravidão e usurpação dos territórios, saberes e práticas dos povos tradicionais de cada espaço invadido.

Para Hall (2013), esses elementos são constitutivos no processo diaspórico forçado de diversas sociedades africanas arrancadas de seus territórios, fragmentadas e espalhadas em terras distintas.

Essa violência se configura, na sociedade capitalista moderna, através de várias facetas, onde pode se apresentar na forma mais crua através das ondas fascistas e genocidas, ou de maneira mais fina e aguda, atravessando psicologicamente os sujeitos inferiorizados com a ideologia dominante do capitalismo e da branquitude. Nesse cenário os povos originários, indígenas, africanos e asiáticos são transpassados pelas mais diversas formas de estereótipo e violência.

O processo educacional não ficaria de fora, uma vez que, a educação como está colocada serve como um espaço de manutenção das ideologias dominantes, porém é um espaço em disputa, os currículos são os *locus* que devem ser redefinidos para a construção de uma educação que possa ser libertária e dignificante.

Nosso olhar corre na mesma direção que Sacristán (2000, p. 129, grifos do autor)

[...] O currículo pé um âmbito de interação no qual se entrecruzam processos, agentes e âmbitos diversos que, num verdadeiro e complexo social, dão significado prático e real ao mesmo. Somente no marco de todas essas interações podemos chegar a captar seu valor real, daí que é imprescindível um *enfoque processual* para entender a dinâmica que dá significado e valores específicos a um currículo concreto [...]. este não existe a margem das circunstâncias contextuais que o moldam, o que se pede é um marco conceitual apropriado que dê razão de tal realidade. O que é o currículo real na prática? O que resulta dessas interações.

Segundo o autor o currículo real é aquele que é gerado a partir das somas das realidades vivenciadas fora do currículo oficial, sendo assim, os currículos oficiais devem ser construídos a partir das realidades que a comunidade escolar vive em seu cotidiano sem, contudo, abandonar os elementos teóricos e conceituais que dão sentido e reflexão aos currículos.

Para Rafael Sanzio (ARAÚJO DOS SANTOS, 2008, p. 174)

Entendemos que um currículo deve ter a premissa de ser dinâmico para que possa adaptar-se às transformações pelas quais a sociedade passa, ou seja, para que um currículo seja eficiente é necessário que ele preconize a formação e atualização sistemático do professor.

É nessa perspectiva que se insere nosso trabalho se propor a realizar uma análise de um conjunto de livros didáticos trabalhados no ensino fundamental maior na rede estadual de ensino, pois consideramos que os territórios epistemológicos, esse chão de onde brota o inço, que mantem as práticas materiais e imateriais de violência, precisa ser arado e semeado por novas mãos e ideias.

Dessa forma, dividimos nosso trabalho em dois tópicos: o primeiro que busca situar nossa produção, nosso território epistemológico e de como falamos. O segundo tópica buscar apresentar o material analisado através das iconografias presentes na coleção “Expedições Geográficas”, ao mesmo tempo operamos nosso corte epistemológico, por fim apresentamos nossas considerações, onde no desenlace deste trabalho afirmamos nossa insatisfação com o material utilizado, apontando a necessidade de serem realizadas revisões onde de fato possam apresentar a contribuição da população negra: com seus saberes, suas cosmologias, apreensão do território, suas relações com a paisagem e com meios.

TERRENO E TERRITÓRIO EPISTEMOLÓGICO

Neste tópico nossa premissa está assentada nos questionamentos acerca da compreensão sobre os terrenos (chão) e territórios epistemológicos, que por alguns momentos podem denotar apenas como um campo de estudos e investigação da filosofia, porém se colocam como um campo aberto e frutífero para compreender de onde realmente

falamos e vivemos, ou melhor, como somos com o mundo – e se nosso intento é orientado pela visão de que somos com o mundo, só somos porque altearmos as relações sociais, com a natureza, com o espaço, com o território físico e abstrato.

O terreno epistêmico o compreendemos como o chão do qual pisamos e de onde emanamos nossos diferentes olhares sobre a construção do conhecimento e daquilo que dizemos que é fruto do conhecimento gerado. Esse chão é uma permanente construção que se dá pelas mãos de homens e mulheres ao longo da história.

De acordo com Santos (2010, p. 15)

Epistemologia é toda noção ou ideia, refletida ou não, sobre as condições do que conta como conhecimento válido. É por via do conhecimento válido que dada experiência social se torna intencional e inteligível. Não há, pois, conhecimento sem atores e práticas sociais. E como umas e outros não existem senão no interior das relações sociais, diferentes tipos de relações sociais podem dar origem a diferentes epistemologias.

Dito isto, essas diferentes epistemologias entram em contato e conflito, de diferentes maneiras: com choques grandes e que podem causar rupturas, ou de maneira mais branda, onde interagem, mas não deixam de estar em conflito. Mas, afinal, o que nos interessa saber sobre a construção das epistemologias? Nos é pertinente compreender não somente saber o que sabemos, mas como sabemos e porque o sabemos da forma que compreendemos, pois não existe *construto* social que não seja materializado a partir das práticas sociais dos sujeitos reais.

Esse chão ao qual pisamos e de onde plantamos e colhemos diferentes concepções sobre ser e estar com o mundo é que vamos chamar de terreno epistêmico. É o conjunto de conhecimentos que sustentam com vemos, interpretamos e escrevemos o mundo, as relações sociais, as produções científicas e os objetos materializados da produção de conhecimento – em nosso caso de análise, os livros didáticos.

Segundo o teólogo e educador popular Leonardo Boff, a construção das lutas sociais e das ideias de conhecimentos que as orientam devem partir das realidades em que vivenciam os sujeitos minorizados pelas ideologias dominantes e colonizadoras, e se traduz na seguinte máxima “a cabeça pensa onde os pés pisam” tão usadas na Educação Popular e Educação do Campo.

O que isso nos quer dizer na construção de nosso terreno epistemológico? Para nosso chão, representa que os conhecimentos que nos conduzem fazem parte de longo processo de lutas contra o escamoteamento de saberes e conhecimentos dos povos originários, ancestrais e dos povos das águas, florestas e do campo. Nosso chão é direcionando pelas plantas que os pés pisam.

Segundo Santos (2010, p. 16-17)

De facto, sob o pretexto da ‘missão colonizadora’, o projeto de colonização procurou homogeneizar o mundo, obliterando as diferenças culturais (Meneses, 2007). Com isso, desperdiçou-se muita experiência social e reduziu-se a diversidade epistemológica, cultural e política do mundo. Na medida em que se sobreviveram, essas experiências e essa diversidade foram submetidas à norma epistemológica dominante: como matéria-prima para o avanço do conhecimento científico; como instrumentos de governo indireto, inculcado nos povos e práticas dominadas a ilusão credível de serem autogovernados.

Sobre isso Ramose (2010, p. 153). diz que

O colonialismo, nas suas várias metamorfoses, e antes da globalização econômica, neoliberal, foi muito além da destruição metafórica de fronteiras, sustentando direito aos novos territórios recém-adquiridos a partir do muito questionável 'direito da conquista', a colonização aboliu a maior parte das fronteiras existentes fora da Europa (2010, p. 153).

Destarte, apontar de onde falamos não é somente apresentar nosso terreno epistemológico, mas antes de tudo, se coloca como fundamental para as críticas que fazemos e os caminhos que orientamos. No interim das manifestações físicas desses terrenos estão os livros didáticos e os materiais voltados para o ensino-aprendizado, e os vemos assim como aponta Milton Santos (2004, p. 29), quanto sua definição de técnica.

É por demais sabido que a principal forma de relação entre o homem e a natureza, ou melhor, entre o homem e o meio, é dada pela técnica. As técnicas são um conjunto de meios instrumentais e sociais, com os quais o homem realiza sua vida, produz e, ao mesmo tempo, cria espaço. Essa forma de ver a técnica não é, todavia, completamente explorada.

Nesse sentido, o livro didático é uma técnica que se encontra transpassado por concepções sobre o conhecimento a ser abordado, produzido e/ou reproduzido nos espaços escolares formais e informais, e nesse sentido está inculcado pelas epistemes dominantes. Nesse sentido surge nosso intento de analisar esses, partindo de terreno e território epistemológico.

Para nós esse território parte da seguinte definição de Milton Santos (1978) “a utilização do território pelo povo cria o espaço”. São diferentes os espaços criados a partir e com o território, não pretendemos alargar esse conceito, pois acreditamos que ao longo da definição de território realizada pelo professor Milton Santos, compreendemos que esse território que se transforma com as relações humanas, se configurando reconfigurando em diferentes gradações é pertinente para nós.

Concordamos com Saquat e Silva (2008, p. 31-32) ao afirmarem que o território é

imutável em seus limites e apresentando mudanças ao longo da história, o território antecede o espaço. Já o espaço geográfico é mais amplo e complexo, entendido como um sistema indissociável de sistemas de objetos e ações, em que a instância social é uma expressão concreta e histórica. O território é um conceito subjacente em sua elaboração teórico-metodológica e representa um dado fixo, delimitado, uma área.

E continuam,

o território pode ser considerado como delimitado, construído e desconstruído por relações de poder que envolvem uma gama muito grande de atores que territorializam suas ações com o passar do tempo. No entanto, a delimitação pode não ocorrer de maneira precisa, pode ser irregular e mudar historicamente, bem como acontecer uma diversificação das relações sociais num jogo de poder cada vez mais complexo.

Destarte, é necessário que reterritorializarmos nossos conhecimentos e saberes, construindo terrenos epistemológicos em possam caber os fazeres, saberes e os seres que a colonialidade, o eurocentrismo e a prática imperialista, tentou e tenta acabar, num processo de construção de uma história única e homogênea de saberes concentrados em um único centro geográfico.

É através desse largo processo de produção do conhecimento o empreendimento ocidental/eurocêntrico de colonização e modernidade se deu através da violência física, simbiótica e epistemológica, não podemos negar que essas raízes se encontram entranhadas nas mais profundas formas de conhecer e ser no mundo, ao qual chamamos de colonialidade.

Para Aníbal Quijano (2010, p. 84)

A colonialidade é um dos elementos constitutivos e específicos do padrão mundial do poder capitalista. Sustenta-se na imposição de uma classificação racial/étnica da população do mundo como pedra angular do referido padrão de poder e opera em cada um dos planos, meios e dimensões, materiais e subjetivos, da existência social quotidiana e da escalada societal. Origina-se e mundializa-se a partir da América.

Essa colonialidade permanece quanto um elemento central no processo de domínio e controle do poder, do ser e do saber, ao mesmo tempo que se coloca como peça fundamental para a manutenção das relações de domínio e controle por parte das burguesias e classes dominantes, pois o controle não se dá somente de forma direta e ao estalar dos chicotes, mas se configura também pelo domínio das mentalidades, dos corpos e das configurações geoculturais.

Segundo Paul Gilroy (2012, p. 16)

Devemos reconsiderar as possibilidades de escrever relatos não centrados na Europa sobre como as culturas dissidentes da modernidade do Atlântico negro têm desenvolvido e modificado este mundo fragmentado, contribuindo amplamente para a saúde de nosso planeta e para as suas aspirações democráticas.

Quijano (2010) afirma que esses processos acima citados são orientados sobre tudo pela classificação social universal do mundo capitalista pelas identidades raciais, que em primeiro momento se externaliza pela tez da pele, e mais tarde acrescentado a isso características fenotípicas “como forma da cara, o tamanho do crânio e a forma e o tamanho do nariz”. Dessa forma, cria-se uma gradação entre branco e o negro constituindo-se assim uma escola entre o superior (branco) e o negro (inferior), essa gradação constitui a classificação social/racial que orienta todas as relações sociais, culturais, econômicas, científicas e de espaço, dentro do capitalismo.

SABERES ARRAIGADOS

Neste *tópico* iremos nos deter na análise da coleção “Expedições Geográficas”, do componente curricular Geografia. Esse material, referente ao triênio 2017-2019, se direciona para alunos do Fundamental II (6º ao 9º ano) e está sendo adotado pela

Unidade de Ensino Básico “Antônio Vieira”, localizada no Jardim São Cristóvão, São Luís, Maranhão e segue as instruções definidas pelo vínculo Plano Nacional do Livro e material Didático (PNLD) - escola pública municipal.

A editora do material didático é o gigantesco empreendimento da ed. MODERNA. Seus autores são Melhem Adas e Sérgio Adas. Nossa prática metodológica consistiu em analisar as representações de África, dos africanos e dos afrodescendentes, todas as obras considerando as informações escritas ao longo dos textos, Box, atividades e as iconografias que ilustravam as páginas.

Consideramos a imagem é um importante recurso para o ensino na disciplina de geografia por necessitar apresentar aspectos naturais das diversas regiões do planeta, características de seu povo cultura, clima e etc. A leitura de imagens torna a apresentação viável.

A coleção composta por 4 livros, e editada em 2015, tem no seu acervo imagens instigantes que nos deram contribuições para uma análise crítica das representações de África no livro didático de Geografia. A iconografia como fundamento de ensino, desenvolve a função de englobar conceitos sobre temas diversos, pois estabelece estratégias para a construção de conhecimento. Na análise feita consideramos alguns fatores, primeiramente que os livros didáticos estão inseridos numa política educacional que atende a um mercado de produção, e são elaborados pelo PNLD e pauta o que deve ser ensinado.

As três obras iniciais (6º, 7º e 8º) nos propomos a fazer uma análise bem abrangente, visto que o Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) de Geografia não indica a existência direta de conteúdos referentes ao continente africano. No entanto, nossa curiosidade com relação à existência de alguma representação desses grupos nos provocou a escolher essa forma de análise.

No caso do livro do 9º ano há uma Unidade específica acerca do continente africano e dos africanos. O único ano ao qual o PCN faz essa indicação direta de abordagem. Nessa obra, nos detemos apenas nesse capítulo específico, visto não prolongar demais o extenso trabalho que nos propomos a fazer.

Expedições geográficas: 6º ano

O material didático do 6º ano não possui nenhum tema específico sobre o continente africano expresso no sumário. Contudo, encontramos algumas informações, escritas e imagéticas, referente aos grupos específicos que nos propomos a analisar.

Na Unidade 1, designada “Orientação e Localização” encontramos o “BOX: Estação História – *Rali Paris-Dacar e o GPS*” (p. 39). No qual representa a imagem do deserto do Saara, localizado na África Ocidental e cita/localiza (no texto e em mapa) os países Costa do Marfim, Líbia, Argélia, Níger, Mali, Marrocos, Mauritânia, Senegal, com uma questão interpretativa.

Na Unidade 2 (Cartografia) não identificamos nenhuma informação. Na 3ª Unidade (A Terra: aspectos físicos) deparamo-nos com o BOX: Encontro – *Os iorubas e o Tempo*” (p. 87). Há um texto, uma imagem e duas questões, que versam sobre a relação do cotidiano dos Candomblés que se utilizam de diversos elementos da cultura iorubá, inclusive são influenciados quanto à medição de tempo.

Acreditamos que essa proposta de atividade é muito importante para a desmistificação e o conhecimento das práticas dos afrodescendentes no Brasil. Mas, infelizmente sabemos que um exercício como esse sofreria, e sofre a resistência de alunos e professores que relutam em trabalhar aspectos atrelados a religiões de matriz africanas. Apesar disso, nos felicita a existência dessa atividade.

No Capítulo 4 (Relevo continental: agentes internos) ao se referir as Placas tectônicas há um destaque aos Oásis e ao Deserto africano, especificamente da Líbia e no Marrocos (p. 147-148) e no fim do Percurso 17 e 18 encontramos nas Atividades uma questão atrelada ao Egito e rio Nilo (p. 153)

A Unidade 5 (Relevo continental: agentes externos) não contempla nenhum dos grupos focos da nossa proposta. Na 6ª Unidade (Clima e vegetação natural) nos deparamos com a uma abordagem referente à Floresta do Congo e com uma foto da Savana (figura 20, p. 191). E no fim dos Percursos 23 e 24 uma questão com uma imagem de savana e uma leoa (p. 203)

No Capítulo 7 (Extratativismo) no corpo do texto contido no BOX: “*Mochila de Ferramenta*” cita a Quênia como potencial produtor de energia geotérmica (p. 253). E por fim a última Unidade (8- Indústria, sociedade e espaço) não possibilitou nenhum acréscimo a nossa proposta.

Ao analisarmos as iconografias e as informações que se reportam ao continente africano, infelizmente, não conseguimos perceber a “diversidade” existente nesse continente. Pois, a maioria das informações (ilustradas e escritas) se restringe a flora e fauna do deserto e da savana. As atividades identificadas ajudam a reforçar essas “informações restritas”, ao longo dos exercícios de fixação, encontrados ao fim das unidades.

Expedições geográficas: 7º ano

O livro do 7º ano, seguindo a estrutura da coleção, possui 8 Unidades, e cada unidade é subdividida em Percursos. Na 1ª Unidade (Território), não identificamos nenhuma referência a África, aos africanos e aos afrodescendentes.

Na 2ª Unidade no Percurso 5 (Brasil: distribuição e crescimento da população (p. 44-51) identificamos no subtema “O crescimento da população brasileira- imigração” um parágrafo que destaca a imigração africana da seguinte forma:

Entre os imigrantes que entraram no Brasil, devemos distinguir os que vieram de maneira forçada, como os africanos, trazidos como escravos, e os imigrantes livres ou espontâneos. Nesse grupo, os que mais se destacaram quantitativamente foram os portugueses, italianos (figura 2), espanhóis, alemães e japoneses (ADAS; ADAS, 2015b, p. 47).

Logo ao lado há exposta uma foto de imigrantes italianos, aportando em São Paulo em 1957. E o texto continua afirmando que

Além desses povos, os sírios, libaneses, poloneses, ucranianos, holandeses, coreanos e chineses também contribuíram para a formação da população brasileira. Nas últimas décadas, o Brasil tem recebido grande número de migrantes nigerianos, angolanos e bolivianos (ADAS; ADAS, 2015b, p. 47).

O texto pede para que o leitor “Observe a contribuição da imigração para o crescimento populacional do Brasil na figura 3. Entre 1887 e 1930 entraram no Brasil cerca de 3,8 milhões de imigrantes, o que contribuiu para o crescimento populacional do país.” (ADAS; ADAS, 2015b, p. 47). Junto ao gráfico há a seguinte questão: “Analise o gráfico e aponte quando ocorreu o maior pico de imigração n Brasil?” (ADAS; ADAS, 2015b, p. 47).

A tabela dá destaque a alguns momentos históricos como a Abolição da escravidão (1888), a Primeira Guerra Mundial (1914-1918), a Crise econômica Mundial (1929), entre outros. Os autores orientam o olhar do leitor para os anos de 1887 – 1930 e não o relacionam esse período com o primeiro fato histórico sinalizado (Abolição da escravidão-1888). Nos saltam aos olhos a ocorrência de não haver nenhuma menção a política de branqueamento da população brasileira que estava em voga no final do séc. XIX, pois

O projeto de colonização promovido por meio da imigração europeia previa, além do estabelecimento de núcleos europeus em terras brasileiras, a difusão de padrões comportamentais e valores culturais julgados “civilizadores”. Entretanto, esse projeto tinha o intento de garantir o controle social e a dominação sobre os segmentos populares. Além disso, previa que a vinda de imigrantes de origem anglo-germânica favorecia a inserção de indivíduos possuidores de qualidades positivas e benéficas à sociedade brasileira, capazes de melhorar e aperfeiçoar os hábitos, costumes e práticas cotidianas, bem como promover o branqueamento da população livre e pobre, fruto da mistura das raças que aqui vivem (REIS; ANDRADE, 2021, p. 08).

Baseados nas ideias de eugenia que surgiram na Europa do século XIX, principalmente de Arthur de Gobineau, o governo de Dom Pedro II Incentivou a vinda de europeus para o Brasil, como mão-de-obra livre, assalariada. A ideia geral, apoiada pela elite e pelos intelectuais da época era da superioridade dos brancos sobre as outras raças. Por esse motivo não houve nenhuma preocupação em integrar o negro recém-liberto na sociedade de classe, ou incentivar as imigrações de povos asiáticos.

Estes últimos, segundo os estudos de Fulgêncio (2014), eram proibidos de migrarem para o Brasil pelo Decreto nº 528, de 1890. Após a Lei 97, de 1892, autorizou-se a entrada desses grupos, mas com significativas ponderações. Não poderiam ser indigentes, mendigos, terem cometido algum crime, serem piratas, etc. O governo brasileiro providenciou que empresas contratassem essas mãos de obra dos imigrantes, visto que mesmo sendo uma “raça inferior” eram excelentes trabalhadores.

Acreditamos que os acréscimos dessas informações ao se referir ao crescimento populacional brasileiro, por meio da imigração, possibilitariam alcançar de modo mais satisfatório os objetivos da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), visto que

aplicando procedimentos de pesquisa e análise das informações geográficas, os alunos podem reconhecer: a desigualdade dos usos dos recursos naturais pela população mundial; o impacto da distribuição territorial em disputas geopolíticas; e a desigualdade socioeconômica da população mundial em diferentes contextos urbanos e rurais. Desse modo, a aprendizagem da Geografia favorece o reconhecimento da diversidade étnico-racial e das diferenças dos grupos sociais, com base em princípios éticos (respeito à diversidade e combate ao preconceito e à violência de qualquer natureza) (BRASIL, 2018, p. 359).

Na página 51 há um Box sobre a Mortalidade infantil. O texto não faz referência direta ao continente africano, ou ao seu povo. Apenas o gráfico mundial, destaca os locais com maior ou menor taxa de mortalidade infantil e os países africanos se destacam nas taxas negativas.

No capítulo 2 intitulado “População” encontramos o Percurso 7 (População e trabalho: mulheres, crianças e idosos) e o Percurso 8 (Brasil: a diversidade cultural e os afro-brasileiros).

Ao se debruçar durante 3 páginas na desigualdade entre Mulheres e Homens no mercado de trabalho, na desigualdade de rendimentos e nos indicadores educacionais, apresentam o relevante avanço feminino nessas áreas. Contudo, os 4 gráficos utilizados como fonte de análise, que contribuem para essa conclusão, não incluem a categoria “raça”. Essa mesma estrutura identificamos no Infográfico “Mulheres no setor de serviços do Sudeste” (ADAS; ADAS, 2015b, p. 198-199). Não diferenciam a renda do “homem branco” para a renda do “homem negro”, e mesmo as arrecadações da “mulher branca” frente à da “mulher negra”. Esta, que nos índices com recorte racial, facilmente seria um argumento relevante para questionar qual o tipo de igualdade que se buscas e se os caminhos escolhidos para alcançar a igualdade de gênero contemplam a TODAS as mulheres.

O Percurso 8, com o total de 5 páginas, que se dedicam a apresentar informações sobre a contribuição dos diversos grupos étnicos formadores da população brasileira, dá ênfase aos africanos e os negros no Brasil.

Destaca os negros traficados para o nosso país a partir do séc. XVI (Sudaneses, bantos e guineenses-sudaneses islamizados - p. 67) apresentando um mapa (Figura 24) na qual destaca os principais portos do Brasil que receberam as “mercadorias humanas” africanas. Assim como destaca os locais de maior intensidade dos envios a partir do continente africano. Informa que esses povos “apresentavam diferentes tradições, crenças e tecnologias, o que contribuiu para a formação cultural e econômica brasileira” (ADAS; ADAS, 2015b, p. 67). Contudo, não cita mais informações sobre quais contribuições foram essas. Ficamos apenas com os singelos exemplos da abertura no Percurso, no caso, a influência com as palavras mocambo, cafuné, fubá e berimbau.

Na página 68, no sub tópico “A escravidão” apresentam a estimativa de traficados, cita a constância dos mortos durante a travessia e dos mortos durante as resistências. Exibe uma imagem com a seguinte legenda: “**Figura 25.** *Aplicação do castigo do açoite (1834), gravura de Jean-Baptiste Debret (1768-1848), pintor e desenhista francês que retratou a sociedade brasileira no início do século XIX.*” (ADAS; ADAS, 2015b, p. 68).

A imagem, tão presente no livro didático apresenta um homem negro açoitando outro homem negro, que está em pé preso ao tronco com as calças abaixo do joelho, outros dois homens negros ao chão e uma diversificada população negra assistindo ao castigo imprimido. Apenas um rosto de um soldado branco em meio aos corpos negros da cena. Corpos inertes e melancólicos, cabeças cabisbaixas, olhares para o chão. O único que expressão ter ação e fervor é o acoitador. O negro que está com uma corrente que prende seu pé direito e se estende até a cintura. Logo atrás de si, no chão há uma diversidade de chicotes, expostos possivelmente para variar na intensidade e profundidade do castigo.

Detemo-nos na análise desta imagem, pois ela é a única, ao longo das 5 páginas, que se dedicam a população afro-brasileira e negra, a representar corpos negros. A única imagem, com sujeitos negros melancólicos, inertes, sofredores, a partir da representação de um artista branco do século XIX.

Nos tópicos seguintes há a narração das formas de resistência dessa população negra, as injustiças socioeconômicas e raciais que afligiram essa população desde a travessia forçada. Contudo, o discurso de avanços e lutas não encontra eco nas imagens. Os gráficos foram os escolhidos para representar essas conquistas. Nada de corpos negros ativos, sujeitos negros e negras felizes, expressando satisfação, cor, olhares esperançosos, ou algo semelhante.

Ao lado desse tópico há a indicação do livro “Uma história da cultura afro-brasileira” de Walter Fraga e Wlamyra Albuquerque. O livro informa que “a obra revela aspectos da história e da geografia africanas e trata das influências desse continente sobre o Brasil” (ADAS; ADAS, 2015b, p. 68). A obra faz parte de uma das publicações da Editora Moderna, a mesma que produz o livro didático.

Em seguida, o subtópico sobre o Censo do IBGE destaca as porcentagens da população no quesito cor de pele, usando os dados do Censo demográfico de 2010 e para legitimar a necessidade desses índices afirma que

“esse tipo de informação continua sendo levantado em estudos estatísticos não por uma posição racista ou preconceituosa por parte dos institutos de pesquisa, mas para avaliar a condição social das famílias e pessoas segundo a cor, considerando que em nossa história as elites dirigentes, de modo geral, não tiveram a preocupação e ações voltadas para melhorar as condições de vida de grupos menos favorecidos socialmente, como indígenas e negros. Por isso, essas informações podem dar apoio às políticas públicas que buscam reduzir, de maneira eficaz, as desigualdades sociais no país.” (ADAS; ADAS, 2015b, p. 68)

Esse trecho é bem significativo, pois apresenta de forma direta e numa linguagem simples argumentos consistentes para a justificativa da importância das políticas públicas tão necessárias para diversos grupos sociorraciais excluídos. Direitos que são constantemente questionados e atacados, assim como os sujeitos que levantam essas bandeiras. Essa narrativa se torna ainda mais relevante ao apresentar os fatores históricos e econômicos que influenciam e contribuem para a situação atual da maioria da população.

No sub tópico 4 “Os afrodescendentes no Brasil atual”, se detém nas informações acerca das comunidades remanescentes de quilombos; das Desigualdades entre negros e não-negros; nos movimentos dos afro-brasileiros e nas Ações Afirmativas.

Ao se referir as comunidades remanescentes de quilombos afirma que “são comunidades formadas por descendentes de negros africanos escravizados que fugiram das fazendas de açúcar, de café, da atividade mineradora e de outras a partir do século XVII. Eles se autodenominam quilombolas”. (ADAS; ADAS, 2015b, p. 69). Continua destacado que “essas comunidades persistiram e são encontradas em praticamente todos os Estados brasileiros (figura 27); durante muito tempo ficaram desconhecidas e isoladas. Com a Constituição Brasileira de 1988, que concedeu aos quilombolas o direito à propriedade de suas terras e à manutenção de suas culturas, essas comunidades ganharam mais visibilidade na sociedade brasileira.” (ADAS; ADAS, 2015b, p. 69).

Essas informações podem possibilitar leituras restritas das comunidades quilombolas, visto que, o conceito de comunidade quilombola expresso no material didático se baseia na concepção das autoridades coloniais portuguesas de meados do século XVIII, para os quais a reunião de cinco ou mais negros fugidos reunidos, no mato, mesmo sem nenhum tipo de construção configuravam quilombos. Atualmente diversos estudos, acerca dos quilombos e das comunidades remanescentes, apresentam definições mais abrangentes desses espaços. Destacando desde a presença de outros grupos étnicos, como indígenas e brancos pobres, e a existência desses quilombos próximos a fazendas e cidades, não simplesmente isolados.

Há registro de casos, nas quais esses quilombolas negociavam e comercializavam ativamente com fazendeiros e cidades próximas. Assim também como se estruturavam

para atacar fazendas, capturando e/ou libertando escravizados, assim como se apossando de materiais (ferramentas, armas, alimentos, etc.) necessários para a existência e resistência dessas comunidades extremamente complexas com organizações bem definidas e diferenciadas.

Desenvolveram formas específicas de participação política na comunidade, configuração de aprendizagens, visto que foram identificadas estruturas que tinham por objetivo se tornarem um modelo de sistema de ensino dentro da comunidade, assim como os contornos e etapas das produções.

Contudo, nenhuma dessas informações foram incluídas. Não destaca a complexidade da arquitetura física, geográfica, social, religiosa, militar e econômica das comunidades quilombolas. E ainda faz entender que o reconhecimento por parte do Estado Federal foi à base para a proteção dessas comunidades, principalmente ao afirmar que “atualmente, devido às iniciativas do Governo Federal e das comunidades quilombolas em busca do autorreconhecimento, o número de comunidades identificadas supera 3.500.” (ADAS; ADAS, 2015b, p. 69).

Não cita os movimentos de resistência dos líderes e moradores das comunidades remanescentes e a longa jornada do Movimento Negro para conseguir incluir essas medidas na constituição.

Na página seguinte identificamos a dica para o professor da referência virtual “Projeto Manejo dos Territórios Quilombolas”, segundo o material didático apresenta o Projeto Manejo, com artesanato, fotos, mapas e textos sobre os quilombolas de Oriximiná. O texto ao lado da indicação se debruça em retratar as desigualdades entre negros e não negros, em diversas áreas, e cita que as mulheres negras são as que mais sofrem discriminações.

O Box logo abaixo cita os fatores que contribuem para a existência dessas desigualdades, mas em nenhum momento encontramos o termo “Racismo” para conceitualizar o processo de discriminação racial no Brasil. Acreditamos que esse fato é proposital. Negar o Racialismo e Racismo da sociedade brasileira e os fatores atuais que contribuem para a manutenção dessas desigualdades, apresentando apenas os fatores históricos associados ao período de colonização e, no máximo, atualmente associá-lo a corrupção político-partidária.

No sub tópico “Os movimentos dos afro-brasileiros” afirmam, no primeiro parágrafo que “os movimentos de luta dos afrodescendentes por igualdade social e melhores condições de vida vêm contribuindo para a superação de barreiras sociais e culturais” (ADAS; ADAS, 2015b, p. 71). De forma genérica no segundo, que é último parágrafo, alegam que “após a abolição em 1888, surgiram às primeiras organizações formadas por afrodescendentes.” (ADAS; ADAS, 2015b, p. 71). Ainda chegam a citar a influência da busca pelos direitos civis nos EUA, as lutas por independência das colônias europeias no continente africano e o *rap*, como exemplo de expressões contestatórias.

Primeiro equívoco consiste em afirmar a existência de movimentos afro-brasileiros apenas depois da Abolição de 1888, visto que antes da abolição já haviam organizações que exigiam a libertação dos escravizados negros. E há um contingente significativo de sujeitos que por meios institucionais exigiam e contribuíam para a efetivação dessa medida ainda no período colonial. Para além não cita nenhum nome dessas organizações, ou mesmo citar o Movimento Negro Unificado (MNU) enquanto representante dessas organizações modernas.

Ao se deter no debate acerca das “Ações Afirmativas” (ADAS; ADAS, 2015b, p. 71). declaram que “até recentemente não havia em nosso país uma política nacional articulada e contínua pra a promoção da igualdade das pessoas segundo a cor da pele, apesar de os movimentos negros no Brasil denunciarem o racismo há décadas e proporem políticas para a sua superação” (ADAS; ADAS, 2015b, p. 71). Esse é o único trecho no

qual encontramos a palavra “racismo”, contudo não enquanto uma afirmação da realidade, estruturante e estrutural da sociedade brasileira, mas sim, como símbolo do discurso de um grupo específico. E a expressão “movimentos negros” que invisibiliza o próprio Movimento Negro (MN) a sua importância enquanto organização e o significado das suas lutas. Assim como não cita nenhuma outra organização que faça parte desse “movimento”.

Nessa mesma página final do capítulo as indicações para o professor são do site “Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial”, e o livro “Brasileiro, sim senhor” de João Carlos Agostini (Editora: Moderna).

As atividades no final do capítulo versam sobre a revisão dos temas abordados, a exemplo da 5ª questão: “Explique o que são comunidades remanescentes de quilombos.” (ADAS; ADAS, 2015b, p. 72). Há uma atividade argumentativa com um trecho do livro “Igualdade racial no Brasil: reflexões no Ano Internacional dos Afrodescendentes” organizado por Tatiana Silva e Fernanda Goes. Esta questão é positiva, pois contribui para a análise do aluno e exercitar sua reflexão a partir de dados, assim como articular os fatores históricos e econômicos para responder a indagação (“Por que a população afro-brasileira tem dificuldade em ingressar no ensino superior?”) feita a partir do texto.

Em todas as demais Unidades do livro didático não identificamos citações “relevante” aos africanos, a África ou aos afrodescendentes. A Unidade 3 e 4, versam respectivamente, sobre o “Brasil: da sociedade agrária para a urbano-industrial” e a “Região Norte”. A unidade 5 “Região Nordeste”, 6 “Região Sudeste”, 7 “Região Sul” e 8 “Região Centro-Oeste”.

No final do 11º Percurso (A industrialização brasileira) da Unidade 3 há o sub tópico “Discriminação contra o trabalho da mulher e do negro”, no qual alega que a discriminação imprimida a esses dois grupos é fruto do preconceito. Logo a seguir a imagem de uma mulher branca sorridente, com jaleco, em uma área de fundo escuro (aparentemente uma fábrica) que contribui ainda mais para destacar a figura feminina visto que a luz sobre cai em direção a ela. A imagem é acompanhada com a seguinte legenda:

Figura 18. Nas mais variadas atividades, as mulheres vêm ocupando cargos de destaque e de grande responsabilidade. Na foto, a médica Profa. Dra. Eloisa Silva Dutra de Oliveira Bonfã, então Diretora Clínica do Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo (HCFMUSP), na cidade de São Paulo, SP (2014). Primeira mulher a se tornar a diretora daquele hospital, coordenava, em 2015, mais de 20 mil colaboradores, 3.905 médicos e 1.345 residentes.

Salta-nos aos olhos a imagem e a legenda, que identifica o sujeito, ou melhor, a sujeita que simboliza a conquista e o avanço feminino em um campo hierárquico, intelectual, científico, privilegiado econômica e socialmente na qual há uma concentração masculina (branca). Contudo, tanto na escrita quanto na iconografia a mulher negra é invisibilizada, a própria expressão “mulher e o negro” usados no material didático, nos leva a constituição de imagens mentais de uma mulher com traços fenótipos brancos e a um homem negro.

Lembremos do Percurso 8 da Unidade 2, a qual se referia aos avanços e conquistas dos afrodescendentes, abordados anteriormente neste trabalho e comparemos as iconografias exibidas nas páginas que tratavam dessas trajetórias.

As imagens demonstram algo que nos inquietou ao longo da análise. O material didático possui poucas imagens nas quais podemos identificar os corpos negros enquanto sujeitos protagonistas. Em sua maioria, ao se referirem aos africanos utilizam representações

artísticas associadas ao período escravistas, nas quais os corpos negros escravizados apresentam desânimo, sofrimento e “lamentações”. Aos afrodescendentes não destoa muito na representação iconográfica, ou melhor, na ausência dela. Vejamos as imagens a seguir:

As únicas que apresentam corpos negros de forma não estereotipada é uma imagem de um panfleto da propaganda do Governo Federal sobre a campanha da vacina. A segunda, com uma modelo negra na frente da fila serve para representar a importância do algodão colorido. E a terceira imagem, um desenho em uma atividade (Box) indica a fazer uma entrevista. Nenhuma está associada a um texto que se refere às questões etnicorraciais dos africanos ou seus descendentes.

Em contra partida a constância das iconografias com sujeitos não-negros, com fenótipo branco demonstram não enquadrados em estereótipos negativos, e são mais constantes.

Consideramos que iconografia ao representar corpos negros africanos ou afrodescendentes não contribui para o afastamento de estereótipos racistas ainda comuns em nossa sociedade.

Ao se referir a Região Sudeste identificamos uma questão (ADAS; ADAS, 2015b, p. 205) que propõe a análise da obra de arte de Candido Portinari, relacionada ao trabalho escravizado e pós-abolição do período cafeeiro. Na “Região Sul” (Unidade 7), há uma frase sobre a participação da mão de obra de africanos escravizados (ADAS; ADAS, 2015b, p. 218). Nessa mesma página existe a imagem da “**Figura 16.** Detalhe de tropeiro na gravura *Escravo negro conduzindo tropas na Província do Rio Grande, 1823*. Obra de Jean-Baptiste Debret”, um homem negro escravizado sobre um cavalo, representando um tropeiro. Nas páginas posteriores, os autores se dedicam especialmente aos povoadores do séc. XIX (portugueses açorianos, alemães, italianos, poloneses, ucranianos e japoneses).

A falta de referências aos africanos e seus afrodescendentes nos deixou extremamente intrigadas, visto que em todas as regiões há tópicos que se referem ao período colonial e imperial apresentando diversas imagens, mapas e gráficos a respeito do desenvolvimento ou declínio econômico desses espaços. Ao se referir as construções coloniais enquanto símbolo do período áureo econômico, e atuais monumentos reconhecidos enquanto Patrimônios da Humanidade, não fazem nenhuma referência à exploração da mão de obra negra escravizada e indígena escravizada. A humanidade desses grupos etnicorraciais são meramente invisibilizados frente aos parágrafos que elogiam e engrandecem as produções “artísticas” brasileiras, com suas azulejarias e arquiteturas europeias.

Ao se referirem aos processos de formação populacional de cada região também não identificamos a relevância étnicorracial dos africanos nessa formação, a não ser raras afirmações da miscigenação, sem nenhum exemplo concreto dessa influência e quando se voltam para a formação atual dessa população, a exemplo das áreas nos espaços urbanos e dos movimentos sociais urbanos novamente nem chegam a citar as organizações étnico-raciais

Expedições geográficas - 8º ano

Na primeira unidade do terceiro volume (referente ao 8º ano), apresentam-se informações sobre os continentes: sua área e os oceanos; os hemisférios das terras e das águas. Nota-se, ao longo desta unidade, imagens de mapas que exemplificam, dentro da visão dos autores, a ampliação do mundo conhecido pelas civilizações dominantes.

Os autores afirmam que

Nas terras do Hemisfério Sul, os povos que aí viviam levaram mais tempo para tomar contato com povos de outros continentes. Esse contato só foi possível com o aperfeiçoamento de embarcações e instrumentos de navegação, que possibilitaram a incorporação de terras do Sul ao horizonte geográfico europeu nos séculos XV e XVI (sul da **África e América**) e **século XVIII** (Austrália) - período da história conhecido como a época das Grandes Navegações, ou da expansão marítimo-comercial europeia, iniciado por portugueses e seguido por ingleses, franceses e holandeses (figura 8) (ADAS; ADAS, 2015c, p. 18).

É perceptível o destaque que os autores dão para as expansões ocorridas no Hemisfério Norte (p. 19-20), por meio das dominações territoriais. Assim como partem do eurocentrismo ao afirmarem que “possibilitaram a incorporação de terras do Sul ao horizonte geográfico europeu”.

Na referida unidade, também se trabalha a noção de Estado, Nação e Território. O elemento que se refere ao continente africano surge apenas no conteúdo que apresentam as principais cartografias globais (tamanho do território continental, população, densidade demográfica, desigualdades de PIB, Índice de desenvolvimento humano, etc.).

No último percurso dessa Unidade, são apresentados vários tipos de regionalizações do espaço mundial. Nela, os países africanos ficam inseridos nos grupos de subdesenvolvimento, Terceiro Mundo e países do Sul.

Na Unidade 2 (Mundo global - origens e desafios) quando trata das fases da globalização (no percurso 5), os autores não mencionam o protagonismo dos povos autóctones da América para a formação do sistema-mundo que se instala com o contato europeu, nem a participação dos negros para o trabalho escravo que configurou esse sistema. Nesse sentido, esses grupos são invisibilizados.

Na página inicial desse mesmo percurso, imagens (figura 1, p. 50) de pessoas brancas norte-americanas fantasiadas de personagens do filme *Avatar* (2010) e, em outros momentos, destacam-se imagens de avião, satélites, computadores (figuras 3, 4 e 5, p. 52) associando-os aos avanços tecnológicos e, conseqüentemente a uma das fases avançadas da dita globalização (figura 13, p. 59) na área de transportes e telecomunicações (figura 7, p. 54).

Embora o mapa que é apresentado na última parte do conteúdo do percurso 5 denuncie as desigualdades nesse setor tecnológico, especialmente no continente africano, os autores não traçam nenhuma discussão no texto a que se refere o mapa (figura 8, p. 54), evitando dessa forma uma ampliação sobre o problema da desigualdade que constitui a outra face da globalização que atinge, especialmente os países do hemisfério sul e assola o continente africano que sofre com um processo constante de pilhagem ocasionado por essa balança.

Os percursos seguintes (6, 7 e 8) desta Unidade, resumidamente, apontam dados e mapas com informações sobre o fluxo do mercado global e citam, pela primeira vez, mas brevemente, a desigual distribuição dos serviços tecnológicos (a África mais uma vez é o destaque do que tem menos acesso) no mundo, mas não fazem a relação desse problema com o processo de globalização.

Nas atividades referentes aos percursos 5 e 6 (p. 62-63), encontramos algumas atividades que estão voltadas para o continente africano, a exemplo dessa: Seguido da seguinte pergunta: b) Em qual continente se localizam os países de menor participação percentual no comércio mundial?

Esse tipo de atividade contribui para a cristalização do continente africano enquanto um vasto território com uma população pobre, incapaz e repleto de mazelas. Ao destacarmos esse apontamento, não defendemos que as dificuldades econômicas, estruturais, tecnológicas,

entre outras, ao qual o continente passa, deva ser desprezado, mas trazemos à tona a constante ênfase nos fatores negativos do continente, o que contribui para a consolidação e perpetuação dos estereótipos, alheio ao impacto das explorações coloniais imperialistas acometidas pelos povos europeus em de meados do século XX, e dos conflitos posteriores dos recém criados países e das potências imperialistas que lucram com a perpetuação dessa pobreza.

Ao longo da Unidade 3 (América, natureza e herança) em todos os percursos desses escritos, não há uma única menção aos povos africanos que foram trazidos à força para o trabalho escravo em solo americano. Apesar de falarem das civilizações anteriores à fase colombiana e destacar os diferentes grupos étnicos indígenas, perde-se a oportunidade de discutir, nesse ponto, a contribuição negra na formação da diversidade étnica do continente e da formação de quilombos que contribuíram e contribuem hoje para a geografia dos territórios étnicos latino-americanos.

Na Unidade 4 (América - países desenvolvidos) nos percursos desenvolvidos encontramos a primeira referência sobre o processo de escravização dos povos africanos na América do Norte está no subcapítulo do percurso 13 que versa sobre a formação das treze colônias que constituiriam os Estados Unidos posteriormente. Entretanto, não conduzem uma discussão crítica sobre como nesse processo forçado, os colonizadores se apropriaram das técnicas agrícolas tanto dos ameríndios quanto dos conhecimentos dos africanos escravizados para ampliar os cultivos de larga escala.

No infográfico exposto na página 140, que trata sobre as minorias populacionais nos EUA, cita-se brevemente, alguns dados da população negra norte-americana (13,2%). Nessa seção, aparece, uma caixa de texto informando uma maior presença da população negra nas grandes metrópoles, como Washington e Nova York sem mencionar, nessa parte, em que espaços dessas metrópoles a maioria negra habita.

Entre as páginas 142 e 143 do referido volume há um conteúdo voltado para a questão do racismo contra a população afro-americana. Destaca-se nesse ponto, a relação histórica que estabelece esse problema e uma breve menção às lutas do movimento negro, enfatizando a figura do pastor Martin Luther King (1929-1968) que transformou o Movimento Negro em um movimento nacional, nesse ponto há uma imagem em preto e branco do referido líder.

Mais adiante, no mesmo capítulo, fala-se sobre a segregação, discriminação e pobreza sofrida pela população afrodescendentes norte-americana. Ilustra-se essas informações com a Figura 27 (p. 143), em que há uma fotografia colorida da vista de um bairro pobre (gueto) registrado na década de 1960.

Dando seguimento ao tema, na figura 28 (p. 143), um gráfico aponta os negros e hispânicos, como maioria da população norte-americana, que vivem na pobreza. Em contrapartida, os brancos são indicados como a minoria nessa situação.

Ainda nessa seção, destacam-se como ponto positivo, sob a nossa perspectiva, as indicações de filmes e leitura para a promoção do debate a respeito do tema do racismo e preconceito contra as populações não brancas na América e em outros lugares do mundo. É indicado ao professor o filme, **Mississippi em Chamas**, do Diretor Alan Parker e o livro, **O Racismo: explicando aos meus filhos**, de Nei Lopes.

Nas atividades referentes aos percursos 15 e 16, das 15 questões lançadas para a recapitulação e aplicação do conhecimento do aluno, apenas duas questões abordam o tema do racismo (questões 7 e 8, p. 152).

Na Unidade 5 (América países emergentes) os percursos desta unidade não mencionam dados nem informações gerais sobre a população afrodescendentes em outros países da América. Percebemos que as informações dos negros se restringem a

presença no Brasil (em algumas regiões específicas) e nos EUA (por causa da luta pelos direitos civis). Algo extremamente preocupante, pois invisibilizam toda uma população afrodescendente, principalmente os afro-ameríndios, existentes nos demais países do continente, que passam por contextos complexos específicos de seus países e regiões. Percebemos que nem mesmo se pontua as relações do Brasil com países do continente africano no que se refere a sua inserção no mercado global.

A Unidade 6 (América: economia de base mineral) apenas do conjunto de países em que as economias têm por base a produção e exportação de recurso mineral. Entretanto, destaca-se nesta Unidade uma seção do capítulo 24 sobre o país antilhano Jamaica e a enorme participação da população negra que constitui 92% do país.

As últimas duas Unidades 7 (América: economias de base agropecuária) e 8 (América: projetos de integração) não apresentam informações relevantes sobre os africanos, a África ou mesmo dos afrodescendentes nesses espaços.

Expedições geográficas - 9º ano

Ao longo do percurso de análise da coleção didática Expedições Geográficas optamos em analisar integralmente os livros do 6º, 7º e 8º. Contudo, no material do 9º ano resolvemos explorar o capítulo que se referia especificamente ao continente africano. A Unidade 7, intitulada “África: heranças, conflitos e diversidades” se estendem por 38 páginas (p. 208-245).

Logo na abertura da Unidade encontramos um infográfico (p. 208-209) acerca da “Nova classe média africana”. E um quadro que “avisa”:

Prepare-se para conhecer a África. Após estudar o seu meio natural, você verá como se deu a apropriação de territórios africanos por países europeus no século XIX e a implementação de colônias, fato que deixou profundas marcas nas sociedades africanas atuais. Conhecerá ainda duas regionalizações da África e entrará em contato com alguns dos problemas que a afligem neste início do século XXI (ADAS; ADAS, 2015d, p. 208).

Os Percursos (25, 26, 27 e 28) se dedicam a apresentar o continente de acordo com as instruções anteriores. No Percurso 25 (África: o meio natural) há a descrição da extensão, localização, relevo, hidrografia, planícies, clima e vegetação do continente. Percebemos uma atenção especial aos desertos, mesmo que afirmem logo na introdução que o “a maior parte do continente africano se localiza na zona tropical” (ADAS; ADAS, 2015d, p. 210) e certo destaque ao rio Nilo, enquanto símbolo da hidrografia africana. Tanto nos textos quanto nas imagens e ilustrações dos mapas.

No Percurso sobre “A África e o imperialismo europeu”, os autores afirmam que a neocolonização foi

Resultado das grandes navegações marítimas, dos séculos XV e XVI, a América, a Ásia e a África foram incorporadas ao horizonte geográfico e comercial europeu. Em consequência, o colonialismo foi implantado e o comércio se mundializou (com exceção da Oceania, cuja incorporação ao mundo europeu somente ocorreu no século XVIII) (ADAS; ADAS, 2015d, p. 216).

Estás são as informações encontradas no primeiro parágrafo do subtema. A nosso ver, repleta de equívocos. O primeiro consiste em afirmar que os demais continentes foram “incorporados” ao continente europeu, o que passa a ideia de esse ser o “mentor”, que iniciou o processo de “levar” o progresso para os demais espaços inertes. O continente europeu é visto enquanto único responsável pela mundialização de todos, e logo iria também, enquanto “líder” “incorporar” a “afastada” e “atrasada” “Oceania”. Está seria incorporada ao “mundo europeu”, esse mundo representaria “toda a humanidade”.

Ao assegurar que o “colonialismo” é simplesmente fruto das “grandes navegações marítimas” os autores desprezam toda a construção filosófica, religiosa, histórica, econômica e política do racismo construído, ao longo do século XVIII e XIX pelo continente europeu, assim como suas ambições e ânsia de conquistar e controlar quaisquer áreas ricas no seu território e passíveis de exploração do contingente “sub-humano” (na visão dos colonizadores) que ali “casualmente” habitavam, mas não mereciam estar.

Há um sub tópico denominado “O comércio de escravos” que inicia destacando a escravização árabe praticada no continente, em meados dos séculos XV e XVI e afirma que os colonizadores europeus intensificaram essa escravização.

Em trechos posteriores o material se detém na “Apropriação do território” (Conferência de Berlim (1884) e a partilha da África) e relata que a apropriação não foi pacífica, e foi marcada pela resistência dos vários povos, citando como único exemplo o Império Mandingo, na figura do Samori Touré, que ao final de dez anos é derrotado pelo poderio francês.

Em outros itens ao se debruçar sobre os impactos do neocolonialismo na África destaca que

Não foi exclusivamente negativo. Contudo, vale destacar que os aspectos positivos decorreram no geral de providências destinadas a proteger os interesses dos colonizadores. É o caso da implantação de ferrovias e rodovias, cujos traçados ligavam zonas de exploração mineral e de produtos agrícolas com os portos. Essa infraestrutura era voltada à exportação da produção para a Europa e não à integração territorial. O mesmo se aplica à experiência administrativa e aos serviços de saúde implantados pelos europeus no continente (ADAS; ADAS, 2015d, p. 219).

No parágrafo seguinte destaca os números.

Os aspectos negativos: enfrentamento militar, com morte de muitos africanos; o aparato policial e repressor implantado pelos europeus; o impacto no sistema produtivo artesanal, agrícola; as fronteiras políticas artificiais e o racismo (a exemplo maior do *Apartheid*).

Ironicamente mesmo com a afirmação inicial de “aspectos positivos”, ao longo das duas páginas (p. 219-220) e do BOX (p. 221) nas quais se desdobram o texto, não conseguimos identificar quais foram essas contribuições tão valorosas ocorridas durante o processo neocolonial europeu.

O último tema do Percurso 26 é sobre o processo descolonização, descrito em uma página. Mas algo que gostaríamos de salientar durante o trajeto desse percurso é que todos os mapas salientam os territórios dominados pelos europeus. (ver figuras 18 e 19)

Poderia ser alegado que esse fenômeno ocorreu visto que o título do sub tema é “A África e o imperialismo europeu”, e que estaríamos equivocadas em questionar esse fato. Contudo, ao longo desse mesmo trajeto os autores destacam os “povos” da África, que bravamente resistiram, e antes disso já puramente existiam. Sendo assim nos indagamos,

onde e quais são esses povos que não tiveram seus nomes citados ao longo do texto escrito ou iconográfico? Quem são eles? Onde estavam localizados dentro de um vasto continente tão “diverso”? Será que a “diversidade” “prometida” no início da unidade, ao dar o título “África: heranças, conflitos e diversidades”, se resumem apenas nas variações geográficas?

Caminhando um pouco mais, chegamos às atividades dos percursos (25 e 26) nas páginas 224 e 225. Ao simples olhar, essas inquietações foram momentaneamente amenizadas, visto que uma das questões propostas apresentava um mapa intitulado “África: línguas e etnias”.

Apesar disso, esse grácil não apazigua nossas inquietações. Por que esse mapa não seria interessante o suficiente para abrir a unidade, ou ao menos estar inserido junto do percurso da apresentação do tema? Será que os alunos em uma simples questão seriam capazes de perceber e apreender a “diversidade” humana contida no continente anterior a sua exploração? Por quais motivos o capítulo do continente africano é contado a partir da visão europeia, ao longo dos séculos XIX e XX?

Perturba-nos ainda mais os termos utilizados na questão 4 (p. 224) ao se referir aos grupos étnicos africanos apenas enquanto etnia, visto que nos capítulos referentes aos grupos étnicos europeus o termo utilizado era “povo”/“população”/“nação” sempre no singular e seguido da nacionalidade específica.

A Unidade ainda se estende pelos Percursos 27 (África: população, regionalização e economia) e 28 (A África no início do século XXI). Com diversos aspectos que nos permitiria nos estendermos por diversas páginas. Contudo, gostaríamos de pedir licença e encerrar uma abordagem detalhada das informações escritas do livro didático e salientarmos a iconografia desta unidade.

A sincronia – nas páginas 224 e 225 – entre o texto escrito e as imagens é convergente, em sua maioria, quando quer se enfatizar as características naturais. Principalmente as áreas de deserto e as de savana, como está exposto anteriormente nesse trabalho.

Outro elemento que destacamos são as fotos acerca da “África Moderna e Urbanizada”. As únicas imagens que apresentam uma urbanização moderna se restringem Cairo (p. 223 e figura 21). Uma apresenta os resquícios da antiga Alexandria (com suas práticas intelectuais e cultura “externas”/levadas as sociedades africanas) e essa mesma cidade como exemplo iconográfico da aglomeração com mais de 10 milhões de habitantes, a exemplo da Nigéria. Justamente a “região” de África, “não africana” é destacada. Lembremo-nos que durante anos se negou a “africanidade” do Egito, percepção que ainda paira por muitas mentes, visto a influência cinematográfica ao representar os povos dessa região com atores brancos, de olhos claros e cabelos lisos.

Nas figuras posteriores, encontramos referências a Tanzânia, Argélia, Marrocos e Costa do Marfim. Observem nas imagens anteriores as representações acerca da economia, simbolizando a África do norte e subsaariana. Há uma representação específica da África do sul, ressaltando os contrastes urbanos do país na p. 231, figuras 29 e 30.

As demais imagens que ilustram a Unidade apresentam de diversas formas os elementos da pobreza, fome, escassez e as ações internacionais que são feitas para amenizar esses fatores. Há um extenso material indicado para a leitura e uso cinematográfico por parte do professor, alguns fogem da produção da Editora Moderna e se apresentam como um material bibliográfico muito bom para o uso pedagógico e ampliação das interpretações em torno do continente.

Por mais que a unidade tenha iniciado com o infográfico (p.208 e 209) acerca da “Nova classe média africana” (comparando dados de consumo da população entre 1990

a 2012) e afirmar que “a urbanização e o aumento da renda mudam a maneira como as pessoas vivem e proporcionam novos hábitos de consumo. Nas cidades africanas, o consumo de bens e serviços vem aumentando” (ADAS; ADAS, 2015d, p. 209), não encontramos esse eco na iconografia.

Ao prestarmos atenção nas informações transmitidas pelas imagens, capitadas pelos olhos e decodificadas pelo cérebro, veremos a contribuição para a perpetuação de estereótipos de miséria, pobreza, desgraça e do “amparo” a qual os povos africanos necessitam.

Nos também acreditamos que as diversas nações africanas necessitam de subsídios, apoio. Contudo, na maioria dos cérebros educados a partir das hegemônicas concepções europeias os povos africanos necessitam desse “amparo” simplesmente por serem considerados incapazes. Sendo negros, no continente mais estigmatizado mundialmente, é natural esperar nações inábeis, com uma população de impossibilitados inertes e governos incompetentes. Todos esses fenômenos alheios aos processos filosóficos, históricos, geográficos, econômicos e políticos do mundo, e principalmente dos países “evoluídos”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da análise desse extenso material, enfatizamos as seguintes **considerações**: todas as apresentações do continente exibem aspectos negativos referentes ao grau de desenvolvimento em escala global, as atividades direcionam ao entendimento de que a África é o continente com a soma dos piores índices de desenvolvimento, não esclarece os eventos históricos de formação dos países africanos para além dos elementos políticos convencionais de formação de Estado.

O volume analisado não propõe uma abordagem mais ampla do continente africano, pois não aprofundam os conceitos de Território, Desenvolvimento, Civilização, Modernidade, Progresso e região a partir das informações sobre esse continente, apenas no 9º ano encontramos Referências ao material de Milton Santos e da História Geral da UNESCO, não citam a existência dos reinos e organizações africanas anteriores ao processo de colonização, não apresenta mapas que apresentassem os povos autóctones do continente, ao longo dos seus textos principais, as maiorias das imagens apresentam uma leitura superficial, Savana, deserto e áreas de pobreza.

A disposição das imagens ligadas ao contexto histórico coloca o continente para o lado ruim, são destacadas imagens de fome, pobreza, fragmentação, conceitos que reforçam a invisibilidade da História do continente, uma maneira de fixar o lugar de África no mundo.

As fronteiras da diferença, além disso, são continuamente reposicionadas em relação a diferentes pontos de referência. Contrapostos ao Ocidente desenvolvido, somos mais ou menos “os mesmos”. Somos os marginais, os “outros”. Estamos nos limites extremos, nas “bordas” do mundo metropolitano – sempre ao sul de El Norte de alguém mais (HALL, 1996).

Considerando as fontes imagéticas, os livros didáticos constituem um recurso fundamental para o desenvolvimento de conhecimentos, no caso das representações de África ainda se percebe que para além da fixação de lugares negativos, existe a determinação sobre “desenvolvimento” e “subdesenvolvimento” quando nas imagens que relacionam o conteúdo sobre estes conceitos, são destacados aspectos sociais, políticos, culturais e econômicos como negativos apenas.

Ao analisarmos o conteúdo sobre geologia, localização e temas que tratam da geografia especificamente são destacadas as imagens sobre savana, animais silvestres

apenas, mesmo sabendo que a variação de climas, estruturas climáticas são diversas no continente, apenas imagens sobre animais, deserto.

O processo de análise de uma coleção inteira dos livros didáticos de geografia nos permitiu perceber um campo imenso e imerso na invisibilidade, ao qual o continente africano, os africanos e seus descendentes estão sujeitos.

Ou pelo contrário, quando não invisibilizados, na maioria das vezes, as suas aparições ainda são carregadas de estereótipos e transmitem por meio dos textos escritos, das fontes iconográficas, dos mapas, gráficos e infográficos os diversos estigmas de pobreza, miséria, isolamento e acima de tudo “sem história” (entre outros). Sendo que todas as suas informações e interpretações partem das visões e interpretações europeias.

É assustador perceber que ao longo de 4 anos, nos quais a geografia se estende (desde o período no qual não existia o nosso planeta e se prolongar até os dias atuais) sem nenhuma citação aos reinos africanos existentes antes do processo de colonização. Ao simplesmente desprezar as reais possibilidades de os povos africanos terem contatos com outros povos de um continente tão próximo, como a Ásia (para além do Oriente Médio) numa relação sul-sul. Ou ainda ignorar as populações afrodescendentes (destaque as afro-ameríndias) que povoam, existem e vivem em nosso continente.

O desdém aos povos africanos, as suas produções nos diversos campos humanos, acima de tudo nos debates nos quais se detém a geografia, contribui para ignorar uma diversidade e trajetória histórico-geográfica humana, e saliente apenas a sua fauna e flora exótica, assim como suas riquezas minerais, alimentando um exotismo mundial, que o norte ocidental desenvolveu sobre eles, os seus descendentes no mundo, assim como aos indígenas e asiáticos.

Esses apontamentos, infelizmente não sobre caem apenas na coleção trabalhada. Não queremos com isso condenar os seus autores, visto que, as maiorias das publicações de livros didáticos ainda seguem percursos semelhantes, com mais ou menos avanços. Acreditamos ser necessários citarmos hipóteses que contribuiriam para uma produção ainda pouco desenvolvida, a nosso ver, as políticas de desmistificação de diversas nações de um vasto continente.

Destacaremos inicialmente os currículos das academias universitárias, que formam nossos docentes. Suas ementas recheadas de eurocentrismos são sumariamente absorvidas por todos aqueles que a adentram, e poucas vezes estão atentas, abertas e/ou dispostas a romper com esse olhar.

Em seguida, a formação eurocentrada dos discentes, dificulta a possibilidade de uma crítica mais aguçada a determinados materiais, visto que a maioria não desenvolveu um arcabouço teórico para assim fazer. Ainda mais sendo o livro didático esse material, que de um simples recurso didático, na maioria das vezes, tanto para os alunos, quanto para os docentes, se transforma em uma insígnia detentora do conhecimento. De um conhecimento total e inquestionável.

No caso do material aqui analisado, ambos os autores possuem níveis de formação diferenciada em geografia. Fenômenos, que nem sempre é constante entre autores de livro didático. Este é repleto de complexas relações econômicas e políticas, para a efetivação da sua produção. A exemplo que o material do ensino privado possui uma Unidade a mais do que os livros distribuídos na rede pública de ensino. Justamente o capítulo “bônus” da rede privada versa sobre “O Brasil na América e na África”. Dito isto nossa satisfação acerca do material não é satisfatória, mesmo com os elementos positivos que identificamos ao longo da análise.

REFERÊNCIAS

- ADAS, M.; ADAS, S. **Expedições geográficas: 6º ano**. São Paulo: Moderna, 2015a.
- ADAS, M.; ADAS, S. **Expedições geográficas: 7º ano**. São Paulo: Moderna, 2015b.
- ADAS, M.; ADAS, S. **Expedições geográficas: 8º ano**. São Paulo: Moderna, 2015c.
- ADAS, M.; ADAS, S. **Expedições geográficas: 9º ano**. São Paulo: Moderna, 2015d.
- ARAÚJO DOS ANJOS, R. S. A geografia, a África e os negros brasileiros. *In*: MUNANGA, K. (org.). **Superando o racismo na escola**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2008.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Base nacional comum curricular**. Brasília, 2018.
- FULGÊNCIO, R. F. **O paradigma racista da política de imigração brasileira e os debates sobre a “Questão Chinesa” nos primeiros anos da República**. 2014. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/503045/RIL202.pdf?sequence=8>. Acesso em: 10 maio 2021.
- GILROY, P. **Atlântico negro: modernidade e a dupla consciência**. Tradução de Cid Knipel Moreira. São Paulo: Editora Cândido Mendes, Centro de Estudos Afro-Ásiáticos, 2012.
- HALL, S. **Da diáspora: identidade e mediações culturais**. Editor Liv Sovik. 2. ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2013.
- HALL, S. Identidade cultural e diáspora. **Revista do Patrimônio Cultural Cidadania**, Brasília, n. 24, 1996.
- QUIJANO, A. Colonialidade do poder e classificação social. *In*: SANTOS, B. de S.; MENESES, M. P. G. (orgs.). **Epistemologias do Sul**. Coimbra: Editora CES, 2010.
- RAMOSE, M. B. Globalização e Ubuntu. *In*: SANTOS, B. de S.; MENESES, M. P. G., (orgs.). **Epistemologias do Sul**. Coimbra: Editora CES, 2010.
- REIS, C. E. dos; ANDRADE, S. R. de. **A imigração europeia nos discursos da elite política brasileira**. 2021. Disponível em: http://www.gestaoescolar.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/producoes_pde/artigo_cacilda_estevao_reis.pdf. Acesso em: 02 maio 2021.
- SACRISTÁN, J. G. O currículo: os conteúdos do ensino ou uma análise da prática? *In*: SACRISTÁN, J. G.; GÓMEZ, A. I. P. **Compreender e transformar o ensino**. 4. ed. Porto Alegre: Artmed, 2000. p. 119-148.
- SANTOS, B. de S. Para Além do pensamento Abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. *In*: SANTOS, B. de S.; MENESES, M. P. G. (orgs.). **Epistemologias do Sul**. Coimbra: Editora CES, 2010.
- SANTOS, M. **A natureza do espaço: técnica e tempo/razão e emoção**. São Paulo: EDUSP, 2004.
- SANTOS, M. **Por uma geografia nova**. São Paulo: Hucitec: Edusp, 1978.
- SAQUET, M. A.; SILVA, S. S. da. Milton Santos: concepções de geografia, espaço e território. **Geo UERJ**, ano 10, v. 2, n. 18, p. 24-42, jul./dez. 2008. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/geouerj/article/viewFile/1389/1179>. Acesso em: 02 maio 2021.

Revista Ciência Geográfica

Ensino - Pesquisa - Método

Corpo de Pareceristas/Referees' Board

1- Fundamentos e Pesquisa em Geografia:

Prof. Dr. Carlos José Espíndola (UFSC/Florianópolis – SC – Brasil)
Prof. Dr. Gil Sodero de Toledo (USP/São Paulo – SP – Brasil)
Prof. Dr. Lucas Labigalini Fuini (IFSP/São João da Boa Vista – SP – Brasil)
Prof. Dr. Ruy Moreira (UFF/Niterói – RJ – Brasil)
Prof. Dr. Zeno Soares Crocetti (UNILA/Foz do Iguaçu – PR – Brasil)

2- Geografia Humana:

Prof. Dr. Antonio Thomaz Júnior (UNESP/Presidente Prudente – SP – Brasil)
Prof. Dr. Edson Belo Clemente de Souza (UEPG/Ponta Grossa – PR – Brasil)
Prof.ª Dr.ª Franciele Miranda Ferreira Dias (SEE/Ourinhos – SP – Brasil)
Prof.ª Dr.ª Maria da Graça Mello Magnoni (UNESP/Bauru – SP – Brasil)
Prof. Dr. Nelson Rego (UFRGS/Porto Alegre – RS – Brasil)
Prof. Dr. Ruy Moreira (UFF/Niterói – RJ – Brasil)

3- Geografia Física:

Prof. Dr. André Luiz Nascentes Coelho (UFES/Vitória – ES – Brasil)
Prof. Dr. Humberto Alves Barbosa (UFAL/Maceió – AL – Brasil)
Prof. Dr. Lucivânio Jatobá (UFPE/Recife – PE – Brasil)
Prof.ª Dr.ª Nilza Aparecida Freres Stipp (UEL/Londrina – PR – Brasil)
Prof.ª Dr.ª Patrícia Helena Mirandola Garcia (UFMS/Três Lagoas – MS – Brasil)

4- Ensino e Aprendizagem de Geografia:

Prof. Dr. Genylton Odilon Rego da Rocha (UFPA/Belém – PA – Brasil)
Prof.ª Dr.ª Helena Copetti Callai (UNIJUÍ/Ijuí – RS – Brasil)
Prof. Dr. José Misael Ferreira do Vale (UNESP/Bauru – SP – Brasil)
Prof.ª Dr.ª Lana de Souza Cavalcanti (UFGO/Goiânia – GO – Brasil)
Prof. Dr. Lourenço Magnoni Júnior (Centro Paula Souza/Lins – SP – Brasil)
Prof.ª Dr.ª Maria da Graça Mello Magnoni (UNESP/Bauru – SP – Brasil)
Prof.ª Dr.ª Sílvia Aparecida de Sousa Fernandes (UNESP/Marília – SP – Brasil)
Prof.ª Dr.ª Sonia Maria Vanzella Castellar (USP/São Paulo – SP – Brasil)
Prof.ª Dr.ª Thiara Vichiato Breda (UNIFEESPA/Xinguara – PA – Brasil)

Corpo de Consultores (ad hoc)

Prof. Dr. Adnilson de Almeida Silva (UNIR/Porto Velho – RO – Brasil)
Prof. Dr. Celso Antonio Fonseca Rosas (UEPG/Ponta Grossa – PR – Brasil)
Prof.ª Dr.ª Célia Alves de Souza (UNEMAT/Cáceres – MT – Brasil)
Dr. Danton Leonel de Camargo Bini (IEA/Araçatuba – SP – Brasil)
Prof. Dr. Edson Luís Piroli (UNESP/Ourinhos – SP – Brasil)
Prof. Dr. Elvis Christian Madureira Ramos (UFMS/Corumbá – MS – Brasil)
Prof.ª Dr.ª Helena Copetti Callai (UNIJUÍ/Ijuí – RS – Brasil)
Prof. Dr. Ivanilton José de Oliveira (UFGO/Goiânia – GO – Brasil)
Prof.ª Dr.ª Jeani Delgado Paschoal Moura (UEL/Londrina – PR – Brasil)
Prof.ª Dr.ª Lisandra Pereira Lamoso (UFMS/Dourados – MS – Brasil)

Prof.ª Dr.ª Lucy Ribeiro Ayach (UFMS/Aquidauana – MS – Brasil)
Prof.ª Dr.ª Márcia Siqueira de Carvalho (UEL/Londrina – PR – Brasil)
Prof. Dr. Marcos Aurélio da Silva (UFSC/Florianópolis – SC – Brasil)
Prof.ª Dr.ª Maria José Martinelli S. Calixto (UFMS/Dourados – MS – Brasil)
Prof. Dr. Paulo Roberto Joia (UFMS/Aquidauana – MS – Brasil)
Prof. Dr. Ricardo Castillo (UNICAMP/Campinas – SP – Brasil)
Prof. Dr. Rodrigo Lilla Manzione (UNESP/Tupã – SP – Brasil)
Prof. Dr. Rodrigo Penna-Firme (PUC/Rio de Janeiro – RJ – Brasil)
Prof. Dr. Roberto Braga (UNESP/Rio Claro – SP – Brasil)
Prof. Dr. Saint-Clair Cordeiro da Trindade Júnior (UFPA/Belém - PA – Brasil)

Normas para apresentação dos originais para publicação

1 - A Revista CIÊNCIA GEOGRÁFICA – Ensino, Pesquisa e Método é a publicação eletrônica da Associação dos Geógrafos Brasileiros, Seção Bauru – SP. Recebe e publica artigos inéditos e resenhas elaboradas por geógrafos, estudantes de pós-graduação, professores de Geografia da educação básica e superior e ou de ciências afins.

2 - Os artigos serão publicados a partir de revisão realizada dentro das normas técnicas do periódico, podendo conter, no mínimo 10 (dez) e no máximo 40 (quarenta) páginas, incluindo resumos e referências bibliográficas. Os títulos, resumos e palavras-chave dos respectivos artigos deverão vir em língua portuguesa, inglesa e espanhola ou francesa.

2.1 - Os artigos deverão ser revisados por profissional de Língua Portuguesa antes de envio para avaliação e publicação (ENVIAR DECLARAÇÃO EM ANEXO).

3 - A Revista Ciência Geográfica publica artigos em Português, Inglês, Francês e Espanhol sobre Geografia ou de ciências afins dentro das modalidades a seguir:

3.1 - Artigos originais: texto inédito que seja resultado de investigação científica e/ou tecnológica, projeto de qualquer natureza ou notas de pesquisa de campo;

3.2 - Não publicamos artigos oriundos de Trabalhos de Conclusão de Curso de Graduação (TCC). O estudante de graduação, contudo, poderá enviar artigos na qualidade de coautor do texto elaborado por mestres ou doutores que aparecerão como autores principais.

3.3 - Notas de pesquisa de campo: sistematização de dados ou informações inéditas colhidas em campo. Mínimo de 8 (oito) e máximo 25 (vinte e cinco) páginas, incluindo resumos e referências bibliográficas;

3.4 - Artigos sobre Educação: trabalhos de pesquisas desenvolvidos no âmbito da educação básica e superior de Graduação e Pós-Graduação, relacionados com o ensino de Geografia ou de ciências afins;

3.5 - Artigos sobre assuntos relevantes de interesse geral da Geografia ou de ciências afins;

3.6 - Artigos de revisão destinados à apresentação do progresso em área específica da Geografia;

3.7 - Resenhas sobre textos clássicos ou de referência para os estudos de Geografia ou de ciências afins (no máximo de 1.200 palavras);

3.8 - Cartografias, imagens e outras expressões gráficas: mapas, gráficos e outras figuras em que se descrevam a metodologia ou o modo de criação (softwares, técnicas etc.) (no máximo de 1.200 palavras);

3.9 - Artigos didáticos-pedagógicos sobre temas relacionados à Geografia ou de ciências afins, empregados na prática docente, que serão incluídos na seção “A Sala de Aula”, sendo no máximo cinco artigos por edição da Revista, com mínimo de 8 (oito) e máximo de 12 (doze) páginas.

4 - Os artigos submetidos deverão ter no máximo 4 autores. Artigos com mais autores serão desclassificados automaticamente.

4.1 - Para a análise, o artigo será encaminhado pelos Editores da Revista aos avaliadores ad hoc, mas sem conter o nome dos autores. Caso existam críticas ou sugestões dos avaliadores, o artigo será remetido pelos Editores ao(s) autor(es) para que se procedam as alterações solicitadas.

4.1.1 - Quando houver referência ao próprio autor, usar-se-á a forma (Autor, ano).

4.2 - Um Autor só pode voltar a publicar na Revista Ciência Geográfica após haver transcorrido **seis meses** de sua última publicação.

5 - Direitos autorais: Ao submeter um artigo para a Revista Ciência Geográfica, o(s) Autor (es) assume(m) que a contribuição é original e inédita. Que não está em processo de avaliação ou foi publicada em outra revista, no mesmo formato, sem a permissão por escrito dos editores. Quando um artigo com mais de um Autor subentende-se que o responsável pela submissão tem o consentimento dos demais Autores.

6 - A apresentação dos originais deve obedecer, obrigatoriamente, ao que se especifica a seguir:

a) O artigo deverá ser remetido via “e-mail” em arquivo anexado, gravado em formato DOC (não DOCX) em quaisquer dos aplicativos de edição de textos a seguir: Microsoft Word, OpenOffice, BrOffice, LibreOffice. A página será de tamanho A4, fonte Arial, corpo 12, entrelinhas com espaçamento 1,5 cm, margens com 2,5 cm e sem número de página;

b) Título em caixa alta e negrito. Subtítulo em fonte de corpo 10;

c) Identificação dos Autores, abaixo do título e subtítulo;

d) Referência, sobre o(s) Autor(es) no rodapé da primeira página do texto;

e) Artigos contendo mapas, tabelas, gráficos ou figuras só serão aceitos com os artigos devidamente “escaneados” na resolução de 300 dpi’s para tamanho de área igual ou maior que 10x15 cm; caso sejam menores do que 10x15 cm, deverão ser “escaneados” com resolução de 600 dpi’s;

g) Fotos deverão ter a resolução mínima de 3MP (Megapixel) para o formato original da câmera digital ou devidamente “escaneadas” na resolução de 300 dpi’s para tamanho de área igual ou maior que 10x15 cm; caso sejam menores do que 10x15 cm, deverão ser “escaneadas” com 600 dpi’s, gravados com extensão JPG, TIF ou PNG.

h) Notas relativas ao texto, identificadas numericamente, serão apresentadas obrigatoriamente ao final do texto, antes das referências bibliográficas.

i) O resumo poderá ter o máximo de 150 palavras; nas palavras-chave, apenas de 3 a 5 palavras.

7 - Idioma da submissão do resumo. Será obrigatório em três idiomas:

a) em português;

b) em Inglês;

c) em espanhol ou francês.

8 - Citações:

8.1 - Todas as citações devem constar o sobrenome do Autor e o ano da publicação;

8.2 - Citações literais devem constar também o número da(s) página(s) onde ocorrem;

8.2.1 - Citações literais de até três linhas serão registradas no corpo do parágrafo, entre aspas e sem itálico;

8.2.2 - Citações literais com mais de três linhas serão registradas com recuo à esquerda de 4 cm, em corpo 11, entrelinha simples, sem aspas e sem itálico.

9 - Referências:

A indicação bibliográfica (se houver) após o texto, será registrada em ordem alfabética, obedecendo as normas da ABNT:

9.1 - Livro: SOBRENOME, nomes. Título do livro: subtítulo (se houver). Edição (se houver). Local de Publicação: Editora, ano da publicação. No caso de autoria coletiva, devem constar os nomes do(s) organizador(es);

9.2 - Artigo: SOBRENOME, I. N. A. Título do artigo. Título do periódico, Cidade, volume, número, páginas (inicial e final), mês, ano.

9.3 - Tese/dissertação/monografia: SOBRENOME, I. N. A. Título: subtítulo. Tese/Dissertação/Monografia (Doutorado/Mestrado/Graduação em [Área de Conhecimento]) – Instituto/Faculdade, Universidade, Cidade, ano.

10 - A ordem de publicação dos trabalhos é de competência exclusiva dos Editores da revista e do conselho editorial. A ordem de publicação levará em conta:

a) data da apresentação dos originais obedecendo as normas acima;

b) temática atual, envolvendo interesse científico, didático, de divulgação, extensão, afinidade com outros artigos e retomada de abordagens dos temas e situações afins;

c) disponibilidade de espaço em cada edição do periódico.

11 - As opiniões expressas nos artigos são de inteira responsabilidade dos respectivos Autores.

12 - Dado o caráter não lucrativo do periódico, os Autores não são ressarcidos pela publicação dos artigos.

13 - Os artigos devem ser encaminhados para os seguintes endereços eletrônicos: agb@agbbauru.org.br ou lourenco.junior@fatec.sp.gov.br

14 - ASSOCIAÇÃO DOS GEÓGRAFOS BRASILEIROS SEÇÃO LOCAL BAURU - SP

CNPJ 00.407.524/0001-00

Rua Pedro Oliveira Tavares, 2-148 – Jardim Colonial

Bauru – SP – CEP 17047-595

Fone: (14) 99711-1450 (Prof. Lourenço Magnoni Júnior)

E-mail: agb@agbbauru.org.br

Site: <https://www.agbbauru.org.br>

CIÊNCIA

ISSN Online: 2675-5122
ISSN-L: 1413-7461

Geográfica

ENSINO - PESQUISA - MÉTODO



**Editora
Saraiva**



associação
dos geógrafos
brasileiros

Seção Bauru